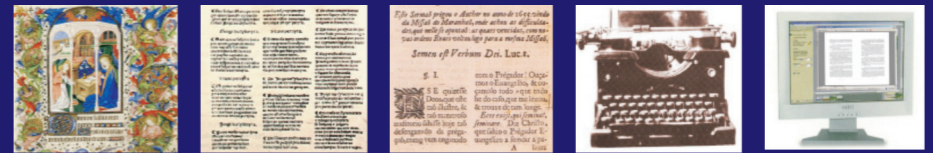


Dezembro de 2011

Revista de Letras



10

Série II
Dezembro
de 2011

Revista de Letras

10

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Departamento de Letras, Artes e Comunicação
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Apartado 1013
5001-801 Vila Real — Portugal

CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS

Revista de Letras

Série II
N.º 10

Dezembro de 2011
Vila Real

REVISTA DE LETRAS

DIREÇÃO

Carlos Assunção e José Esteves Rei

CONSELHO DE REDAÇÃO

Carlos Assunção, José Esteves Rei, Isabel Alves, Milton Azevedo, José Manuel Cardoso Belo, Laura Bulger, Álvaro Cairrão, Gonçalo Fernandes, Maria do Céu Fonseca, Henriqueta Gonçalves, Rui Guimarães, Rolf Kemmler, José Barbosa Machado, Galvão Meirinhos, Armindo Mesquita, Maria da Assunção Monteiro, Maria da Felicidade Morais, Fernando Moreira, Teresa Moura, Anabela Branco de Oliveira, Luciana Cabral Pereira, Orquídea Ribeiro, Olinda Santana, Helena Santos, Luísa Soares.

CONSELHO CIENTÍFICO

Amadeu Torres, *Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho*
António Fidalgo, *Universidade da Beira Interior*
Aurora Marco, *Universidad de Santiago de Compostela*
Bernardo Díaz Nosty, *Universidad de Málaga*
Carlos Assunção, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Daniel-Henri Pageaux, *Sorbonne Nouvelle Paris III*
Fátima Sequeira, *Universidade do Minho*
Fernando Moreira, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Gonçalo Fernandes, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Henriqueta Gonçalves, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Jorge Morais Barbosa, *Universidade de Coimbra*
José Cardoso Belo, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
José Esteves Rei, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Maria da Assunção Monteiro, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
María do Carmo Henríquez Salido, *Universidad de Vigo*
Maria do Céu Fonseca, *Universidade de Évora*
Mário Vilela, *Universidade do Porto*
Milton Azevedo, *University of California, Berkeley*
Nair Soares, *Universidade de Coimbra*
Norberto Cunha, *Universidade do Minho*

CAPA

José Barbosa Machado

COMPOSIÇÃO E REVISÃO

Maria da Felicidade Morais

EDITOR

Sector Editorial dos SDE

IMPRESSÃO

Publito - Artes Gráficas

REVISTA DE LETRAS

Revista de Letras / ed. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras, Artes e Comunicação; Centro de Estudos em Letras; dir. Carlos Assunção e José Esteves Rei; org. Armindo Mesquita, Luísa Soares, José Barbosa Machado, Teresa Moura; Comp. Maria da Felicidade Morais – Série II, n.º 10 (Dezembro de 2011) - Vila Real: UTAD, 2011 - Continuação de: Anais da UTAD.- Contém referências bibliográficas. – Anual.

ISSN: 0874-7962 Depósito Legal: 199202/03

I. Assunção, Carlos, dir. / II. Rei, José Esteves, dir. / III. Mesquita, Armindo, org. / IV. Morais, Maria da Felicidade, org. / V. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Letras. Centro de Estudos em Letras, ed. Lit. / 1. Linguística - - [Periódicos] / 2. Literatura Portuguesa - - estudos críticos - - [Periódicos] / 3. Didática - - [Periódicos] / 4. Cultura Portuguesa - - [Periódicos] / Comunicação - - Didática.

CDU: 81 (05) / 821.134.3.09 (05) / 37.02 (05) / 008 (469)(05) / 808.56 (05) / 37.02 (05)

ÍNDICE

Nota Introdutória <i>Carlos Assunção e José Esteves Rei</i>	7
--	---

LINGUÍSTICA

Comentários à descrição do ritmo do português na Gramática de Jerônimo Soares Barbosa <i>Luiz Carlos Cagliari</i>	11-30
Edição e estudo informático-lexical da <i>Gazeta de Lisboa</i> : um projeto em curso <i>Susana Fontes</i>	31-47
<i>Imago Mundi</i> : O poder contemporâneo da imagem do signo linguístico na comunicação <i>Rui Dias Guimarães</i>	49-56
O topónimo <i>Aldão</i> : aspetos linguísticos, geográficos e culturais <i>Brian Franklin Head</i>	57-73
Alguns documentos inéditos para a biografia do gramático Manuel Dias de Sousa (1753-1827) <i>Rolf Kemmler</i>	75-90
A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem <i>E. F. K. Koerner</i>	91-98
Marcadores do discurso formados pelo verbo <i>querer</i> na versão portuguesa da <i>Vita Christi</i> (1495) <i>José Barbosa Machado</i>	99-116
A questão fluente <i>versus</i> disfluente no contexto das afasias <i>Rita de Cássia Silva Tagliaferre e Maria da Felicidade A. Morais</i>	117-124

LITERATURA

Lugares de solidão na poesia de Ruy Belo <i>António José Borges</i>	127-137
<i>A Sentinela</i> di Lya Luft: un duplice suicidio? <i>Cesarina Donati</i>	139-152
<i>Bendito e Louvado, meu conto acabado</i> : a literatura tradicional como património cultural da Humanidade <i>Carla Guerreiro e Armindo Mesquita</i>	153-164

A literatura polaca traduzida em Portugal (1900-2010). Que futuro?	
<i>Anna Kalewska</i>	165-182
O Romantismo na Fragmentação do Homem na pós e na modernidade: recapturando sentidos literários	
<i>Armando Mesquita e Polyanna Ervedosa</i>	183-189
«História da Gata Borralheira»: de Perrault a Sophia de Mello Breyner	
<i>Ana Isabel Moura e Henriqueta Maria Gonçalves</i>	191-203
Noeud de récits; dynamique transgressive	
<i>Celina Silva</i>	205-221
Memories Condensed: <i>O Pouco é para Ontem</i> by Joaquim Pessoa	
<i>Robert Simon</i>	223-233
O Texto e o (ser) leitor: uma experiência de leitura d' <i>Os Lusíadas</i> de Luís de Camões	
<i>Maria Luísa de Castro Soares & Mônica Maria Feitosa Braga Gentil</i>	235-257
O Fantástico n' <i>A Inaudita Guerra</i> de Mário de Carvalho	
<i>Maria Cecília de Sousa Vieira</i>	259-275

CULTURA

Letras e Portugalidade: destinos cruzados	
<i>Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Alexandre António da Costa Luís</i>	279-287
Século XVII - A atração pela Europa Central	
<i>Miguel Real</i>	289-303
Zora Neale Hurston's Recurring Formula: "The Eatonville Anthology" and "Characteristics of Negro Expression"	
<i>Orquídea Ribeiro</i>	305-313
A dignidade humana no contexto da cultura ocidental	
<i>António Francisco de Sousa</i>	315-324

COMUNICAÇÃO

O Marketing no desempenho da Comunicação e das Novas Tecnologias enquadradas em ambiente organizacional	
<i>Álvaro Cairrão e Daniel Fernandes</i>	327-360
A personalização dos conteúdos dos jornais online na reconfiguração das práticas do <i>Gatekeeping</i>	
<i>Jorge Figueiredo, António Cardoso, Laura Cruz, Álvaro Cairrão e Galvão Meirinhos</i>	361-377

Questões de género em Português Europeu	
<i>Marlene Loureiro</i>	379-387
A crença no <i>reality show</i> Ponto de Encontro	
<i>Maria Fátima Nunes</i>	389-406

DIDÁTICA DAS LÍNGUAS

A literatura de transmissão oral no ensino: do jardim de infância à universidade	
<i>Carlos Nogueira</i>	409-418
Um plano Didático da Literatura: Os textos literários no ensino e aprendizagem da liderança moral no Mestrado de Finanças e Contabilidade da UTAD	
<i>Luciana Cabral Pereira</i>	419-424
Leitura e cultura: as possibilidades dos textos de cultura local: Uma perspetiva didático/pedagógica	
<i>Maria da Graça Sardinha e João Machado</i>	425-432
O ciclo de escrita e a reflexão metalinguística: um estudo de caso	
<i>Maria Laura Fino, Paulo Osório e Maria da Graça Sardinha</i>	433-442

VÁRIA

“Que a UTAD seja cada vez mais o farol que alumie um caminho de progresso e felicidade [...]”	
<i>Francisco Olazabal</i>	445-454
Para uma Licenciatura em Estudos Gerais em Humanidades	
<i>José Eduardo Reis</i>	455-463
Tradução de poemas de Tomas Tranströmer	
<i>José Eduardo Reis</i>	465-470
Recensão: revista <i>Humanitas</i> n.º 63, em homenagem ao Professor José Ribeiro Ferreira	
<i>Luísa Castro Soares</i>	471-472

NOTA INTRODUTÓRIA

Este número da *Revista de Letras* segue a estrutura tradicional, compreendendo as cinco áreas científicas do Departamento de Letras, Artes e Comunicação (DLAC). Temos, assim, a Linguística, com oito artigos, a Literatura, com dez, e a Cultura, a Comunicação e a Didática, com quatro artigos cada. Surgem, ainda, quatro textos sob a denominação de “Vária”. Ao todo, estão implicadas cerca de cinco dezenas de investigadores.

Da matriz inicial, guarda a diversidade temática, subjacente aos Encontros Internacionais de Reflexão e Investigação (EIRI) que estiveram e continuam na base de cada um dos números desta Revista, desde há uma dezena e meia de anos. Deste modo, aqui encontramos dez comunicações, apresentadas no EIRI XV (2011). Assim o têm entendido, e bem, as últimas Comissões Organizadores desse evento anual do DLAC. Todavia, a abertura, a outra colaboração proposta ou, pontualmente, solicitada, tem sido constante, como se observa também neste número.

A internacionalização – objetivo maior hoje de Centros de Investigação e Universidades – tem-se tornado uma marca distintiva da *Revista de Letras*, aproximando-se o conjunto de investigadores / autores estrangeiros, neste número, da quantidade dos nacionais. Com efeito, aos oito artigos vindos de investigadores de universidades nacionais (UTAD, UFP, UL, UN, UP, UBI, UAb) correspondem outros tantos investigadores de universidades estrangeiras, (Berlim, Ceará, Campinas, Estadual Paulista, Roma, Varsóvia, Kennesaw, Nova Iorque). Para além disso, surgem quatro artigos de investigadores colocados em institutos politécnicos (IPVC, IPB, ISMAI, IPCB). Por último, em “Vária”, para além do discurso do Doutor Francisco Olazabal, surgem pertinentes reflexões e a recensão de uma revista de referência.

“Que a UTAD seja cada vez mais o farol que alumie um caminho de progresso e felicidade.” A *Revista de Letras* sente-se honrada por divulgar este Voto, pertinente e oportuno no tempo que passa, sobre a UTAD e a Região Duriense, incluído na “lição de sapiência” de um dos recém-doutorados, “honoris causa”, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. A experiência sempre foi fonte de conhecimento, como prova o percurso do Doutor Francisco Olazabal, divulgado em sessão solene, perante a Academia da UTAD. Apresentamos-lhe o nosso reconhecimento, pelo exemplo, pelo testemunho e pelo texto.

Carlos Assunção
cassunca@utad.pt

José Esteves Rei
jrei@utad.pt

LINGÜÍSTICA

Comentários à descrição do ritmo do português na Gramática de Jerônimo Soares Barbosa

Luiz Carlos Cagliari

Universidade Estadual Paulista – FCLAR / CNPq 2011

lccagliari@gmail.com

1. Introdução

Jerônimo Soares Barbosa nasceu em Ansião, em janeiro de 1737. Era padre (1762), formado em direito canônico pela Universidade de Coimbra (1768), foi professor de Retórica e Poética. Foi visitador das escolas de primeiras letras, editor de autores clássicos latinos para as escolas. Foi membro da Academia das Ciências (1789) e Deputado da Junta da Diretoria Geral dos Estudos (1799). Faleceu em Coimbra em 05 de janeiro de 1816.¹

A obra mais famosa de Jerônimo Soares Barboza (doravante JSB) foi a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados à Nossa Linguagem* (doravante GPhLP). A 1ª edição saiu em 1822 pela Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa. Ainda no século XIX, a obra teve sete edições: 1830, 1862, 1866, 1871, 1873, 1881, todas publicadas pela Real Academia das Ciências de Lisboa. Recentemente, apareceu uma nova edição fac-similada, organizada por Amadeu Torres (2004).² A primeira edição é póstuma. Acredita-se que a obra já estivesse pronta em 24 de junho de 1803, data que aparece na Introdução (em edições posteriores). Além da GPhLP, Jerônimo Soares Barboza publicou alguns outros livros, como *As duas linguas, ou Grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo* (Coimbra, Real Imprensa da Universidade de Coimbra), em 1807.

A GPhLP segue um esquema tradicional de gramáticas que veio desde Dionísio da Trácia, passando pela tradição latina da Idade Média. Divide-se em quatro partes: Ortoépia (pronúncia), Ortografia (escrita), Etimologia (propriedades das palavras) e Sintaxe (disposição das palavras no discurso). Os estudos prosódicos aparecem nos capítulos VI e VII (da Ortoépia), depois de uma apresentação detalhada da pronúncia das consoantes, das vogais e de alguns

¹ Informações tiradas de Rolf Kemmler (Diccionario Bibliographico Portuguez (1858-1958): contributos e limitações para a disciplina da historiografia linguística portuguesa – (informação divulgada no XCAIL, Faro, 2011).

² A Biblioteca Nacional Digital de Lisboa disponibiliza uma versão fac-similada da Gramática de Jerônimo Soares Barbosa, no endereço: <http://purl.pt/128>.

processos fonéticos. O capítulo VIII tem por título *Dos vícios da pronúncia* que também traz observações atentas do autor com relação à fala das pessoas.

Apesar a organização da gramática em partes tradicionais, o conteúdo de cada uma delas revela sempre surpresas interessantes, por causa a concepção de linguagem do autor, de seus conhecimentos sobre gramáticas do português e de outras línguas (veja Introdução) e, principalmente, devido ao modo como o autor conseguia analisar os fatos da linguagem e, em particular, da língua portuguesa. Costumo destacar os estudos sobre ortografia, mostrando que JSB, mais do que ninguém, tratou desse assunto com precisão de um linguista moderno. Nesse trabalho, levou em conta não apenas a ciência da linguagem, mas também mostrou uma boa teoria para ajudar os alunos das primeiras letras a aprender a ler e a escrever. Sua análise fonética vem da tradição de Fernão de Oliveira, com observações próprias de seu tempo e do ambiente em que vivia. Dos vários estudos sobre tópicos da GPhLP, a questão prosódica tem sido a menos investigada. Todavia, é uma de suas contribuições mais significativas. Por falta de uma metodologia melhor, de rótulos mais adequados, o autor emprestou dos antigos o modelo métrico poético de descrever os versos gregos e latinos. Ao leitor não muito atento, o que ele faz pode parecer uma adaptação de velhas ideias a palavras e fatos do português. No entanto, apesar das restrições dessa abordagem, JSB logo percebeu que havia igualdades e diferenças, quando se tratava de grego ou latim e quando se tratava de português. Suas observações e análises são de um linguista voltado para a língua tal qual acontecia diante de si. Portanto, encontramos, em sua obra, um trabalho de especialista, de um foneticista atento e cuidadoso. JSB tinha uma preocupação científica ao estudar a linguagem. Na epígrafe do livro, deixou as palavras de Cícero: *Usus loquendi populo concessi, scientiam mihi reservavi* (Cícero, Orat. 48), tirando essa citação de um contexto em que Cícero comentava a diferença entre a fala popular e os ensinamentos da gramática, dizendo que ele era levado a falar como o povo, mas precisava usar os padrões sociais da linguagem, exigidos de pessoas cultas. Essa citação é o próprio retrato da GPhLP. Nela vemos o uso social da linguagem das pessoas cultas e comentários sobre o uso dialetal do povo. Essa visão mais científica, baseada no uso e não na correção gramatical, não estava na velha gramática normativa. JSB diz das gramáticas tradicionais:

Daqui nasceram todas estas Artes enfadonhas de Gramática Latina, cheias de mil erros, e de tantas exceções, quantas são as regras. O que tudo repetido e copiado cegamente de idade em idade, sem nunca ter sido submetido a exame; sem o mesmo também foi sevilmente aplicado às Gramáticas das Línguas vulgares (Barbosa 1822: x-xi).

Mas todas estas Gramáticas, além de muitos erros e defeitos particulares, que nos seus lugares notarei, tem o comum de serem uns sistemas meramente analógicos, e fundidos todos pela mesma forma das Gramáticas Latinas; e nesta mesma consideração ainda mui imperfeitos por falta de muitas observações necessárias sobre o gênio particular e caráter da Língua Portuguesa.

Com relação à contextualização histórica da GPHLP, fruto do iluminismo português da era pombalina, e com relação às influências que causou, desde sua publicação até hoje, veja os trabalhos de Couto (2004) e de Ranauro (2010 ms). Neste artigo, vou-me concentrar apenas na prosódia da GPhLP.

2. A relevância da prosódia

Como mencionado acima, analisarei o capítulo VI *Das Modificações Prosódicas, acrescentadas aos Vocabulos; e 1º das que nascem da quantidade* (Barbosa 1822: 27-39) e o capítulo VII *Das Modificações Prosódicas, acrescentadas aos vocabulos, e 2º das que nascem do Accento* (Barbosa 1822: 39-50).

JSB menciona vários gramáticos estrangeiros. Era contemporâneo de Joshua Steele (1700-1791), mas, provavelmente, não teve contato com a obra de J. Steele *Prosódia Rationalis – or an essay towards establishing the melody and measure of speech, to be expressed and perpetuated by peculiar symbols* (1779). Na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, houve um ressurgimento da arte da retórica, com interesses particulares na expressão oral (Abercrombie 1965b: 38-40). Para entender os trabalhos de Steele e de JSB, precisamos voltar no tempo até os tratados de metrificação dos gregos e dos latinos.

Para descrever os padrões da poesia greco-latina, era preciso ir além da ortografia, das vogais e consoantes e mesmo das sílabas. A regularidade métrica do ritmo poético estava na duração das sílabas. Uma sílaba era longa ou breve e, de acordo com o modo de combinação de sequências de sílabas longas e breves, estabelecia-se um determinado ritmo, o qual, por sua vez, definia um tipo de verso. Nas línguas grega e latina, a variação da duração silábica era usada para determinar oposições fonológicas (a duração era uma fonema suprasegmental). O acento (de variação melódica, de intensidade ou mesmo de duração) era uma marca da saliência prosódica também usada na constituição do ritmo da fala. Por outro lado, as línguas românicas perderam a oposição fonológica estabelecida pela duração das sílabas. A tonicidade passou, então, a desempenhar essa função fonológica. Agora, sílabas tônicas opõem-se a sílabas átonas, gerando oposições fonológicas (cf. *pública* ~ *publica*; *acharam* ~ *acharão*). Por causa dessa mudança, os linguistas deixaram de prestar atenção à duração silábica, interessando-se mais pelos acentos das palavras. Porém, em todas as línguas do mundo, as sílabas precisam estar marcadas no léxico com uma certa duração; caso contrário, os mecanismos de produção da fala não saberiam como articular os sons que falamos. Na comparação entre unidades na cadeia da fala, uma sílaba pode ser longa, breve, ou de igual duração com relação às que estão próximas. Eventualmente, na fala como um todo, podemos ter ainda sílabas ultralongas ou ultrabreves (Abercrombie 1965, 1965^a; Cagliari 2007). A essas durações, chamamos de *moras* (Cagliari 2007: 135-137). Mesmo em uma língua de ritmo acentual (Pike 1945; Abercrombie 1967), as sílabas variam de duração

e essa variação é condicionada inicialmente pela estrutura lexical: uma palavra como *batata* tem uma sílaba breve, uma longa e uma breve; uma palavra como *lâmpada* tem uma sílaba longa e duas breves; uma palavra como *amor* tem uma sílaba breve e uma longa; uma palavra como *jovem* tem uma sílaba breve e uma longa (ou duas iguais) e assim por diante. Embora as sílabas tônicas em português se caracterizem por serem longas, essa associação de duração com tonicidade nem sempre ocorre. Estes fatos prosódicos fundamentais dos mecanismos de produção da fala nem sempre são levados em consideração.

J. Steele (1779) sentiu a dificuldade de registrar a altura melódica da fala e a duração das sílabas. Sua opção foi registrar a fala em um modelo de transcrição musical, em uma pauta de cinco linhas e com notações musicais. Assim, a altura melódica, a duração e o ritmo ficavam bem anotados. JSB também se referiu a essa dificuldade, lembrando que os fenômenos prosódicos (quantidade, demora e acento) não ficaram com marcas na escrita, necessitando de uma fina observação da fala. Tal conhecimento vem com a aquisição da linguagem pelo falante nativo, mas para os estrangeiros, é preciso estabelecer regras. JSB diz:

Porém a Orthoepia, ou observação dos sons elementares e fundamentaes da Linguagem articulada, e a sua boa Escripura foi a primeira ainda a unica parte da antiga Grammatica, como acabamos de ver. A Prosodia não foi reduzida a arte, senão muito tarde. Sendo, como são, tantas, tão finas, e quasi imperceptiveis as modificações, que os sons fundamentaes recebem na pronunciação; por huma parte era difficil o observ-as ao principio e ainda mais o pintal-as na escriptura; e por outra parecia isto excusado. O uso vivo da pronunciação assaz ensinava assim a quantidade e demora de cada syllaba, como a sua inflexão e accento. So quando se tractou de communicar aos estrangeiros não so a lingua escripta, mas ainda a sua pronunciação viva; he que se começárão a dar regras sobre esta parte da Orthoepia. Aconteceo isto na Lingua Grega pouco antes do tempo de Cicero. Os signaes mesmos destes accentos, postos por cima das vogaes, bem mostram que são de huma data muito posterior. (Barbosa 1822: v).

Uma outra observação importante sobre a prosódia aparece quando o autor fala dos vocábulos:

Vocabulo não he outra couza senão hum composto de sons, ou de syllabas graves, subordinados todos a hum som, ou Syllaba aguda e predominante, que he como o centro de união, ao qual todos os mais se reportão. (Barbosa 1822: 21).

Assim, JSB define um *vocabulo* pela prosódia (não pela semântica ou pelas categorias sintáticas). Sua definição corresponde exatamente ao que, hoje, chamamos de *palavra fonológica*, *grupo de força* ou mesmo à noção de *pé* (Halliday 1973: 116-118; Cagliari 2007: 130-142). Ele ainda diz: «Não ha palavra alguma, que per si faça corpo, a qual não tenha Accento Agudo, ou Circumflexo e Uma oração, composta de vocabulos monotonos, seria mais huma

fiada de Syllabas, do que hum tecido de palavras». (Barbosa 1822: 42).
 \ A metáfora é bonita, mas JSB não deixa de lado o caráter científico de sua apresentação, como se vê na mesma página 42 da GPhLP.

O autor era um bom observador da fala, independentemente da escrita. Alguns comentários mostram isso de modo muito claro. Ao observar a prosódia, encontra três parâmetros essenciais: a ‘duração das sílabas’ (longas / breves), a tonicidade ou ‘acento’ referindo-se à variação melódica: mais grave / mais agudo; e à ‘aspiração’, que é um parâmetro associado à intensidade do ar: aspirado (som mais forte), menos aspirado (som mais fraco). Pela maneira como esses três parâmetros são tratados, é fácil concluir que o português descrito na GPhLP é do tipo acentual, por oposição a um tipo de língua de ritmo silábico (Cagliari 2007: 131-142). A metodologia adotada, baseada na descrição da métrica poética clássica, pode dar a impressão de que a língua portuguesa seria de ritmo silábico, como o grego e o latim antigos. No entanto, uma observação atenta de como JSB descreve os fenômenos prosódicos e suas consequências para o sistema sonoro da língua, mostra que o português é muito diferente do grego e do latim antigos, aproximando-se mais dos padrões de uma língua moderna como o inglês (Abercrombie 1967: 96-98).

3. Duração silábica

Sabemos que a duração e a intensidade silábicas são produzidas pela ação dos músculos intercostais, modificando a corrente de ar fonatório, sob o comando de uma programação neurolinguística. A variação melódica é controlada pelos mecanismos que controlam a ação da glote. Barbosa (1822: 27) descreve com muita precisão o mecanismo de produção da fala, envolvendo a glote, a boca e as configurações do aparelho fonador.

O autor começa descrevendo a quantidade:

A Quantidade he a medida da duração, que damos á pronunçiação de qualquer Syllaba. Esta duração he toda relativa, bem como o he a das notas da Musica, em que huma não he mais longa senão comparada com outra, que o he menos. Assim como pois na Musica as notas tem a mesma quantidade relativa nos Allegros, que tem no Adagios, comparadas entre si, dentro do mesmo ar de compasso; posto que huma nota da mesma especie gaste mais tempo realmente no Adagio, que no Allegro: assim na pronunçiação de huma Lingua as Syllabas medem-se, não pelo vagar, ou pela velocidade accidental da mesma pronunçiação; mas relativamente ás proporções immutaveis, que as fazem, ou longas, ou breves. Dois homens, hum dos quaes he summamente veloz no falar, e outro por extremo vagaroso e compassado, não deixão por isso de observar as mesma quantidade, ainda que o primeiro pronuncie mais depressa huma longa que o outro huma breve. Ambos dois não deixão de fazer exactamente breves as que são breves, e longas as que são longas, so com a differença que hum gasta duas, tres, e quatro vezes mais tempo, que o outro para as articular.

A medida por tanto da quantidade de cada Syllaba he a proporção invariavel, que humas tem com outras: proporção incommensuravel, que nunca se póde determinar exactamente; porque em todas as Línguas, e na

Portuguesa tambem ha Syllabas breves, mais breves que outras; e longas, mais longas humas que outras, e isto consideradas, ou sos por ordem ás vozes, ou tambem por ordem ás Consonancias, que se lhes ajuntão. (Barbosa 1822: 27-28).

Qualquer foneticista percebe logo que JSB observava atentamente a fala, quando escreveu o trecho acima, porque é uma análise muito precisa da duração (moras), do ritmo e da velocidade de fala (andamento). A comparação com o mesmo fenômeno na música é outra prova de como JSB analisava a fala de sua época, não apenas com o instrumental teórico da metrificação, mas também com o ouvido de um músico. Em primeiro lugar, é preciso separar ritmo de andamento, ou seja, o valor de duração individual das sílabas (ou notas musicais) que, na fala ou na música é pré-estabelecido, do valor real que elas têm quando falada por pessoas diferentes ou quando a música é tocada com diferentes andamentos (mais rápida ou mais lenta). Desse modo, separamos também os indivíduos em categorias de velocidade da fala: falante mais rápido, mais vagaroso. Os foneticistas modernos usam o conceito de *taxa de elocução* para medir o andamento. Essa medida, oriunda de valores medidos acusticamente através de equipamentos e de programas de computador especiais,³ pode mascarar o andamento, porque se baseia em médias estatísticas que acabam ‘homogeneizando’ a realidade com um valor definido numericamente, que não revela a fluidez real do andamento em diferentes partes do enunciado. Seria ridículo usar uma espécie de ‘taxa de elocução’ aplicada à duração individual das notas, medidas acusticamente através de equipamentos, para definir o andamento da execução de uma peça musical.

Por outro lado, todo músico ou falante, para não desvirtuar a natureza da música ou da fala, precisa manter uma relação de duração entre as notas ou entre as sílabas, mesmo variando o andamento, de modo a não causar estranheza ou mesmo erro na produção. JSB baseou-se em considerações desse tipo para definir a quantidade responsável pelo ritmo da fala como *A medida por tanto da quantidade de cada Syllaba he a proporção invariavel, que humas tem com outras* (veja citação acima). Muita crítica tem sido feita aos foneticistas que adotam a distinção entre línguas de ritmo acentual e línguas de ritmo silábico, por pesquisadores que analisam a fala só através de medidas acústicas e de tratamento estatístico dos dados.⁴ Na GPhLP (1822), já havia a resposta exata

³ O PRAAT (<http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>), de uso gratuito na Internet, é um dos programas mais usados atualmente pelos linguistas e por outros profissionais que trabalham com a fala, para a análise acústica da fala.

⁴ Autores que questionaram a dicotomia ‘língua de ritmo silábico e língua de ritmo acentual’ (como Wenk / Wiolland (1982), Dauer (1983), Barbosa (2006), entre outros) não viram, na análise aerodinâmica e auditiva da fala, a diferença entre ritmo, andamento e moras das sílabas e, portanto, não chegaram a entender a diferença entre um tipo de língua de ritmo acentual e um de ritmo silábico. Para esses estudiosos, o ritmo varia sem medidas exatas, o que é, já em princípio, muito estranho, quando se pensa que toda língua tem um sistema bem definido. Os que se embrenharam

para esses questionamentos, nas explicações apresentadas por JSB na citação transcrita logo acima. Os trabalhos que se baseiam em análises acústicas com tratamento estatístico, desconsiderando a percepção auditiva da fala e a estrutura prosódica dos sistemas fonológicos das línguas, estão fadados ao insucesso, não raramente, trazendo análises equivocadas ou mesmo absurdas de como a fala existe para os falantes.

Deixando clara a diferença entre ritmo e andamento (velocidade de fala), e reconhecendo o valor duracional das sílabas como constitutivo de sua essência lexical, JSB parte para a análise da duração silábica na língua portuguesa de seu tempo (segunda metade do século XVIII e início do século XIX). O que ele encontra e descreve é muito diferente do que encontramos nas antigas descrições greco-latinas, porque a língua que ele analisa é diferente da língua que os antigos descreveram. Como a metodologia é a mesma dos antigos, alguém pode, em princípio, não entender exatamente a diferença entre a descrição dos antigos e a de JSB para o português. Portanto, é preciso ir aos detalhes. JSB dá as regras que norteiam a avaliação acústica da duração das sílabas (Barbosa 1822: 30-39), mas, antes, faz algumas considerações que são muito importantes do ponto de vista de sua teoria.⁵ Por essa razão, apresenta-se uma longa citação, deixando o autor dizer com suas próprias palavras:

Quem póde duvidar que as nossas vozes grandes, e os Diphthongos, sons todos de sua natureza longos, se não fação mais longos cahindo sobrfé elles o accento predominante do vocabulo, e que, por exemplo, a última de Táfetá não seja mais longa que a primeira também longa; e que a última de Leráõ (Legent) não seja também mais longa que a mesma de Lêrão (Legerunt)? Quem outrosim póde duvidar que a primeira Syllaba longa destas quatro palavras Áve, Cávo, Crávo, Escrávo, se não va fazendo cada vez mais longa á proporção que se vai carregando de novas Consonancias, das quaes cada huma, para se articular, gasta por certo algum tempo, por minimo que seja.

O mesmo se deve observar a respeito das breves. Humas o são mais que outras. As nossas vozes surdas ou ambigvas e ou i, o ou u, quando se achão immediatamente ou antes, ou depois de Syllaba aguda, sobem tão depressa para ella, ou depois de sobir se precipitão com tanta velocidade, que o ouvido apenas as reconhece; razão, porque não fazem de ordinario Syllaba per si, mas com outra voz juncta em Synerese, ou Diphthongo. Estas pois são muito mais breves que as vozes pequenas, que sempre são breve e que as Communs i e u, quando o são.

Mas estas mesmas nas cadencias esdruxulas são menos breves, quando estão articuladas com Consonancias do que quando não. Por exemplo: o i e o de Pallido são menos breves que em Pallio; e o o e a em Tabola menos

nas análises quantitativas acústicas perderam a noção de sistema linguístico, chegando a modelos muito estranhos aos falantes, para quem a língua é sempre ouvida e falada e não analisada quantitativamente através de aparelhos de análise acústica.

⁵ Obviamente, a teoria do ritmo da fala de JSB, baseada no modelo descritivo das teorias métricas poéticas antigas, produz alguns resultados que se aplicam a todas as línguas, porque as línguas não são completamente diferentes umas das outras, mas têm muitos aspectos em comum.

que em Taboa: e huma prova disto he, que os Poetas ajuntão as duas vezes em huma Syllaba, quando não tem Consoante no meio, e tendo-a, não.

Mas, ainda que por esta desigualdade entre as mesmas Syllabas breves, e entre as mesmas longas, se não possa achar entre humas e outras huma proporção exacta; comtudo, não fazendo caso dos quebrados, e por hum calculo de aproximação, ou orsamento geral representando-se as breves iguaes entre si e da mesma sorte as longas entre si: achou-se que a proporção destas para aquellas era dupla, e que assim, dando á breve hum tempo so, a longa a respeito della vinha a ter dois. Esta he a proporção que os Gregos e Romanos achavão entre humas e outras; e nós devemos-nos contentar com a mesma nas Syllabas Portuguezas. O que preposto, passemos ja ás regras de sua quantidade. (Barbosa 1822: 28-30).

Como foi dito anteriormente, JSB adota o modelo descritivo da métrica poética greco-latina, mas se vê na obrigação de mostrar, com exemplos, o que ocorre na fala da língua portuguesa de seu tempo. Observa que há momentos em que o segmento é mais breve e momentos em que é mais longo. Essa observação coincide com um dos parâmetros rítmicos encontrados em língua de ritmo acentual por oposição às línguas de ritmo silábico. Nestas as durações tendem a apresentar valores de duração constantes, independentemente do contexto em que ocorrem. Do ponto de vista da sistematicidade da língua, essas variações contextuais, às vezes, induzem a processos fonológicos (ditongação, truncamento, centralização, alçamento, etc.). O resultado é uma modificação na duração silábica. Para não desvirtuar a análise com detalhes, que envolvem pequenas mudanças duracionais para vogais e consoantes, quando irrelevantes para o sistema, o modelo descrito opera apenas com a oposição longa/breve. Essa oposição atua como propriedade fonológica distintiva, quando for o caso, ou apenas como especificação fonética da duração das sílabas (moras). A citação acima revela, ainda, a extensão da pesquisa auditiva feita por JSB para notar diferenças muito sutis de duração das vogais e das consoantes em diferentes contextos, compondo o padrão moraico das sílabas. Alguns foneticistas nem sempre mostram um cuidado que aparece na GPhLP a respeito das relações de duração que existem entre as diferentes unidades da fala, como vogais, consoantes e sílabas. A falta de estudos desse tipo empobrece em muito qualquer estudo sobre o ritmo da fala. É muito mais importante estruturar a fonologia prosódica em função das moras do que de medidas do tipo taxa de elocução. Esta pode, inclusive, mostrar uma realidade que não existe para os falantes e ouvintes da língua.

Na citação abaixo, JSB revela que estava atento às características do português e não em apenas aplicar regras do grego ou do latim na descrição do português. Ele diz:

Huma Syllaba póde ser breve, ou longa por duas razões, ou por Natureza, ou por Uso. He breve, ou longa por natureza, quando os sons, de que se compõe, dependem de algum movimento organico, cujo mecanismo natural se não póde executar senão, ou com presteza, ou com

vagar, segundo as Leis Physicas o dirigem. He breve ou longa por uso somente, quando o mecanismo da pronunçiação per si não pede, nem presteza, nem vagar; mas que o uso fez breves ou longas a seu arbitrio, pondo em humas o accento predominante, e em outras não. Tractarei primeiro das Syllabas por natureza longas e breves, cujas regras são, com pouca differença, as mesmas em todas as Linguas. Depois falarei das que o uso da nossa tem alongado, ou abbreviado (Barbosa 1822: 30).

A citação acima traz uma questão teórica importante: uma sílaba (não vogal ou consoante sozinhas) pode ser longa ou breve por duas razões: 1) por *natureza*, ou seja, a sílaba tem uma duração marcada no léxico da língua: todas as palavras apresentam sílabas que podem ser longas ou breves, por causa dos mecanismos de fala que as produzem (restrições articulatorias) e pelo contexto na palavra em que ocorrem; 2) por *uso*, dependendo da distribuição dos acentos tônicos nas palavras. JSB percebeu que as sílabas tônicas em português costumam ser longas. A distribuição da duração *por natureza* no sistema da língua define a duração das sílabas nas palavras. Por exemplo, a palavra *lâmpada* tem uma sílaba longa, seguida de duas breves; a palavra *batata* tem uma sílaba breve, seguida de uma sílaba longa e, depois, de uma sílaba breve, e assim por diante. Quer as línguas de ritmo silábico, quer as de ritmo acentual apresentam essas características, ou seja, todas as línguas tem uma atribuição de duração a todas as sílabas de todas as palavras no léxico (rol de palavras das línguas). Essa é a razão pela qual JSB diz que *as regras são, com pouca diferença, as mesmas em todas as Linguas* (veja citação acima). As línguas de ritmo acentual não destroem os padrões duracionais por natureza das moras das sílabas ao criar uma isocronia baseada na recorrência das sílabas tônicas. Como disse JSB, a variação duracional entre sílabas deve ser interpretada através de um cálculo comparativo de proporcionalidade, ou seja, uma sílaba só tem sua duração definida, quando comparada com outras e categorizada de acordo com as regras do sistema da língua. Agindo assim, estamos sempre com uma sílaba longa ou breve, dependendo do contexto.⁶

4. As regras de duração das vogais

JSB começa dando quatro regras que se referem às vogais longas. O parâmetro que as define é a qualidade vocálica. O autor classifica as vogais em *vozes grandes e pequenas*. As vozes grandes são aquelas que vieram do latim, interpretadas como tendo duas ‘moras’ e, por esta razão, foram escritas

⁶ Em línguas de ritmo silábico como o espanhol e o alemão, é comum ter muitas sílabas iguais e uma longa, marcando o foco semântico da sentença. Em uma língua como o francês, ocorrem sílabas iguais, com algumas reduzidas (breves). Em uma língua como o italiano, ocorrem sílabas longas e breves com valor fonológico distintivo. Nesse tipo de línguas, fora o acento que marca o foco do enunciado, não é fácil determinar outras sílabas tônicas por oposição às sílabas átonas numa sentença. Porém, como uma palavra isolada tem a mesma estrutura prosódica de um grupo tonal, ela trará não um acento vocálico, mas um acento frasal, semelhante ao que carrega o foco semântico nos enunciados mais longos, como nas sentenças.

pelos antigos com letras duplas: *aa, ee, oo*.⁷ As vogais *i* e *u* sempre foram sentidas como ‘neutras’, ou seja, sem duração definida pela articulação, mas apenas pelo uso. As vozes longas aparecem nas sílabas tônicas, mas quando ocorrem em outra posição nas palavras, a sua duração e qualidade são definidas caso a caso. A GPhLP traz como exemplos da regra 1: *Tāfetā, Sādío, Prēgár, Mōrgádo, Oūvído* (ou também escrito *Ōvído*), etc. JSB lamenta o fato de a escrita do português não marcar essas diferenças como fazia a língua grega antiga. Ele diz:

He verdade que, quando o accento predominante do vocabulo cahe fóra destas vozes grandes, como algumas vezes succede, não temos então signal algum com que as caracterizemos, por se achar o accento agudo ou circumflexo preocupado pela Syllaba predominante. Porém isto he defeito, não da Lingua, em cuja pronunciação nunca se confundem; mas sim da nossa Orthographia, que não tem tantas vogaes quantas são as vozes (Barbosa 1822: 31).⁸

A regra dois diz: *As nossas oito vozes Nasaes, quer claras, quer surdas, sempre são longas por natureza* (Barbosa 1822: 32). A razão apresentada é de natureza mecânica de como se produz a nasalidade (acoplamento nasal) e pelo fato de a nasalidade, em português, estar muito ligada a uma consoante nasal seguinte, que nasaliza a vogal que a precede. A duração, nestes casos, independe de ocorrer em uma sílaba acentuada. Exemplos de ocorrências em sílabas átonas: *ancião, entendimento, pintura, zombar, função*. São exemplos de ocorrências em sílabas tônicas: *amago, temo, tenho, sono, somma, sonho*.

Regra três: *Todo Diphthongo, quer seja real, quer facticio, he de sua mesma natureza longo* (Barbosa 1822: 33). A razão disto também reside no mecanismo articulatorio que exige duas posições vocálicas para a produção do ditongo, portanto, um caminho articulatorio mais longo. O fato de os ditongos serem longos por natureza é um fator importante em mudanças linguísticas de redução vocálica, produzindo vogais simples, mas longas, nas línguas. Exemplos: *Pairár, Auctôr, Feitôr, Uivár, Orgão, Benção, Homêe, Ordêe... Guarda, Quanto, Qual, Viado, Dieta, Viola, Ciume, Coar, Coelho, Soir, Cair, Paul*.⁹

A regra quarta diz: *Toda Syllaba, feita por Crase, ou Contração de duas ou mais vozes em hum unico som, he de sua natureza longa* (Barbosa 1822: 33).

⁷ Veja, por exemplo, a gramática de João de Barros (1540) e documentos antigos.

⁸ Jerônimo Soares Barboza (1822: v, 2) distingue ‘vozes’, que são os sons vocálicos, ‘consonancias’, que são os sons consonantais, de ‘vogaes’, que são as letras que representam as vozes, e de ‘figuras’, que remetem às letras escritas.

⁹ Os exemplos apresentados por JSB mostram que ele pronunciava como ditongos alguns casos que, hoje, são pronunciados mais tipicamente, em fala lenta, como hiatos e não como ditongos (*Viado, Dieta, Viola, Ciume, Coar, Coelho, Soir, Cair, Paul*). Os casos de *Soir, Cair, Paul* são mais intrigantes porque, nestas palavras, se houver uma pronúncia ditongada, não ocorre a tradicional semivogal.

JSB estava diante de uns fatos que hoje não ocorrem na língua portuguesa culta. Trata-se da redução de sequências de a + o ou mesmo de o + o (em verbos) à de uma única vogal [a] ou [o], como em: *Louvara-a* > *Louvar-ã* ; *Amara-os* > *Amar-ôs*; *Louvo-o* > *Louv-ô*. Ele acrescenta: *...e as da mesma preposição com o artigo masculino, quando na pronúncia so dizemos ó, ós, em lugar de a o, a os...* (Barbosa 1822: 34). A observação de JSB mostra o quanto ele era atento à pronúncia e não se deixava enganar pela escrita ortográfica.

Regra cinco: *todas as nossas vozes Oraes Pequenas a , e , o e as Surdas, ou Ambiguas, como e, o ou u, são breves de sua mesma natureza.* (Barbosa 1822: 34). JSB lembra que as vozes grandes são feitas de duas vogais, como mostrava a antiga ortografia da língua e, portanto, se houver só uma, ela será breve. O raciocínio não vale, porque o autor confundiu escrita com fala. Mas, se, de fato, a ortografia antiga representava uma diferença entre dois tipos de vogais, o comentário de JSB faz sentido. Se a representação antiga marcava somente uma sílaba tônica por oposição às sílabas átonas, então, o argumento de JSB não se sustenta. Entretanto, para o autor, a questão em sua época era muito fácil e clara, como ele a expõe:

Não ha couza mais facil de reconhecer em qualquer vocabulo do que são estas vozes pequenas, e breves. Note-se nelle a Syllaba, em que está o accentto agudo, ou predominante. Todas as vozes, que o precedem, ou seguem, não sendo da classe das longas notadas nas quatro Regras antecedentes, são pequenas e consequentemente breves, como se vê nestas palavras Atabále, atabafadôr, generál, célebre, povoádo, ociosidade (Barbosa 1822: 34-35).

JSB já tinha deixado claro que não se deve confundir tonicidade com duração, e que qualquer vogal do português poderia ser tônica ou átona:¹⁰

A Lingua Portuguesa conta por todas, vinte vozes, segundo as vinte situações diferentes que a bocca toma para as pronunciar, independentemente da sua quantidade e accentto (Barbosa 1822: 3).

Jerônimo Soares Barboza (1822: 3) diz que havia um ‘A Grande’ no adjetivo *más* e um ‘A Pequeno’ na conjunção *mas*, assim como havia um ‘E Grande’ em *sê* (verbo) e um ‘E Pequeno’ na conjunção *se*; um ‘O Grande’ em *avô* e um ‘O Pequeno’ no artigo masculino *o*. As vogais abertas eram só grandes (cf. *Sé, avó*). As vogais fechadas eram ‘comuns’ (quer breve, quer longa), como em *vicio, tumulto*. A citação seguinte, por outro lado, deixa clara a distribuição de vogais reduzidas, ajudando na identificação das breves, fora do contexto da sílaba tônica:

¹⁰ Na verdade, desde o tempo de JSB, as vogais médias baixas [ɛ] e [ɔ] ocorrem tipicamente em sílabas tônicas, em muitas variedades da língua.

A Língua Portuguesa porêem toca mais dois pontos ou vozes na sua corda vocal; huma entre o E Pequeno e o I Commum; e outra entre o O Pequeno e o U Commum, as quaes, por serem surdas e pouco distinctas, se podem chamar Ambiguas, e por isso não tem signal Litteral proprio, e se notão na escriptura, a primeira ja com e e ja com i, e a segunda ja com o ja com u. Taes são as que mal se percebem, quando estas mesmas vogaes se achão em qualquer palavra, ou antes de alguma voz grande immediata, ou depois da mesma nos Diphthongos, e no fim das palavras. Assim e parece ter o mesmo som que i nas palavras Cear, e Ciar¹¹ e nos diphthongos destas Paes, Pai; e pelo mesmo modo o tem o mesmo som confuso que u nas finaes de Paulo, Justo, Amo, e nas palavras Soar, e Suar, e nos Diphthongos, como em Pao Paulo, Seo Seu (Barbosa 1822: 4).

Com essa descrição tão clara, a pronúncia do tempo do autor fica mais precisa para nós. Na verdade, o que ele apresenta aplica-se hoje à pronúncia do Brasil, em grande parte. O que sobra dessa descrição das vozes pequenas e das ambíguas mais as vogais comuns são as ocorrências das vozes grandes. Como falante nativo, o autor não quis introduzir a regra ortográfica antiga que ficou nas reformas do início do século XX, em Portugal, segundo a qual a escrita marca com consoante surda (etimológica) a qualidade aberta da vogal precedente, ou seja, marca a presença de uma voz grande (*a, e, o*).

JSB diz também que todas as vogais que funcionam como enclíticos, juntando-se a alguma palavra, são breves por natureza. A razão é que elas nunca podem ser tônicas. Esse modo de ver a fala considera-a como sendo uma cadeia de palavras, cuja prosódia é definida individualmente para cada vocábulo. Uma abordagem mais sofisticada, saindo das palavras para uma análise em termos de grupos tonais, teria uma outra dimensão, na qual o acento frasal (o foco semântico) poderia cair em qualquer palavra, inclusive nos enclíticos.¹²

5. As regras derivadas do uso

Em seguida, a GPhLP fala das *Syllabas Communs, feitas longas, ou breves pelo uso* e acrescenta a regra seis: *São Communs as duas vozes Portuguezas i e u; e so o uso da Língua he que as faz ja longas pelo accento agudo, com que as pronuncia, ja breves, pronunciando-as sem elle* (Barbosa 1822: 35). Para explicar essa regra, JSB faz uma sofisticada análise fonética. Ele diz:

A razão he; porque o som destas duas vozes, e por consequencia o mecanismo de sua formação he o mesmo, quer sejam longas, quer sejam breves, e não varia com a sua quantidade, como varia o som das outras vozes, quando são grandes, e quando pequenas. De sua natureza pois não podem ser longas, nem breves, e so se fazem taes pela maior demora do mesmo som em humas do que em outras.

Esta demora pois não pôde ser produzida por outra causa se não pelo accento agudo, quando o uso da Língua accentua huma e não accentua

¹¹ *Ciar* significa ‘ter zelos’.

¹² Alguém pode destacar (foco) o pronome *me*, dizendo: Ele ME machucou com o canivete.

outra. O accento predominante he capaz de produzir esta mudança temporal, ainda quando as Syllabas a não tem de sua natureza e formação mechanica. Nas Syllabas agudas a voz eleva-se sensivelmente mais do que nas graves, e nas não agudas. Esta elevação requer mais esforço no orgão e mais contensão nas fibras do mesmo. Para tomarem pois este teção, necessitão de mais algum tempo do que he necessario para entoarem as Syllabas, que não são agudas; que por isso o orgão se apressa a passar ligeiramente por estas para sobir á aguda, e desta maior elevação tornar-se a precipitar pelas graves até o fim do vocabulo.

Além do que o tom agudo faz huma maior impressão no ouvido, e quanto maior he a impressão, mais tempo durão as oscillações, que ella produzio nas fibras auditoriais. Não he pouco para admirar, que a mesma voz ja seja longa, quando he aguda, ja não, quando o não he, ou he grave. A aguda sempre he longa, mas a longa nem sempre he aguda. O que daqui se segue he, que quando o accento cahe sobre uma Syllaba de sua natureza longa, esta fica mais longa do que quando cahe sobre huma Syllaba commum (Barbosa 1822: 35-36).

Os exemplos que ilustram o comentário acima são: *spirito* e *mutuo*. Como JSB analisa a duração das sílabas em função dos vocábulos isolados e não em função, por exemplo, de grupos tonais, ele lida apenas com o acento vocabular que é também o acento tônico saliente de um grupo tonal, porque a palavra isolada é um enunciado e como tal forma também um grupo tonal. Todavia, esse modo de analisar a prosódia cria muitos problemas, não deixa claro muitos aspectos prosódicos, inclusive da distribuição dos acentos. Porém, a explicação de JSB é perfeita naquilo que ela abrange, ou seja, para listas de palavras isoladas. Em enunciados com várias palavras, nem todas, de fato, precisam ter uma sílaba tônica, porque isto depende do padrão rítmico que o falante estabelece quando fala. Num enunciado como *Pedro comprou uma casa nova*, quando o falante quer dar destaque ao fato de que a casa é nova e não ao fato de Pedro ter comprado mais uma casa, o falante põe o acento tônico saliente, que marca o foco discursivo ou semântico, na palavra *nova*, deixando a palavra *casa* completamente átona. Nestes casos, tem-se um amalgama de sílabas tônicas em função de um destaque fonológico e semântico específico (por exemplo, o foco da sentença). Esse é um processo métrico de formar uma ‘palavra fonológica’ ou ‘grupo de força’, mostrando que um enunciado não é simplesmente uma sequência de palavras isoladas. JSB distingue *palavra*, que é qualquer item lexical, de *vocabulo*, que é uma unidade de ‘acento’. Mais adiante na GPhLP, falando das palavras enclíticas, o autor diz o seguinte:

O uso porém da nossa¹³ admite as Encliticas tanto depois como antes dos vocabulos. Quintiliano mesmo (Inst. or. I, 9) reconhece muitas palavras, que pronunciadas separadamente terião o seu accento proprio, junctas traz outras o perdem, fazendo com ellas hum como mesmo vocabulo sem distincção de pausas, como Circum Litora (Barbosa 1822: 48-49).

¹³ Nessa passagem, a GPhLP refere-se ao português por oposição ao latim.

Ainda é preciso esclarecer que na citação acima, a tonicidade é caracterizada pela força da corrente de ar, pela duração da articulação e pela altura melódica. Esse modo de ver a tonicidade é encontrado nos modernos tratados de fonética. A GPhLP não trata especificamente da entoação. Para o autor, o falante sabe realizar a sílaba tônica (accento agudo determinante) com a necessária altura melódica (oscillações... nas fibras auditorais).

Continuando a discussão sobre as vogais que variam de duração, JSB apresenta as *Excepções*. O primeiro comentário remete a uma regra fonológica do grego e do latim, aplicada ao português:

As primeiras quatro Regras nenhuma excepção tem, estas duas ultimas so tem huma, que he a da Posição, quando as Syllabas breves de sua natureza ou communs se achão no vocabulo antes de duas Consoantes; porque então ficão longas (Barbosa 1822: 37).

A análise da variação da duração *por posição* é um problema relacionado com o mecanismo de produção de fala (e com a métrica poética dos antigos). Para muitos, a explicação mecânica justifica a poética, como é o caso da GPhLP. O autor faz uma longa e detalhada análise do caso, que vale a pena ler, porque mostra o quanto JSB era atento à pronúncia e às questões fonéticas, independentemente da escrita.

Esta Regra de Posição he fundada no mecanismo mesmo da palavra. Quando nella se achão duas Consoantes seguidas, a primeira não tem voz diante de si que haja de modificar: mas tambem se não póde articular sem ter ao menos hum e mudo, ou Scheva, sobre que caia o seu som. Mas este Scheva, fazendo-se mais alguma couza sensivel, degeneraria no e pequeno e viria a tirar a contiguidade das duas Consonancias, mettendo-lhes em meio huma voz, que as separasse em Syllabas. Para evitar pois este inconveniente, quanto he possivel; o pouco tempo que nesse e mudo se poderia gastar, deita-se á conta da vogal antecedente, que por esta razão fica mais longa do que o sería, se não estivesse d'antes das duas Consoantes seguidas.

Por esta razão Fôlgo, Folgár, Polgár, Polgáda (que tambem se escrevem Fôlego, Fôlegár, Pôlegár, Pôlegada) tem a primeira longa por Posição. Porque o tempo, que se havia de dar á pronunciação mais sensivel do e , que se vê depois do L nas mesmas palavras, escriptas do segundo modo, toma-se para o o antecedente, que sendo ja grande e longo em fôlgo, fica mais longo pela Posição, e sendo breve de sua natureza nas palavras Folegár, Polegáda; passa a ser longo por Posição nas mesmas suprimindo-se o e, e escrevendo-se: Folgár, Polgár, Polegáda. O mesmo se deve dizer da primeira Syllaba de Parte, Partida, Ermo, Ermida, Triste, Tristeza, Furto, Furtar, e outras semelhantes.

Deve-se porém notar que para haver posição, he preciso que as Consoantes sejam ao menos duas, e essas consecutivas, e pronunciadas immediatamente depois da voz antecedente, e que huma dellas pertença á Syllaba antecedente, e outra á seguinte; e bem assim que a voz antecedente seja huma, ou das grandes, ou das pequenas, ou das communs.

Se as Consoantes escriptas são dobradas da mesma especie, mas na nossa pronunção presente valem por huma, como Abbade, occasião, addição, affeição, aggregar &c.: então não ha Posição. Pelo contrario quanto a Consoante figurada he huma, mas val por duas, como o x Latino nas nossas palavras Sexo, Reflexão, pronunciadas como Secso, Refleção, val a regra.

Se ambas as Consoantes pertencem á voz seguinte, como quasi sempre acontece, quando a primeira dellas não he alguma das nossas Liquidas, S, L, R: então está claro, que hindo com ellas o som de seus Schevas para a Syllaba seguinte, mal podem influir na antecedente. Assim são breves, e não longas as primeiras de Abraçar, Adregar, Afrouxar, Affligir, Agreste, Reprovar, e outras semelhantes.

Por esta mesma razão de o nosso S Liquido no principio de muitas palavras Latinas pertencer a voz seguinte; e o e surdo, que muitos lhe costumão ajuntar d'antes, não ser da classe das nossas vozes pequenas, ou communs: tambem este e nunca se faz longo por Posição em Estado, Estudo, Estipendio, Estupendo, Esplendido, e nas mais palavras semelhantes.

A citação acima é longa, mas mostra claramente a perícia de JSB ao analisar a fala. JSB não só dá a especificação da regra de posição, mas traz uma explicação muito interessante e correta, mostrando que a sílaba fica longa quando tem uma 'líquida' (L, R, S) ocupando a posição de coda, com a sílaba seguinte começando por consoante. Desse modo, ele distingue as consoantes da coda da sílaba anterior das consoantes 'líquidas' que ocupam a segunda posição do onset silábico. Ele não inclui, nessa lista, a consoante nasal de coda porque, para ele, essa consoante não tem o mesmo *status* fonético das outras 'líquidas', uma vez que pode ser apenas uma indicação da nasalização da vogal que a precede.

Por outro lado, quem está acostumado com análises acústicas através de espectrogramas reconhece facilmente a propriedade de análise que JSB fez apenas observando auditivamente os mecanismos de produção da fala. Todas suas observações são absolutamente exatas. Na falta de um sistema de transcrição fonética, o autor lança mão do próprio sistema de escrita para representar a fala que indica. Essa metodologia é falha, mas quando se pensa que ele a usava na segunda metade do século XVIII em uma gramática vernácula, o seu mérito é muito grande. O trecho apresentado acima traz muitos pontos interessantes que poderiam ser detalhadamente comentados, principalmente, contrapondo-os aos modernos métodos de análise acústica da fala. Esse contraponto mostraria o valor de uma boa descrição auditiva, como apresentada na GPhLP. Num estudo detalhado sobre a duração dos segmentos e das sílabas, as colocações de JSB apresentam-se como atuais e necessárias para uma boa descrição linguística. Infelizmente, alguns pesquisadores ficaram apenas com medidas acústicas tratadas estatisticamente, com resultados que apresentam médias de durações, sem descrever a verdadeira distribuição da duração variável sobre segmentos e sílabas.

6. Tonicidade

Na GPhLP, o que segue é uma crítica à *Arte de Grammatica da Lingua Portuguesa*, obra famosa na historiografia linguística da Língua Portuguesa, escrita por Antônio José dos Reis Lobato. JSB refere-se a uma reimpressão de 1771 (Livro VI, *da Prosódia*). Lobato diz que ... *Nas Linguas vulgares, rigorosamente falando, não ha Syllabas longas nem breves, por se distinguirem pelo accentu*. JSB faz, então, seu comentário: *Elle, como outros, confundio a quantidade com o Accentu, couzas mui diferentes, como ja vimos, e passamos a ver no Capítulo seguinte* (Barbosa 1822: 39). A confusão de Lobato (e de outros) dura até hoje, porque eles ficam apenas com a divisão das sílabas em tônicas e átonas e não levam em conta as moras dos segmentos e das sílabas; e quando o fazem, adotam uma metodologia confusa foneticamente, como acontece com a descrição das moras na língua japonesa, fato mais relacionado com a escrita e a poética japonesa do que com a fala.¹⁴

O capítulo VII traz um estudo *Das modificações Prosodicas, accrescentadas aos vocabulos, e 2º das que nascem do Accentu*. Como a questão da tonicidade engloba parâmetros como duração, altura melódica e intensidade, JSB faz questão de dizer que duração silábica é diferente de sílaba tônica ou átona. Essa distinção é importante para não se cair no erro de Lobato, mencionado acima. JSB diz:

Accentu, que quer dizer Canto accrescentado á palavra, ou Tom, he a maior, ou menor elevação relativa, com que se pronuncia as vozes, nascida da maior ou menor intensidade, que as fibras da Glottis dão a seu som. A mesma differença, que ha entre um som mais, ou menos intenso, e hum som mais, ou menos extenso; ha tambem entre o Accentu e a Quantidade de huma Syllaba. Esta Syllaba póde ser longa e tão extensa como duas breves; e comtudo não ser intensa, como o he a que tem accentu agudo. O'rgão, por exemplo, tem a ultima longa; porque he hum Diphthongo, comtudo o seu som não he tão intenso e agudo como o da primeira tambem longa. He pois certo não so nas Linguas Grega, e Latina, mas tambem na Portugueza que o accentu das Syllabas he couza muito distincta da sua quantidade (Barbosa 1822: 39).

O fato de JSB caracterizar a sílaba tônica pela altura melódica está correto porque ele não está estudando sentenças ou grupos tonais, mas palavras isoladas. Neste caso, a sílaba tônica da palavra é também a sílaba tônica saliente de um

¹⁴ O presente artigo é uma reescrita de um outro intitulado *O ritmo do português na interpretação de Jerônimo Soares Barboza* (Cagliari 1985). Naquele artigo, chamei a atenção para o fato de JSB se concentrar na descrição da duração das vogais mesmo quando descreve a sílaba. Em outro artigo ainda mais antigo (Cagliari 1980), já mostrara que os pés métricos são marcados a partir do início das sílabas, mas as saliências das batidas rítmicas são melhor percebidas no momento em que se dizem as vogais. Algo semelhante foi proposto recentemente por Plínio Almeida Barbosa (2006), porém, baseando-se em um algoritmo de base estatística / probabilística que pode ter interesse na engenharia de fala, mas não descreve adequadamente o ritmo da fala do ponto de vista dos falantes e ouvintes da língua.

grupo tonal (reduzido a uma palavra) e assim mostra de modo mais saliente a variação entoacional nas palavras, mais do que a duração e a intensidade. É na sílaba tônica saliente entoacional onde ocorre a mudança mais notável da curva melódica nos padrões entoacionais (Cagliari 2007: 164). O problema irá surgir quando se for analisar enunciados longos, como sentenças e grupos tonais. Neste caso, a distribuição da tonicidade revela um acento mais saliente e outros menos salientes. O primeiro, em geral, ocupando a última posição no grupo tonal (foco neutro) e os demais marcando o ritmo dos pés (nas línguas de ritmo acentual) ou saliências rítmicas (nas línguas de ritmo silábico).

Na análise dos ‘acentos’, JSB faz várias distinções. Ele começa dizendo *Os accentos simples são dois, Agudo, e Grave. Os exemplos apresentados por JSB (chinó e chinò)*¹⁵, o primeiro com acento principal na última sílaba e o segundo com acento principal na primeira, mostram que se trata de acento de sílaba tônica e de acento de sílaba átona: o primeiro é saliente, o segundo *depois de levantar o tom da voz, o abaxamos em huma, ou mais Syllabas, pronunciando-as com menos força e intensidade* (Barbosa 1822: 40). Desse modo, JSB atribui uma força articulatória diferenciada para sílabas tônicas e átonas, ambas tendo o que ele chama de ‘accentos simples agudos e graves’. O autor atribui às sílabas que precedem a sílaba tônica um valor neutro quanto à tonicidade (são *indifferentes*). Essas sílabas costumam vir em um tom médio, razão pela qual o autor diz:

Porque a voz nunca se abaixa senão depois de ter levantado. Pelo que nas Syllabas, que se seguem à que tem o accento Agudo, se entende sempre o accento Grave, e por isso não se costuma escrever. As Syllabas, que no vocabulo precedem o accento Agudo, nem são Agudas nem Graves, e chamão-se Não Agudas, ou Indifferentes (Barbosa 1822: 40).

Por tradição, não se marcam as sílabas átonas (sílabas com ‘acentos graves’). O acento circunflexo representa um momento de acento tônico, seguido de um momento de acento grave e isto ocorre apenas em ditongos, como em *Mêo*. JSB lembra que o uso dos sinais gráficos na língua portuguesa passou a ter duas funções: um a de representar a sílaba tônica e outro de representar a qualidade vocálica aberta ou fechada. Ele os classifica como *Accentos Vogaes* e *Accentos Prosodicos* (Barbosa 1822: 41).¹⁶

Em seguida, a GPhLP passa a estudar a natureza e as regras de distribuição dos acentos (agudos e circunflexos). Reconhece que toda palavra tem uma sílaba acentuada; as demais são átonas. Seu modo de tratar o assunto (p. 42) remete ao fato, já mencionado antes, de que a língua seria monótona se todas as sílabas

¹⁵ *Chinó* significa uma espécie de peruca ou uma correntinha; *chino* significa *chinês*.

¹⁶ JSB refere-se também a um tipo de acento que chama de *Aspiração*. Descreve o fenômeno corretamente e diz que o português não usa esse mecanismo fonatório, a não ser em interjeições. Lembra que o uso da letra H, em português, tem uma função de dígrafo, não de som.

fossem pronunciadas com a mesma altura melódica. Mais uma vez, nota-se que JSB lida com palavras isoladas, mas as trata como se fossem grupos tonais que têm sílabas médias até a tônica e, a partir desta, sílabas em tons descendentes. Reconhece também que a sílaba tônica ocupa uma das três últimas posições silábicas das palavras (vocábulos). O modo como JSB trata o fenômeno da tonicidade mostra indiretamente o caráter de língua de ritmo acentual do português. Por exemplo, ele diz:

Se passasse para traz, (antes da antepenúltima sílaba), a pronúnciação das Syllabas que se lhe seguissem, seria tão veloz e precipitada que humas atropelarião as outras, como se pode ver por experiencia (Barbosa 1822: 42-43).

A GPhLP continua com os *Princípios Geraes: (IIIº) Depois da Syllaba Aguda as que se lhe seguem são sempre graves, quer sejam breves, quer longas*. Esse princípio mostra que nem toda sílaba longa é tônica, podendo ser átona: *uma Syllaba póde ser extensa, sem ser intensa* (Barbosa 1822: 43). Ainda mais, *A Syllaba Aguda sempre he longa, ou por natureza, ou por uso. Mas a longa nem sempre he Aguda* (Princípio IV: 43). O princípio V deixa claro que o acento circunflexo é próprio de ditongos:

Da Syllaba Aguda nunca se desce pelas Graves, se não ou por três tempos em duas Syllabas, huma longa e outra breve; ou por dois tempos em duas breves; ou por dois tempos em duas breves; ou por hum so em huma breve, quer separada da Aguda, quer juncta com ella em Diphthongo, e neste ultimo caso o Accento he então Circumflexo (Barbosa 1822: 43).

Os exemplos que o autor dá para ilustrar o princípio Vº acima são: *Lóuvão-me, Louvárão-se, Louvásem-nos; Pállido, Pállio, Contínuo; Ponta, Ponte; Pão, Pãô, Lêi, Louvarêi, Louvâis* (Barbosa 1822: 44). O princípio VI diz: *As palavras, que per si não fazem corpo á parte, como são as Encliticas, estas não tem, nem podem ter Accento Agudo* (Barbosa 1822: 44).

É interessante observar o modo como JSB procura definir as regras de atribuição de acento. Ele parte do caso mais complicado, ou seja, de quais palavras podem ser oxítonas. A regra é longa e também a lista de exceções, pela impossibilidade de se fazer uma regra melhor. Em seguida, define as proparoxítonas, que são palavras menos comuns na língua e, por fim, as paroxítonas, que constituem a regra geral de acentuação do português e, portanto, não têm exceção. Observa também que, em português, o acréscimo de terminações morfológicas (sufixos) não altera a posição do acento, como em *Capáz, Capázes; Amára, Amáramos*, com a exceção do acréscimo ‘-mente’ aos adjetivos, como em *Magnífico, Magnificaménte; Particulár, Particularménte* (Barbosa 1822: 48). Ainda com relação à posição enclítica em palavras, mostra que, no caso de uma forma verbal ser proparoxítona, não se usam os pronomes enclíticos depois do verbo. Esses pronomes devem preceder o verbo, para que

não se forme uma ‘palavra’ com acento na quarta última sílaba, o que é estranho à língua portuguesa. Desse modo, evitam-se expressões como *Amáramos-te*, *Amaríamos-o*, *Louvássemos-lhes*, porém, a língua admite dizer, no gerúndio, expressões do tipo */Dando-se-me*, *Ensinando-se-lhes* (Barbosa 1822: 49-50).

O último capítulo do livro da Ortoépia termina com comentários do autor a respeito *Dos Vícios da Pronúncia* (Barbosa 1822: 50-55), no qual o autor mostra diferentes pronúncias em diferentes dialetos da língua portuguesa, tendo como referência uma pronúncia padrão da corte e de Lisboa (‘gente polida’ vs. ‘o povo rústico’).

7. Conclusão

Os comentários feitos aqui à *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* de Jerônimo Soares Barboza (1822) mostram que se trata de uma obra interessante e precisa sobre algumas características do ritmo da língua portuguesa por ocasião em que foi escrita. Muitas dessas características podem ser encontradas no português de hoje. O autor distingue um estudo do acento de um estudo da duração das sílabas, embora haja relações estreitas entre eles. A metodologia baseia-se fundamentalmente na observação de como as palavras eram pronunciadas. O modelo descritivo segue uma abordagem antiga, encontrada nas descrições da métrica poética greco-latina. Porém, nota-se facilmente que JSB não copia apenas a descrição antiga, mas observa atentamente como funciona a língua portuguesa e a descreve, servindo-se do modelo interpretativo de que dispunha na sua época. Ao fazer isto, acrescenta uma série de observações exatas sobre o mecanismo de produção da prosódia no que tange a duração e a tonicidade das sílabas. Como ele não descreveu a entoação, o efeito da tônica saliente dos grupos tonais é encontrado junto com a tonicidade das palavras, tomadas isoladamente. Deixa claro que a duração das sílabas é coisa diferente da tonicidade ou acento. Sua descrição do acento junta efeitos de duração, de intensidade e de variação tonal. A descrição da duração das sílabas define a cadência das sílabas nas palavras e o andamento da pronúncia. Embora seja um trabalho pioneiro, numa época em que dominavam as gramáticas normativas, sua visão linguística está muito além de seu tempo e suas contribuições são, ainda hoje, de grande importância para os estudos linguísticos da língua portuguesa e da linguística, em geral.

Referências Bibliográficas

- Abercrombie, David (1965): “A phonetician’s view of verse structure”. In: Abercrombie, D. (ed.): *Studies in Phonetics and Linguistics*. London: Oxford University Press: p. 16-25.
- (1965^a): “Syllable quantity and enclitics in English”. In: Abercrombie, D. (ed.): *Studies in Phonetics and Linguistics*. London: Oxford University Press: p. 26-34.

- (1965^b): Steele, Monboddoo and Garrick. In: Abercrombie, D. (ed.): *Studies in Phonetics and Linguistics*. London: Oxford University Press. 1965b. p. 34-44.
- (1967): *Elements of general phonetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Amor Couto, Manuel (2004): “Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa”. In: *Revista Galega de Filoloxía* 5: p. 11-31. <http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/2613/1/RGF-5-1-def.pdf> (último acesso em 30 de agosto de 2011).
- Barbosa Jerônimo Soares (¹1822): *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias.
- Barbosa, Jerónimo Soares (⁸2004): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*. Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Barbosa, Plínio Almeida (2006): *Incursões em torno do ritmo da fala*. Campinas: Pontes Editores.
- Barros, Ioam de (1540): *Grammatica da lingua Portuguesa*. Olyssippone: Ludouicum Rodrigui Typographum.
- Cagliari, Luiz Carlos (1980): “Investigando o ritmo da fala”. In: *Anais do V Encontro Nacional de Lingüística* (novembro 1980). Rio de Janeiro: PUCRJ: p. 290-304.
- (1985): “O ritmo do português na interpretação de Jerônimo Soares BARBOSA”. In: Angenot, Jean-Pierre; Istre, Giles L.; Nicolacópulos, Apóstolo T.; Pagel, Dário F. (eds.): *Anais do I Encontro Nacional de Fonética e Fonologia – UFSC – Working Papers in Linguistics* n.º 5, vol. I, Florianópolis: p. 27-38.
- (2007): “Elementos de Fonética do Português Brasileiro”. São Paulo: Ed. Paulistana (tese de Livre-Docência, 1982).
- Dauer, R.M. (1983): “Stress-timing and syllable-timing reanalyze”. In: *Journal of Phonetics* 11, p. 51-62.
- Kemmler, Rolf / Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo (2009): “Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)”. In: *Domínios de Linguagem* 3/2 (2009) ISSN 1980-5799, págs. 202-223. Internet. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11514/6794> (último acesso em 30 de agosto de 2011).
- Halliday, M.A.K. (1973): “The tones of English”. In: Jones, W. E. and Laver J. (eds.): *Phonetics in Linguistics: a book of readings*. London: Longman: p. 103-126.
- Pike, Kenneth Lee (1945): *The intonation of American English*. Ann Arbor: The University of Michigan Press: p. 3-19; 34-43.
- Ranauro, Hilma (no prelo): *Jerônimo Soares Barbosa e o pensamento linguístico do ocidente*. 2010. ms. (Livro inédito).
- Steele, Joshua (²1779): *Prosodia Rationalis – or an essay towards establishing the melody and measure of speech, to be expressed and perpetuated by peculiar symbols*. London: J. Nichols.
- Wenk, B.; Wiolland F. (1982): “Is French really syllable-timed?”. In: *Journal of Phonetics* 10: p. 193-216.

Edição e estudo informático-lexical da *Gazeta de Lisboa*: um projeto em curso

Susana Fontes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
sfontes@utad.pt

Resumo

No dealbar do século XVIII, depois de um período árido em termos de produção jornalística portuguesa, surge a *Gazeta de Lisboa*, o primeiro periódico oficial português. O nascimento desta publicação em 1715 constitui-se como um marco decisivo na nossa história, cuja projeção tem sido largamente subestimada. Na esteira do que acontecia por toda a Europa, principalmente seguindo o modelo autoritário francês, padronizado pela *Gazette* de Renaudot, Portugal passa a dispor de um órgão de informação, que permite ao leitor um contacto com a realidade europeia e também algumas referências, ainda que minoritárias, à realidade circundante portuguesa.

Nesta comunicação, pretendemos apresentar o nosso projeto de doutoramento, que ambiciona constituir-se como mais um contributo para os estudos históricos da língua portuguesa, recorrendo precisamente à *Gazeta de Lisboa*, o jornal mais duradouro da nossa história, através de um *corpus* que integra dois blocos de texto (1715-16 e 1815), representativos de dois séculos diferentes. Pretendemos, à luz da linguística de *corpus*, utilizando ferramentas de linguística computacional (programas de análise automática de texto), proceder a uma análise lexical comparativo-contrastiva destes dois períodos.

Neste momento, é nosso intento através da análise de parte do *corpus* que nos propusemos estudar inicialmente, à qual atribuímos a designação de *subcorpus*, dar conta das principais dificuldades com que nos deparámos e apresentar alguns resultados referentes ao estudo informático-lexical, levado a cabo através do programa *NooJ*.

1. *Gazeta de Lisboa*: um olhar sobre a realidade circundante

A *Gazeta de Lisboa* surge em 10 de Agosto de 1715¹ como o periódico² mais duradouro da primeira metade do século XVIII, assumindo uma importância considerável ao permitir ao leitor português o contacto com o mundo da época:

¹ Nesta data, é publicada com o título de *Notícias do Estado do Mundo*, sendo apenas nos números seguintes que recebe a denominação de *Gazeta de Lisboa*.

² A periodicidade adquire nesta altura uma conceção ligeiramente diferente da que temos hoje: “periódica nesta altura é uma publicação que difunde notícias regularmente no tempo presente, mas fá-lo de forma repetitiva, instaurando uma duração e uma continuidade na leitura.” (Belo 1999: 626-7).

O aparecimento da *Gazeta de Lisboa*, em Agosto de 1715, é, sem dúvida, um acontecimento histórico cuja projecção tem sido subestimada ou analisada superficialmente. Portugal passa a dispor de um órgão de informação que põe o leitor português, até aí ignorante ou mal informado, em contacto com o grande mundo da época, por onde poderá seguir os movimentos mais variados de uma Europa em permanente transformação. (Vieira 1991: 21).

Para compreendermos a sua importância e procedermos a uma análise criteriosa deste periódico, não podemos ignorar a sua especificidade, no sentido em que se trata de um jornal do Antigo Regime, que apresenta características diferentes das que atualmente presidem à construção de um jornal. Este assume-se como um veículo de informação com circulação restrita, que não era concebido para informar o grande público, como depois aconteceu com o “jornalismo de massas”.

Esta publicação vai sofrer alterações nos diferentes títulos que apresenta ao longo da sua história. Depois de se assumir enquanto *Gazeta de Lisboa*, no seu segundo número, em 17 de Agosto de 1715, adotou outras designações, sendo que algumas refletem o cenário político em que se encontra o país como *Lisboa*, *Diário do Governo*, *Diário da Regência*, *Crónica Constitucional de Lisboa*, *Gazeta Oficial do Governo*, *Gazeta do Governo*, *Diário de Lisboa*.

Estruturado anualmente em forma de livro, este jornal oficial divulgava notícias sobre o governo, o país e o estrangeiro, tal como anunciava no frontispício. A capa apresenta-nos um dado importante como é o nome do redator, que surge pela primeira vez, quebrando a tradição do anonimato, normalmente característico da produção jornalística.

A *Gazeta de Lisboa*, tal como acontecia com outras publicações jornalísticas suas coetâneas, apresenta uma estrutura intermédia entre o livro e o jornal.

Com uma impressão semelhante à dos livros, a *Gazeta* conserva o seu aspeto, mas de formato pequeno, *in quarto*. Neste sentido, o formato de livro implicava a continuidade existente entre os diferentes números, o que nos permite, por um lado, inseri-la no género histórico. Esta continuidade era conseguida através de uma numeração e paginação contínuas. A numeração, feita em cada exemplar, e a paginação eram concebidas para o seu futuro formato de livro anual, onde apresentava, no início de cada ano, uma capa impressa a maiúsculas com o título de *Historia Annual Chronologica, e Politica do Mundo, e especialmente da Europa*³.

³ Apresentava como título completo o seguinte: *Historia Annual Chronologica, e politica do Mundo, e especialmente da Europa onde se faz memoria dos nascimentos, despozorios, e morte de todos os Emperadores, Reys, Principes, e pessoas consideraveis pela sua qualidade, ou empregos; encontros, sitios de Praças, e Batalhas terrestres, e navaes; vistas, e jornadas de Principes, Tratados de Aliança, Tregoa e Paz, com todas as mais acções militares, civis, e negociações politicas, e sucessos mais dignos da attençaõ, e curiosidade.*

Inserida neste esquema híbrido, a *Gazeta* apresenta, para além do formato próximo do livro, uma estrutura mais jornalística, como se percebe pela sua circulação também em folhetos.

No que concerne à sua estrutura, as notícias são precedidas de alguns dados que nos permitem localizá-las temporal e geograficamente: o nome da nação de proveniência é impresso em maiúsculas, seguindo-se, em letras mais pequenas, a data e o nome da capital ou cidade de origem. Por fim, surge o corpo da notícia, apresentando uma estrutura quase sem parágrafos, que ocupa toda a dimensão das páginas e um estilo que muitas vezes denuncia claramente uma tradução apressada e resumida ao essencial. Os anúncios, publicados no final da última página, surgem com um tipo de letra ainda mais reduzido e itálico, o que dificulta a sua leitura.

Dando continuidade à estrutura presente nas suas congéneres europeias, verificamos que grande parte do corpo da gazeta era ocupado com informações do estrangeiro, como mostra a carta de privilégio de 1715, notícias designadas de políticas, traduzidas e resumidas de gazetas europeias, trabalho que estaria a cargo do seu redator, José Freire Monterroio Mascarenhas, que ocupa este lugar até 1760. O longo período em que este se responsabilizou pela redação da *Gazeta* conduziu a uma identificação muito próxima entre a conceção deste jornal e a própria personalidade do seu redator, que explica a denominação com que terá ficado conhecida neste período⁴, como a *Gazeta de Monterroio*. A parte final desta publicação, ainda antes dos anúncios, evidenciando uma tendência de aproximação geográfica, era ocupada pelo noticiário nacional. Este movimento centrípeto culmina com a produção de um noticiário nacional, que constituía uma parte reduzida deste periódico, marcado por uma vigilância mais acentuada comparativamente às notícias de âmbito internacional, o que se repercute em informação menos descritiva e abundante, e mais cautelosa.

O reduzido espaço disponível para estas notícias estava limitado pela periodicidade semanal que se impunha. No caso das notícias sobre o estrangeiro, parte predominante deste e de outros periódicos do género, as notícias, essencialmente políticas e militares, eram preparadas com tempo, uma vez que não se impunha um nível de atualidade tão elevado.

As notícias sobre a Corte, na capital, preenchiam maioritariamente este espaço reduzido, ainda que por vezes surgissem informações sobre outras

⁴ Este primeiro período de vida da *Gazeta* (1715-1760) foi trabalhado em teses académicas, de uma forma aprofundada, ultrapassando a vertente superficial com que este periódico tinha sido afluído na historiografia jornalística. Referimo-nos às teses de mestrado e doutoramento de André Belo. A primeira intitulada de *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*, apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1997 e a segunda, intitulada de *Nouvelles d'Ancien Régime. La Gazeta de Lisboa et l'information manuscrite au Portugal (1715-1760)*, apresentada na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales em 2005. A tese de doutoramento de João Luís Lisboa é também uma referência nesta linha de investigação: *Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle au Portugal*, apresentada no Instituto Universitário Europeu, Florença, em 1998.

localidades, obtidas através de correspondência. Por último, existia uma “secção” dedicada a anúncios, tendo sido precisamente na *Gazeta* que surgiu o primeiro anúncio comercial, designado de “aviso”.

2. Apresentação do projeto de investigação

A *Gazeta de Lisboa* foi precisamente o periódico escolhido para a constituição do nosso corpus de trabalho, que se localiza temporalmente nos séculos XVIII (1715-1716) e XIX (1815), períodos marcados por alterações profundas ao nível económico, político e sociocultural, que agitaram profundamente o panorama político português, com consequências evidentes em todos os outros planos da vida nacional. O pensamento jornalístico destes séculos constituiu uma base importante para a história do jornalismo português, pois começam a surgir algumas preocupações prementes para o desenvolvimento do jornalismo enquanto área autónoma, com um discurso, preocupações e finalidades próprias.

No nosso trabalho de investigação, que corresponde à tese de doutoramento, pretendemos reconstruir/relembrar a história do jornalismo português desde a sua génese até ao século XIX, estabelecendo sempre uma base de comparação com o panorama europeu, não descurando as circunstâncias histórico-culturais que condicionaram este percurso.

Depois desta contextualização, iremos proceder à edição semidiplomática do nosso corpus, ao que se segue uma análise comparativo-contrastiva entre a primeira parte do corpus, referente a 1715-1716, que corresponde ao momento do nascimento da *Gazeta de Lisboa* e a segunda parte, a de 1815, o que nos permite avaliar as principais alterações lexicais operadas neste jornal decorrido um século, para além de outras considerações linguísticas relevantes.

Este texto será, pela primeira vez, analisado sob uma perspetiva linguística e tendo por base um programa informático, *NooJ*, o que permitirá uma série de análises contrastivas e lexicais mais objetivas e rigorosas, reveladoras de uma aproximação cada vez mais evidente entre a linguística e a informática.

No final, será necessário proceder ao tratamento dos dados que recolhemos com as ferramentas linguísticas de forma a concluir determinados aspetos no âmbito da linguística e também das temáticas principais do jornalismo referente aos séculos XVIII e XIX.

3. Estudo estatístico-lexical da *Gazeta de Lisboa* (Agosto de 1715)

3.1 Importância da Informática na análise de textos

A abordagem lexical que pretendemos levar a cabo será facilitada pela utilização de um recurso informático de processamento automático de texto que nos permite obter resultados mais fiáveis e sistemáticos num curto espaço de tempo. O uso das novas tecnologias potenciou a execução de um conjunto de tarefas que facilitam o trabalho ao investigador que, ainda assim, continua a ser

o condutor principal da sua investigação e o responsável pela leitura dos resultados facultados por estes programas.

Na nossa investigação escolhemos o *NooJ*, programa desenvolvido por Max Silberztein, que reconhece e trabalha mais de 100 formatos de texto. Este software permite-nos executar um conjunto de tarefas, das quais destacamos: a etiquetagem linguística do corpus; a elaboração de listas de formas a partir da classe ou subclasse, ou de outro traço morfológico; o estabelecimento de concordâncias tendo por base qualquer dado linguístico; a organização da listagem dos *Digrams*; a construção de dicionários e gramáticas flexionais, morfológicas ou sintáticas, necessárias para ultrapassar alguns problemas que não conseguem ser resolvidos pelos recursos linguísticos eletrónicos já existentes.

No caso do *NooJ*, referimo-nos aos dicionários eletrónicos⁵ de grande qualidade e ampla cobertura produzidos pelo Laboratório de Engenharia Linguística, que constituem o sistema LABEL-LEX⁶ (*LabEL*: www.LabEL.ist.utl.pt). Os léxicos desenvolvidos apresentam dois módulos: 1) LABEL-LEX sw, que contém mais de 1500000 formas flexionadas e o 2) LABEL-LEX-mw, formado por mais de 75000 unidades lexicais multipalavra.

3.2 Método de trabalho

Depois de apresentarmos o recurso informático escolhido para a nossa análise e de explicitarmos algumas das suas características e potencialidades, passamos a descrever o método de trabalho por nós usado.

O texto que iremos trabalhar neste momento é uma espécie de subcorpus do corpus a que nos propusemos trabalhar no doutoramento. Trata-se apenas do mês de Agosto da *Gazeta de Lisboa*, que constitui um total de 24 páginas. É nosso propósito, como já foi referido, começar pela edição desta parte do periódico, que passaremos a denominar como *GL-08-1715*, seguindo-se um estudo lexical, para o qual contamos com o precioso auxílio do programa *NooJ*. Iniciámos o processo da edição com a transcrição integral do mês de Agosto de 1715 da *Gazeta de Lisboa*, visto que necessitávamos de uma versão do documento em Word para depois o inserir no programa *NooJ* e uma vez que a possibilidade de conversão das imagens em texto através de um programa de OCR⁷ não se tornou possível devido a um conjunto de gralhas que resultaram deste processo. Esta edição teve como critério a aproximação rigorosa ao texto original, apresentando como única alteração o desdobramento da abreviatura q,

⁵ “Um dicionário electrónico é um léxico computacional concebido para ser usado, sem intervenção humana, por programas informáticos em diversas operações de processamento de linguagem natural.” (Ranchhod 2001: 14).

⁶ Tivemos acesso a estes recursos linguísticos através de um protocolo estabelecido entre o Centro de Estudos em Letras e o Laboratório de Engenharia Linguística, sendo também de destacar o importante contributo de José Paulo Tavares na adaptação destes recursos para o formato *NooJ*.

⁷ Esta sigla refere-se à tecnologia de Reconhecimento Ótico de Carateres.

na forma do pronome/conjunção *que* e da conjunção *porq*, que passaram a ser registados como *que* e *porque*⁸.

Depois de verificado o texto, e terminado este processo de edição, procedemos às alterações necessárias para que o documento ficasse sem qualquer tipo de formatação, processo com que nos tínhamos preocupado no momento da edição do texto, como era o caso dos parágrafos, quebras de linha, quebras de página, itálicos, negritos, tipos e tamanhos de letra diferentes, etc.

De seguida, executámos o programa *NooJ*, que iniciou o processo de anotação automática, tendo por base os léxicos do *LabEL*, adaptados a esse mesmo formato. Deste trabalho, resultaram os seguintes dados:

GL-08-1715	
Unidades de texto (parágrafo)	146
Nº de caracteres	78032
Nº de ocorrências/tokens	15778
Nº de formas diferentes	3218
Formas desconhecidas	1319
Anotações	33818

Tabela 1: Dados gerais da *GL-08-1715* obtidos com os recursos do *LabEL*.

A observação desta tabela permitiu-nos confirmar um dado que já havíamos antecipado, que se prende com o número elevado de formas desconhecidas, como era de esperar, devido à diferente forma gráfica de muitas palavras, justificável por estarmos a utilizar os recursos linguísticos do *LabEL*, que se centram no léxico atual, e que por isso não reconhecem muitas formas diferentes presentes num texto do século XVIII.

Se, por um lado, as formas desconhecidas são indicadoras de um baixo nível de cobertura dos recursos linguísticos existentes, apenas 59%, tendo em conta que não reconhecem 40,98%, equivalente às 1319 formas, elas podem servir como forma de enriquecimento dos recursos linguísticos, uma vez que exigem a construção de novos recursos como poderá ser o caso de novos dicionários ou gramáticas.

Antes desse processo, será necessário detetar o motivo desta falha ao nível da cobertura dos recursos disponíveis, os do *LabEL*, e claramente concluímos tratar-se de uma questão de grafia, que separa estes séculos.

Formas desconhecidas

As principais diferenças gráficas presentes neste corpus são as seguintes:

- 1) as duplas consoantes, como é o caso de *abbade*, *difficuldade*, *elle*, *aprovado*, *oposição*, *applicado*.

⁸ A preocupação relativamente ao desdobramento da abreviatura através do itálico está unicamente ligada ao processo de edição, e nada tem a ver com o programa, uma vez que o *NooJ* não reconhece este tipo de formatação.

- 2) os topónimos e antropónimos com grafias diferentes das atuais, dos quais destacamos *Rebinsky, Dolhorouki, Liverpool, Mattheos, Joseph*
- 3) diferenças na acentuação:
 - 3.1) o ditongo nasal -ão, que surge, alternadamente, com a forma atual -ão ou com a forma -aõ, visível nos exemplos que se seguem:
 - nos nomes *accusação/accusaçaõ; treyçaõ/treyçaõ; grão/grãõ; embarcação/embarcaçaõ, guarnição/guarniçaõ; oposição/opposiçaõ; satisfação/satisfaçaõ; condição/condiçaõ;*
 - nos verbos, onde esta oscilação da grafia é visível nas terceiras pessoas do plural, das quais destaco o caso do pretérito perfeito do modo indicativo (*mandaraõ/mandáraõ/mandàraõ, fizeraõ/fizerãõ; foraõ/forãõ; obrigáraõ/obrigàraõ; tiverãõ/tiverãõ, voltáraõ/voltàraõ;* do pretérito imperfeito (*deviãõ/deviãõ, haviãõ/haviãõ*) e também do futuro (*daráõ/daraõ, mandaraõ/mandarãõ, seráõ/serãõ*).
 - 3.2) o plural do ditongo nasal -ão, que nós hoje realizamos como -ões, apresenta no corpus duas formas diferentes. São elas em -oens e em -oês, como fica claro pelos exemplos que se seguem: *batalhoens/batalhoês, declaraçoens/declaraçoens, embarcaçoens/embarcaçoens, esquadroês/esquadroens, milhoês/milhoens.*
 - 3.3) a omissão do acento agudo na vogal tónica, como é o caso da terceira pessoa do singular do verbo haver no presente do modo indicativo, *ha*, dos nomes *sabbado* e *secretario*, do advérbio *ja*, e do adjetivo *necessario*.
 - 3.4) a alternância entre o acento agudo ou grave e o circunflexo, como se nota nas diferentes formas que adotam as palavras: *està/estâ, jà/jâ, sómente/sômente.*
 - 3.5) o recurso ao til para atribuir nasalidade, em substituição do -m ou n-, como é notório nas formas dos artigos *hũ* e *hũa*, que coexistem com *hum* e *huma*, e também em outras palavras como *impaciência*, *frequentemête*, *Parlamêto*, *tambê/tambem*.
- 4) a junção do clítico à forma verbal sem o recurso ao hífen, como por exemplo *concedendolhe*, *manterse*, *pedindolhe*, *porse*, *entregarseha*, *concederseha*, etc.

Apesar de haver muitas outras diferenças gráficas, consideramos importante fazer este levantamento pois estas são as mais frequentes, o que nos permite, numa segunda fase do trabalho, construir gramáticas morfológicas, capazes de reconhecer estas diferenças e de classificar cada uma destas entradas devidamente.

Antes de apresentarmos os vários grafos construídos para o efeito, julgamos necessário lembrar que o *NooJ* trabalha com a tecnologia de estados finitos. Os grafos correspondem precisamente a FST (*finite-state transducer*) que apresentam algumas potencialidades ao nível do tratamento automático de textos escritos. Servem para construir dicionários eletrónicos e gramáticas. Estas

podem ser criadas para resolver variados problemas ao nível ortográfico, morfológico, sintático, o que explica a existência de i) gramáticas flexionais e derivacionais (ficheiros com a extensão **.NOF**), ii) lexicais, ortográficas, morfológicas ou terminológicas (ficheiros com a extensão **.NOM**), iii) sintáticas ou semânticas (ficheiros com a extensão **.NOG**).

Construção de gramáticas lexicais (ou morfológicas)

Passamos, desta forma, a enumerar as várias gramáticas morfológicas criadas e as operações que elas possibilitam:

1. Para todas as formas com consoante dupla intermédia, usámos o grafo seguinte, que relaciona a grafia própria do século XVIII com a forma atual, de consoante simples, e recupera as respetivas informações da entrada do dicionário. No nosso corpus só temos a consoante dupla, o que nos permite o reconhecimento das formas *abbade*, *ella*, *accuso*, por exemplo; no entanto este grafo, que deve ser aplicado em baixa prioridade, resolveria também o problema de uma vogal dupla.

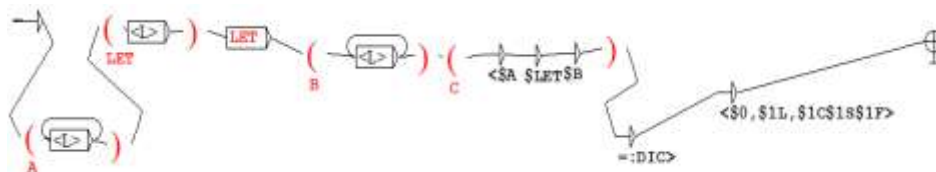


Ilustração 1: FST de reconhecimento de formas com consoante dupla interior.

2. No caso do ditongo nasal -ão, que é representado graficamente no nosso corpus como -aõ, criámos uma gramática que nos permite associar o ditongo -aõ ao atual -ão.

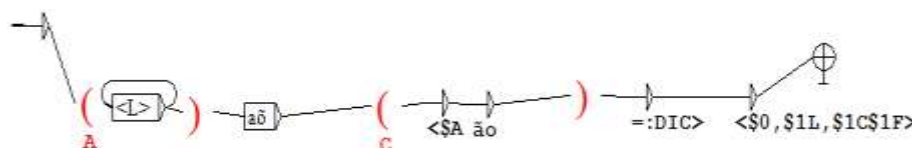


Ilustração 2: FST de alteração de terminação nasal.

3. Para reconhecimento de nomes próprios, construímos uma gramática morfológica, que deve ser aplicada em baixa prioridade, para atribuir a etiqueta de nome próprio às palavras dadas como desconhecidas pelos recursos aplicados na análise linguística que comecem com letra maiúscula ou sejam todas escritas com letra maiúscula.

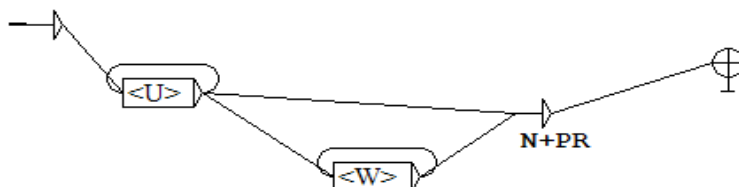


Ilustração 3: FST heurístico de etiquetagem de nomes próprios.

4. No caso das palavras cuja grafia ainda não contempla a acentuação na vogal tónica, como acontecia com *ha* ou *ja*, usámos a próxima gramática morfológica que, quando aplicada, procedimento que deve ser feito em baixa prioridade, identifica formas em que o *-a*, apresentado no texto do século XVIII, corresponde a um *-á* na grafia atual, quer este grafema esteja em posição inicial, medial ou final. Este grafo recupera essa entrada desde que encontre essa correspondência no dicionário⁹.

Construímos esta gramática para este caso específico da vogal *-a*, que nos pareceu ser a mais frequente, no entanto o mesmo procedimento poderia ser adotado para outras vogais pretendidas, constituindo uma gramática por cada substituição.

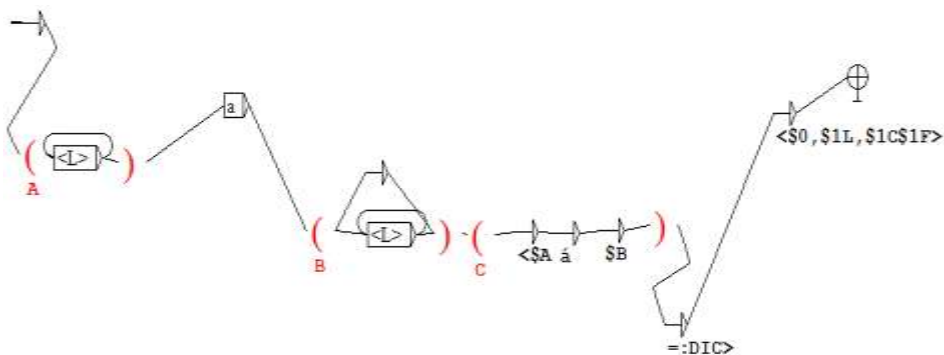


Ilustração 4: FST de reconhecimento de formas grafadas com vogal sem acento correspondentes a vogal acentuada .

5. Para separação e classificação de formas que compreendem a duas (ilustração 5) ou três (ilustração 6) palavras não separadas, desde que cada uma exista no dicionário, utilizámos estas gramáticas morfológicas, aplicadas também elas em baixa prioridade.

⁹ Persistem, ainda, alguns problemas decorrentes da ambiguidade, como é o caso da forma *agua*, que o programa não altera ou reconhece como *água*, devido à existência do verbo *aguar*.

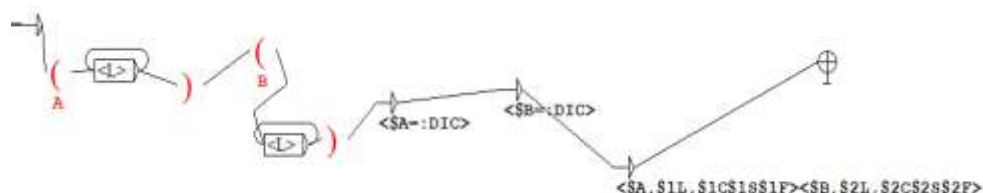


Ilustração 5: FST de identificação de complex tokenization¹⁰ (duas palavras).

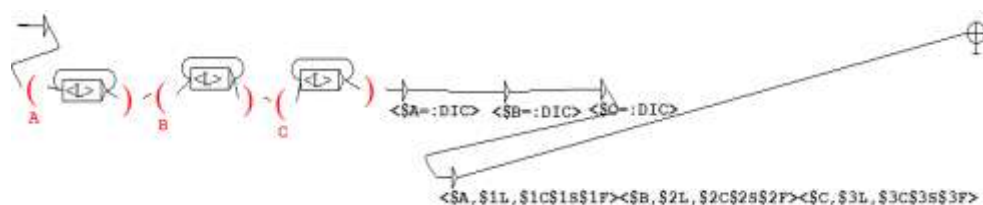


Ilustração 6: FST de identificação de complex tokenization (três palavras).

Construção de dicionários eletrónicos

Depois de constituídas estas gramáticas, faltavam ainda resolver várias palavras desconhecidas que não se inseriam nestes seis casos, o que nos conduziu à construção de um dicionário, que intitulamos de dicionário da gazeta setecentista, e um dicionário de abreviaturas, ao qual atribuímos este mesmo nome.

A criação de dicionários eletrónicos no *NooJ*, enquanto ficheiros de extensão *NOD*, implicou a ação de etiquetagem¹¹ das diferentes formas que foram classificadas como desconhecidas, o que exigiu a associação da palavra à sua categoria e propriedades morfossintáticas. As etiquetas podem ser simples quando apresentam apenas uma informação, como é o caso da classe gramatical, ou podem ser complexas, quando a etiqueta contempla vários dados (para além da classe, o lema, número, género, etc.). Uma das características destas etiquetas prende-se com a sua reduzida extensão, e daí o recurso a abreviaturas ou códigos, de forma a agilizar o processo de etiquetagem. O investigador terá aqui um papel decisivo na escolha da informação que inclui em cada entrada, opções estas que estarão condicionadas pelo tipo de abordagem que pretende levar a cabo.

¹⁰ A tokenization ou itemização “consiste na separação das unidades ortográficas, normalmente por meio da inserção de espaços em branco ou quebras de linha entre elas.” (Sardinha 2004: 128).

¹¹ Segundo Costa (2001: 38), “(...) anotar um corpus significa associar informação linguística a segmentos de texto, recorrendo para o efeito a um conjunto de símbolos, as etiquetas, por forma a identificá-los, com vista ao seu tratamento automático. Esta operação é designada de etiquetagem, constituindo o produto final um corpus anotado.”

que remete para a noção de ambiguidade, como se percebe pela relação direta entre as anotações (“text annotation structure”) e a taxa de ambiguação, que neste caso será também elevada. Apesar desta verificação, não iremos, neste momento, proceder à desambiguação do nosso corpus, ato que seria obrigatório caso quiséssemos proceder a um estudo aturado da utilização de determinada classe de palavras.

Tokens mais frequentes					
Nº de ordem	Forma	Ocorrência	Nº de ordem	Forma	Ocorrência
1	de	922	21	Mag	55
2	que	485	22	sua	53
3	a	438	23	À	53
4	o	330	24	seu	53
5	se	317	25	huma	45
6	da	205	26	O	45
7	para	178	27	das	43
8	do	171	28	tropas	41
9	os	170	29	Conde	36
10	em	166	30	Tem	35
11	com	150	31	Corte	34
12	as	120	32	Cidade	32
13	dos	96	33	suas	32
14	S.	89	34	seus	32
15	na	81	35	sobre	31
16	por	69	36	Julho	31
17	ao	67	37	ha	31
18	no	63	38	grande	31
19	hum	61	39	não	29
20	Havia	57	40	aos	29

Tabela 3: Lista dos 40 tokens mais frequentes.

A análise a esta tabela permite-nos rapidamente confirmar que a maioria destas formas corresponde a palavras gramaticais ou funcionais. As preposições ocupam neste corpus um lugar de destaque, lideradas por *de*, ao que se seguem muitas outras formas, como é o caso do *em*, *com*, *por*, *sobre*, a contração da preposição com artigos (*da*, *do*, *dos*, *na*, *no*, *das*, *à*, *aos*) e uma forma ambígua, *a* (que pode ser caracterizada como artigo, preposição, nome ou pronome). Em segundo lugar, como acontece na generalidade dos corpora, surge-nos o *que*, uma das formas mais ambíguas em Português, que ocupa precisamente o primeiro lugar das formas ambíguas. Os verbos têm uma representatividade muito reduzida, com três ocorrências, duas formas do verbo haver e uma do verbo ter. Outra forma que merece uma referência é precisamente o determinante/pronome possessivo *seu*, flexionado no masculino, feminino, singular e plural, e representado na abreviatura S., que desdobrámos no dicionário como Sua, e que ocupa o 14º lugar das primeiras 40 formas do corpus. Por sua vez, os adjetivos são representados apenas por uma forma, *grande*, que

ocupa uma das últimas posições, valor que está de acordo com a neutralidade reclamada pelo estilo informativo do texto jornalístico, que não se coaduna com um número elevado de adjetivos.

Depois de analisarmos estas classes, resta-nos tentar perceber a importância que têm os nomes destacados a cor diferente na tabela: *Mag.* (abreviatura de Magestade, que juntamente com a abreviatura *S.* constitui a expressão Sua Magestade), *tropas*, *conde*, *corte*, *cidade* e *Julho*. Sabemos que um dos critérios de noticiabilidade, que transformam um facto em notícia, foi e continua a ser a referência a pessoas de elite ou dados sobre países importantes no contexto internacional. O redator selecionava os acontecimentos dignos de registo com base na notoriedade dos seus intervenientes, produzindo uma história das elites, onde figuram as notícias sobre os atores sociais dominantes, como acontece hoje em dia. Os jornais surgiram para responder a uma necessidade de informação e satisfazer a curiosidade humana, daí a referência a informações políticas, religiosas, militares ao nível nacional e internacional, o interesse pelos povos e culturas distantes, pelo movimento portuário e a forte curiosidade pelo que se passava na Corte.

Retomando o grupo dos cinco nomes que se destacam entre as 40 formas mais frequentes, verificamos que a *Corte*, *Sua Magestade* e o *Conde* são figuras nucleares neste ambiente de elite que atrai jornalistas e público. Por outro lado, temos a referência às *tropas*, que denota uma preocupação evidente por informações militares. Por último, os nomes *Cidade* e *Julho* são reveladores de uma categorização da informação em função de um espaço geográfico e por isso a noção de Cidade, em detrimento do mundo rural que não tem lugar num jornal da época, e a referência a um tempo específico, Julho, que era normalmente antecedido do dia e local para que o leitor pudesse situar as notícias num espaço e tempo determinados. Esta organização das notícias tinha por base uma referência direta ao tempo e espaço (país e cidade), num movimento de aproximação geográfica, com as notícias sobre o território nacional limitadas sempre à última parte do periódico, o que permitia ao leitor um acesso à informação de uma forma mais organizada, evitando uma possível sensação de caos.

Classes de palavras

Num segundo momento interessava-nos conhecer a frequência com que cada classe surgia no nosso corpus, o que nos levou à pesquisa de cada uma delas através da funcionalidade “locate”, onde inserimos o output que pretendíamos. Desta forma, no caso do nome, por exemplo, inserimos <N> na opção “NooJ regular expression”, o que nos permitiu visualizar todos os nomes que surgem no texto, inseridos no seu contexto, o que será muito útil se pretendermos estabelecer concordâncias. Este procedimento foi adotado para todas as classes de palavras, sendo também possível, com esta mesma funcionalidade, ordená-los por ordem alfabética, estratégia que poderá facilitar

um trabalho de pesquisa posterior. Depois de um número total de ocorrências, interessava-nos também conhecer o número de formas diferentes que cada classe apresenta. Este propósito foi conseguido através da opção “1 example per match”, que se tratou de uma forma de limitar a nossa pesquisa.

Depois de organizados estes dados, surgem os seguintes resultados, que apresentamos na tabela:

Totais de frequências				
Classe gramatical	Ocorrências	Média	Formas diferentes	Média
Nomes	6108	31,03%	1870	43,25%
Adjetivos	1348	6,84%	645	14,92%
Verbos	3446	17,50%	1271	29,40%
Determinantes	2026	10,29%	128	2,96%
Pronomes	2909	14,78%	149	3,44%
Preposições	2118	10,76%	42	0,97%
Advérbios	512	2,60%	132	3,05%
Conjunções	1052	5,34%	63	1,45%
Interjeições	162	0,82%	23	0,53%
Totais	19681	100%	4323	100%

Tabela 4: As Classes de palavras e sua distribuição percentual na *GL-08-1715*.

Como podemos verificar pela análise desta tabela, os nomes ocupam claramente uma posição de destaque, com uma percentagem de 31,03%, aos quais se seguem os verbos, com 17,50%, e os pronomes com 14,78%. As interjeições ocupam o último lugar, sendo que, se procedêssemos a uma total desambiguação do corpus, o valor da sua percentagem reduziria drasticamente.

A coluna das formas diferentes permite-nos constatar uma alteração relativamente às posições cimeiras ocupadas pelas classes de palavras. Se o nome continua a liderar, ainda que agora mais próximo do verbo, que apresenta uma ampla possibilidade de flexão, o terceiro lugar passa a ser ocupado pelo adjetivo, seguido, com uma percentagem muito inferior, pelo pronome. A este nível, os pronomes, juntamente com as conjunções, preposições, apresentam uma grande diferença entre a frequência das ocorrências e das formas diferentes, reveladora de um número reduzido de formas que estas têm na nossa língua. Esta é precisamente uma característica das palavras gramaticais (categorémáticas e morfemáticas, segundo Bechara 2002: 112), uma vez que elas existem em número finito. Contrariamente a esta situação, as palavras plenas ou lexicais (também designadas de lexemáticas por Bechara 2002: 112) existem em número potencialmente ilimitado e são também elas as que se encontram mais expostas à mudança diacrónica, quer na forma quer no seu significado, apresentando uma percentagem elevada neste corpus, de 57,97%. As palavras gramaticais ou funcionais, que se caracterizam por ser mais estáveis ao longo do desenvolvimento histórico da língua, surgem com uma percentagem mais reduzida, ocupando um total de 42,03% das ocorrências.

Depois de fazermos a procura das ocorrências de todas as classes e das formas diferentes em que surgem no corpus, concentrar-nos-emos apenas na classe destacada, o nome. Neste sentido, iniciamos a pesquisa das ocorrências pelos nomes próprios, por considerarmos que são várias as referências a antropónimos e topónimos presentes neste texto. Lembramos que esta pesquisa só se tornou possível devido à criação de um grafo que permitiu o reconhecimento dos nomes próprios, visto que a maioria deles foi classificada como desconhecida. Desta forma, a pesquisa de todos os nomes próprios através da aplicação Locate <N+PR> teve como resultado 638 ocorrências (*Gabel, Almeyda, Diniz, Joseph, Suecia, Hessen Castel, Rugen*); no entanto é preciso não esquecer que outros nomes próprios, que não apresentaram diferenças gráficas relativamente às formas atuais, já tinham sido classificados pelos dicionários eletrónicos do LabEL, sendo que, para o traço semântico +Humano <N+Hum>, encontramos 118 ocorrências de nomes próprios (*Caetano, Lourenço, Rocha, Botelho, Gaspar*) e para o traço +Topónimo <N+Top> 284 (*Turquia, Viena, Europa, Veneza, Alexandria, Londres, Inglaterra*), perfazendo um total de 1040 nomes próprios.

Estes dados permitem-nos confirmar a importância de uma categorização espacial, visível nos vários topónimos que inundam este corpus, aliada a uma referência direta aos muitos protagonistas (antropónimos) que celebrizaram os vários acontecimentos.

Os nomes comuns remetem para dois campos temáticos principais: o religioso, visível nos exemplos que se seguem *altar, capella, padre, conego, convento, religioso, sacramento, vaticano* e o militar, como o comprova a proliferação de vocábulos relacionados com esta área: *batalha, armada, tropa, exercito, conquista, canhaõ, guerra, hostilidade, inimigo, morte, soldado*. Paralelamente, é de destacar o número significativo de títulos usados para qualificar os protagonistas das notícias, forma de mostrar o papel determinante das elites nos jornais: *magestade, general, duque, cõde, marichal, marquez, procurador, governador*, etc.

4. Considerações finais

Depois de uma breve apresentação do periódico que marcou o panorama jornalístico português, procedemos à exploração do nosso corpus, para o que decidimos aproveitar as potencialidades dos programas informáticos de tratamento automático de texto. Neste corpus específico, os principais problemas que surgiram prenderam-se com as diferenças gráficas, próprias de um texto do século XVIII, o que nos conduziu à criação de gramáticas e dicionários, que nos permitiram a classificação de todas as formas do texto. A construção destes novos recursos eletrónicos atrasou, por um lado, a análise do nosso texto, no entanto consideramos que o tempo e o trabalho dispendidos nesta atividade serão compensados em todas as análises que podem ser efetuadas em textos da mesma centúria. Neste sentido, percebemos que o trabalho facilitado pelas ferramentas

informáticas necessita de ser complementado por uma intervenção humana crítica ao nível da criação de novos recursos, da resolução de vários problemas, que permitem aperfeiçoar os sistemas existentes, e, por último, ao nível da posterior reflexão sobre os resultados obtidos.

Referências bibliográficas

- Bechara, Evanildo (2002): *Moderna Gramática Portuguesa*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Belo, André (2001): *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Belo, André (2005): *Nouvelles d'Ancien Régime. La Gazeta de Lisboa et l'information manuscrite au Portugal (1715-1760)*. Paris?: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- Costa, Maria Rute Vilhena (2001): *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCSH.
- Genouvrier, Emile, e Peytard, Jean (s/d): *Linguística e Ensino do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Guiraud, Pierre (1960): *Les Caractères Statistiques du Vocabulaire. Essai de Méthodologie*. Paris: P.U.F.
- Lisboa, João Luís (1998): *Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal*. Tese de Doutoramento. Florença: Instituto Universitário Europeu.
- Machado, José Barbosa (2002): *Tratado de Confissom (1489) Edição semi-diplomática, Estudo histórico, informático-lingüístico e glossário*. Dissertação de Doutoramento. Vila Real: UTAD.
- Muñoz António M. Ávila (1997): «La elaboración de índices de frecuencia léxica sobre corpora de lengua hablada: una aplicación a la lingüística de corpus» In Durán, Juan de Dios Luque e Pozas, Francisco José Manjón (eds.): *Teoría y Práctica de la Lexicología – IV Jornadas Internacionales sobre Estudio y Enseñanza del Léxico*. Granada: Série Collectae.
- Ranchhod, E. (2001): “O uso de dicionários e de autómatos finitos na representação lexical das línguas naturais”. In: E. Ranchhod (org.) *Tratamento das línguas por computador: uma introdução à linguística computacional e suas aplicações*. Lisboa: Caminho: 13-47.
- Sardinha, Tony Berber (2004): *Linguística de Corpus*. São Paulo: Manole.
- Silberztein, Max (2002-2008): *NooJ v2 Manual*, www.nooj4nlp-net
- Tavares, José Paulo da Costa (2006): *Pressupostos teóricos e metodológicos para o estabelecimento e exploração de um corpus paralelo Latino-Português*. Dissertação de Mestrado. UTAD: Vila Real.
- Vieira, Júlio (2001): *O jornalismo setecentista. A Inglaterra e a Gazeta de Lisboa (1715-1720)*. Lisboa: Palas Editores, Lda.

Imago Mundi: O poder contemporâneo da imagem do signo linguístico na comunicação

Rui Guimarães

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
rguima@utad.pt

Abstract

Imago mundi is from the beginnings of the religious man, the representation of the cosmos. The importance of image in linguistic sign has already been emphasised by classics like Aristotle and Sextus Empiricus or later St Augustine. Already in scientific approach, the theories of Saussure structural linguistics (1916) or Peirce's semiotics (1931) attach great significance to the picture, the latter calling it as a founding element of thought itself, continuing also the communication model of Jakobson (1995). In the fields of mass communication and marketing, according to Schultz & Barnes (1999) or W. Schramm and D. Roberts (1971) the image is crucial, or the power of image expanded to other terraces as the cultural at Pêcheux (1969) or G. Steiner (1971) as symbolic power of the images from the past, a genetic information, or another cultural autonomy, according to Foucault (1966). The study and development of the image knows new moments like exposed by Daniel Bell (1960, 1973) the post-industrial society and the end of ideology, until the advent of the internet or the digital revolution, according to Nicolas Negroponte (1995) and the transition from the traditional world of the atoms of matter to the bite, in which the power of the image transforms the world in all areas, opening new perspectives to humanity.

Keywords: image, linguistic sign, communication, marketing, digital revolution.

Resumo

Imago mundi é dos primórdios do homem religioso da representação do cosmos. A importância da imagem no signo linguístico foi já salientada por clássicos como Aristóteles e Sextus Empiricus ou posteriormente Santo Agostinho. Já no enfoque científico, as teorias da linguística estrutural de Saussure (1916) ou da semiótica de Peirce (1931) conferem grande relevo à imagem, este último ligando-a como elemento fundador do próprio pensamento, prosseguindo no modelo de comunicação de Jakobson (1995). Nos domínios da comunicação de massas e *marketing*, segundo Schultz & Barnes (1999) ou Schramm & Roberts (1971), a imagem é fundamental, ou o poder da imagem expandido para outros patamares como o cultural em Pêcheux (1969) ou Steiner (1971) como força simbólica das imagens do passado, informação genética, ou outra autonomia cultural, segundo Foucault (1966). O estudo e desenvolvimento da imagem conhecem novos momentos como os expostos por Daniel Bell (1960, 1973) a sociedade pós-industrial e o fim das ideologias, até ao advento da internet ou a revolução digital, segundo Nicolas Negroponte (1995) e a passagem do mundo tradicional dos átomos da matéria para o dos *bites*, em que o poder da imagem transforma o mundo em todos os domínios, abrindo novas perspectivas à humanidade.

Palavras-chave: imagem, signo linguístico, comunicação, marketing, revolução digital.

Introdução

O tema da presente comunicação prende-se com uma reflexão sobre a *imago mundi*: ou o poder contemporâneo da imagem do signo linguístico na comunicação, contextualizado na intrínseca e profunda relação entre linguagem e comunicação, e a pouca importância muitas vezes atribuída à imagem e ao seu “poder” como componente do signo linguístico.

Tivemos como trabalho prévio a consulta de alguns clássicos, remontando aos estudos normalmente designados como pré-científicos, ou anteriores a Saussure, ou praticamente contemporâneos mas diferentes, como Peirce de cariz semiótico, ou de perspetivas linguísticas mais recentes, num âmbito interdisciplinar das Ciências da Comunicação com diversas visões culturais e recentes teorias da comunicação e *marketing*, sendo nosso propósito demonstrar a importância que a imagem tem vindo a adquirir em diversas áreas do saber, incluindo a linguística, e relacioná-la nestas dimensões atuais.

Estamos em crer que as humildes contribuições do nosso artigo consistem essencialmente nos esforços a desenvolver no âmbito das Ciências da Linguagem, das relações da Linguística e Comunicação, já evidenciadas por Jakobson (1995), ou nas diferentes alusões de Saussure (1916)¹ e o relacionamento interdisciplinar com outras áreas do saber como cultura e *marketing*.

Numa breve alusão ao título da presente comunicação, *imago mundi: o poder contemporâneo da imagem do signo linguístico na comunicação*, pretendemos, desde já, focar a aceção mais originária ou primordial, se assim o quisermos entender.

A expressão *imago mundi* aponta para o homem religioso dos primórdios e a representação do cosmos no terreno. Desde logo, o poder das imagens no imaginário humano. A construção da sua própria cidade a partir de um ponto central povoado de imagens demoníacas ou redentoras, relacionadas com a queda da civilização no caos.

É já uma conceção forte do poder da imagem e da maneira de pensar, que Eliade (1995), em notas diversas, afirma persistirem no homem contemporâneo.

Pretendemos, desde já, deixar claro que a expressão *imago mundi*, ao abrir o título “o poder da imagem do signo linguístico na comunicação”, visa remeter para a conceção clássica da imagem do mundo.

A reflexão sobre a imagem, o signo linguístico e o símbolo é já bem antiga, como sabemos, mas não deixa de perder a pertinência da sua atualidade. O seu primeiro momento (Todorov 1979: 18) remonta ao tratado *Sobre a Interpretação* do livro do *Organon* de Aristóteles (384 ou 383 - 322 a.C.), que foca explicitamente os termos signo, símbolo e imagem, ou mesmo à *Poética*, ainda de Aristóteles, provavelmente escrita entre os anos 334 a.C. e 330, termos como “significante” e “sons”, num segundo momento em fragmentos dos estoicos,

¹ O original da obra remonta a 1916 e em 1971 foi publicada em Paris pelas Éditions Payot com o título *Cours de Linguistique Générale*. Servimo-nos, para o presente estudo, da tradução portuguesa *Curso de Linguística Geral*, publicada pelas Edições Dom Quixote, em 1978.

nomeadamente *Contra os Matemáticos* de Sextus Empíricus (c. 160-210 AD), onde se foca o significado e o significante, ou em *Sobre a Dialéctica*, de Santo Agostinho, escrito em 387 (Todorov 1979: 33).

Não é contudo nosso objetivo fazer um estudo da história do signo linguístico, ou questionar as origens da semiótica ou a linguística nos clássicos gregos, nas abordagens normalmente designadas como pré-científicas, mas apresentar uma reflexão sobre a “imagem” e a sua força como componente do signo linguístico e a maior ou menor importância que lhe foi atribuída ao longo dos tempos, e o seu poder sobretudo na comunicação e na linguagem e comunicação.

A imagem no âmbito mais linguístico do paradigma estruturalista e semiótico, e não da visão do mundo ou cosmovisão ou conceção do mundo, seja também na aceção mais filosófica, a *Weltanschauung*, ainda que entre ambas se possa estabelecer uma relação.

Com frequência ouvem-se proferir afirmações quanto ao facto de vivermos na era do pós-modernismo ou da pós-cultura em que assume particular relevo a supremacia da imagem, preferencialmente ligada ao poder, ou a flutuar no imaginário numa ansiedade de consumo da imagem em si mesma ou da sua própria força. Parece que a imagem povoa o mundo contemporâneo e exerce sobre ele grande influência.

1. Imagem, signo, comunicação e cultura

Numa relação interdisciplinar das Ciências da Linguagem, considerando algumas primeiras formulações teóricas que apontam para um terreno fugidio da linguagem à observação humana, desde logo assinalada pelos primeiros estudiosos científicos da linguagem (Saussure 1916: 29). O mestre genebrino centraliza os seus estudos mais no fenómeno linguístico e uma teoria do signo linguístico. Atribui grande importância à imagem acústica que tem uma realização psíquica e permanente (Saussure 1916: 42-43):

...na língua há apenas a imagem acústica que se pode traduzir numa imagem visual constante. Porque a imagem acústica exige, quando a realizamos na fala, uma quantidade de movimentos. Mas se abstrairmos disto, ela não é mais que a soma de um número limitado de elementos ou fonemas, correspondentes aos signos utilizados na escrita. É esta possibilidade de fixar os factos relativos à língua que permite que um dicionário e uma gramática representem fielmente, uma vez que a língua é a depositária das imagens acústicas e a escrita a forma tangível dessas imagens.

O signo linguístico é desde logo concebido como uma entidade psíquica de duas faces que une ou combina um conceito a uma imagem acústica. Tem, entre outros aspetos, o mérito, nem sempre salientado, de aludir ao papel vital e preponderante da imagem, com o suporte na língua, então definida como sistema. A importância da imagem.

Considerando a comunicação, no modelo que nos apresenta como circuito da fala (Saussure 1916: 38), entre dois comunicadores, ambos representam os papéis recíprocos de emissores e recetores como também são recíprocos os fenómenos de audição e fonação, tendo sempre como elo de comunicação, para além dos fenómenos físicos (ondas sonoras) e fisiológicos (fonação e audição), os fenómenos psíquicos da ligação do conceito à imagem verbal acústica. Eis, novamente, a importância mental e psíquica da imagem na comunicação. Este modelo de comunicação, muito elementar e confinado ao circuito da fala, seria posteriormente mais aprofundado ou na ótica do emissor ou na do recetor. Importa reter a importância dada por Saussure à imagem.

Outra definição ou classificação do signo pode observar-se em Charles Sanders Peirce (1839-1914), muitas vezes apontado como o fundador da semiótica ou da pragmática.

Para Peirce, o signo, ou *representamen*, ou seja, que cria na mente outro signo interpretante do primeiro signo, cria uma força mental muito forte com desenvolvimentos em cadeia. Considerando a relação dinâmica com os objetos, divide os signos em ícones (determinados pelo objeto dinâmico, um sentimento, uma visão uma sensação), índices (em relação com o real, como o sintoma de uma doença) e símbolos (dependentes do sentido em serão interpretados, pela cultura, convenção, hábito) e designa o símbolo como um legissigno pelo seu desenvolvimento em cadeia na mente do interpretante.

O que se torna relevante, segundo Peirce, é o poder ou outra representação que serve como signo sempre que pensamos, originando uma associação mental (Peirce 1931: 228):

Um signo, ou representamen, é algo que, para alguém, representa ou se refere a algo em algum aspeto ou caráter. Dirige-se a alguém. Isto é, cria na mente dessas pessoas um signo equivalente, ou talvez um signo ainda mais desenvolvido. Este signo criado é o que eu chamo interpretante do primeiro signo. O signo está em lugar de algo. O seu objeto está em lugar desse objeto. Não em todos os aspetos, senão só com referência a uma espécie de ideia que por vezes designei como o fundamento do representamen.²

Não é a teoria semiótica de Peirce que visamos abordar, e os diferentes tipos de signos considerados, mas o papel atribuído à imagem e ao pensamento como uma corrente de ideias que flui livremente.

A abordagem de Saussure, estabelecendo a ligação entre emissor, imagem e recetor, o poder do signo e da imagem no próprio pensamento equacionado por Peirce, conheceriam posteriores desenvolvimentos, hoje muito pertinentes, com aplicação mesmo em áreas que vão desde o modelo interpessoal de comunicação entre amigos até à comunicação de massas e *marketing*, com a interceção de dois campos de experiência, o campo de experiência do que envia (emissor) ao campo de experiência do que recebe (recetor), em que se desenha uma zona de

² Tradução nossa.

mensagem enviada, uma zona de ruído e uma zona de *feedback* do emissor (adaptado de Schramm e Roberts 1971).

Trata-se da pertinente relação entre emissor, mensagem e imagem, recetor. Neste caso com incidência no recetor com eventuais estudos de receção, estudos de mercado e fidelização de marcas e imagens, percorrendo já os domínios da comunicação estratégica.

Do circuito da fala saussureano, ao modelo de comunicação de Jakobson, à força do signo e da imagem no fluxo do pensamento de Peirce até aos domínios do marketing e comunicação estratégica, os media são usados para a entrega de mensagens de marca e incentivos, seleccionando táticas de implementação de marcas (*Selecting and Implementing Brand Communication Tactics - IBC*), escolhe e desenvolve uma variedade funcional de elementos usados para implementar o programa de comunicação da marca no mercado (Schultz e Barnes 1999: 309). A pertinência da imagem da mensagem e da comunicação.

Contudo, os estudos linguísticos parecem estar demasiado confinados ao limite da frase e aos domínios da língua e da fala, ainda que se levantasse o véu para as realidades e valores, teorias posteriormente desenvolvidas e expandidas para outros patamares, como o já clássico diassistema e variações (Coseriu, 1973:19) ou mesmo transbordar para além dos limites da frase e entrar nos domínios da textualidade na designada gramática do texto (Halliday e Hasan 1976) ou a rotura introduzida pela designada linguística do discurso seja a enunciação ou a simbolização (Benveniste 1974: 25) ou a importância dada ao extralinguístico e cultural (Pêcheux 1969).

Linguagem e palavra deixaram de ser perspectivadas como flutuando em redomas estanques. A elas se ligam a cultura, a cultura da palavra livre, ou aprisionada ou aprisionadora, ou sedutora, expandindo-se na construção de imagens, para além da frase, nas gramáticas do texto ou do discurso, tendo como pano de fundo a era da comunicação.

O papel preponderante da imagem, mesmo ao nível da relação entre imagem e realidade, incluindo a realidade histórica profunda e civilizacional, ou as profundezas da imagem, mesmo nas suas construções simbólicas, foi já questionada, numa espécie de consumo alienatório e tedioso da história (Steiner 1971: 13-14):

Não é o passado literal que nos governa, exceto, talvez, numa aceção biológica. São as imagens do passado: com frequência tão intensamente estruturadas e tão imperativas como os mitos. As imagens e as construções simbólicas do passado encontram-se impressas, quase à maneira de informações genéticas, na nossa sensibilidade. Cada época histórica contempla-se no quadro e na mitologia activa do seu próprio passado ou de um passado tomado de empréstimo a outras culturas.

George Steiner aponta já para um consumo civilizacional da imagem em construção de estruturas simbólicas que se repercutem como se fossem uma mitologia ativa delineadora da afetividade dos nossos próprios sentimentos.

Contudo, a paulatina emancipação da linguagem de universos referenciais, desligando-se de tipologias clássicas e da função representativa, abrindo outras dimensões exploratórias da clássica definição saussureana do signo linguístico, do significante, significado e referente, foi ganhando uma outra autonomia (Foucault 1966: 98):

a literatura logrou existir na sua autonomia, só se desprende de linguagens alheias por um corte profundo quando formou uma espécie de “contra-discurso”, e quando passou assim da função representativa ou significante da linguagem, a esse ser bruto e esquecido desde o século XVI.

Não se tem dado a devida importância ao papel relevante da imagem dentro da linguagem ou nas zonas mais profundas da linguagem, a não ser em estudos mais atentos no âmbito da semiótica ou semiologia, muitas vezes dedicando-se quase em exclusivo à exploração da imagem e ao seu papel fortemente vinculativo em estruturas mentais e comportamentais, sobretudo na atualidade muitas vezes designada por pós-modernismo ou pós-cultura, envolvida pelo manto da comunicação hoje habilmente explorada em múltiplas facetas, desde o *marketing* à estratégica, numa sociedade fortemente marcada pelo consumismo, crises de consumo, conflitos armados entre povos, onde a ética da comunicação refreadora das cavernas parece ou teima em estar ausente, com a força da imagem sepultada no fosso da sociedade de consumo.

É essa autonomia da linguagem que vagueia no imaginário humano, sobretudo a sua componente imagética, e serão sobretudo as imagens as bases edificadoras dos símbolos e dos próprios mitos ou do tempo humano (Durand 1992: 69), parecendo alguns teóricos querer ausentar a imagem e a sua tremenda força mental, da linguagem

2. A liberdade do homem na era digital, na era do *marketing* ou na era da imagem?

Parece ser consensual que o termo “sociedade pós-industrial” se fica a dever ao sociólogo norte-americano Daniel Bell (1919-2011), professor emérito da Universidade de Harvard, na sua obra *The Coming of Post Industrial Society: A Venture in Social Forecasting* (Bell 1973), sendo também relevante a sua anterior crítica aos pressupostos ideológicos sociais com a publicação da obra *The End of Ideology* (1960).

Tendo em atenção a intrínseca relação da linguagem com a cultura, ou mesmo com a cultura ou contracultura política, os diversos discursos refletem essencialmente posições contrárias ou antagónicas entre ditadura, liberdade ou democracia. Em muitos países do globo, vão-se impondo as democracias e a

Europa ensaia um modelo de desenvolvimento comum, o de União Europeia, com pouca homogeneidade e solidariedade, atingindo aspetos de desintegração.

Algo veio causar um enorme impacto na sociedade, nos discursos políticos, ideologias que a todos abrangem, uns completamente e em grande escala e outros em escala menor, as designadas autoestradas da informação, a internet, ou a revolução digital, reforçando o papel da imagem e a sua manipulação.

Na Era Digital, pode destacar-se Nicholas Negroponte, fundador do Media Lab do Massachusetts Institut of Techonology (MIT) sendo de realçar as suas ideias no livro *Being Digital (Ser Digital)* (Negroponte 1995) que salienta a passagem do tradicional mundo da matéria e dos átomos para o dos *bites*, tendo vindo a causar uma grande transformação no mundo da cultura, política, imagem, comunicação, negócios e indústrias.

Conclusão

Da *imago mundi* dos primórdios do homem religioso, que ainda hoje mantém as suas manifestações, às primeiras reflexões sobre a imagem e o signo linguístico que remontam aos clássicos gregos, aos estudos da linguagem e com ela da imagem acústica do signo dos estudos saussureanos do primeiro quartel do séc. XX e os contributos pertinentes introduzidos por Peirce, aos desenvolvimentos linguísticos acrescentados por Coseriu quanto à variação e à relação entre linguagem e cultura, novos horizontes se foram abrindo e novos olhares se fixaram no poder da imagem.

Acrescentando-lhe a ampliação da limitação linguística aos domínios da frase para a importância da sua ampliação às dimensões do discurso e da sua enunciação, focada, entre outros, por Benveniste e as profundas relações da linguagem e da imagem com o extralinguístico indicadas, entre outros, por Pêcheux, subjaz a clássica relação entre Linguística e Comunicação.

No âmbito cultural, Steiner releva o papel das imagens e das mitologias no passado do desenvolvimento dos povos e Foucault não deixa de atribuir importância à força decisiva da linguagem do discurso e do contradiscurso.

Concentrando ainda a nossa atenção na força e poder da imagem (Schultz e Barnes 1999: 309) estes autores consideram-na decisiva no *marketing* e na sua mensagem comunicativa.

Seja na atualmente designada “sociedade pós-industrial”, segundo Daniel Bell (1960 e 1973), ou na “Era Digital”, baseando-nos em *Being Digital* (Negroponte 1999), a força e o poder da imagem atingiram novas e inesperadas dimensões e abrem novas perspectivas à humanidade.

Referências bibliográficas

- Aristóteles (2005): *Órganon*. Barú: Edipro. (Tradução do grego, textos adicionais e notas de Edson Bini).
- (1985): *Órganon*. Lisboa: Guimarães Editores. Tradução do grego e notas de Pinharanda Gomes.
- (1986): *Poética*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. (Tradução de Eudoro de Souza, com prefácio, introdução, comentário e apêndice).
- Bell, Daniel (1960): *The End of Ideology. O Fim da Ideologia*. Brasília: UnB, vol. 11, 1980 (trad, brasileira).
- (1973): *The Coming of Post Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*.
- Benveniste, Émile (1974): *Problèmes de Linguistique Générale*, I e II. Paris: Éditions Gallimard (trad, pot. Campinas: Pontes Editores, 1989).
- Coseriu, Eugenio (1973): *Sincronía, Diacronía e Historia*. Madrid: Editorial Gredos (3ª edição, 1978). Servimo-nos da 3.ª ed. espanhola.
- (1977): *El Hombre y su Lenguaje*. Madrid: Editorial Gredos, 1977, 2.ª ed. 1985 (original Tübingen, 1977). Servimo-nos da 2.ª ed. espanhola.
- Durand, Gilbert (1992): *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes (1ª ed. Paris: Dunod, 1992).
- Eliade, Mircea (1995): *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (1966): *As Palavras e as Coisas*. Lisboa: Edições 70, 1988 (1ª ed. Paris: ed. Gallimard, 1966).
- Fidalgo, António (1998): *Semiótica: A Lógica da Comunicação*. Covilhã. UBI. Série Estudos em Comunicação.
- Halliday, M. A. K. & Hasan, R. (1976): *Cohesion in English*. Londres: Longman.
- Jakobson, Roman (1995): *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Pêcheux, Michel (1959): *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.
- Peirce, CH. S. (1931-1935): *Collected Papers*, Vol. 1-6. Cambridge MA: Harvard University Press.
- (1958): *Collected Papers*, Vol. 7-8. Cambridge MA: University Press.
- Saussure, Ferdinand de (1916): *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 4ª ed., 1978 (1ª ed., Genebra, por Ch. Bally e Alb. Sechehaye. Ed. Francesa, *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Éditions Payot, 1971. Servimo-nos da 4ª ed. portuguesa).
- Schramm, Wilbur & Roberts, Donald (1971): *The Process and Effects of Mass Communication*. Urbana: University of Illinois Press.
- Schultz, Don E. & Barnes, Beth E. (1999): *Strategic Brand Communication*. Campains. Lincolwood (Chicago): NTC Business Books.
- Steiner, George (1971): *No Castelo do Barba Azul. Algumas Notas para a Redefinição de Cultura*. Lisboa. Relógio de Água, 1992 (1.ª ed. 1971).
- Todorov, Tzevetan (1979): *Teorias do Símbolo*. Lisboa: 1979 (1.ª ed., Paris: Éditions du Seuil).

O topónimo *Aldão*: Aspetos linguísticos, geográficos e culturais

Brian Franklin Head
State University NY (Albany), *emeritus*
bfh122333@gmail.com

In memoriam Erwin Koller*

Introdução

O presente trabalho situa-se no âmbito da onomástica (do grego ὀνομαστικός “relativo a nomes”), o estudo dos nomes próprios, mais precisamente no domínio da toponímia (da combinação do grego τόπος “lugar” com ὄνομα “nome”), o estudo dos nomes de lugar, sendo outro domínio principal da onomástica a antroponímia (da combinação de ἀνθρώπος “homem” com ὄνομα “nome”), o estudo dos nomes das pessoas. Embora seja possível distinguir outros domínios da onomástica, os dois referidos são suficientes para os fins do presente estudo.

Verifica-se haver ligações históricas entre os nomes de lugar e os nomes de pessoas, de modo que num estudo do âmbito da toponímia convém, não raramente, considerar informações referentes à antroponímia, como no presente trabalho.

O objeto de estudo deste trabalho é o topónimo *Aldão*,¹ que será examinado segundo perspetivas linguísticas, geográficas e culturais.

* Dedicar-se o presente estudo à memória de Erwin Koller, ilustre professor e querido colega, que muito contribuiu para o estudo da língua alemã e da cultura germanista na Universidade do Minho. O presente trabalho trata de um caso de influência germânica na antiga Hispânia, na denominação de uma localidade que atualmente faz parte do território de Portugal.

¹ *Aldão* foi o lugar de nascimento de um dos mais ilustres Vimeirense de todos os tempos: Agostinho Barbosa (1589-1649). Ainda na sua juventude, A. Barbosa foi o segundo lexicógrafo a ocupar-se da língua comum em Portugal, em contraste, na época, com o latim, idioma dos meios mais cultos. Trata-se do *Dictionarium Lvsitanicolatinum* (Braga, 1611), do qual o autor do presente trabalho organizou uma segunda edição, em fac-simile, com introdução (Braga, 2007). Posteriormente à edição do *Dictionarium*, Agostinho Barbosa fez estudos em Coimbra e Salamanca, tornando-se grande especialista no direito canónico, de tal forma que a sua vasta e profunda obra neste âmbito continua a ser referida até à época moderna. A Tarlton Law Library da Universidade do Texas (Austin) mantém um *site* na *Internet* (tarlton.law.utexas.edu/exhibits/dictionaries/roman-law/barbosa.html) onde se destaca a última obra canónica de Agostinho Barbosa, o *Thesaurus Locorum Communium Jurisprudentiae*, publicado postumamente em Estrasburgo em 1652, com sete edições posteriores, sendo a última de 1737.

À primeira vista, *Aldão* pode parecer ser de origem árabe, em face do início *Al-*, que ocorre num bom número de topónimos que se devem à influência árabe, incluindo-se muitos que são referidos por Machado (1958: I, 86-291).² Outra noção, sem base nas informações necessárias, seria de supor que o topónimo *Aldão* fosse devido à influência romana, visto ser de origem latina a língua portuguesa e de ser grande a herança da cultura romana na Península Ibérica.

O presente estudo revela e comenta outra origem, a verdadeira, que é distinta das fontes árabes e romanas.

1. Perspetivas linguísticas

1.1. A raiz indo-europeia *al-

Segundo os especialistas (tais como Pokorny 1955: 26 e Watkins 1985: 2, entre outros), havia no antigo indo-europeu a raiz *al- “crescer, nutrir”, com a forma de participio, com sufixo, *al-to “crescido”.³

1.2. Reflexos da raiz IE *al- “crescer, nutrir” em línguas de diversos ramos do tronco indo-europeu

A raiz *al- “crescer, nutrir” está representada por reflexos em línguas de diversos ramos do tronco indo-europeu.

No ramo itálico, por exemplo, encontram-se no latim as palavras *alere* “nutrir” e *altus* “alto”, adjetivo formado a partir do participio passado de *alere*, com o sentido inicial de “nutrido, crescido”, de acordo com um processo semelhante ao que deu origem ao indo-europeu *al-to “crescido”. Há também as formas latinas *almus* “nutriente, nutrição” e *adolescere* “fazer crescer”, entre outras palavras afins.

No ramo helénico, a raiz do IE está representada pelo grego ἀλδαίνω “alimentar, fazer crescer”, o adjetivo νεᾶλής “com as forças do crescimento ou da juventude”, os verbos ἀλδαίνειν “fazer crescer” e ἀλδήσχειν “crescer, fazer crescer” (ambos formados com a base *al-d-) e o adjetivo ἀναλτος “insaciável”.

² Entre os topónimos de origem árabe, iniciados por *al-* (o artigo, não assimilado), segundo Machado (*op. cit.*) figuram os seguintes: *Alafa* (*Alhafa*), *Alafões* (hoje *Lafões*), com diversas variantes nas abonações medievais, *Alares*, *Alarixe*, *Albardo*, *Albarquel*, *Albarraque*, *Albarrol*, *Alborca*, *Alboritel*, *Albufeira*, *Alcabideque*, *Alcabrichel*, *Alcaçaria*, *Alcafaxe*, *Alcains*, *Alcambar*, *Alcamé*, *Alcami* e *Alcamim*, *Alcaneça*, *Alcanede*, *Alcanena*, *Alcanhões*, *Alcântara*, entre numerosos outros. São tantos os topónimos de origem árabe iniciados por *Al-* que se torna comum pensar que qualquer topónimo assim começado (como *Aldão*) seja de origem árabe. Nem sempre é o caso, porém. A mera aparência pode induzir em erro, sendo necessária dar prioridade a outros aspetos (geográficos, históricos, culturais).

³ As formas “teóricas” (isto é, não documentadas, mas estabelecidas com base no método comparativo, técnica básica dos estudos etimológicos) são indicadas, no presente trabalho, com * precedente (de acordo com a convenção geral na linguística histórica) e em negrito, enquanto as formas documentadas se indicam em itálico. Por semelhante motivo, emprega-se, neste estudo, a abreviatura IE para indicar o antigo indo-europeu, a língua originária de que provieram muitos dos idiomas da Europa (indicados num gráfico por Watkins 1985: 112-113).

No ramo céltico, há o antigo irlandês *alim* “eu alimento”.

Do ramo tocariano, há no tocariano oriental (isto é, no chamado “tocariano A”) o substantivo *ālym* “vida, espírito”.

No ramo germânico, há reflexos em diversos idiomas: com o sentido “velho”, o inglês antigo *ald* e *eald* (que são formas relacionadas com o antigo saxónico *ald*), o inglês médio *ald* e *old*, o inglês moderno *old*, o antigo frisiano *ald* e *old*, o neerlandês *oud*; o alto alemão antigo e médio e o alemão moderno *alt* (com base no indo-europeu ***al-tó**), e o gótico *altheis* (com base no indo-europeu ***ál-tyo-**).

As palavras indicadas, que representam de diversos ramos do IE, são apenas alguns dos reflexos da raiz ***al-** “crescer, nutrir”. Não são de estranhar as diferenças de forma e de significado, visto que todas as línguas são suscetíveis de mudanças de forma e de substância significativa, ao longo da história.

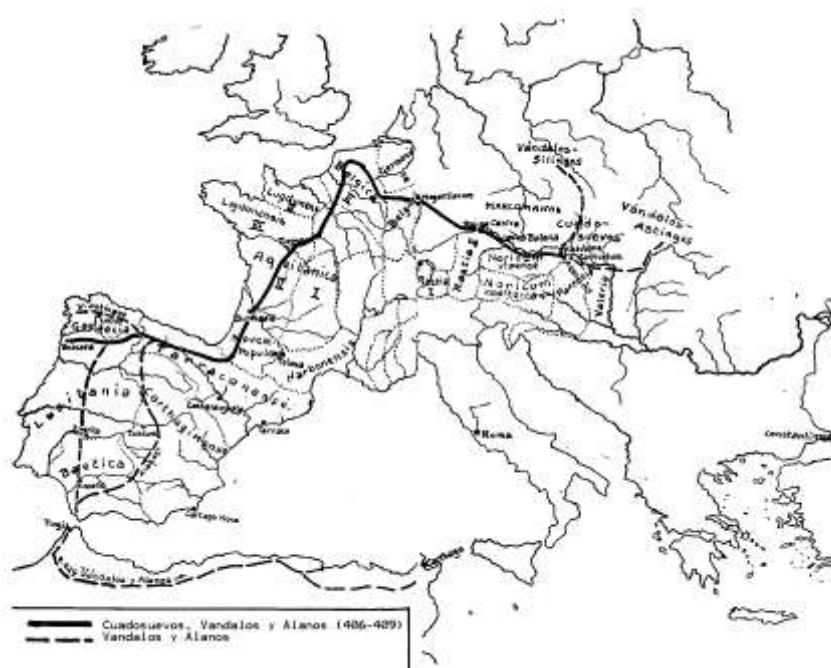
São especialmente relevantes ao âmbito do presente estudo os reflexos no ramo germânico.

No seu dicionário etimológico de raízes alemãs, Eichhoff e Suckau (1851: 4) registam *alt* (de *al-en*, “crescer”...) com os significados de “velho, idoso, ancião”, e várias outras palavras derivadas desta: *alt-er* “idade”, *alt-er-n* “envelhecer”, *ält-el-n* “envelhecer um pouco”, *ält-lich* “um pouco velho”, *ält-er-n* ou *olt-er-n* “pai e mãe, pais”, *gros-alt-er-n* “avós”, *vor-alt-er-n* “antepassados”, *ält-er-lich* “de pai e mãe, patrimonial”, *ält-ern-los* “órfão”, *alt-er-thun* “antiguidade”.

Por ser um dicionário etimológico de raízes, a obra acima citada limita-se a indicação de raízes e de palavras derivadas das respetivas raízes que pertencem ao léxico comum. As palavras indicadas representam bem, por um lado, a extensão do significado da raiz e, por outro, o âmbito significativo das palavras formadas com base na referida raiz. Nota-se que, na maioria dos casos, os sentidos das palavras derivadas são associados a pessoas. Não se inclui nenhum exemplo de palavra derivada de *alt-* que se refira necessariamente só a lugares.

De acordo com Watkins (1985: 2), o germânico ***alda-** ocorre (a) no inglês antigo *eald*, *ald* “velho” (o inglês moderno *alderman* provém do inglês médio “pessoa alto nível”, do antigo inglês *ealdorman*: *ealdor* “ancião, dignitário, chefe”, de *eald* “velho”); (b) nas formas comparativas do antigo inglês *eldra*, *older*, *elder* (sendo que o inglês moderno *older* e *elder* “mais velho, dignitário”, provém do inglês médio *eldre*, do antigo inglês *ellærn*); (c) nas formas superlativas do antigo inglês *ieldesta*, *eldesta*, *eldest* (comparem-se com o inglês moderno *eldest* “o mais velho”); (d) na palavra composta germânica ***wer-ald-**, “idade ou vida de homem”.

Os exemplos referidos mostram que são bastante difundidos entre idiomas de diversos ramos do tronco indo-europeu os reflexos do IE ***al-** “crescer, nutrir”, sendo especialmente numerosos tais reflexos no ramo germânico. É de notar que houve migrações de povos germânicos ao Península Ibérica a partir do século V.



Mapa 1. Representação das migrações germânicas à Península Ibérica.

O Mapa 1 (baseado num esboço de Reinhart 1952: 24-25) representa as migrações dos povos germânicos à Península Ibérica, a partir de princípios do século V. Indica que a migração dos suevos terminou no Noroeste da Península, numa região que corresponde, de modo geral, à Galiza e ao Minho. (Na forma composta *cuadosuevos*, no Mapa 1, a palavra *cuado* indica a região sudeste da antiga Germânia, onde havia um povo de origem sueva.)

1.3. A origem germânica do topónimo *Aldão*

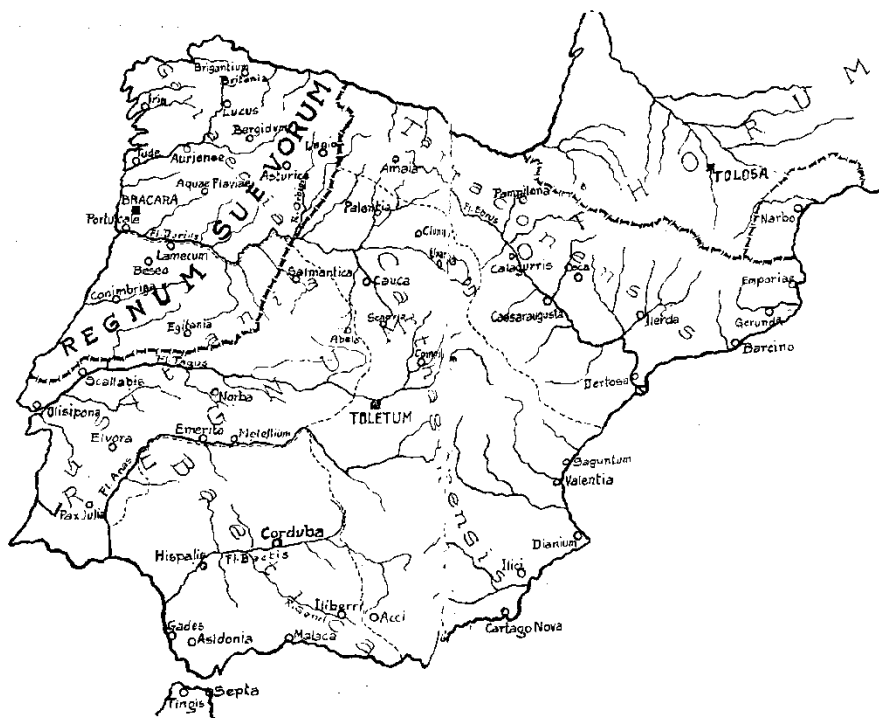
Tal como os casos de numerosos topónimos antigos do Noroeste da Península Ibérica, o nome *Aldão* é de origem germânica (Piel: 1937-45, 1989), mais precisamente do gótico, da única língua do germânico ocidental. Nota-se que o referido topónimo se encontra na região do antigo reino dos suevos (411-585), a qual corresponde justamente à parte da Península Ibérica com maior densidade de nomes de lugar de origem germânica, como mostra a comparação dos Mapas 2 e 3 do presente estudo.

A documentação mais antiga do germânico **alda-* e das suas variantes, encontra-se na língua gótica (o idioma germânico mais antigo), atualmente extinta, no sentido de não ser empregada hoje em dia, nem na comunicação oral, nem na escrita.

Uma das fontes mais importantes do gótico é a tradução da *Bíblia* por Wulfilas (do germânico *Wolfs*, “lobo”; nome em latim: *Vulphilas*, na forma

diminutiva). Infelizmente, estão preservados apenas alguns fragmentos da obra. No estudo da parte conhecida do texto são identificadas várias palavras relevantes ao presente trabalho.

As palavras góticas identificadas (com as formas reconstruídas assinaladas com asterisco *) por Skeat (1867: 16-18), num léxico cuidadosamente preparado com base em textos góticos, incluem as seguintes, relacionadas com a raiz germânica **alda-* e as suas variantes: *aldomo* “idade avançada” (no caso nominativo: *aldomo*, *aldoma* ou *alduma*), **aldrs* “velho” (documentado em *fram-aldrs*, “muito velho”), *alds*, substantivo abstrato, “idade, geração”, **althan* (que corresponde ao alemão *altern*) “envelhecer”, com documentação da forma verbal derivada *us-althan* “tornar-se velho” e do particípio passado *usalthans* “velho, antiquado”; *altheis* “velho”, com o substantivo correspondente *althiza* “mais velho, ansião”; *alths*, *alds*, substantivo abstrato, “idade, época, mundo”.



Mapa 2 (baseado em Reinhart *op. cit.*). A região do reino suevo (411-585).

1.4. Comparação do radical germânico *ald-/alt-* com o radical latim *alt-*

Verifica-se uma semelhança entre as histórias do radical germânico *ald-/alt-* e do radical latino *alt-*, tanto na origem como na formação e nos significados. Evidentemente, ambos representam reflexos do IE **al-* “crescer, nutrir”.

A raiz IE *al- “crescer, nutrir” deu origem, no alemão, aos verbos *altern* (intransitivo) “envelhecer” e *altern* (transitivo) “fazer parecer velho”; o adjetivo *alt* “velho, antigo”, com as formas de grau comparativo *älter* “mais velho” e de grau superlativo *ältest* “velhíssimo, o mais velho”, *ältlich* “de idade”, *Altermann* “sénior, superior”, *Alter* “idade, idade avançada, senioridade...”, *Altersfolge* “ordem de senioridade”, *Ältervater*, *Ältermutter* “antepassado, antepassada”, além de várias outras palavras derivadas. Pelos exemplos apresentados, nota-se que a variante *alt-* é frequente no léxico comum, enquanto a variante *ald-* se encontra num bom número de nomes próprios de origem germânica, tanto na antroponímia (*vide* secção 1.5.1 *infra*), como na toponímia (*vide* secção 1.5.2 *infra*), inclusive na onomástica da Península Ibérica (*vide* secção 2 *infra*), mormente na região noroeste (o Minho e a Galiza), como se mostra no mapa apresentado neste estudo (fim da secção 2).

Por outro lado, a raiz IE *al- “crescer, nutrir” também deu origem ao verbo latino *alō*, *alis*, *aluī*, *altum* (*aliturum*) “nutrir”, sendo que as formas *altus*, *alta*, *altum*, empregadas como adjetivos, correspondem ao particípio passado deste verbo, e eram usados como adjetivos, com os significados iniciais de “alto” e “profundo” (em face de *excelsus*, que referia exclusivamente a altura). Os sentidos de “alto” e “profundo” são comuns aos reflexos do IE *al-, através do latim *altu-*, nas línguas românicas (Meyer-Lübke 386).

As formas do comparativo e do superlativo dos referidos adjetivos são, respetivamente, *altior* e *altissimus*, *-a*, *-um*. O neutro *altum* também se empregava como substantivo para designar o “alto mar”, enquanto *altanus ventus*, ou simplesmente *altanus*, referia “vento [que vinha do mar]” (em diversos sentidos, indicados por Plínio, Servus e outros). Havia várias palavras latinas derivadas, com significados afins aos dos termos básicos.

Há uma prova da linguística histórica que confirma a origem germânica, em vez de itálica (ou latina), do topónimo *Aldão*. Observa-se que da raiz indo-europeia *al- “crescer, nutrir”, se encontram reflexos com *ald-* e com *alt-* nas línguas germânicas, enquanto no ramo itálico (representado pelo latim, neste caso), há reflexos com *alt-* mas não com *ald-*. Assim sendo, uma suposta base latina de *Aldão* implicaria, em termos da fonética histórica, a passagem de [t] a [d] depois de [l]: tal mudança é alheia aos factos da história da língua portuguesa. Na história das línguas, não se encontram, de modo geral, casos de mudança fonética isolada ou única.

Quanto à terminação *-ão*, que representa a latinização do nome germânico, é provável que tenha resultado da convergência de diversas formas do singular no português antigo (veja-se a secção 1.6 *infra*).

1.5. A ocorrência do germânico *alda- na onomástica

1.5.1. A raiz *alda- na antroponímia

Há algumas obras que destacam a ocorrência do germânico *alda- no domínio de antropónimos.

Segundo Ferguson (1864: 418), “There are no inconsiderable number of names which are derived from the period of life” (isto é, “Não é insignificante o número de nomes [de pessoas] derivados [da designação] do período de vida”). Segue-se, na referida obra, uma lista de nomes do anglo-saxão *ald*, *iæld*, do alto antigo alemão *alt*, “velho” e do inglês *old* “velho”, todos antropónimos:

- (a) formas simples: do antigo alemão, *Aldo*, *Alto*, *Alda* (formas documentadas a partir do século VII);
- (b) formas diminutivos: o germânica *Aldhysi*, *Haldisi*, o inglês *Aldis*, *Oldis*;
- (c) terminações fonéticas especiais: o antigo alemão *Aldini*, *Altun* (século VIII), o inglês *Alden*, *Alton*, *Elden*, *Elton*, o alemão moderno *Alten*, o francês *Aldon*;
- (d) patronímicos: no antigo alemão *Alding* (século VIII), no inglês *Olding*, no francês *Olding*;
- (e) nomes compostos: com *Bert*, “brilhante”, no antigo alemão *Aldebert*, *Oldebert*, *Olbert* (século VIII), no inglês *Aldebert* e no French *Aldebert*, *Olbert*; com *Brand*, “espada flamejante”, no antigo alemão *Albrand* (séc. VIII), no francês *Albrand*; com *Gan*, “mágica”, no antigo alemão *Altiganus* (séc. IX), no francês *Alecan*, *Alkan*, com *Gar*, “lança”, no antigo alemão *Aldegar* (séc. VII), no inglês *Oldacre*, no francês *Olacher*; com *Hari*, “guerreiro”, *Althar* (séc. IX), *Aldheri* (documentado no *Liber Vitae*), no inglês *Alder*, no alemão moderno *Alder*, *Alter*; com *Helm*, “elmo”, no antigo alemão *Althelm* (século VIII), no anglo-saxónico *Aldhelm*, no inglês *Aldham*, *Eltham*; com *Roc*, “rocha”, no antigo alemão *Altroch* (séc. IX), no francês *Altaroche*; com *Man*, “homem”, no antigo alemão *Aldman*, *Altman* (séc. VIII), *Aldmon* (documentado no *Liber Vitae*), no inglês. *Altman*, *Oldman*, no alemão moderno *Altmann*; com *Rad*, “conselheiro”, no antigo alemão, *Aldrad* (séc. VIII), no inglês *Aldred*, *Eldred*; com *Rit*, “corrida”, no antigo alemão *Aldarit*, no inglês *Aldritt*, no francês *Alteriet*; com *Ric*, “poder”, no antigo alemão *Alderich*, *Olderich*, *Olbert*, *Aldrih* (séc. VI), no inglês *Aldrich*, *Aldridge*, *Eldridge*, *Oldridge*, *Altree*, *Oldby*, no francês *Altairac*; ...

Na listagem acima apresentada, observa-se que há um bom número de antropónimos derivados do germânico *ald-*, sobretudo no alemão antigo e moderno, com formas correspondentes no inglês (outra língua germânica) e, por empréstimo, no francês (língua românica). A extensão da lista de nomes de pessoa em alemão, inglês e francês, reflete a vitalidade da antiga raiz germânica ***ald-** na antroponímia.

1.5.2. A raiz *alda- na toponímia

Nunes (1933: 37-42) regista e comenta vários nomes de pessoas, relacionados com o radical *ald-*, que provém da raiz germânica **ald-*, entre outros os seguintes, alguns dos quais também encontrados na toponímia:

Aldebrando ou *Aldobrando*, nome germânico, que quer dizer combatente (*brando* por *brand* ou *espada flamejante*) respeitado ou experimentado (*alde-* por *alt*, propriamente *velho*); acha-se representado no Calendário e dele deriva *Aldobrandino*; um e outro formam pela flexão comum.

Aldegarda, nome de mulher, de procedência germânica, que em português quer dizer: *nobre* (*alde-* por *adel*: cf. em alemão *Adelgard*) *protetora*. No *Ementário* regista-se *Adegarda*, que suponho ser forma do mesmo nome: cf. *Aldegundes*.

Aldegundes, nome de mulher, de proveniência germânica, que quer dizer: *velha*, isto é, *experimentada* (cf. *Aldo*, etc.) no combate (*-gunde*). É sob esta forma que “ele figura no *Martyrologio Romano*, mas, afora essa, o *Ementário* regista mais estas: *Aldegunda*, *Aldegonda*, ... e *Aldegundes*... Muito mais antiga do que elas (visto que já consta de um documento do século X) é *Aldegundia*, donde, por evolução natural dos respetivos sons, provém *Aldonça* (em certo diploma de 1258 *Aldonza*), que é forma genuinamente popular; segundo o ... *Ementário*, assim se chama também uma santa nossa, natural de Alenquer, e um lugar há na freguesia de Vilaça, concelho de Braga, ... com igual denominação...

Aldo, forma hipocorística dos nomes germânicos assim começados e que se pode traduzir por *velho*, no sentido de *experiente*; o respetivo feminino *Alda* não só é de uso muito maior, mas já bastante antigo, porque figura na *Chanson de Roland*, como próprio da noiva do herói, encontrando-se entre nós em documentos do século XV. [Nota: Gil Vicente, na comédia da *Rubena*, entre outros romances populares, cita o de *Don'Alda*; o mesmo nome tem uma quinta ou sítio nos arredores de Portimão.]

Aldosindo, nome de proveniência germânica, cuja tradução em português é: *velho*, isto é, *experiente senhor* ou *soberano* (cf. *Aldo* ...; tem feminino regular ou seja *Aldosinda*), que figura na toponímia.

Aldredo, nome germânico, que provém imediatamente de *Alderredo*, forma esta que com o respetivo patronímico *Alderiz* consta de antigos documentos e quer dizer *velho* (*alde* de *aldi*) *conselheiro* (*redo* de *reth*, hoje *rat*, propriamente *conselho*); na toponímia acha-se representado por *Aldreu*, antes *Aldrei* e *Aldarem*.

Observa-se que existem na língua moderna os antropónimos *Alda* (referido por Nunes no verbete sobre *Aldo*) e *Aldina*, este último também como substantivo comum, que designa um tipo de planta e uma letra de imprensa inventada por Manuzio (Houaiss e Villar 2001 *q.v.*)

Por sua vez, Machado (1984) regista vários nomes, tanto de lugares como de pessoas, relacionados com o radical *ald-*, que provém da raiz germânica **ald-*, incluindo-se, entre outros, os seguintes:⁴

Alda, f. Do francês *Alde* (já atestável no séc. XI), donde *Auda* e *Aude*, se não do italiano, onde é muito vulgar o masculino *Aldo*, também em português (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* 1936-60: I, 355 e II: 317), mas raro. Leite de Vasconcellos (1928: 47) supõe “*Alda* forma hipocorística de nomes começados por *Alt-* (com o significado de *velho*)” e nota que, a par de *Alda*, traz Förstemann também *Aldo*. É nome com história própria, com origem no antigo alemão *Alda*, “velho”, “grande”. Quanto à sua divulgação, Machado recorda que assim se chamava a noiva de Roldão, tendo a *Chanson de Roland Aude* (no verso 1720) e *Alde* (versos 3708, 3717, 3723), sendo daí que provém a presença deste nome no *Orlando Enamorado* de Boiardo (I, 22). O Calendário regista uma Santa *Alda* (da Ordem Terceira dos Humilhados, 1309), festejada a 26 de Abril, e São *Aldo* (por aproximação hagiológica, *Alto*), abade fundador da Altomuenster, na Alemanha (760, 770), a 9-II (ambos em Martins, 1961). Por vezes, com o antropónimo *Aldo* faz-se referência resumida ao célebre impressor Teobaldo Manuzio (1449?-1515). Em português, ocorre *Alda* já no século XV (nome documentado in *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores...*, p. 319), época em que era raro.

Aldão, topónimo de Barcelos, Feira e Guimarães. Em 1220, *Inq.*: 14. Segundo Piel, trata-se do nome *Alda*, do radical *Alds*, “tempo”, “idade dum homem”, ou got. *Altheis* “velho”... Como não existem formas antigas, **Eldam* é mais natural como étimo do que *Hildis*”. Do antropónimo, há o patronímico *Aldonici* (q.v.).

Aldarete, topónimo, Peso da Régua; na Galiza, *Aldareta* (Corunha). De origem germânica, a partir de *Alda*... Segundo Nunes (1933: 40), este “nome germânico ... provém imediatamente de *Alderredo*, forma esta que ... quer dizer, *velho* (*alde* ou *aldi*) *conselheiro* (*redo* de *reth*), ... Na toponímia, é representado por *Aldreu*, Barcelos...”.

Aldebrando ou *Aldobrando*, ... Segundo Nunes (1933: 37), é “nome germânico, que quer dizer combatente (*brando* por *brand* ou *espada flamejante*) respeitável ou experimentado (*alde* por *alt-*, propriamente *velho*)”...

⁴ Mantêm-se as indicações das fontes bibliográficas incluídas nos trechos das obras de Machado (1984) e de Rivas Quintas (1991) citados no presente trabalho, com a expansão de alguns dos nomes dados em forma reduzida, e com a modificação de algumas das referências originais de modo a torná-las mais claras, assim como, no caso dos trechos citados do estudo por Rivas Quintas, a adaptação do texto em galego para português. Para informações adicionais sobre os trabalhos referidos por Rivas Quintas e Machado, recomenda-se a consulta das bibliografias das respetivas obras.

Aldegundes, f. Do al. *Adelgunde* (ou *Adalgunde*) e *Algunda*, que, segundo (1933: 38), “quer dizer: *velha*, isto é, *experimentada* (cf. *Aldo*, etc.)... *no combate (-gunde) ...*”

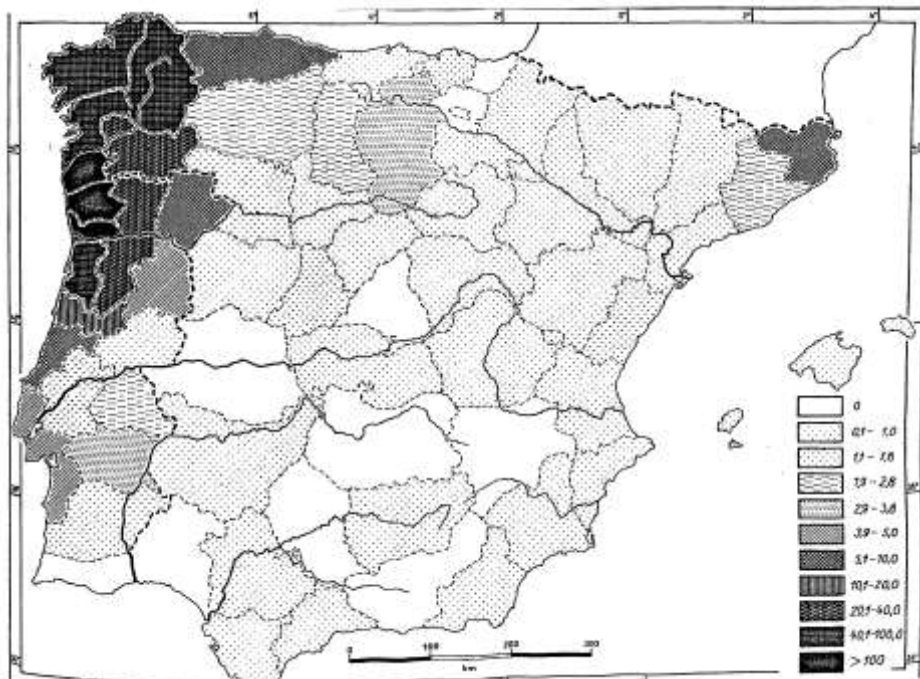
Aldemir, m. Em texto de 974 (*Diplomata et Chartae*:71). Talvez esteja por *Adelmir(o)*, composto de *ald-* “velho”, ou, mais provavelmente de *adel-*, “nobre”, e *mir*, “afamado, ilustre”... Topónimo na Galiza (Ponte Vedra).

Alderico ou *Aldrico*, ... Nome [de pessoa]. A Nunes (1933: 39) parece mais provável tratar-se de variante de *Hildérico*, o que oferece dificuldades prosódicas [devidas à posição do acento, proparoxítono em *Hildérico*, paroxítono em *Alderico* e *Aldrico*]. Por outro lado, admite tratar-se de antropónimo “de proveniência germânica, que, em virtude dos elementos de que se compõe, se deverá traduzir por *príncipe* ou *senhor venerável pela sua idade*”, isto é, de *alds* + *rik*... As formas variantes *Alderigo* e *Aldrigo* ... devem provir de *Hildérico*...

Aldonaci, patronímico de *Aldão*. Registado em 924 (*Diplomata et Chartae*:18). Leite de Vasconcellos (1928: 108) regista esta forma mas não a explica.

São de diversos os idiomas e dialetos das regiões e das localidades onde se encontram as formas citadas: o português, o galego, o leonês, o asturiano, entre outros.

É de notar que se encontram na região noroeste da Península Ibérica estes nomes, além de muitos outros de origem germânica. A notável frequência dos topónimos de origem germânica na região noroeste da Península Ibérica é indicada pelas informações que se encontram nos trabalhos de Cortesão (1912), Nunes (1933-1937), Piel (1933-1944), Bouza Brey (1968), Kremer e Piel (1976), Rivas Quintas (1991), entre outros.



Mapa 3. A distribuição dos topónimos de origem germânica na Península Ibérica. (A densidade de pontos corresponde à relativa densidade de nomes de origem germânica segundo a quantidade por mil quilómetros quadrados).

Observa-se que os nomes de lugar de origem germânica são especialmente frequentes na região noroeste da Península Ibérica, em confronto com outras regiões, como se mostra no mapa (baseado em Lautensach 1954: 232, Fig. 3, figura reproduzida em Stanislawski 1959: 209). São discriminadas onze graus diferentes de concentração dos topónimos de origem germânica, correspondendo a outros tantos graus de relativa escuridão das diferentes áreas no mapa, desde a ausência de tais nomes (em branco) até à relativa frequência de mais de cem por mil quilómetros quadrados.

1.6. Documentação de *Aldão* em português.

A palavra *Aldão* ocorre nas *Inquisitiones* (p. 14), em *Portugaliae monumenta histórica*, indicada como topónimo em 1220, sob a forma de *Aldam* (*apud* Cortesão 1912). Antes desta data, porém, regista-se a palavra *Aldonaci*, patronímico de *Aldão*, em 924, nas *Diplomata et Chartae* (p. 18), da obra *Portugaliae monumenta histórica* (veja-se também Leite de Vasconcelos 1928: 108-110, onde são referidos vários patronímicos em *-aci*, *-azi*, *-az*).

Para os objetivos do presente trabalho, interessa determinar qual a relação entre o topónimo (*Aldão*) e o antropónimo (*Aldonaci*). Isto é, se (a) o

antropónimo deu origem ao topónimo (com o nome do lugar derivado do nome de alguma pessoa) ou (b) o topónimo deu origem ao antropónimo (com o nome da pessoa atribuído por causa do lugar de origem).

Observa-se que os topónimos de origem germânica refletem, não raramente, o nome do possuidor, com o emprego do genitivo (*apud* Piel 1989: 155-166; veja-se, entre outros, Reinhart 1952: 104-107, sobre os nomes pessoais na toponímia de origem germânica). Assim, é mais plausível que o topónimo (*Aldão*) tenha sido precedido pelo antropónimo (*Aldonaci*), de acordo com as respectivas datas de registo na documentação referida, e segundo o processo mais comum na formação dos topónimos devidos a influência germânica. Por outro lado, não constitui problema a evolução fonética na constituição da forma *Aldão*, visto que o singular *-ão* nos substantivos em português resultou da convergência de diversas formas anteriores. Era frequente a latinização de formas de origem germânica, sobretudo no que se refere às terminações.

2. Perspetivas geográficas: ocorrência de *alda- na onomástica da Península Ibérica

Segundo o estudo de Rivas Quintas sobre onomástica pessoal no noroeste hispânico (1991: 95-97), ocorrem no noroeste da Península Ibérica os seguintes nomes baseados na raiz germânica *alda (a mesma raiz que se encontra em *Aldão*):

Alda. Nome de mulher, registado em Bierzo, e, como topónimo em Portugal, *Aldam* (registado em 1220). Há vários outros nomes afins, a incluir os seguintes: de *Áladila*, hipocorístico (diminutivo familiar afetoso) de *Alda*: *Aldia*, registado em Corunha; *Aldias*, nome de homem, registado no cartulário de Celanova em 1004; *Aldia*, como nome de homem, registado em Portugal em 939; *Aldiam*, 1050, e o topónimo *Villa Aldiani*; em 1077, *Aldiani*, de *Aldia/Aldila*, forma familiar de *Alda*. De *Aldiani* /*Aldianu*, *Alxán* e *Aljão*; de *ald/aldani*, *Aldanu* e *Aldán*.

Aldegasto. Nome de um rei asturiano por 775 (*Compendio Histórico*, Madrid: 265); em documentos de Leão, 924, Adecastu. Em Astúria, 780, Addegaster rex (Floriano 1949-51: I, 72). Algastré, 947 (Kremer & Piel 1976: 64). É nome germânico: gótico *alds* “época, idade, geração”, combinado com *gast(r)*, relacionado com o alemão *Gast* “convidado, hóspede” (cf. Kremer & Piel *op. cit.*). *Alds* está relacionado com germânico *alda “velho”, alemão *alt*, e o inglês *old*, cujo tema simples ocorre em *Alda* e no francês *Auda/Aude*, nome pessoal, no século XI, *Alde*; cf. Dauzat 1963: II, 15.

Aldemundus, *Odemundus*, 878, nome de homem (Flórez, Astúria, 426); em 921, *Oldmundus* em Leão. Menéndez Pidal cita *Olemundus/Holemundus* (*Orígenes*, 1960: 204). Como se indica na secção anterior, o primeiro elemento é o gótico *alds* “época, geração, velho”; o segundo é o gótico *munds* “proteção, ajuda”.

Alderredo (Ego -), 997 (Carboeiro 1958: 257). Em português 924, *Alderredo*, *Aldoretus* 935, *Aldereto* 968, *Aldroitus* 1006 (Herculano, *Portugaliae Monumenta Histórica-Diplomata*); na *Revista Caminiana* 6: 164, *Alderredus/Alderetus*. Em Sanabria, Zamora 952, *elderredus* (Castañeda 1973: 33). Em Leão, 922, *Aldroiti* (Vignau, *Índice...del monastério de Sahagún...* 1874). Em Astúria 875, *Adroitus*; 887, *Aldoretus*; 895, *Alderetus* (Floriano 1949-51: II, 103, 171, 203). Segundo Piel (*Enciclopédia Linguística Hispánica* I: 442), *Aldredo* do germânico gótico *alda* “tempo, era, geração”, e do gótico *reths* “conselho” (cf. Kremer e Piel, 1976: 315). *Altemiro*, 1047, nome de homem, Leão (Vignau, *op. cit.*). Em Catalúnia. *Altemirus*, 980 (Kremmer 1980: 154); em S. Cugat, 984, *Altimirus* (*Congreso* 1953: 800). Tendo em conta a alternância *Ald-/Alt-*, vem do germânico *alds* “época, geração, velho”, e *mêreis* “famoso, célebre”, ambos góticos.

Nota-se que a parte do noroeste da Península Ibérica onde os nomes de lugar de origem germânica são especialmente frequentes, corresponde à região do antigo reino dos suevos, como mostra a comparação do Mapa 2, *supra*, com o Mapa 1 (secção 1.3).

3. Perspetivas culturais: o noroeste da Península Ibérica como região de influência cultural germânica.

Em face do número apreciável de nomes baseados na raiz germânica **alda* no noroeste da Península Ibérica, convém examinar os domínios da influência germânica nesta região. Considere-se a influência dos suevos, cujo reino, na região que corresponde atualmente à Galiza e o norte de Portugal, durou mais de 170 anos (de 411 a 585), antes de serem integrados no reino dos visigodos, outro povo germânico.

Segundo Koller (1998 *passim*), consideram-se três domínios principais em que os suevos deixaram vestígios de influência cultural no noroeste da Península Ibérica, mormente no Minho e na Galiza: a arqueologia, a etnologia e a onomástica.⁵

Embora sejam bastante escassos os vestígios arqueológicos, inclui-se entre estes os exemplares conhecidos das moedas do sistema monetário introduzido

⁵ Além dos três domínios *principais* referidos por Koller (*ibidem*), há outras áreas de possível influência germânica, algumas das quais são referidas pelos estudos da coletânea *Suevos-Schwaben* (Koller & Laitenberger (1998) e por trabalhos monográficos, tais como Reinhart (1952), e artigos tais como Bouza-Brey (1968), entre numerosos outros. A título de exemplo, considere-se a antropologia física, da qual alguns aspetos foram abordados por Luís de Pina (1932). É comum em Portugal atribuir o cabelo louro, típico do norte de Portugal e da Galiza, à influência germânica. A associação entre o cabelo louro e o noroeste da Península Ibérica, reflete-se na linguagem em Portugal, em que a palavra *galego* se emprega para designar uma pessoa de cabelo louro. Segundo o *Dicionário Houaiss* (Houaiss e Villar 2001: q.v.), tal uso também se encontra no Nordeste do Brasil.

pelos suevos. Por exemplo, há um tipo de moeda fina de prata (representada na Figura 1, *infra*), com a imagem do imperador romano Honório e a inscrição DN HONORIVS PF AVG no anverso, isto é *Dominus Noster Honorius Pius Felix Augusto*, “Nosso Soberano Honório Pio Félix Augusto”, enquanto se lê no reverso a inscrição IVSSV RICHARI REGES, “Por ordem do Rei Requiário”, e com as letras BR no centro, como indicação do lugar da cunhagem, Braga (cf. Reinhart 1952: 135).



Figura 1. Representação de uma das moedas cunhadas pelos suevos.

São relevantes à cultura da época as informações indicadas pela numismática. O facto de haver cunhagens de moedas suevas em grande quantidade e com variedade comprova a manutenção da atividade económica comercial na época. Havia cunhagens de moedas suevas em diversas localidades do Noroeste da Península Ibérica, sendo que os exemplares conhecidos até hoje são, na sua grande maioria, do Norte de Portugal, entre os rios Minho e Mondego, a região que se pode considerar a mais desenvolvida economicamente na época.

O numerário suevo demonstra, no domínio político-administrativo, o respeito que os reis suevos tinham pelos costumes romanos: os suevos, os visigodos e outros povos respeitaram o direito, reservado aos imperadores romanos, de emitir moedas de ouro, de forma que só as moedas de prata levavam os nomes dos reis germânicos (sempre no reverso, com a imagem do busto do imperador no anverso, como na peça acima representada), enquanto as outras (os soldos, por exemplo) levavam o busto imperial e o respetivo nome (sem indicação do nome do rei germânico).

Na etnologia, é notável o conjunto de técnicas e alfaias agrícolas galego-minhotas, de origem germânica, nomeadamente o arado quadrangular, o mangual e o espigueiro. Nota-se que a distribuição geográfica do espigueiro típico do Minho e da Galiza (onde o nome é *horreo*, do latim *horreum*, baixo latim, *horreus*) se assemelha bastante à distribuição dos topónimos de origem germânica (cf. Frankowski *et alii* 1986, Dias *et alii* 1994, Moura 1995).

É na onomástica que se destaca a influência germânica, especialmente nos topónimos: “no noroeste... da península, a densidade de topónimos derivando de antropónimos de origem germânica é muito saliente” (Koller 1998: 239).

4. Conclusões e perspetivas para futura investigação

Não obstante (1) a semelhança de forma, iniciada por *Al-*, com numerosos topónimos de origem árabe (devidos à influência da invasão muçulmana e a ocupação de grande parte da Península Ibérica desde o século VIII até ao século XV) e (2) o facto de se encontrar num país de língua românica e de forte influência romana, o topónimo *Aldão* é de origem germânica, provindo muito provavelmente do patronímico *Aldonaci*, de documentação mais antiga. Assim, a origem do topónimo *Aldão* assemelha-se à origem de numerosos outros nomes de lugar que provieram de antropónimos, sobretudo dos nomes dos respetivos fundadores.

Efetivamente, a localidade *Aldão* se situa numa região de apreciável influência germânica, na arqueologia, na etnologia e mormente na toponímia.

A investigação futura referente ao topónimo *Aldão* deverá procurar fontes de documentação de outras formas antigas deste nome, além das formas que já são conhecidas.

Bibliografia

- Barbosa, Agostinho (2007): *Dictionarivm Ivsitanicolatinvm*. 2.^a edição. Fac-símile da Edição de 1611. Organização e Introdução de Brian F. Head. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho.
- Bouza-Brey, Fermín (1968): “Sobrevivencias antroponímicas, topomásticas, antropológicas, jurídicas y folclóricas de la Galicia sueva”, *Bracara Augusta*, XXII, pp. 197-204.
- Cabeza Quilles, Fernando (1992): *Os nomes de lugar. Topónimos de Galicia: a sua orixe e o seu significado*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- (2000): *Os nomes da terra. Topónimos galegos*. Noia: Toxosoutos, S.L.
- Cao, José Rafael Dorribo & Manuel Reboredo Taxas (2000): *Guía dos castros de Galicia*. Vigo: Edicións do Cumio, S. A..
- Cortesão, A. A. (1900): *Subsídios para um dicionário completo (histórico-etimológico) da língua portuguesa*. Coimbra: França Amado.
- (1912): *Onomástica medieval portuguesa* (Separata do “Archeologo Português”, vol. VIII e seguintes). Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.
- Dias, Jorge (1982): *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1982.
- Dias, Jorge, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano (1994): *Espigueiros portugueses: sistemas primitivos de secagem e armazenagem de produtos agrícolas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Eichhoff, Fédéric Gustave et Wilhelm de Suchau (1841): *Dictionnaire étymologique des racines allemandes, avec leur signification française, et leurs dérivés classes par familles; suivi d'un vocabulaire étymologique des mots étrangers germanisés, etc.* Paris: Chez Thiérot, Libraire-Éditeur.

- Feist, Sigmund (1939): *Vergleichendes Wörterbuch der gotischen Sprache, mit Einschluss des Krimgotischen und sonstiger zerstreuter Überreste des Gotischen*. Leiden: E. J. Brill.
- Ferguson, Robert. *The Teutonic name-system applied to the family names of France, England and Germany*. London: Williams & Norgate, 1864.
- Frankowski, Eugeniusz, José M. Gómez-Tabanera y colaboradores (1986): *Horreos y palatitos de la Península Ibérica*. Madrid: Ediciones Istmo.
- Houaiss, António e Mauro de Salles Villar (2001): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objectiva.
- Koller, Erwin (1998): “Suevos – Schwaben?”. In: Koller & Laitenberger, pp. 213-243.
- Koller, Erwin & Hugo Laitenberger (Hrsg.) (1998): *Suevos-Schwaben*. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585); interdisziplinäres Kolloquium, Braga 1996. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- Kremer, Dieter (1980): “Tradition und Namengebung (Statistiche Anmerkungen zu mittelalterlichen Namengebung)”, *Verba* 7, 75-109.
- (1998): “À volta da problemática dos nomes de origem germânica na península ibérica”. In: Koller & Laitenberger, pp. 115-135.
- Kremer, Dieter & Joseph-Maria Piel (1976): *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg: Carl Winter Verlag.
- Lautensach, Hermann (1954): “Über die topographischen Namen arabischen Ursprungs in Spanien und Portugal”. In: *Die Erde*, 3-4 (March-April, 1954), pp. 219-243.
- Leite de Vasconcellos, José (1928): *Antroponimia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Machado, José Pedro (1977): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3.^a edição. 5 volumes. Lisboa: Horizonte.
- (1984): *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3 volumes. Lisboa: Editorial Confluência.
- (1958-161): *Influência árabe no vocabulário português*. 2 volumes. Lisboa: Álvaro Pinto, Revista de Portugal.
- Meyer-Lübke (1935): Wilhelm. *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: C. Winter, 1935.
- Moralejo Lasso, Abelardo (1977): *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela: Editora Pico Sacro.
- Moura, Armando Reis (1995): *Espigueiros de Portugal*. Ria Formosa: Parque Natural de Ria Formosa.
- Nunes, José Joaquim: “Os nomes de baptismo (sua origem e significado)”, *Revista Lusitana* XXXI (1933), 5-79, XXXII (1934), 56-160, XXXIII (1935), 5-72, XXXIV (1936), 105-164, XXXV (1937), 5-37.
- Piel, Joseph-Maria. “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, II (1933)-VII (1944). (Também publicado como livro, com o mesmo título: Lisboa: J. Fernandes Ltda., 1945).
- (1989) *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

- Pina, Luís (1932): “Contribuição para a Antropologia dos povos bracarense”, *Revista de Guimarães*, XLII, 1-2 (Janeiro-Junho 1932), pp. 38-51.
- Pokorny, Julius (2005): *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*. 2 volumes. Tübingen: Francke A. Verlag.
- Reinhart, Wilhelm (1952): *Historia General del Reino Hispánico de los Suevos*. Madrid: S. Aguirre, Seminario de Historia Primitiva del Hombre.
- Rivas Quintas, Eligio (1991): *Onomástica pessoal do noroeste hispano*. Lugo: Editorial Alvarellos.
- Sacau Rodríguez, Gerardo (1996): *Os nomes da terra de Vigo. Estudo etimológico*. Vigo: Instituto de Estudos Viguenses.
- Skeat, Walter W. ([1882] 1980): *A Concise Etymological Dictionary of the English Language*. New York: G.P. Putnam's Sons. (First published in 1882.)
- (1968): *A Mæso-Gothic Glossary with an introduction, an outline of mæso-Gothic grammar, and a list of Anglo-Saxon and old and modern English words etymologically connected with mæso-Gothic*. London & Berlin: Asher & Co.
- Stanislawski, Dan (1959): *The Individuality of Portugal. A Study in Historical-Political Geography*. Austin: University of Texas Press.
- Torres, Casimiro (1977): *Galicia sueva*. La Coruña: Fundación “Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa”.
- Watkins, Calvert (1985): *The American Heritage Dictionary of Indo-European Roots*. Boston: Houghton Mifflin.

Alguns documentos inéditos para a biografia do gramático Manuel Dias de Sousa (1753-1827)

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
kemmler@utad.pt

Abstract

Based on hitherto unpublished documents from two important Portuguese public archives, this article offers a new insight on some biographical information concerning the Portuguese grammarian Manuel Dias de Sousa (1753-1827).

Keywords: Historiography of Linguistics, Grammar, biography.

Resumo

Baseado em informações até agora inéditas de dois importantes arquivos públicos portugueses, este artigo oferece informações biográficas anteriormente desconhecidas sobre o gramático português Manuel Dias de Sousa (1753-1827).

Palavras-chave: Historiografia linguística, gramática, biografia.

1. Introdução

Nos estudos existentes na historiografia linguística até agora realizados, já foi devidamente estabelecida a pertença gramaticográfico-ideológica do gramático Manuel Dias de Sousa dentro da tradição metalinguística de língua portuguesa. Com efeito, o autor da *Gramatica Portuguesa ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros* (1804) foi um dos primeiros gramáticos portugueses a aproveitar de forma explícita os ensinamentos dos linguistas e gramaticógrafos franceses Nicolas Beauzée (1717-1789) e Antoine Court de Gébelin (?-1784).

Ao passo que a gramática portuguesa como monumento metalinguístico já foi objeto de estudos das grandes monografias de Barbara Schäfer-Prieß (2000) e Maria Helena Pessoa Santos (2010, tese de doutoramento defendida em 2005), bem como do trabalho académico recente de Esteves (2007), sendo ainda objeto de referências noutras publicações historiográfico-linguísticas, o mesmo não se aplica à biografia do gramático, pois verifica-se continuarem desconhecidos aspetos cruciais da sua biografia. Para preencher estas lacunas biográficas, pretendemos a seguir apresentar alguns elementos encontrados nos arquivos distritais de Braga e de Coimbra, principiando, porém, com uma análise do *status quo* em matéria biobibliográfica.

2. Manuel Dias de Sousa no *Diccionario Bibliographico Portuguez*

Dentro dos 23 volumes do *Diccionario Bibliographico Portuguez* do bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876), encontramos duas entradas referentes ao gramático Manuel Dias de Sousa, nomeadamente no volume V e no volume XVI.¹ Na primeira entrada deparamos com as seguintes informações biobibliográficas:

P. MANUEL DIAS DE SOUSA, Presbytero secular, Bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, e Prior na igreja de Villa-nova de Monsarros, sita mesma diocese, collado a 6 de Maio de 1794. - N. na freguezia de Sancta Maria do Souto de Sobradello, no arcebispado de Braga, provavelmente pelos annos de 1755 a 1760, e vivia ainda em 1822, pois foi n'esse anno eleito Deputado ás Côrtes ordinarias. Ignoro comtudo se n'ellas tomou assento, bem como a data precisa do seu obito, e mais circumstancias pessoaes: sendo para as descobrir inuteis as minhas diligencias, e as que a meu rogo emprehenheu em Coimbra o reverendo prior Manuel da Cruz, com a sua costumada sollicitude. - E.

456) *Nova eschola de meninos, na qual se propõe um methodo facil para ensinar a ler, escrever e contar, com uma breve direcção para a educação dos meninos. Ordenada para descanso dos mestres, e utilidade dos discipulos.* Coimbra, na Reg. Offic. da Univ. 1784. 4.º de VIII-210 pag.: acompanhada de 13 estampas, ou traslados de letras, em cujo character o auctor pretendeu imitar em parte o do nosso famoso Andrade.

É rara esta obra, ao menos em Lisboa, onde não vi d'ella até agora mais que dous ou tres exemplares.

457) *Grammatica portugueza, ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros.* Coimbra, na Imp. da Univ. 1804. 8.º de XIX-282 pag.

458) *Historia da creação do mundo, na qual pela ordem dos seis dias da creação se dá uma breve noticia dos elementos, da terra e seus mineraes, das plantas e animaes, e ultimamente do homem nos seus diversos estados; tudo adornado com as estampas possiveis.* Coimbra, na Imp. da Univ. 1804. 8.º de 396 pag., e mais VIII de indice, e uma com as erratas. As estampas são intercaladas no texto. - Reimpressa em Lisboa, na Imp. Reg. 1825. 8.º Á custa dos livreiros Martin & Irmão. D'esta reimpressão se tiraram mil e quinhentos exemplares.

459) *Extractos do Foral de Villa-nova de Monsarros.* Lisboa, na Imp. Reg. 1815. Uma e meia folhas de impressão (Silva 1860, V: 409).

Neste trecho biográfico, Inocêncio informa que Sousa terá nascido na freguesia Santa Maria do Sobradelo, no arcebispado de Braga, documentando não ter certeza no atinente às datas de vida – informações essas que precisaremos no próximo capítulo. Informa-se ainda que Sousa era bacharel formado em direito canónico pela Universidade de Coimbra, exercendo o cargo de prior da igreja de Vila Nova de Monsarros. Esta localidade, que então era a cabeça do concelho do mesmo nome até 1835, pertencendo à comarca de Coimbra, constituiu desde 4 de julho de 1837 uma das quinze freguesias do concelho de Anadia, no distrito de Aveiro.²

¹ Tal como os volumes X (1883) até XXII (1923), o décimo sexto volume foi publicado por Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1833-1914), o testamenteiro de Inocêncio.

² Para a evolução histórica do concelho de Anadia e a integração administrativa de Vila Nova de Monsarros, cf. o trabalho de Teixeira (2011: 5).

Na relação das obras de Manuel Dias de Sousa são referidas as duas obras didáticas *Nova escola de meninos* (1784), a *Gramatica Portuguesa* (1804), bem como uma *Historia da criação do mundo, segundo a Sagrada Escripura e a melhor doutrina dos sabios* (1804).³

Ao aproveitar um artigo publicado no jornal *O Conimbricense* de 1885, Brito Aranha consegue não somente fornecer informações sobre a atividade de Sousa como deputado nas cortes, mas também sobre o falecimento, conforme se vê na reprodução do assento de óbito de 21 de outubro de 1827:

MANUEL DIAS DE SOUSA (v. *Dicc.*, tomo V, pag. 409).

No *Conimbricense*, n.º 3:945, de 13 de junho de 1885, ampliando-se a resumida nota biographica que vinha no *Diccionario*, acrescentam-se varias noticias, das quaes recopilámos algumas:

Em 13 de agosto de 1821 foi o prior Manuel Dias de Sousa eleito juiz de facto por Coimbra, então cabeça do concelho de jurados. Em 1822 eleito deputado em eleição directa, para as cartas ordinarias d'esse anno, pela divisão de Aveiro; e ao mesmo tempo eleito substituto pela divisão de Coimbra, obtendo o primeiro logar por 3:384 votos. Tomou assento em côrtes, como deputado por Aveiro, e prestou juramento em 20 de novembro de 1822.

Foi Manuel Dias de Sousa um dos sessenta e um deputados liberaes que no dia 2 de junho de 1823 honrosamente protestaram, por occasião da reacção absolutista de Villa Franca, contra «qualquer alteração ou modificação» que se fizesse na constituição do anno de 1822.

Indo a Coimbra tratar de seus negocios, falleceu no dia 21 de fevereiro de 1827, na antiga rua de Coruche (hoje rua do Visconde da Luz), em casa do seu particular amigo Manuel José Martins, avô paterno do benemerito redactor do *Conimbricense*.

O prior da antiga freguezia de S. Thiago, doutor em theologia, José Joaquim de Almeida, lavrou do seu obito o seguinte assento:

«Aos 21 de fevereiro de 1827 falleceu, com todos os sacramentos, na rua do Coruche, em casa de Manuel José Martins de quem era hospede, o reverendo Manuel Dias de Sousa, prior de Villa Nova de Monsarros. Está sepultado n'esta igreja, em uma das sepulturas do cruzeiro. De que fiz este assento. *Era ut supra.* = Prior, *José Joaquim de Almeida.*».

O illustrado prior Manuel Dias de Sousa foi estrenuo defensor do povo da sua freguezia de Monsarros, contra as exigencias de fóros por parte do cabido da sé cathedral de Coimbra, não só nos tribunaes, mas em varias e energicas publicações que fez a esse respeito.

Façam-se as seguintes alterações:

A *Historia da criação do mundo* (n.º 458), na edição de 1825 tem 400 pag. Ha nova edição. Lisboa; na typ. Rollandiana, 1827. 8.º de XII-368 pag. Com estampas, mais toscas que as antigas.

A Melhor edição é a de 1825.

O *Extracto do foral de Villa Nova de Monsarros* (n.º 459) faz parte de uma collecção de documentos publicados, e em parte escriptos por Dias de Sousa d'este modo:

2136) *Manifesto das contendas do cabido da sé de Coimbra com o prior e moradores do couto de Villa Nova de Monsarros, dado á luz publica pelo procurador do concelho do*

³ Ainda não tivemos acesso a esta obra, cujo título evidencia a mesma intenção didática que está subjacente às outras obras do gramático. No catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal (WWWBNP s.d.), consta a existência de um exemplar da primeira edição (Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1804, cota H.G. 529 P.), da segunda edição (Lisboa: Na Impressão Régia, 1825, cotas H.G. 530 P. e R. 35373 P.), bem como ainda de outra edição (Lisboa: Na Typ. Rollandiana, 1857, cotas H.G. 4079 P. e R. 25387 P.).

mesmo couto para se juntar á sentença que sobre ellas se proferiu no juizo da corôa do Porto, e se imprimiu no anno antecedente de 1814. Lisboa, na impressão Regia, 1815. 4.º de 87 pag. - É opusculo interessante e com sobeja erudição juridica.

2137) *Sentença proferida no juizo da coroa do Porto, etc.* Ibidem, 1814. 4.º.

2138) *Sentença civil proferida no juizo dos feitos da corôa da casa da Supplicação sobre as contendas da camara de Monsarros com o cabido de Coimbra.* Ibidem, na imp. Regia, 1815. 4.º de 10 pag.

2139) *Extracto do foral que o sr. rei D. Manuel deu ao couto de Villa-Nova de Monsarros, etc.* (Não tem logar, nem anno de impressão). 4.º de 10 pag.

2140) *Monsarraida theologico-juridica, dada á luz por um amigo da verdade e da justiça.* Lisboa, na typ. Rollandiana. Anno 1823. 8.º de 100 pag. e mais 2 de indice e errata.

No *Conimbricense*, n.º 3:947, de 20 de junho de 1885, dá o sr. Joaquim Martins de Carvalho uma noticia da obra acima *Monsarraida* declarando que lhe tinham offerecido um exemplar, e depois de o descrever, acrescenta o seguinte que, por ser em extremo interessante e apropriado ao intuito do *Diccionario*, transcrevo na integra:

«No fim vem uma curiosa noticia das differentes publicações que o padre Manuel Dias de Sousa tinha preparado para a impressão, destinadas á educação do povo, e posteriores aquellas que havia imprimido até ao anno de 1804.

«São Manuscriptos licenciados desde 12 de setembro de 1805, os quaes constam: - 1.º *Principios de leitura portugueza, ou alphabeto e syllabario portuguez com os primeiros ensaios de leitura e methodo pratico de ensinar a ler, ordenado segundo a grammatica da mesma lingua.* - 2.º *Principios de arithmetica, com as taboadas competentes, para uso da mocidade portugueza.* - 3.º *Compendio da historia sagrada do Antigo e Novo Testamento, ordenado para servir aos meninos de exercicio de leitura, e juntamente de introduccão ao estudo da doutrina christã.* - 4.º *Compendio da moral celeste extraido dos livros Sapienciaes do Antigo Testamento, para servir aos meninos de exercicio de leitura, e juntamente de lhes inspirar as regras sublimes, que dictou a divina sabedoria, para a direcção dos costumes.*

«Seguem-se os Manuscriptos concluidos, mas ainda por licenciar.

«Constam de uma obra importantissima, e fructo de grande trabalho, com o titulo de *Breviario da Biblia Sagrada, no qual se conservam, quanto é possivel as proprias palavras da Sagrada Escripura, e se lhe ajuntam as illustrações dos sagrados expositores, competentes ao commum dos fieis. Acompanhado de observações sobre os factos da historia mais interessantes á instrucção da edificação dos mesmos fieis. Ordenado para facilitar aos fieis portuguezes de ambos os sexos e de todos os estados o celestial alimento da palavra de Deus, por meio da lição das sagradas escripturas.*

«Estavam escriptos cinco volumes, tendo o 1.º 681 paginas de folio, o 2.º 648, o 3.º 773, o 4.º 812, e o 5.º 730.

«Contava elle que na impressão se reduziriam ao formato de 8.º chamado francez.

«Tencionava ainda escrever um 6.º volume, em que pretendia incluir as historias particulares de Job, de Tobias, de Judith e de Esther, com as competentes notas e observações; e os livros Sapienciaes e os Psalmos só acompanhados de notas litteraes.

«Pretendia mais do Novo Testamento coordenar os quatro evangelistas chronologicamente, e fazer-lhes meditações proporcionadas aos simples fieis, a favor de quem unicamente trabalhava. Os livros doutrinaes do Novo Testamento pretendia produzil-os como os temos, e as notas que lhes conviessem. Tambem pretendia concluir esta obra com a harmonia dos dois Testamentos; e no fim de tudo o index alphabetico das materias e talvez tâbuas chronologicas e geographicas.

«Obstou, porem, á impressão d'estes trabalhos a falta de meios e o fallecimento do seu illustrado auctor (Silva 1893, XVI: 171-172).

Para além de atualizar as informações sobre duas das obras mencionadas em Silva (1860, V: 409), o bibliógrafo acrescenta cinco obras relacionadas com as

lides jurídicas que Sousa mantinha com o Cabido da Sé de Coimbra ao longo de mais de uma década. Dentro destas obras de natureza jurídico-documental, é de destacar a *Monsarraida theologico-juridica* que não somente contém vários documentos atribuídos ao próprio Manuel Dias de Sousa como pároco de Vila Nova de Monsarros, como também conta com uma listagem anexa, que informa sobre as obras manuscritas redigidas pelo próprio autor.

Ao ser intitulado apenas como «Relação» (Sousa 1823: 97), torna-se evidente que este capítulo interessantíssimo de conteúdos bibliográficos deveria ter como título «*Relação dos Livros trabalhados para instrução dos Fieis*», uma vez que é assim referido no índice que se encontra no fim da obra (Sousa 1823: [I]). Coerentemente à intenção educadora do gramático, as quatro obras mencionadas na rubrica «*Dos Manuscritos licenciados desde 12 de Setembro de 1805*» (Sousa 1823: 97) são de natureza marcadamente didática, não constando, porém, que alguma vez tenham sido publicadas. O mesmo pode afirmar-se sobre o *Breviario da Biblia Sagrada* em cinco volumes, cujo conteúdo é apresentado de forma exaustiva pelo autor (Sousa 1823: 98-99).

3. Manuel Dias de Sousa nos registos paroquiais

Acabámos de ver que Inocêncio julga que Manuel Dias de Sousa terá nascido entre 1755 e 1760 na freguesia que identifica como Santa Maria do Souto de Sobradelo, tendo falecido em Coimbra no dia 21 de fevereiro de 1827. Com base nestas referências, conseguimos localizar o assento de batismo do gramático:

Manoel filho legitimo de Pedro Dias de Souza e sua molher Costodia Gonçalves do lugar de Carreira desta freguezia de santa Maria de souto de sobradello naceo aos vinte e sinco dias do mes de Mayo do anno de mil e sete sentos e sincoenta e tres foi baptizado solenemente aos vinte e oito do mesmo mes por mim Manoel Francisco Moreyra Parocho desta freguezia Avos paternos Antonio Dias de Souza e de sua molher Maria Esteves do lugar de Carreyra Maternos Domingos Gonçalves e de sua molher Catherina Francisca foraõ o Reverendo Costodio Dias de Souza Padrinhos digo o Reverendo Costodio Dias de Souza vigario da Parochial Jgreja de Saõ vicente de Filgueiras Madrinha Damazia Dias ambos Tios do baptizado Testemunhas o Padre Domingos Rodriguez e Pedro Monteyro do lugar de Carreira todos desta freguezia que todos aqui asignamos hoje era ut supra

O vigario Manoel Francisco Moreyra

O Vigario Custodio Dias de Sousa

O Padre Domingos Rodriguez

Pedro mont

teyro (1753, maio 28)

Verifica-se, portanto, que Manuel Dias de Sousa nasceu na aldeia rural conhecida como ‘lugar da Carreira’ da então freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo (hoje Sobradelo da Goma, no concelho de Póvoa de Lanhoso) no dia 25 de maio de 1753, tendo sido batizado na igreja paroquial de Santa Maria de Sobradelo três dias após o nascimento. No batismo, celebrado pelo vigário Manuel Francisco Moreira, intervieram o pai, Pedro Dias de Sousa, e a mãe,

Custódia Gonçalves, bem como os padrinhos, Custódio Dias de Sousa⁴ e Damásia Dias (cujo apelido leva a crer serem tios do lado paterno), como ainda o Padre Domingos Rodrigues e Pedro Monteiro, que serviram como testemunhas oriundas da aldeia do batizando. Para além disso, ficamos a saber que são avós paternos António Dias de Sousa e Maria Esteves e avós maternos Domingos Gonçalves e Catarina Francisca. Destas informações resulta o seguinte:

Quadro genealógico de Manuel Dias de Sousa (1753-1827)



No que respeita ao assento de óbito, observa-se que o documento original pertencente aos registos de óbito da freguesia de São Tiago de Coimbra corresponde ao texto integralmente por Silva (1893, XVI: 171). Com efeito, lavrou-se o referido assento no dia exato referido por Inocêncio, ficando, contudo, evidentes algumas divergências na transcrição:

Aos vinte e hum de Fevereiro de mil oito centos e vinte sete faleceo Com todos os sacramentos na rua do Coruche em Casa de Manoel Joze Martins de quem era hospede o reverendo Manoel Dias de Souza Prior de Villa Nova de Monçaros esta sepultado nesta Igreja em huã das sepulturas do cruzeiro de que fiz este assento era ut supra
O Prior Joze Joaquim de Almeida (1827, fevereiro 21)⁵

A consulta dos documentos permite-nos, portanto, constatar que as datas de vida relativas a Manuel Dias de Sousa devem ser corrigidas no sentido de o gramático ter nascido no dia 25 de maio de 1753. Considerando que Sousa faleceu no dia 21 de fevereiro de 1827 pode constatar-se, enfim, que faleceu com 73 anos de idade.

⁴ O assento de batismo menciona que este tio paterno era pároco da 'Igreja de Saõ vicente de Filgueiras', ou seja, da igreja de São Vicente de Sousa, no concelho de Felgueiras.

⁵ Na margem esquerda, o assento tem as anotações «Reverendo Manoel dias» e «21 de Fevereiro / 1827 / 1200». Uma vez que semelhantes entradas (com valores diferentes) se encontram à margem de muitos dos outros assentos de óbito daquela paróquia, parece-nos que o valor escrito por baixo da data possa estar relacionado com despesas do enterro.

4. O processo de inquirição de *genere* de Manuel Dias de Sousa

Dentro do vasto universo dos processos de inquirição *de genere et moribus* (documentação esta com que era verificada a probidade moral e a pureza étnica dos que pretendiam ordens sacras ou empregos na Universidade ou na justiça) que se encontram nos arquivos distritais portugueses, merece-nos especial atenção o processo de habilitação de *genere* por fraternidade, relativo ao próprio Manuel Dias de Sousa, que se conserva no Arquivo Distrital de Braga. Dentro de uma capa moderna, este processo consta de oito folhas, das quais quatro apresentam texto nos lados retro e verso). Segundo a nomenclatura atual do arquivo, trata-se do processo 16910, pertencente à pasta 734, e apresenta a seguinte data «Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jezuz Cristo de mil setecentos Setenta e tres annos aos dezasete dias do mes de Marco deste anno nesta cidade de Braga» (1773, março 17: fol. 1 r). Por tratar-se de uma justificação de fraternidade, a capa moderna remete para o processo número 32564, relativo ao irmão do justificante, chamado Custódio Dias de Sousa. A seguir, reproduziremos os elementos constantes do processo,⁶ com a exceção da capa contemporânea (1773, março 17: fol. 1 r) e a folha das contas do processo:⁷

Remetida ao Nosso Reverendissimo Provizor
Braga 17 de Fevereiro de 1773.
[rubrica ilegível]

Reverendissimo Senhor

Dis Manoel Dias de Souza Bacharel formado nos sagrados Canones, natural da freguezia de Santa Maria de Souto de Sobradello vezita de Monte Longo deste Arcebispado Primás, *que* sendo admitido a Ordens por Vossa Alteza Real necessita de se mostrar habilitado in genere, e como o *supplicante* tem hum irmão chamado Custodio Dias de Souza, o qual he legitimo irmão *supplicante* e se acha ja habilitado por Vossa Real Alteza portanto

Venham as inquericonies
[assinatura:] Brochado

Pede a Vossa Real Alteza lhe faça a merce admittir o *supplicante* a justificar a fraternidade do *dicto* seu irmão

Auctor justifique
[assinatura:] Brochado

Espera Receber Merce (1773, março 17: fol. 2 r)

⁶ Respeitaremos a grafia do texto manuscrito, desdobrando as abreviaturas, cujo texto se apresente em letras itálicas.

⁷ Neste última folha, datada de 18 de março de 1773, ficamos a saber que os vários atos administrativos relacionados com o processo de habilitação de *genere* de Manuel Dias de Sousa somaram num total de 444 réis, o que para todos os efeitos se deve julgar um preço bastante modesto.

Neste requerimento não datado, dirigido ao Arcebispo de Braga, Manuel Dias de Sousa declara-se como bacharel em direito canónico, natural da freguesia de Santa Maria de Sobradelo, na área de visitação de Montelongo.⁸ Através do requerimento, o jovem religioso solicita que seja habilitado *in genere* por ser irmão do já habilitado Custódio Dias de Sousa, de maneira que possa receber as ordens menores. No próprio requerimento encontram-se ainda os despachos do Arcebispo (que permanece no anonimato mas assina com rubrica a seguir ao despacho «Remetida ao *Nosso Reverendissimo* Provisor» datado de 17 de fevereiro de 1773, bem como os dois despachos não datados relacionados do doutor José Maria Pinto Brochado, Cónego e Vigário Geral, Provisor da Sé de Braga.

Segue-se no processo o segundo requerimento, no qual o jovem justificante fornece informações adicionais sobre a sua ascendência, nomeadamente sobre os pais e os avós:

Remetida ao *Nosso Reverendissimo* Provisor,
com Avizo Braga 26 de Fevereiro de 1773.
[rubrica ilegível]

Serenissimo Senhor

Dis Manoel Dias de Souza *Bacharel* formado em Canones pela Vniuersidade de Coimbra *filho legitimo* de Pedro Dias de Souza, e de Custodia *Gonçalvez* da freguezia de Souto de Sobradelo desta Comarca e Arcebispado, que elle *supplicante* alcançou o avizo junto para poder requerer a *Vossa Alteza Real* a merce de o ordenar e por que tem os requezitos necessarios para haver de ser admetido a Ordens menores.

Juiz Provisor
[assinatura:] Brochado

Pede a Vossa Alteza Real lhe faça a merce admetir o *supplicante* a Ordens menores por cuja merce rogará a *Deos* pela vida e Saude de *Vossa Alteza Real*

Avós Paternos
Antonio Dias de Souza
Maria Esteves
Maternos
Domingos Gonçalves e Catarina Francisca
todos da freguezia de Sobradelo desta
[texto cortado ilegível]

Espera Receber Merce (1773, março 17: fol. 3 r)

⁸ Com efeito, a pertença administrativa secular e eclesiástica é explicada da seguinte maneira pelo ‘encomendado Antonio José Ferreira Gomes’ no ‘Inquérito paroquial de 1842’: «[...] era esta freguesia até o ano de 1834 sujeita imediata ao juiz de fora de Guimarães, (termo), corregedor, e provedor, sujeita militarmente ao coronel das extintas milícias da Vila da Barca, e eclesiasticamente ao reverendo vigário geral provisor e prelado de Braga, pertencendo então esta freguesia à visita da segunda parte de Montelongo, e comarca de Braga».

Neste segundo requerimento confirmam-se os nomes dos antecedentes do gramático, tal como haviam sido referidos no assento de batismo. Segue-se o documento-chave de todo o processo, isto é, a inquirição das testemunhas que estavam em condições de pronunciar-se sobre o justificante (1773, março 17: fol. 4 r-5 v):

Inquiriçam de Fraternidade a favor de Manoel Dias de Souza da freguezia de Sobradello

Aos dezacete diaz do mez de Março de mil sette centoz septenta e trez annos nesta cidade de Braga, e na Rua de Maxeminos della e cazaz da morada do Muito Reverendo Senhor Dezembargador Provizor Joseph Maria Pinto Brochado. Ahi por elle foraõ perguntadas as testemunhas seguintes apreentadaz pello Justificante ce por nomez cognomes moradas officios, e costumez se segvem de que para constar estendi este termo Eu Luiz Monteyro de Queyrós a ezcrevy.

Joaõ Diaz de Souza Estudante filho de Simaõ Dias do logar de Carreira freguezia de Santa Maria de Souto de Sobradello testemunha a quem elle Reuerendo Senhor Decembargador Provizor deo ivramento doz Santos evangelhos em que poz sua mão direita de que dou fe e prometeu dicer verdade e que seria de idade de trinta e seis annos pouco mais ou menos, e aoz costumez dice ser parente do Justificante em terceiro grao de consanguinidade.

E perguntado pello contiudo na petição do Justificante o Bacharel Manuel dias de Souza dice que por ser da mesma freguezia sabe que elle he filho legitimo de Pedro Diaz de Souza, e de Costodia Gonçalues natural da mesma freguezia, e Jrmaõ inteiro de Costodio Diaz de Souza clerigo in minoribus, que Recebeo com o Serenissimo Senhor Dom Gaspar, e por filho legitimo, e de legitimo matrimonio sam ambos tidos, e Reputados sem fama nem Rumor em contrario; e al não dice a assignou com elle senhor dezembargador Provizor depois de lido o seu testemunho que dice estava na uerdade E eu Luiz Monteyro de Queirós o ezcrevy.

[assinatura:] Brochado

[assinatura:] Joaõ Dias de Souza

O Capitam Joaõ fernandes Guimaraes morador da Rua do Souto desta cidade testemunha iurada aoz Santos evangelhos em que poz sua mão direita de que dou fe, e prometeu dicer uerdade, e que seria de idade de trinta e quatro annos pouco mais ou meno, e aos costumez dice nada.

E perguntado pello contiudo na petiçam do Justificante dice que por ser natural da freguezia donde he o Justificante conhece a este muito bem, e a seos Pays Pedro Diaz de Souza, e Costodia Gonçalues, e Jrmaõ inteiro de Costodio Diaz de Souza clerigo in minoribus, que Recebeo com o Serenissimo Senhor Dom Gaspar, e como tal, he tido, e Reputado de todos sem fama nem Rumor em contrario o que sabe pello ver, e al não dice a assignou com elle senhor dezembargador Provizor depois de lido seu testemunho que dice estava na uerdade E eu Luiz Monteyro de Queirós o ezcrevy.

[assinatura:] Brochado

[assinatura:] Joaõ Fernandez de oliueira Guimarãez

Manoel Francisco de Carvalho Estudante clerigo in minoribus da freguezia de Souto de sobradello testemunha iurada aoz Santos evangelhos em que poz sua mão direita de que dou fe, e prometeu dicer uerdade, e que seria de idade de quarenta e seis annos pouco mais ou menos, e aos costumes dice nada.

E perguntado pello contiudo na petição do Justificante dice que por ser da mesma freguezia o conhece muito bem, e a seos Pays, e a seu Jrmaõ Costodio Diaz de Souza clerigo in minoribus, que Recebeo e foy admetido a isso pello serenissimo Senhor Dom Gaspar, e por seu Jrmaõ inteiro legitimo e de legitimo matrimonio, e filho dos mesmoz Pays he o Justificante tido, e Reputado de todos sem fama nem Rumor em contrario como elle testemunha vé, e al não dice a assignou com elle Senhor

decembargador Provizor depoiz de lido seu testemunho que dice estava na uerdade E eu Luiz Monteyro de Queirós o ezcrevy.

[assinatura:] Brochado

[assinatura:] Manuel Francisco de Carvalho

Nesta inquirição de testemunhas, que em tudo segue as fórmulas habituais neste tipo de documentação, intervêm o já referido provedor José Maria Pinto Brochado, o escrivão Luís Monteiro de Queiroz e as testemunhas João Dias de Sousa (que deve ser o primo do justificante), João Fernandes de Oliveira Guimarães e Manuel Francisco de Carvalho. Depois da devida identificação de cada testemunha, estas testemunham unanimemente conhecer não só o requerente do processo mas também o seu ambiente familiar, nomeadamente a admissão do irmão Custódio Dias de Sousa a ordens menores.

Para completar o processo, segue-se o requerimento ao escrivão dos ‘livros findos’ da Câmara Eclesiástica da Arquidiocese de Braga, solicitando que o seu assento de batismo fosse extraído dos livros de batismo. Com efeito, o conteúdo do assento encontra-se reproduzido no mesmo requerimento, vindo acompanhado pelas explicações processuais necessárias do escrivão Luís da Maia:

Dis Manoel Dias de Souza *Bacharel* formado nos sagrados Canones, filho *legittimo* de Pedro Dias de Souza e de sua *molher* Custodia *Gonçalvez* natural do lugar de Carreira *freguezia* de Santa Maria de Souto de Sobradello vezita de Monte Longo deste Arcebispado Primás *que para* certos requerimentos necessita, *que* o Escrivão do Livros findo{s} ou outro *que* em seu poder <tiver> o Livro dos Baptizados, lhe passe por certidaõ o theor do assento do seu Baptismo, razaõ por *que*

Juiz Provizor

[assinatura:] Brochado

Pede a Vossa Merce seja servido mandar *que* o dito Escrivão lha passe em modo *que* faça fé

jurou não ser pera cazo
crime

Espera Receber Merce

Em comprimento do *Despacho* supra do *Muito Reverendo* Senhor Jozz jozeph Maria pinto Brochado Conego na Santa See desta dicta cidade de Braga Jozz provizor e *vigairo geral* neste vispado fez sua Altêza Real o serenissimo Senhor Dom Gaspar Arcebispo e Senhor de Braga primas das Hespanhas &c. Certefico Eu Luis da Maya escrivão dos Livros findos nesta mesma por o mesmo serenissimo senhor que em meu poder se achaõ os Livros Findos da freguezia de Santa Maria do Soutto de Sobradello E em huõ delles nos asentos dos Batizados a folhas Cento e doze verço se acha hũ asentto do theor seguinte.

Manoel filho Legitimo de pedro Dias⁹ e de sua *mulher* Custodia Gonsalves do lugar de Carrejra desta freguezia de santa maria de soutto de sobradello naceo aos vinte e sinco dias do mes de **majo** do anno de mil e

⁹ Falta «de Souza».

sete centos e sincoenta e tres foi **Batizado**¹⁰ solenemente aos vinte e oitto do mesmo¹¹ por **min** Manoel Francisco **Morejra** **parcho** desta freguezia Avos paternos Antonio Dias de souza e de sua **mulher** Maria Esteves do lugar de Carrejra Maternos Domingos Gonsalves e¹² sua **mulher** Catherina Francisca; foraõ o Reverendo Custodio Dias de Souza **padrinhos** digo o Reverendo **Costodio** Dias de souza vigario da **parochial jgreja** de **Sam Vicente** de Filguejras Madrinha Damazia Dias ambos Tios do **Batizado** **testemunhas** o **padre** Domingos Rodrigues e **pedro** Montejro do lugar de Carrejra todos desta freguezia que todos aqui **asinamos**¹³ era vt supra // **o Vigario** Manoel Francisco **Morejra** // **o Vigario** Custodio Dias de Souza // **o padre** Domingoz Rodrigues // Pedro **Montejro**

E não se Continha mais no ditto asentto, ao qual me reporto e por Verdade e fee della me asino hoje de Feverejro dezasete de mil e sete centtos e settenta e tres annos

[assinatura] Luiz da Maya

desta 120 reis (1773, março 17: fols. 6 r-7 r)

A reprodução do assento de batismo (em que marcámos as alterações em negritos) é bastante fiel. No entanto, observa-se para além da omissão das palavras ‘de Souza’, ‘mes’, e ‘de’, que o escrivão bracarense optou sobretudo por soluções gráficas diferentes. Encontramos ainda entre as alterações mais notáveis um uso ligeiramente divergente de maiúsculas, a grafia com <-tt-> em ‘soutto’ e ‘oitto’ (em vez de ‘souto’ e ‘oito’), a grafia dos ditongos decrescentes [aj], [ej] como <ej> em ‘majo’, ‘Carrejra’, ‘Filguejras’ (em vez de ‘Mayo’, ‘Carreira’, ‘Filgueiras’), bem como a omissão das letras mudas em ‘Batizado’, ‘asinamos’ (em vez de ‘baptizado’, ‘assignamos’).

O despacho final do processo, exarado pelo já referido juiz provisor José Maria Pinto Brochado, encontra-se no verso do último documento e reza o seguinte:

Vista ao Muito Reverendo Senhor
Doutor Provisor aos 13 de
Março de 1773 Com a In-
quirição do Jrmaõ appença

Vistos estes autos de habilitaçam de genere por *Justificaçam* de *Fraternidade* pelos quaes se mostra *que* o *Justificante* Manuel Dias de Souza he *filho legitimo* de Pedro Dias de Souza, e de Custodia Gonsalves, e nepto pela *parte* paterna de Antonio Dias de Souza, e de Maria Esteves, e pela materna de Domingos Gonçalvez todos da *freguezia* de Santa Maria de Souto de Sobradello, e de Caterina Francisca da *freguezia* de de Santiago de Guilhofrei, e como tal Jrmaõ inteiro de Custodio Dias de Souza habilitado de Genere por esta *jurisdiçam* como se mostra da *Inquiriçam* appensa, e *que* por si, e pelos ditos seus Pays, e Avos Paternos e maternos he o *dito Justificante Legitimo* inteiro christaõ velho sem fama, raçam ou nota em *contrario* de alguã nação infecta das reprovadas em *direito* contra nossa *Santa* fe catholica, e como tal o julgo e habilito assim *para* ser promovido a ordens, como *para* todas as mais

¹⁰ Falta <p> de «baptizado».

¹¹ Falta «mes».

¹² Falta «de».

¹³ Falta <g> de «assignamos»; falta «hoje».

honras, e dignidades e coizas pelo *que* a pureza doz sangue, e habilitaçam de genere, e se lhe passe Sentença querendoa e pague os autos Braga 18 de Março de 1773.

[assinatura] Joseph Maria Pinto Brochado

Pede Licença (1773, março 17: fol. 7 v)

Com este texto, o desembargador bracarense reconhece formalmente a limpeza de sangue de Manuel Dias de Sousa como irmão do já habilitado Custódio Dias de Sousa e como descendente dos pais e avós mencionados, removendo assim este obstáculo formal para que o gramático pudesse tomar ordens menores. Para além do despacho de natureza jurídica, este texto fornece-nos uma informação nova, nomeadamente a referência à naturalidade da avó materna Catarina Francisca: constata-se que ao contrário do resto da família seria natural da freguesia de Santiago de Guilhofrei (hoje Guilhofrei, no concelho de Vieira do Minho).

Com a finalidade de reunir as informações mais essenciais sobre todas as pessoas de que consta que foram intervenientes na elaboração da inquirição de *genere* relativa a Manuel Dias de Sousa, ou que foram mencionadas explicitamente no âmbito do documento, juntamos um quadro sinóptico em anexo.

5. Conclusão

Devido às dúvidas manifestadas por Inocêncio Francisco da Silva no *Diccionario Bibliographico Portuguez*, resolvemos empreender uma pequena investigação para obter dados fidedignos relativos ao nascimento e às origens familiares do gramático Manuel Dias de Sousa. As nossas investigações arquivísticas permitiram-nos, por um lado, confirmar a localização física e o conteúdo do assento de óbito, lavrado pelo pároco da freguesia de São Tiago de Coimbra no dia 21 de fevereiro de 1827, tal como fora citado por Silva (1893, XVI: 171). Por outro lado, foi-nos possível localizar o assento de batismo do gramático de 28 de maio de 1753. Ao contrário de suposições inexatas de fontes de natureza secundária, este documento autêntico testemunha que Sousa nasceu no lugar da Carreira da então freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo (hoje Sobradelo de Goma, Póvoa de Lanhoso) no dia 25 de maio de 1753.

Tanto o assento de batismo, até agora desconhecido, como o igualmente inédito processo de habilitação de *genere*, documento conservado no Arquivo Distrital de Braga que se destinava a estabelecer a pureza de sangue para receber as ordens menores, fornecem-nos elementos adicionais sobre a família do gramático, nomeadamente sobre o irmão Custódio Dias de Sousa (igualmente habilitado de *genere*), bem como os pais e os avós. É natural que o processo do irmão Custódio possa fornecer informações adicionais sobre a família que não constam do processo do irmão mais novo.

A existência dos documentos localizados e apresentados no presente artigo leva-nos a concluir que devem existir outros documentos que poderão fornecer

informações adicionais sobre a vida do gramático, sobretudo no Arquivo da Universidade de Coimbra, que nos parece ser a fonte mais provável para alguns tipos de documentação. Assim, o percurso de Sousa como estudante no curso de Cânones deveria ser documentado nos livros de matrículas da Universidade de Coimbra (nos quais os estudantes tinham que assinar com alguma regularidade), tal como acontece com os assentos relativos às provas do bacharelato. Considerando ainda que no Arquivo Distrital de Braga somente se conserva o processo de habilitação de *genere*, julgamos possível que o processo de ordenação na sua inteireza se possa conservar em Coimbra.

Semelhantemente, a atividade de Sousa como pároco de Vila Nova de Monsarros, a atividade política como deputado nas cortes e as peripécias na luta daquela vila contra as exigências fiscais do Cabido da Sé de Coimbra indiciam que possam existir outros documentos inéditos que algum dia permitam que alguém venha a escrever uma biografia multifacetada que faça jus às atividades e ao grande leque de interesses do gramático Manuel Dias de Sousa.

Como resultado mais imediato do presente artigo, concluímos, por fim, que não cabe qualquer dúvida de que deverão ser alteradas todas as referências ao tempo de vida de Manuel Dias de Sousa (1753-1827) no sentido de ser retificado o ano de nascimento na tradição biobibliográfica e na historiografia da linguística portuguesa.

Referências bibliográficas

- 1753, maio 28 – Sobradelo de Goma, *Assento de batismo de Manuel, filho de Pedro Dias de Sousa e de Custódia Gonçalves, nascido aos 25 de maio de 1753*. Arquivo Distrital de Braga, Registos Paroquiais, Concelho de Póvoa de Lanhoso, Freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo, Registo de batismos, livro misto n.º 6, (1736-1760), fols. 112 v - 113 r.
- 1773, março 17 – Braga, *Justificação de fraternidade a favor de Manuel Dias de Sousa da freguesia de Santa Maria de Souto de Sobradelo com seu irmão Custódio Dias de Sousa*. Arquivo Distrital de Braga, Inquirição de Génere, Pasta n.º 734, Processo n.º 16910.
- 1827, fevereiro 21 – Coimbra, *Assento de óbito do Reverendo Manuel Dias de Sousa*. Arquivo da Universidade de Coimbra, Registos Paroquiais, Concelho de Coimbra, Freguesia de São Tiago, Registo de óbitos, livro n.º 5 (1810-1851), fol. 70 r.
- ADB (2011) = Arquivo Distrital de Braga (2011): «Inventário das Visitas e Devassas». Introdução, inventário e índices de Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, segunda edição Nuno Macieira (informatização de dados) e Ana Sandra Meneses (revisão e adaptação). Braga: Arquivo Distrital de Braga. Em: <http://www.adb.uminho.pt/uploads/Invent%C3%A1rio%20das%20Visitas%20e%20Devassas.pdf> (última consulta: DATA).

- Bandeira, Miguel Sopas de Melo (1993): «A cidade reconstituída a partir do *Mappa das Ruas de Braga* e dos *índices dos Prazos das Casas do Cabido*». *Revista da Faculdade de Letras do Porto: Geografia* 9 (I.ª Série), 101-223.
- Esteves, Duarte da Silva (2007): «As Ideias linguísticas de Manoel Dias de Souza». Dissertação de Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Godinho, Carlos Alberto da Graça (2009): «A Sé de Coimbra em conflito (1758 – 1780) Meios Cónegos e Tercenários em oposição aos Capitulares». Dissertação de Mestrado em História Moderna. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em: <http://hdl.handle.net/10316/13481> (última consulta: 11 de outubro de 2012).
- Gomes, António José Ferreira (1998): «Santa Maria de Souto de Sobradelo: Guimarães – Inquérito paroquial de 1842». *Revista de Guimarães* 108, 555-569. Em: http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG108_068.pdf (última consulta: 11 de outubro de 2012).
- Oliveira, Eduardo Alberto Pires de (2011): «André Soares e o rococó do Minho». Tese de Doutoramento em História da Arte, 3 volumes. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em: <http://hdl.handle.net/10216/62456> (última consulta: 11 de outubro de 2012).
- Santos, Maria Helena Pessoa (2010): *As Ideias linguísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
- Schäfer-Prieß, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).
- Silva, Inocêncio Francisco da (1862, VI): *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, Tomo Sexto*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1862. Contém ainda *O Diccionario Bibliographico Portuguez julgado pela Imprensa contemporanea nacional e estrangeira (Segunda Serie)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.
- Silva, Inocêncio Francisco da (1893, XVI): *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, Continuados e ampliados por Brito Aranha, em virtude de contrato celebrado com o governo portuguez, Tomo Decimo Sexto (Nono do suplemento)*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1893. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.
- Sousa, Manuel Dias de (1784): *NOVA ESCOLA / DE / MENINOS / Na qual se propõem hum methodo facil para en- / sinar a lêr, escrever, e contar, com huma / breve direcção para a educação dos Meninos / ORDENADA / Para descanso dos mestres e utilidade dos Disci- / pulos, / E DEDICADA / A / MARIA / SANTISSIMA / Com o Soberano, e devotissimo titulo / DA / CONCEIÇÃO / POR /*

MANOEL DIAS DE SOUZA, / Presbitero Secular, Bacharel formado em Canones, natu- / ral do Arcebispado de Braga, e Beneficiado na C[trecho ilegível] Coimbra . // COIMBRA: / NA REAL OFFICINA DA UNIVERSIDADE. / M. DCC. LXXXIV. / Com licença da Real Mesa Censoria.

Sousa, Manuel Dias de (1804): *GRAMATICA / PORTUGUEZA / ORDENADA / Segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos co- / nhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, / PARA / Facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lêr e / escrevêr a sua propria Lingua, e a inteligencia / das outras em que se quizer instruir / POR / MANOEL DIAS DE SOUZA, / Presbitero Secular, formado em Canones, e Prior / na Paroquial Igreja de Vilanova de Monsarros, / do Bispado de Coimbra. // COIMBRA: / NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, / ANNO DE 1804. / Com licença da Meza do Desembargo do Paço. / Vende-se na Loja de Antonio Barneoud Administrador da Officina.*

Sousa, Manuel Dias de (1823): *MONSARRAIDA / THEOLOGICO-JURIDICA / DADA A' LUZ PUBLICA / POR HUM / AMIGO DA VERDADE E DA JUSTIÇA. / A calumnias ninguem emudeça; mas res- / pondendo não respire em sua Justificação es- / pírito de vingança, ou desforra; porem jus- / tifique-se para não assinar á mentira hum pas- / saporte franco; e para que as injurias de que / nos taxarem, se não apossem daqueles que / delas se não tiverem capacitado. / S. João Chrysostomo. // LISBOA, / NA TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA. / ANNO DE 1823.*

Teixeira, Márcia Margarida Gonçalves (2011): «Política cultural em rede: municípios de Anadia, Mealhada e Cantanhede». Dissertação de mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em: <http://hdl.handle.net/10316/20490> (última consulta: 11 de outubro de 2012).

WWWBNP (s. d.) = «Catálogo da BNP». Em: <http://catalogo.bnportugal.pt> (última consulta: 11 de outubro de 2012).

Anexo: Pessoas intervenientes e referidas na inquirição de *genere*

NOME	NATURALIDADE	RESIDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÃO
Manuel Dias de Sousa (1753-1827)	lugar da Carreira, freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo		[20 anos]	justificante, identifica-se como bacharel em Cânones
Custódio Dias de Sousa	freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo			irmão do justificante, clérigo <i>in minoribus</i>
Pedro Dias de Sousa	freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo			pai do justificante
Custódia Gonçalves	freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo			mãe do justificante
António Dias de Sousa	freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo			avô paterno do justificante
Maria Esteves	freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo			avó paterna do justificante
Domingos Gonçalves	freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo			avô materno do justificante
Catarina Francisca	freguesia de Santiago de Guilhofrei ¹⁴	freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo		avó materna do justificante
D. Gaspar de Bragança (1716-1789)	[Lisboa]			Arcebispo (de Braga) Primaz das Espanhas [desde 1758]
Dr. José Maria Pinto Brochado		Braga, Rua de Maximinos ¹⁵		Cónego da Sé de Braga, desembargador, juiz provisor e vigário-geral do Arcebispado de Braga
Luís Monteiro de Queiroz				escrivão
Luís da Maia				escrivão dos Livros Findos da Câmara Eclesiástica de Braga
João Dias de Sousa	lugar da Carreira, freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo		36 anos	estudante, testemunha, parente (primo) do justificante
João Fernandes de Oliveira Guimarães	freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo	Rua do Souto, Braga	34 anos	capitão
Manuel Francisco de Carvalho	freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo		46 anos	estudante, clérigo <i>in minoribus</i>

¹⁴ Tendo antigamente sido a cabeça do concelho de Vila Boa de Roda, Guilhofrei chegou a ser integrado no concelho de Póvoa de *Lanhoso* e pertence hoje ao concelho de Vieira do Minho.

¹⁵ Localizada na freguesia da Sé de Braga, trata-se hoje da Rua Dom Paio Mendes (entre a Rua de Dom Gualdim Pais e a Rua da Violinha), ficando mesmo em frente da Sé. Veja-se a identificação em Bandeira (1993: 222).

A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem¹

E. F. K. Koerner

Zentrum für Allgemeine Sprachwissenschaft
Typologie und Universalienforschung, Berlin
efk.koerner@rz.hu-berlin.de

1. Introdução

O ponto em questão neste trabalho não é se a história da linguística chega a entediar o linguista até à morte, como pode muito bem ser o caso com uma série de investigadores envolvidos naquilo que Thomas S. Kuhn (1922-1966) acertadamente chamou as ‘operações quebra-cabeças’ da ‘ciência normal’ (Kuhn 1962). Na verdade, raramente cheguei a conhecer um linguista que não estivesse de uma forma ou de outra interessado na história das ideias linguísticas. Na minha opinião, isso tem pouco a ver com a questão de saber se a linguística é uma ciência exata, uma ciência empírica, ou meramente uma ciência especulativa; talvez seja simplesmente porque a linguística é essencialmente uma ciência humana e social, em todo o caso uma *Geisteswissenschaft*, servindo como ponto de origem das investigações a curiosidade do ser humano sobre si mesmo, a sua intelectualidade.

Se, portanto, a maioria dos estudiosos que trabalham em linguística estiver realmente interessada na história da sua disciplina, a questão que, julgo, deveríamos dirigir-nos diz respeito à relevância essencial da história da linguística para a disciplina como um todo – uma questão que sinto que requer uma discussão urgente atendendo ao facto de que o número de pessoas que dedicaram a sua atenção ao estudo de temas específicos, temas recorrentes, ou épocas em estágios iniciais da linguística tem vindo a crescer de forma constante ao longo das últimas décadas, apesar de a história da linguística ainda não ter vindo a ser integrada como uma parte regular da formação dos estudantes em linguística.

Para colocar a questão em termos negativos e de uma forma algo mais franca: Será que – como os historiadores das ciências se têm vindo a perguntar em várias ocasiões – o estudo da sua história chega a travar o progresso da

¹ A versão anterior do presente artigo em língua inglesa foi publicada como Koerner (1978). Com base na tradução elaborada por Rolf Kemmler e Maria da Felicidade Morais, o artigo foi revisto e atualizado.

própria ciência (cf. Synge 1958), na medida em que, como sugeriu o físico S. G. Brush em 1974, deveria ser atribuído um certificado ‘X’ à história da ciência, devendo ser disponibilizada exclusivamente a estudantes maduros e investigadores experientes?

Antes de abordar esta questão e a fim de oferecer aquilo que acredito ser uma resposta viável, deixe-me primeiro tentar esboçar o tipo de história da linguística que tenho em mente.

2. Os três tipos de estudo histórico de Nietzsche

Há mais de cem anos, na segunda parte intitulada “Sobre a utilidade e desvantagem da história [isto é, do estudo da história] para a vida”² das suas *Considerações Extemporâneas* (*Unzeitgemäße Betrachtungen*, Nietzsche 1874), o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844–1900) partiu da suposição geral de que o homem, o animal pensante, estava a precisar de algum tipo de história. De facto, Nietzsche considerou uma correlação entre os vários tipos de disposição humana e o tipo de tratamento histórico escolhido, o que o levou a distinguir entre três abordagens distintas no estudo da história (Nietzsche 1874, 254ss.): (1) a monumental (‘monumentalisch’), (2) a antiquária (‘antiquarisch’) e (3) a abordagem crítica (‘kritisch’) – que servem para entender a história em relação a) àquele que é ativo e que se esforça (‘Thätiger und Strebender’), b) àquele que é conservador e reverente (‘Bewahrender und Verehrender’) e c) àquele que sofre e necessita de libertação (‘Leidender und der Befreiung Bedürftiger’), respetivamente.

Nietzsche achava que o grande homem, por exemplo, iria procurar o tipo monumental da história, uma abordagem que está essencialmente relacionada com os acontecimentos do passado como uma sucessão de grandes homens e do modo como eles fizeram o seu caminho através da história – na história da linguística vêm à mente os ‘trailblazers’ de Jakobson, ou seja, os linguistas polacos Jan-Baudouin de Courtenay (1845-1929) e Mikołaj Kruszewski (1851-1887). Embora possa ser verdade, como Nietzsche (1882, I, § 34) sugeriu noutra lugar, que todo o grande homem tem a sua influência retrospectiva, isto é, que a história é reescrita em vista do seu impacto presente, não posso concordar com este tipo de tratamento histórico, que, curiosamente, parece ser aceite por um número considerável de linguistas modernos que sentem que a caça de Chomsky aos antepassados é legítima. Assim, pode-se citar um ilustre estudioso que não pode ser considerado como pertencendo ao campo generativo:

[...] as a progenitor of a new scientific view, he [Chomsky] must seek ancestors; furthermore, Thomas S. Kuhn (*The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, 1962) has forewarned us that, after any scientific revolution, scholars will set about rewriting history so as to make it lead inevitably to the new faith (Moulton 1970 [1973]: 284).

² Em língua alemã, esta parte chama-se «Vom Nutzen und Nachtheil der Historie für das Leben».

Quem já trabalhou na história da linguística durante uns anos, mantendo uma mente bastante aberta, vai reconhecer que uma abordagem nestes moldes é questionável.

No entanto, devo admitir que também não estou inteiramente satisfeito com o segundo tipo de escrever história mencionado por Nietzsche, um tipo que aparentemente pensava ser de importância para o bem-estar do ‘homem médio’. Na verdade, a natureza deste tipo de atividade histórica é essencialmente a reverência aos antepassados, sendo conservadora no sentido original da palavra: todas as coisas antigas e passadas serão aceites como igualmente veneráveis, na medida em que a inovação e o crescimento serão rejeitados, ou pelo menos objeto de resistência. Nietzsche (1874: 264) observou isso como o possível perigo do tratamento antiquário da história.

Eu próprio (Koerner 1974^a) distingi noutra âmbito entre quatro formas de lidar com a história da linguística e parece que, provavelmente, dois deles podem ser subsumidos no tipo antiquário ou conservador, ao procurar tentativamente caracterizar as atividades de Chomsky e de seus seguidores – tanto quanto o tratamento do nosso passado linguístico está em causa – como o tipo propagandístico de escrever história.

Sem dúvida, o tipo conservador de escrever história (que até hoje tem sido o tipo predominante) tem os seus inconvenientes, talvez porque os seus autores compartilham o otimismo subconsciente de que a delimitação do desenvolvimento de uma dada disciplina envolve a ilustração de um crescimento constante de conhecimento, um aumento de sofisticação, etc., naquela área de estudos, muitas vezes juntamente com a tendência de manter o que até ao momento foi alcançado, em vez de tentar abrir-se para uma possível rutura com a tradição. A este respeito, a abordagem propagandística para a história da linguística pode ter os seus benefícios, desde que a sua natureza liberal (‘whiggish’) seja reconhecida. Um tal estudo do passado com referência ao presente foi adequadamente caracterizado por Herbert Butterfield (1900-1979) há uns 80 anos, nos seguintes termos:

Through this system of immediate reference to the present-day, historical personages can easily be classed into the men who furthered progress and the men who tried to hinder it; so that a handy rule of thumb exists by which the historian can select and reject, and can make his points of emphasis (Butterfield 1931: 11).

Não são necessários mais comentários a esta ‘interpretação *Whig* da história’ (Butterfield)³, a referência às atividades contemporâneas na história da linguística parece bastante clara.

³ Veja-se o título *Whig interpretation of history* da obra de Butterfield (¹1931, 1968).

Não quero sugerir, no entanto, que o trabalho de estudiosos que classifiquei entre os do tipo ‘antiquário’ ou ‘conservador’ tenha sido de nenhuma importância para o assunto. Por uma questão de facto, as histórias mais informativas da linguística foram escritas mais ou menos dentro deste tipo de quadro.

E mesmo assim, a menos que queiramos que a história da linguística venha a tornar-se ‘uma disciplina à parte’ (cf. Kuhn 1971: 272), uma empresa por si mesma, como alguns historiadores da ciência tendem a acreditar que deveria ser o seu trabalho, devemos insistir que a forma tradicional de escrever a história da linguística seja, pelo menos, cuidadosamente revista, a fim de contribuir significativamente para a própria disciplina.

Eu, por exemplo, tenho defendido outra aproximação à história da linguística (cf. Koerner 1972), para a qual optei pelo termo ‘historiografia’. O que entendo por este termo parece estar em linha com o terceiro método de Nietzsche de tratar a história, o crítico, apesar de não achar que o significado de ‘urteilend’ (crítico) deva ser estendido para incluir a implicação de ‘verurteilend’ (condenando), como sugeri Nietzsche (1874: 265). No entanto, ‘verurteilend’, no sentido de ‘passar julgamentos’, teria de ser incluída na abordagem crítica, como pode tornar-se evidente a partir da minha argumentação abaixo.

3. Rumo a uma historiografia linguística

Numa declaração programática (Koerner 1972), indiquei quais deveriam ser as linhas através das quais o historiador da linguística deve proceder a fim de estabelecer uma verdadeira historiografia linguística, ou seja, a atividade científica fundamentada em termos bem definidos e em princípios metodológicos que podem rivalizar com os da própria disciplina, pelo menos em relação à pertinência descritiva. Além disso, tentei demonstrar num estudo sobre o desenvolvimento das ideias estruturais e procedimentos de análise linguística (Koerner 1975) de que forma essas propostas podem ser postas em prática.

Não tenciono repetir aqui o que já referi sobre os pré-requisitos por parte do historiador das ideias linguísticas. Basta lembrar que deve estar familiarizado tanto com aquilo a que Thomas S. Kuhn chamou de ‘ciência normal’,⁴ como com a atmosfera intelectual geral, os fatores extralinguísticos, a situação socioeconómica, etc., que, juntos, podem ter tido, de uma forma ou de outra, um impacto sobre as ideias acerca da linguagem e sobre as teorias linguísticas e métodos de análise que são característicos de um determinado período no desenvolvimento da ciência linguística. A noção paradigmática de Kuhn e o conceito de Carl Becker dum ‘clima de opinião’⁵ – se redefinidos com o propósito de escrever a história da linguística – parecem-me ser os pilares sobre os quais uma historiografia linguística pode repousar.

⁴ O termo original empregue pelo teórico americano da história das ciências é ‘normal science’ (Kuhn 1962: 10).

⁵ O termo ‘climate of opinion’ vem do historiador americano Carl Lotus Becker (1873-1945).

A historiografia linguística que proponho tem uma missão importante a realizar dentro da disciplina como um todo. O facto de a história da linguística poder perfeitamente constituir uma chave muito valiosa para uma melhor compreensão e apreciação da história das ideias em geral só pode reforçar o seu significado.

Três razões, se não quatro, podem ser dadas para explicar porque a história da linguística deve ter um lugar dentro da própria disciplina.

Em primeiro lugar, a historiografia linguística, na medida em que é orientada para a teoria, fornece ao cientista a perspectiva e a distância que lhe permitirão distinguir ganhos significativos dentro da disciplina de ‘teorias’ imaturas e alegações infundadas (que este conhecimento histórico possa impedi-lo de dogmatismo na teoria linguística e levá-lo à moderação e à aceitação de uma diversidade de pontos de vista possíveis parece-me um produto secundário que dificilmente pode ser sobrevalorizado no atual debate linguístico).

Em segundo lugar, a historiografia linguística fornece ao linguista praticante material para obter conhecimento sobre o desenvolvimento do seu próprio campo. Esse conhecimento constitui a diferença entre o cientista e o assistente de laboratório: o cientista sabe de onde vieram as técnicas e quais são as suas limitações; o assistente de laboratório, dominando somente a arte do ofício, não o sabe (além disso – como demonstrou Benware (1974) em relação à tríade vogal de Grimm –, o linguista vai estar ciente de que a adesão estrita a um credo particular e a aceitação das teorias com base em autoridade podem de facto colocar um travão ao desenvolvimento da disciplina).

Em terceiro lugar – em conjunto com os dois argumentos acima mencionados a favor do estabelecimento da história das ideias linguísticas como parte da formação geral de um linguista –, a historiografia linguística, ao proporcionar a experiência do desenvolvimento da própria disciplina em que se inscrevem os linguistas, promove a habilidade no julgamento de teorias novas ou opostas, e, assim, ao mesmo tempo, protege-nos contra a aceitação de forma acrítica de reivindicações excessivas a favor de uma determinada teoria linguística.

Finalmente, embora este aspeto possa ter pouca influência sobre o ponto em questão, a historiografia linguística permite ao estudioso participar em esforços científicos que se encontram fora de sua própria vida, pois passam desta forma a ampliar a sua experiência pessoal: se lemos a *Memoire* de 1878 (Saussure 1879 [1878]) com o espírito apropriado, ficamos realmente a experienciar a luta de Saussure com as perplexidades da inflexão vocálica indo-europeia.

A reivindicação de que uma historiografia da linguística assim concebida merece um lugar seguro dentro da ciência da linguagem será o assunto da parte final deste artigo.

4. Um apelo para o estabelecimento da história da linguística como parte da formação geral dos linguistas

Num comentário sobre a relação entre a ciência e a arte, Kuhn (1969: 407-408) notou que «a ciência destrói o seu passado», ou seja, que o trabalho de Einstein e Schrödinger, por exemplo, tornou o de Galileu e Newton em grande parte irrelevantes, tendo o ‘paradigma de Einstein’, por assim dizer, substituído o quadro de referência definido por Newton e outros. Em contrapartida, observamos que a arte de Picasso não tornou a pintura de Rembrandt obsoleta. Se aceitarmos a exatidão geral desta observação, podemos perguntar-nos que função a história da ciência, uma área bem estabelecida nas universidades, tem para o avanço da ciência, e na verdade podemos questionar a sua relevância até mesmo para uma melhor compreensão da história, se a queixa de Kuhn (1971: 271-272) de os estudantes de história raramente terem assistido aos seus cursos é aplicável para a disciplina em geral. Há, no entanto, em muitas universidades, cátedras não só para a história da ciência, mas também para a história da economia, a história da medicina, e aquelas dedicadas a outras disciplinas – algo que pode parecer surpreendente, atendendo ao facto de que as antigas teorias em economia foram substituídas por outras novas e mais adequadas e as novas descobertas na medicina, por exemplo, terem feito com que manuais de medicina de há duas ou três décadas pareçam antigos e de pouco mais interesse do que outras curiosidades que se encontram nas feiras de velharias.

A linguística pode ser uma ciência exata com respeito a certas questões metodológicas e procedimentos de análise. No entanto, não se pode argumentar que uma determinada teoria torna geralmente outras teorias concorrentes obsoletas, no sentido de ocorrer uma mudança de paradigma, uma ‘revolução’ percebida no sentido kuhniano do termo, que exige justamente a adesão estrita de todos os membros da comunidade científica que querem permanecer dentro da disciplina (que a adesão ou não adesão a uma determinada visão específica tem frequentemente exercido uma influência sobre a carreira de um indivíduo é um problema diferente e não pode ser considerado como relevante para a presente argumentação). Na realidade, estamos todos a testemunhar uma diversidade de pontos de vista em questões relacionadas com a teoria linguística geral e o tratamento de determinados aspetos de análise gramatical que não teria sido possível há uns cinquenta anos.

Mesmo se recuarmos o início da linguística como ciência para somente há 190 anos, o estudo da linguagem pode orgulhar-se de uma tradição tão longa como o da química ou o da biologia, por exemplo. É, por isso, curioso verificar que, enquanto estas ciências naturais têm gozado da criação de cursos dedicados à história da sua própria disciplina, não existe nenhum procedimento semelhante em relação à linguística, uma disciplina em que a coexistência de visões teóricas divergentes e procedimentos metodológicos opostos constitui possivelmente o elemento mais importante.

Tendo em conta este estado de coisas, podemos perguntar-nos se o trabalho dos historiadores da ciência tem uma base científica mais sólida, ou de que outra forma pode ser explicada a aparente prosperidade da história da ciência (o facto de as ciências em geral receberem mais apoio governamental e de outras partes pode ser considerado como apenas um dos fatores envolvidos, e não necessariamente um fator determinante).

A minha intuição é que a história da linguística ainda não se desenvolveu suficientemente para ser reconhecida a nível geral como um contributo significativo para o universo de conhecimentos. Mesmo dentro da própria disciplina, os estudantes da linguística geralmente não consideram a história da linguística como um campo viável de atividade académica séria.

Aqueles que concordam comigo que um relato de como chegámos aonde estamos hoje deveria desempenhar um papel essencial na formação de um linguista são convidados a entrar na discussão sobre o ‘estado da arte’ na história da linguística e como esta poderá ser remediada, de modo a que a historiografia linguística seja um dia capaz de desempenhar o seu devido papel no âmbito das ciências da linguagem.

Referências Bibliográficas

- Benware, Wilbur A[lan] (1974): “Jacob Grimm’s Vowel Triad: A Brake on Nineteenth Century Indo-European Research”. In: *General Linguistics* 14, 71-85.
- Brush, S[tephen] G[eorge] (1974): “Should the History of Science be Rated X?”. In: *Science* 183 (22 March 1974), 1164-1172.
- Butterfield, [Sir] Herbert (1931): *The Whig Interpretation of History*. London: G. Bell & Sons [Reprint, London: G. Bell & Sons, 1968].
- Koerner, E[rnst] F[rideryk] K[onrad] (1972): “Towards a Historiography of Linguistics: 19th and 20th Century Paradigms”. In: *Anthropological Linguistics* 14, 255-280. [Publicação revista em: Herman Parret (ed.) (1975): *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 685-718].
- (1974^a): “Purpose and Scope of *Historiographia Linguistica*: Editorial”. In: *Historiographia Linguistica* I, 1-10. [publicação revista em: Koerner, E. F. K. (ed.) (1978): *Toward a Historiography of Linguistics: Selected essays*. Amsterdam: John Benjamins (Studies in the History of Linguistics; 19), 55-62].
- (1974^b): “The Importance of Linguistic Historiography and the Place of History in Linguistic Science”. In: *Foundations of Language* 14, 4 (1977), 541-547.⁶

⁶ Conforme constatado em Koerner (1974b: 541), este artigo constitui uma “Revised version of a paper presented at the Joint Annual Meeting of the Linguistic Association of Great Britain and the Societas Linguistica Europaea in Nottingham, England, on 8 April 1975”.

- Koerner, E. F. K. (1975): "Structural Linguistics - Early Beginnings". In: *Current Trends in Linguistics* 13, *Historiography of Linguistics*, 717-827. The Hague: Mouton.
- (1978): "The Importance of Linguistic Historiography and the Place of History in Linguistic Science". In: Koerner, E. F. K. (ed.): *Toward a Historiography of Linguistics: Selected essays*, Amsterdam: John Benjamins (Studies in the History of Linguistics; 19), 63-69.
- Kuhn, Thomas S[amuel] (1962) *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press [Segunda edição acrescentada 1970].
- (1969): "Comment". *Comparative Studies in Sociology and History* 11. 403-412.
- (1971): "The Relations between History and History of Science". In: *DAEDALUS: Journal of the American Academy of Arts and Sciences* 100, 271-304.
- Moulton, William G[amwell] (1970[1973]): Resenha de «Nicolas Ruwet, *Introduction à la grammaire generative* (Paris: Plon, 1967). *Word* 26, 282-285.
- Nietzsche, Friedrich (1874): *Unzeitgemäße Betrachtungen, II: Vom Nutzen und Nachtheil der Historie für das Leben*. Leipzig: E. W. Fritsch. [Citado a partir de Colli, Giorgio / Monilari, Mazzino (eds.) (1972): *Nietzsche Werke: Kritische Gesamtausgabe*. 3. Abtlg., Bd.I, 239-330. Berlin: Walter de Gruyter].
- (1882): *Die fröhliche Wissenschaft*, Chemnitz: E. Schmeitzner [segunda edição acrescentada, editada por E. W. Fritsch, Leipzig, 1887; Reprodução em Colli, Giorgio / Monilari, Mazzino (eds.) (1973): *Nietzsche Werke*, 5. Abtlg., Bd. II, 1-335. Berlin: Walter de Gruyter].
- Syngé, J[ohn] L[ighton] (1958): "Is the Study of its History a Brake on the Progress of Science?". In: *Hermathena* 91, 20-42.
- Saussure, Ferdinand de (1879 [1879]): *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipsick: En vente chez B. G. Teubner.

Marcadores do discurso formados pelo verbo *querer* na versão portuguesa da *Vita Christi* (1495)

José Barbosa Machado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
jleon@utad.pt

Resumo

A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia foi impressa na cidade Lisboa em 1495 pelos impressores alemães Valentim Fernandes e Nicolau de Saxónia por ordem da rainha D. Leonor. A versão portuguesa é um testemunho importante do chamado Português Médio, sendo de supor que teve um impacto importante na cultura e na língua escrita da época, por um lado devido ao número de exemplares que sobreviveram, e por outra devido às inúmeras referências que se conhecem da obra. Neste estudo, faremos uma análise contextualizada de alguns marcadores construídos com o verbo *querer* que aparecem no Livro I desta obra. Daremos especial destaque aos marcadores com função conjuncional *como quer que*, *quando quer que* e suas variantes; e aos marcadores com função relativa *qualquer que*, *quem quer que*, *que quer que*, *quanto quer que*, *onde quer que* e suas variantes.

Palavras-chave: *Vita Christi*, Ludolfo de Saxónia, marcadores discursivos, verbo *querer*.

1. Introdução

A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia foi impressa em quatro partes na cidade Lisboa em 1495¹ pelos impressores alemães Valentim Fernandes e Nicolau de Saxónia por ordem da rainha D. Leonor. A obra, segundo o cólofon, teria sido traduzida do Latim por Bernardo de Alcobaça e Nicolau Vieira a pedido de D. Isabel de Urgel, duquesa de Coimbra e esposa do Infante D. Pedro. No entanto, estas duas personagens limitaram-se a fazer uma cópia da tradução já existente e realizada no tempo do rei D. Duarte (cfr. Nascimento 2001: 125-142).

Durante muito tempo, foi considerada a primeira obra impressa em Língua Portuguesa, até serem descobertos o *Sacramental* (1488) e o *Tratado de Confissão* (1489).

O autor da *Vita Christi*, Ludolfo de Saxónia, ou Ludolphus de Saxonia, foi monge no Mosteiro Cartusiano de Estrasburgo, onde faleceu em 1378 com cerca de oitenta anos. A *Vita Christi* é um comentário baseado nos quatro evangelhos,

¹ Livro I: 14 de Agosto de 1495; Livro II: 4 de Setembro de 1495; Livro III: 20 Novembro 1495; Livro IV: 14 de Maio de 1495.

acompanhado de citações de autores patrísticos e medievais. A primeira edição impressa conhecida é a de Strassbourg de 1474. A edição portuguesa não é baseada nesta, mas em manuscritos anteriores. A obra teve dezenas de edições em toda a Europa, conhecendo-se versões em castelhano, catalão, francês, italiano, alemão, etc. A edição moderna *standard* é a de L. M. Rigolot (1878).

A versão portuguesa é um testemunho importante do chamado Português Médio, sendo de supor que teve um impacto importante na cultura e na língua escrita da época, por um lado devido ao número de exemplares que sobreviveram, e por outro devido às inúmeras referências que se conhecem da obra.

Neste nosso estudo, faremos uma análise contextualizada de alguns marcadores construídos com o verbo *querer* que aparecem no Livro I da *Vita Christi*. Daremos especial destaque aos marcadores com função conjuncional *como quer que*, *quando quer que* e suas variantes; e aos marcadores com função relativa *qualquer quer que*, *quem quer que*, *que quer que*, *quanto quer que* e suas variantes.

Sem nos determos na complexidade da problemática da definição do que são marcadores discursivos (MDs), utilizaremos no nosso estudo o termo *marcador discursivo*, ou *marcador do discurso*, para designar uma classe gramatical que inclui várias outras classes (advérbios, preposições, locuções conjuncionais e adverbiais, etc.) que atua como um operador dentro da significação textual e cuja função é a de codificar informação relacional por um lado e por outro a de realizar um valor instrucional.²

2. Marcadores com função conjuncional

Os marcadores discursivos com função conjuncional formados pelo verbo *querer* estão assim distribuídos no Livro I da *Vita Christi*:

Marcador	Frequência	Valor
como quer que	33	adverbial concessivo
quãdo quer ergo que	1	adverbial temporal
quãdo quer que / quando quer que	19	adverbial temporal
Totais	53	

Estes marcadores são formados do seguinte modo: conjunção (*como*, *quando*) + forma do verbo *querer* + conjunção *que*.

2.1. como quer que

O marcador *como quer que* (33) ocorre três vezes em início de frase, com a significação de *embora*, *apesar de*, seguido de verbo no conjuntivo: “*Como quer que deus fezesse todollos dias. pero singullarmête se diz que este he o dia que*

² Sobre o conceito de marcador discursivo, vide Brinton (1996: 29-40), Pons Bordería (1998: 20-69), Hansen (1998: 77-85) e Blakemore (2002: 151-183).

fez por quanto este foy sagrado por a nasçença do senhor”; “*Como quer que* na contrição *seja perdoado* o pecado. A confissom pero da voz necessaria he para obra”; “*Como quer que* o filho soo *fosse encarnado* nõ o padre nõ o sancto spiritu. por tal que per aquella sabedoria per que deus o mûdo formara fosse feita a repiraçõ”.

Ocorre 15 vezes depois da conjunção *e* em início de frase. É seguido 14 vezes pelo verbo no conjuntivo: “E *como quer que* a braueza do jmiçgo e per a tẽpestade do mûdo a ygreja *seja posta* em trabalho e tocada das ondas das tẽptaçoẽs empero nõ se pode anegar”; “E *como quer que* algũos *digam* que a ssoo absoluçom primeira tem effectu per virtude das chaves e as outras nõ porque nõ acham cousa que ajam de soltar”; “E *como quer que* deus todas cousas *podesse* fazer: empero disse a seus discipollos. se vos perseguirẽ em hũa cidade fugide para outra”; “E *como quer que* elle *dissesse* esto da partida da sua presença corporal. Empero moralmente aquelles dias que sam da culpa ou ã que nós caemos e stamos ã culpa em aquelles he alonguado de nós Christo e partido quãdo lançamos fora da casa da cõsciẽcia o noyuo ou o sposo da alma Christo”; “E *como quer que* em esto se *mostre* declarar o grãde poder do senhor ã fazer este millagre. Nom se mostra pero ã elle menos humildade”; “E *como quer que* esta bẽdita madre *fosse* oje hõrrada e rica douro que foy offereçido ao seu filho podemos creer piedosamente que ella que era amador da pobreza e madre de misericordia”; “E *como quer que* este nõ *reçeba* o que pede. pero recebe outra cousa que melhor he .s. smolla spiritual e por tãto diz que se deue dar a todo aquelle que pede. mas todo quanto pede nõ”; “E *como quer que* estes tres sacramentos por a empressom do carater nom se *dobrem* sollamente. empero comũa cousa he a todos os sacramentos neom se dobrarem sobre hũa meesma pessoa e materia”; “E *como quer que* homem de nobre linhagem *sejam* mester çertas cousas e officiaaes pera o seruirẽ”; “E *como quer que* muytas destas cousas se *cõtẽ* seerẽ feitas no tẽpo passado. tu pero maginaras ellas assi como se todas fossẽ feitas agora de presente”; “E *como quer que* o spiritu *laue* de dentro empero necessario he o lauamento da agoa”; “E *como quer que* o verbo *seja* acerca de deus nõ he algũa cousa defora nem de natura assi como he a nossa palavra mas he de natura diuinal a qual nõ pode per algũa maneira seer se nam hũa porque indiuisiuel e muy simplez he”; “E *como quer que* segũdo Agustinho assy Maria como Joseph ante que fossem esposados *promettessem* guardar virgindade empero per reuelaçõ do spiritu santo cõsentiram em no casamento e doutra guisa nom consentira alguũ delles saluo porque per graça do spiritu sancto. huũ soube o proposito do outro”; “E *como quer que* nõ *possa* seer misturada razõ em special porque leixe este: e tome aquelle”. Num caso apenas, o marcador é seguido do verbo no pretérito-mais-que-perfeito com função de conjuntivo: “E *como quer que* Christo bẽ *podera* preegar dally donde staua. Empero quis sobir ao mõte pera dally ensinar em signal e demostraçõ que aquelle que quer ensinar os outros deue sobir ã mõte e ã alteza de virtudes”.

No interior de frase e antecedido da conjunção *e*, ocorre três vezes, sempre com o verbo no conjuntivo: “na justiça per crueldade. na misericordia per aafago. e *como quer que* per mujtas maneiras *tẽpte*. empero per quatro guisas em special toma homẽ e ho enguana”; “porque nos mãda o apostollo que per caridade seruamos huũs aos outros. e *como quer que* o euangelho *ponha* sollamente tres tẽptaçoẽs do senhor. empero segundo diz Bernardo. aquelle que nom lee a quarta tẽptaçom do senhor nom sabe bem a scriptura que diz que temptaçõ he a vida do homẽ sobre a terra”; “Esta era muyto menor e fora criada nouamente no aar e ally era situada. e *como quer que* muyto pequena *fosse* em quantidade em fremosura de claridade ella sobrepojaua todallas outras”.

No interior de frase, em contextos diversos, ocorre sete vezes seguido do verbo no conjuntivo: “e ãcobriao *como quer que* nõ *soubesse* o misterio”; “E nõ cõtamos agora por sabedores os homeẽs que esto fazẽ *como quer que façã* cõtra a defesa do senhor”; “mas per virtude da diuijndade ascõdida em elle fez esto *como quer que* elle *fezesse* outros milagres cõ palauras e cõ tocamento e algũas vezes cõ choro”; “mas por sua bõdade se nos offereçe graciosamẽte *como quer que* o padre e o filho e o spiritu sancto *ajã* huũ meesmo poder saber e bõdade. empero porque acerca de nós o nome do padre representa mingoa de poder por seer antijgo”; “Nom sam sollamẽte bem aventurados aquelles que fazẽ e cõplẽ a justiça per obras mas ajnda aquelles que a cobiçã de fazer *como quer que* nõ *possam* cõprir o que desejà pois que ja fazẽ o que em elles he. Onde Agustinho”; “Onde Agustinho. como se algũa cousa mjstura cõ a natureza baixa: logo se çuja *como quer que* a natureza baixa nõ *seja* çuja em sua maneira e em sua geeraçom”; “perdoe assy *como quer que seja* perdoado a elle. bemaumentados som os misericordiosos”.

Em quatro contextos no interior de frase, é seguido do verbo no indicativo, um no presente e os restantes no pretérito imperfeito: “E como o sol e o splendor *como quer que* de hũa sustancia nõ *he* pero hũa pessoa. ca nom dizemos o esplendor seer sol. nem o sol splendor”; “(E prepoinha em seu coraçom leixalla) e nõ a leuar a sua casa pera starẽ ambos *como quer que* esto nõ *dizia* pubricamẽte. porque nõ fosse deffamada”; “e porẽ nõ conhoçera pessoalmente ante que viesse ao Jurdam. *como quer que* bem *conhoçia* elle o senhor Christo seer nascido da virgem”; “E os demonios lançaua fora dos corpos cõ palaura *como quer que* algũas vezes lhes *poynha* as mãos”. Num contexto apenas, é seguido do verbo no infinitivo: “e os postumeiros som justos *como quer que* seer sem culpa parte he de justiça ou de seer justo. mas a fijm e perfeiçom della he acerca do humildoso”.

Na oração seguinte à subordinada concessiva, que pode estar inserida ou não na mesma frase, os marcadores mais utilizados são *pero* (6) e *empero* (9), com valor adversativo. Com *pero*, os contextos são os seguintes: “*Como quer que* deus fezesse todollos dias. *pero* singullarmẽte se diz que este he o dia que fez”; “*Como quer que* na contriçõ seja perdoado o pecado. A confissom *pero* da voz necessaria he para obra quando o poder fazer”; “E como o sol e o splendor

como quer que de hũa sustancia nõ he *pero* hũa pessoa. ca nom dizemos o esplendor seer sol. nem o sol splendor”; “E *como quer que* em esto se mostre declarar o grãde poder do senhor ã fazer este millagre. Nom se mostra *pero* ã elle menos humildade”; “E *como quer que* este nõ reęeba o que pede. *pero* reęebe outra cousa que melhor he .s. smolla spiritual e por tãto diz que se deue dar a todo aquelle que pede. mas todo quanto pede nõ”; “E *como quer que* muytas destas cousas se cõtẽ seerẽ feitas no tẽpo passado. tu *pero* maginaras ellas assi como se todas fossẽ feitas agora de presente”.

Com *empero*, em seis dos contextos, o marcador adversativo encontra-se na mesma frase: “E *como quer que* a braueza do jmijgo e per a tẽpestade do mũdo a ygreja seja posta em trabalho e tocada das ondas das tẽptações *empero* nõ se pode anegar”; “E *como quer que* deus todas cousas podesse fazer: *empero* disse a seus discipollos. se vos perseguirẽ em hũa cidade fugide para outra”; “E *como quer que* estes tres sacramentos por a empresom do carater nom se dobrem sollamente. *empero* comũa cousa he a todos os sacramentos neom se dobrarem sobre hũa meesma pessoa e materia”; “E *como quer que* o spiritu laue de dentro *empero* necessario he o lauamento da agoa”; “e *como quer que* per muytas maneiras tẽpte. *empero* per quatro guisas em special toma homẽ e ho enguana”; “E *como quer que* segũdo Agustinho assy Maria como Joseph ante que fossem esposados promettessem guardar virgindade *empero* per reuelaçõ do spiritu santo cõsentirom em no casamento”.

Em trẽs contextos, o marcador *empero* encontra-se no início da frase seguinte: “E *como quer que* Christo bẽ podera preegar dally donde staua. *Empero* quis sobir ao mõte pera dally ensinar em signal e demostraçõ que aquelle que quer ensinar os outros deue sobir ã mõte e ã alteza de virtudes. e que nõ deue soltar seu coraçom nos desejos de baixo”; “E *como quer que* elle dissesse esto da partida da sua presença corporal. *Empero* moralmente aquelles dias que sam da culpa ou ã que nõs caemos e stamos ã culpa em aquelles he alonguado de nõs Christo e partido quãdo lançamos fora da casa da cõsciẽcia o noyuo ou o sposo da alma Christo”; “E *como quer que* homem de nobre linhagem sejam mester çertas cousas e officiaes pera o seruirẽ. *Empero* nem por-esto nom negara”.

Com o marcador *porque*, encontramos dois contextos, introduzindo orações causais: “E *como quer que* algũos digam que a ssoo absoluçom primeira tem effectu per virtude das chaues e as outras nõ *porque* nõ acham cousa que ajam de soltar”; “E *como quer que* nõ possa seer misturada razõ em special *porque* leixe este: e tome aquelle”.

Com o marcador *por tal que*, encontramos um contexto, introduzindo uma oraçõ consecutiva: “*Como quer que* o filho soo fosse encarnado nõ o padre nõ o sancto spiritu. *por tal que* per aquella sabedoria per que deus o mũdo formara fosse feita a repiraçõ”.

Nos restantes casos, o marcador *como quer que* não vem seguido de outro marcador conjuncional, ou porque a frase termina, ou porque a oraçõ que se

segue é uma subordinante ou uma infinitiva: “e ãcobriao *como quer que* nã soubesse o misterio”; “E nã cõtamos agora por sabedores os homeẽs que esto fazẽ *como quer que* façã cõtra a defesa do senhor”; “E *como quer que* o verbo seja acerca de deus nã he algũa cousa defora nem de natura”; “E os demonios lançaua fora dos corpos cõ palaura *como quer que* algũas vezes lhes poynha as maãos”; “e os postumeiros som justos *como quer que* seer sem culpa parte he de justiça ou de seer justo”; “e porẽ nã conhoçera pessoalmente ante que viesse ao Jurdam. *como quer que* bem conhoçia elle o senhor Christo seer nascido da virgem”.

2.2. *quando quer que*

Este marcador tem as seguintes realizações: *quando quer que* (16), *quãdo quer que* (3); *quãdo quer ergo que* (1). Este marcador significa *sempre que* e introduz uma oração subordinada temporal. As formas *quando quer que* e *quãdo quer que* apenas diferem graficamente, tendo o mesmo valor gramatical.

Em onze contextos, o marcador *quando quer que* vem seguido do verbo no presente do indicativo: “Onde teemos aqui argumẽto que *quãdo quer que* homẽ *tem* algũa cousa que pode fazer segundo camjnho e custume humanal e per conselho e razom e ajuda do homem pode scusarse do perigo nom deue aquello leixar”; “nẽ cessa *quãdo quer que* na ygreja se *lee* que elle nos ameaça e amoesta porque emtõ elle amoesta aquelles que na ygreja som como aquelles que elle reprehende”; “segũdo diz Ambrosyo propria cousa he das virgeẽs temerẽ e auer medo *quando quer que* os homẽs *entrã* onde ellas som e auer vergonha de fallar cõ homẽ”; “Onde *quando quer que* per esta maneyra *ẽtra* na alma aparelhada. e que o ella demanda com desejo diz elle aquello do psalmista”; “e portãto oramos sempre *quando quer que* *dizemos* esta oraçõ”; segũdo este meesmo Agustinho muytas som as maneiras das smollas as quaaes *quando quer que* *fazemos* somos ajudados que nos sejã perdoados nossos pecados”; “E *quando quer que* elle *justifica* alguũ que maaõ era dereytamẽte em tã alimpa elle ho guaffo”; “E todos os mouimentos semelhantes *quando quer que* se *dizem* de deus nom som signaaes que elle tem o coraçom toruado. mas som signaaes de meestre que ensina”; “Onde Origenes agora e *quando quer que* os sanctos e açeptos bispos e reitores das ygrejas *entrã* em nossas moradas ally entra o senhor per elles”; “O demonio que a perdiçam sua era sayr do homem sem misericordia sam os demonios dos homẽs nã ham compaixam auendo que he a elles dãpno e que padeçẽ mal *quando quer que* os nã *podẽ* atormẽtar e anojãr cõ tẽptaçoẽs (eu sey quẽ tu es); “e que buscassemos o secreto e assesego da voõtade. *quando quer que* *desejamos* fallar cõ elle calladamẽte e aparte”.

Em seis contextos, o marcador vem seguido do verbo no futuro imperfeito do conjuntivo: “nembrate dos trabalhos e auersidades de Christo e *quãdo quer que* em algũa cousa te *sentires* agrauado logo te acõrreras ao piedoso padre dos pobres”; “e seruillo de seu officio dando exẽplo a nãs homẽs que *quando quer que* *ouuirmos* algũa sancta doctrina da boca de nosso jrmaõ ou cõpanheiro ou

nós meesmos nos renêbrãmos dentro nas voontades das cousas que som piedossas e boas que demos logo lououres a deus cõ o coraçõ e cõ a boca e per obra”; “Porém *quando quer que te tocar* ho alleuantamento toma logo a disciplina do arrependimento de ty meesmo”; “Outra he em hábito .s. *que quando quer que ouuer* nembrãça do pecado. e for tempo: ou poder doer se delle que aja door a qual maneyra de door sempre o homê he theudo ajnda que ja aja perdoança perfeita do pecado”; “E nós *quando quer que trouermos* aa memoria a passagê da encarnaçõ de Christo sejamos sollicitos de o rogar de coraçõ que tenha por bê mostrar nos a morada donde stá eternalmente”; “E *quando quer que ouuirẽ* dizer que alguũ he doête na alma que se trabalhẽ de seer com elle presente”.

Há apenas um contexto em que o verbo está no presente do conjuntivo e um outro em que está no pretérito imperfeito do indicativo: “e *que quando quer que faça* algũa cousa nõ tire o coraçõ de deus”; “E *quando quer que era* apertado e aficado das cõpanhas acolhiase algũa destes”.

O marcador vem antecedido cinco vezes pela conjunção *e* em início de frase ou início de oração: “E *quando quer que era* apertado e aficado das cõpanhas acolhiase algũa destes”; “E *quando quer que ouuirẽ* dizer que alguũ he doête na alma que se trabalhẽ de seer com elle presente”; “E *quando quer que elle* justifica alguũ que maaõ era dereytamête em tã alimpa elle ho guaffo”; “nembrate dos trabalhos e auersidades de Christo *e quãdo quer que* em algũa cousa te *sentires* agrauado logo te acorreras ao piedoso padre dos pobres”; “Onde Origenes agora *e quando quer que* os sanctos e açeptos bispos e reitores das ygrejas entrã em nossas moradas ally entra o senhor per elles”.

Vem antecedido quatro vezes pelo pronome relativo *que* em interior de frase, dando início a uma oração temporal intercalada na oração relativa: “e *que quando quer que* faça algũa cousa nõ tire o coraçõ de deus”; “e seruillo de seu officio dando exêplo a nós homês *que quando quer que ouirmos* algũa sancta doctrina da boca de nosso jrmaõ ou cõpanheiro ou nós meesmos nos renêbrãmos dentro nas voontades das cousas que som piedossas e boas que demos logo lououres a deus cõ o coraçõ e cõ a boca e per obra”; “Onde teemos aqui argumêto *que quãdo quer que* homê *tem* algũa cousa que pode fazer segundo camjnho e custume humanal e per conselho e razom e ajuda do homem pode scusarse do perigo nom deue aquello leixar”; “Outra he em hábito .s. *que quando quer que* ouuer nembrãça do pecado. e for tempo: ou poder doer se delle que aja door a qual maneyra de door sempre o homê he theudo ajnda que ja aja perdoança perfeita do pecado”.

Vem antecedido uma vez pelo pronome relativo *as quaaes* em interior de frase, numa construção sintáctica pouco comum: “segũdo este meesmo Agustinho muytas som as maneiras das smollas *as quaaes quando quer que* fazemos somos ajudados que nos sejã perdoados nossos pecados”.

Vem antecedido também uma vez pelos advérbios *onde*, *sempre*, *porém* e pelo pronome pessoal *nós*: “*Onde quando quer que* per esta maneyra êtra na

alma aparelhada. e que o ella demanda com desejo diz elle aquello do psalmista”; “*Porém quando quer que* te tocar ho alleuamento toma logo a disciplina do arreendimento de ty meesmo”; “e portãto oramos *sempre quando quer que* dizemos esta oraçõ; “E *nós quando quer que* trouermos aa memoria a passagê da encarnaçõ de Christo sejamos sollicitos de o rogar de coraçõ que tenha por bẽ mostrar nos a morada donde stá eternalmente”.

Nos restantes casos, vem antecedido de substantivos, adjectivos e verbos: “e que buscassemos o secreto e assesgo da *voõtade. quando quer que* desejamos fallar cõ elle calladamẽte e aparte”; “E todos os mouimentos *semelhantes quando quer que* se dizem de deus nom som signaaes que elle tem o coraçom toruado”; “nẽ *cessa quãdo quer que* na ygreja se lee que elle nos ameaça e amoesta”; “padeçẽ *mal quando quer que* os nõ podẽ atormẽtar e anojar cõ tẽptaçoões (eu sey quẽ tu es); “propria cousa he das virgeẽs temerẽ e auer *medo quando quer que* os homẽs entrã onde ellas som e auer vergonha de fallar cõ homẽ”.

O marcador *quando quer que* vem intercalado uma vez com o advérbio de origem latina *ergo*, com a significação de *assim, portanto, por conseguinte*: “*Quãdo quer ergo que* se diz que Christo crescia e era cõfortado ou outra tal cousa todo se entende quanto ao corpo”.

3. Marcadores com função relativa formados pelo verbo *querer*

Os marcadores discursivos com função relativa formados pelo verbo *querer* estão assim distribuídos no Livro I da *Vita Christi*:

Marcadores	Frequência	Pronomes com suas variantes
qualquer que	32	qualquer (165), qual quer (10)
quaisquer que	11	quaesquer (6), quaes quer (3), quaaesquer (15) quaaes quer (18)
quem quer que	19	quemquer (3), quem quer (6), quẽ quer (9), quẽ quer (10)
que quer que	4	que quer (4)
quanto quer que	7	quanto quer (8), quantoquer (3)
quantos quer que	1	quantos quer (1)
quanta quer que	1	quanta quer (2), quantaquer (1), quantas quer (1)
onde quer que	17	onde quer (24), donde quer (1)
quejando quer que	1	quejando quer (1)
Totais:	93	292

Estes marcadores são constituídos pelos pronomes indefinidos *qualquer, quem quer, que quer, quanto quer, onde quer* e *quejando quer*, seguidos do pronome relativo *que*. Os cinco primeiros, por sua vez formaram-se a partir dos pronomes relativos *qual, quem, que, quanto e onde*, unidos (com aglutinação ou não) a *quer*, terceira pessoa do presente do indicativo do verbo *querer*.

José Joaquim Nunes, no seu *Compêndio de Gramática História Portuguesa*, explica deste modo o fenómeno: os pronomes *qual, que, quem* e *quanto*

“uniram-se ao verbo *quaero*, que no latim vulgar da Hispânia, substituíra *volo*, e com ele, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, em vez da segunda do mesmo tempo da linguagem literária, formaram os compostos: *qualquer*, em que só o primeiro componente é susceptível de plural, como verdadeiro adjetivo, *quemquer*, o arcaico *quequer*, que no antigo português significa “qualquer coisa”, ambos considerados como substantivos e portanto invariáveis, aplicando-se o primeiro a pessoas e o segundo a coisas, e também o arcaico *quantoquer*, de sentido e flexão idênticas a *qualquer*, de que se diferenciava apenas por designar quantidade, enquanto o último exprimia qualidade” (1989: 264-265). Nas formas mais arcaicas destes pronomes, aparece introduzido o reflexo *xe* (= *se*): *qualxequer* ou *qualxiquer*, *quemxiquer* e *quexiquer*, ainda vivas no século XVI, como disso dá prova o poeta Sá de Miranda: *gado velhum de quexiquer espantoso* (cfr. Nunes: 265).

Os marcadores discursivos formados pelos pronomes referidos introduzem orações relativas livres, ou semilivres, uma vez que o antecedente é, ou parece ser, nulo (cfr. Mória 1992: 38; Brito e Duarte 2003: 681-682). No exemplo: “*Vi aquele que* tinhas mencionado”, o antecedente parece realizado através de um determinante, seguido da oração iniciada por *que*. “Se assim for”, dizem Ana Maria Brito e Inês Duarte, “então estamos perante casos de “*elipse nominal*” (2003: 682). Nos exemplos seguintes a ausência do antecedente é mais notória: “*Quem quer que* diga isso mente”; “O Paulo obedece a *quem quer que* eu obedeça”; “Vejo-o sempre, para *onde quer que* ele vá” (Mória 1992: 42). Há, segundo Mória, “razões sintáticas para considerar que, no Português, as formas *quem quer*, *o que quer* e *onde quer* não ocupam a posição de antecedente de orações relativas”, uma vez que estão “dentro da relativa e não fora dela” (*Ibid*: 42-43).

Nas gramáticas escolares revistas para o Novo Acordo Ortográfico, estas orações são classificadas como orações subordinadas adjetivas relativas restritivas, pois restringem “o universo referencial estabelecido pelo grupo nominal”; “desempenham a função sintática de modificador restritivo do nome e são introduzidas pelos conectores relativos *que*, *quem*, *o qual* (*os quais*, *a qual*, *as quais*), *cujo* (*cujos*, *cuja*, *cujas*) *quanto* (*quantos*, *quantas*) e *onde*” (Moreira e Pimenta 2011: 192). No entanto, quando o seu antecedente é nulo, as orações relativas não desempenham a função de modificador do nome e então a definição dada por estas gramáticas não pode ser extensiva a estes casos.

Mário Vilela classifica o mesmo tipo de orações como atributivas restritivas, uma vez que fornecem “indicação de propriedades que delimitam um indivíduo ou um grupo de indivíduos relativamente a outros de igual designação” (1999: 388). As frases atributivas “são necessárias para a compreensão clara e unívoca do complexo frásico, delimitam o campo de aplicação da palavra de referência por meio de informações precisas e seguem-se à palavra antecedente sem qualquer pausa”, como se pode verificar no seguinte exemplo: “Apenas vê *aquele que quer ver*” (cfr. *Ibid.*). O que dissemos a

respeito das gramáticas escolares aplica-se também a esta definição de Mário Vilela, uma vez que “a palavra de referência” (o antecedente) nem sempre existe ou é visível.

Passamos em seguida a apresentar a realização dos vários marcadores relativos que nos propusemos analisar no Livro I da *Vita Christi*.

3.1. *qualquer que e quaisquer que*

Os marcadores *qualquer que* (32) e *quaisquer que* (11) são constituídos pelos pronomes indefinidos *qualquer* e *quaisquer* seguidos do pronome relativo *que*. Tais pronomes são formados por sua vez pelos pronomes relativos *qual* e *quais* seguidos da forma verbal *quer*. O castelhano tem também estes pronomes (*cualquier, cualquieres, cualquiera, cualquieras*).

Em latim, o pronome indefinido que lhe está na base é *quivis* – *qui* (pronome relativo) + *vis* (2.^a pessoa do presente do indicativo do verbo *volo*, com a significação de *querer*). Assim, *qualquer* é o decalque da forma latina, mas com o verbo *quaero*, como explica José Joaquim Nunes no seu compêndio. Em português, *qualquer*, além de *quivis*, serve também para traduzir os pronomes indefinidos latinos *quicumque, quisquis, quilibet*, entre outros.

Na *Vita Christi*, assim como em quase todas as obras redigidas em português até ao século XVIII, o pronome *qualquer* ocorre ora unido, ora separado: *qualquer, qual quer; quaaesquer, quaaes quer, quaesquer, quaes quer*.

O marcador *qualquer que* ocorre cinco vezes em início absoluto de frase, sempre seguido do verbo no modo indicativo: “*Qualquer que* de deus *afirma* algũa cousa que nõ he certa per razõ natural ou per ffe ou per a sancta scriptura este presume e peca”; “*Qualquer que pensa* fabulla ou scripue algũa storia em o seu oçio”; “*Qualquer que* perfectamẽte *serue* a deus pode diretamente seer chamado faldra”; “*Qualquer que* perfeyto *he* deueo seer quanto assy meesmo”; “*Qualquer que foy* pobre aja consollaçõ”. Poderemos incluir neste grupo um caso em que a frase é iniciada pela conjunção *e*: “E *qualquer que* ao menos *tem* regimento de dous jrmaãos ou de huũ deue cõprir acerca delles em cadahuũ officio de pastor”.

Em interior de frase, o verbo da oração relativa está distribuído do seguinte modo: indicativo 20 ocorrências, conjuntivo 17.

No modo indicativo, o presente é o mais frequente (15): “A boã voõtade *qualquer que* a *tẽ* esto ha .s. que amara mais o regno de deus”; “As quaaes cousas deue auer *qual quer que adora* a deus”; “E cumunalmẽte acontece esto que *qualquer que julga* outro em algũa cousa deus”; “E segundo Bernardo e Beda. *qualquer que se trabalha* de embargar ou perseguir algũa cousa que pertença aa saude ou saluaçom”; “em abscõdido a faz *qualquer que deseja* seer visto de deus em esto que faz e nom dos homẽs”; “e porem *qualquer que deseja* escapar da queeda de seus defeitos e seer repairado em seu spiritu he lhe necessario que se nom afaste do dicto fundamento”; “todo boo gentyo e *qual*

quer que he humildosso (sera cheo) de beës spirituaaes”; “Onde e Gregorio. *qualquer que ja começa* de cobijçar as cousas eternaes deue”; “porque *qualquer que vee* a sabedoria que deus he. tal como este de todo ã todo morre a esta presente vida”; “porque segundo diz o apostollo. *qualquer que p̄sa* que he algũa cousa em valia ou cõta”; “Onde Jsidoro diz. que *qualquer que de* maaõ que era começa seer boõ. cauidese de se aleuantar das virtudes”; “Todas as cousas per elle som feitas .s. *quaaesquer que sam feytas* do padre”; “e assi se deue entender das outras cousas *quaaesquer que sobejã*”; “e *quaaes quer que* semelhãtes cousas *fazẽ* som taaes como os franeticos”; “E podemse ajnda entender por outras pessoas *quaaes quer que* per pallauras ou obras *dam* fauor e cõsentimento de star homem em pecado”;

No pretérito perfeito há dois casos: “e porque fallo eu de nos ca nunca jamais forã achados *quaes quer que ouuerõ* as coroas mais claras que fossem coroados saluo per tribullações e tẽptações”; “nunca jamais forã achados *quaes quer que* ouuerõ as coroas mais claras”. No futuro imperfeito dois casos também: “e quando lhes he tirada a honrra. onde *quaesquer que* nos feitos e nos dictos se nõ *poderõ* conhoçer nas tẽptações se descobrirã”; “E outorgame ajnda que nom faça deteença de te siguir por desejo e afeição carnal dalgũas cousas *quaaes quer que serã*”. E no pretérito mais-que-perfeito um caso apenas: “asy a podera dar a huũ velhaco *qualquer que quisera* mas escolheo a ty”.

No modo conjuntivo, o presente é o mais frequente, com oito ocorrências. Em sete dos contextos, as formas verbais são *seja* e *sejã*, formando as locuções pronominais indefinidas *qualquer que seja* e *quaisquer que sejam*, típicas do português. Os contextos são os seguintes: “e ã soportar mal por *qualquer que seja*”; “e nõ se prepoer alguũ. *qualquer que seja*”; “Esso meesmo na santa ygreja *qualquer que seja* soporta e sostẽ outro ou outros”; “Onde Seneca diz. que todo dia *qualquer que seja* deue homẽ p̄sar e ordenallo asi como se elle fosse ho derradeyro dia da sua vida”; “nẽ se spãtara por males que lhe digã *quaaesquer que sejã*”; “mas ajnda as outorgua a outros aos *quaaes quer que sejã* dadas per nos”. Há um caso em que a forma verbal está na segunda pessoa do singular, *sejas*: “deus mãdou de ty .s. de ty homẽ sãcto *qualquer que sejas* que te tenhã nas suas mãos”. Neste último caso, o pronome *qualquer* foi empregue em vez de *quem quer*, que estaria mais de acordo com o que se pretende dizer: “de ti homem santo *quem quer que sejas*”. Há apenas um caso no presente do conjuntivo com o verbo haver: “segũdo diz a glosa em alma que da ao corpo sentir e viuer como animallia *qual quer que aja* alma (e de toda tua m̄te) .s. de todo teu entendimento”

As orações com o futuro do conjuntivo, sendo embora relativas, algumas delas apresentam um valor condicional. Há sete ocorrências, todas com verbos diferentes: (E *qualquer que der* de beber a huũ destes meus pequeninos huũ pocuro [sic] dagoa fria em nome de discipolo); “a qual cousa entendera *qualquer que pensar* em ello”; “e alimpando as çugidades da carne e da alma em *qualquer que for* criente”; “e *qualquer que teuer* a casa vil e refeçe nõ aja por

ello vergonha de o chamar pera ella”; “muy bẽaumentado sera *qualquer que vir* assy a morte da carne que primeiramẽte teuer visto a Christo”; “sey tu morto no mũdo e viuo na alma e *qualquer que* esto *quiser* viua toda sua vida em a ffe”; “(E *quaaesquer que* vos nõ *reçeberẽ*) na pousada ministrãdo vos as necessidades (nẽ ouuirẽ vossas pallauras)”.

Com o pretérito imperfeito do conjuntivo há apenas dois casos: “porque nõ embargando que soubessem hi auer huũ mandado do emperador que *qualquer que chamasse* rey se nom fosse sobgeito ao emperador que moresse”; “porque nõ ouuesse empacho de leixar de reprendere alguẽ *qualquer que fosse*”.

3.2. quem quer que

O marcador *quem quer que* (19) é constituído pelo pronome indefinido *quem quer* (= *alguma pessoa, alguém*) seguido do pronome relativo *que*. O pronome relativo *quem*, por sua vez, deriva da forma latina *quem*, acusativo do singular do pronome *qui, quae, quod*.

Na *Vita Christi*, o pronome *quem quer* ocorre ora unido, ora separado: *quemquer, quem quer; quẽquer, quẽ quer*.

Este marcador ocorre cinco vezes em início absoluto de frase. O tempo e modo verbal variam. Em três ocorrências, o verbo encontra-se no futuro do conjuntivo: “*Quem quer que* com dilligencia *pararmẽtes* em sy entendera com quã grande perijgo homẽ anda alongado do senhor”; “*Quem quer que leguardes* sobre a terra. etc.”; “*Quemquer que fezer* a voontade de meu padre que he nos ceeos elle he meu jrmaão e jrmaã e madre. do padre sempre o filho nasce”. Numa o verbo encontra-se no presente do conjuntivo e noutra no presente do indicativo: “*Quẽ quer que* *quiser faça* te deshonrra e enjuria”; “*Quẽquer que* a ty *despreza* teu ajudador he fazẽdo aquello que tu deuias fazer por te saluar”.

Em interior de frase, o tempo e modo mais frequente é o futuro do conjuntivo, com seis ocorrências: “e este nome do senhor *quem quer que* o *chamar* sera saluo”; “em adeo mais (o senhor que te outorgues a *quẽ quer que* te *requerer*)”; “Esto quer dizer tãto como *quẽ quer que* te *cõstrãger* pera fazeres alguũ seruiço a que nõ es obrigado”; “louemos a obra que fez por tal que *quemquer que desejar* o guallardom sigua o exemplo della”; “se podẽ entender outrosy as virtudes que som vestiduras dalma e manjares spirituaaes as quaaes *quẽ quer que* as *teuer* deueas de applicar ao bem do prouximo”; “e *quẽquer que* assy *matar* sera culpado de juyzo de morte segundo a ley”. Há um caso em que o verbo se encontra no infinitivo, certamente erro do tradutor ou do impressor (em vez de *disser*, foi transcrito *dizer*): “E de *quẽquer que* outra cousa *dizer* ou ensinar deue homem guardar se como de enganador”. Algumas das orações relativas com o verbo no futuro do conjuntivo apresentam um valor condicional.

Com o verbo no imperfeito do conjuntivo há três ocorrências: “em Bethleem auia de nascer o copeiro cellestial que daua agoa de graça a *quẽquer que ouuesse* seede”; “nõ entendiã que *quẽquer que nomeasse* rey viuẽdo o outro

que seria pugnido per pēna de sangue”; “e *quēquer que* cō fiuza se *apeguasse* a este tal cōselho sem duuida deus lhe proueeria auōdosamēte”.

No presente do conjuntivo há apenas uma ocorrência, em que a forma verbal é *seja*, formando a locução pronominal *quem quer que seja* (= *seja quem for*): “desejar homē a pēna de *quēquer que seja* simprezmente nō pode teer causa nem razom de seer bem”.

No presente do indicativo, há três ocorrências: “(todo homem que vem em este mundo.) treuoso a *quem quer que* verdadeiramente *deseja* e quer seer alumeado”; “E *quē quer que* tu es que *pēssas* estas cousas cōsijra em a voõtade o senhor deus”; “O *quemquer que* tu es que conheçes ty meesmo”.

É interessante verificar que em seis dos contextos onde se insere o marcador *quem quer que* se encontram os pronomes pessoais *tu* ou *ti*: “em adeo mais (o senhor que te outorgues a *quē quer que* te requerer)”; “Esto quer dizer tão como *quē quer que* te cōstrāger pera fazeres alguñ seruiço a que nō es obrigado”; “O *quemquer que* tu es que conheçes ty meesmo”; “E *quē quer que* tu es que pēssas estas cousas cōsijra em a voõtade o senhor deus”; “*Quēquer que* a ty despreza teu ajudador he fazēdo aquello que tu deuias fazer por te salvar”. Nestes casos, o autor da obra dirige-se diretamente ao leitor numa espécie de exortação.

Nalguns contextos, o marcador é antecedido pela preposição *a* ou *de*: “em adeo mais (o senhor que te outorgues a *quē quer que* te requerer)”; “(todo homem que vem em este mundo.) treuoso a *quem quer que* verdadeiramente *deseja* e quer seer alumeado”; “E *de quēquer que* outra cousa dizer ou ensinar deue homem guardar se como de enganador”; “desejar homē a pēna *de quēquer que* seja simprezmente nō pode teer causa nem razom de seer bem”. Segundo Móia, estes casos são uma prova de que estamos perante orações relativas livres, uma vez que os marcadores antecidos da preposição não ocupam a posição de antecedente, estando dentro das próprias orações relativas (1992: 42-43).

3.3. *que quer que*

O marcador *que quer que* (4) é constituído pelo pronome indefinido *que quer* (= *alguma coisa, algo*) seguido do pronome relativo *que*. Conforme nos diz José Joaquim Nunes, este pronome ocorre “entre outros passos, nos seguintes: *nós avemos forte e firme que quer que seja per o dito procurador* (cf. *Documentos portugueses de Pendorada*, publicados na *Rev. Lus.*, vol. XI, pág. 88); *faça deles herdamento que quer que lhe aproug[u]er*. (*Rer. Lus.*, VII, 74), *com quequer a fome venço* (Sá de Miranda de Carolina M. de Vasconcelos, pág. 711)” (1989: 265). Segundo o mesmo autor, “tanto o arcaico *quequer*, como o atual *quemquer* tornam-se relativos, quando seguidos do pronome *que*, caso que se dá nos primeiros exemplos citados. *Quequer* subsiste ainda hoje, mas só precedido do pronome *o* e seguido de *que* e o verbo *ser* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, ou conjuntivo, isto é, *o quequer que é*, ou *seja*, locução esta a que os gramáticos dão o nome de *pronominal indefinida*, como estoutras: *seja quem for, fosse quem fosse, quemquer que seja*” (*Ibid.*).

Nos quatro contextos por nós identificados no Livro I da *Vita Christi*, o pronome indefinido nunca vem antecedido pelo pronome *o*, sendo pois uma construção arcaica, em uso ainda no início do século XV, como dá prova o testemunho referido em Sá de Miranda.

O marcador *quem quer que* tem uma presença pouco significativa na obra. Num contexto, o verbo da oração relativa, com valor condicional, encontra-se no futuro imperfeito: “Onde elle meesmo diz. *que quer que* vos *pedirdes* ao padre em meu nome daruolo ha”. Em dois contextos, o verbo está no presente do conjuntivo: “Este he o fim do nosso amor *que quer que* *façamos* de bem e qualquer cousa de louuor que nos pensamos depois que chegar a veer deus nõ curaremos de mais”; “porque segũdo Agustinho. esto que nos assy auẽ *que quer que seja*: nõ o deuemos poer ao poderio do imijgo nosso”. Neste último, encontra-se a locução pronominal *que quer que seja* (= *seja o que for*). Com o verbo no presente do indicativo há também um caso: “e portãto nõ sem razõ se acha ameude na sancta scriptura que nõ jurẽ porque *que quer que dicto he* a deus o qual he verdadeiro”.

No seguinte contexto: “E assy aquelle *que quer que* deus venha a elle”, *que quer que* não é um marcador discursivo com função relativa, uma vez que o verbo *querer*, na sua plena função de predicado, não faz parte do pronome que o antecede e introduz uma oração completiva através da conjunção *que*. A diferença entre os casos anteriores e este pode ser esquematizada do seguinte modo: 1. *que quer* (pron. indefinido) + *que* (pron. relativo); 2. *que* (pron. relativo) + *quer* (predicado) + *que* (conjunção subordinativa).

3.4. quanto quer que

O marcador *quanto quer que* (9) é constituído pelo pronome indefinido *quanto quer* (= qualquer número, qualquer quantidade, quanto mais) seguido do pronome relativo *que*. Por sua vez, o pronome relativo *quanto*, *quantos*, *quantas*, *quantas* deriva do adjetivo latino *quantus*, *a*, *um* (= quão grande).

Em Português, o pronome relativo *quanto* pode vir antecedido dos pronomes *tudo*, *todo* ou *tanto*: *tudo quanto*, *todo quanto*, *tanto quanto*. No Livro I da *Vita Christi* há alguns testemunhos deste emprego: “mas *todo quanto* pede nõ”; “ja despẽdera *todo quanto* auia”; “E se tu podes abastar *todos quantos* te demandarem pousada ou smolla”, “vijnde *todos quantos* staaes em cuydados aficados”; “mais proueitosa que *todas quantas* elle tẽ”; “E este gualardõ he feyto mais liberal e cõ mayor voõtade de deus *tanto quanto* a ffe he mais deuota nas tribullações”; “Se o dyaboo podesse empeeçer *tanto quanto quer* nõ lhe scaparia nõhuũ justo”; “pode o vaso ou vasilha receber agoa *tãta quanta* poder leuar”.

Na obra que nos serve de base para este estudo, o pronome indefinido *quanto quer* ocorre ora unido, ora separado: *quantoquer*, *quantaquer*, *quanto quer*, *quãto quer*, *quantos quer*.

O marcador *quanto quer que* é utilizado sob três formas, que representam a flexão do pronome, duas no masculino – *quanto quer que* (7), *quantos quer que* (1) –, e uma no feminino – *quanta quer que* (1).

O modo conjuntivo na oração relativa introduzida por este marcador é o mais frequente, com sete ocorrências. Em quatro delas, a forma verbal é *seja*: “E *quantaquer que seja* pam ergo diz e nõ carnes nem pescado .s. nõ demãda cousa sobeja”; “E Gregorio diz que como nos comprehendemos ou percalçemos alguũ pouco *quanto quer que seja* de conhecimento de deus”; “Nõ desconfie. alguũ nõ despere alguũ *quanto quer que seja* velho e pecador dos premios de deus”; “e esto significa que o homẽ *quãto quer que lauado seja* e ajnda por muytas tẽptaçoẽs que aja vẽçidas e tenha feitos quaesquer beẽs sempre se deue cõtãr e teer por tal”. Nestes casos, e ao contrário dos marcadores anteriores por nós tratados, não se forma uma locução pronominal indefinida.

No conjuntivo, há ainda mais três ocorrências, uma com o verbo no presente, outra no pretérito imperfeito e outra no futuro: “Eu disse elle ouuy e lij tã grãdes cousas e taaes da vida eterna que nõ faço cõta de despender e dar por ella *quanto quer que possa* custar”; “por tal que *quanto quer que fossem* grãdes ou qualquer cousa grãde que fizessem que elle fosse o que aquello fizesse”; “E desta maneira *quantoquer que se acheguar* nõ sera cõtado por presumtuoso”.

Nas restantes ocorrências do marcador, o verbo da oração relativa encontra-se no pretérito perfeito: “E desto *quantoquer que foy spantada* onde se canta”; “(E *quantos quer que o receberõ*) de qualquer stado ou condiçõ que forẽ”.

3.5. *onde quer que*

O marcador *onde quer que* (17) é constituído pelo pronome indefinido *onde quer* (= em qualquer lugar; por qualquer lado) seguido do pronome relativo *que*. Por sua vez, o pronome relativo *onde* deriva do advérbio latino *unde* (= donde, de que lugar).

O pronome indefinido *onde quer* ocorre sete vezes sozinho, ou seja, não seguido do pronome relativo *que*, introduzindo um complemento circunstancial de lugar: “acerca todo o fruto destas meditaçoẽs .s. que *onde quer* e sempre olhes com a mente e com deuoçom em sua obra e costumes assy como quãdo sta com seus discipollos”; “*Onde quer* se conta que huũ naçido he em ella o qual homem muy alto .s. homem deus a fundo[u]”; “e que nom sejam ãuorilhados nos seus laços os quaaes elle *onde quer* lança deãte do homẽ per desuayradas maneiras”; “e *onde quer* te seguiã e te honrarõ”; “o spiritu *onde quer* spira”; “ensinãdonos que *onde quer* husemos de numero plural chamãdo o padre nosso e nõ meu por tal que sejamos em todo praziuees aos proximos”; “porque *onde quer* preeguaua Christo”; “Algũas vezes reçebia o comer *onde quer* humildosamente e fazendo por ello graças quando o conuidauã e reçebiao segũdo o lugar e tẽpo o requeriã”. Há apenas um caso com o pronome *donde quer*: “E he assy que se viesse algũa criatura que nõ fosse de nos outros mas que viesse *donde quer* defora”.

O marcador *onde quer que* significa *em qualquer lugar que*, sendo em latim representado pelo advérbio *ubicumque*. Introduz na oração relativa um valor circunstancial de lugar. Em relação aos marcadores deste tipo, é o terceiro em número de ocorrências na obra: 17.

O uso dos modos conjuntivo e indicativo nas orações relativas introduzidas por este marcador está mais ou menos equilibrado: oito ocorrências para o primeiro e nove para o segundo.

No conjuntivo, o tempo mais frequente é o futuro: “meestre seguyr te ey *ondequer que fores*”; “E taaes voõtades virginaaes seguem o cordeiro de toda puridade *onde quer que for* e som virgeês”; “E nota por regra geeral que *onde quer que* adiaete nom *achares* meditaçoões singullares abastete que he cousa dita ou feita per o senhor Jesu”; “*Onde quer que* estas tres cousas *cõcorrerẽ* .s. ffe. humildade. e oraçõ nõ se denegua algũa cousa per deus”; “esto te seja por doctrina e acorrimento de todas as cousas seguintes *onde quer que se cõtãr* alguũ dito ou feito”. O verbo está no presente em dois contextos e um no pretérito imperfeito: “veella as *onde quer que seja* soo”; “E *onde quer que seja* que nom requeiras o teu proueito soo: mas o proueito de todos proximos”; “mais poucos acharas que ajam virtude de callar que de fallar. viste ergo em Christo *onde quer que* elle *fosse* auer sempre a virtude da humildade”.

No indicativo, o tempo mais frequente é o presente: “e assy como a çera se derete ante o fogo assy fogẽ elles e pereçẽ *onde quer que chamã* por Maria”; “E ajnda *onde quer que* per essencia nom soo dando essencia e seer aas cousas: mas elle ajnda *sta* dentro em ellas: e elle as conserua e mantẽ em seu seer”; “E sey certo que *onde quer que* se *trauta* da verdade logo se *trauta* a ley da ffe e da relligiom dos christaãos”; “a maldiçom do senhor *onde quer que he achada* na sancta scriptura nõca he imprecatiua”; “amor he huũa carrega dalma a qual carrega ou pesso a leua *ondequer que he leuado*”. Há três contextos com o verbo no pretérito imperfeito e um no mais-que-perfeito: “todollos ydollos da prouincia cayrõ em os templos *onde quer que stauam*”; “seguros hiã *onde quer que* os *leuauã*. seguro vay aa batalha aquelle que pelleja cõ taaes armas e sob tal principe”; “nõ fazẽdo em esto deferẽça algũa ora fossem grãdes ou pequenos *onde quer que* Christo *auia* de hir .s. em Judea”; “E doçememte delles assy como se dormisse assesseguido e deuese recorrer ameude *onde quer que fora* a essa meesma vida de Christo”.

3.6. *quejando quer que*

O marcador *quejando quer que* (1) é constituído pelo pronome indefinido *quejando quer* (= quem quer; qualquer) seguido do pronome relativo *que*. Por sua vez, *quejando* (classificado nos dicionários como adjetivo e como pronome com a significação de *qual, de que tipo, de que modo, semelhante*) deriva de uma hipotética forma latina **quid genitum*. Embora o adjetivo *quejando* seja frequente nos textos medievais portugueses, não o é porém o pronome

indefinido *quejando quer*. A presença no Livro I da *Vita Christi* aparenta ser, até se encontrarem novos testemunhos, um caso isolado.

O marcador composto por este pronome ocorre apenas uma vez estando o verbo da oração relativa no presente do conjuntivo: “nõ conhece alguẽ quãto aproueitou saluo na euersidade *quejando quer que* o homem encuberto *seja* a injuria que lhe for feita o descubrira”.

4. Conclusões

Resumimos nas seguintes tabelas a relação contextual dos marcadores estudados. Na primeira, podemos constatar que os mesmos, em mais de metade das ocorrências vêm seguidos ou antecidos da conjunção *e*. Naquilo que classificámos por “contextos diversos”, incluem-se verbos, advérbios (*onde, sempre, porém*), adjetivos e pronomes (*que, as quais, nós*).

Marcador	Início de frase	Depois de <i>e</i>	Antes de <i>e</i>	Em contextos diversos
como quer que	3	15	3	12
quãdo quer ergo que	1	-	-	-
quãdo quer que / quando quer que	-	5	5	9
TOTAIS	4	20	8	21

Na segunda tabela, podemos constatar que o modo conjuntivo é o mais utilizado nas construções introduzidas por estes marcadores, havendo, no entanto, um número significativo de construções com o modo indicativo.

Marcador	Conjuntivo	Indicativo	Infinitivo	TOTAIS
como quer que	28	4	1	33
quãdo quer ergo que	-	1	-	1
quãdo quer que / quando quer que	7	12	-	19
TOTAIS	35	17	1	53

Resumimos na seguinte tabela a relação dos marcadores estudados com o modo verbal das orações relativas por eles introduzidas.

Marcador	Conjuntivo	Indicativo	Infinitivo	TOTAIS
qualquer que, quaisquer que	17	26	-	43
quem quer que	14	4	1	19
que quer que	2	2	-	4
quanto quer que, quantos quer que, quanta quer que	7	2	-	9
onde quer que	8	9	-	17
quejando quer que	1	-	-	1
TOTAIS	49	43	1	93

A diferença entre os números do conjuntivo e do indicativo não é significativa, podendo nós disto concluir que o modo verbal das orações relativas introduzidas pelos marcadores estudados não depende tanto do marcador, mas mais do significado que se pretende atribuir à oração. O único caso com o verbo no infinitivo é, como referimos acima, um erro do texto.

A utilização do futuro do conjuntivo nalguns contextos introduz um valor condicional na frase. Apresentamos um exemplo: “e *qualquer que teuer* a casa vil e refeçe ñ aja por ello vergonha de o chamar pera ella”; ou seja, “*se alguém tiver* a casa vil e refeçe ñ aja por ello vergonha de o chamar pera ella”.

Os marcadores com função conjuncional e função relativa formados a partir do verbo *querer* têm sido pouco estudados pelos linguistas até ao momento. Impõe-se, no entanto, o estudo destes e de muitos outros ainda não identificados com maior profundidade. A sua sistematização e a compreensão do modo como marcam ou modificam o discurso são fundamentais para percebermos com maior nitidez a estrutura da Língua Portuguesa.

Referências bibliográficas

- Bechara, Evanildo (2002): *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Blakemore, Diane (2002): *Relevance and Linguistic Meaning. The Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brinton, Laurel J. (1996): *Pragmatic Markers in English – Grammaticalization and Discourse Functions*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Brito, Ana Maria e Inês Duarte (2003): “Subordinação adverbial”, em Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a ed. Lisboa: Caminho.
- Cunha, Celso e Lindley Cintra (1987): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 4.^a ed., Lisboa: Edições Sá da Costa.
- Hansen, Maj-Britt Mosegaard (1998): *The Function of Discourse Particles. A Study with Special Reference to Spoken Standard French*. Amsterdam: John Benjamins.
- Móia, Telmo (1992): *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*. Lisboa: Faculdade de Letras.
- Moreira, Vasco e Hilário Pimenta (2011): *Gramática de Português*. Porto: Porto Editora.
- Nascimento, Aires A. (2001): “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável”, em *Euphrosyne*, n.º 29, pp. 125-142.
- Nunes, José Joaquim (1989): *Compêndio de Gramática História Portuguesa*. 9.^a ed. Lisboa: Clássica Editora.
- Pons Bordería, Salvador (1998): “Conexión y conectores. Estudio de su relación en el registro informal de la lengua”. Anexo n.ºXXVII da revista *Cuadernos de Filología*. Universitat de València.
- Saxónia, Ludolfo de (2010): *Vita Christi – I*. Braga: Edições Vercial. Edição de José Barbosa Machado.
- Vilela, Mário (1999): *Gramática da Língua Portuguesa*. 2.^a ed. Coimbra: Almedina.

A questão fluente *versus* disfluente no contexto das afasias

Rita de Cássia Silva Tagliaferre
Universidade Estadual de Campinas
Doutoranda em Ciências da Linguagem, UTAD
ritacassiasilva@yahoo.com.br

Maria da Felicidade A. Morais
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
mmorais@utad.pt

Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar os dados de um trabalho sobre a noção de fluência e disfluência no contexto das afasias, mais especificamente, adultos portadores de uma perturbação da linguagem, decorrente de uma lesão cerebral adquirida em que há alteração de elementos linguísticos orais ou escritos relacionados quer com o processo de produção quer com a interpretação da linguagem verbal (Coudry 1988; Morato *et al.* 2002). O *corpus* do estudo é constituído de dados relativos a dois sujeitos, um com afasia expressiva (afasia de Broca) e outro com afasia receptiva (afasia de Wernicke). A análise dos dados incidiu sobre algumas características constitutivas da linguagem oral, em particular a hesitação, a correção e a repetição. Os resultados mostraram que a caracterização das afasias apoiada meramente no conceito de disfluência do discurso não é suficientemente explicativa em relação aos fenómenos afásicos. Verificou-se que o afásico faz uso das funções da linguagem como todo e qualquer falante da língua, sendo que as hesitações, as repetições e as correções são características dos produtos linguísticos orais.

Palavras-chave: afasia, fluência, relações discursivas, relações de coerência.

Fluência do discurso e afasia

O problema da relação cérebro-linguagem toma forma no início do século XIX, período em que predominou a Frenologia, alargando os interesses em direção aos estudos anátomo-fisiológicos da linguagem e seus distúrbios.

Seguindo a perspetiva estruturalista, que marca o início dos estudos afasiológicos, as afasias têm sido tradicionalmente divididas em dois grandes grupos: fluentes e não fluentes, também designadas posteriores e anteriores, ou sensoriais e motoras. As afasias não fluentes, cujas lesões são geralmente localizadas na parte anterior do cérebro, apresentam, em especial, problemas de expressão, como fala telegráfica, agramatismo, apraxia buco-lábio-lingual, alterações fono-articulatórias, que são as características das afasias de Broca.

Já as afasias fluentes, relacionadas com as lesões localizadas na região mais posterior do cérebro, região têmporo-parietal, apresentam mormente problemas de compreensão, ausência de déficits articulatórios, anomias, parafasias verbais ou semânticas – tais são as características gerais das afasias de Wernicke.

A afasia tem sido sobremaneira definida como um problema metalinguístico, conforme postula Jakobson (1954/1981), que a considera como um problema relativo às operações metalinguísticas. Isso quer dizer que o que estaria afetado nas afasias diz respeito fundamentalmente a um conhecimento metalinguístico. Segundo Morato:

Tornou-se clássico afirmar sobre as afasias que elas perturbam a metalinguagem. Isso porque falar uma língua (e fazê-lo adequadamente) estaria subordinado à capacidade (lógico-perceptiva, bem entendido) de falar sobre esta língua. (...) É sabido que tradicionalmente se têm considerado os procedimentos “meta” como uma questão essencialmente cognitiva (a criança “ganha” ou “entra” na linguagem pela tomada de consciência do objeto linguístico, pela atitude mental frente à linguagem e seu funcionamento; as afasias suprimiriam, por assim dizer, justamente essa capacidade linguística de que os falantes são dotados, ou seja, “perder-se-ia” nas afasias não apenas a capacidade de falar sobre a linguagem, mas essa possibilidade de reflexividade da linguagem que consiste numa reação de reparação e de reconstituição de processos linguísticos). (Morato 2005: 82)

De acordo com Morato (2003: 154), “a afasia é, basicamente, uma questão de linguagem; um problema discursivo, não redutível apenas aos níveis linguísticos, isto é, à língua”. Para a autora, a afasia envolve o funcionamento da linguagem e os processos cognitivos afeitos a ela, abarcando as práticas linguístico-discursivas que caracterizam as rotinas humanas.

Os sujeitos que têm afasia têm uma lesão no cérebro, o que pode perturbar outros mecanismos cognitivos, trazendo consequências, por vezes, devastadoras, ao indivíduo e seus familiares. Nesse sentido, imaginar o que a afasia causa na vida do sujeito não é muito difícil, pois “a qualidade de vida do sujeito cérebro-lesado será proporcional à intensidade do impacto da afasia” (Morato 2003: 155).

A afasia, geralmente, é acompanhada por alterações de processos cognitivos e sinais neurológicos, como a hemiplegia, a apraxia, a agnosia, a anosognosia, entre outros (Morato *et al.* 2002:16). Essas alterações podem-se manifestar tanto na produção quanto na compreensão da fala. Em graus variados, as afasias afetam a linguagem em seus vários níveis: fono-articulatório e expressivo, com dificuldades de articular e produzir sons; sintático, com dificuldades na capacidade de ordenar os elementos dos enunciados em formas “gramaticalmente” bem aceites, como, por exemplo, a “fala telegráfica”, em que há ausência dos elementos conectivos; lexical, com dificuldades de acesso às palavras, além de dificuldades de produção e interpretação do sentido nos enunciados proferidos em vários contextos conversacionais (cf. Morato *et al.* 2002).

Longe de reduzir a afasia a uma questão cognitiva *stricto sensu* ou meramente metalinguística, conforme é habitual no campo dos estudos afasiológicos, esta pesquisa pretende aprofundar o seu contorno linguístico-interacional a partir da análise das interações em que os sujeitos afásicos e não afásicos se envolvem quotidianamente. Esta perspectiva permite um entendimento mais abrangente dos fenómenos da repetição, da hesitação e da correção na fala dos sujeitos aqui analisados.

De acordo com Scarpa (1995), o método mais utilizado para definir *fluência*, segundo os linguistas, psicolinguistas, fonoaudiólogos, entre outros especialistas, é através da negativa, que pode ser explicada pela unidade de resposta destituída de disfluência, prolongamentos e pausas. Para Scarpa (1995), esta definição está sujeita a uma interpretação ambígua, pois quando se fala de fluência, este termo parece ser um fenómeno “de fácil compreensão”, que é resistente a uma definição “direta e não ambígua”, segundo Finn & Ingham (1991: 92).

Entre os linguistas, o termo *fluência* tem-se revelado polémico, especialmente no que concerne à distinção entre fluente e disfluente. Assumindo uma atitude formal, Fillmore (1979, *apud* Scarpa 1995: 166) admite que a palavra *fluência* recobre uma vasta gama de competências linguísticas: o primeiro tipo é a capacidade de falar extensamente sem pausas; o segundo é a habilidade de produzir frases coerentes e pensadas semanticamente; o terceiro tipo é quando uma pessoa diz a coisa certa, estando verbalmente à vontade em diversas situações de comunicação; o quarto tipo de fluência diz respeito à habilidade de demonstrar o uso imaginativo e criativo da linguagem. Como se pode ver, o termo fluência surge com diversas definições, seja no campo da motricidade, seja no do desempenho linguístico oral; não podemos, por isso, conceber a fluência simplesmente como fala ideal.

Apesar da dificuldade em definir o termo, a disfluência é habitualmente identificada com a utilização excessiva de fenómenos como interjeições, repetições, pausas e hesitações e é entendida como característica de crianças em fase inicial de linguagem ou de falantes adultos com dificuldades de fala. No campo das patologias, a disfluência pode ser entendida como decorrente de problemas de elaboração ou processamento de memória e de acesso lexical, mas, no campo da Linguística, estas características têm sido descartadas como resultantes de problemas de fluência: com efeito, as interrupções, correções, repetições e hesitações são antes encaradas como características da linguagem oral, como defende Koch (2005).

Referindo-se mais especificamente às hesitações na atividade verbal, Nascimento e Chacon (2006) consideram que estas não se reduziriam a indícios de descontinuidade do fluir temático, demarcando-se do modo como estudos mais tradicionais concebiam este fenómeno. Enfocá-las dessa forma normativa seria, para estes autores, “negligenciar a complexa natureza e constituição do discurso, circunscrevendo-o ao que seria um de seus aspectos, o da superfície

linguística” (2006: 62); pelo contrário, Nascimento e Chacon concebem antes os momentos de fluência e os de disfluência como correspondendo a “diferentes modos de negociação do sujeito com os outros” (2006: 62).

Quanto ao fenômeno da repetição na atividade verbal, Tagliaferre (2008) considera que a repetição na linguagem de afásicos não é necessariamente um sinal de disfluência nem é somente uma estratégia comunicativa utilizada para se fazer compreender ou ser compreendido. Trata-se de um mecanismo muito mais complexo que contribui, de forma decisiva, para o processamento do texto falado, operando como um recurso central no planejamento da construção textual, como fator de interação e de sócio-cognição.

Descrição do *corpus*

A constituição do *corpus* do trabalho que temos vindo a desenvolver, a partir de Tagliaferre (2008), deu-se a partir da observação do acervo de pesquisa coordenado pela Prof.^a Dr.^a Edwiges Maria Morato, no Centro de Convivência de Afásicos (CCA)¹, sediado no Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Os dados referem-se a práticas discursivas, nas quais se envolvem pessoas afásicas e não afásicas, estão concentrados no decorrer do ano de 2004 e incluem a participação de dois sujeitos afásicos (SI e NS), em foco no presente estudo². As siglas EM, HM, ET, BC e JC são dos sujeitos não afásicos; NS, SI, EF, MN, são dos sujeitos afásicos que participaram na interação.

Tendo por base a caracterização linguístico-interacional do fenômeno, este estudo dedica-se ao estudo da repetição, da hesitação e da correção em práticas discursivas correntes; a análise, assim, incide em sequências discursivas de sujeitos afásicos em interação com outros sujeitos, afásicos e não afásicos, que frequentam o CCA. Para efeitos de análise, foram consideradas longitudinalmente e qualitativamente as expressões de correção, hesitação e repetição em contextos de diálogo, focalizando dois sujeitos, SI e NS.

Metodologia

A metodologia usada neste trabalho é baseada no estudo de Tagliaferre (2008) sobre a repetição. Os sujeitos analisados nesta pesquisa são NS e SI, um com afasia de Wernicke e outro com afasia de Broca. A partir de uma abordagem textual-interativa, exemplificaremos as estratégias que os sujeitos assumem em situações de interação. Na análise das funções textuais-discursivas, estiveram em foco as estratégias de correção, hesitação e repetição.

¹ O Centro de Convivência de Afásicos (CCA), fundado em 1989, numa ação conjunta dos departamentos de Linguística e de Neurologia, ambos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), fica localizado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). É um espaço de interação entre pessoas afásicas e não afásicas (professores, pesquisadores, familiares, terapeutas), com o objetivo de proporcionar aos afásicos situações de uso da linguagem e demais rotinas significativas da vida na sociedade (Morato 2001: 52).

² Os dados fazem parte do *corpus* analisado na dissertação de mestrado de Tagliaferre (2008).

Nas secções abaixo, analisam-se alguns exemplos de utilização dessas estratégias, para um melhor entendimento da produção dos sujeitos afásicos em situação interativa.

Estratégia de correção

A correção é uma das marcas que desempenham um papel importante entre os processos de construção do texto. Para Fávero (1999: 57), “corrigir é reproduzir um enunciado linguístico que reformula um anterior”. Ressalta, ainda, que as correções apresentam uma função geral de carácter “interacional” de cooperação, intercompreensão e de envolvimento entre os interlocutores.

1 JC: você lembra a profissão do pai da moça dona
 2 MN?...você lembra SI? qual que era a profissão do pai da
 3 moça?
 4 EM: o que que ele fazia?
 5 SI: não sei ((risos))
 6 JC: [[cê lembra...o pai da Lisbela
 7 JT: [[o pai da Lisbela...o pai da mocinha
 8 EM: ah é
 9 JC: aquele gordo careca
 10 EM: o que que ele fazia?
 11 SI: não sei
 12 EM: ele era o quê?
 13 **NS: parece que co... cabô**
 14 EM: aí era militar?
 15 MN: era militar... era polícia
 16 EM: [ah o pai da noiva
 17 JC: [era polícia
 18 MN: é
 19 NS: parece né
 20 MN: ...é então e... gordo
 21 JC: [cabo era aquele magrelo
 22 que ficava tentando namorar com a moça na cadeia...
 23 NS: [não tem a
 24 JC: ... o pai dela era sargento
 25 NS: isto memo
 26 ns: *----->* ((aponta o braço em direção a
 27 JC))
 28 EM: ah então toda/todo o filme tava um pouco... a
 29 batalha deles pra ficarem juntos é isso... e por que
 30 tem [um
 31 NS: [é

Tomando como base o trabalho de Lagrotta (2001), consideramos o tipo de correção realizada por NS, no exemplo acima, bastante relevante. Nesta interação entre os sujeitos não afásicos EM, JC e JT e os afásicos SI, NS e MN, NS tenta explicar como era o pai da Lisbela, mas não consegue expressar-se com clareza. Neste exemplo, NS começa a pronunciar a sílaba “co...”, faz pausa, procurando a palavra adequada, e, logo em seguida, faz a correção, produzindo corretamente a palavra “cabô”. Este tipo de correção é muito relevante na produção dos afásicos, indiciando dificuldades em se expressar, sobretudo, em aceder ao léxico.

Estratégia de hesitação

Esta função dá-se quando o sujeito pronuncia várias vezes seguidas a mesma expressão linguística, o que, de acordo com Marcuschi, “são estratégias adotadas pelos falantes para resolverem os problemas que surgem devido ao processamento *on line* de formas e conteúdos” (1999:163). Isto quer dizer que a hesitação não é uma característica deste ou daquele falante, uma idiosincrasia, mas sim um fenómeno de processamento.

1 EM: foi mais gente?
 2 SI: como chama... é...
 3 SP: Patrick
 4 SI: não outro é é é
 5 SP: eu?

Neste exemplo, SI, na L4, usa a hesitação expansiva para tentar lembrar o nome de quem tinha ido viajar com ela. EM pergunta se foi mais gente com ela, SP participa da interação e diz “Patrick”. Neste momento, SI hesita “é é é” e, logo em seguida, SP completa, perguntando se é ele mesmo.

Estratégia de repetição

No fluxo corrente do discurso oral, tanto no papel de falantes como no de ouvintes, é normal não nos darmos conta da quantidade de repetições que ocorrem, em parte porque a compreensão do texto espontâneo se dá por estratégia natural de eliminações ou idealizações empreendidas pelos interlocutores. Segundo Marcuschi (1992), todos nós temos uma noção intuitiva do que seja uma repetição e, em muitos casos, sabemos identificar suas ocorrências, embora sem distinguir claramente tipos e funções.

1 NS: porque isso aí? ((dirigindo-se ao livro))
 2 ET: não gostou?
 3 EF: não...
 4 JC: mas o senhor falou que foi... [foi bom...
 5 NS: [eu gostei
 6 EF: ah...ah... ((movimenta a cabeça positivamente))
 7 ET: não... gostou do filme...
 8 EF: ow... ((movimenta a cabeça positivamente))
 9 ET: ah ta bom...
 10 JC: **gostou...**
 11 NS: eu também **gostei...**

No diálogo acima, temos duas participantes não afásicas, ET e JC, e os afásicos, NS e EF, que estão a verificar quem gostou do filme a que eles assistiram e, neste contexto, JC pergunta a NS se ela gostou. Logo em seguida, NS responde afirmativamente, demonstrando uma interação responsiva sobre o tema mencionado.

As funções discursivas, para Marcuschi (1992), constituem a segunda grande classe das funções de repetição; estas funções dizem respeito ao papel da repetição na facilitação da compreensão, na condução do tópico discursivo, na

argumentação e na interação. Segundo o autor, em se tratando das funções discursivas, cada uma dessas marcas representa uma determinada função.

Segundo Marcuschi (1992), como o texto conversacional vai sendo compreendido à medida que é produzido, a repetição serve de suporte natural para o processo de compreensão e da própria estruturação da interação verbal. Tanto assinala como o falante se compreende a si mesmo, quanto indica como pretende que o ouvinte o compreenda, revelando, pois, uma socialização cognitiva ou uma cognição social. Para o autor, longe de ser mecanicista e “ecoica”, a repetição diz respeito a ações reflexivas por parte dos sujeitos, seja para monitorizar ou operar momentos sobre a sua fala, seja para atender à relação com o outro.

No *corpus* em análise, verificou-se que os falantes afásicos usam as mesmas estratégias de repetição de que dispõem os falantes não afásicos e com finalidades similares.

Considerações finais

Nos estudos mais tradicionais sobre a afasia, é comum considerar-se que os sujeitos afásicos apresentam dificuldades em lidar com situações discursivas mais complexas, por exemplo, com aspectos funcionais da linguagem. Nas análises que temos realizado do discurso de falantes com afasia, em situações de interação com afásicos e não afásicos, observamos evidências de que os falantes afásicos se servem das mesmas estratégias que usam os falantes não afásicos. Os dados sugerem, pois, que a caracterização das afasias apoiada no conceito de fluência não é suficientemente explicativa dos fenômenos afásicos.

Referências Bibliográficas

- Coudry, M. H. C. (1988): *Diário de Narciso. Discurso e Afasia: análise discursiva de interlocuções com afásicos*. 1.^a ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Fávero, L. L. *et al.* (1999): “A correção no texto falado: tipos, funções e marcas”. In: Neves, M. H. M. (org.): *Gramática do Português Falado*. Vol. VII. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas, ed. Unicamp: 53-76.
- Fillmore, C. J. (1979): “On Fluency”. In: Fillmore, C. *et al.* (orgs): *Individual Differences in Language Ability and Language Behavior*. New York: Academic Press, Inc.: 85-101.
- Finn, P. & R. Ingham (1991): “The Selection of ‘fluent’ samples in research on stuttering: conceptual and methodological considerations”. In: Healey, C. (org.): *Readings on research in stuttering*. New York: Longman Publishing Group: 91-109.

- Jakobson, R. (1954/1981): *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia; Linguística e Poética. Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- Koch, I. G. V. (2005): *O texto e a construção dos sentidos*. 8.^a ed. São Paulo: Contexto.
- Lagrotta, Márcia Gomes Mota (2001): *A Repetição em Idosos em Diferentes Situações Institucionais*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado em Linguística, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo.
- Marcuschi, L. A. (1992): *A Repetição na Língua Falada: Formas e Funções*. Pernambuco / UFPE. Tese de livre docência, Universidade Federal de Pernambuco.
- (1999): “Atividades de compreensão na interação verbal”. In: Preti, D.: *Estudos da língua falada*. 2.^a ed. São Paulo: Humanitas.
- Morato, Edwiges Maria *et al.* (2002): *As afasias e os afásicos: subsídios teóricos e práticos elaborados pelo Centro de Convivência de Afásicos (CCA)*. Campinas: Editora Unicamp.
- Morato, Edwiges Maria (2001). “(In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação anti-referenciada dos processos enunciativos”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos* 41. Campinas, IEL: Unicamp: pp. 55-57.
- (2003): “Neurolinguística”. In: Mussalin, F. & A. Bentes (Orgs.): *Introdução à Linguística: fundamentos Epistemológicos*. São Paulo: Cortez.
- (2005): “Aspectos Sócio-cognitivos da Atividade referencial: as Expressões formulaicas”. In: Miranda, N. & M. Name (Orgs.): *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: ed. UFJF.
- Nascimento, J. C. & L. Chacon (2006): “Por uma visão discursiva do fenômeno da hesitação”. In: *Alfa* (São Paulo) 50 (1): 50-76.
- Scarpa, M. E. (1995): “Sobre o sujeito fluente”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos* (Campinas, IEL: Unicamp) 29: 163-184.
- Tagliaferre, Rita de Cássia Silva (2008): *Formas e funções da repetição no contexto das afasias*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

LITERATURA

Lugares de solidão na poesia de Ruy Belo

António José Borges

IELT (Univ. Nova de Lisboa) e CLEPUL (Univ. de Lisboa)
aj.borges@sapo.pt

Abstract

Loneliness has become established in our century as an essential component of human existence. In world literature, perhaps from Ovid loneliness (solitude) is the subject and condition of creation. In the case of Portuguese literature, loneliness, as a condition and place, is evident in an author as Ruy Belo, but a sense of *solitude* – existential loneliness, the *place* where shed and which flows into the problem of poetic Belian.

Keywords: Loneliness (solitude), condition, place, creation, source.

Resumo

A solidão impôs-se no nosso século como uma componente essencial da existência humana. Na literatura universal, talvez desde Ovídio a solidão (solitude) é tema e condição da criação. No caso da literatura portuguesa, a solidão, como condição e lugar, é evidente num autor como Ruy Belo, mas numa aceção de *solitude* – solidão existencial, o *lugar* de onde verte e onde desagua a problemática da poética beliana.

Palavras-chave: solidão (solitude), condição, lugar, criação, fonte.

Lá onde só o Belo e o Bom compraz –
Na solidão – teu mundo criarás.
Johann W. Goethe, *Fausto*, p. 297.

Entre a rosa e a chuva é tudo solidão
Ruy Belo, *Todos os Poemas*, p. 98.

«A palavra solidão faz-me companhia», escreveu Álvaro Magalhães no poema “O limpa-palavras”; «(...) clandestinos (...) Entro com eles/ na barca da solidão, falando com o vazio/ como se a única resposta fosse/ a que nasce do musgo das caves.» (Júdice 2007: 43), expressa Nuno Júdice no poema “Fuga”; ainda este, em “Fotografia de Mulher num Molhe”, diz: «(...) E eu estou fora de tudo o que ela/ pensa, enquanto construo o poema de que ela/ faz parte, com a solidão que a protege de mim.» (Júdice 2007: 80); «Atravessei o jardim solitário e sem lua,/ correndo ao vento pelos caminhos,/ para tentar como outrora/ unir a minha alma à tua,/ Ó grande noite solitária e sonhadora.» (*Cem Poemas*

de *Sophia*, p. 16), deixou Sophia de M. B. Andresen no poema “O jardim e a noite”, onde a presença da noite, o «entendimento cósmico do mundo», no dizer de Gastão Cruz, tem a ver com a realidade que é, julgamos, condicionada pela condição solitária; mas também Giuseppe Ungaretti, o poeta de *Alegria dos Naufrágios*, mexe, se analisarmos criticamente, com o conceito de solidão quando no célebre poema “Manhã”, constituído por dois versos, diz “Ilumino-me/ de imenso” – aqui reside outra perspectiva de solidão, centrada no êxtase só possível quando naquela mergulhado; e vamos mais longe, recuando no tempo, ao encontro de Wang Wei, grande poeta da solidão, que em “O Quiosque dos Bambus” medita: «Sentado, sozinho, no bosque de bambus,/ toco alaúde, encho o ar de música./ Na imensidão da floresta, ninguém me descobre,/ excepto o luar, em silêncio, de visita» (*Poemas de Wang Wei*, p. 186); ou Miguel Torga, para quem, dramaticamente, «a liberdade é uma penosa conquista da solidão», pois é dentro de cada ser que tudo acontece num processo, sendo aquela condição um dos pilares do existencialismo sartriano (cf. Baraquin e Laffitte 2004: 345-350), na acercada medida da compreensão do sentido da vida refletida, concretizada na aproximação aos seus semelhantes em solidão – Torga, para quem o homem é solitário por natureza e só nesta condição alcança a capacidade individual de uma voz plural e com o seu próprio sofrimento sente o dos outros; ou, por fim, não esgotando de todo as referências possíveis, de referir nesta senda Miguel de Unamuno, pois que este era da opinião que a solidão é um ponto de encontro com o próprio e com os seus semelhantes. Está em causa a detença no nosso reflexo que só é possível em águas paradas, onde a compreensão da história pessoal e a reorganização são possíveis. Na verdade, no conhecimento de nós e no conseqüente entendimento dos outros ocorre uma paragem íntima: o caminho da lucidez que modifica e perspectiva.

Na busca de um certo tempo (ou na ausência deste), a intensa observação, o amor pelo mundo natural e a sensação de isolamento do poeta são aspetos que importa reter. Correlacionando factos e ideias, tomemos atenção aos vocábulos Solidão, Saudade e Saúde – que afinidades ou semelhanças encontramos entre estas palavras? Etimológicas, contextuais, outras ligadas ao signo poético? Para a seiva pretendida, Saudade, não no sentido de tristeza ou drama, mas condicional, relaciona-se com situações de privação da presença de alguém ou de algo, de afastamento de um lugar ou de uma coisa ou a ausência de certas experiências e determinados prazeres já vividos e considerados pela pessoa em causa como um bem desejável. Solidão, retiro, eis dois vocábulos que se aproximam do seu étimo latino *solitas*, *atis*, que por sua vez deriva do latim *solus*, *a*, *um*, que significa só, solitário. Por sua vez, Saúde, ao nível mental, psíquico, relaciona-se com um estado caracterizado pelo desenvolvimento equilibrado da personalidade do indivíduo, a adaptação ao meio social e boa tolerância aos desafios da existência individual e social – em termos práticos, significa ter capacidade para suportar, aguentar, ter paciência para algo, na verdade, segundo o seu étimo latino *salus*, *utis*, trata-se da salvação, conservação

da vida. Ora, nada melhor do que isto para nos aproximar da robustez da palavra Solidão, sendo que o poeta procura definir a vida buscando essências, condensando, assim, a eternidade. Quanto a Solidão, o seu étimo latino *solitudo*, *inis*, liga-se também a retiro num sentido de solidude, a sensação ou situação de quem vive afastado do mundo ou isolado no meio de um grupo social. Afastado do mundo, mas não fora do pulsar dele, da vida. É mais uma condição de autoleitura, um desejo de pensar por si mesmo e falar em próprio nome, com a noção de que ninguém é totalmente sábio ou totalmente louco.

Justamente, pode considerar-se que, no artista, a solidão acontece numa situação de fortalecimento e almejada consolidação. Aqui, o signo poético já domina. Neste sentido, começamos a chegar ao ser da poesia de Ruy Belo, em várias sentidos indiciado na epígrafe de Belo que serve este ensaio, com possíveis ligações à infância, ao tempo, ao esquecimento, mas onde o simples facto de escrever é condição de ser solitário – entenda-se que a escrita solitária serve-lhe para perceber modelos e construir os seus – pois, na verdade, em todos os seus livros, exceto, de forma atenuada, *Transporte no tempo*, está presente a melancolia que deriva de uma expressão da solidão, que pode pender para o pessoal, no que diz respeito à temática amorosa, de uma lenta preparação para a morte, ou, concretamente, em lugares de solidão, como a vincada ideia da velhice física. Ilustrando, em “Meditação anciã” somos confrontados com a lucidez de concluir «como é triste a velhice como é triste/ insistir tanto e tanto e ser-se como quem desiste» (Belo 2009: 722), ora, «Desculpa sou um velho tens razão» (Belo 2009: 727), escreve o autor de *A Margem da Alegria*. Continuando com a atenção sobre *Toda a Terra*, entendemos que as ideias de morte e de solidão são uma constante e nem a infância pode revivificá-lo em relação à última: «Tragam-me tudo menos a infância/ (...) secreto sítio para a solidão» (Belo 2009: 731).

Ainda no mesmo poema “Meditação anciã”, de pendor existencialista – compreensível na linha de influência do pensamento de Kierkegaard (o primeiro existencialista), que se caracteriza pela inclusão da realidade concreta do indivíduo (a sua mundanidade, angústia, morte)¹ na descrição da existência

¹ De referir, a título de curiosidade, o grupo *Temps Modernes* (Beauvoir, Merleau-Ponty e outros) e Sartre, que no dealbar da segunda metade do Século XX, aceitando com reticências o epíteto de existencialistas, vieram realçar a liberdade humana como algo inalienável e que implica responsabilidade. E mais que justamente, o existencialismo desta época veio proporcionar um reencontro da filosofia e da literatura, fixando nesta arte o quotidiano, o veículo concreto, e o conteúdo afetivo do conhecimento. Foi, então, desenvolvido o conceito de escritor-filósofo, expressa na prática de uma biografia existencial. Neste sentido, roçando a prosa, importa de certo modo distinguir o existencialismo de que falamos do apelidado romance existencial, assente numa visão trágica ou absurda do destino humano. Ora, a filosofia sartriana propõe um otimismo fundado numa esperança ativa, numa ética da liberdade sempre por construir.

Assim como sucede na poética beliana, que se estende à problemática divino-cristã, “Como poderia uma filosofia da consciência, do projeto existencial e do comprometimento, da total responsabilidade do homem face à humanidade, não contribuir para reabilitar o sujeito contra o

humana, no centro da especulação filosófica (em Ruy Belo trata-se mais de uma especulação sobre o processo de fim de vida), não dissolvendo, assim, a subjetividade individual em sistemas conceituais abstratos e universalistas –, sobre a condição humana do poeta diz-nos Belo:

Mesmo através do espelho ó mulher vem
 não temas invadir sequer a solidão
 de quem de livros lápis folhas se rodeia
 porque é condição sua estar sozinho
 e é afinal a solidão a sua profissão. (Belo 2004^c: 111)

Existe uma condição humana que é lugar de solidão na sua poesia. Com efeito, será a obra de Ruy Belo uma autobiografia existencialista? Seguimos de perto a ideia que a literatura permite um verdadeiro alcance ontológico, pautando-se pelo princípio base da sua filosofia: a noção da existência como liberdade.² Melhor, as reflexões/preocupações relacionadas com o tema (lugar de solidão) são desenvolvidas quando no mesmo poema escreve:

como dizer-lhe que tudo é esta terra
 que outra que houver é desta terra
 que há gestos inúteis nas melhores das mãos
 que nada tem no fundo algum sentido
 que é escusado que não há saída
 que se qualquer sentido tem a nossa vida
 é só no fundo ver passar o tempo
 pensar alguma coisa olhar as folhas
 enquanto a noite súbita não desce? (Belo 2004^c: 111)

Ainda neste sentido, motiva-nos classificar tais desassossegos de Belo como uma crise frutífera. Como tal, atente-se no texto introdutório da obra *Transporte no tempo*, com o título “Breve Programa para uma Iniciação ao Canto”: «(...), ao escrever, dou à terra, que para mim é tudo, um pouco do que é da terra. (...), escrever é para mim morrer um pouco, antecipar um regresso definitivo à terra» (Belo 2004^b: 9). Eis a consciência do sentido da vida, recordando-nos palavras suas na Entrevista 2 presente em *Na Senda da Poesia*: «A realidade imediata não me absorve, porém, de tal maneira, que não me continue a preocupar por exemplo o sentido da vida» (Belo 2002: 25).

No mesmo poema supracitado, Belo realça a sua necessidade: «E eu sentado aqui e sem ninguém porém/ se menos só me sinto é quando a sós comigo e/

discurso, o sentido contra o significante? Face ao reducionismo das ciências humanas, não nos propõe o pensamento sartriano essa filosofia humanista de que a nossa época tanto carece?» (Baraquin e Laffitte 2004: 350).

Em Ruy Belo, está em causa sobremaneira a intuição existencial, uma vez que o existencialismo sartriano é, pois, um humanismo centrado na existência, na medida em que esta cria a sua própria essência.

² E descrever a liberdade significa deixá-la manifestar-se nas obras, tendo-a como projeto.

quando estou mais sozinho é quando estou contigo» (Belo 2002: 108). Note-se que o poeta vive sob uma condição necessária, que não tem que ver com a tristeza. Está sempre em causa a condição humana. Ainda no mesmo poema podemos ler:

Eu quero agora estar sozinho com a tarde
com toda esta tarde e não apenas com o fumo ou névoa
eu quero consagrar-me a esta tarde
e que seja esta tarde a minha tarde
pois desço sobre a terra eu que fui luz
e ao viver assim tão vivamente a mim me consumi. (Belo 2002: 106)

Todavia, antes de mergulharmos definitivamente nos lugares de solidão no universo poético de Ruy Belo, importa referir a propriedade e a estética que caracterizam a sua produção poética em Língua Portuguesa e que, assim, dignificam o idioma. Ora, na defesa da sobrevivência da poesia e do signo poético, Ruy Belo, para quem a poesia é «por natureza revolucionária – renovação da sensibilidade, da linguagem» (Belo 2002: 25), refletiu muito sobre a diferença entre a palavra prática/lógica/utilitária e a palavra poética, ao referir que «a palavra comum (...) não cria (...) uma nova realidade. A palavra poética, (...) essa palavra cria uma realidade diferente da realidade. A arte transfigura a vida. O artista começa onde acaba o homem» (Belo 2002: 89). Assim, não despropositadamente porque seguimos de perto o predito, adiante conclui o poeta, ensaísta e tradutor estabelecendo, com alguma justiça, uma desligação entre a obra e o homem: «(...) a obra (...) ultrapassa a responsabilidade do homem: (...) não se pode transferir para o homem um juízo de moralidade que sobre a obra – e só sobre ela – venha eventualmente a recair» (Belo 2002: 90).

Assim, a partir do seu segundo livro – nas palavras do próprio, os dois primeiros livros «foram escritos num clima ascensional» (Belo 2002: 30) – dá-se uma aproximação ao poema longo e à superação do lirismo, usando do género narrativo, mas onde toda a estrutura do poema tem uma disposição que não pode ser outra. Diz-nos o próprio na entrevista 1 do livro *Na Senda da Poesia*:

(...) afirmar que a minha poesia limitava a realidade melhor do que ela é
(...) permite uma aproximação da obra no seu modo de ser (...) género narrativo, nas fronteiras do qual tenho procurado, talvez sem grande consciência disso, uma superação do lirismo de que sempre parto. Mas creio que nem por pintar porventura a realidade melhor do que ela é a deixo de pintar como é. (Belo 2002: 17)

Deste modo, socorremo-nos de Ernesto Sampaio que em *Ideias Lebres*, concretamente no capítulo “Prosa e Poesia”, escreve:

O emprego utilitário das palavras e dos conjuntos de palavras constitui o elemento prosa da linguagem; o uso simbólico da língua é o seu elemento poesia. O problema da linguagem não pode ser compreendido, quer do ponto de vista estético, quer do estrutural, se não se apreender este

movimento dialéctico, a antítese prazer-realidade, símbolo-utilidade, poesia-prosa. A poesia não é uma forma de linguagem mais antiga e primitiva. A poesia ignorante da prosa é uma falsa poesia, já que o desejo não pode ignorar a realidade; pode tão-só transformá-la. É o que sublimar quer dizer. O desejo deve sempre tomar em consideração a realidade concreta, que neste caso é a prosa tal como é usada pelo meio onde o poeta vive. É esta prosa e não outra que servirá de matéria a uma sublimação poética da linguagem. E vice-versa: quem utiliza a linguagem, não com um objectivo poético, mas como meio para chegar a outros fins, se quiser que a sua prosa seja eficaz deverá tomar em consideração a poesia tal como é criada no seu meio, posto que a realidade é sempre uma síntese de duas verdades anteriores, da realidade e do prazer, da prosa e da poesia, da necessidade e do divertimento. A prosa ignorante da poesia corre o risco de se tornar demasiado desagradável para que possamos suportar-lhe a necessidade. É o que acontece às línguas nas épocas onde o academismo triunfa. A prosa morre então quase como o grego antigo e o latim morreram, à falta de uma renovação poética e simbólica, à míngua de vida. (Sampaio 1999: 10-11)³

Donde, importa enaltecer em Belo a produção poética e o manuseio da Língua, pois, como o próprio refere,

A minha poesia é, em primeira linha, quotidiana, e refere-se imediatamente a um certo espaço; mas vê esse dia e esse espaço «à transparência», como diria Sophia de Mello Breyner Andresen, e eles funcionam como membro expresso da metáfora que esconde um outro dia e um outro espaço. O homem, tal como a arte o vê, é não só aquilo que é, mas também aquilo que será ou que poderia ser. Daí Aristóteles ter chegado a considerar a poesia mais filosófica do que a história. (Belo 2002: 17)

Visitemos então vários lugares de solidão no universo poético de Ruy Belo. Como motivação, vincamos que para Belo a poesia «é a arte mais directamente ligada à poesia. Mas há a considerar a cultura geral, designadamente a história, conhecimento da língua, a formação humana. E depois a poesia mete-se pelos olhos dentro, é uma forma de visão que ensina a ver» (Belo 2002: 20).

Na mesma obra, quando discorre sobre os “Atentados contra a Criação Artística”, apresenta uma perspectiva da condição solitária necessária à criação, tendo em conta que esta

Quando autêntica, dá-se naquela esfera em que o homem conhece a primitiva solidão, que o povoa de Deus. No espaço de criação não podem entrar sem abuso nem autoridade, nem o público, nem o próprio indivíduo, sem esse limpar dos pés à entrada e deixar, depois, vestes, mensagens, segundas intenções no bengaleiro. É a pessoa que cria, não o sócio de uma agremiação, nem o membro de um partido político. (Belo 2002: 51)

³ Leia-se a propósito, nomeadamente, da prosa os estudos estéticos de Giorgio Agamben, concretamente *Ideia da Prosa* (1999).

De imediato dita a premissa de uma obra clássica, no sentido de durar para além do momento, quando refere que «Escreve para além do momento que passa quem escreve como todo o seu peso» (Belo 2002: 51).

Ainda na mesma obra ensaística, no capítulo “Musa Própria e Alheia”, recorda Belo que «Não devemos perder de vista que os grandes poetas, se lançaram ou seguiram movimentos ou escolas, o fizeram episodicamente ou então na sequência de uma obra que foram construindo solitariamente» (Belo 2002: 54). No caso de Belo, talvez com influências maiores, em Portugal, de Fernando Pessoa e António Nobre, cujas obras têm uma marca solitária expressa, também o seu edifício deixa essa marca solitária, não só como condição, mas igualmente como lugar de criação.

Ora, convém notar que os lugares de solidão que são objetos da poesia de Ruy Belo e da perspectiva com que os descobrimos ou damos a ver não se prendem unicamente com a condição do artista, mas são, antes de mais, condições humanas ou/e fenomenológicas que podemos identificar no universo poético do poeta.

No seu primeiro livro de poemas, *Aquele Grande Rio Eufrates* – um livro que marca uma linha de rutura, porque foi escrito num clima a que o autor deixou de ter acesso, ou seja, numa relação próxima com Deus; um livro que possui uma unidade e uma coerência exemplares, pela forma simultaneamente e paradoxalmente distanciada e envolvida como contempla a transitoriedade e a finitude, pela eufonia íntima – naquela obra, dizíamos, consta na secção “Relação” um poema-bonsai, com o título “Epígrafe para a nossa solidão”, que define, grosso modo, a solidão do individualismo contemporâneo: «Cruzámos nossos olhos em alguma esquina/ demos civicamente os bons dias:/ chamar-nos-ão vais ver contemporâneos» (Belo 2004^b: 75).

No poema VIII do livro *O problema da habitação – alguns aspectos*, (de referir que a segunda parte deste título nem sempre foi usada – facto que Belo lamenta, pois que poderia induzir em erro na categorização do livro) intitulado “A mão no arado”, além da sugestão do lugar de solidão que é o de quem tem a mão no arado, encontramos dois lugares que nos dão a sensação de solidão: «É triste no outono concluir/ que era o verão a única estação» (Belo 2004^a: 159) – nota-se que o Outono é um lugar de solidão, uma vez que para Belo o Verão, na verdade Agosto, significava «um gato ao sol» e o Inverno «um longo túnel». No mesmo poema, já na parte final, antes do verso solto com que termina, confessa-nos outro lugar de solidão: «A tarde morre pelos dias fora/ É muito triste andar por entre Deus ausente» (Belo 2004^a: 160). Contudo, a solidão que o invade na rutura com Deus, que substitui por outras entidades físicas ou abstratas, e por «justiça» e «liberdade», é um ato de consciência da dose de ausência que o poeta deve administrar sabiamente.

Em *Boca Bilingue*, um livro duplamente de crise nos temas e nas formas, há uma secção com o título *Solidão e Morte*. Ora, no poema *Certas formas de nojo* escreve Ruy Belo: «Primavera ou verão? Haverá sol aí? Eis-te sozinho/ em ti.

Perdeste quanto eras no lá fora/ Nem sei como dizer-te como tudo continua/ Não serás tu a árvore de fogo que saúdo/ à tarde quando a vejo e sou outra vez tudo?» (Belo 2004^a: 236). Certas ausências, de uma simples mas não só árvore que conduz a um estado de solidão, são objetos que trabalha com toda a propriedade. Ainda do mesmo livro, o poema *Turismo* caustica uma certa indiferença como lugar de solidão: «Eu vi morrer um homem e caminho/ Vários motivos de morte e uma/ agenda mas/ almoço/ Há mesas e cadeiras e passeios e/ sabe-me/ a café/ Mistério de maresia ou de ninguém» (Belo 2004^a: 232).

Em *Homem de Palavra[s]*, concretamente na secção “Inverno”, diz logo no início do poema “Orla Marítima”, que segue na linha de “A mão no arado”: «O tempo das suaves raparigas/ é junto ao mar ao longo da avenida/ ao sol dos solitários dias de Dezembro» (Belo 2004^a: 319). São palavras de tempo, as do poeta, palavras de lugares de solidão recorrentes no seu vasto ato poético.

Depositando um olhar atento no livro *Transporte no tempo*, especificamente na secção “Nau dos corvos”, escreve na composição “Solidão na cidade”, numa certa relação temática com o canto já referido, “Epígrafe para a nossa solidão”, debruçando-se uma vez mais sobre um tempo e, ainda, um determinado novo deserto que o sentidor enfrentará na cidade (o que, aliás, o próprio título indicia), adianta, então, ao terminar:

Que mundo é este mundo destes dias
que mais nos mata do que atenas nos matou?
El corte inglês em plena primavera
segundo o comunicam todos os anúncios
que vejo nas paredes hoje dia dois de Março
Vou entrar para ver posso ter lá
o termo deste Inverno que me invade
Talvez eu recupere o que perdi
e me veja de novo envolto em folhas
como qualquer árvore anónima que vi”. (Belo 2004^b: 48)

Na primeira secção de *Transporte no tempo*, intitulada “Monte Abraão”, tem lugar o poema “Espaço para a canção”, onde podemos ler que «As noites desmedidas de novembro/ abertas sobre a queixa rígida das árvores/ inauguram o outono sobre a terra/ Adeus ó meu verão impiedoso/ ó limpidez da água sobre as pedras/ ó inúmeros galos da manhã/ ó tempestade agreste de alegria» (Belo 2004^b: 26). De novo o Outono como objeto e «centro solitário deste solo» (Belo 2004^b: 26), um lugar para olhar e evocar. Um pouco adiante expõe o poeta: «Aqui os cisnes são da cor da cinza/ e o vento devasta o país dos pauis/ quando perto do chão a última cigarra/ anuncia a definitiva solidão» (Belo 2004^b: 26). Aqui reside, igualmente, uma perspetiva do lodaçal desolante que é o lugar que o poeta habita e o motiva como cantador.

Ainda na mesma secção, deparamos com o registo poético sugestivamente intitulado “A flor da solidão”, em que o autor de *Despeço-me da terra da alegria* recorda um tempo de amor, sendo assim o presente, pela simples recordação e

talvez não mais do que isto, um lugar de solidão. Usando da terceira pessoa do plural, lembra, caminhando para o presente:

«(...)

traçámos pelo ar tímidos gestos

e no entanto por que palavras dizer

que nosso era um coração solitário

(...)

a flor da solidão crescia dia a dia mais viçosa

(...)

E neste coração ambicioso

sozinho como um homem morre Cristo

Que nome dar agora ao vazio

que mana irresistível como um rio?

(...)

Vivemos convivemos resistimos

sem bem saber que em tudo um pouco nós morremos». (Belo 2004^b: 20)

No poema “Madrid revisited”, presente na parte “Nau dos corvos”, incluída em *Transporte no tempo*, encontramos outro lugar de solidão que explora o sentido da ausência:

Chove sobre estas ruas desolada e espessa como esmiuçada chuva

a tua ausência líquida molhada e por gotículas multiplicada

O céu entristeceu há uma solidão e uma cor cinzentas

nesta cidade há meses capital do sol núcleo da claridade

é outra esta cidade esta cidade é hoje a tua ausência

uma imensa ausência onde as casas divergiram em diversas ruas

agora tão diversas que uma tal diversidade faz

desta minha cidade outra cidade». (Belo 2004^b: 101)

Por isto, a ausência, e não só o passado, mas incluindo desde logo o futuro como saudade, surgem como lugares de solidão no poema com que nos prestamos a terminar, de certo modo contidamente, este périplo por uma perspetiva do universo poético de Ruy Belo: tem como título “Elogio de Maria Teresa” e pertence à secção já referida (“Nau dos Corvos”) em *Transporte no tempo*. É este o efeito do seu ato criador: «(...) e juntos suportámos com surpresa a solidão/ de sermos dois e ela só vergar os ombros onde os dias nos poisavam» (Belo 2004^b: 98), acrescentando adiante que «Se um dia penso porventura te perder/ mulher simples recôndita e surpreendente/ sobre quem recaiu o peso do meu nome/ só então saberei quanto valias verdadeiramente/ Estás presente em mim como ninguém (...)» (Belo 2004^b: 99-100).

São numerosos e diversos os lugares de solidão (e as possibilidades de lugares) na poesia de Ruy Belo. Referi-los a todos aqui, neste espaço limitado, como fruto de referenciais a desenvolver, sem os mostrar, desonraria a palavra com que o poeta os definiu. Será necessária outra estrada para essa viagem. Ainda assim, antes de outras considerações finais, importa registar as palavras

do poeta que no poema “Meditação no limiar da noite”, da segunda parte de “Terras de Espanha”, incluída na obra *Toda a terra*, afirma arrojadamente a sua condição: «Nunca tão sociável sou como sozinho/ distante dessa intimidade prostituta da amizade/ e sacrificador seguro do amor/ que a distância aliás por igual sacrifica/ e é entre os amigos que mais só me sinto» (Belo 2004^c: 164).

Ao descortinar os tópicos que Belo privilegia na sua obra, podemos atribuir ao poeta as qualidades bem portuguesas, de antanho e de hoje, da nostalgia de lugares de ser e do ser, da sensibilidade, da desistência, aparente ou não – no caso de Belo separou-se de Deus, afastou-se, substituiu-o quando houve, entre outras motivações, uma rutura entre o homem/autor e a *Opus Dei* – ou do derrotismo, que não é negativo, mas sim de carácter reflexivo, existencialista (não circunscrito ao ponto de vista sartriano). Todavia, os lugares de solidão, esses sim, são recorrentes, de grande qualidade poética e, não raras vezes, tocantes, assumindo frequentemente e com subtileza o absurdo de existir, a assunção de que não somos nada nem nada sabemos.

A solidão existe como lugar de criação, mas existirá como estado puro de ausência, na linha de Zaratustra, ou será que apenas pode ser desejada? Tratar o tema dos lugares de solidão no universo poético de um poeta, ou a Solidão nos vários aspetos que esta envolve e possa envolver, implica, antes de mais, abandoná-la em si mesma ou então mergulhar nela. No caso de Ruy Belo, os lugares de solidão, nas mais diversas formas e entendimentos, mergulham em nós à medida que cavamos fundo na propriedade da sua linguagem. Nesta medida, concluímos que a solidão também é humana e condição de sobrevivência artística, no concreto sentido do pensamento autónomo, contribuindo para a dita autoleitura, pois ninguém é, reforce-se, totalmente sábio ou totalmente louco.

Referências Bibliográficas

- Antologia Poética de Ruy Belo – cidadão de longe e de ninguém*, Prefácio de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. S/l: Círculo de Leitores, 1999.
- Agamben, Giorgio (1999): *Ideia da Prosa*. Tradução de João Barrento. Lisboa: Cotovia.
- Aron, Paul, Saint-Jacques, Denis & Viala, Alain (2002): *Le dictionnaire du Littéraire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Baraquin, Noëlla & Laffitte, Jacqueline (2004): *Dicionário de Filósofos*. Lisboa: Edições 70.
- Belo, Ruy (2002): *Na Senda da Poesia*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (2004^a): *Todos os Poemas I*. 2.^a ed. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (2004^b): *Todos os Poemas II*. 2.^a ed. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (2004^c): *Todos os Poemas III*. 2.^a ed. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (2009): *Todos os Poemas*. 3.^a ed. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Cem Poemas de Sophia*. Seleção e introdução de José Carlos de Vasconcelos. 2.^a ed. Sintra: Editorial Caminho, S.A., 2004.
- Cruz, Gastão (2008): *A Vida da Poesia*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Donald, Merlin (1999): *Origens do Pensamento Moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Eco, Umberto (1995): *A definição da Arte*. Lisboa: Edições 70.
- Goethe, Johann Wolfgang (2003): *Fausto*. Tradução, introdução e glossário de João Barrento. Lisboa: Relógio D'Água.
- Júdice, Nuno (2007): *As coisas mais simples*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lukács, Georg (s/d): *Realismo e Existencialismo (III Impasse da Moral Existencialista)*. Lisboa: Editora Arcádia, pp. 113-123.
- Obra Poética de Ruy Belo* (vol. I). Organização e Posfácio de Joaquim Manuel Magalhães. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- Obra Poética de Ruy Belo* (vol. II). 2.^a ed. Organização e Posfácio (à 1.^a ed.) de Joaquim Manuel Magalhães. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- Obra Poética de Ruy Belo* (vol. III). Organização e Notas de Joaquim Manuel Magalhães e Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editora Presença, 1984.
- Poemas de Wang Wei*. Tradução, Prefácio e Notas de António Graça de Abreu. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993.
- Ricoeur, Paul (1987): *Teoria da Interpretação – o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70.
- Sampaio, Ernesto (1999): *Ideias Lebres*. Lisboa: Fenda.
- Sena, Jorge de (1994): *O Dogma da Trindade Poética (Rimbaud) e outros Ensaios*. Porto: Edições Asa.

A Sentinela di Lya Luft: un duplice suicidio?

Cesarina Donati

Università degli Studi Roma Tre, Itàlia
donati@uniroma3.it

È assolutamente certo che la tematica del suicidio sia fortemente presente nella narrativa di Lya Luft, e trattata per di più con grande sottigliezza psicologica in tutte le sue implicazioni, nonché descritta con dettagli di notevole impatto – per quanto scevri da compiacimenti macabri – e caratterizzata da uno stile asciutto di innegabile effetto. Così ad esempio in *As Parceiras* (cfr. Donati 2003), in cui prevalgono pacatezza e sobrietà, o in *Exílio*, dove il suicidio della madre domina la narrazione e condiziona l'esistenza della protagonista, che contempla a sua volta la possibilità di mettere in atto la stessa scelta – anche se per lei la situazione si conclude con uno spiraglio di vita possibile – in quanto assediata, come le protagoniste del primo romanzo, da problemi capaci di annientare ogni eventuale risorsa (cfr. Donati 2008).

Appena un po' meno complicata, benché gravata da due morti violente – che fin da subito appaiono dubbie, in quanto potrebbe trattarsi di suicidi – e dal rifiuto assoluto da parte della madre, è la condizione di Nora, protagonista di *A Sentinela* (1994). Anche in questo romanzo è pienamente identificabile l'importanza del ruolo delle immagini spaziali. Per cominciare, la narrazione, in prima persona, avviene interamente all'interno della casa natia, acquistata da Nora quando la madre vuole disfarsene; a questa dimora è profondamente legata e la compra anche in quanto lo ritiene un doveroso omaggio al padre che lì è tragicamente morto e che ne andava profondamente fiero. Tutta la sua vita viene rivisitata nell'arco di una sola giornata, quella precedente all'inaugurazione del suo atelier, dove si realizzano magnifici tappeti: l'atelier è collocato nella grande sala in cui si svolgevano le feste di famiglia, ma che è anche la stessa in cui hanno avuto luogo le due veglie funebri – per la sorella e per il padre – che hanno segnato la sua vita. Ma il giorno è importante anche per questo: ha deciso di dedicarlo “à contabilidade”; non della sua piccola impresa, “mas dos negócios interiores, mais difíceis de controlar” (AS, 33)¹, perché dall'indomani quello sarà ufficialmente il suo territorio, quello in cui ha finalmente trovato se stessa e il modo migliore per esprimere realtà e sogni, tutto ciò che da sempre ha dentro di

¹ Di qui in avanti le citazioni saranno indicate con la sigla AS, seguita dal numero della pagina.

sé ma che è stato a lungo represso da frustrazioni e fantasmi. Quella casa è definitivamente il suo spazio, quello in cui riesce a superare fin dal mattino un risveglio potenzialmente oscurato dall'antico incubo della morte paterna, illuminandolo con quanto la circonda:

Distendo braços e pernas, deitada de costas respiro como quem emerge de um mergulho. Amanhece pela janela aberta: gosto de dormir assi, exposta ao céu. A sensação de conforto circula no meu sangue, torna meu corpo leve, a pele arrepiada: é a sensação de ter voltado para casa, fechado um ciclo, concluído uma fase importante de uma complicada tapeçaria. (AS, 12)

Non che i fantasmi siano del tutto scomparsi, ma possono essere affrontati con un atteggiamento diverso:

Vou conferir o meu novo reino. Abro a porta: no fundo do corredor, negro contra o vitral de peixes e medusas, alguém parado, imóvel. Uma menina; um rapaz; delicado espectro que esteve guardando esta casa e agora vem me dar boas-vindas; alguém que não conseguiu se desligar daqui? (...). Fecho a porta devagar para não perturbar quem vaga pela casa.

Não preciso olhar para saber o que acontece depois que recuei: a criatura vira-se de perfil como num balé extático, a luz filtrando-se pelos cabelos finos que vão até os ombros. Vira-se de novo, desce a escadaria. Talvez nos calcanhares dela siga um lampejo ruivo. (*Ibidem*)

Nora sa con certezza che si tratta di Lilith, la sorella dal nome funesto, emersa dalle tenebre, che ha offuscato la sua infanzia e l'ha derubata dei suoi affetti, Lilith che dominava tutti con la sua indifferenza, attirandoli con i suoi occhi gialli dall'espressione perversa. Lilith, sempre distante, che non si affidava mai a qualcuno; la sorella che ha visto piangere una sola volta, pochissimo tempo prima di morire nel giorno dei suoi tredici anni. Ma questo è il primo evento da considerare con particolare attenzione. Perché Lilith probabilmente non è semplicemente morta per un malaugurato incidente, un gioco pericoloso ripetuto troppe volte e terminato infine tragicamente per una perfida beffa del destino: quasi certamente la giovane si è uccisa, in un gesto di sdegno per tutto e per tutti, impiccandosi davanti al suo ultimo pubblico esterrefatto con un gesto plateale che le è tristemente congeniale. Un primo segnale sembra poter essere ravvisato nel rifiuto deciso della festa. Lei, così avida del ruolo di prima donna, sempre al centro dell'attenzione degli altri, da cui pretende quasi sudditanza, non vorrebbe più questa festa, organizzata già da molto tempo. Ma la madre insiste, ed è una delle rare occasioni in cui arriva a contrariare la figlia prediletta. La festa, dunque, si farà. Elsa l'ama di un amore totale ma forse un po' ottuso, e nella sua superficialità non avverte l'infelicità di Lilith, non vede l'ombra che ora aleggia sul suo volto adolescente; al contrario di Nora, che invece capisce che qualcosa è cambiato allorché la vede per la prima volta piangere, apprendo anche lei semplicemente una "menina solitária" (AS, 58): lei, così irraggiungibile, solitamente distaccata e indifferente a tutto e a tutti, qualche

giorno prima del suo compleanno piange disperatamente, sola, tanto inquieta da scacciare con una rabbia e una forza esagerate per una ragazzina della sua età, il fedele gatto Serafim che le si è avvicinato probabilmente per consolarla, ricevendo inaspettatamente un calcio in cambio della sua solidarietà. Ed è ancora Nora ad accorgersi che la sorella ha gli occhi rossi anche il giorno del suo compleanno, segno di nuove lacrime recenti, che stridono con il suo incedere regale mentre scende i gradini che portano alla sala fra gli applausi dando inizio alla festa. Qualcosa deve necessariamente essere accaduto: per la prima volta Nora pensa a lei “como mulher” e capisce che “Lilith não era mais uma menina” (AS, 59), ma una donna che soffre, chissà se per amore, forse proprio per João, l’amico di famiglia che la prenderà per primo fra le braccia ormai morta, dopo averle donato per la sua festa una catenina d’argento che porterà con sé nel *caixão branco*. Tuttavia, tutto sembra svolgersi normalmente, Nora non si è neppure accorta che la sorella è scomparsa. È senz’altro opportuno notare qui lo spazio in cui avviene la tragedia, in quanto tornerà successivamente in primo piano in un momento estremamente significativo per il cammino che stiamo mano a mano delineando (“Todos estavam no jardim ou na sala cuja porta se abria sobre o gramado”, *ibidem*). Come è facile immaginare, nessuno si aspetta quanto sta per accadere; gli invitati parlano ad alta voce, di tanto in tanto si sente la risata forte e allegra del padre. Ad un tratto la tragedia ha inizio. Qualcuno indica l’albero di fico piantato vicino alla bouganville, ma – soprattutto – situato accanto alla grotta dove Lilith amava giocare e farsi venerare dagli altri bambini, a cominciare dalla sorella. La giovane si arrampica agilmente e si siede su un ramo del fico, gli invitati, all’unisono, gridano di paura. I familiari sanno che si tratta di un gioco usuale per Lilith, e Nora non si preoccupa, non ha nessun presentimento. Mateus, al contrario, si spaventa e le ordina di scendere. Era “a brincadeira do enforcado” (AS, 60): ogni volta, Lilith si lanciava dal ramo tenendosi con una corda, una mano sul collo, gli occhi sbarrati, scalciando nell’aria, fingendo tanto bene che sembrava si stesse realmente impiccando. Forse il padre si accorge che questa volta qualcosa non sta andando come dovrebbe, e la chiama nuovamente con un “grito agoniado” (*ibidem*). Ma è troppo tardi. La figlia si lancia dal ramo “com um brado de triunfo”. La tragedia sta per compiersi: il contraccolpo che il corpo subisce quando la corda si tende e non cede è diverso da quello che si verifica abitualmente nel gioco; la testa si contorce in modo grottesco, gli occhi si spalancano come dinanzi a un’apparizione orribile, gambe e braccia si agitano impazzite, e Lilith comincia a girare lentamente, “ali dependurada” (AS, 61). È impressionante la dovizia di particolari con cui viene descritta l’impiccagione, ma non sorprenderà, forse, tanta meticolosa attenzione se si tiene conto dell’impatto che questa morte assurda e impreveduta avrà sulla vita di molte persone. Stranamente, benché sembri trattarsi di un terribile incidente, Lilith muore lasciando in alcuni la sensazione di essere in parte responsabili della sua fine, e il senso di colpa si giustifica solo se si pensa a un suicidio, giacché di altro non potrà trattarsi visto

che a Lilith tutto era stato sempre concesso. Questa morte riuscirà dunque a condizionare, con la possibilità che si sia trattato di suicidio, la vita dei suoi familiari e delle persone che le erano più vicine; soprattutto della sorella, allora undicenne e da sempre completamente sottomessa ai suoi capricci e alla sua volontà (“Assim mesmo morta, decomposta e esquecida por quase todos, Lilith continuou a me perseguir e travar a minha vida”, *AS*, 13). Nora ricorda tutto in questa mattina di quiete, mentre aspetta che la creatura là fuori abbia concluso il suo rituale. Quando apre la porta, un miagolio lamentoso irrompe nell’alba e si perde lontano. E il suo racconto si chiude come normalmente si inizia quando si racconta una storia:

Era uma vez uma menina com seu gato chamado Serafim. (*AS*, 13)

Ora Nora può ricordare e ripartire dall’inizio, avvolta, nella sua casa ritrovata, da uno spazio sensoriale² fatto di sensazioni termiche, tattili e olfattive che le trasmettono un profondo benessere che assapora con evidente soddisfazione:

Um dedo cálido toca o meu ombro, clareia tudo abaixo de mim: (...).
O sol nasceu. Desço os últimos degraus, sentindo com prazer o assoalho enquerado nas plantas de meus pés, (...).

Estou ligada a essa casa como se ela maneiasse os cordões de minha vida. Respiro, aspiro, toco as coisas amadas, sozinha na manhã que também se inaugura; e não sinto pânico de estar em falta; dor de ser insuficiente. (...) Vou até a cozinha, Rosa já fez o café; volto com um caneco do líquido quente, perfumado, sento-me numa banquetta longe do cone de luz. (...) As antenas de luz tateiam perto de mim, passam junto de meus pés nus; calor na pele quando se aproxima (...). (*AS*, 32-33)

Lo spazio sensoriale contribuisce a creare, oltre all’atteggiamento precedente di Nora, un quadro di perfetta serenità che lascerebbe intuire in un certo senso l’esito della “contabilidade” che ha deciso di effettuare. Ma in un giorno così importante tutto deve essere rivisitato, rivissuto, nulla deve essere lasciato in sospeso. E ricordare, in questo caso, vuol dire inevitabilmente ripensare minuziosamente a Lilith che, fino a oggi, ha pesato incredibilmente sulla sua vita. Quando la sorella era viva, Nora era perfettamente cosciente di essere nella sua famiglia la figlia non voluta, quella mal riuscita. Impensabile competere con lei, ma si accontentava di avere almeno la sua attenzione, fosse pure per giochi nei quali a lei spettava immancabilmente il ruolo della schiava, della sottomessa; allo stesso modo, d’altra parte, si riteneva appagata dalla semplice attenzione del padre allorché nel suo ufficio le parlava dei suoi sogni di viaggi straordinari, con gli occhi che gli brillavano, amico e complice di sua figlia in quei momenti speciali che riservava a lei anche perché non aveva scelta,

² Sullo spazio sensoriale, cfr. Matoré (1976).

giacché la moglie avrebbe disapprovato e “Lilith escutaria com o brilho familiar de ironia nos olhos amarelos” (AS, 21).

Ma Lilith, irrimediabilmente, era la più amata, la figlia cui tutto era concesso e perdonato, ammesso che l'errore o il danno fossero riconosciuti, poiché era molto abile nel far ricadere le sue colpe sugli altri, anche fuori dell'ambiente domestico. Non c'era una vera spiegazione del fatto che tutti la trovassero così straordinaria, ma il problema era che anche Nora la riteneva ineguagliabile, pur conoscendone molti lati oscuri che gli altri ignoravano:

A mente brilhante, muito acima de sua idade, dava-lhe um ar de adulto escondido num corpo miúdo; sem ser bonita, era atraente, todos a elegiam a mais bonita da aula ou da escola; e não havia explicação para isso. Pois eu também a considerava inegalável. (AS, 20)

In verità Lilith non piaceva a tutti. Olga, figlia di Mateus, nata da una relazione di molti anni prima che conoscesse la moglie, non dà molta importanza né a lei né a Elsa, la madre che “ha partorito Nora ma non l'ha mai adottata come figlia”, e vorrebbe che la sorella riuscisse a dimenticare entrambe:

Eu a achava uma menina sempre presa na saia da mãe, magrela, doentia. No fundo era uma chata. Esqueça. Pense em você hoje. Livre-se dessas fumaças do passado, da infância, Nora. Elsa era histérica, sua irmã meio maluca, esqueça. (AS, 22)

E “maluca” è la parola che usa per definirla anche João, l'amico di famiglia che parlava molto con la sorella e che diventò in seguito l'amore di tutta la vita di Nora.

Nessuno sembra capire che Nora è stata sempre letteralmente ammaliata da Lilith, e che non avrebbe voluto essere come lei, ma proprio *essere lei*, astuta e accettata, e non impacciata e rifiutata da tutti:

Ninguém parecia entender minha fascinação por Lilith, meu desejo de falar nela, de *ser* Lilith: temida, não ignorada; indefinida talvez, mas não boba; astuta, não rejeitada. (AS, 23)

L'esserne affascinata non le impedisce tuttavia di vederne le zone d'ombra che le incutono spesso anche un certo timore:

Em criança eu sofria de insônia e dos terrores que Lilith me incutia: falava de coisas esquisitas, falava da morte. Não com o ar de quem quer apenas assustar; nela era natural, como mexer com bonecos no jardim. Não sei o que a distinguiu das outras crianças; era uma menina pálida, muito magra, olhos amarelos de gato. Havia nela um segredo: nunca o descobri. (AS, 22)

Non è per spaventare o sorprendere la sorella che Lilith le annuncia con noncuranza di volere che il suo gatto sia sepolto con lei, nella stessa bara, il che fra l'altro sembrerebbe quasi un inquietante presentimento della propria morte

prematura, o forse addirittura suggerire la possibilità che la giovane stia già premeditando il suicidio. Di più: è talmente abituata a “giocare” con l’idea della morte che rimane sinceramente sconcertata di fronte allo sgomento di Nora, che in effetti – creatura più solare, concreta e ingenua come è giusto che sia, per il suo carattere e per l’età – non sempre comprende ciò che la sorella intende dire. E Nora, ormai adulta e più distaccata dal passato, riflette ora più lucidamente sull’effetto che Lilith produceva sugli altri:

Talvez tudo isso encantasse as pessoas, também João, a quem amei desde aquele tempo; talvez ele até tivesse desejado aquele corpinho magro de mente adulta. Mas ninguém amava Lilith: ficava-se hipnotizados. (AS, 57)

Alcune cose che sa di lei dovrebbero spezzare questa specie di incantesimo con cui la sorella sembra legarla a sé, riuscendo a sottometterla in qualsiasi situazione: le sue passeggiate per casa all’alba, ad esempio, aprendo tutte le porte e spiando il sonno dei familiari e dei domestici; le sortite in cucina dove tranquillamente “cuspia nas panelas” (AS, 53) senza neanche affrettare il passo o essere colta sul fatto; la consapevolezza che non amava realmente nessuno, eccetto forse il gatto Serafim. Nora conosce molti suoi segreti, e sa che lei riesce a uscire vincente da ogni situazione. Così si stupisce quando la vede piangere disperatamente: per la prima volta sua sorella è veramente addolorata e lei si sente un poco vendicata giacché dopo tutto anche Lilith può essere infelice e, infine, è vulnerabile. Ma questo sentimento sarà l’inizio della persecuzione da parte della sorella dopo la sua morte, perché farà nascere in lei il rimorso per aver gioito della sua sofferenza, dando vita al senso di colpa che la renderà sottomessa a Lilith anche dopo la sua morte e, ancor peggio, susciterà nella sua mente di bambina l’idea che la sorella sia immortale, convinzione che i fatti, come vedremo, contribuiranno a rafforzare. Quando muore impiccandosi al ramo del fico, Lilith rovescia per un momento la naturale valenza positiva dell’albero che, in quanto simbolo ascensionale, parla di vita e di futuro (cfr. Durand 1983: 342-345); connotazione peraltro in un certo senso immediatamente recuperata, poiché il modo in cui avviene la sua morte, che lascia un dubbio strisciante e inconfessabile che possa trattarsi di suicidio, la proietta verso una sorta di immortalità. La principale artefice di questo passaggio all’eternità peraltro è proprio Nora:

Mas quando morreu, dias depois, o remorso bafejou minhas costas. Assim, eu a tornei imortal. (AS, 58)

In ogni caso, se il senso di colpa per non essersi dispiaciuta del dolore della sorella non avesse avuto questo effetto le circostanze avrebbero dato lo stesso risultato. Se in *As Parceiras* il suicidio è l’unica alternativa possibile in una situazione di disfaccimento fisico e psicologico totale, e in *Exílio* si presenta come un modo per scongiurare un’altra morte quasi esorcizzandola (cfr. Donati

2003 e 2008), in *A Sentinela* l'uccisione di sé diventa strumento per ottenere l'immortalità e un potere pressoché assoluto sugli altri, almeno per Lilith. Già composta nella sua bara bianca ornata di delicate roselline scolpite, Lilith non è la bambina che giace morta tra i fiori e il pianto del padre “que parecia um mugido” (AS, 61) ma una creatura ieratica, più enigmatica che mai, che “imperava na sala, entronizada em seu caixão branco de rosinhas esculpidas (*ibidem*)”, che ottiene comunque l'attenzione di tutti al punto che nessuno si ricorda di Nora, disperata; i genitori, soprattutto, non le si avvicinano neanche per un istante e la bambina rimane sola e trascurata come un oggetto privo di valore, fino al provvidenziale arrivo di Olga, rientrata in fretta dal viaggio di nozze, che la consola dolcemente e non si allontana più da lei.

Il vero regno di Lilith sta per cominciare. La sua morte sembra sottolineare ancora di più l'estraneità di Nora alla sua famiglia. La madre, al solo vederla, si abbandona ad assurde crisi di nervi che la porteranno presto ad allontanarla, tanto da farle desiderare di essere morta lei invece della sorella, pur di ricevere un po' di attenzione e di amore. E il padre purtroppo non è da meno:

Morrendo, Lilith me pregou a última e maior peça: desatinada, a família esquece de mim (...); Elsa tinha crises nervosas, só de me ver parecia capaz de arrancar meus olhos com as unhas; (...) Sem minha presença em casa, ele se concentrava mais na filha morta? (...). Se ao menos eu tivesse morrido no lugar de minha irmã, estariam chorando por mim agora. (AS, 54)

Anche fisicamente, i due fanno di tutto perché Lilith possa continuare in qualche modo a essere una presenza dominante, che non lascia scampo a Nora:

Mas Lilith continuaria a grande presença: Elsa mandara pintar dela um retrato em tamanho quase natural, baseado numa fotografia: Lilith imperava na sala, como outrora na gruta, Serafim à frente, os dois com suas pupilas hirtas. Era um desses retratos cujos olhos nunca desgrudam da gente: tentava não olhar, mas aquilo me atraía, e muitas tardes entrei na sala penumbrosa, sentei-me diante dele, querendo entender. Lilith realmente pertencia a um outro mundo? (*Ibidem*)

Il ritratto diventerà un incubo, una nota stridente nella sua vita: perfino molti anni dopo, ormai cinquantenne, in una visita alla madre, questa cesserà di ascoltarla per rivolgere gli occhi al grande dipinto, in un dialogo ininterrotto ed esclusivo fatto ancora di silenzi e di lunghi sguardi:

Elsa deve ter voltado a olhar a televisão, ou o retrato enorme da filha amada, sentada no chão de pernas cruzadas, sobre elas um gato ruivo e gordo chamado Serafim; o pintor, intuição sublinhando a realidade, deu aos dois uns olhos quase iguais. (AS, 30)

Nonostante tutto Nora, nella normale ingenuità dei suoi undici anni, alimentata anche dal grande bisogno di affetto, spera di conquistare pian piano

un posto in quella casa e nel cuore dei genitori, oscillando fra l'allegria per questa possibilità e uno strano senso di colpa che continua a provare per aver desiderato di rimuovere la sorella dal suo regno, anche se certamente non in quel modo. Ma presto è costretta ad ammettere che Lilith è onnipresente, e che il suo dominio si è consolidato ancor di più, se possibile:

Mas cedo vi que, também morta, Lilith era onipresente; não dominava apenas o ângulo da sala que seus olhos de gata abrangiam. Continuava em nossa vida como num pedestal, Serafim nos braços, meus pais, arrasados, prestando-lhe a homenagem de sua dor. Eu a um canto, espiando, solitária. Minhas tímidas iniciativas de consolar Elsa foram sempre repelidas, só faltava ela dizer que era um atrevimento eu estar viva, comendo, bebendo, indo à escola, quando a filha amada se fora. (AS, 67)

Finché un giorno accade qualcosa per lei del tutto inaspettato. Spesso anche in passato veniva mandata via per qualche giorno, "esiliata" in casa della guardarobiera, mentre la sorella non era mai stata allontanata neppure per un'ora. Ma neanche questo l'aveva indotta a sospettare i progetti dei suoi genitori, che il padre le comunica con distacco e freddezza dopo averla convocata nel suo studio. Invecchiato e provato, non più così imponente ma ugualmente capace di assoluta fermezza, Mateus le dice che sarà mandata nello stesso collegio frequentato in passato da Olga, che si troverà benissimo come accadde a lei, e che comunque è una decisione irrevocabile, visto che ricambia con un pessimo comportamento tutto ciò che fanno per lei, lui e Elsa, madre "maravilhosa". È una figlia ingrata. Una sentenza senza appello, che suscita in Nora una sola, dolorosa domanda: "Pensei, sem falar, você acha que eu tenho culpa da morte dela?" (AS, 69). Di nuovo il dubbio a corrodere l'anima, poiché, come abbiamo osservato, se fosse stata una morte naturale la possibilità di una qualsiasi responsabilità di Nora sarebbe stata totalmente impensabile. Colpita e addolorata, lei prega, discute, implora. Ma è del tutto inutile. Si rende conto che ormai fra il padre affettuoso, rumoroso e vitale di prima e quell'uomo inflessibile e distante che sembra addirittura disprezzarla, si erge "a sombra onipotente e onipresente da filha morta" (*ibidem*), che continua a controllare tutti dal piedistallo su cui è stata posta e a lasciarsi venerare.

Il mattino dopo scopre che si tratta di un vero e proprio tradimento, a lungo premeditato. La parola le risuona incessantemente nelle orecchie, quando vede che è già tutto pronto: le uniformi, la biancheria richiesta dal collegio, tutto preparato di nascosto, alle sue spalle, e già sistemato in una grande valigia che sembra una bara, ma nera, non bianca come quella di Lilith. Il suo mondo viene squilibrato senza nessuna delicatezza, mentre la camera della sorella – "essa por culpa de quem (...) estava sendo exilada" (AS, 70) – è mantenuta intatta, proprio come l'ha lasciata prima di scendere per l'ultima volta le scale per la sua festa di compleanno. Per Nora, per i suoi dodici anni, nessun festeggiamento, a causa del lutto. Il suo regalo è il collegio.

Al suo ritorno per le vacanze trova ogni cosa cambiata, ma in peggio: tutti parlano a voce bassa e camminano cercando di non far rumore, come se Lilith potesse essere disturbata e destata da quel suo strano sonno. La sorella è dovunque, “intangível, indizível presença”(AS,71), solo questo non è mutato. Nella grande sala, “entronizado”, il grande ritratto (*ibidem*). Ma non si tratta solo di questo; è come se in qualche modo Lilith vivesse ancora realmente in quella casa:

Mas não era só por esse sinal que ela continuava presente: sua vida estrangulada continuava a pulsar, a querer, a ansiar. Não chegara ao fim: palpitava em tudo, especialmente em minha memória. (AS, 72)

A confermare questa sensazione, tappa importante di un cammino che condurrà a una nuova spaventosa tragedia, non mancano che le dicerie riferitele da alcune amiche (“Dizem que Lilith não morreu. Quer dizer, que continua pela casa”, *ibidem*). La sua reazione è quasi violenta proprio perché questo è quanto anche lei avverte e teme, ma le amiche incalzano:

A cozinheira que trabalhou aqui anos e anos não foi embora? Pois ela contou que foi por isso, via sua irmã na escada, ou atrás das janelas, acenando. (*Ibidem*)

Nora cambia argomento, sottolineando che sono discorsi di persone ignoranti. Ma è solo apparenza: dopo questa conversazione, più di una volta le accade di voltarsi all'improvviso nel corridoio chiedendosi se la sorella le stia dietro, e passa notti di terrore per questo:

Lilith estaria no meu encaço? E aquele movimento atrás da vidraça, era ela chamando? (AS, 73)

Giustamente Nora tenta di proteggersi e di reagire, pensando che in fondo tutto ciò non trova un riscontro reale. In fin dei conti “só a ausência dela, e aquele quadro, afirmavam que Lilith não morreria inteiramente” (AS, 72-73). Ma di lì a poco questi timori si riveleranno più che fondati, e sarà la tragedia peggiore della vita di Nora.

D'altro canto, c'è in verità un segnale che la preoccupa e che forse ricorderà qualche tempo dopo, il giorno della morte del padre. Mentre le amiche parlano e lei finge indifferenza e superiorità, si domanda con una certa ansia che cosa possano significare certi atteggiamenti di Mateus:

Mas não teria notado, alguma vez, um sinal daquele horror? Meu pai não ficaria às vezes alerta, cabeça um pouco virada, como se escutasse um passo, uma voz? Eu já não o vira parado na sala, junto da porta dos fundos, testa encostada na vidraça, como se perscrutasse, na noite, alguma coisa junto da figueira? (AS, 72)

Uno sguardo inquietante, quello del padre che scruta nella notte – “testa encostada na vidraça” – che presto si rivelerà quasi un presagio, una sorta di anticipazione che Nora in questo momento non può decifrare, ma che rivedrà di lì a poco, anche se forse sul momento non lo ricorderà. Durante le vacanze invernali, Mateus decide di festeggiare il compleanno della moglie per rallegrarla dopo tanto lutto. Dopo un anno e mezzo di collegio, Nora trova finalmente un’atmosfera un po’ diversa, riceve abiti nuovi, Elsa si spinge fino a elogiarla, sull’onda della felicità per il viaggio progettato con il marito. Nora pensa che perfino il fantasma di Lilith si sia acquietato, chiuso nel ritratto nella sala con il suo gatto Serafim. Sente di nuovo la risata di Mateus, coglie il suo sguardo che si illumina, gli abbracci agli amici. Si sente animata da una grande ansia di vivere, benché non sappia bene cosa questo significhi.

Ma tutto sta per cambiare. Non sa per quale ragione, ma ad un tratto qualcosa nell’atteggiamento del padre richiama tutta la sua attenzione:

Vi meu pai, parado, copo na mão, olhar na porta que dava para o jardim, fechada
por causa do frio. Voltou o rosto para lá uma segunda vez. (...); na segunda vez que se virou para lá, Mateus virou também o corpo, girou nos calcanhares, escancarou a boca, num grito; mas não ouvi nada. (AS, 78)

La porta che dà sul giardino si pone ora al centro della narrazione, preceduta dai riferimenti alla *vidraça* attraverso la quale sia a lei che al padre è sembrato spesso di scorgere qualcuno vicino al fico che ha visto la morte di Lilith. Il grido che Mateus finalmente emette, lo stesso *mugido* che ha accompagnato la morte della figlia, ricrea l’atmosfera di quel giorno terribile:

aquela boca de peixe agoniado começou a soltar então o grito, o berro, o mugido. (*Ibidem*)

Questa volta Nora è certa che il padre abbia visto “alguma coisa medonha” (*ibidem*) al di là della vetrata, qualcosa che lo ha sorpreso e terrorizzato; i suoi occhi che “pareciam não acabar de se abrir”, il grido spaventoso, non si spiegherebbero altrimenti. Ma questo non è che il preannuncio della fine: gridando ancora ripetutamente, lascia cadere il bicchiere e si lancia contro la porta della grande vetrata, verso la notte e la morte:

Dando mais outros mugidos, meu pai se jogou contra a porta. No fragor de vidraças quebradas em sucessão como se fossem várias camadas explodindo, meu pai se lançou para a noite e a morte. (AS, 79)

Quello che il gesto di Mateus provoca è al di là di ogni immaginazione: il vetro infranto, acuminato come una lama, penetra nel collo dell’uomo decapitandolo. La porta e la *vidraça* si rivelano infine una vera e propria “soglia”, il confine fra la vita e la morte:

O vidro era grosso, o corpo projetou-se em tal ângulo, com tamanha força, que uma lâmina penetrou com precisão nos interstícios, abrindo caminho fácil, e separou sua cabeça do corpo. (*Ibidem*)

Un altro lutto nella vita di Nora. La scena si ripete; anche in questo caso tutto avviene durante una festa e, come alla morte di Lilith, di nuovo “gritos, correrias, terror” (*ibidem*). La testa che cade e salta “do outro lado da porta”, conducendo Mateus nel territorio che sembra essere riservato alla morte – anche Lilith in fondo ha perso la vita in giardino – sconvolge i presenti, ma soprattutto è la parte più difficile da affrontare per Nora, che ne descrive la sorte nei minimi dettagli anche dopo molti anni. Ormai adulta, moglie e madre, perfino il giorno che precede l’inaugurazione del suo atelier si risveglia “encolhida, punhos e dentes cerrados” in preda al “velho sonho mau da infância” (AS, 11):

Com a precisão e a rapidez de um bísturi bem manejado, a lâmina maior encontrou os lugares certos, penetrou nos interstícios marcados e decepou a cabeça de meu pai. Ela saltou além da porta, rolou indecisa, caiu pelos três degraus de pedra gasta em direção ao jardim e, bamboleando, sumiu na noite escura enquanto na casa tudo desabava com fragor de estrelas e trovões. (...). Gritos, correria, horror. (AS, 11)

L’importanza di tale immagine sembra confermata anche dalla collocazione dell’ incubo; con esso infatti ha inizio il romanzo, e la descrizione è assai più ricca di particolari rispetto al racconto del momento in cui accade, dove il lettore viene brevemente informato del fatto che “a cabeça de Mateus saltou do outro lado da porta” (AS, 79). È fin troppo evidente che l’attenzione di Nora è rivolta da subito in modo quasi ossessivo alla testa del padre. Quando la accompagnano a salutare il genitore morto, la bara le sembra troppo corta per un uomo così alto, e comincia a essere tormentata dal dubbio che sia stato sepolto senza, anche se le sembra impossibile, e ad alimentare il dubbio contribuisce il rifiuto che viene opposto alla sua richiesta di riaprire il *caixão* con il pretesto che l’uomo deve essere lasciato in pace (“E quem enterraria um homem sem a sua cabeça? Claro que tinham procurado no escuro, e guardado para sempre junto do corpo. Ou a teriam esquecido no jardim?”, AS, 80). Torna così ad avere paura del buio, nel quale scorge ovunque gli occhi di Lilith e “a solitária cabeça do pai” (AS, 81), e non può fare a meno di chiedersi che fine essa abbia fatto:

Como teria sido? Caíra pelos degraus de pedra, o sangue em seu rastro fumegando no ar frio? Prosseguira depois o seu caminho para a treva, o nada, o ventre da gruta que fora (...) sempre o reino absoluto de Lilith?

La testa, “centro e principio di vita, di forza, fisica e psichica, e ugualmente ricettacolo dello spirito” (Durand 1983: 138), sta arrivando ormai a coincidere con Mateus, in una suggestiva sineddoche che renderà ancor più rilevante la volontà di ripercorrere il suo cammino, come se in questo modo potesse tenere in vita il padre, rendere anche lui in un certo senso immortale, dotato ancora di

un principio vitale peraltro benefico, non come quello di Lilith. Tutt'altro che trascurabile appare la sua convinzione che la testa abbia proseguito verso la grotta; in questo passo vengono accostate tre immagini spaziali – le tenebre, la grotta e il suo ventre – di grande rilievo, e suscettibili di fornire importanti informazioni. La figura principale è quella della grotta, alla quale si collegano le tenebre e il ventre della caverna stessa. L'affiancare alla *gruta* il suo stesso *ventre e a treva*, fornisce tutti gli elementi necessari a meglio comprendere la strada percorsa dalla *cabeça*, e dunque da Mateus. Le tenebre sono di certo inquietanti, e la grotta richiama senz'altro il sepolcro e l'oscurità. Ma, come osserva Gilbert Durand, "ogni immagine della caverna è piena di ambivalenza" (Durand 1983: 242): benchè la coscienza debba fare uno sforzo notevole per rovesciare e esorcizzare le tenebre, la volontà di inversione è in grado di trasformare la grotta in rifugio, il luogo magico in cui le tenebre possono riavvalorarsi in notte (Durand 1983: 243). E poiché è innegabile l'isomorfismo che unisce il ventre materno, la tomba, la cavità e la dimora, si dovrà riconoscere anche all'immagine del *ventre da gruta*, in grado di favorire l'eufemizzazione della caduta – ovvero della morte – trasfermandola in discesa, la capacità di convertire i valori negativi di ansia e di angoscia in piacere dell'intimità, offrendo la protezione non priva di dolcezza del "carezzevole riposo del ventre" (Durand 1983: 204 e 203). Nella *gruta*, sostituto cavernoso del grembo materno (Durand 1983: 242), Mateus può dunque riposare e anche vegliare su tutto ciò da cui ha dovuto separarsi troppo presto.

Nora coltiva a lungo quest'idea, e si aggira intorno alla grotta con l'intenzione di entrare e mettere le mani nella vegetazione, per verificare, per sapere. Ma non trova il coraggio. Nei sogni però tutto può accadere: esce di nascosto di notte, va fino all'albero di fico, entra nella grotta dove la testa di Mateus addirittura si fonde con la vegetazione; gli passa le mani fra i capelli, sistema tutto con amore. Lui apre gli occhi fatti di foglie umide e vigila, indifferente agli insetti come alla terra, poiché ormai è tutt'uno con la natura³, in una dimensione in cui è finalmente in pace:

Descia pela escada, quando todos dormiam; chegava ao jardim, ia até o recanto debaixo da figueira, e nem precisava de muita luz: o instinto, ou o amor, me guiavam; entrava na gruta, onde a cabeça de meu pai se fundia com a terra, as folhas. Eu penteava os cabelos de meu pai com os dedos, ajeitava tudo, para que ficasse bem; ele abria seus olhos de folhas úmidas, e olhava vigilante. Formigas, vermes, terra musgosa, ele não se importava, agora fazia parte de tudo isso. (AS, 81)

La familiarità con la morte, l'attrazione per il suicidio e per l'intimità del sepolcro presenti nei romanzi di Lya Luft, possono infine ricongiungersi agli avvaloramenti positivi della notte (Durand 1983: 241). Certo si tratta comunque di incubi per Nora, anche se in qualche modo le permettono di sentirsi vicina al

³ "Mateus vigilante ma gruta, Mateus sendo a natureza" (AS, 84).

padre, alla quiete del suo “reino perfeito” (AS, 42). E non potrebbe essere diversamente, poiché Mateus non è scomparso per una morte naturale, dolorosa ma quasi accettabile nella sua ineluttabilità. Nora, in fondo, è convinta che non si sia trattato di uno strano incidente, ma di un altro suicidio: la famiglia cominciava a riprendersi, stava facendo festa, progettava un viaggio, Nora stava imparando a guardare al futuro. Lilith non poteva permettere che si superasse il dolore per la sua morte e che il ricordo si offuscasse; non poteva perdere “a homenagem” (AS, 67) della loro sofferenza. L’affronto è imperdonabile: bisogna ristabilire immediatamente l’ordine. E quale modo migliore se non chiamare a sé il padre, per tenerlo per sempre legato a lei e sottrarlo alla madre e soprattutto alla sorella, per la quale era l’unico punto di riferimento, il solo che l’amasse, anche se di un affetto talvolta un po’ distratto. Gli sguardi inquieti di Mateus oltre la vetrata, le sensazioni di Nora che qualcuno sia dietro di lei o oltre la vetrata, trovano finalmente una spiegazione. Nel suo egocentrismo che neanche la morte ha potuto guarire, Lilith ha preteso che la raggiungesse. La madre lo rileva con tranquillità, come se fosse naturale, perché in fondo alla figlia prediletta tutto è ancora dovuto:

Coitadinha da minha filha, não queria ficar só, e chamou o pai. (AS, 81).

Per Nora è inevitabilmente un colpo durissimo. Non torna neppure in collegio, conduce una vita spenta e complicata; ai problemi di sempre si aggiunge anche il sonnambulismo, per il quale la madre la rimprovera duramente per il disturbo che arreca a chi vive nella sua stessa casa. Ma lentamente, nonostante tutto, la giovane comincia a percepire e ad accogliere il richiamo della vita, e quella stessa casa in cui ha tanto sofferto si trasforma in una sorta di grembo alternativo. Qui ricostruisce la sua vita, qui vive con il figlio e crea il suo atelier, che colloca, come un antidoto alla morte, nella sala in cui hanno avuto luogo le veglie funebri dei due suicidi. La grotta non esercita più l’attrazione quasi morbosa dei primi anni, la figura di Lilith che di tanto in tanto aleggia nella casa è diventata accettabile, soltanto “uma menina”, un “delicado espectro que (...) agora vem me dar boas-vindas”, qualcuno che “não conseguiu se desligar daqui” (AS, 12). Il mattino del giorno che precede l’inaugurazione dell’atelier è illuminato da una “claridade difusa”, da una insolita serenità:

A sensação de conforto circula no meu sangue, torna meu corpo leve, (...): é a sensação de ter voltado para casa, fechado um ciclo, concluído uma fase importante de uma complicada tapeçaria. (As, 12).

Il suicidio dei suoi cari l’ha ferita profondamente, ma non l’ha annientata. La giornata nella quale ha ripercorso tutto il suo cammino sta per concludersi con una grande pace. La sera è pervasa dalla magia di una musica dalla quale nasce la morte ma anche la vita, un canto che genera il mondo intero, “as árvores e os carros e as casas; os caminhos dos amantes; as grutas da noite, e o ventre do dia” (AS, 189).

Referenze

- Donati, Cesarina (2003): «Una soffitta tutta bianca: rifugi negati e spazio sensoriale in *As Parceiras* di Lya Luft». In: *Donne d'America*, a cura di Cristina Giorcelli. Palermo: Ila Palma, pp. 141-152.
- (2008): «Il fascino del suicidio. Uccisione di sé e immagini spaziali nella narrativa di Lya Luft». In: *Recorte – Revista de linguagem, cultura e discurso*, ano 5, n.º 9, julho-dezembro.
- Durand, Gilbert (1983): *Le strutture antropologiche dell'immaginario*. Bari: Dedalo.
- Luft, Lya (2005): *A Sentinela*. 6.^a ed. São Paulo: Siciliano. [1.^a ed.: 1994]
- Matoré, Georges (1976): *L'Espace humain*. Paris: Nizet.

Bendito e Louvado, meu conto acabado:
A literatura tradicional como património cultural
da Humanidade

Carla Guerreiro

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança
carlaguerreiro@ipb.pt

Armindo Mesquita

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
armesqui@utad.pt

Fábulas, lendas, mitos, contos maravilhosos e novelas de cavalaria são narrativas que circularam por via oral e, poderemos dizer, constituem a pré-história da literatura infanto-juvenil. Foi durante séculos que as crianças escutaram as narrativas dos mais velhos em serões junto ao calor da lareira...

Muitas fórmulas havia como fecho dos contos narrados. Por exemplo: “Colorin, colorado, meu conto acabado”, “Casaram e foram felizes para sempre”, ou numa variante: “Foram felizes e comeram perdizes”, ou ainda “Vitória, vitória, acabou-se a história”.

As fórmulas de início tinham os seus rituais: “Era uma vez...”, “Num reino muito distante...”, “Há muito, muito tempo...”, “No tempo em que os animais falavam...” Tudo isto nos remete para fora do tempo real e para um espaço mítico, onde tudo é possível acontecer.

É, desde logo, imperioso delimitar o termo literatura oral, criado por Paul Sebillot (1846-1918), para designar uma miscelânea de narrativas e de manifestações culturais de fundo literário, transmitidas oralmente, isto é, por processos não gráficos, sem recurso a grafemas. Segundo Câmara Cascudo (1952), esta miscelânea é formada por contos, lendas, mitos, adivinhas, provérbios, cantos, orações, histórias, etc.

Alexandre Parafita prefere a designação de literatura popular de tradição oral, para referenciar o vasto conjunto de textos produzidos pelo povo e que são por ele transmitidos de viva voz. Este autor engloba nesse género de produção popular: os contos, as lendas, os mitos, as quadras, os romances, os provérbios, as lengalengas, as orações, as fórmulas mágicas, etc.

João David Pinto Correia, suportado por influências teóricas de Roland Barthes, A.J. Greimas, Roman Jakobson e Bernard Muralis (que considera o género como minimalista e pouco digno), identifica a literatura popular como o conjunto de práticas significantes de natureza linguístico-discursivos, orais ou

escritas, trabalhadas pela função poética, conforme as codificações próprias de cada género, que são tanto produzidas como aceites e, logo, transmitidas pelo povo, individualmente ou em grupo.

Neste sentido, o autor atribui-lhe o carácter de um *corpus* identitário próprio, passível de análise específica. Veremos que esta visão segregacionista da literatura oral tradicional conduziu a teorias de menoridade e à criação do conceito de *oratura*, por oposição a literatura (cultura, erudita). Talvez até possa estar ligada ao aparecimento depreciativo da designação de literaturas marginais.

Já no séc. XVIII, na Alemanha, se procurava investigar e consolidar o conhecimento científico das narrativas populares (maravilhosas, jocosas, míticas, lendas, etc.) que eram transmitidas de geração em geração e que, nesse sentido, foram alvo de intensa recolha, a partir da “memória do povo”. Estes trabalhos foram conduzidos por Winckelman (1717-1768) e pelos filósofos Herder (1744-1803) e Hartmann (1882), que acabaram por desembocar num livro escrito por Herder com o título: *Filosofia da História da Humanidade*.

Deste modo, as narrativas, contadas à lareira, enquanto os restantes membros do agregado familiar se dedicavam aos trabalhos domésticos e agrícolas, passaram a ser encaradas como um meio extremamente eficaz de divulgação ideológica e de transmissão de conhecimentos e valores, base cultural dos povos.

Estas primeiras incursões científicas no campo da literatura oral tradicional e popular foram alvo de renovado interesse dos estudiosos do séc. XIX, período fértil e pródigo de procura, pelos filólogos, e que veio a confluir nos excelentes trabalhos de Wilhelm e Jacob Grimm.

Nesta tentativa de conceptualização e de sistematização, e à medida que se iam lendo e descodificando os registos da “memória ancestral”, chegou-se à conclusão que, apesar da diversidade das regiões de origem e dos padrões culturais dos diferentes povos, as diferentes narrativas apresentavam semelhanças de motivos, de argumentos, de enredos, de personagens, de tipos de metamorfose, etc. Nesse contexto, conduziram-nos à conclusão de que a literatura oral é universal, podendo até ter tido uma origem comum e cuja localização alguns colocam nas narrativas indianas em sânscrito.

Alguns autores, sobretudo mais ligados ao romance tradicional, como Menéndez Pidal e Lindley Cintra, preferem a designação de literatura tradicional, em detrimento de popular.

Tradicional, popular, com subdomínios ou não (há quem lhe considere dois: literatura oral tradicional e literatura escrita tradicional, esta última com origem na literatura de cordel e que estaria na base na literatura de massas), o conjunto das suas obras deve ser considerado um *corpus* específico, por ser linguístico-discursivo, que acaba por integrar o microssistema das práticas da cultura popular (que alguns designam por folclore), onde cabem igualmente práticas metalinguísticas, como sejam as de natureza icónica, gestual e musical. É, assim, que a sua transmissão, tendo uma componente discursiva-linguística, e daí

literária, seja quase sempre acompanhada de outras manifestações, durante a performance ou desempenho (gestual, musical, etc.).

Seja como for, estas composições não são enunciados destinados ao registo fixo. A sua via de transmissão é oral. São obras de arte verbal, mutáveis, sujeitas à variação. Neste contexto, talvez seja bom lembrar o conceito de obras de produção-transmissão.

R. Menéndez Pidal dizia, a propósito dos romances tradicionais, que eles vivem variantes. Na literatura oral tradicional, destinada à transmissão de “boca a ouvido” e de “ouvido à boca”, vertentes ativa e passiva da *performance*, integram-se, pois, todos os enunciados cuja divulgação se fez por esta via, durante séculos ou milénios, de comunidade para comunidade, de indivíduo para indivíduo, como sejam o caso dos contos, dos romances, das quadras populares, das cantigas infantis, dos provérbios, das adivinhas, das anedotas, das rezas, dos mitos, das lendas, etc.

Este conceito é também partilhado por Isabel Couto que menciona igualmente as fábulas, as lengalengas, os trava-línguas. Estes enunciados, de origem mais ou menos remota, cujos autores são anónimos, perduram na memória dos povos e fazem parte integrante das suas tradições, usos e costumes.

Conjuntamente com todas as outras tradições, como seja o caso das festas e das danças populares, dos jogos tradicionais, das crenças, das superstições, das rezas, das receitas gastronómicas, estes textos preenchem o imaginário coletivo e a identidade cultural das populações. A sua produção-transmissão encontra-se, por isso, muitas vezes associada a outras práticas populares quotidianas: às “desgarradas” em festas de aldeia, às rezas coletivas em dias de temporal ou de seca, aos romances recitados por um grupo de ceifeiros, ritmando o labor, aos contos de fada e de adormecer meninos, ou tão-somente às sessões de anedotas entre amigos.

Segundo Manuel Viegas Guerreiro (1983: 7),

a obra literária oral começa por ter um autor, letrado ou iletrado; depois de boca cedo se torna anónima. [...] Mantém-se o tema fundamental mas os acidentes mudam e de tal sorte se pode afirmar que, a cada exibição, a peça se recria, o que não significa que ganhe sempre em perfeição. Só neste sentido a temos por coletiva; por outras palavras: uma sucessão de variantes em que muitos colaboram, cada um por sua vez, sem lhes pôr assinatura. E assim se perpetuam, actualizando-se os temas universais.

Já Claude Levi-Strauss reconhecera este facto da variabilidade, no caso dos mitos. Para ele, um mito era um texto resultante da soma das suas versões. Esta literatura, na generalidade, tem assumido um papel estrutural central na formação do Homem. Relaciona-se com os valores éticos, com os aspetos lúdicos, com o imaginário coletivo, com o carácter de um povo, com as crenças religiosas, com a transmissão de conhecimentos e sabedoria.

O *corpus* que constitui a literatura oral tradicional assume, assim, um papel pedagógico e uma importante função educativa que importa valorizar e que no passado foi alvo de atenção. Platão referenciara as fábulas como instrumento pedagógico na sua obra *A República*. Citá-lo-emos, a título de exemplo:

Deve educar as almas e caracteres humanos e dar-lhes uma boa formação moral enquanto crianças. Deve-se contar-lhes as histórias acerca dos deuses e heróis.

Adicionalmente, os futuros guardiães nunca deverão ouvir histórias que os façam temer a morte de qualquer forma, pois eles devem crescer de modo a serem suficientemente corajosos.(...) Em resumo, aos futuros guardiães só se deverá contar aquele género de histórias que neles produzirá um bom efeito moral. Afinal, o objetivo desta etapa da sua educação é moldar as suas almas e caracteres, de modo a fazer deles bons líderes. (Platão, s./d.: 86/106)

Locke, Rousseau, Pestalozzi e muitos outros reafirmaram estas ideias. Partindo do simples pressuposto de que narrar é uma necessidade humana e de que este facto fez brotar a narrativa, qualquer que seja o seu género, chegamos a uma dimensão superior, em que a literatura oral tradicional, enquanto tradição oral, se tornou um veículo privilegiado para partilhar, no seio de uma comunidade, um conjunto essencial de conhecimentos e de crenças de natureza religiosa, valores éticos, sociais e educativos, constituindo uma forma de socialização e de formação ideológica coletiva.

Nascendo em contextos ambientais, sociais e geográficos diferenciados, é também óbvio que, em determinadas circunstâncias de isolamento comunicacional, em situações de interioridade, de insularidade, a literatura oral tradicional produzida assume contextos locais e/ou regionais, restritos, tornando-se numa marca de identidade cultural e de autonomia que pode e deve ser preservada.

Parece-nos, agora, oportuno fazer uma análise comparativa dos circuitos de comunicação distintivos entre a literatura tradicional oral e literatura erudita. Esta curta análise teve por base os trabalhos de Ana Cristina Macário Lopes, no campo da semiótica dos contos tradicionais.

A literatura dita culta apresenta-se na forma de textos escritos (livros, manuscritos, etc.), enquanto a literatura tradicional manifesta-se sempre oralmente, quer ao nível da produção, quer ao nível da transmissão. Desta importante diferença resultam consequências e algumas verdades falaciosas. A palavra escrita, a sequência grafémica, tem uma dimensão espacial, enquanto a palavra oral tem uma dimensão temporal. Tal verdade levar-nos-ia a uma consequência aparente e não real: o texto escrito conduziria a uma memória estável, enquanto o texto oral nos levaria a uma memória fugaz e tendencialmente desvanecida com o passar do tempo.

Na realidade, a escrita é apenas uma forma de guardar o nosso património cultural de uma forma mais permanente. Contudo, a herança transmitida

oralmente pode rivalizar, e rivaliza, em termos de perenidade com as obras gráficas de grandes autores.

Mesmo sendo estas facilmente transportáveis e transferíveis, ultrapassando as barreiras geográficas, uma vez que se encontram registadas em suportes físicos, não se pense que a literatura oral tradicional não goza das mesmas propriedades de difusão.

Com efeito, quer por fenómenos de migração populacional, quer porque ocorrem versões muito semelhantes de um mesmo conto-tipo, em regiões muito distantes e afastadas, a literatura oral parece atualizar, por toda a parte, uma espécie de arquétipo universal. Este facto é ainda mais marcante nos mitos.

Em resumo, poderemos referir que a ausência de suportes de fixação é, até agora, a principal diferença entre os dois géneros de literatura. Ambas vencem as barreiras espaço-temporais.

Quanto ao recurso a códigos de comunicação, enquanto a, denominada, literatura culta recorre em exclusivo ao grafema, a literatura oral tradicional recorre a múltiplos códigos: à linguagem discursiva, verbal, mas também a códigos paraverbais e extraverbais, nomeadamente:

- Código Musical: particularmente presente na poesia oral, frequentemente cantada com um certo ritmo e cadência;
- Código Cinésico: consiste nos movimentos corporais que acompanham os sinais verbais;
- Código proxémico: regula a estrutura significativa do espaço humano;
- Código paralinguístico, ligado à entoação, à qualidade de voz, ao riso, à ênfase emprestada a reprodução da literatura oral tradicional, etc.

Mas o balanço entre estes códigos, a gradação relativa com que são usados vai depender do canal de comunicação a que se recorre.

Os códigos de comunicação utilizados são disjuntos na literatura oral e na literatura escrita.

Quanto aos polos de comunicação, o emissor e o recetor, também aqui surgem importantes diferenças:

Na literatura escrita, o emissor é o escritor que produz e controla os seus textos, enquanto autor. O escritor é perfeitamente individualizado, empírico e historicamente situado. Sabemos o seu nome, na maior parte dos casos, e podemos talhar ou contextualizá-lo na realidade histórica e social envolvente.

Já na literatura oral, o emissor é difícil de precisar. No fundo, é o narrador anónimo, o reproduzidor do enunciado oral que congrega todos os anteriores narradores do mesmo, transmitido, por essa via, ao longo dos tempos. É a comunidade que se encarrega da transmissão desse património. Em cada ato de transmissão, o emissor assume-se como produtor-transmissor.

Os enunciados passam de intérprete a intérprete, no ato de contar, e sofrem, nesse ato, concretizações particulares, condicionadas pelos contextos situacionais e pela imaginação criadora do sujeito que atua.

Poderemos, em síntese afirmar que:

Quanto ao emissor: na literatura escrita, temos um emissor determinado – o seu autor. Na literatura oral tradicional, teremos um criador individual (ou grupal), perdido num ponto indeterminado do passado longínquo e é a reprodução coletiva e continuada da obra verbal que acaba por lhe conferir a existência literária. (Cabe-nos aqui questionar se a literatura tradicional escrita não é redutora!?).

Quanto ao recetor na literatura escrita, ele identifica-se com o leitor, confrontado com a obra literária objetivada (livro, manuscrito, etc.) e que pode descodificá-la a ritmos diferenciados. A literatura escrita, neste sentido, será unívoca. Na literatura oral, o emissor e recetor estão em presença. A comunicação é imediata e próxima. Mas os polos de comunicação podem inverter-se e o emissor passar a recetor e vice-versa. Diríamos que esta forma de comunicação é biunívoca.

A literatura tradicional portuguesa é particularmente rica no contexto europeu e inclui obras ou peças de todos os géneros classificativos e, quer assuma a forma oral tradicional, quer a forma tradicional escrita, acaba toda ela por ser criada no sentido da audição.

De entre os géneros de literatura oral portuguesa, como o conto – por exemplo: *A Gata Borralheira* ou *As três Cidras de Amor* –, ou o romance – por exemplo *A Nau Catrineta*, *A Morte do Príncipe D. João* ou *o D. Gaifeiros* – ou a cantiga (principalmente os ritmos), as orações, as fórmulas encantatórias, haverá que distinguir entre as que se manifestam “em poesia” ou “em verso” e as “em prosa”, conforme refere João David Pinto Correia.

Estes enunciados literários são transversais a todo o território nacional, ilhas incluídas, e foram até exportados para antigas colónias portuguesas, onde vieram a ganhar feições locais.

Assim, de norte a sul do país, embora mais marcadamente a norte, encontramos textos de literatura oral tradicional. Por exemplo, não poderemos deixar de referir o Romancelheiro do Algarve, de Estácio da Veiga ou os trabalhos de Athaide d’Oliveira ou poetas populares como António Aleixo.

É, indubitavelmente, obra de referência nesta matéria o livro *Para a História da Literatura Portuguesa* de M. Viegas Guerreiro e, complementarmente, a retoma deste assunto num artigo publicado na Revista *Lusitana* (Nova Série) n.º 9 de 1988, de João David Pinto Correia, intitulado “A Literatura Popular e as suas marcas na produção literária portuguesa do séc. XX – uma primeira síntese”, que prolonga no tempo e vinca a influência e atualidade desta temática.

Lembremos ainda o excelente trabalho de autores recentes como Michel Giacometti (Arquivos Sonoros), Maria Aliete Galhoz, Lindley Cintra, J. de Almeida Pavão Júnior, Alda Soromenho, Paulo Soromenho, A. Machado Guerreiro (Compilação de Anedotas Portuguesas), Azinhal Abelho (“Teatro Popular Português”).

Mas se estes trabalhos são mais recentes, outros houve que devem hoje ser considerados obras clássicas a este respeito. Salientem-se as obras de Almeida Garrett, (no período romântico), de Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos, F. Adolfo Coelho, Carolina Michaëllis, Consiglieri Pedroso, João da Silva Correia, durante o séc. XIX e a primeira metade do séc. XX.

Portugal continua a ser um dos principais repositórios de literatura oral tradicional em todas as suas variantes, particularmente no caso da poesia oral, quer seja lírico-lúdica (cantigas propriamente ditas, cantiga da roda), lírico-embalatória, os ensalmos, os exorcismos, as palavras ditas e retornadas, até aos ritmos, ou canções de trabalho, quer lúdico-sapiencial (provérbios, adivinhas, adágios, anexins, etc.), quer no género narrativo – os romances (rimances, romanças, trobos ou trovas) aos quais se acrescentam hoje formas mais modernas (romances-fado, antifuguris, etc.). Também no género dramático (destinado à representação) o repositório é grande (autos, cegadas de Carnaval, etc.).

Paralelamente aos géneros versificados, ou mistos, também a literatura oral tradicional em prosa está largamente representada, com particularidades locais muito interessantes onde a variante assume poder cristalino: contos, lendas, fábulas, provérbios, anedotas, etc. Estas manifestações ganham particular interesse, a nível monográfico, nas regiões etnolinguísticas, ecológica e geograficamente bem diferenciadas, bolsas culturais de originalidade que escaparam ao poder e à velocidade esmagadores da identidade cultural dos povos.

Estarão, neste caso, regiões mais isoladas do ponto de vista comunicacional, como seja o caso de Trás-os-Montes, Alto Douro, Beiras, Açores, Madeira, onde é possível recolher “joias”, cada vez mais raras, do tradicionalismo popular literário. Todo este espólio, alvo de esforçada e contínua recolha e estudo, pelos autores já citados, manifesta-se individualizado, a nível de monografias de dialetologia ou de etnografia, como sejam, por exemplo os trabalhos de Manuel da Costa Fontes (para as ilhas dos Açores e Trás-os-Montes), Pere Ferré (Romances da Madeira, da Guarda e de Castelo Branco), José Joaquim Dias Marques (Bragança e Vinhais), Ana Maria Martins (Vila Real), Armando Cortes-Rodrigues (Açores), Alexandre Parafita (Contos de Trás-os-Montes e Alto-durienses), etc.

Este interesse pela literatura oral tradicional tem, por isso, sido transversal “ao tempo e às gentes” e personalidades como o último autor citado que a ele se dedicam quase por inteiro.

Numa tentativa de explicar a evolução da literatura oral tradicional, M. Viegas Guerreiro faz uma resenha histórica que desembocou na origem da nossa língua, e dos contributos que todos os povos que por cá passaram lhe deram, em particular os romanos, uma espécie de latim transformado, adaptado numa forma peninsular, um falar românico a que deram o nome de Romance ou Romanço que, consoante as regiões e as gentes, se individualizou em dois dialetos: o dos *Gallaeci*, falado a norte do rio Douro e o dos *Lusitani* situados a sul do mesmo rio. Estes dois dialetos irão dar origem a duas linguagens

diferentes: galego-português (ou galaico-português) a norte e lusitano-moçárabe a sul e que, conjuntamente com o latim estropiado (bárbaro ou tabeliônico), acabaram por se fundir nas primeiras palavras portuguesas (séc. IX) e nos primeiros textos portugueses, três séculos mais tarde. Num período que se situará, até aos finais do séc. XVI, falava-se uma língua comum a Galegos e Portugueses. Só então o Português se individualiza completamente.

Por tudo isto, Leite de Vasconcelos estabeleceu dois períodos evolutivos para o Português: o arcaico, que se estenderia do séc. IX ao XVI, que inclui o português proto-histórico (presente em documentos em latim transformado) e período do português moderno (pós séc. XVI).

É por estas razões de evolução linguística, conjugadas com os trabalhos subsequentes dos autores que se dedicaram ao estudo da literatura oral tradicional que M. Viegas Guerreiro sistematiza a sua história nas seguintes fases:

- Idade Medieval: Períodos Pré-Trovadoresco e Trovadoresco (até ao séc. XVI)
- Do Renascimento a Garrett
- Continuadores de Garrett (séc. XIX e XX)
- Época atual
- Literatura popular contemporânea

A arte da palavra, na sua forma verbal, é tão antiga como esta. É assim que poderemos situar ou concluir que a literatura oral tradicional portuguesa terá a mesma idade que a Língua Portuguesa.

Tem sido dada particular atenção ao Romanceiro Tradicional Português, enquanto reflexo do período miscigenado das línguas fonte do português e será por estas que iniciaremos uma curta dissertação, salientando, entre todos os outros géneros, o romance tradicional que é

uma prática significativa de manifestação linguístico – discursiva com natureza poética (acompanhada de música), com uma organização narrativo-dramática, altamente variável (versões e variantes) em cada uma das componentes textuais (isto é na expressão e no conteúdo) e que situada na Literatura Oral Tradicional, se insere no extra-contexto da vida social quotidiana de uma comunidade popular (nos momentos de trabalho ou lazer). (João David Pinto-Correia na apresentação crítica do Romance Tradicional Português, em 1984).

O Romance Tradicional é um género narrativo dramático que, em Portugal, surgiu na Idade Média, com origem nos cantares de gesta, cantares estes centrados nos feitos de guerra de Carlos Magno e seus Pares (Roncesvales, Roldão, etc.), celebrados nos romances ditos carolíngios, destinados à reprodução oral.

Originário de Castela (Cf. Ramón Menéndez Pidal, Carolina Michaëllis, e outros) difundiu-se por toda a Península Ibérica, nas migrações populacionais e de guerra ou simplesmente comerciais (feiras, festas, romarias, etc...)

Enquanto género, o romanceiro constitui o representante poético-narrativo da balada europeia (baladas francesas e italianas, viser dinamarquesas, bilinas russas ou baladas escocesas e inglesas, etc.) na Península Ibérica.

Quanto às suas origens, situa-se em plena época medieval e na sua génese estão fragmentos de cantares de gesta sujeitos a um processo de transmissão recriadora, quer feita por profissionais, quer do povo, público que assegurou a sua transmissão oral. Ramón Menéndez Pidal salienta que os famosos romances tradicionais portugueses são originários de Castela no seu Romanceiro Hispânico - Hispano-Português, e Sefardi (1968).

No que se refere ao romance português, este só é entendível se for abordado num contexto mais lato que abarque o romanceiro castelhano, catalão, galego, brasileiro e hispano-americano pois todos eles constituem "...expressão de um mesmo romanceiro pan-hispânico cuja existência só é constatável através das manifestações concretas que dele se encontram nestas sub-tradições (...)" (Pere Ferré 2000: 61)

A tradição romancista, em Portugal, é particularmente acentuada a norte do Douro, nas terras mais próximas da origem do género, sendo as versões de Trás-os-Montes e Alto Duriense, minhotas e beirãs, as que mais se fundem com as versões galegas e castelhanas, quase que formando um bloco tradicional único, só individualizado pelo facto de os de os romances tradicionais serem pertença da comunidade que os canta, conserva e modifica.

A preservação deste património deve-se a coletores e amantes do género, alguns investigadores como Almeida Garrett (Romanceiro – coletânea de romances tradicionais – 1843, 1851), José Maria da Costa Silva (1832), António Pereira Cunha (1844), João Teixeira Soares de Sousa (1867), Teófilo Braga (1867), José Leite de Vasconcelos (1880).

Em pleno séc. XX acrescentemos ainda os excelentes trabalhos de Manuel da Costa Fontes, Joanne Purcei, Pere Ferré, Maria Aliete Galhoz, Lindley Cintra e João David Pinto Correia, bem como muitos outros trabalhos monográficos (por ex. "Romanceiro Popular Açoriano" de Armando Cortes Rodrigues).

Comum a todos os romances é a sua estrutura formal e as suas variações temáticas.

Fazendo uma breve abordagem diacrónica, podemos afirmar que, no período compreendido do séc. XV até finais do séc. XVIII, a sua produção é escassa. Ressalve-se no entanto a obra de Gil Vicente que, nos seus autos, dá largo impulso à literatura oral tradicional poética, particularmente no género dramático.

Os artistas do Renascimento mostraram-se refratários à literatura oral tradicional. Outra coisa não seria de esperar face ao ressurgimento dos ideais clássicos greco-romanos que conduziram a uma espécie de aristocracia do "saber intelectual", apenas acessível às classes mais privilegiadas.

Em pleno séc. XVIII, apenas o povo continuou a valorizar estas formas versificadas de literatura oral tradicional, particularmente os romances e as cantigas populares.

A massificação cultural dá os seus primeiros passos com o aparecimento da “literatura de cordel”, inicialmente com obras teatrais e poéticas registadas em folhas soltas, folhetos ou volantes, que se vendiam penduradas de um cordel de barbante nas livrarias, pelos vendedores ambulantes, ou por cegos à porta das feiras e mercados. Ainda que toscamente, estes folhetos foram uma importante forma de divulgação popular da arte literária, particular a dramaturgia.

Chegados a Almeida Garrett, inicia-se todo um período de recolha e investigação histórica, arqueológica, antropológica, etnográfica sobre a literatura oral tradicional popular, cada vez mais relegada para uma forma de “arte menor”, e que face aos seus trabalhos e particularmente dos seus seguidores do séc. XIX acabará por ser resgatada e “salva” de um estatuto o de menoridade, conforme anteriormente referimos.

A literatura oral tradicional tem sido, ao longo dos tempos, veículo privilegiado para partilhar, no seio de uma comunidade, um conjunto essencial de conhecimentos, crenças religiosas, superstições, valores morais e éticos, entre os seus membros. Neste sentido, assumiu um importante papel na socialização e na educação das populações. Reveste um carácter pedagógico inestimável, funcionando como ponte entre gerações, perpetuando um corpo de conhecimentos quase hereditário, no sentido biológico do termo, constituindo um património universal da Humanidade. Esta manifestação cultural, e arte verbal, congrega, em si, excepcionais poderes ideológicos modeladores, ombreando com a prática escolar erudita, assente na palavra escrita, científica ou não, veiculada pela instituição escolar. Hoje, a escola transcende o campo meramente escrito e reincorpora, paralelamente a outras práticas culturais, a oralidade e o texto oral, virtual e aberto, como ferramenta psicopedagógica e pedopedagógica em particular.

A literatura oral tradicional integra enunciados, cuja via de transmissão é oral, que ao serem comunicados de forma continuada e repetitiva (ainda que dialeticamente sujeitos a alterações de contexto histórico-social e até individual dos narradores que neles se refletem), através das gerações, desenham uma moldura cultural própria.

A maior parte das vezes, os autores literatura oral tradicional são anónimos (letrados ou iletrados), remotos, provenientes das classes não hegemónicas (do povo) e as suas obras encontram-se dispersas, não em suportes físicos, mas sim nos seus transmissores.

A recuperação destas obras de arte verbal é hoje alvo de intensas recolhas que se pretendem contextualizadas e que, na nossa opinião, deveriam até ser normalizadas. Assim, os contos tradicionais, sem dúvida uma das joias maiores destes tesouros da memória coletiva das comunidades ou grupos populacionais, de maior ou menor dimensão, as quadras populares, os romances tradicionais, as

cantigas infantis, as lendas, as adivinhas, os provérbios e as anedotas, entre outras obras de literatura oral tradicional, são “tradições” que, a par de outras manifestações socioculturais de um povo (como as danças, o folclore, as festas, as romarias, os jogos tradicionais, as rezas, o artesanato, as desfolhadas, as segadas, malhadas, etc.), acabam por formar um todo cultural, mais ou menos estável que configura um Corpo Cultural Homogéneo.

A transmissão destas obras de literatura oral tradicional assume hoje um de dois contextos: Contexto formal – via Escola; Contexto informal – via Família e via atividades grupais (cantares populares, janeiras, desgarradas, rezas, récitas, etc.).

Estruturalmente e gozando, em grande percentagem dos casos, das características da oralidade que qualquer literatura oral tradicional apresenta, também a literatura infantil e infanto-juvenil em prosa, bem como a poesia infantil, muito centrada em estruturas métricas, musicais e de ritmo próprias da poesia popular tradicional oral, constituem um produto moderno do aproveitamento pedagógico deste corpo literário.

Se encararmos o ensino como verdadeiramente formador do indivíduo, então este deverá ter em conta não só a Inovação, mas também a tradição. Daí que alguém tenha afirmado que a Tradição reveste sempre dois sentidos: um, como fonte de conhecimento, como tal imutável; outro, no seu modo de transmissão sincrético, maleável, no sentido de acompanhar a evolução da sociedade, rumo ao conhecimento. Desta ambivalência ou dualidade de sentidos haverá que procurar uma solução de compromisso que se traduza numa adaptação aos novos tempos, aos novos contextos e até aos novos meios de transmissão.

O passado da tradição renova-se em novas formas estéticas e sociais. Competirá à Escola, em primeiro lugar, e aos professores de língua portuguesa, em particular, respeitar este compromisso entre identidade cultural, adaptação cultural e aculturação globalizada.

Haverá que garantir a coexistência pacífica, sinérgica e potenciadora de resultados, entre um “background” cultural de ligação à terra de origem e às raízes culturais e o polimorfismo ideológico e cultural, rumo à evolução do conhecimento e condutor para um estágio civilizacional mais avançado. Só assim poderemos assegurar que o futuro, assente na dinâmica educativa, possibilitará a formação integral da pessoa, no sentido da realização pessoal, em usufruto de liberdade e da contribuição para o bem social.

Neste sentido, cumpre-nos e satisfaz-nos ver que a recuperação do saber Oral, presente em muitas das obras literárias cultas, tem vindo a ser feita ao longo dos séc. XX e XXI ao ponto de formalmente estar presente nesta literatura, quer através da recuperação da estruturação dos mitos, quer reintegrando toda uma plêiade de personagens, provindas do imaginário cultural tradicional e popular.

Terminaremos, proferindo convictamente a seguinte afirmação: a literatura oral tradicional está viva e recomenda-se!

Referências Bibliográficas

- Braga, Teófilo (1985): *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. Vol. I, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cascudo, Câmara (1984): *Literatura Oral do Brasil*. S. Paulo: Universidade de São Paulo.
- Cascudo, Câmara (1952): *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro
- Cintra, Lindley (1957): *Revistas Lusitana* (nova série). Lisboa.
- Coelho, Adolfo (1985): *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Guerreiro, Manuel Viegas (1983): *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Mesquita, Armindo (Coord.) (2002): *Pedagogias do imaginário – olhares sobre a literatura infantil*. Porto: ASA.
- Mesquita, Armindo (Coord.) (2006): *Mitologia, Tradição e Inovação – (Re)leituras para uma nova literatura infantil*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.
- Parafita, Alexandre (2000): *O Maravilhoso Popular*. Lisboa: Plátano Editora.
- (1999): *A Comunicação e a Literatura Popular*. Lisboa: Plátano, Edições Técnicas.
- Platão (s./d.): *A República*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Traça, Maria Emília (1992): *O Fio da Memória – Do Conto Popular ao Conto para Crianças*. Porto: Porto Editora.

A literatura polaca traduzida em Portugal (1900-2010). Que futuro?

Anna Kalewska

Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos
Universidade de Varsóvia, Polónia
a.kalewska@uw.edu.pl

Abstract

The present article has as a goal to present the universe of literary translations from Polish into Portuguese realized in Portugal in the years of 1900-2010 with special stress on the works of the first, second and the third one out of the Polish authors more frequently translated: Henryk Sienkiewicz, Stanisław Lem, Ryszard Kapuściński and the Nobel Prize winners of the XXth century: Czesław Miłosz and Wisława Szymborska.

It should be presumed that the Polish literature (both historical, as well as SF, reporters' or of philosophical reflection focused on national or universal theme) will be taught on academic level in Portugal just as Portuguese Literature has been taught for more than thirty years now in Warsaw University.

Resumo

O artigo tem como objetivo a apresentação do universo de traduções literárias de polaco para português efetuadas em Portugal nos anos de 1900-2010, com especial enfoque nas obras do primeiro, segundo e o terceiro dos autores polacos mais frequentemente traduzidos: Henryk Sienkiewicz, Stanisław Lem, Ryszard Kapuściński e os Noblistas do século XX: Czesław Miłosz e Wisława Szymborska.

Espera-se que a literatura polaca (tanto histórica, como de ficção científica, reportagística ou de reflexão filosófica de tema nacional ou universal) passe a ser ensinada no nível académico em Portugal assim como a literatura portuguesa tem-se ensinado há mais de trinta anos na Universidade de Varsóvia.

“O nosso século é dos mais indecifráveis, a sua verdadeira natureza um segredo sombrio.”
Salman Rushdie

“Num novo Campo di Fiori
A palavra do poeta ateará a revolta.”
Czesław Miłosz

“Duas vezes nada acontece
Nem acontecerá. E assim sendo,
Nascemos sem prática
E sem rotina vamos morrendo.”
Wisława Szymborska

1. Henryk Sienkiewicz – o escritor que reforçava os corações atormentados

O início de um primeiro surto significativo de traduções da literatura de língua polaca foi marcado pela publicação de *Que Vadis* (1896) de Henryk Sienkiewicz (1846-1916), considerado um dos mais brilhantes escritores da segunda metade do século XX, galardoado com o prémio Nobel da Literatura em 1905¹ pelos seus méritos para a prosa épica e histórica. Distinguindo-se em quase todos os géneros literários, o seu génio evidenciou-se, porém, com as novelas históricas, todas elas cunhadas por um patriotismo puro e ardente. Em 1895-1896, Sienkiewicz escreveu o *Quo Vadis*, romance que se tornou um *best seller* mundial, publicado em Cracóvia no ano de 1896 e traduzido até 1905 em trinta idiomas; até hoje, o *Quo vadis* foi vertido para cinquenta idiomas e várias vezes filmado (no cinema mudo francês, em 1902, e italiano em 1912 e 1925 e no cinema falado norte-americano em 1951, italiano em 1985 e polaco em 2001). Trata-se de um romance ambientado na Roma Imperial, no século I da nossa Era, à época de Nero e que tem por tema a perseguição sobre os cristãos. A expressão no título *Quo vadis, Domine?* (*Aonde vais, Senhor?*) provém de uma tradição cristã, registada em livros apócrifos, segundo a qual Jesus apareceu a S. Pedro, que deixava Roma para escapar à perseguição de Nero, e quando interrogado pelo apóstolo: “Aonde vais, Senhor?”, respondeu-lhe: “Já que abandonas o meu povo, vou a Roma para ser crucificado, outra vez”. Os combates de gladiadores, a intriga política, as criações artísticas, as diferenças de classes sociais, tudo serve nesse romance para pintar em cores variegadas um dos períodos fulcrais da história da Humanidade.

A publicação da primeira tradução portuguesa de *Quo Vadis*, da lavra de Eduardo Noronha, surgiu em 1900, tradução essa em três volumes publicada pela Secção Editorial da Companhia Nacional Editora 50, em Lisboa. No ano seguinte de 1901, a mesma obra de Henryk Sienkiewicz, completada com um subtítulo (*Quo vadis. Narrativa histórica dos tempos de Nero*), na tradução de Lemos de Napoles, saiu na segunda edição revista e emendada na Livraria Editora Tavares Cardoso em Lisboa e contava 659 páginas. Seria de acrescentar que o mesmo romance do primeiro Nobelista polaco apareceu em Paris e no Rio de Janeiro. A versão abreviada do *Quo vadis* em português (em oitavo de duzentas e oitenta e sete páginas) reapareceu em Lisboa no João Romano Torres e Companhia em Lisboa em 1912. O ano de 1923 trouxe o *Que vadis. Adaptação popular* na Colecção de Romances Ilustrados da secção editorial de *O Século* na capital portuguesa. A sexta edição lisboeta do *Quo vadis*, versão portuguesa de Mayer Garção, com desenhos de Dietrich, Alfredo de Moraes e Sousa Silva, gravuras de Carlos Traver foi dada à estampa na Biblioteca Popular

¹ Em 1905 Henryk Sienkiewicz recebe o Prémio Nobel da Literatura. No seu discurso durante a cerimônia da entrega, em Estocolmo, diz: “Tão apreciada por todos, quanto mais valiosa deve ser esta honra para um filho da Polónia! Foi declarada morta e eis uma das milhares de provas de que está viva!” (Siewierski 2000: 128).

– empresa Editora de Publicações Ilustradas, à data desconhecida, é de presumir que na década de trinta do século XX, assim como o *Quo vadis?* (*Onde vais?*). *Resumo completo da grande obra* (com cento e doze páginas).

Às edições lisboetas das traduções do romance *Quo Vadis* de Sienkiewicz seguiram-se duas publicações portuenses: o *Quo vadis? Romance dos tempos neronianos* na tradução do rev. José Carlos Alves Vieira, na Tipografia da Casa Nun' Álvares Rua de Santa Catarina (versão abreviada em oitavo de duzentas e vinte e nove páginas)² e o *Que vadis? Narrativa histórica dos tempos de Nero*. Volume I, na Lello e Irmãos, volume II (em oitavo de 283 páginas). Os dados supracitados foram colhidos do *Catálogo da Exposição Bibliográfica e Iconográfica Luso-Polaca* organizada pelo Grupo Amizade Luso-Polaca, inaugurada em 20 de Junho de 1938 na Associação Comercial de Lisboa.

As informações mais recentes remetem-nos para o *Quo vadis: romance* na tradução de Gentil Marques, R. Torres, Lisboa 1953 (e à edição brasileira da obra, São Paulo, Paulinas 1964) e para as traduções portuguesas de grandes obras históricas de Sienkiewicz, como os romances *A Ferro e Fogo* (Minerva, Lisboa 1962) e o *Dilúvio* (Minerva, Lisboa 1965) que faz parte de uma trilogia histórica polaca³. De 1953 a 1978, quando foi publicado o *Quo vadis?* na tradução portuguesa de Daniel Augusto Gonçalves, Civilização, Porto 1987 apareceu ainda uma dúzia de edições portuguesas do romance em questão, todas registadas pela Porbase ou a base de dados da Biblioteca Nacional de Lisboa, patenteando o enorme sucesso desta «história de amor entre um jovem patrício e uma linda cristã, o romance [que] dá uma visão panorâmica da Roma decadente dos tempos de Nero, em contraste com a força espiritual dos cristãos, perseguidos e martirizados» (Siewierski 2000: 127). É relativamente fácil, ainda, adquirir um exemplar da obra numa feira do livro no Porto, traduzida por um S. N. e lançada à estampa pelas Publicações Europa-América (Sienkiewicz 2001).

O amor entre Lígia (aliás, Calina, eslava, positivamente polaca) e Vinícius, filho de um nobre romano do nome de Petrônio, i.e., a paixão juvenil que une duas pessoas que pertencem a mundos diferentes, exerce forte influência sobre o desenvolvimento da ação, com momentos marcantes como a tentativa de rapto de Lígia e sua salvação milagrosa no confronto de Ursus (fiel servidor da mãe de Lígia, munido de força física descomunal, no fundo uma pessoa simplória e

² “Constitui o volume XXII da Biblioteca de *O Grito do Povo*. Esta tradução portuguesa foi feita segundo a italiana de Salvadori, a espanhola de Gil e a francesa de Lethielleux.” *Catálogo da Exposição Bibliográfica e Iconográfica Luso-Polaca* (1938: 10).

³ “Em 1883 [Sienkiewicz] começa a publicação da *Trilogia* histórica em folhetim, que logo em seguida aparece em livros, tornando-se um enorme sucesso. As três partes da *Trilogia* narram a história dos personagens principais ao longo das guerras que a Polónia travara no século XVII: a guerra com os cossacos da Ucrânia, que sob o comando de Chmielnicki revoltaram-se contra a Polónia (*A Ferro e Fogo*); a guerra contra a invasão sueca (*O Dilúvio*) e a guerra com a Turquia (*O Senhor Wołodyjowski*. (...)) A *Trilogia* foi aclamada pelos leitores como uma epopeia nacional e o maior romance de toda a literatura polonesa” (Siewierski 2000: 126 e 127).

ingénua, «Urbano» após ser batizado) com o touro, no circo. A vitória do homem contra o animal na arena imprime um final feliz à história – bem ao agrado da maioria dos leitores – porque, nesse momento, o povo afasta-se de Nero e coloca-se a favor dos cristãos.

Nero, de Sienkiewicz, é uma caricatura, deliberadamente ridícula, do personagem histórico. Sob a alçada de Nero Roma representa o expoente máximo da civilização ocidental. Mas, sem o saber, representa também o mundo pagão agonizante, onde os valores do cristianismo começam a emergir. Destes dois pólos nasce o confronto brutal que, em conjunto com o cenário majestoso da Roma antiga, serve de pano de fundo a toda a intriga de uma das mais conhecidas novelas históricas de todos os tempos.

O imperador romano é descrito como um tirano que, além de se comprazer com a crueldade, imagina-se um grande poeta e cantor. Na verdade, o imperador Nero possuía, realmente, dotes artísticos, compondo canções que eram cantadas por todo o Império, e que ele próprio passou a interpretar em público, a partir do ano de 64, na cidade de Nápoles, chegando ao cúmulo de incendiar Roma para obter inspiração semelhante a de Homero ao retratar o incêndio de Roma e compor um poema épico.

Depois da queda de Nero, a cidade de Roma mudou significativamente; depois de uma avalanche de carnificina em massa e as medidas coercivas tomadas por César, seguidas por orgias mais dissolutas, fizeram-se sentir os ares do cristianismo, assim como foi mostrado no capítulo XXXI, um dos últimos do romance em questão, que passamos a citar em passagens escolhidas:

O delírio apossara-se de Roma. Aquela cidade que avassalara o mundo parecia prestes a aniquilar-se a si própria, desagregando-se o seu poderio por falta de quem a dirigisse. Antes de soar a última hora para os Apóstolos rebentara a conspiração de Pisão, logo seguida duma inexorável ceifa das cabeças rebeldes. Então, mesmo àqueles que consideravam Nero como um deus, afigurou-se-lhes o imperador um deus da morte. A cidade estava moralmente de luto, o terror invadia os lares e os corações. Todavia, os peristilos viam-se todos engrinaldados de hera e flores, porque era obrigatória a alegria. De manhã. Ao acordar, todos perguntavam a si próprios se o dia que ia começar seria o último da sua vida. Nero arrastava atrás de si um séquito de fantasmas que ia aumentando progressivamente. Pisão pagou com a cabeça o malogro da conjura. Seguiram-no Séneca e Lucano, Fénio Rufo, Pláucio, Laterano, Flávio Escevino, Afrânio Quinciano e o depravado companheiro das orgias de Nero, Túlio Senecião, e Prúculo, e Grato, e Silano, e Próximo, e Súbrio Flávio, que fora dedicado a Nero de corpo e alma, e Sulpício Ásper. Uns foram sacrificados pela sua própria ignomínia, outros por causa das suas riquezas, outros em consequência da sua cobardia, outros, finalmente, porque sua coragem inspirava justificados receios. Aterrorizado pelo número dos conspirados, César reforçou a guarnição de Roma com várias legiões, pôs a cidade em estado de sítio e todos os dias, pelos seus centuriões, expedia sentenças de morte, condenando todos aqueles de quem, ainda que levemente, a suspeitava. (...) Os moradores das esplêndidas vivendas edificadas depois

do incêndio sabiam que não podiam sair à rua sem verem passar um cortejo fúnebre.

(...)

Entretanto, o Senado prosternava-se perante o imperador, edificava-lhe templos, fazia votos pela conservação da sua voz, coroava as suas estátuas e nomeava sacerdotes para o culto do deus Nero. Com o terror no coração, os senadores iam ao Palatino para glorificar a pureza do canto do *Periodonices* e para com ele participar nas orgias, na embriaguez e nos prazeres, a que a nudez das carnes, os capitosos vinhos e a chuva das flores davam um ambiente estranho de devassidão e de demência.

Mas insensivelmente, na terra, por entre os sulcos empapados em sangue e lágrimas, germinavam e cresciam, cada vez mais robustas, as sementes que Pedro lançara à gleba. (Sienkiewicz 2001: 357-358).

“As sementes” da cristandade, lançadas por S. Pedro, significam também no *Quo Vadis* de Henryk Sienkiewicz, do modo igual como as metáforas históricas patententes nos demais romances históricos do Autor, os germes da nacionalidade polaca, sufocada pelo século XIX fora, quando a Polónia se encontrava dividida pelas três hiperpotências vizinhas: Prússia, Rússia e Império Austro-Húngaro e, até ao ano de 1918, não existiu no mapa político da Europa. Existiu, mas sim, nos corações atormentados dos cidadãos polacos que Henryk Sienkiewicz reforçava nas suas obras.

Bem disse a respeito do autor dos famosos romances históricos polacos o Professor Henryk Siewierski (professor universitário, exímio escritor e tradutor polaco no Brasil, desde o dia 27 de Abril de 2011 coordenador da Cátedra Cyprian Norwid de Estudos sobre a Polónia no Instituto de Letras da Universidade de Brasília):

Contando a história das guerras vitoriosas, as façanhas extraordinárias dos heróis, Sienkiewicz não só confortava e anesthesiava os corações atormentados, mas também reforçava a identidade nacional ameaçada. Nem sempre foi fiel aos fatos históricos, mas a sua visão da época com seus costumes, mentalidade, linguagem e topografia, correspondem às fontes (2000: 126).

Henryk Sienkiewicz, por muito tempo o único escritor polaco conhecido fora do País, foi muito amado pelo povo polaco, lido e citado pelo século XX fora. Já em 1900, em sinal do reconhecimento dos vinte e cinco anos do seu trabalho literário, foi-lhe doado o palacete de Oblęgorek, que passou a ser a residência de Verão do escritor, em que de facto permaneceu por pouco tempo e na prática não escreveu nada, mas que transformou num orfanato. No mesmo ano de 1900, a Universidade Yaguelloniana em Cracóvia outorgou a Henryk Sienkiewicz o título de *doctor honoris causa*. Acrescentemos que o romancista polaco, oriundo de uma família lituana, fez várias viagens pela América do Norte; em 1891 participou numa viagem de exploração à África Central e mais tarde visitou a Inglaterra, França, Itália, Espanha, Grécia e o Oriente.

Acerca do sobredito, passamos a citar de novo o Professor Henryk Siewierski:

A própria vida de Sienkiewicz pode servir de enredo para um romance: inúmeras viagens, livros escritos em quartos de hotéis e sanatórios, três casamentos, engajamento político, glórias e violentos ataques da crítica. Os últimos anos da sua vida passa na Suíça, onde em 1915 organiza, com o pianista e futuro primeiro-ministro polonês Ignacy Paderewski, um comitê de ajuda às vítimas da guerra na Polónia. Morre no ano seguinte, em Vevey, e em 1924 os seus restos mortais são trasladados para a Catedral de Varsóvia (2000: 128).

A primeira metade do século XX foi esmagadoramente dominada pelas versões portuguesas de romances de Henryk Sienkiewicz. A maioria dos textos traduzidos do polaco nesse período pertenceu ao romance histórico, facto para o que contribuíram as numerosas (re)traduções do *Quo Vadis*. Maria Danilewicz Zielińska, a estudiosa polaca (1907-2003) que continuou os interesses pelas relações polaco-portuguesas patenteadas nos estudos do professor conimbricense Luís Ferrand de Almeida (*Portugal e a Polónia*, 1967) recorda ter visto muitos exemplares de traduções (por via francesa e espanhola) e adaptações do *Quo Vadis* nos alfarrabistas de Lisboa e lamenta-se do facto de que a obra-prima da literatura polaca ter conquistado os ecrãs dos cinemas no mundo como “o filme mais sexual sobre a Roma antiga, facto comprovado com os cartazes mesmo frívolos” (2005: 123, trad. minha, A.K.). Bem ainda que o *Quo Vadis* apareceu na série *Melhores Obras de Melhores Autores* vizinhando as obras de Walter Scott, Jane Austen e Charles Dickens e o professor Luís Ferrand de Almeida reconheceu justamente, num artigo publicado em 1946 numa associação católica de estudantes de Coimbra, a metáfora da triste sorte da Polónia no séc. XIX desprovida da independência como escondida sob os vultos de Lígia e Ursos (*Ibid.*). Este assunto, porém, pertence a uma outra abordagem temática e metodológica, excedendo significativamente os limites do presente artigo.

2. Stanislaw Lem e Ryszard Kapuściński ou a ficção científica e a reportagem

A subida constante do número de traduções de polaco realizadas no século XX, ainda que com avanços e retrocessos, levou ao número de trinta obras referidas na década de setenta, atingindo a totalidade das traduções do polaco realizadas até 2010 o número de cem volumes (Pięta 2010b: 272-273). Os textos literários do polaco foram constantemente (re)traduzidos durante todo o período em apreço, não existindo uma só década em que se tenham deixado de publicar este tipo de textos (*Idem*, 273). Pretendendo tirar alguma conclusão sobre o segundo e o terceiro autor polaco mais traduzido em Portugal, é justo hesitar entre Ryszard Kapuściński e Stanislaw Lem. Como ressalva a estudiosa polaca

Hanna Pięta⁴, a simples contagem de títulos faz pender a balança nitidamente para o lado deste último: Stanisław Lem (*Idem*, 274); é o autor polaco mais traduzido no mundo, com mais de tinta obras traduzidas e divulgadas.

Stanisław Lem foi um escritor polaco de ficção científica, filosofia e sátira. Nasceu em 21 de Setembro de 1921. Doutorado em Medicina, nunca exerceu esta atividade. Durante a segunda grande guerra, trabalhou como mecânico de garagem, dedicando-se a danificar carros alemães “de um modo que se não tornasse imediatamente notado.” Os seus livros foram traduzidos para mais de cinquenta e sete idiomas e venderam mais de quarenta e cinco milhões de cópias. Em 1976, Theodore Sturgeon declarou que Lem era o autor de ficção científica mais lido em todo o mundo. Lem é mais bem conhecido como o autor do romance *Solaris* de 1961, três vezes adaptado para o cinema, publicado em Portugal na tradução de Inês Busse, na Europa-América em 1983 e reeditado em 2003. Chamamos a atenção para o excelente posfácio desta obra, *As parábolas sem conclusões de Stanisław Lem e «Solaris»*, escrito por Darko Suvin (*ap.* Lem 2003: 217-229) e publicado originalmente antes da queda do muro de Berlim (1989). “Solaris – quebra-cabeças, parábola e conhecimento de liberdade – não é um aviso nem uma solução. É um exemplo daquilo que a ficção científica pode fazer: mostrar-nos a nossa era como «a era dos milagres cruéis» e era de se manter a fé” (Suvin *ap.* Lem 2003: s.n.p. [230]).

Na obra de Lem encontram-se diversos temas recorrentes. Na maior parte de seus livros encontramos os elementos que tradicionalmente definem o género de ficção científica, com espaço naves, especulações e extrapolações tecnológicas e mundos alienígenas. Um dos temas mais presentes de Lem era a impossibilidade de comunicação entre humanos e civilizações profundamente alienígenas. Os seus extraterrestres costumavam ser incompreensíveis para a mente humana, fossem eles um oceano vivo (em *Solaris*), ovnis mais ou menos antropomórficos (*Éden*, trad. Nuno Miranda, Europa-América 1990) ou civilizações de bases biológicas totalmente diversas da noção de vida em terra, explorando sempre o fracasso em estabelecer o primeiro contacto. O grande tema em Lem é a impossibilidade de comunicação e compreensão mútuas, desespero face às limitações humanas e o lugar da humanidade no universo. No *Solaris*, o narrador pergunta se a humanidade pode ter a esperança de conseguir uma «troca de informações» com o oceano vivo, sendo a solarística, para a era espacial, o equivalente à religião: «a fé disfarçada em ciência». A resposta que vem é

⁴ Hanna Pięta é mestre em Estudos Portugueses pela Universidade Jagiellónica de Cracóvia e investigadora do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa. Atualmente encontra-se a trabalhar na tese de doutoramento dedicada ao tema das relações culturais entre Portugal e a Polónia, através da tradução. As suas principais áreas de interesse incluem história da tradução, metodologia de relações interculturais e estudos de receção. Tem publicado: *Sienkiewicz em Português: para uma história da recepção de 'Quo Vadis' no Portugal salazarista*, em: *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo* (2009). Veja o link: <http://www.ulices.org/17-estudos-de-recepcao-e-estudos-descritivos/hanna-pieta-en.html> (consultado em 6.05.2011).

negativa: não há, nem pode haver, «qualquer ponte entre Solaris e a Terra» (Lem 2003: 183). As perguntas multiplicam-se. Poderá a humanidade, ainda, conseguir

uma lista das vicissitudes ligadas a uma existência de duração tão infinita que provavelmente já não se recorda das suas origens? Uma descrição das aspirações, paixões e sofrimentos que se exprimem na perpétua criação de montanhas vivas? A apoteose da matemática, a revelação da plenitude no isolamento e renúncia? (*Idem*, 183-184)

A resposta é, pois, negativa:

Mas tudo isto representa um conjunto de conhecimentos incomunicáveis. Transpostos para qualquer língua humana, os valores e significados envolvidos perdem qualquer língua humana, os valores e significados envolvidos perdem todo o seu conteúdo; não podem transpor intactos essa barreira. Em todo o caso, os «adeptos» não esperam tais revelações – mas dentro da poesia do que da ciência –, uma vez que, inconscientemente, é a própria Revelação que esperam, e esta revelação é que lhes seja explicado o significado do destino do homem! A solarística é o ressurgimento de mitos há muito desaparecidos, a expressão de místicas nostalgias que os homens não têm a coragem de confessar abertamente. A pedra de esquina está profundamente enraizada nos alicerces do edifício: é a esperança da Redenção (*Idem*, 184).

Lem escreveu também sobre o progresso tecnológico da humanidade e sobre o problema da existência humana num mundo onde o desenvolvimento tecnológico torna os impulsos biológicos humanos obsoletos ou perigosos. Suas críticas à maior parte da ficção científica são evidentes em romances, ensaios literários e filosóficos e entrevistas.

A obra de Lem é de difícil tradução devido a sofisticadas formações de palavras e figuras de linguagem, destacando-se poesia e trocadilhos apócrifos de máquinas e vocabulário tecnológico fictício. Existem múltiplas traduções para uma mesma língua, que são alvo de constantes críticas; o próprio Lem criticou severamente a tradução de *Solaris* para o francês, que foi usada como base para a versão em língua inglesa (e da portuguesa, da lavra de Inês Busse).

Sempre segundo Hanna Pięta, de acordo com os resultados da análise quantitativa, a presença de Lem em Portugal, em versão traduzida, aparenta ser um fenómeno efémero, tendo sido a primeira tradução deste autor publicada no ano de 1977 (numa antologia de contos polacos vertida de francês por José Saramago) e a última em 1991. Durante os dezoito anos decorrentes entre estas duas datas traduziram-se doze títulos da sua autoria (2010b: 275). Porém, os registos da Porbase da BN totalizam treze itens bibliográficos de Stanisław Lem,

i.e., contando duplamente as duas edições do *Solaris*, uma obra filosófica, adaptada para o cinema duas vezes⁵.

Stanisław Lem recebeu vários prémios nacionais e internacionais e foi membro honorário da Science Fiction and Fantasy Writers of America desde 1973. A especificidade da obra do autor em questão e a renúncia de uma metafísica devem-se às vicissitudes históricas e à tradição literária herdadas pelo habitante da Europa de Leste no século XX. Bem reparou Suvin que «as ilusões escatológicas foram despedaçadas e [Lem] viu que o homem pode apenas confiar em si próprio e na sua dialética da realidade» (*ap. Lem 2003: 228*). Sempre segundo o mesmo estudioso,

Esta renúncia pode ser sociologicamente reportada às amargas experiências sofridas neste século pelos intelectuais da Europa central. Porque Lem vem de uma região, coincidindo com o velho império dos Habsburgos, que no nosso século produziu um tão grande número de escritores, sempre harmonizados à marcha variável da história: Musil e Svevo, Krleža e Andric, Hoffmannsthal e Kafka, Hasek e Capek, vêm-nos logo à lembrança. A tradição barroca deste meio ambiente está presente, sem sombra de dúvida, na imaginação de Lem. Contudo, esta foi também a região de grandes esperanças, esperanças que explodiram depois das duas grandes guerras. O lugar único ocupado por Lem na ficção científica deve-se ao seu génio pessoal em fundir a brilhante esperança com a amarga experiência, a visão de uma estrada aberta para o futuro com a visão dos perigos certos e possíveis derrotas, inseparáveis do risco dessa abertura. Este ângulo de «visão dupla» subverte tanto a aproximação estilo «inferno cósmico» da maior parte da ficção científica americana, como o utopismo determinístico de quase toda a ficção científica soviética, usando simultaneamente as forças de ambas; justapõe as negras centelhas da primeira aos brilhantes horizontes da segunda, de modo que cada uma das cores faz sobressair a outra. Em cada empreendimento, a dialética de Lem encara, antes de mais, as suas contradições internas: ele é um escritor na grande tradição da *agudeza de espírito* que hesita entre dois níveis cognitivos diferentes. Não admira que o seu livro favorito seja o *Dom Quixote* e que a época que o persegue seja o fim do século XVII e princípio do XVIII (Suvin *ap. Lem 2003: 228-229*).

Lem morreu em Cracóvia em 27 de Março de 2006 com oitenta e quatro anos de idade.

Ao decréscimo do número de títulos traduzidos de Lem seguiu-se um aumento significativo de obras da autoria de Ryszard Kapuściński.

Ryszard Kapuściński (1932-2007) foi um jornalista e escritor, nascido no leste da Polónia. Depois de estudar História Polaca na Universidade de Varsóvia, trabalhou como repórter nacional e, em seguida, para a PAP (Polska Agencja Prassowa/A Agência de Notícias Polaca) como correspondente do estrangeiro,

⁵ *Solaris* foi adaptado para o cinema em 1972 pelo diretor russo Andrei Tarkovskij e ganhou um prémio especial do júri no festival de Cannes do mesmo ano; em 2002, Steven Soderbergh dirigiu outra adaptação, com George Clooney como estrela.

posto este que ocupou até 1981. As suas reportagens cobriram guerras civis, revoluções e problemas sociais na América Latina, África e Médio Oriente – num estilo de jornalismo ousado e investigativo que é típico de Kapuściński. Ao longo da sua vida presenciou vinte e sete revoluções e golpes, esteve em doze frentes de guerra e foi condenado ao fuzilamento por quatro vezes. Fez amizade com Che Guevara na Bolívia, Salvador Allende no Chile e Patrice Lumumba no Congo.

Em 1997, saiu (reeditado em 2007) o livro de Kapuściński intitulado *Mais um dia de Vida Angola - 1975*, na tradução de Ana Saldanha. Descreve-se a situação do cerco de Luanda, a capital de Angola em 1975. Gigantescos caixotes de madeira, cheios com todos os bens móveis imagináveis, amontoam-se nas docas. Os portugueses e os seus haveres estão de partida, abandonando a cidade de Luanda, filas e filas de carros muito bem estacionados, matilhas de cães de luxo - um vazio e desolação crescentes. A situação do caos absoluto em Luanda no dealbar da independência angolana traz-lhe, ao repórter polaco, a comparação com as cidades polacas no tempo da ocupação nazi (1939-1945) bem como algumas associações relacionadas com a situação política de então vigente em Portugal e no Brasil:

Luanda não estava a morrer da forma que as nossas cidades polacas morreram na última guerra. Não havia ataques aéreos, não havia “pacificação”, não havia destruição de bairro após bairro. Não havia cemitérios nas ruas e nas praças. Não me lembro de um único incêndio. A cidade estava a morrer da forma que morre um oásis quando o poço seca: esvaziou-se, prostrou-se inanimada, caiu no esquecimento. Mas essa agonia viria mais tarde; naquela altura, havia uma atividade febril por todo o lado. Toda a gente estava cheia de pressa, toda a gente se ia embora. Toda a gente tentava apanhar o avião seguinte para a Europa, para a América, para qualquer lado. Portugueses de todas as partes de Angola convergiam para Luanda. Caravanas de automóveis carregados com pessoas e bagagem chegavam dos cantos mais remotos do país. Os homens traziam a barba por fazer, as mulheres vinham despenteadas e com roupas amarrotadas, as crianças sujas e cheias de sono. No caminho, os refugiados deslocavam-se em longas caravanas automóveis e atravessavam o país desse forma, visto que, quanto maior o grupo, tanto mais seguro se tornava. Ao princípio, iam para os hotéis de Luanda, mas, mais tarde, quando já não havia vagas, iam diretamente para o aeroporto. Uma cidade nómada sem ruas nem casas despontou à volta do aeroporto. As pessoas viviam ao ar livre, permanentemente encharcadas, porque não parava de chover. Viviam agora em piores condições do que os pretos no bairro africano próximo do aeroporto, não sabendo a quem amaldiçoar pela sua má sorte. Salazar morrera, Caetano tinha ido para o Brasil e o governo em Lisboa mudava constantemente. (Kapusciński 1998: 17).

Kapuściński visitou Angola para fazer a cobertura da última fase da luta que pôs fim a quatrocentos anos de domínio colonial português. Viajando pelo campo, deparou-se com uma guerra bizarra e mortífera dentro da guerra pela independência nacional. Três exércitos de guerra maltrapilhos estão envolvidos

numa batalha sangrenta para decidir quem governará o país libertado? Um jogo brutal, em que os jogadores mal se distinguem uns dos outros.

Kapuściński está no meio dos acontecimentos. Guerrilheiros, refugiados, espões e o repórter solitário a quem se acabara o dinheiro para a comida semanas antes, ligado ao mundo exterior por uma linha de telex vulnerável. O repórter polaco desloca-se de avião a guarnições isoladas, vai à linha da frente, atravessa de camião centenas de quilómetros de mato hostil – consegue captar o anedótico, o gesto, a frase, o universal. Enfim, “Agostinho Neto ia proclamar a independência de Angola ao fim da noite de segunda-feira, e um avião trouxera de Lisboa uma grande quantidade de correspondentes estrangeiros para aquela ocasião” (Kapuściński 1998: 83).

O repórter polaco escreveu também sobre os problemas surgidos na sua atividade, nesta época de grandes mudanças políticas e sociais e de rápidas alterações tecnológicas na área da informação. Como falar de pobreza, de fome e de guerras? Qual a relação entre a realidade e a narrativa que dela se faz? Pode ser-se um bom jornalista sem motivações éticas? Que alterações e problemas foram provocados no jornalismo pela televisão e a Internet? Todos estes problemas aborda o livro intitulado *Os Cínicos Não Servem Para Este Ofício*, publicado em 2008, na Relógio d’Água. Além de uma conversa com Maria Nadotti, o livro inclui uma entrevista feita por Andrea Semplici sobre os acontecimentos que levaram à emancipação africana do domínio colonial e um diálogo com o crítico de arte John Berger.

Aos olhos de hoje, é este o autor que, em termos quantitativos, lidera claramente na primeira década do século XXI, tendo sido possível apurar sete traduções das suas obras, a primeira datada de 1997 e a mais recente de 2009 (Pięta, 2010b:275). É de salientar que as mais recentes traduções de obras de Ryszard Kapuściński foram feitas na primeira década do terceiro milénio (*Mais um dia de vida, Ébano, O Imperador, O Império, Andanças com Heródoto*), diretamente do polaco, por Włodzimierz Szymaniak e Isabel Vaz Ponce de Leão.

Embora tenha sido frequentemente mencionado para receber o Prémio Nobel da Literatura, Kapuściński nunca foi galardoado pela Academia Sueca. Em 2003, recebeu o Prémio Príncipe das Astúrias. Em 2005 foi doutorado *honoris causa* pela universidade catalã Ramón Lull. Morreu em Janeiro de 2007, reconhecido como mestre do jornalismo moderno, como também “o tradutor do mundo”, “o maior repórter de sempre” e “o Heródoto dos nossos tempos”, sempre fiel aos acontecimentos descritos e arredo às histórias patranhosas publicadas pela imprensa mundial:

Que histórias a imprensa mundial publica! Li muitas das notícias enviadas de Luanda naqueles dias. Admirei a opulência da fantasia humana. Mas também compreendia o impasse em que se encontravam os meus colegas. O diretor do jornal manda um repórter a um país que é fascinante para o mundo inteiro. Uma viagem dessas custa muito dinheiro. O mundo está à espera de uma grande história, de um furo jornalístico,

uma narrativa sensacional escrita debaixo de uma chuva de balas. O correspondente especial chega de avião a Luanda. É levado para o hotel. Arranjam-lhe um quarto, barbeia-se e muda de camisa. Está pronto e sai imediatamente para procurar os combates. (Kapuściński 1998: 83).

Como bem disse Salman Rushdie para *The Guardian* a 13 de Fevereiro de 1987:

Um Kapuściński vale mais do que a histeria de mil jornalistas: e, através da sua mistura extraordinária de reportagem e arte, chegamos tão perto quanto é possível, através da leitura, do que ele chama a imagem incomunicável da guerra. O nosso século é dos mais indecifráveis, a sua verdadeira natureza um segredo sombrio. Ryszard Kapuściński é o tipo de decifrador de que precisamos (ap. *Idem*, s.n.p./nota na contracapa do livro).

Excelente repórter e o “decifrador do quotidiano”, Kapuściński teve o conhecimento prático de muitos infernos humanos e sabia perfeitamente bem que a revolução é um diálogo entre o mau e o pior e que não há soluções, há apenas relatos....

Dando o ponto à questão das traduções portuguesas de obras de Sienkiewicz, Lem e Kapuściński passamos a citar Hanna Pięta:

No que se refere às possíveis causas da predominância de Sienkiewicz, Lem e Kapuściński no universo de traduções para português, parece plausível, ainda que provisória, uma justificação que aponte para (a) a universalidade do conteúdo temático das suas obras, (b) o reconhecimento no panorama editorial internacional (acompanhado, no caso dos dois últimos, pela gestão diligente na divulgação e venda). No caso de Sienkiewicz poder-se-á acrescentar ainda (c) o desrespeito pelos direitos de autor e as irregularidades no panorama editorial internacional, que permitiram às editoras praticar uma política de preços módicos nas obras publicadas. No que toca a Lem e Sienkiewicz, aos estímulos acima enunciados, pertencem igualmente (d) os êxitos de várias adaptações cinematográficas baseadas nas suas obras, que, de certo modo, incentivaram a divulgação dos textos polacos (2010b: 275).

É de esperar que um dia a literatura polaca seja não somente traduzida como também ensinada em Portugal no nível académico, assim como há mais de trinta anos tem-se mantido o ensino da literatura portuguesa na Universidade de Varsóvia (Kalewska 2011).

3. Miłosz e Szymborska – os Nobelistas polacos do século XX. Que futuro?

Justamente escreve Hanna Pięta:

Aos três nomes supracitados [Sienkiewicz, Lem, Kapuściński] deve-se igualmente acrescentar um elenco, inventariado por ordem crescente do número de títulos traduzidos (como primeiro critério) e alfabética (como

segundo), dos seguintes autores polacos que mais se traduziram para português europeu: Wisława Szymborska (quatro traduções publicadas entre 1985 e 2006), Witold Gombrowicz (três entre 1969 e 1988), Czesław Miłosz (três entre 1985 e 2004), Sławomir Mrożek (três entre 1971 e 1978), Bruno Schulz (três entre 1977 e 1987) e, por último, Wanda Wasilewska (três entre 1945 e 2005) (2010b: 275).

Czesław Miłosz (1911-2004) foi um poeta e ensaísta polaco que viveu grande parte de sua vida no estrangeiro: primeiro em França depois nos EUA, onde, entre 1960 e 1980, na Universidade da Califórnia em Berkeley, lecionou literatura eslava. Desde a década de noventa passou a viver em Cracóvia, cidade onde vive também Wisława Szymborska.

Ambos galardoados com o Prémio Nobel (Czesław Miłosz em 1980 e Wisława Szymborska em 1996) e uma meritória antologia *Alguns gostam de poesia* (Miłosz e Szymborska 2004), são pessoas de carácter e vicissitudes diferentes. Czesław Miłosz, um cidadão do mundo, passou uma grande parte da sua vida fora do país. A vastíssima obra de Miłosz – fruto de setenta anos de trabalho literário, além de poesia inclui numerosos ensaios, entre outros *A Mente Subjugada* (1953), *Continentes* (1958), visões à *Beira da Baía de São Francisco* (1969), *A Terra Ulro* (1977), *A Pausa Metafísica* (1989) e *As Lendas da Modernidade* (1966), a prosa autobiográfica, como por exemplo *A Europa Familiar* (1958), *Os Deveres Privados* (1972), *O ano do Caçador* (1990), *Cartas do pós-guerra* (1977), romances como *A Tomada do Poder* (1955), *O Vale do Issa* (1955), a correspondência e traduções para o polaco e o inglês (Milewska ap. Miłosz e Szymborska 2004: 8).

Como bem frisou Hanna Pięta e assim como o patenteiam os registos da Porbase da Biblioteca Nacional de Lisboa, há três livros relacionados com a obra de Miłosz nesse maior acervo bibliográfico em Portugal:

1. *Versos polacos* (Czesław Miłosz et al.), trad. Maria Teresa Bação, Lisboa, Faculdade de Letras 1985 (caderno policopiado),
2. *A tomada do poder*, trad. Jacinto da Silva Pereira, Lisboa, D. Quixote 1987,
3. *Alguns gostam de poesia. Antologia* (Czesław Miłosz e Wisława Szymborska), Lisboa, Cavalo de Ferro 2004 – seleção, introdução e tradução do polaco Elzbieta Milewska e Sérgio das Neves. Recomenda-se a Introdução da lavra de Milewska, sobre os dois Nobelistas polacos em questão, que passamos a citar.

Em traços gerais, Miłosz é um poeta da

transitoriedade e a impossibilidade de nomear as coisas e de exprimir a sua essência (...), lembranças do passado, descrições de lugares, pessoas e acontecimentos [que] ganham uma maior importância como se o poeta quisesse registar tudo o que tivesse vivido e presenciado (...); igualmente mais espaço adquirem na sua obra a religião e as referências bíblicas (*Idem*, 9),

um poeta de aguda memória histórica que – quando em Roma a meditar sobre a fogueira em que foi queimado Giordano Bruno (1548-1600) – nunca se pode esquecer do passado histórico da Polónia. O passado esse que combinava vários martírios, tragédias, partilhas, Holocausto, ocupação nazi, comunismo, mortes prematuras e precipitadas. A estrutura de um duplo *flash-back* possibilita ao Miłosz a recordação do Campo de Fiori e do gueto de Varsóvia junto de um carrossel na cidade capital polaca, numa linda tarde de Primavera:

Recordei Campo di Fiori
Junto de um carrossel em Varsóvia,
Numa serena tarde primaveril,
Ao som da música saltitante.
A melodia saltitante abafava
As salvas por trás do muro do gueto.
E os casais voavam alto,
No céu limpo (*Idem*, 17),

Despertando também o sentido de profunda solidariedade com os mortos, perseguidos, queimados, fuzilados, torturados em todas as épocas da humanidade:

Mas eu pensava então
Na solidão dos que pereciam
E em Giordano
Que ao subir para o estrado
Não encontrou na língua humana
Nem uma palavra que fosse
Com que se despedir da humanidade,
Desta mesma que perdura (*Idem*).

Herdeiro da poesia romântica, Miłosz acreditou que “num novo Campo de Fiori/ A palavra do poeta ateará a revolta” (*Idem*).

Ao contrário de Miłosz, Wisława Szymborska (nascida em 1923), passou toda a sua vida na Polónia, mais precisamente em Cracóvia, onde mora desde 1931 e onde se licenciou em letras e sociologia. Ao contrário também do que aconteceu em Miłosz, a obra de Szymborska é muito pouco volumosa. As pequenas coletâneas de poesia até hoje publicadas: *Por isso vivemos* (1952), *Perguntas feitas a mim mesma* (1954), *Chamada para Yeti* (1957), *Sal* (1962), *Tem piada* (1967), *Em todo o caso* (1972), *Grande número* (1976), *Gente na ponte* (1986), *Fim e Princípio* (1993) e *Instante* (2002), podem ser reunidas num só livro de dimensão média. A partir da década de 1970, Szymborska dá início à escrita de crónicas, intituladas *Leituras complementares* e que terão sido reunidas nos volumes editados em 1973, 1976, 1992 e 1996. Uma vez, quando um jornalista lhe perguntou por que publicava tão raramente, respondeu a poeta polaca: «porque felizmente tenho em casa um caixote para o lixo» (Milewska ap.

Idem: 10). De início, Szymborska terá sido influenciada pela poética do então obrigatório «realismo socialista» (a versão local do neorrealismo polaco, desenvolvido sob a influência da Rússia soviética), mas em 1957, com o seu livro *Chamada para Yeti*, enveredou pelo caminho da poesia filosófica e existencial que não mais abandonou (*ibid.*). Sobre a cosmovisão irónica na obra de Szymborska falou Maria Teresa Faria Aguilar Bação Fernandes numa tese de mestrado (defendida na FLUL em Lisboa em 2002) sobre *A ironia em vista com grão de areia: um estudo da poesia de Wislawa Szymborska* (cópia digital na BN de Lisboa: <http://purl.pt/11534>). Uma inteligente tese universitária no âmbito da Teoria da Literatura, tendo como alvo da crítica a tradução de poemas escolhidos de Wislawa Szymborska concebida como *Paisagem com Grão de Areia* por Júlio Sousa Gomes (sendo ambos: Teresa Fernandes Bação Swiatkiewicz e Júlio Sousa Gomes ex-leitores de Português do Instituto Camões na Universidade de Varsóvia). Nessa *Paisagem com Grão de Areia*, o tempo passa e não deixa rastros:

Passa um segundo.
Dois segundos.
E um terceiro.
Mas são só nossos estes três segundos.

Precipitou-se o tempo como mensageiro com notícia premente.
Mas a comparação é apenas nossa.
A figura inventada, a pressa insinuada,
E a notícia inumana (Szymborska 1998: 207).

Em 2006, Szymborska ganhou o quarto registo na Porbase: o volume poético intitulado *Instantes*, na tradução do polaco de Elżbieta Milewska e Júlio Sousa Gomes, na editora lisboeta chamada Relógio d'Água.

No entender de dois Nobelistas polacos, Miłosz e Szymborska, tudo o que existe na terra - seja um sistema político, religioso, filosófico, seja homem, animal, pássaro, pedra ou mesmo um grão de areia - tudo é digno de ser cantado em verso. Mesmo que fossem «fugazes as coisas humanas» e «a palavra do poeta ateará a revolta», como disse Czesław Miłosz no poema *Campo di Fiori*, dedicado a Giordano Bruno e aos insurretos do gheto em Varsóvia em 1943.

À laia de conclusão

Esperemos poder contribuir para o panorama português de hábitos de leitura, diretamente condicionado pela situação cultural e política em Portugal e na Polónia assim como traçar um esboço de possibilidades de cooperação luso-polaca na área de letras.

A interrogação sobre o futuro das relações literárias luso-(brasileiro) polacas vai assentar tanto nas realidades académicas já existentes (as faculdades de Estudos Ibéricos na Polónia, inclusive a vertente luso-brasileira⁶ e a CompaRes⁷ em Portugal, em alguma parte pelo menos as cátedras de estudos sobre a Polónia criadas, respetivamente, em 2009 em Curitiba e em 2011 em Brasília) como nas iniciativas por concretizar no novo milénio.

Cabe mencionar aqui a atividade promovida no âmbito das Conferências sobre Tradução do CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa em Lisboa (coordenado por Jorge Fazenda Lourenço) em cuja linha *Translating Europe across the Ages* se integra o projeto *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: A Critical Bibliography*. Este projeto, aprovado e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, decorre, numa primeira fase, até 2010, propondo-se editar uma bibliografia de traduções de literatura em Portugal entre 1930 (data com que termina o quinto e último volume da bibliografia de A. A. Gonçalves Rodrigues *A Tradução em Portugal*) e 1974, ou seja, ocupando praticamente todo o período do Estado Novo. Trabalho esse sendo realizado por Teresa Seruya e Maria Lin Moniz no volume *Traduzir em Portugal Durante o Estado Novo*, publicado, em 2009, na sequência do V Colóquio de Estudos de Tradução em Portugal, realizado em 10 e 11 de Julho de 2008 na Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) e continuado⁸ – na vertente das relações culturais entre Portugal e a Polónia, através da tradução – por Hanna Pięta, em artigos

⁶ “Com efeito, a Universidade de Varsóvia foi, há trinta anos [em 1977], a primeira instituição de ensino superior na Polónia, no período pós-Segunda Guerra Mundial, onde se lecionaram disciplinas de língua portuguesa, de história e de literatura de Portugal, do Brasil e da África Lusófona, docência esta que se revelou o único expoente de ligação da Polónia à Lusofonia. De assinalar que, logo desde os primeiros anos, houve uma estreita colaboração com o Instituto Camões, o qual tem incessantemente prestado um valioso apoio às atividades da Secção Luso-Brasileira da antiga Cátedra de Estudos Ibéricos. Cumpre, ainda, acrescentar que um Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões foi criado, em 2006, no Instituto de Filologia Românica da Universidade Marie Curie-Skłodowska (UMCS) de Lublin, existindo nos dias de hoje cursos de filologia portuguesa em vários centros académicos da Polónia (Cracóvia, Poznań, Gdańsk, Wrocław)” (Kalewska 2007: 3-4).

⁷ Sobre a conferência internacional *A Europa das Nacionalidades - Mitos de Origem: Discursos Modernos e Pós-Modernos*, organizada nos dias 9-11.05.2011 na Universidade de Aveiro, em colaboração, entre outros, com a Sociedade de Estudos Ibero-Eslavos CompaRes (<http://www.iberian-salvonic.org>) leia em: <http://iberystyka-uw.home.pl/content/view/980/lang/pt/> (consultado a 10.05.2011).

⁸ No nível académico, continua a ser importante para o tópico presentemente abordado a tese de doutoramento de Elżbieta Milewska *Relações culturais e literárias luso-polacas no séc. XVI-XIX* (1991), escrita em polaco, com um resumo em português. O justo mérito de divulgar o conhecimento de ambas as literaturas fora das fronteiras da Polónia cabe ao casal Adam Zieliński (1902-1991) e Maria Danilewicz Zielińska (1907-2003), casal esse que viveu e trabalhou no período pós-segunda guerra mundial no exílio, primeiro em Inglaterra e depois em Portugal (veja a biografia de MDZ, escrita em polaco, por Nosowski e Wdowczyk, 2010).

publicados tanto na Polónia (Pięta 2010a e 2010b) como em Portugal (ap. Seruya e Liz Moniz 2009).

Com certeza, a jovem disciplina académica chamada Ciência de Tradução / Tradutologia merece ser alargada por mais estudos sobre a presença da literatura polaca na cultura portuguesa. Existe, já e com certeza, a possibilidade de diálogo entre os lusófonos da Polónia e de todos os países de língua portuguesa (Kalewska 2007: 3). Chegou o tempo de levar este diálogo para o nível erudito, para o mútuo reconhecimento em letras, dentro de valores de amizade, solidariedade social e cooperação académica.

Referências Bibliográficas:

- Almeida, Luís Ferrand de (1967): “Portugal e Polónia”. In: *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), Iniciativas Editoriais/Livraria Figueirinhas: Lisboa - Porto, 3º vol, 410-415.
- Casa-Museu de Henryk Sienkiewicz em Oblęgorek http://www.culture.pl/en/culture/artykuly/in_mu_sienkiewicza_oblegorek (2.05.2011).
- Czerniewicz-Umer, Teresa; OMILANOWSKA, Małgorzata; MAJEWSKI, Jerzy S. *et al.* (2006): *Polónia*. Porto: Guia American Express, Civilização.
- Danilewicz ZIELIŃSKA, Maria (2005): “Sienkiewicz w Portugalii” [”Sienkiewicz em Portugal”]. In: *Polonica portugalskie [Polonidades portuguesas]*, Warszawa: Biblioteka *Więzi* : 122-126.
- Kalewska, Anna (2002): “Czesław Miłosz (1911-2004)” O poeta do «êxtase e transitoriedade» na tradução luso-brasileira”. In: *VEREDAS – Revista da A.I.L.*, 5: 7-23.
- (2007): “*Diálogos com Lusofonia: em encontro na Polónia*. Apresentação da Secção Luso-Brasileira do Instituto de Estudos Ibéricos e Iberoamericanos da Universidade de Varsóvia e do *Colóquio* dos seus trinta anos”, http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISIi-UW_0_INTRODUCAO.pdf (consultado em 10.05.2011).
- (2011): “História e prática do ensino da literatura portuguesa na Universidade de Varsóvia”. In: (org.) J. A. Carvalho da Silva *et al.*, *Pensar a Literatura no Séc. XXI*, Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia [da] Universidade Católica Portuguesa: 319-326.
- Kapuściński, Ryszard (1998): *Mais um dia de vida Angola – 1975*. Trad. Ana Saldanha. Porto: Campo das Letras.
- Lem, Stanislaw (2003): *Solaris*. Trad. Inês Busse. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Lima, Henrique Campos de Ferreira (org.) (1938): *Catálogo da Exposição Bibliográfica e Iconográfica Luso-Polaca*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

- Milewska, Elżbieta (1984): *A Polónia e Portugal, relações ao longo dos séculos*. Varsóvia: Agência Polaca Interpress.
- Milewska, Elżbieta (1991): *Związki kulturalne i literackie polsko-portugalskie w XVI-XIX w. [Relações culturais e literárias luso-polacas no séc. XVI-XIX]*. Varsóvia: CESLA.
- Miłosz, Czesław; SZYMBORSKA, Wisława (2004): *Alguns gostam de poesia. Antologia*. Seleção, introdução e tradução do polaco Elżbieta Milewska e Sérgio das Neves. Lisboa: Cavalos de Ferro.
- Nosowski, Wiesław; WADOWCZYK, Małgorzata (2010): *Życie usłane książkami. Szkice słowem i obrazem do biografii Marii Danilewicz Zielińskiej (1907-2003) [Vida forrada com livros. Ensaíos com pena e imagem para a biografia de Maria Danilewicz Zielińska (1907/2003)]*. Pułtusk: Akademia Humanistyczna im. Aleksandra Gieysztor.
- Pięta, Hanna (2010a): “À procura de traduções da literatura polaca em Portugal. Algumas questões sobre o uso de fontes bibliográficas na história da tradução”. In: *Itinerarios* 11: 121-138.
- (2010b): “Traduções do polaco publicadas em Portugal (1855: 2009): alguns traços mais salientes”. In: *Acta Philologica* 37: 271-278.
- Seruya, Teresa e MONIZ, Maria Lin (2009): *Traduzir em Portugal Durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Sienkiewicz, Henryk (2001): *Quo Vadis?* Trad. S. N. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Siewierski, Henryk (2000): *História da literatura polonesa*. Brasília: UnB Editora.
- Suvín, Darko (2003): “As parábolas sem conclusões de Stanislaw Lem e «Solaris»”. In: LEM, S., *Solaris*. Lisboa: Publicações Europa-América: 217-229.
- Szyborska, Wisława (1998): *Paisagem com grão de areia*. Tradução de Júlio Sousa Gomes. Lisboa: Relógio d'Água.
- Swiatkiewicz, Maria Teresa Faria Aguilar Bação Fernandes (2000): *A ironia em vista com grão de areia: um estudo da poesia de Wisława Szymborska*, tese de mestrado, texto policopiado (ms), FLUL, Lisboa (cópia digital: <http://purl.pt-11534>, acesso em 10.05.2011, cópia externa: http://www.fl.ul.pt/pos-graduados/teoria_literatura/Swiatkiewicz1.pdf, visitado em 10.05.2011).
- Ziejka, Franciszek (2008): *Moja Portugalia. [Meu Portugal]*. Cracóvia: Universitas.
- Zieliński, Adam (1987): *Um emissário polaco em Portugal em 1856: a insurreição da Polónia (1863) e o auxílio português aos refugiados*. Coimbra: Faculdade de Letras [da Universidade de Coimbra].

O Romantismo na fragmentação do Homem na pós e na modernidade: recapturando sentidos literários

Armindo Mesquita

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
armesqui@utad.pt

Polyanna Ervedosa

Doutoranda em Estudos Literários, UTAD
anna_ervedosa@hotmail.com

*No fundo, a coerência do ser não é feita da
inerência das qualidades e do devir à matéria;
ela é toda harmónica e aérea. É frágil e livre
como uma sinfonia.*

Gaston Bachelard

Estabelece-se como premissa deste texto que o homem é um ser romântico para em seu desenrolar demonstrarmos a amplitude da afirmação. Convencionam-se agregar escolas literárias para o estudo da literatura em gerações que se assemelham em características mais ou menos próximas. Deste modo, pode compreender-se as releituras e os conflitos de geração do homem inserido em determinados períodos. Por detrás de uma série de compactos do que seriam esses períodos, transparece sempre um homem que é, por excelência, o sofredor da filosofia romântica.

A linguagem e o estilo de Sófocles, por exemplo, revelam personagens extremas e conflituosas, como Édipo ou Antígona, deslocadas da sua época numa dor sem proporções e cercadas de simbologias transmitidas pela natureza do universo. Por outro lado, percebe-se um homem moderno, a que Bauman (2007: 9) chama *líquido*, por sua desintegração mediante o mundo. O estudo da Teoria Literária precisa compreender o homem como um todo e estabelecer as gerações como um facilitador de estudos e a leitura a sua manutenção pessoal, no momento em que se realiza e social quando se difunde. A intenção não é defender a escola romântica por características gerais, mas estabelecer o homem como um romântico e pela filosofia que descreve a humanidade de modo fidedigno, oferecendo uma compreensão maior sobre o mundo e a sua inserção nele.

As tentativas de compreensão e convívio com o universo trazidos pelo Romantismo vêm sendo deixados de lado pela comodidade natural da nossa geração, viciada em filosofias rápidas e imagens. Por outro lado, a dor do romântico (aqui tratamos do homem em geral, como um ser que é romântico) permanece e não é enfrentada, gerando conflitos em larga escala. Como compreender aquilo que não possui uma leitura clara? O incômodo da modernidade é a reverberação eterna das questões naturais do homem, as perguntas que o levaram a existir da forma que é hoje e que, pela ausência de leitura e uma comodidade absurda, se coloca como impedimento para a continuidade da convivência de si mesmo. Todas as insatisfações são naturais. O que retorna como movimentação anômala é a falta de desejo do jovem atual em buscar meios de conviver com os seus conflitos. A juventude, que sempre foi o impulso de revoluções e de acontecimentos da humanidade, já não está mais munida de conhecimento para se firmar, é snobe, desocupada e entorpecida, não gera ciclos e argumenta pelo puro prazer de se desfazer, pois não suporta o próprio peso de existir. Existir sempre foi pesado ao homem, os conflitos, o sim e o não, os entorpecentes e as buscas por alternativas e fuga fizeram parte da construção da humanidade, mas, graças a uma conexão natural com o mundo e a firmeza das gerações anteriores, o jovem conflituoso e fragmentado firmava-se mesmo que fosse pela própria morte como ocorreu a muitos no romantismo. O Modernismo de Mario de Sá Carneiro é moderno por ser romântico na profundidade e atualidade das suas controvérsias e da sua escrita ora frenética, ora repensada. O pós-modernismo é pretensão de um mundo que nem sequer se compreendeu para se denominar. Permanecemos românticos, mas de modo inábil, pois não estamos capacitando as gerações que estão nascendo com a literatura necessária e que oferece equilíbrio para a manifestação em palavras destas problemáticas da psiquê humana. O homem, que antes buscava ansioso por mudanças e conhecimentos, tem-se entregado ao tédio. O problema não reside em nada a não ser no próprio homem. Seja o bombardeio de imagens ou a facilitação da tecnologia, nada pode substituir ou seduzir tanto quanto o imaginário, desde que saibamos que ele existe em nós e possui uma gama de simbologias para que nos expressemos no mundo.

Falta falar de um estado da alma que, segundo nos parece, ainda não foi devidamente observado: é aquele que precede o desenvolvimento das paixões quando as nossas faculdades vigorosas, ativas, intactas, mas reprimidas se exercem apenas sobre si mesmas, sem finalidade nem propósito. Quanto mais os povos avançam na civilização, mais este estado de melancolia das paixões aumenta (...) (Chateaubriand *in* Gomes e Vechi 1992: 68).

A dor, antes motivação da escrita e das descobertas, é suplantada como algo inatural. Aprofundar-se em si mesmo torna-se estranho, observar o mundo é um hábito que vem se perdendo, mas a dor continua, embora entorpecida. E como

resolver a dor se não há para ela gerações anteriores que a expliquem e a afaguem com seus arquétipos, ou mesmo um simples vocabulário para que não se transforme a violência do poder da escrita na violência da indiferença e da ignorância. Um golpe de homem pós-moderno é a poesia do romântico, o choro do desolado pós-moderno é o amor por Manon Lescaut, por Ana Karenina e é o mesmo fervor calado das palavras de Byron. Simplesmente não há pré ou pós-romantismo, existe o romântico e este é um valor humano, não uma escola literária. Sentir-se mal, sem ambiente, sentir-se desgastado e fora de seu tempo, pálido e fraco diante do mundo, qual de nós já não se sentiu assim, se é que não estamos assim a maior parte do nosso tempo. Os que são de outra forma se dopam com as mais diversas formas de adrenalina, mas é pelo encontro com a natureza que o homem retorna a si e se compreende, e os realistas talvez sejam de todas as gerações uma das mais românticas, inclusive na brutalidade da sua linguagem, mas apressemos em atender a doença da pós-modernidade.

Lidar com a afetividade tão bem definida por Schlegel ou Nerval (1992) necessita um arsenal de palavras e leituras do mundo que se estão perdendo na ausência de espiritualidade, um espírito para a descoberta como prevê Hegel. No momento em que Propp define o maravilhoso, ele demonstra a necessidade da fantasia não para a criança saudável, mas para o ser saudável – o mito em seu valor social (1997: 17). Sonhamos por manutenção, imaginamos por manutenção, mas para isso é necessária leitura, os conceitos de angústia da modernidade vão-se definindo pela volta à Idade da Pedra da alma humana. Temos medo das bruxas, mas das bruxas que nos deviam seduzir. O pós-moderno é um ser possuído, imerso na sua linguagem neológica que tenta acompanhar uma tecnologia maníaca que ele mesmo cria sem saber para quê, sem saciar a sua necessidade do humano. É como estar imerso no convento possuído de Huxley em Loundun, nos reviramos e nos revoltamos em um teatro de contorcionismo que mata qualquer saber mais profundo.

Desde há muito, mas em especial a partir do século XVIII e do Romantismo, essas formas tem visitado continuamente a arte, a literatura e a produção cultural do Ocidente. Assim o fazer poético se revitalizou na fonte do imaginário popular, munindo-se de elementos tanto diabólicos e horripilantes como feéricos e mágicos. Com isso o manancial dos antigos mitos, das crenças no sobrenatural e do continuado poder alegórico com os contos de encanamento se mantém presente, transfigurado pela ótica de escritores, poetas e dramaturgos, assim como cineastas, cartunistas e artistas em geral (Volobuef 2011: 1).

Voltamos à era de caça às bruxas, pesquisas e descobertas sobre o humano não são bem vindas, o pós-moderno é inquisidor no mal sentido e é possuído por demónios que não são interessantes, ele é um recalque que precisa se redescobrir romântico. Todas as escolas, que se seguiram, contêm em si a carga do valor filosófico romântico e o Homem precisa reconhecer-se assim e reaproveitar a compreensão desses valores para se restabelecer na sociedade. O homem cria

entidades demoníacas desde o início dos tempos para conviver com seus medos e angústias e, em contraponto, desenvolveu à sua imagem e semelhança deuses com afetos furiosos e latentes. A criação destes seres por muito tempo fez a manutenção da psiquê humana. Abandonando seres originários a sociedade adquire aceções semelhantes ao de uma pessoa possessa que convive apenas com o desequilíbrio emocional da falta de referenciais positivos, tornando proeminentes as pulsões de morte do homem.

O mito, a magia e a busca de transcendência não estão enterrados no passado, mas fazem parte de todos os tempos e lugares habitados pelo Homem. Eles estão ligados àquilo que temos de mais humano: nossa capacidade de ter dúvidas, de sonhar com o inalcançável, de aspirar a espiritualidade, de sofrer ante o trágico e admirar o belo (Volobuef 2011: 10).

Desenvolver a sensibilidade pela arte e pela literatura é um ato de manutenção do cérebro humano como o sonho é o regulador do nosso dia, tomar contacto com a arte como pedem os românticos, de modo visceral, é ter mecanismos para a realidade. A filosofia romântica não é cura, é prevenção da razão e do espírito humano.

Através da reflexão de Schlegel já podemos perceber os indícios da crítica que hoje é levantada por Bauman (2011:74) para quem uma sociedade pós-moderna age de forma artificial para ser aceite, da mesma forma, o romântico já sofria dessa ânsia, saciada pelo literário.

A poesia romântica encontra-se ainda em processo evolutivo; com efeito a sua verdadeira essência é um eterno vir-a-ser e nunca poderá consumir. Ela não pode ser esgotada por nenhuma teoria e somente uma crítica divinatória teria condições de arriscar-se a pretender caracterizar o seu ideal. Só ela é infinita, assim como só ela é livre e reconhece como sua lei fundamental que a livre vontade do poeta não tolera nenhuma lei acima dele (Schlegel *in* Gomes e Vechi 1992: 52).

Se estivéssemos atentos ao nosso deslocamento permanente e buscássemos a existência pelo onírico não nos teríamos fragmentado tanto. Por fim, observamos que a pós-modernidade e a contemporaneidade são ápices do movimento romântico e requerem a aceitação da melancolia e dos medos humanos.

A aceitação da coexistência do belo e do grotesco é contingente natural do que o próprio homem trouxe para si em função da velocidade da atualidade. Infelizmente, uma estética de um belo controverso (além de plastificado) e através da violência brutal com a qual se trata a afetividade, destacam-se mais do que o que se pode reconhecer como belo verdadeiro na sociedade. Esta não é uma afirmação generalizada, pois podemos observar em pontos específicos que a própria arte, antes processo genial e laborioso, vem sendo produzida de modo superficial e manufaturado. O feminino, antes representante da fúria da natureza,

possuidora de um poder mágico, possui não mais a sua representação na Vénus, mas numa série de mulheres com aspeto e pensamentos semelhantes, através da massificação dos biótipos, matando a individualidade de um ser de condição naturalmente única e misteriosa. Isso não é grotesco ou belo, também não é o marco de uma época ou reflexo da moda, mas fraqueza de um espírito humano dispensável. A violência e a fúria sem motivos reais é patologia, a melancolia que não produz é neurose. Padecer do romantismo sem usar a sua filosofia é certamente adoecer e fragmentar-se. Por outro lado, o acentuamento dos conflitos de moralidade e a busca por uma liberdade de conhecimento, além da aceitação das diferenças entre os seres, enfatizam a beleza do grotesco, pois o grotesco não é o feio, mas o estranho.

O caos é inerente ao homem, mas as habilidades para lidar com ele foram desenvolvidas ao longo da história da humanidade e a principal delas é a imaginação.

Este recurso extremo do coração humano, causado pelos sentimentos triviais é o que se chama gênero romântico; poesia estranha, mas bastante apropriada ao estado moral da sociedade e às necessidades das gerações que já não se entusiasma com o que quer que seja e que exigem sensações a qualquer preço, sem achar que deste modo estão sacrificando a própria felicidade das gerações futuras. O ideal dos poetas românticos identifica-se com os nossos defeitos (Nodier *apud* Vidal *in* Gomes e Vechi 1992: 102).

Tal habilidade vem sendo abandonada na perspectiva em que se valoriza a velocidade e o lucro em detrimento do auto-conhecimento. Em contraposição aos sentimentos humanos e aos arquétipos que nos são necessários, recorre-se aos prazeres e relações efémeras, pois aprofundar-se em si e no outro amedronta. Assim, o pós-moderno e o contemporâneo preferem o entorpecimento seguido do esquecimento e de uma felicidade rasa, sem salientar a natureza que move os nossos fenômenos interiores.

O tempo, outrora individual e relativo, hoje é o mesmo para todos nós e aqueles que não o seguem sofrem um sentimento de opressão e defasagem. A noite, por muito tempo símbolo de reflexão e da eternidade do espírito humano, momento do silêncio da alma e confluência com o universo, principalmente para o romântico e sua filosofia (mesmo que seja apenas uma representação platônica do poeta), tornou-se período de angústia gerado não pelo autoconhecimento, mas pela opressão que já nos aguarda no dia seguinte, pois estamos inseridos numa opressão ainda muito semelhante ao sistema quase escravocrata da Revolução Industrial, com a diferença de que nós nos autoescravizamos por uma filosofia de vida que exclui a necessidade literária do Homem.

Certas dores possuem um poder tão paralisante que somente o silêncio e a leitura do que existe podem expressar uma semelhança entre os indivíduos. Qualquer frase parece pequena e diante das respostas do quotidiano sequer vale

falar, pois é cair num vazio ainda maior. Essa dor pode ser a do solitário num dia difícil ou de um profundo luto, assim como pode ser só amadurecimento. A literatura silencia-nos e resguarda-nos da banalidade dos dias. Quem de nós já não sentiu a angústia e o isolamento por uma simples queda de internet ou esquecimento do telemóvel (há exceções de pessoas que se negam a tornarem-se escravos)? Esse homem conectado em milhões de informações efémeras desconhece-se a si mesmo e, diante da presença única do estar consigo, sente-se desesperado, pois não possui em si o prazer de viver o momento ou o enfrentamento das suas dúvidas. O ser, que antes conhecia e coabitava com a natureza, desestabiliza-se por pequenos problemas e evita as grandes questões humanas.

Contudo, ainda existem livros que evitam o narrador-jornalista de histórias fragmentadas e enredos fáceis para a conquista de um público viciado na velocidade. Defendemos a literatura como um todo, mas ela não pode esvair-se de todas as características que adquiriu com a liberação romântica e viver do pós-moderno sem sentido e fragmentado.

Contudo essa histeria, que surge em todas as áreas do conhecimento sobre este homem fragmentado, o homem incapaz e o jovem despreparado, não é a resposta para a necessidade de se estar sempre feliz? Estar feliz, além de abstrato, seria total inércia, então buscamos a inércia julgando-nos felizes com os entorpecentes (que variam de compras excessivas até drogas potentes). A verdadeira incompetência da sociedade atual não seria não compreender que não somos felizes? Que chorar não é depressão? Que a melancolia em certos pontos faz parte de nós? Que a violência em determinados casos é uma saída assim como a punição dela?

Povos antigos choravam os seus lutos sem pílulas, sem cartões de crédito e, muitas vezes, em condições precárias. Qual a grande vantagem de sabermos hoje que muitos poetas românticos eram depressivos e alcoólatras se essas condições foram preponderantes para o resultado que hoje temos em termos literários? Queremos uma cura para a nossa condição natural de questionadores e ela não existe. O espírito pode desenvolver-se, mas não curar-se do ato de querer descobrir-se. Entorpecer-se é vegetar. Nem todos nós somos passíveis de análise do outro, raras exceções devem ser tratadas, nós é que devemos tratar de nós mesmos e conviver melhor com os nossos estados de humanidade e natureza. De facto, atiradores, drogados, ladrões e toda a série de perversos e psicopáticos, que existem entre nós, devem ser tratados pelos devidos profissionais, mas não é deles de quem falamos. Não pode um adolescente ser melancólico que já o classificam numa série de termos médicos, da mesma maneira que se trancafiava uma jovem que não se casava virgem num sanatório por possuir desejo. A literatura prova e renova todos os dias que ímpetos de vingança, tristeza e desejo são nossos e não devemos negá-los ou taxá-los de doença. A nossa forma de existir está em nós, a nossa aceitação do *self* é que está embaçada pela liquidez pós-moderna.

É possível, então, esconder-se na bolsa amarela de Zofia? Ou fugir para o mundo paralelo de Alice ou Caroline? Sentirmo-nos possessos como as freiras de Loundon? Enfurecer como a rainha que viu Branca de Neve surgir para tomar seu posto? Qual de nós não existe nessas condições? Talvez Aurora seja irritante demais para acordar e as bruxas sejam a saída da mesmice e da nossa incompetência, do nosso desejo por monstros como Franksteins ou Drácula, pois sabemos da identidade que temos com eles. A dubialidade sempre presente na literatura só lá existe por residir em nós.

Referências Bibliográficas

- Bauman, Zygmunt (2007): *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- (2011): *Vida em fragmentos-sobre a ética pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Eliade, Mircea (2007): *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo.
- Gomes, Álvaro Cardoso e Vechi, Carlos Alberto (1992): *A estética romântica*. São Paulo: Atlas.
- Hunt, Peter (2010): *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify.
- Ingarden, Roman (1965): *A obra de arte literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kehl, Maria Rita (2002): *Sobre Ética e Psicanálise*. São Paulo: Companhia de Letras.
- Propp, Vladimir: *As raízes Históricas do Conto Maravilhoso*. São Paulo: Martins Fontes.
- Volobuef, Karin (Org.) (2011): *Mito e magia*. São Paulo: Unesp.

«História da Gata Borralheira»: de Perrault a Sophia de Mello Breyner

Ana Isabel Moura¹
ana.nog.moura@gmail.com

Henriqueta Maria Gonçalves
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
hgoncalv@utad.pt

De *Histórias da Terra e do Mar*, obra publicada em 1984 que apresenta um conjunto de “contos-enigma”, como os designa Eunice Ribeiro, ocupar-nos-emos, neste estudo, do primeiro texto, «História da Gata Borralheira».

Em finais do século XVII, assiste-se, na Academia Francesa, à ‘Querela dos Antigos e dos Modernos’ que opõe uma facção tradicionalista e clássica a um grupo disposto a romper com a tradição clássica e a defender uma produção literária de raiz francesa que, genericamente, passou a ser designado pelo grupo dos ‘Modernos’. Charles Perrault (1628-1703) integra-se no segundo grupo, escrevendo em *Peau d’Âne*, texto publicado em 1694:

Pour moi, j’ose poser en fait
Qu’en de certains moments l’esprit le plus parfait
Peut aimer sans rougir jusqu’aux marionnettes;
Et qu’il est des temps et des lieux
Où le grave et le sérieux
Ne valent pas d’agréables sonnettes. (*apud* Schneider 1985: 84)

1. Foi no sentido de preservar a memória da tradição popular que Perrault recolheu vários contos e publicou, em 1697, *Contes de ma Mère l’Oye*, para:

tant que dans le monde aura des enfants
Des mères et des mères-grands
On en gardera la mémoire. (Schneider 1985: 85)

Para além de ter conseguido manter a tradição, Perrault soube torná-los acessíveis às crianças de uma burguesia em ascensão, abrindo portas que até então estavam apenas abertas aos filhos da nobreza.

¹ Mestre em Literatura Portuguesa: especialização em Infante-Juvenil. Defendeu a dissertação de mestrado: *O Universo Poético de Álvaro Magalhães: uma arquitetura invisível*, sob orientação do Prof. Doutor Armindo Mesquita, em 2006.

Dos contos incluídos em *Ma Mère l'Oye*, centrar-nos-emos em «Cendrillon ou la petite pantoufle en verre». A versão mais antiga deste conto remonta ao escritor latino Elieno (século III). Segundo Chevalier e Gheerbrant, “Quando uma cortesã, Rodópis, tomava banho, uma águia roubou-lhe uma sandália e levou-a ao faraó. Impressionado com a delicadeza do pé, este ordenou que procurassem aquela jovem por toda a parte; foi encontrada, naturalmente, e tomou-a por esposa” (Chevalier e Gheerbrant s/d: 586). Segundo os mesmos autores, no século IX, na China, aparece também outra versão, tanto mais que este conto se insere perfeitamente na cultura deste país, onde o pé é o símbolo da beleza e da sensualidade feminina e os pés ligados representam a mais elevada subtileza sensual para os chineses.

Das muitas versões conhecidas do conto a que nos estamos a referir, a de Charles Perrault é, sem dúvida, a mais conhecida e a que ainda hoje é contada às crianças, talvez devido ao facto de a adaptação da Disney a ter seguido de perto.

A versão de Perrault apresenta no final duas moralidades: na primeira, realça-se que a bondade (“bonne grâce”) é superior à beleza, fazendo-se, assim, a apologia do ser sobre o parecer; na segunda, o autor conclui que ainda que se seja dotado de grandes qualidades, um padrinho ou uma madrinha são essenciais para a promoção do talento de alguém.

O conto de Perrault cumpre um duplo objetivo: ocupa os serões das famílias, através do encantamento, conseguido porque o ouvinte /leitor é transportado para um mundo do maravilhoso, onde o sobrenatural é aceite, verificando-se uma construção paralela ao mundo real, perfeitamente conexas e aceitáveis.² Tal acontece, por exemplo, nas transformações operadas pela fada madrinha, onde se pode observar uma articulação plausível entre a forma, a cor e a função dos objetos e seres transformados, relativamente aos iniciais. Por outro lado, o conto ensina e moraliza: ensina, por exemplo, quais os materiais e modelos utilizados na confecção de vestidos nobres da época (“mon habit de velours rouge et ma garniture d’Angleterre” [Perrault 1981: 172]), dá conta de códigos de conduta e estratificação social, ao mesmo tempo que indica condutas morais, baseadas no desfecho da história: a vitória da bondade, da beleza natural, da paciência, da submissão e da generosidade; outros valores, no entanto, podem ser induzidos como a ascensão social através do casamento e a necessidade de existir harmonia entre irmãos, ou meio-irmãos, como é o caso.

No século XVIII, na Alemanha, começou a sentir-se o interesse pelas coisas do passado, indagando as raízes da identidade nacional. Foi neste contexto que despontou o gosto pelo medievalismo, pela História, pelos heróis do passado e pelas tradições e usos populares.

Jacob (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859) contribuíram para o conhecimento da cultura popular alemã. Filólogos, historiadores e narradores excepcionais, os irmãos Grimm, nas suas viagens frequentes pelo país, recolhiam

² A este propósito, veja-se Todorov (1970).

os contos que ouviam, registavam-nos e compilaram-nos. A publicação dos *Kinder-und-Hausmärchen*, em 1812, vem dar um contributo decisivo ao conhecimento da cultura popular de língua alemã na medida em que, imprimindo ao trabalho um rigor filológico, procuravam recolher com “fidelidade”³ o que ouviam.

Maria Teresa Cortez observa bem quando refere:

No contexto em que surgiram, muito marcado pela ideologia romântica, os *Kinder-und-Hausmärchen* tiveram uma dupla irradiação – mais acentuadamente literária (ligada tanto à literatura “erudita”, digamos, como à literatura infantil) ou mais acentuadamente científica, como trabalho de investigação filológica da antiga literatura alemã. (Cortez 2001: 29)

A versão da Gata Borralheira dos Grimm é, no essencial, semelhante à de Perrault: uma jovem órfã, cujo pai casa com uma mulher ativa e arrogante que tem duas filhas com temperamento idêntico; o rei organiza uma festa que dura três dias à qual vão as duas irmãs; Gata Borralheira arranja um meio de se transformar e ir ao baile; no terceiro dia, ao sair, perde um sapato, que será utilizado pelo príncipe para o reconhecimento que conduzirá ao seu casamento com a Gata Borralheira.

Ainda que haja evidentes aproximações entre os dois textos, verificam-se também pontos de afastamento. Enquanto a versão de Perrault tem o seu *incipit* com “Era uma vez um homem...”, a dos irmãos Grimm inicia com “Era uma vez uma mulher...”. A presença da mãe da Gata Borralheira, no início desta versão, bem como a inclusão de uma fala, onde assegura à filha a sua proteção mesmo após a sua morte, cria uma perpetuação da sua presença na ação, que se vai confirmar quando a Gata Borralheira deposita um raminho de aveleira, trazido pelo pai, no seu túmulo. É precisamente sob este rebento de aveleira, transformado em árvore, que se vão operar as transformações da protagonista. Esta aveleira permite à mãe da Gata Borralheira continuar presente, concedendo à menina a possibilidade de passar para o “outro mundo”, de aí realizar os seus desejos, e de exercer mesmo uma oposição ao segundo casamento do marido, rivalizando com a madrasta de Gata Borralheira e suas filhas. Assim, neste conto dos *Kinder-und-Hausmärchen*, a fada madrinha de Perrault é substituída pela aveleira e por aves (pombas, rolas e todas as avezinhas do céu). As aveleiras, como aparece referido em *Dicionário dos Símbolos*, para além de estarem ligadas aos ritos de casamento e à fertilidade, na simbólica dos povos germânicos e nórdicos, são “consideradas como árvores de caráter mágico. Por isso, são muitas vezes utilizadas pelos druidas ou pelos poetas como suportes de encantação” (Chevalier e Gheerbrant s/d: 102). Tanto a simbologia da fertilidade, associada ao casamento, como o suporte mágico encontram-se

³ Termo utilizado por Jacob Grimm em carta endereçada a Achim von Arnim, em 31 de dezembro de 1812. *Apud* Cortez (2001: 27).

ativados nesta versão, já que são centrais a procura e o encontro amoroso, sendo este mediatizado pela transformação mágica da personagem principal sob a aveleira.

Outro ponto em que as duas versões não coincidem é o que diz respeito às tarefas desempenhadas pela Gata Borralheira. Enquanto na de Perrault, a heroína apenas cumpre os trabalhos domésticos de limpar e esfregar, na versão dos Grimm, para além dos duros trabalhos, a Gata Borralheira teve de vencer duas provas, na tentativa de convencer a madrasta a deixá-la ir ao baile. Por duas vezes a madrasta lhe despeja lentilhas na cinza, em sinal de desdém e de forma a encontrar um álibi plausível que a impedisse de ir à festa, impedimento contrariado com a ajuda das aves.

Mas o ponto em que as duas versões mais se afastam é o momento da transformação. Se a versão de Perrault apresenta os objetos mágicos criados a partir de artefactos do quotidiano, na versão dos Grimm esses objetos não aparecem e apenas se assiste à transformação, aquando das súplicas da Gata Borralheira sob a aveleira, sendo as aves os elementos que transportam os elementos mágicos – o vestido de ouro e prata e os sapatinhos.

A saída do baile, isto é, a recuperação da forma inicial também varia nas duas versões. Na primeira, a protagonista tem de estar de volta antes da meia-noite, pois o encantamento quebrar-se-á nesse momento; por este motivo, na segunda noite, depois de sair apressada após as primeiras badaladas da meia-noite, todos os objetos recuperaram a forma primitiva e a personagem não é reconhecida como a bela rapariga do baile, à saída. Como na versão dos Grimm não existe hora marcada para a saída, este momento é mediado por um local de transfiguração: um pombal e uma pereira. Ambos foram derrubados pelo rei.⁴

Finalmente, a forma como o príncipe consegue encontrar a Gata Borralheira diverge nas duas versões. No conto francês, o príncipe apanha o chinelo, quando a personagem o perde na fuga, e envia um súbdito procurar a dona do chinelo, sendo este que a encontra. No conto alemão, o reconhecimento é mais arduo: o príncipe começa por “cobrir a escadaria com pez” (Grimm 1992: 152), fazendo com que o sapato esquerdo da jovem aí fique preso e possa ser usado como elemento de reconhecimento. Mas esse reconhecimento começa por se apresentar como falso dado que as duas irmãs de Gata Borralheira conseguem calçar o sapato, ainda que para isso tenham de mutilar os seus pés. São mais uma vez os pássaros que repõem a verdade e alertam o príncipe para o logro em que caíra duas vezes. Foram também as aves que saudaram o príncipe por ter encontrado a sua noiva através do sapato de ouro. O pormenor do material de que é feito o sapato é curioso e diferente nas duas versões. Tanto o ouro como o vidro são materiais inusitados na confeção de sapatos: se o ouro traduz a riqueza,

⁴ Para Bruno Bettlheim “O facto de o pai demolir os esconderijos da Gata Borralheira – derrubando o pombal e a pereira – mostra a sua prontidão em a entregar ao príncipe” (Bettlheim 2003: 334).

o vidro expressa a delicadeza, a fragilidade e, em última instância, a própria fantasia do mundo de fadas criado por Perrault. É talvez por este motivo que muitos estudiosos se interrogam se o vidro (*verre*, em francês) não terá sido um equívoco relativamente à homónima *vair* que significa peles, pois um sapato de pele seria muito mais verosímil, embora menos condicente com o mundo mágico dos contos de fadas. O sapato é o símbolo da identificação, é o sinal do reconhecimento da Gata Borralheira como digna pretendente do príncipe e é a prova irrefutável da sua autenticidade⁵.

As duas versões apresentam, portanto, pontos de proximidade e de afastamento que nos interessou registar na medida em que podem trazer apontamentos interessantes para a análise que de seguida faremos do conto de Sophia de Mello Breyner Andresen «História da Gata Borralheira».

2. «História da Gata Borralheira» de Sophia de Mello Breyner encontra-se incluída no volume *Histórias da Terra e do Mar*. Estaremos perante um reconto da história tradicional ou perante uma recriação original? Ainda que baseado no arquétipo tradicional, este conto reveste-se de uma complexidade e profundidade que ultrapassam as margens impostas pelo universo ficcional precedente.

2.1. Continuidades

2.1.1. O título

Constituindo “um elemento fundamental de identificação narrativa” (Reis e Lopes 1994: 415), o título é exatamente o mesmo na maior parte das versões em português, sejam as tradicionais seja o da história de Sophia de Mello Breyner. Ele indica desde logo duas categorias narrativas – a ação e a personagem; assim, a palavra “História” pode ser entendida como o “conjunto de acontecimentos narrados” (Reis e Lopes 1994: 195) sobre a Gata Borralheira, nome que imediatamente a identifica como personagem principal. Desta forma, o título propõe, logo à partida, um “pacto de leitura” que transporta o leitor para o mundo fantástico dos contos de fadas, uma vez que ativa o conceito de intertextualidade. Todo o universo recriado pela versão tradicional da Gata Borralheira será aqui ativado, constituindo sempre a base onde irá sendo inscrita a nova versão. Assim, esta será sempre um “palimpsesto”⁶ da anterior, marcando pré-conceitos e catalisando a reprodução de um modelo ficcional – o conto de fadas.

2.1.2. A personagem principal

Ainda que na «História da Gata Borralheira» de Sophia a personagem principal nunca seja denominada por este epíteto, a sua caracterização é

⁵ A leitura de Bruno Bettlheim, à luz da corrente psicanalista, afigura-se plausível. Na versão dos Grimm, é o príncipe quem introduz o sapato no pé da Gata Borralheira, constituindo este momento o ‘noivado’ dos dois.

⁶ Cf. o que é dito em Genette (1982).

semelhante à das versões tradicionais. Trata-se de uma rapariga jovem, oriunda de um meio social desfavorecido, desejosa de ascender socialmente e que efetua essa mudança através do casamento. Também quer nas versões tradicionais quer em Sophia, a indumentária da protagonista é um fator de exclusão social e de chacota. A Gata Borralheira de Grimm veste “uns trapos cinzentos e calçaram-lhe uns tamancos de madeira” (Grimm 1992: 147) e Lúcia, no seu primeiro baile, enverga um vestido velho e lilás da madrinha e calça uns sapatos largos e rotos “fora de moda e em mau estado, com o forro azul roto nas biqueiras e aqui e além manchas de bolor.” (Andresen 1989: 17). O vestuário constitui, na verdade, um entrave à promoção social das personagens principais e elas são ainda recriminadas por isso mesmo:

Olhem só para a princesa, vejam como ela está elegante! – disseram rindo [...] tu estás cheia de pó e de porcarias e queres ir ao noivado? Não tens vestidos, nem sapatos, e queres ir dançar? (Grimm 1992: 149)

- Quem é aquela rapariga com um horrível vestido lilás? [...] pensei que já não houvesse ninguém capaz de se vestir de lilás. [...] Talvez fosse bonita se estivesse vestida de outra maneira. Assim... [...] Aqui o meu vestido é uma espécie de anti-passaporte que me proíbe a passagem para o mundo deles. (Andresen 1989: 19, 20)

De igual forma, num segundo momento e nos dois textos, a utilização de roupa requintada e de sapatos brilhantes transporta as protagonistas para o mundo de riqueza, opulência e brilho com que sempre haviam sonhado. Nos dois casos, é o vestuário que transforma a rapariga pobre e desadequada socialmente numa candidata a princesa. A aparência exterior funciona portanto como fator de reconhecimento de *status* social.

2.1.3. O baile e a perda do sapato

O baile é um momento de transformação capaz de operar a mudança de classe social das jovens e nos dois casos ilustra as convenções sociais da época. Nos séculos XVII e XVIII, o baile é uma festa em que participam nobres convidados pelo rei, com o intuito de encontrar uma noiva para o príncipe; no século XX, o baile é também a festa de uma classe abastada, de encontro social e de divertimento. O baile funciona, em ambos os textos, como um ritual iniciático onde se apresenta a jovem à sociedade: é a entrada no mundo adulto onde se trava conhecimento com o príncipe, embora no caso de Lúcia esse príncipe não seja o seu futuro marido.

É ainda no baile que ambas as protagonistas perdem um sapato. No caso da versão tradicional, esse sapato vai ser a prova de identificação necessária ao reconhecimento da Gata Borralheira como a noiva do príncipe. Na narrativa de Sophia, também Lúcia perde o seu sapato no primeiro baile, mais precisamente o sapato esquerdo (em latim *sinister* é sinónimo de funesto), numa clara alusão ao seu destino trágico, e que, além disso, lhe estava largo e roto, provocando o seu

embaraço na festa (o desprezo que causou nos presentes foi tal, que acabou por ser recolhido com pinças por um criado!). No segundo baile, decorridos vinte anos, precisamente na mesma data e no mesmo local, os sapatos eram mais dignos de uma ‘cinderela’, pois eram bordados de brilhantes verdadeiros. Neste momento, Lúcia pertencia já a outra esfera social e queria vingar a humilhação que sofrera no seu primeiro baile. Os sapatos e o vestido eram o seu passaporte para a felicidade alcançada e a possibilidade de sublimar o seu trauma de juventude. Para isso iria queimar o vestido, utilizando o fogo para exorcizar a “memória da humilhação ali antes sofrida” (Andresen 1989: 37). Mas esta intenção não foi consumada e o sapato, que perdera vinte anos antes, vem reacender esse passado. O homem misterioso, com quem conversara na varanda, aparece-lhe de novo, pedindo o sapato do seu pé esquerdo, pretendendo trocá-lo pelo antigo sapato. Lúcia recusa, exclamando: “O sapato é meu. Ganhei-o. Fui eu que o ganhei. É o trabalho da minha vida inteira. É a minha vida.” (Andresen 1989: 42).

Assim, o sapato roto também serve para reconhecer a verdadeira identidade da personagem, no sentido em que ele é o depositário da sua essência, em contraponto com o sapato de brilhantes que assume o mundo das aparências, o mundo pelo qual Lúcia optara, ao decidir viver com a madrinha. Mas, nos dois casos, o sapato é utilizado como meio de reposição da verdade e de (re)encontro da Gata Borralheira com o príncipe.

2.2. Ruturas

2.2.1. A construção da personagem

Na história tradicional, a Gata Borralheira é uma personagem sem nome próprio, “construída a partir de uma única ideia” (Reis e Lopes 1992: 322) – casar com o príncipe para alcançar a felicidade: é uma personagem plana, não evolui nem apresenta densidade psicológica.

Pelo contrário, a protagonista do conto das *Histórias da Terra e do Mar* evolui e é caracterizada de forma mais pormenorizada tanto física como psicologicamente. Ela tem um nome próprio – Lúcia (do latim lux), que remete para a luz e, na tradição bíblica, esta simboliza a vida, a salvação e a felicidade. É esta precisamente a busca da personagem que, ofuscada pela pobreza, aspira, na sua transição para a idade adulta, a deslocar-se para outro universo social, tentando aí refugiar-se da frustração em que vivia. Assim, esta personagem vai sofrer uma evolução psicológica e passa de um mundo em que se sente sozinha, desintegrada e inferior, para outro espaço social que lhe permite aceder ao poder e ao brilho, mas cravejado pela “prudência e cálculo” (Andresen 1989: 34). Lúcia debate-se num conflito interior entre a essência e a aparência, entre o que ela é e o que gostaria de ser. Vive ainda o drama de ter que optar por um desses mundos e de acarretar com as consequências da opção efetuada:

Mas algo nela hesitava: deixar a sua casa, aqueles que a amavam, deixar a doce liberdade familiar [...] e trocar tudo isso, que era quente, vivo e livre, pela minuciosa tirania da tia rica e pelos seus discursos de prudência e cálculo, era difícil. Mas não queria renunciar ao outro caminho. (Andresen 1989: 34)

E quando a madrinha a tenta (“Se vieres viver comigo, eu dou-te todas as coisas de que precisas” [Andresen 1989: 33]) e lhe lembra que “Viver é escolher” (p. 33), Lúcia decide optar pelo caminho da facilidade, do triunfo onde “Passou a ter tudo o que antes não tinha” (p. 35). Mas se todos os bens materiais estavam agora na sua posse, Lúcia deveria pagar “o preço do mundo” (p. 42); esse preço acabou por ser a sua morte, já que optara pelo caminho das trevas⁷: a superficialidade, a riqueza, o poder e a aparência.

O caminho escolhido por Lúcia parece ser inevitável, pois desde o início do conto assiste-se a uma sequência de indícios que pressagiam o final trágico a que se assiste. Estes elementos disfóricos relacionam-se especialmente com o ambiente que rodeia a protagonista: o riso dos convidados do baile que “cortava, como um pequeno *punhal*, a água lisa dos tanques” (Andresen 1989: 10) e os espelhos que refletiam Lúcia “como uma *afogada* boiando numa água *sinistra*” (p. 18), chegando a ser explicitados tanto pelo narrador (“parecia-lhe que a rapariga a tentara ajudar a defender-se de algum perigo que ela não queria ver”) (p. 22), como pelo príncipe, logo no primeiro baile: “há nestas noites uma angústia especial – há no ar o *pressentimento* de que nos vamos *despistar*, nos vamos distrair” (p. 25)⁸.

A evolução de Lúcia torna-se mais coerente e verosímil quando verificamos que vinte anos medeiam os dois bailes. Na verdade, Lúcia, nesta elipse temporal, tem ocasião de se transformar numa mulher mais rica, mais bela e, conseqüentemente, mais poderosa, incorporando os tiques⁹ do “mundo do brilho e poder” (Andresen 1989: 27):

E assim passaram vinte anos. Também o tempo parecia servir Lúcia. Ela tinha embelezado sempre mais. O oval da sua cara agora era mais fino, os seus traços mais desenhados, os seus gestos mais perfeitos, a sua voz mais equilibrada e serena (Andresen 1989: 36)

Os aspetos acima enunciados fazem de Lúcia uma personagem com espessura e densidade psicológicas não existentes na Gata Borracheira tradicional. A personagem humaniza-se (pensa, sente, hesita...), assumindo uma singularidade própria da literatura contemporânea.

⁷ A presença do lado esquerdo é reiterada no conto: o quarto de vestir situava-se à esquerda, o sapato que perdeu foi o esquerdo, o rapaz misterioso sai da sala de baile pela porta da esquerda.

⁸ As palavras destacadas em itálico são da nossa responsabilidade.

⁹ “E ela sacudia os cabelos e batia as pestanas” (Andresen 1989: 39).

2.1.2. Os espelhos

Enquanto na versão de Charles Perrault o espelho apenas reproduz a realidade tal como ela é e apenas as irmãs da Gata Borralheira se observam nele, no conto de Sophia de Mello Breyner os espelhos cumprem uma função mais complexa. São espelhos antigos, com “um fundo embaciado, manchado e verde” (Andresen 1989: 18), que multiplicam as imagens na sala de baile, mas nos quais Lúcia é advertida a não confiar: “é preciso não dar importância a esse gênero de espelhos. São como as pessoas más, não dizem a verdade” (p. 21). Nessa versão, sempre que Lúcia se observa ao espelho, a imagem que lhe é retribuída é de pobreza e fealdade, por isso ela foge dele, ainda que lhe parecesse que “em toda a parte o espelho a via” (p. 30). Aqui os espelhos chamam-na à realidade, re-freiam a sua ambição, obrigando-a a recordar quem é e a admitir a sua condição.

A duplicação da imagem persegue Lúcia não só através dos espelhos, como também através da água, que serve de reflexo da lua durante a noite. Logo no parágrafo inicial, a noite é personificada e identificada com uma mulher que observa “extasiadamente o reflexo do seu rosto” (Andresen 1989: 9)¹⁰ e, na conversa entabulada com o príncipe, no primeiro baile, ele afirma: “- Tudo parece tão misterioso: o brilhar do luar entre as sombras e as folhas das árvores, o reflexo da lua no lago. O lago parece um espelho” (p. 24). A própria lua pode ser associada ao feminino, pois reflete a luz do sol (o elemento apolíneo, para Nietzsche, indica virilidade e a lua feminilidade) e relaciona-se ainda com o espelho, no sentido em que a lua cheia tem a forma circular, tal como o “tanque redondo” referido no primeiro parágrafo. Fazendo uma leitura psicanalítica destes elementos, a noite proporciona à personagem principal o adormecimento da sua consciência, permitindo-lhe sonhar com uma vida que não é a sua e que a transporta para um paraíso, pois ascende socialmente, mas que a conduzirá, inevitavelmente, para a morte. E quando Lúcia quer apagar o seu passado, “apagar até ao último vestígio, a memória da humilhação ali antes sofrida” (p. 37), também ela espera dos espelhos a mesma resposta que a madrasta de Branca Flor¹¹ – ela gostaria de ser a mais bela, a mais perfeita e a mais poderosa.

A imagem devolvida pelo espelho, depois do segundo baile, não é a de Lúcia com sapatos de brilhantes verdadeiros, como realmente se apresentava, mas antes a do vestido lilás de outrora. No entanto, esta continua a ser a imagem *verdadeira*, isto é, aquela que reflete a sua essência, a sua identidade mais autêntica, e, por isso, o espelho continua a mostrar a imagem do seu “eu” que

¹⁰ Veja-se a este propósito o mito de Narciso. Este elemento acentua o pendor trágico da história, pois a vaidade e o egocentrismo de Narciso conduziram-no à perdição.

¹¹ Regista-se neste conto a presença de um outro intertexto – «A Bela Adormecida» – particularmente na importância que o espelho aí assume na identificação da protagonista – a mais bela.

ficara gravada no espelho: “a mesma imagem lá estava ainda” (Andresen 1989: 40)¹².

2.1.3. A madrasta e a madrinha

No conto tradicional, a madrasta surge como um obstáculo à consecução dos objetivos da Gata Borralheira: ela despreza-a, obriga-a a trabalhar arduamente e impede-a de ir ao baile. Por seu lado, a fada madrinha auxilia a heroína e propicia-lhe todos os meios para poder comparecer no baile e, desta forma, alcançar o seu sonho – casar com o príncipe.

Sophia, por seu lado, não inclui no conto a figura da madrasta. Ainda que o pai de Lúcia seja viúvo, tal como na versão tradicional, assiste-se a uma inversão completa das outras figuras familiares aqui presentes. Esta Gata Borralheira não tem duas meio-irmãs, mas dois irmãos, verificando-se, assim, uma inversão de sexo e, simultaneamente, uma completa ausência de relevo dos irmãos.

Ainda que a figura da Madrasta não esteja sequer incluída no conto enquanto tal, a sua funcionalidade é encarnada pela figura da Madrinha. Esta inversão de papéis resulta do facto de a Madrinha de Lúcia constituir um polo de negatividade, tal como o é a Madrasta da Gata Borralheira. Esta madrinha não protege, não substitui a mãe nas suas funções essenciais, educar e acariciar, nem sequer opera transformações positivas. Muito pelo contrário, é ela quem oferece a Lúcia um vestido, mas é um seu velho vestido lilás que funciona como “uma espécie de anti-passaporte” (Andresen 1989: 20) para o baile e lhe dificulta a inclusão no mundo da casa ‘cor-de-rosa’. Esta madrinha é ainda um ser demoníaco, já que exerce uma tentação e encarna a sedução do mundo das aparências, da riqueza fácil e da ambição: “- Lúcia, tens dezoito anos, é preciso pensar no teu futuro [...] Vem viver comigo que sou tua madrinha e não tenho filhos. Se vieres viver comigo, eu dou-te todas as coisas de que tu precisas” (p. 33).

Seguramente não é esta a madrinha de que o leitor estaria à espera. Ela é mais madrasta do que substituta da mãe, deslocando-se de um universo marcadamente eufórico para um mundo disfórico.

Podemos, assim, concluir que se trata, neste ponto, de uma referência intertextual invertida, aquilo que Laurent Jenny designa por “intersessão dos valores simbólicos”, pois “Os símbolos elaborados por um texto são retomados com significações opostas no novo contexto” (Jenny 1979: 43).

2.1.4. O desfecho

Também no desfecho Sophia se afasta da tradição. Enquanto nas versões de Perrault e de Grimm a Gata Borralheira é reconhecida através do sapato e casa com o príncipe, permanecendo a história no domínio do maravilhoso e do

¹² Cf. *O Retrato de Dorian Gray* de Óscar Wilde, em que o espelho também reflete o verdadeiro carácter do protagonista.

happy end, o conto que Sophia nos apresenta rompe com esse modelo, instaurando um clima próximo do universo fantástico.

Na verdade, a Gata Borralheira de Sophia não casa com o príncipe, mas com um homem cuja identidade é absolutamente desconhecida, de quem apenas se refere que era rico. O príncipe identifica-se mais com o belo rapaz alto e moreno com quem ela dança no primeiro baile e que reaparece no segundo baile para trocar o sapato de brilhantes pelo velho sapato roto que Lúcia perdera duas décadas antes. O príncipe é, por conseguinte, outro elemento que funciona de forma oposta à tradicional, pois não conduz a protagonista à felicidade, antes a encaminha para a morte, uma morte misteriosa, pois a protagonista aparece sem vida, não se encontrando qualquer explicação plausível para esse facto. A incredulidade transparece no discurso modalizante do narrador, revelando não encontrar uma explicação racional para a morte e muito menos para a presença do sapato no pé do cadáver:

“ninguém quis acreditar no que via [...] Parecia inexplicável. Mas veio o médico e constatou que a morte tinha sido causada por uma síncope cardíaca. Era uma explicação. [...] Mas o que era inexplicável era o facto dela ter no pé esquerdo um sapato forrado de seda azul, um sapato de aspeto miserável, roto e coberto de manchas esbranquiçadas de bolor. Para isso nunca apareceu explicação.” (Andresen 1989: 43, 44)

A ambiguidade que emerge no final do conto sugere a irrupção do fantástico, entendida na aceção de Marcel Schneider como “un produit de rupture, une déchirure soudaine dans l’expérience vécue du quotidien” (Schneider 1985: 8).

Notas Finais

Ainda que na «História da Gata Borralheira» não exista o tradicional desfecho que encontramos em Perrault, com a explicitação da moralidade, o conto parece filiar-se no conto tradicional na medida em que leva o leitor a valorizar o ser relativamente ao parecer, educando-o desta forma. Lúcia lutou para ascender a uma classe social a que não pertencia e onde prevaleciam as aparências, os bens materiais, o exterior. No entanto, a sombra do seu passado, a sua imagem de rapariga pobre, nunca a abandonou. Por isso, quando o misterioso homem a confronta com esse passado, Lúcia sucumbe, pagando assim a sua ambição desmesurada. Agustina Bessa-Luís, a propósito deste desfecho trágico, interroga-se: “Lúcia morre. Porquê? Que quer a autora dizer com isso? Muito simplesmente que há uma hora certa para escolher um caminho e que ele não se pode mudar, uma vez decidido na juventude”.

Observando o percurso da protagonista, escutando a voz judicativa e omnipresente do narrador, mas essencialmente através do culminar de frases lapidares em discurso abstrato como “Viver é escolher” (Andresen 1989: 33) e “O mundo tem um preço” (p. 35), compreendemos que Sophia defende a liberdade individual e proclama a construção da vida de cada homem pelo

próprio indivíduo. Assim sendo, o Homem deverá construir o seu próprio caminho, fazendo opções e tomando consciência das consequências das escolhas que vai fazendo, sem nunca renegar o passado.

Esta exaltação de princípios éticos é uma constante na obra de Sophia de Mello Breyner: tanto na sua poesia como na prosa para adultos ou para crianças ressalta a proclamação dos ideais da justiça e do humanismo. Num estudo dedicado à poesia portuguesa do século XX, Maria de Fátima Marinho afirma que a obra da autora “vai reiterando as mesmas obsessões, consolidando uma poética muito própria e coerente com os seus desígnios” (Marinho 1989: 177). Esta mesma unidade temática e estilística são também referidas por Maria Graciete Besse, num estudo que dedica aos *Contos Exemplares*: “A obra poética de Sophia exprime o amor da vida e uma profunda exigência moral [...]. Esta exigência, herdeira da liberdade e da luta pela dignidade do ser, encontra-se ainda nos textos em prosa” (Besse 1990: 11).

A intertextualidade é também um fenómeno presente na sua obra. José António Gomes refere “as evidentes relações dialógicas quer com a restante obra lírica e narrativa da autora, quer com os grandes clássicos da literatura universal” (Gomes 2000: 13).

Referências Bibliográficas

Bibliografia ativa

- Andresen, Sophia de Mello Breyner (1997): «História da Gata Borralheira». In: *Histórias da Terra e do Mar*. 15.^a Ed. (1.^a ed. 1984, Edições Salamandra). Lisboa: Texto Editora.
- Grimm, Jacob e Wilhelm (1992): *Contos de Grimm*. 2.^a ed. Lisboa: Relógio de Água.
- Perrault, Charles (1981): *Contes*. Paris: Édition de Jean Pierre Collinet. Éditions Gallimard.

Bibliografia passiva

- Barreto, António Garcia (2002): *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*. Porto: Campo das Letras.
- Bravo-Villasante, Carmen (1977): *História da Literatura Infantil Universal*. Lisboa: Veja.
- Bettelheim, Bruno (2003): *Psicanálise dos contos de fadas*. 10.^a Edição. Lisboa: Bertrand Editora (tradução de *The uses of enchantement*, 1975).
- Besse, Maria Graciete (1990): *Contos Exemplares de Sophia de Mello Breyner*. Mem Martins: Europa-América.
- Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain (s/d): *Dicionário dos símbolos*. (1.^a Edição: 1982). Lisboa: Editorial Teorema.
- Cortez, Maria Teresa (2001): *Os Contos de Grimm em Portugal – A Recepção dos Kinder-und Hausmärchen entre 1837 e 1910*. Coimbra: Minerva.
- Genette, Gérard (1982): *Palimpsestes*. Paris: Seuil.
- Gomes, José António (2000): *Sophia, infância e apelo do mar: elementos de uma leitura da obra para crianças*. Matosinhos: Contemporânea.
- Jenny, Laurent (1979): «A estratégia da forma», in *Intertextualidades*. Coimbra: Almedina.
- Marinho, Maria de Fátima (1989): *A Poesia Portuguesa nos Meados do Século XX: Rupturas e Continuidades*. Lisboa: Caminho.
- Propp, Vladimir (1983): *Morfologia do Conto*. Lisboa: Vega
- Reis, Carlos e Lopes, Ana Cristina M. (1994): *Dicionário de Narratologia*. 4.^a Edição. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, Eunice Maria da Silva (1985): *O percurso da disforia: breve ensaio semiótico sobre História da Gata Borralheira de Sophia de Mello Breyner*. [Texto policopiado] São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Schneider, Marcel (1985): *Histoire de la littérature fantastique en France*. Paris: Librairie Arthème Fayard.
- Seixo, Maria Alzira (1986): *A palavra do romance: ensaios sobre a genealogia e a análise*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Todorov, Tzvetan (1970): *Introduction à la littérature fantastique*. Paris: Éditions du Seuil.

Nœud de récits; dynamique transgressive (à propos de *Fantasia pour deux colonels et une piscine*¹)

Celina Silva
Universidade do Porto
celinas@letras.up.pt

Abstract

Notes about the novel «Fantasia para Dois Coroneis e Uma Piscina» by Mário de Carvalho in which a satirical and highly imaginative portrait of the Portuguese society of our time is made, within a transgenerical, hyper- and metatextual form of writing.

Keywords: novel, palimpsesto, transgenericity, Postmodernity.

Résumé

Note de lecture sur le roman *Fantasia pour deux colonels et une piscine* de Mário de Carvalho, portrait satirique du Portugal et divertissement signalant son côté transgénérique, hypertextuel et métatextuel orchestré par une imagination éclatante.

Mots-clés: roman, palimpseste, transgénéricité, Postmodernité.

Auteur proluxe, polyvalent, Mário de Carvalho se réclame du goût de travailler à un niveau presque «expérimental» les possibilités formelles de l'écriture, notamment la variété des genres; «De vez em quando gosto de mudar de terreno: das novelas ou romances para o cinema, deste para os contos, e também teatro.» Ses œuvres attestent une créativité impressive où virtuosité de langage et souplesse dans l'agencement de registres littéraires diversifiés, parfois contrastants, vont de pair avec l'évocation de questions identitaires, qu'elles touchent à la nation portugaise ou qu'elles soient d'ordre littéraire: «Ai do escritor que não reflecte sobre a matéria prima e sobre o seu material de trabalho» (Martins 2003). Une combinatoire unique d'ironie, parodie et métafiction constitue l'ensemble des caractéristiques qui «définissent» à grands traits la globalité de sa production, tout en témoignant une connaissance approfondie et acérée de la condition humaine, du langage et de la littérature en particulier. *Fantasia pour deux colonels et une piscine*, publié en 2003 au Portugal et en

¹ *Fantasia pour Deux Colonels et Une Piscine*, Paris, Christian Bourgeois, 2007, traduction de M.H. Piwnik. On fera systématiquement référence à la traduction, sauf dans les cas où la référence à l'original se montre particulièrement pertinente pour l'exposé.

2007 en France, confirme, une fois de plus, l'originalité de sa production fictionnelle au long de trois décennies de publication régulière.

Ce roman esquisse un portrait satirique du Portugal actuel en singulier «monde à l'envers» (Silva 2009), sorte de version postmoderne de «cirque romain» (Gomes 2005) dont les éléments convoqués se partagent entre le ridicule et le grotesque, dénonçant la dégradation de l'ordre et de l'espace sociaux où le réel devient spectacle, l'absence généralisée de valeurs érigée en «modèle de prestige» par les médias. Caricature haute en couleurs de la société portugaise contemporaine, le texte mentionné met à jour les défauts des Portugais à l'époque actuelle, à travers une écriture où le comique est choisi à la fois comme principe de l'affabulation et moyen de plaider l'extrême urgence du retour au bon sens:

O país está alienado. Está completamente dependente do vocabulário rasca, do futebol e do lixo televisivo, fenómenos que minaram as nossas reservas de crítica e de bom gosto. É esta situação que me preocupa muito, embora neste livro a aborde pelo lado do riso. (Martins 2003)

Longtemps considéré comme un mode mineur dans la poétique occidentale, malgré les chefs-d'œuvre qu'il a produits, le comique permet une claire subversion de «l'ordre des choses» et de la normativité, montrant la relativité des valeurs littéraires, éthiques et sociales, la double vision qui le caractérise modalise ou détruit la représentation de la réalité des genres dits «nobles» dans la tradition classique; de son côté, la fable appartient au genre didactique, «humble» lui aussi. Diverses formes et différents modes se retrouvent imbriqués, à divers niveaux architextuels, dans la structuration composite du roman en question, dans lequel la coexistence d'oppositions est une constante, devenant un authentique élément constitutif. Sa production crée un dialogue ouvert, intense entre le littéraire et les autres formes expressives en instaurant un mélange de registres longtemps considérés comme «supérieurs» et «inférieurs». D'après M. de Carvalho:

A literatura é feita de tudo desde os trava-línguas às histórias tradicionais. (...) Há neste livro mudanças de plano que sugerem a montagem cinematográfica. A forma como hoje vemos o mundo está formatada pelo cinema e pelo audiovisual. Não podemos voltar ao romance burguês do século XIX. Se temos todos estes materiais à disposição, porque não utilizá-los? (Martins 2003)

Fantasia... s'instaure en tant que fiction, d'ailleurs convoquée explicitement comme telle le long du récit, et notamment à la fin, où le Portugal actuel est représenté d'après les caprices souverains et les détours de l'imagination de son auteur qui nous en livre un portrait dépourvu de toute grandeur. En tant que formes et thématiques majeures de notre civilisation, réel, fantastique, caricature et impitoyable critique sociale s'allient dans une relecture-réécriture de textes

canoniques et autres configurant une poétique post-moderne (Hutcheon 1988). En effet, à tout moment, la dimension épistémologique du travail de l'écriture, de même que le statut ontologique d'un narrateur (auto)ironique qui se dédouble à l'intérieur du texte en «narrateur-auteur», sont questionnés avec humour:

Comme j'aurais aimé décrire les allées et venues d'Emanuel, armé de sa lame d'acier, les genoux haut levés comme les Indiens dans la prairie, sillonnant les arpentés du colonel Lencastre qui le suivait, méditatif, aux côtés de son camarade, plus entreprenant. Mais les heures passent, toutes blessent, la dernière tue et, tandis que nous parlons, voici que le temps envieux s'enfuit, que le même cours des planètes régit nos jours et nos nuits et que moi, en toute conscience, je pense que je ne dois pas répéter une description que j'ai déjà faite. C'est un effort disproportionné! Un jour, lecteur, je te raconterai les angoisses et les tourments qui président au martèlement du petit métier de l'écriture, où l'on sent encore la main du chaudronnier ou, peut-être, du fabricant d'automates, et t'expliquerai comme il est désolant d'arriver à la naissance de l'aurore aux doigts de rose, et à la rumeur des premiers autobus, quand l'équipage d'un avion de l'est sort de l'hôtel en face pour prendre le minibus de l'aéroport, en n'ayant que deux ou trois pages à peine passables. Rien que ce travail d'orfèvre minutieux, dans un maquis semé d'embûches, sans parler du reste, devrait être, non pas princièrement, non pas royalement, mais impérialement payé. (Carvalho 2007: 262-3)

Descente aux tréfonds de la culture et questionnement du présent, *Fantasia...* se veut un exercice ludique et conscient des difficultés et des pouvoirs de la littérature, de ses exigences, de ses capacités; œuvre envisagée comme un «voyage» libre et triomphal dans l'imaginaire, dans le temps et surtout dans les voies du récit où tout n'«est que construction et jeu», selon la formule de Tomachevski. Le roman, considéré comme un domaine privilégié de la pratique de l'écriture par l'énorme variété de tonalités, d'actions et de formes de récit possibles, devient chez lui une véritable recherche qui atteint des dimensions politiques et sociales. M. Carvalho n'a de cesse d'embrasser, de déjouer et de mettre à l'épreuve les principes constructifs «canoniques» tout en revendiquant une part considérable de «fantaisie» et de créativité «expérimentale» dans ses récits; d'après lui, plaisir et jeux doivent y régner car l'ouverture formelle inhérente à la forme romanesque rend attrayante voire exige une telle prise de libertés.

D'après Bahktin, l'origine multiple et hétérogène du roman contribue foncièrement à produire l'effet de nouveauté qui le caractérise en tant que genre; souvent confondu au long de sa genèse avec la «nouvelle» (notamment au XVII^{ème} et au début du XVIII^{ème} siècles), de par le fait qu'elle aussi assume un rôle subversif de l'ordre établi, qu'il soit social, moral ou littéraire, le roman devient un véritable «contre-genre», un «archi-genre», selon les diverses lectures de l'œuvre du théoricien russe. Tout en partageant les thèses du savant mentionné selon lesquelles le roman s'oppose non seulement à l'épopée, comme

le postulent Hegel et Lukacs, mais aussi et surtout à la poétique normative du Classicisme, à toute rigidité normative, générique ou autre, par exemple la monovalence caractéristique du logocentrisme, M. de Carvalho nous présente une sorte d'épopée «de travers» (Moncond'huy et Serpi 2008) par la convocation ironique et/ou parodique d'éléments constitutifs de ce genre capital de la littérature occidentale. En effet, de nombreuses références aux *Lusiades* y figurent:

- la stance 145 du Chant X constitue l'hypotexte de l'épilogue de *Fantasia*...
- les diverses invocations à la muse,
- le merveilleux – les divinités protectrices d'Emanuel (véritable «héros» du roman, il partage en fait le protagonisme avec un narrateur métadiégétique qui se présente comme «auteur» dans le corps du texte) sont interprétées soit comme des fétiches africains par le campagnard Eleutério, soit comme une parodie de l'expédient «deus ex-machina» des comédies anciennes, d'après les mots du narrateur dans le texte, ou alors par l'artiste postmoderne Neusa en tant qu'apparition de la Vierge Marie, - les voyages du jeune homme qui fait le tour de l'Alentejo pour trouver de l'eau, établissent un contrepoint à celui de Vasco da Gama jusqu'aux Indes;
- la présence de ce pays y figure également par l'intermédiaire de Lencastre et des références à l'invasion de Goa en 1661, l'évènement qui déclenche la fin de l'«empire colonial portugais» issu des Découvertes.

En «héritier de Cervantès» (pour citer la formule de Kundera) et de bien d'autres, tels Diderot et Stern, *Fantasia*... entreprend un retour aux sources mêmes du récit, proposant une œuvre qui déclenche rire et réflexion, évoquant l'actualité, le pouvoir génésiaque des textes fondateurs, des «piliers» de la tradition² littéraire et théorique, des procédures qu'ils instaurent et des auteurs majeurs qui la bâtissent: «Todos os livros são feitos com outros livros – a tradição passando de geração em geração. Se tenho dois mil anos antes de mim, o que é que hei-de fazer?» (Coelho 2003).

Dans l'original portugais, se trouve à l'intérieur du texte une catégorie taxonomique originale: «*cronovelema*», terme désignant un cas authentique de «transgénéricité»³ car *Fantasia* ... donne corps à une «narrativa que participa de

² Panchatantra, les fables classiques, Pétrone, Procope, Rabelais, La Fontaine, Cervantes, Diderot, Fielding, Stern, Manzoni, Gogol, Calvino en passant par Fernão Lopes, Anrique da Mota, Gil Vicente, Camões, Fernão Mendes Pinto, P. Manuel Bernardes, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Oliveira Martins, ainsi que des auteurs mineurs – Teixeira de Vasconcelos, Augusto Gil, Conde de Monsarraz, la littérature populaire – «A Nau Catrineta», les livres de «marinharia», l'histoire de Perrette, fables traditionnelles, devinettes, chansons populaires et la paralittérature – Paulo Coelho, Lobsan Rampa, à côté d'Aristote, Horace, Longin, Michel-Ange.

³ Vaugeois (2008: 224): «la transgénéricité peut se définir par tout ce qui met un genre en relation avec d'autres genres».

vários géneros de escrita, novela, crónica, cinema e até poesia». Issu de la pratique de l'écriture de M. de Carvalho, le néologisme cité, sorte de mot-valise, matérialise *de per se* certains des traits majeurs de la structuration du roman en question: le mélange et la juxtaposition d'éléments différents, mais aussi la traversée dynamique, dialectique des entités génériques convoquées. Construite à partir de «chronos», cette désignation renvoie encore à la grande distance temporelle que couvrent les textes cités ou transcrits, «la grande temporalité», au sens bakhtinien du terme: «este livro tem um lastro muito volumoso, desde a invocação às musas a considerações muito amplas sobre o falajar lusitano». Ceci dit, la chronique, genre protéiforme connotant l'actualité, cultivée par l'auteur, s'y manifeste aussi; cependant, la formule convoque une fois de plus le côté nouveau du genre romanesque et de la nouvelle – «*novelle*». Le suffixe «*ma*» renvoie aux expériences d'écriture cinématographique entreprises par l'auteur, d'autre part, la combinaison de formes apparemment disparates constitue un véritable «montage»: ensemble de fragments sans indication de chapitres, l'œuvre établit une logique compositionnelle où prédominent le double⁴ («mise en abyme», l'ironie, la parodie et le pastiche produisant des effets de parallélisme, de chiasme, d'opposition, de juxtaposition), l'ambivalence de la vision typique du genre comique, la reprise d'éléments formels et thématiques d'autres textes.

Cependant le néologisme taxonomique cité contraste singulièrement avec les nombreux archaïsmes présents dans le corps du roman: les vers d'Anrique da Mota, poète du XV^{ème} siècle, mis en épigraphe de l'œuvre, les allusions aux procédés caractéristiques du récit de Fernão Lopes, la référence à Gil Vicente, la citation d'une séquence de «A Nau Catrineta», poème appartenant à la littérature populaire liée aux Découvertes. En effet, le texte en question compose aussi une sorte de chronique au sens médiéval, une «Histoire» de la littérature, culture et civilisation portugaises.

Ce roman présente une construction extrêmement complexe, «transgénérique» comme on l'a vu, car il atteste «la réalité plurielle et hétérogène des genres et de la généricité» (Moncond'huy et Serpi 2008) dans laquelle s'effectue explicitement un retour aux chroniques, aux feuilletons, aux contes, aux fables, aux scénarios écrits auparavant par M. de Carvalho et d'autres auteurs. Cela ne l'empêche pas de construire une œuvre où rigueur et perfectionnisme permettent à l'écrivain de donner libre cours à son goût de l'aventure et à son besoin de singularité, tout en transformant le texte en moment

⁴ Les colonels et leurs femmes constituent deux couples; il y a deux oiseaux; il y deux instances narratives majeures; Emanuel joue aux échecs deux fois en public et deux fois en privé; il donne deux interviews; il raconte deux histoires d'aventures aux filles; la révolution de 1974 est donnée en deux versions. Le roman fait une double représentation de la réalité, les mêmes épisodes sont référés par des «scènes», au moyen du discours rapporté ou bien par le récit: la séquence initiale de la conversation des colonels est reprise à la fin; les scénarios de «thrillers» de Tiago où figurent des persécutions ont un contrepoint dans les deux persécutions qu'Emanuel subit, etc.

de «synthèse dialectique» de cette production en mouvement constant, perpétuellement remise en question. D'après lui: «*Tebas* é o livro inaugurador e primordial, está lá tudo (...):auto-intertextualidade e autoreferencialidade» (Coelho 2003) en constituant les procédés majeurs, nucléaires⁵. *Fantasia* ... s'impose en exemple privilégié des rapports intenses que les ouvrages de M. de Carvalho établissent entre eux et vis-à-vis la littérature considérée soit comme système soit comme tradition; en pleine convivialité créatrice anciens et modernes, sans querelle, vont de pair.

As ficções de M. de Carvalho misturam-se umas nas outras, e misturam-se com muitas outras (...) histórias com lobos e corvos, e todos aqueles animais a portarem-se como humanos, em histórias que saem umas das outras, à maneira de caixas chinesas... Estamos num emaranhado complexo de histórias de que somos feitos. (Coelho 2003)

Au sein de ce «divertissement» sous manifestation littéraire, la parfaite maîtrise des éléments formels agencés par l'humour et par une imagination puissante déclenche une succession de récits multiples, apparemment hétérogènes, qui se recoupent néanmoins à travers une série de digressions en «spirale» – rêveries d'Emanuel et Eleutério, intrusions d'un «narrateur auteur», de l'oncle d'Emanuel et de Maria das Dores, des oiseaux. Ces digressions surgissent grâce à la variété de procédés narratifs mis en place, où des éléments hétéroclites dialoguent systématiquement, produisant des oppositions et des décalages de ton expressifs: l'insolite – les aventures avec les pirates qu'Emmanuel raconte aux filles, le dieu qui se promène «dans le souffle du jour», les propos du *speaker* de la radio à Maria José, les séquences du merle et du hibou nous renvoient en pleine fable postmoderne; le réel – la Révolution des Oeillets vécue par Bernardes et par Lencastre, l'invasion de Goa; le présent – l'actualité du Portugal dans la capitale ou en province; le passé – la colonisation romaine de la Péninsule Ibérique, la colonisation portugaise en Asie et en Afrique, la guerre coloniale, la décolonisation; la ville – Lisbonne, Beja, Évora; la campagne – Alentejo: Grudemil, Serpa, Pias, São Jorge de Alardo, Moura; l'Afrique – l'Angola, le Mozambique; l'Europe – le Portugal continental et les Açores; l'Occident et l'Orient – Goa et les Indes, comme espace géographique ou comme espace culturel, au moyen des allusions constantes à la littérature occidentale et orientale.

⁵ *O Grande Livro de Tebas, navio e Mariana* – jeux et manipulations narratives, mélange de récits hétéroclites, traitement du temps, dialogue entre réel, fantastique et onirisme, les deux types de femmes, l'invocation de ce roman même dans les rêves d'Emanuel, mais aussi *Contos da Sétima Esfera, Um Deus Passeando pela brisa da tarde* – hallucinations d'Emanuel, le «Dieux ex machina», *Os Alferes* – allusions à la vie militaire, *Fabulário* – les fables racontées par le narrateur et les auteurs.

Fantasia ... bâtit un palimpseste⁶ où, à tout moment, nous est montrée la littérature en tant que littérature: représentation et transformation (auto-)réflexives et (auto-)conscientes sur le monde, sur le langage et sur elle-même. Les dimensions métalinguistique et métafictionnelle sont marquées dès le titre, qui revendique la fuite (la «fugue», la parodie ou bien la satire) par rapport à un certain sérieux ou à une «littérature d'antan», convoquée au moyen des références à Augusto Gil, Soares dos Passos, Teixeira de Vasconcelos et le comte de Monsarás. Les divers procédés et les formes variées s'allient pour donner corps à une quête de l'identité du littéraire explorant les libertés intrinsèques des genres en général et du romanesque en particulier, support d'artifices et d'inventions dont l'imaginaire pourvoit l'humanité. L'écriture y est envisagée en tant que travail, recherche et activation des pouvoirs créateurs du langage, entité génésiaque dont l'agencement réclame un dynamisme constant:

A língua que os escritores utilizam não é a mesma dos jornalistas quando escrevem notícias ou dos cineastas quando escrevem os seus guiões. A língua é mais rica que o dicionário básico que utilizamos no dia-a-dia. Sem cair no preciosismo se houver a necessidade de usar um neologismo ou de desenterrar um arcaísmo que pareça mais adequado, porque não? Felizmente os romances não só feitos de inventiva (...) jogam noutros terrenos: a linguagem, o ritmo, o balancear das frases, a palavra adequada. Numa opção de dez sinónimos o efeito de surpresa que o vocabulário pode proporcionar. São necessários recursos estilísticos próprios. Há que estudá-los. (Martins 2003)

La transtextualité s'y manifeste clairement par la structuration complexe, pourtant équilibrée, des différentes modalités d'écriture qui composent le roman: citations – Aristote, Horace, Longin, Fernão Lopes, Michel-Ange, Manzoni; allusions – Pétrone, Procope; parodies – *Les Lettres d'une Religieuse portugaise*; pastiches - «Nau Catrineta», «contes de marinharia», *Lusiades*, «Noivado do Sepulcro», où règne une ironie toute-puissante. À titre d'exemple, Aristote et Horace sont «actualisés» dans les propos des colonels Lencastre et Bernardes sur la littérature au début du texte:

– Je trouve – dira-t-il – que le plus important c'est l'intrigue, l'action. Après viennent les personnages et leur caractérisation morale. Ensuite, la pensée, les concepts. Mais aussi la façon dont c'est écrit, le portugais, s'il est bon, ou pas. Il y a encore le ton, le rythme, qui sont importants. Et enfin, la manière dont ce qui se passe nous est mis sous les yeux, le...la... comment dire? La spectacularité de la chose. (...)

⁶ Combinaison très complexe de textes, de genres (conte, fable, récits populaires, maximes et apothèmes), modes (réaliste, fantastique, gnomique, métalittéraire), styles, (érudit, populaire, traditionnel, contemporain), de registres de langue différents du point de vue sociologique et chronologique et surtout, de procédures ouvertement métalittéraires qui en font un exemple de transgenre défini comme «tout».

- On doit dire tout de suite ce qu’il importe de dire, et laisser les détails de côté, tu ne penses pas?
- Eh bien, pour moi, les éléments doivent être si bien imbriqués que si l’on en supprime ou déplace un, du coup l’ensemble s’en trouve altéré et fumeux. Ce qu’on peut ajouter ou enlever sans conséquence, ça ne fait pas partie du tout. (...)
- Et les clins d’oeil? Il y a des types qui n’arrêtent pas de glisser des citations non avouées seulement pour voir si le client s’en rend compte! (Carvalho 2007: 23-4)

Cette même séquence se présente à nouveau vers la fin du récit, démontrant le principe de structuration en double (déjà mentionné) où les reprises sont constantes, de même qu’une certaine circularité constructive.

Fantasia... nous délivre en même temps une comédie de moeurs, chronique de l’actualité: la vie amoureuse d’Emanuel, de son oncle et de Maria das Dores, les manières, le comportement et le langage de Januário, prototype du parvenu, grossier et malhonnête, issu de la révolution, les ouvriers ignorants et sans scrupules, les pseudo intellectuels et les pseudo artistes. L’action compte une trame principale (dont les protagonistes sont le jeune Emanuel, les militaires en retraite et leurs conjointes – Maria das Dores et Maria José) et une autre secondaire, reliée aux colonels à travers le personnage du sourcier-joueur d’échecs, dont ils ont fait la connaissance. Celui-ci, de par le mouvement constant qui l’anime, s’inscrit en contrepoint des officiers qui, eux, sont particulièrement statiques au bord de la piscine, vivant en «nomade», à l’instar des jeunes artistes postmodernes de l’éphémère (Tiago, Nelson, Neusa) mais d’une façon toutefois très différente des Gitans, voisins occasionnels de Bernardes. En effet, il établit la liaison entre les différents moments et noeuds de l’action principale et ceux de l’action secondaire.

La première nous est présentée presque en *ultima res*: les histoires des couples protagonistes et des autres personnages nous sont livrées par analepsies. D’autre part, un vaste ensemble d’épisodes divers composant l’action secondaire permet la représentation de la totalité de l’ordre social: le berger, la femme de ménage, les ouvriers, les fonctionnaires, les artistes, les journalistes, les professeurs, les militaires, le clergé, les politiciens, les immigrés ainsi que les institutions, représentées par une administration obsolète, corrompue, submergée dans une bureaucratie «atavique». Tous ces épisodes, à première vue étrangers aux colonels, sont insérés dans la trame principale sous la forme de faits divers rapportés par les journaux qu’ils commentent, du récit de la rencontre à Lisbonne de Januário par Bernardes, ou encore, par l’intermédiaire de l’évocation du titre du «livre» que Maria das Dores est en train de lire au début du récit, *L’Apiculteur et Le Bidon de Miel*, formule qui résume l’épisode d’Eleutério survenu auparavant.

D’ailleurs, la séquence initiale du texte nous fournit le paradigme constructif de l’ensemble de l’œuvre ; elle est constituée de trois parties entre lesquelles il n’existe apparemment aucun lien logique. Ce trait particulier semble

refuser la causalité, pilier de la vraisemblance, élément nucléaire de l'action au sens aristotélien, convoqué par les officiers et dont l'«auteur» se réclame aussi. En même temps, cette séquence nous livre les éléments thématiques et formels qui seront exploités de façon diverse au fur et à mesure de la production du récit. Le premier consiste en un discours du narrateur contre le bavardage, trait caractéristique des Portugais (que les deux narrateurs principaux partagent), en particulier des colonels – surtout Bernardes, de l'oncle d'Emanuel, du *speaker* et du jeune homme lui-même. En effet, les narrateurs, les colonels et Emanuel partagent le goût de raconter à plusieurs reprises des histoires réelles ou fictives, connues ou non de l'interlocuteur. Nous accédons ainsi, au bord de la piscine, aux entretiens des colonels qui nous «plongent» en pleine action principale:

Le temps passant, leur relation était devenue celle de vieux camarades, qui auraient pu avoir dormi sur les mêmes lits de camp, enduré la même instruction dans les mêmes cantonnements, participé aux mêmes combats. De temps en temps, ils en arrivaient même à se forger de petites querelles, insignifiantes, à propos de banalités, mais, en général, ils conversaient tranquillement, et s'imposait souvent la sensation qu'ils répétaient des choses qu'ils avaient déjà entendues. Ce qui, à vrai dire, ne gênait en rien... Au contraire, ils appréciaient... car on éprouve un plaisir pervers – c'est un point reconnu que les petits plaisirs sont meilleurs quand ils sont pervers – à corriger une histoire quand elle n'est pas racontée comme il faut. (Carvalho 2007:185).

Une pareille propension au bavardage est également partagée par un merle qui, à tout moment, essaye d'entamer la conversation avec un hibou, commentant les faits et gestes des humains:

La bonne femme est arrivée! a dit le hibou qui avait déjà une partie de la nuit acquise, bien en poche, et avait envie de bavarder avec le merle, qui essayait de dormir la tête sous l'aile.

(...) On parlera demain – a répondu le merle, dans un bâillement d'oiseau.

Le hibou, avec son regard aiguisé par ses efficaces bâtonnets, put témoigner, sans être contredit, que Maria das Dores ne cilla même pas quand elle lança sa réponse, les clés encore en main (...) et dit au merle:

Dis donc, t'as vu le mec?

Foutre! – répondit le merle, qui avait entendu gronder la pétarade tout près. (Carvalho 2007: 2 59-60-75-76)

Inventées ou reprises, les fables que le merle et le hibou se racontent mutuellement offrent un contrepoint aux histoires que les colonels échangent... tels les militaires, les oiseaux aiment parler de littérature, de la façon de raconter des récits et de la moralité qui leur semble un élément indispensable à leur succès:

Pourquoi tu ne m'as pas raconté l'histoire jusqu'au bout, y compris le triste sort réservé à mes cousines? Le merle fut pris au dépourvu. Mais il se défendit. L'histoire véritable était hautement castratrice et démoralisante.

Elle n'aurait servi à rien. Ce n'était pas un guide pour l'action. Elle ne permettait même pas d'en tirer une zloka, une maxime de vie... (...)

– C'est fini? – demanda le hibou. – Alors, c'est quoi la morale, la zloka?

– Multiple. Je ne dis pas toutes, mais les principales... L'histoire est très ambiguë, ou plutôt, polysémique. (idem: 234-177-78)

Tout de suite après la séquence sur le bavardage qui inaugure le roman vient l'épisode d'Eleutério, campagnard qui, construisant des châteaux en Espagne, perd le bidon de miel qu'il transportait et, par la même occasion, l'espoir de faire un bon mariage avec Irina, une prostituée de cabaret slave; celle-ci raconte ultérieurement à Emanuel, qui s'était offert en messenger réconciliateur, une aventure similaire vécue auparavant par son prétendant, mais avec un camion de sable. Le fragment textuel en question devient une séquence réursive dans le texte, car les vers cités en libre re écriture (*Panchatantra* -livre V, Conte n°9, *Auto de Mofina Mendes*, «La Bergère et Le Pot au Lait») sont répétés et adaptés à maintes reprises par Emanuel au long du roman, selon les circonstances, produisant une sorte de «glose»:

Pour autant que le bonheur l'abandonne, Madame, de rigueur ne le frappez. Car l'humaine logorrhée, tel le camion de sable, sera dans l'eau précipitée». (...) Là, Emanuel rit de lui même et redescendit sur terre, soupirant et pensant, 'si Fortune m'est adverse, beaux seigneurs, / ne me jetez pas la pierre, / car toute humaine aventure, / comme ma pauvre ouverture, / hélas finira en terre. (idem:125)

En outre, cette caractéristique de «rêverie» se retrouve actualisée à un autre niveau, vers la fin de l'épisode du berger qui trompe le couple pour leur prendre de l'argent, sous prétexte que les coups de kalachnikov tirés par le colonel avaient blessé un animal. On «assiste» à la scène chez les Bernardes, puis au récit correspondant effectué par le protagoniste de l'escroquerie qui, à son tour, élabore des plans pour profiter de l'argent acquis et, à nouveau, elle est convoquée par les commentaires du merle:

«Eh ben,» dit le merle, «t'as pas idée de ce que tu perds. Le berger a abandonné son mouton et il vient de notre côté, l'air mécontent. C'est du cinéma». «Mais pourquoi ne dors-tu pas le jour, comme les animaux les plus respectables, qui n'ont aucunement besoin de se soumettre à toute cette comédie des humains?», bougonna le hibou, refusant d'ouvrir les yeux. «Ah, mais c'est que j'adore», avoua le merle. (idem: 53)

D'autre part, le même type de propos ressurgit dans le discours séduisant que le *speaker* de la radio tient à Maria José alors qu'elle conduit sa voiture en rentrant à Lisbonne en pleine nuit avec son mari. Cependant elle coupe court à ce raisonnement acidulé, car elle est le seul personnage à ne pas se laisser entraîner par les rêveries de fortune facile:

C'est sur ces entrefaites que Maria José se sentit interpellée par une voix un peu métallique, bien placée, à laquelle une légère hésitation donnait plus de charme et d'intensité. À la radio, les notes du deuxième mouvement de la Symphonie pastorale de Beethoven s'élevèrent, avec douceur et mesure, comme baignées dans la nuit, et l'agréable voix du locuteur se fit entendre en ces termes:

– Chère Maria José, qui suis-je, moi, modeste professionnel de la radio, pour autant connu sur tout le continent et îles adjacentes, pour oser vous donner des conseils? On ne peut, Maria José, vous donner d'âge, vous êtes la séduction par essence, vos talents sont aussi naturels que le murmure du ruisseau ou l'éclat du quartz. Je ne pourrais en aucun cas être votre fils, en revanche si, celui du colonel, qui, bien qu'il ait le même âge que vous, est beaucoup plus âgé si l'on en croit sa peau fripée et ses rides (...).

C'est pour vous inviter à vous sentir libre, Maria José, à faire confiance à vos instincts, qui d'ailleurs ne vous ont jamais trompée, et à vous engager à fond, contre vents et marées, dans la merveilleuse saga de l'agriculteur. Vous aurez des radis, des carottes, des melons et des pastèques, vous aurez de la coriandre et du persil, du pourpier, de la lavande. (...) Peu de temps après vous ramènerez chez vous, dans votre Jeep, subventionnée par le Gouvernement, votre premier couple d'autruches, qui ne tardera pas à vous faire cadeau de ses oeufs, clic! (idem: 127-8)

Le long du roman, on constate la présence d'un des traits caractéristiques de l'ensemble de l'œuvre de M. de Carvalho mis en évidence par la critique: la maîtrise parfaite de la langue portugaise, aussi bien au niveau des divers registres synchroniques qu'à celui des différents états diachroniques de la langue. Ce savoir-faire est palpable à de nombreux endroits du texte, notamment dans le contraste entre le langage argotique des jeunes artistes et les tournures populaires aussi bien que classiques ou médiévales souvent employées par l'auteur:

En fait, le mec y vient, super cool, un jour top, voir ses vieux, etcétera, c'est que de la tendresse, ouais, des larmes que j'montre pas parce que j'pisse pour pas pleurer, et alors, non mais faut voir c'te figure qu'on aime entre toutes, là, en face de moi, m'an, m'an, faut voir c'père, c't'allure, c'te raideur faciale et martiale, excusez du peu, même qu'on dirait un sénateur, putain, m'serre pas la main, papa, j'allais juste te faire la bise, en fait: tu pouvais au moins me prendre dans tes bras, j'ai pas de puces (...) Bordel de merde, papa, j'fous le camps de c'te putain d'appart'. Non mais vous voyez, vous voyez? En fait: j'ai l'arcade sourcilière en sang, vous voyez ça? M'an? J'vais appeler la télé, j'vais écrire sur tous les murs que le colonel Amílcar Lencastre c'est un type complètement ancien régime, putain, qui a un caractère de cochon et qui frappe son fils, tout ça par pure haine de la modernité et de l'humanité. (idem: 93-94)

L'instance narratrice de second niveau, qui se présente en tant qu'«auteur» s'attribue un protagonisme ahurissant: elle juge les personnages, péroré sur l'enjeu complexe des niveaux discursifs et narratifs, parle constamment de

littérature, d'art, de la vie, tout en changeant de focalisation, de personne et de degré de participation dans la construction de l'action fictionnelle et du récit, produite et manipulée de façon ouverte par elle-même:

Il y a une beauté très particulière dans la matérialisation de l'intelligence qui a quelque chose à voir avec le sublime de Longin, «l'éclair qui dévaste tout autour de lui». C'est là ce qu'aurait pensé, plus ou moins, le jeune Emanuel Elói, en réfléchissant au mat de Philidor, s'il avait jamais entendu parler de Longin ou du Pseudo-Longin, et de Tom Jones. De toute façon, il se promet à lui-même de faire des recherches sur ce musicien, joueur d'échecs, et probablement contre-révolutionnaire, exilé, qui mourut à Londres (...)

Sans doute y a-t-il dans chaque pierre une statue, comme le voulait Michel-Ange, féru de néo-platonisme créatif. «Comment savais-tu que dans cette pierre il y avait un cheval?» demande l'enfant au sculpteur dans le vieux conte oriental. Très bien, il est en effet des pouvoirs qui permettent de libérer les représentations contenues dans les choses. Mais quand il s'agit de matière vivante, d'esprits vivants, emprisonnés, la technique et l'ingéniosité ne suffisent pas. Il faut le geste magique, le frottement de la lampe à huile, le baiser chaste, ou, et principalement, la parole définitive. C'est par le mot exact que s'ouvre la caverne d'Ali-Baba, c'est par un autre mot que nous faisons ressurgir les mauresques enchantées, chaque mauresque ayant le sien. (...) Pourquoi les mots, avec leurs conséquences, leurs sortilèges, ne seraient-ils pas tous disponibles, démocratisés, mis en commun? Une mauresque pour chaque Portugais. Et notre brave Emanuel était fatigué de conduire, si fatigué qu'il ne parvint à compléter tous ces discours que grâce à mon aide, très modeste, mais toujours prête. Si je connaissais les mots qui rompent les enchantements, je passerais mon temps à mettre au grand jour les mondes occultes, et cela vaudrait bien le travail et les risques que l'on prend à écrire de la littérature. (idem: 123, 190-1).

Cet «auteur»-là agit soit en «commentateur», soit en «chef d'orchestre» de l'action et des personnages; à d'autres moments, elle assume même le statut d'une troisième personne qui rapporte des histoires d'autrui, ou bien se présente en tant qu'«auteur» qui convoque ouvertement les personnages, comme elle le fait avec d'autres écrivains:

Oui, oui, Maria José, vous pouvez rester debout ou vous asseoir, comme vous préférez. Mais approchez-vous un peu plus de la lumière, ça va comme ça? Vous êtes bien installée? Vous voulez prendre quelque chose? N'hésitez pas... Bon, par où commençons-nous? Par votre nom, par exemple?

– Maria José Campos de Sousa e Lencastre.

Vous avez pris le nom de votre mari, bien sûr. À l'époque c'était obligatoire. Eh bien racontez moi des choses sur vous. (...) Mais moi je ne veux pas que vous soyez si effacée dans cette histoire, Maria José. C'est pourquoi, en mon âme et conscience, j'ai décidé de vous convoquer. Nous savons très peu de choses de vous. Vous vous êtes mariée avec le colonel Lencastre très tôt, alors qu'il n'était encore qu'aspirant...

- En 1960. (...)
- Il a pris sa retraite comme colonel, lui aussi (rires).
- (...) Très bien, Maria José, voyez-vous autre chose à dire? Un commentaire? Réfléchissez, réfléchissez tout votre saoul...
- Non, je ne vois rien.
- Vous n’allez pas ensuite récriminer parce que je ne vous aurai pas accordé suffisamment d’attention? Pensez-y...
- Non, non, c’est bien comme ça...
- Parfait, merci, Maria José, ce sera tout. (idem: 214-15-18)

Mutatis mutandi, il est interpellé par Maria das Dores:

- ...On peut parler maintenant?
- Tout de suite!
- On joue à quoi?
- Pas au même jeu que vous.
- Je suggérais qu’on bavarde un peu.
- Comme il vous plaira. Autant ce moment-ci qu’un autre.
- Vous pouvez me dire votre nom en entier?
- Je préfère pas. Maria das Dores, ça suffit. Pour vous en tout cas, c’est assez. Vous êtes nerveuse?
- Moi, nerveuse? Ça ne colle guère avec mon tempérament. La seule chose qui me retourne les doigts de pied c’est le paternalisme macho.
- Vous pensez que c’est de cela qu’il s’agit?
- Dis donc, petit, tu parles bien, mais tu ne m’entubes pas... Avec moi t’as pas tes chances. Je peux vous poser une question? Directe?
- Dans ce pays on est libre! Donc vous me l’avez déjà posée. Une autre.
- (...)
- Non. Si cela m’avait intéressé, j’aurais posé la question. Au revoir, Maria das Dores. Portez-vous bien. Vous pouvez aller où vous voulez, dans la pénombre, dans le noir, c’est pareil.... Ah, vous voulez dire quelque chose d’autre? Soyez brève.
- Je suis plutôt malheureuse, vous savez ça?
- Ces choses-là, dans un texte, on ne les dit pas. On les montre. Adieu.
- On en reste là?
- Merci, Maria das Dores. (idem: 222-28)

mais aussi et à plusieurs reprises par l’oncle d’Emanuel, personnage sans nom et bavard compulsif:

Vous permettez? C’est une bonne occasion pour moi de faire mon entrée, moi qui ai joué avec Nelson quand on était gamins; c’était alors un bonasse dégingandé qui prêtait ses jouets à tout le monde sans protester, bien qu’il eût aussi, forcément, ses défauts. (...) J’ai même passé un mauvais quart d’heure quand je me suis blessé avec la pointe d’une sagaie et que Nelson m’a persuadé, à coup d’arguments et de démonstrations sans appel, que la lame en cuivre martelé était empoisonnée. J’ai barboté dans les sueurs froides, cette nuit-là, dans l’attente des premiers symptômes de paralysie létale. J’ai survécu. (...)

-Encore heureux qu'on me laisse poursuivre», a risqué l'oncle d'Emanuel, et il a repris sa primitive déclaration, l'argumentant dans les termes suivants: «Ce n'est pas seulement lors de ces attentes frustrantes que j'ai affreusement souffert et ce n'est pas là le motif premier de mon désappointement et de ma révolte. On sait que toute relation, disons affective, masculin/féminin, repose sur une base théologique. (...) Du moins n'est-ce pas la même finalité, dans la même circonstance (...)

Mais après je me suis fait du souci. J'ai été terrifié à l'idée d'avoir jeté la panique dans cet esprit juvénile. Et si survenaient des accès de gynophobie, ou de misogynie, au vrai sens du mot, ou pire, le refus de toute attaque (...) Pire encore, les fuyards (...). Et je souffrais d'imaginer mon cher Emanuel sous ces traits. Je ne veux pas qu'il soit un fuyard, un gynophobe, un pédé». (idem: 102,111-2-6).

Genre de propos qui déclenche de nouvelles interventions de la part du narrateur auteur:

«Mais, il est encore là?», c'est ce qui m'est tout de suite venu à l'idée pour montrer du doigt, comme dans les réunions où on fait tourner les tables, l'esprit rétif qui n'abandonne pas la scène et se manifeste obstinément, volant la première place aux autres. Ça alors (...) Moi personnellement, quand il y a abus manifeste, je ne guillotine pas la parole. Simplement, en un aparté rapide et discret, je profite du privilège autoral (désigné légalement comme «l'apanage de l'auteur outragé») pour le dénoncer comme l'un de ces bavards impénitents contre lesquels ce modeste ouvrage s'est insurgé avec brio. (idem: 110-1)

Cette voix interpelle la Muse, selon les classiques, et les lecteurs, selon les modernes, s'adressant directement à un type spécifique de récepteur qui lui fasse confiance, savant ou expert, tout en reproduisant des procédés chers à Diderot et à Stern:

Et là, je jure, je jure par tous les dieux de l'Olympe, ô Muse qui m'écoutes, ô lecteur qui me crois, que j'ai été aussi surpris que tout le monde par cette déflagration. Celui qui n'aura ouvert ce livre qu'aux dernières pages pensera, en toute mauvaise foi, que j'ai introduit à la dérobée – comme si j'étais capable de ça – un dispositif, dit d. e. m., à savoir deus ex machina. (...) Énorme tentation, ô lecteur expérimenté, d'arrêter ici et de changer de focalisation. De faire agir l'effet de dilation. Emanuel pétrifié, dans l'expectative, blanc comme un linge, où peuvent bien être ces chiens monstrueux? Et de changer de chapitre, d'aller vers São Jorge do Alardo, ou vers Lisbonne, tandis que le lecteur impatient saute plusieurs pages, voulant savoir si Emanuel a été déchiqueté par les chiens, ou si lui est apparue, suspendue dans les hauteurs, cette figure divine et providentielle qui lui trouve toujours des échappatoires. Mais je ne suis pas de ces écrivains spécieux, qui manipulent ressorts, cliff-hangings et autres artifices pour retenir l'attention du narrataire. J'ai d'ailleurs souffert de cela. Nombreuses ont été les voix qui se sont élevées contre mes procédés, aux intentions par trop bonnes, et d'une cristalline transparence. Je suis franc, pas de squelettes dans les placards, je dis tout tout de suite. (idem: 270,78-9)

Le dit «auteur» s’amuse également à envoyer de petites «piques» aux critiques littéraires, en souvenir de Garrett et Camilo, entre autres:

Comme si on entraîrait un psychiatre, invité au dernier moment, dans une conversation sur «ce que sont les gens», ou un astronome à parler des signes, ou le Professeur Aníbal Pinto de Castro à donner son avis sur le livre de cette fille, là, comment s’appelle-t-elle déjà, ... (idem: 267-8)

constatant de façon ironique les lacunes de la recherche académique, il propose même des sujets d’étude aux spécialistes, tout en profitant de l’occasion pour parodier les analyses phonétiques et stylistiques:

Il avait dit «pá!» en portugais, mot qui sert à tout dire («vieux, mec, les gars, eh!, ouaip, ouin, tsst», etc.) et à ne rien dire, et permet d’exprimer ainsi toutes les variations de l’âme. Le professeur Óscar Lopes nous a déjà proposé un superbe travail sur «en fait, j’veux dire, j’essplique, c’est comme ça» (é assim, en portugais). Mais «pá», que je sache, attend encore qu’une tête bien pleine s’y intéresse. On y arrivera, j’en suis sûr. Admirons en tout cas, la beauté pour l’oreille de cette voyelle ouverte, «á», qui paraît éclater sous la pression de l’occlusive «p», comme un gland qui crépite sur un feu de bois. Quant à la sémantique, ce qui me rend triste, c’est qu’on vienne me dire que la langue portugaise est dépourvue de capacité de synthèse. Dans ce simple «pá» du colonel Bernardes il y a un mélange de joie, de reconnaissance, de description, de méfiance, d’inquiétude, qu’on ne trouve pas chez les locuteurs des autres langues, à l’exception des nourrissons. (idem: 261)

Ce narrateur-auteur intervient à maintes reprises le long du récit, sous la forme d’un «nous, les Portugais», cependant, au terme de sa performance narrative, le récit est suspendu au moyen d’une apostrophe à double destination, qui est un pastiche du début de la strophe des *Lusiades* auparavant citée: «Stop, fiction, stop! Descends, ô Muse, toi qui as un sourire fripon, obtiens-moi la bienveillance de mes concitoyens, et dis-moi: Ce pays a-t-il la moindre chance de s’en tirer?». Question rhétorique, *captatio benevolentia* singulière mise en épilogue, qui, plaidant la clémence envers lui-même et le récit qu’il dénie de façon magistrale par auto-ironie et dérision, sorte de palinodie/désaveu subversive, semble, en ôtre, vouloir faire jouer à Polymnie le rôle de Pythie...

M. de Carvalho s’affirme comme un écrivain engagé dont l’œuvre traduit une critique lucide, envisagée en acte de questionnement, de liberté qui s’ancre dans la réalité de notre espace-temps et de la condition humaine, où l’imaginaire s’inscrit comme ordre fondamental puisque, entité matricielle, car, lui aussi, il produit une «logique», pourvoyant le réel d’une signification, sorte de mise en forme du chaos: «A História é tão assustadora, a vida é tão tremenda que a literatura se torna uma espécie de porto de abrigo onde tudo está de acordo com a causalidade intrínseca» (Martins 2003). Militance idéologique et culturelle très personnelle, exercice et quête expressive, le littéraire vit chez lui de son

auto-conscience et, de ce fait, s'érige en domaine créateur, instaurateur de sens, d'un sens spécifique qu'Aristote considérait philosophique, métaphysique:

[O escritor] cria um mundo em que o autor e o leitor são cúmplices. Na ficção narrativa há regras de uma causalidade rigorosa (é que nem sequer se aceita aquilo que não seja causal). Na vida real há acasos e se calhar até há milagres. Na narrativa não admitimos isso. É-nos permitida uma boa dose de inverosimilhança porque o leitor está disponível para acreditar. Porque é que alguém morre de cancro aos quinze anos? Na vida é um absurdo. Na ficção haveria, com certeza, uma razão. Penso que a literatura e a arte têm também essa função de tranquilização, pelo menos desde a mitologia grega. (Martins 2003)

Posant que la mise à jour des enjeux de la littérature est l'un des rôles essentiels de la pratique littéraire, la production de M. de Carvalho refuse une conception de l'écriture dépourvue de rigueur et de réflexion; ses travaux ont pour but principal de produire un effet de distanciation, à la fois individuel et universel, qui permette l'accès à une conscience critique de l'Histoire, issue d'une vision amplificatrice-dialectique entre passé et présent, de la culture, conçue en tant que dialogue inter- ou multiculturel, et, surtout, de la littérature, dimension du langage où, par excellence, la créativité agit en souveraine.

Bibliographie

- Carvalho, Mário (2007): *Fantaisie pour deux colonels et une piscine*. Traduction de M. H. Piwnik. Paris: Christian Bourgeois.
- Bakhtin, Mikhail (2010): *Problemas da Poética de Dostoiévsky*. São Paulo: Forense Universitária.
- Hutcheon, Linda (1988): *A Poetics of Postmodernism – History, Theory and Fiction*, New York and London: Routledge.
- Barata, Manuel (2004): “Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina de Mário de Carvalho”. In: *Notícias da Amadora*, 13/06/2004.
- Coelho, Teresa (2003): “O Livro do País Patusco”, *Público*, Sábado, 6 de Dezembro de 2003.
- Duarte, Isabel Margarida (2004): “A Primeira Vez Que Eu Li *Fantasia Para Dois Coronéis E Uma Piscina* de Mário de Carvalho”. In: *PRIMEIR@PROVA*, Revista Electrónica de Línguas e Literaturas Modernas, N.º 0, Abril de 2004.
- Faria, Luís M. (2003): “Muitas Palavras, Pouca Conversa”. In: *Expresso* (“Actual”), 22/11/2003.
- Marinho, Maria de Fátima (1996): “O Sentido da História em Mário de Carvalho”. In: *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*. Porto, Vol. XIII: 257-67.
- Martins, Maria João (2003): “Crónica do Aturdimento”. In: *JL* n.º 864, 12/11/2003.
- Mendes, António Manuel Gonçalves (2005): “Trimalquião, Os Coronéis e uma Piscina: Retrato Impiedoso de Um País em Crise”. In: *Ágora*, Estudos Clássicos em Debate 7.
- Mexia, Pedro (2003): “Como se fosse O Melhor Manual de Escrita Criativa”. In: *Diário de Notícias*, 26/12/2003.
- Moncond’Huy, D. & Serpi, H. (Org.) (2008): *Les Genres de Travers – Littérature et Transgénéricité. La Licorne*, n.º 82. Presses Universitaires de Rennes.
- Sequeira, Maria Goretti (1996): *Aproximação a Uma Leitura do Risível em A Paixão do Conde de Fróis*. Dissertação de Mestrado em Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Silva, Celina (2009): «Fantaisie pour deux Colonels et une Piscine – un drôle de ‘Monde à l’Envers’». In: *Balises – Dire le Mal*, n.º 3. Bruxelles, Didier Devillez Éditeur, Archives & Musée de Littérature.
- Silvestre, Osvaldo [s.d.]: “Mário de Carvalho: Revolução e Contra-Revolução ou Um Passo Atrás e Dois à Frente”, <http://www.ciberkiosk.pt/arquivo/ciberkiosk1/ensaio/carvalho/html> [consulté le 28/1/2004].
- Vaugois, D. (2008): «Quelle pertinence pour le concept de transgénéricité au xx^e siècle?». In: Moncond’Huy, D. & Serpi, H. (Org.): *Le genre de travers: littérature et transgénéricité. La Licorne*, n.º 82. Presses Universitaires de Rennes.

**Memories Condensed:
O Pouco é para Ontem by Joaquim Pessoa**

Robert Simon
Kennesaw State University, EUA
rsimon5@kennesaw.edu

In previous studies of Joaquim Pessoa's work, three major phases of his poetic work have been delineated: the deconstructive, the mystical, and the synthetic. By the turn of the 20th Century, it seemed that the third phase had not only established itself in collections such as *Vou-me Embora de Mim* and *Nomes*, but that this trajectory would remain throughout the rest of Pessoa's career. However, a new collection, *O Pouco é Para Ontem*, has broken with this third, synthetic phase by re-introducing themes of love, politics and mystical illumination (in their original frameworks), then creating a matrix by which these themes could be played out diachronically through his poetry's major styles. Although Pessoa himself has stated to me in our correspondence that the work makes up "as últimas notícias do meu planeta poético" (Eng., "the latest news from my poetic planet"), suggesting a continuation of the present phase rather than a summary of it, the work seems designed so that the reader may view the totality of Pessoa's poetry in a more condensed context. Thus, in this study I propose to review the three phases, and then to analyze how each of these phases is reflected in *O Pouco é Para Ontem* in both a diachronic and thematic perspective, relative to both previous studies as well as my recent correspondence with Pessoa.

As demonstrated in a previous study of Pessoa's poetry (Simon, *Understanding*, 1-2), Joaquim Pessoa's work rests on a basis of deconstructing government censorship and control empowered through a sharp sense of deception in the 1970s. Works such as *O Pássaro no Espelho* and *Os Herdeiros do Vento* reflect this first phase of Pessoa's poetry. As Martins states:

Joaquim Pessoa surge na cena poética portuguesa sabendo conjugar a beleza lírica com uma assunção clara do valor social do discurso poético, da sua referencialidade tutelada pelo imaginário do poeta comprometido com uma nova realidade histórica protagonizada pelos trabalhadores. O volume *Amor Combate* é, nesta perspectiva, um documento valiosíssimo, quer pelo equilíbrio estético que revela, quer pela pujança criativa por que Joaquim Pessoa se apropria sincreticamente do real, quer sobretudo pelas linhas de desenvolvimento poético individual que deixa entrever. (19-20)

(Eng., “Joaquim Pessoa surges onto the Portuguese poetic scene knowing how to conjugate lyrical beauty with a clear assumption of poetic discourse’s social value, of its referentiality guided by the imagination of a compromised poet with a new historical reality protagonized by the workers. The volume *Amor Combate* is, by this perspective, an extremely valuable document, whether for the esthetic balance it reveals, or for the creative vigor by which Joaquim Pessoa appropriates himself syncretically from the real, or above all through the process of individual poetic development that he allows us to see.”)

As this first phase of poetry persists, however, his attack on the government is tempered by an ever-present desire for love, whose mystical manifestations in the 80s and 90s take center stage. Martins follows: “...Joaquim Pessoa foi construindo ... uma obra poética radicalmente assente numa comunicação sensualmente partilhada” (93). (Eng., “Joaquim Pessoa constructed ... a poetic work radically seated in a sensually shared communication.”) In work from this second period, a mystical process is incorporated in order that the poetic subject may find illumination through love. It has been argued that *Os Olhos de Isa* embodies this spirit of Pessoa’s second stage of poetic evolution (Simon, *Understanding*, 92). Finally, by the end of the 1990s there seems to be reached “a middle ground,” (Simon, *Understanding*, 2) one which encompasses a deconstruction of the un-illuminated mind and an attempt to re-create a notion of the limitlessness of poetic language from the deconstruction of a pre-existing notion of that language’s perceived limits. Works such as *Vou-me Embora de Mim*, then, define this third and final stage in the evolution of Pessoa’s poetry. From this perspective, then, the Pessoan universe, as it has evolved from the 1970’s up to this point, functions on two central ideas. First, that love is the basic nutrient of existence, and second, that existence is constructed from infinite and constantly present binary oppositions. This is evident in the first two phases of his work. His poetry also reflects a desire on the part of the Pessoan poetic subject to argue that self-expression and self representation are possible through the re-empowerment of poetic language and the recognition of a self-imposed ignorance of the universe’s true nature. Thus, deconstruction has served not only to criticize, as in Pessoa’s first stage, but to help rebuild the world in the image of the love and illumination explored in Pessoa’s second stage (Simon, *Understanding*, 129). I have also recently learned of Pessoa’s pictorial art, as described by Cátia Mourão in a 2008 exposition in Sintra:

Mas a obra de Joaquim Pessoa não é apenas o resultado das núpcias espagóricas da palavra com a imagem; é também um exercício de *arqueologia filosófica*, uma redescoberta do ventre cheio e generoso das deusas-mães e uma destilação da essência do Amor original; uma recuperação do corpo ideal dos deuses clássicos e uma decantação do resíduo do sonho humano; uma reinvenção da mancha expressiva e palpitante dos naturalistas e uma cristalização da memória do espanto. (1) (italics placed by me)

(Eng., “But Joaquim Pessoa’s work is not simply the result of the spagyric marriage of the work with the image; it is also an exercise in *philosophical archeology*, a rediscovery of the generous and full belly of the mother-gods and a distillation of original Love’s essence; a recuperation of the classical Gods’ ideal body and a decantation of the residue of human dreams; a reinvention of the expressive and beating stain of the Naturalists and the crystallization of the memory of fear.”)

Thematically, in his poetry as well as this recently revealed pictorial art, there evolves a doubt about the poetic word’s usefulness in expressing the need for both spiritual and political freedom. Pessoa’s poetic subject seems to decide, over the course of his work, that this does not come from the notion of political corruption as seen in the first stage of Pessoa’s work, but from its epistemological corruption, that is, from its inherent impurity as language (Simon, *Understanding*, 68). This notion of language is a widely-recognized basis for the notion of deconstruction, as language itself limits the objectified human to its own limited parameters (Critchley 25). In this sense, the questioning of language through language, and the subsequent project of re-definition and reconstruction in the poem, undermines the argument that language is incapable of true expression. Yet, it is precisely this “rebellion against centralization” for the sake of a corrupt government in the first stage, thus, that gives way to “the rebellion for centralization” and against the existential limitations provided by deconstruction (Simon, *Understanding*, 68). Second, and simultaneously, by applying a deconstructive technique through a poetic language whose capacity for communication is greater than deconstruction’s capacity for proving that language’s expressive limitations, we create the environment in which semiotic reconstruction may occur. The theme of “life nurtured by love” (68) then completes the reconstruction and recentralization effort.

The present work, *O Pouco É para Ontem*, is described in a 2008 text that Pessoa sent to me recently by José Jorge Letria which states that:

As dezenas de poemas incluídos em *O Pouco é para Ontem* constituem o retrato de corpo inteiro de um poeta que há muito se impôs pela sua imensa versatilidade, por uma poderosa imaginação vocabular, por um invulgar engenho imagético e por um domínio oficial de escrita que, sei-o de ciência certa, nunca deixou de incomodar alguns influentes poe-tras-tros... (2)

(Eng., “the dozens of poems included in *O Pouco é para Ontem* constitute the painting of the entire corpus of a poet who, long ago, imposed himself through his immense versatility, through a powerful vocabularial imagination, through an uncommon imagetic genius and through a wordsmith-like dominance of writing which, I know it well, never stops disquieting some influential “poet-trash”...)

Thus, despite Pessoa's short yet poignant message, one of Portugal's greatest writers and critics has already made the general assertion of the present work's place as a (rather brilliant) summation of an already rich poetic intertext.¹

The collection is divided by loosely-designated themes. Pessoa introduces these themes through the translation of various poems from other literary traditions. As an example, poem "XX" is the translation from English to Portuguese of a poem by Ted Hughes which speaks of the "neighbor's" inability to "move," reducing this neighbor to an immobile being whose only act is to say good-bye (Pessoa, *O Pouco*, 35). This reflects the type of theme seen in some poems that follow, one of an interlocutor unable to attain illumination through his own ignorance of the sublime (corresponding to the second phase of Pessoa's poetic evolution). Even then, however, not all poems follow the theme presented, weaving the different phases of Pessoa's work together into a single message of freedom and mystical illumination through love and dedication. Nonetheless, we must recognize that individual poems, although part of this overall process, do not succumb to it; rather, they each remain within a designated phase of Pessoa's work.

The first phase of Pessoa's work, that of political struggle, may be best reflected in the poem cited below:

XLI

Gaivota de asas abertas desfraldadas como velas tens nos olhos as estrelas das terras que eram desertas.	5
Poisas no ar, rodopias, e às vezes anuncias o rosto da tempestade.	
Gaivota de uma cidade construída sobre o mar, uma cidade inventada feita de água salgada e de terra por achar.	10
Gaivota, minha gaivota que trazes água no bico e és este estado em que fico	15
à procura de outra rota, outra forma de voar por dentro dos sentimentos.	
Palavras são mantenimentos e a música água pura de um homem que anda à procura	20

¹ It should also be noted that, as in previous e-mail correspondence, Pessoa has mentioned the various barriers to his work's acceptance within the present, mainstream Portuguese academic and poetic environments. This is, in my judgment, one of the greatest reasons for his relative obscurity in American scholarly circles.

sei lá do quê entre a espuma.
 Talvez de coisa nenhuma,
 talvez da pátria futura.
 Gaivota, se és mãe ou filha, 25
 se és uma ave, uma ilha
 ou és um rio que voa
 pra outras partes do mundo,
 leva o meu sonho a Lisboa
 e o meu recado a El-Rei: 30
 de outras coisas não sei,
 só sei que o mar não tem fundo.
 (66-7)

The 7-syllable verses used in the poem reflect a popular song form, common in the poems of Pessoa's first stage and indicative of his connection to the plight of the masses in their quest for freedom from an unjust government. We see a similar phenomenon in poems from other poets of the period, such as Fausto, as well as musical groups such as Madredeus, utilizing the heptasyllabic verse in conjunction with socially-motivated lyrics.

In terms of the poem's themes, we see repeated the vehement defense of the free spirit of the Portuguese subject as it appeared in Pessoa's poems of the 1960s and 70s. The use of present tense connotes a synchronic perspective, while the mentioning of figures such as the imposing, legendary "El-Rei" denotes a simultaneous diachronic vision. The dream of greater future for city, a common topic in first phase, appears in the final verses of the poem. The image of the bird, easily visible throughout the poem as in an omen of storms or as part of the "city built on the sea," is rooted in the Sufi notion of the spirit (Nurbakhsh, Vol. IV, 146) and remains a common element of the Pessoaan urban landscape. The symbol of the man searching "for I-don't-know-what / among the surf" harkens back to the poem "Livre e Vertical," a poem from one of Pessoa's first published works, *Apenas Caminhar* (1972). A study of this poem exists which summarizes the poem as a call to a re-thinking of Portuguese poetic symbology as no longer capable of describing a current poetic / social context. Here, the poetic subject deconstructs the poetic word so as to reinvent his own freedom from previous symbolic limitations (Simon, *Understanding*, 20-24). In any case, it is evident from the introduction of previously common symbols in Pessoa's first phase poetry that this particular poem means to summarize the various themes of that poetry.

Another point to mention is that of the relationship between man and city. The city, "build from salty water" (v11) is an allusion to Fernando Pessoa's "Mar Português," in which the poetic voice declares that the water of the Atlantic is salty from the tears of dead mariners' surviving families that were shed in it. Joaquim Pessoa's figure of man, as in other poems, is a tortured one, found to have suffered from the injustices of government as well as failed attempts at illumination. Thus, the symbol of water becomes a reference point for these two figures in play in the poem. Water, then, serves as both nurturer

and destroyer, conveyer of man to distant lands and murderer of the same. This contradiction, or binary opposition, while playing upon traditional Portuguese views on the man/nature relationship, also opens the door to the type of intimate, spiritual journey that the poetic subject will seek out in the second phase of Pessoa's poetry, and as reflected in the poem analyzed below. It may also fit to say that water, in its cruel yet essential place in the city of Lisbon and its survival may also represent the poetic word, at least to the extent to which it limits, carries, destroys and allows for love's expression. In the final verse, the sea is found to have no bottom, a clear reference, then, to the limitlessness of nature and to the unbounded semantic capacity of the poetic word. We must, of course, be careful not to confuse this semantic capacity for the type of iconic language which Pessoa's poetic subject time and again criticizes; rather, it exists as a jumping point for the reader to delve deeper into the growing, renewed relationships between these, and other, important figures in Pessoa's work.

A later poem reflects well the themes and processes in action during Joaquim Pessoa's second poetic phase, those related to the lovers' attempts at mystical illumination:

LX

Adavam pela casa amando-se no chão e contra as paredes. Respiravam exaustos como se tivessem nascido da terra de dentro das sementeiras.	5
Beijavam-se magoados até se magoarem mais. Um no outro eram prisioneiros um do outro e livres libertavam-se para a vida e para o amor.	10
Vivendo a própria morte voltavam a andar pela casa amando-se no chão e contra as paredes. Então era a música, como se cada corpo atravessasse o outro corpo e recebesse dele nova presença, agora serena e mais pobre mas avidamente rica por essa pobreza.	15
A nudez corria-lhes pelas mãos e chegava aonde tudo é branco e firme. Aquele fogo de carne era a carne do amor, era o fogo do amor, o fogo de arder amando-se e por toda a casa, contra as paredes, no chão.	20
Se mais não presentissem bastaria aquela linguagem de falar tocando-se como dormem as aves.	25

E os olhos gastos por amor de olhar, por olhar o amor. E no chão	30
contra as paredes se amaram e pela casa andavam como se dentro das sementeiras respirassem. Prisioneiros libertados, um no outro eram livres	35
e para a vida e para o amor se beijaram magoando-se mais, até ficarem magoados.	40
E uma presença rica, agora nova e mais serena, avidamente recebeu a música que atravessou de um corpo a outro corpo chegando às mãos	45
onde toda a nudez é branca e firme. Com uma carne de fogo, incarnando o amor, incarnando o fogo,	50
contra o chão das paredes se amaram pressentindo que andando pela casa bastaria tocarem-se para ficarem dormindo como acordam as aves.	55
(103-4)	

In terms of the poem's form, the free verse, flowing rhythm of Pessoa's poetic language flourishes. We see a similar focus on the synchronism of metalinguistic features in relation to immediate semantic needs in the poetry of Pessoa's second phase, in which the mystical process takes hold and the diachronic references within a process of deconstruction take a secondary importance.

In speaking of the themes present, we may observe a focus on the binary opposition of mystical union and separation of lovers reflected in the physical sex act. Symbols of this act appear throughout the poem, reminiscent of other poems in works such as *Os Olhos de Isa* and *O Livro da Noite*. One of these is the dichotomy of fire and the flesh, representing the burning off of *Khalq*, or the mundane work, in order that the poetic subject, once united with the "teacher," or eroticized poetic object, may reach *Haqq*, or the divine world. Another important dichotomy is that of the "chão" (Eng., "ground") versus the "aves" (Eng., "birds"). Beyond the vertical line drawn between the two is the binary opposition of the mundane and the divine, as also indicated in the previously mentioned opposition. It should be noted that verticality is also present in poetry of Pessoa's first phase, namely, in the aforementioned poem "Livres e Vertical." The bird, an image that in both Christian and Sufi mystical practices represents the spirit, and that in Pessoa's own symbology represents the free poetic word,

“awakens” in the final verse after the erotic and mystical union of the lovers has taken place. The technique of repetition of the sex act, although impressive in its own right, reflects the multiple, failed attempts to ascension through union of the mystical lovers. In this way, a variety of symbols such as the binary opposition of liberty and imprisonment, among others, emphasize the incomplete mystical process. In any case, much of Pessoa’s second-phase poetry reveals a similar process. Of course, in almost all cases the poetic subject eventually reaches mystical illumination through a re-writing of his own mystical process. This is done by way of the poetic word, which, when combined with the mystically-guided spirit, becomes divine and opens the way toward *Haqq*. Near the end of the poem, the poetic subject is able to awaken “like the birds” while the walls sleep. According to Nurbakhsh, the bird functions in the Sufi symbolic as the divine spirit (Vol. IV, 146). It has been found that the concept of sleep, particularly when cross-referenced with the act of spiritual enlightenment, represents the death of the body and escape from it of the soul toward illumination (Simon, *Understanding*, 72). Also, the four walls of the house most likely symbolize the “qalb,” or divine heart created through the mystical union as a place from which the now united, poetic subject / object may ascend to mystical illumination (Simon, “Mysticism,” 58). Thus, through the poetic word and its ability to create / express mystical symbols, the body / house is peeled away, leaving only the spirit to ascend.

This spiritual and poetic freedom, nurtured through a unique mystical process stemming from physical union, not only encapsulates the mystical process as has evolved in Pessoa’s second phase poetry, it reminds the reader that, as Cátia Mourão states, Pessoa’s work searches in his art for the “Amor original” (Eng., “original Love,”) while simultaneously purging poetry of its falsely iconic status, as is the case of his first phase poetry. In essence (I use the term critically, rather than poetically), Pessoa reveals his evolution from a socially compromised poet toward that of a socially-aware, mystical one. He does so in the space of one, summary collection.

Several poems relate back to Pessoa’s third and final phase, including the one cited below:

Poem LXXXIX

Fala baixo. Se não, ouvem-te as serpentes que dormem no outono sob pilhas de dinheiro. Falar baixo é uma canção. E evita constrangimentos. Se falas em voz alta, ninguém te leva a sério. Não tens carisma, nem <i>quid</i> , nem alguma diferença. Ao menos, não grites	5
se não consegues falar baixo. É tão impressivo como ver cerejeiras crescer no cais ou ver jogar xadrez à chuva. Tudo pode interessar pouco, tudo pode interessar muito, Dependendo da maneira como falas. Não queiras ser um retórico flamejante, a meia voz. Dirás, apenas,	10
meias verdades. É assim mesmo que vão entender o que disseres.	

Falar baixo, impõe respeito. Prestigia. Gera confiança. Se escolheres o silêncio, usa-o de forma controlada. Conseguirás melhores resultados. No entanto, o silêncio prolongado é uma amendoeira branca que dá frutos de gesso.	15
Àquele a quem falares, olha-o nos olhos. E não lhe atropelas apenas quando sentires que começam a faltar-lhe as palavras, nesse preciso momento em que lhe surge o embaraço ou lhe escapam argumentos sérios. Então, responde. Expõe. Rectifica. Seduz.	20
As palavras são boas. As palavras são belas. As palavras são precisas. As palavras são indispensáveis. As palavras são as moedas da inteligência. Não as gastes mal. Pronuncia-as devagar. E fala baixo.	25

(151-2)

The form of the poem is free verse, a common in Pessoa's 3rd phase works. Interestingly, it seems as though the more formalized poetic forms of the previous decades no longer serve as either tools or bases for the deconstructive, critical themes contained within. Rather, they become a cage from which the poetic word is unable to free itself.

In any case, the themes of the poem are set, as in the poetry of *Vou-me Embora de Mim*, within the context of a discussion with an unseen interlocutor on the ontological impasse that plagues him/her. In the poem, the poetic subject expresses that, although the interlocutor desires to be free, the "half-truths" (v11) that s/he uses anesthetizes him/her to the presence of the knowledge that conducts one to that freedom. There exists, then, a need for the poetic word as defined in second phase works such as *Os Olhos de Isa* and *O Livro da Noite* (as the divine word, giving access to the true world, or *Haqq*) to attain mystical freedom from self-inflicted trap in the mundane. This mystical freedom, however, does not appear so explicitly in this (nor any other third phase) poem; rather, it seems to take on a general, almost colloquial, symbolism as its primary source for both extracting deeper meaning from language and expressing the concept of freedom from the un-fulfilled self. For example, in the first two verses the serpent lying under money comes not only from colloquial discourse but also from symbols used commonly in Pessoa's poetry. The "serpent" even appears in the title of his first phase collection, *Os Dias da Serpente* (1981), in which the poetic subject takes a critical stance vis-à-vis Portuguese political and social issues of the late 1970s and early 1980s. Speaking softly, then, as the poetic subject of the present poem suggests, keeps the interlocutor's words from trapping him/herself in an undesirable situation. From there, the poetic subject orients the interlocutor toward the previously unseen beauty of the world, symbolized by various plants (such as the "cerejeira," Eng., "cherry tree," or the "amendoeira branca," Eng., "white almond tree"), and in various contexts. The interlocutor can watch the cherry tree grow, and the almond tree grow "frutos de gesso" (Eng., "fruits of plaster-of-Paris"). In each case, the colors of the trees,

their fruits, and their leaves carry with them a mystical symbolism worth mentioning. The cherry tree's reddened leaves approximate the symbol of fire, previously mentioned here. Their suddenly perceivable growth (supposedly vertically) makes the reader reminisce both of the verticality of Pessoa's first phase as representative of an open perspective and of freedom from untruth, as well as of the ascension toward *Haqq*, or the divine, true world. (This symbol may be seen in the poetry of Clara Janés, such as the final poem of her 1999 collection *Arcángel de sombra* (Eng., *Archangel of Shadow*) (Janés 81)). In this work, however, it is the "árbol blanco" (Eng., "white tree") that ascends. Remarkably, and in tune with the type of mystical poetry written over the past 20 years in Iberia, cherry tree leaves may be either red or white. This seemingly coincidental dichotomy, a binary opposition within the same organism, makes this plant the perfect choice for uniting the various symbols representative of social and mystical processes in Pessoa's poetry (and, in fact, in Iberian Mystical poetry) of the previous decades. As for the almond tree, the color white also becomes the point of focus. This color is that of the tree's leaves and its fruit casing. It is also a universally-recognized classical and mystical representation of purity in various occidental traditions. Again, through the use of seemingly simple metaphor, Pessoa's poetic subject has invoked not only deeper ontological and mystical processes, but has also summarized the various symbolologies present in the previous phases of Pessoa's poetry.

Ultimately, the principle theme of the poem becomes the appreciation of language as the "coins of knowledge," or the currency through which true knowledge (by "true" I refer to the mystical knowledge of ascension and illumination) may be transmitted from the poetic subject to the interlocutor. The notion of speaking "softly" in the poem's final verse harkens back to the delicate nature of the poetic word as "re-empowered" for use in the poetic subject's self-assertion, as explained in Pessoa's third-stage poetry (Simon, *Understanding*, 76). In the final verses of the poem, the poetic subject repeats the word "palavra" (Eng., "word"), modifying it with adjectives such as "boa" and "indispensável" (Eng., "good" and "indispensable"), making the statement "fala baixo" that much more important – by refusing to abuse the poetic word, its divine, mystical power, as well as the interlocutor's self-awareness and mystical knowledge, will grow.

In this study we have seen that Pessoa's *O Pouco é Para Ontem* serves as a medium for a review of his poetry's evolution over the past four decades. The major themes of his work are developed separately, their development revealed in a manner reminiscent of their natural, diachronic growth. The final verse of the collection, "gostei de falar contigo" (Eng., "I enjoyed talking with you") (Pessoa, *O Pouco*, 189) reflects the pleasure of the poetic subject in aiding to guide the interlocutor toward a greater understanding of the way to enlightenment. This presence of the Platonic method, appearing throughout Pessoa's work, indicates again Pessoa's desire to help the reader understand his

poetic perspective. In this way, the work adds not to the present phase of Pessoa's poetry; rather, it summarizes and reveals to Contemporary readers the rich textures of his overall work.

Bibliography

- Critchley, Simon (1996): "Prolegomena to Any Post-Deconstructive Subjectivity." *Deconstructive Subjectivities*. Ed. Simon Critchley and Peter Dews. New York: State University of New York, pp. 13-46.
- Janés, Clara (1999): *Arcángel de sombra*. Visor: Madrid.
- Letria, José Jorge (2008): "Joaquim Pessoa: Se o Pouco é para Ontem, o Muito é para Sempre." Personal Correspondence. 12 March 2008.
- Martins, Manuel Fonseca (1986): *10 Anos da Poesia em Portugal, 1974-1984: Leitura de uma década*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Mourão, Cátia (2008): Introduction. *Exposição de Pintura*. Galeria LM, Chão de Meninos, Sintra. 23 February 2008.
- Nurbakhsh, Javad (1995): *Sufi Symbolism: The Nurbakhsh Encyclopedia of Sufi Terminology*. Vol IV. London: Khaniquahi-Nimatullahi Publications.
- Pessoa, Joaquim (1994): *À Mesa do Amor*. Porto: Litexa Editora.
- (2001^a): *Nomes*. Porto: Litexa Editora.
- (2001^b): *Obra Poética*. Vol. 1-3. Porto: Litexa Editora.
- (2002): *Vou-me Embora de Mim*. Porto: Litexa Editora.
- (2008): *O Pouco é para Ontem*. Porto: Litexa Editora.
- Simon, Robert (2008): *Understanding the Portuguese Poet Joaquim Pessoa: A Study in Iberian Cultural Hybridity*. Lewiston, NY: The Edwin Mellen Press.
- (2007): "Mysticism Without Borders: A Comparative Study of Mystical Symbolism in António Ramos Rosa's *O Aprendiz Secreto* and the poetry of Clara Janés." *Ellipsis*, 5 (2007), pp. 41-66.

O Texto e o (ser) leitor: uma experiência de leitura d'*Os Lusíadas* de Luís de Camões

Maria Luísa de Castro Soares
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Isoares@utad.pt

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Universidade Estadual do Ceará - UECE, Brasil (Colaboradora)
Doutoranda em Ensino de Língua e Literatura Portuguesas, UTAD
monicafbg@gmail.com

Resumo

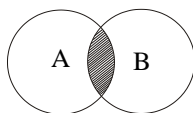
O presente estudo destina-se a analisar a leitura, a partir das interações livro-texto e leitor particular, com as suas especificidades de ser humano e indivíduo participante de uma sociedade. Através de variados modos de sentir o ato de ler, procura-se provar que a leitura é uma arte transformadora e ativa, facto que se opõe à ideia de leitura como atividade presumidamente passiva e silenciosa. Tão complexa relação mereceu estudos que se desenvolveram a partir da teoria do leitor implícito de Wolfgang Iser (1979), da “estética da receção” de Hans Robert Jauss (1979) e da teoria do leitor real de Michel Picard (1986), teóricos que se ocuparam (entre outros) da análise da leitura como experiência ou diálogo com o texto. A obra literária – entendida universalmente pelo seu carácter funcional e transformador – encontra a sua concretização na relação estabelecida pela leitura, no ato de ler. Anterior a qualquer importância que a Literatura possa ter na evolução de uma sociedade, na formação do pensamento e na transformação de expectativas, tem ela impacto primeiro e imediato na pessoa do leitor particular. É no contacto com o texto e na sua ação sobre o indivíduo – ser corpóreo e psíquico – que se tem inaugurado o processo a que chamamos leitura. A partir dessa trajetória, e em busca de fundamentos que lhe dêem suporte, procuraremos seguir a via que o ato de ler percorre nos sentidos, emoções e razão do leitor, a fim de desvendarmos como se estabelece a relação de leitura e com que intensidade evoluem as interações entre participantes de tal relação, analisando as transformações e efeitos que se operam no (ser) leitor, a partir da experiência literária. Esta é a ideia que motiva e norteia o presente estudo, que não descarta ainda o modo como Patativa do Nordeste, poeta popular Brasileiro, lê e (re)cria a partir de Camões.

*Daqui, da distante serra
De Camões o que direi?
Quer na paz ou quer na guerra,
Que ele foi grande eu bem sei.
Exaltou a sua terra
Mais do que o seu próprio rei.
Este poeta imortal
É orgulho de Portugal
(Assaré 2008: 251)*

1. Eis, em epígrafe, a receção que o poeta popular Brasileiro, Patativa do Nordeste, faz de Camões e nos faz pensar como a leitura é sempre uma *experiência* literária. Partamos, pois, para uma explanação e uma reflexão teórica...

A partir do contacto primário com o livro por parte do ser sensorial (“o verdadeiro leitor, aquele que possui um corpo, lê com ele”), passando ao momento em que o leitor encontra vazios do texto, implicitamente os preenche com as suas experiências e sensações, iremos seguir este trajeto de vivências e implicações, identificando o impacto, os efeitos e as transformações advindas da atividade de leitura na vida do indivíduo.

A compreensão do leitor, enquanto sujeito, indivíduo participante de uma sociedade é anterior à sua compreensão de mundo, por isso, consideramos necessária a análise da ação que a experiência literária pode ter no leitor particular. Na verdade, “há coisas que só a literatura com seus meios específicos nos pode dar”, como afirma Ítalo Calvino (Calvino 1990: 11), e é enriquecido dessa contribuição que o indivíduo pode ser e ter participação e compreensão do que o cerca. O que permite a leitura de um texto literário é, com efeito, a interceção de dois códigos (A e B), que podem ser concretizados no modelo seguinte (Soares 2005^a:132):



Legenda: A - texto B - leitor

A interação entre texto e leitor na comunicação literária pode chegar a um nível de profundidade que ensaia movimentos de independência face ao criador primordial, o autor. Esses movimentos não só são permitidos, como ainda autorizados pelo autor, conforme o refere Fernando Pessoa no poema “Isto” (Pessoa 2006), onde o poeta deixa o sentimento a cargo de quem lê¹. E, numa mesma linha de pensamento, no poema “Autopsicografia”, o poeta distingue claramente a *dor sentida* (do autor empírico), a *dor fingida* (do autor textual) e a *dor lida* (da exclusiva responsabilidade do leitor):

O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

E os que lêem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm (Idem, ibidem)

¹ Cf. “ Por isso escrevo em meio/ Do que não está ao pé./ Livre do meu enleio./Sério do que não é./Sentir? Sinta quem lê! (Idem, ibidem).

Uma viagem ao poeta Luís de Camões e à sua escrita é outro percurso que também faremos. Sairemos da superfície, da notoriedade merecidamente alcançada pelo *poeta-mito* (Soares 2005^b: 571-585) para, através das imagens criadas pelo autor d' *Os Lusíadas*, tomarmos contacto com os mistérios mais profundos da alma humana.

A ocupar um espaço de dimensão mundial, Camões é património da humanidade e, para compreendermos o fenómeno camoniano na sua dimensão recetiva, teremos necessariamente de retroceder até a génese desse fenómeno, isto é, proceder à reconstituição, o mais rigorosamente possível, do historial de *fortuna* literária ou difusão do poeta e da sua obra que o projetou para um lugar cimeiro do cânone da Grande Literatura. Situar a real dimensão de sua obra no cenário da literatura além-fronteiras e analisar a relação do leitor com o livro-texto, a receção e seus efeitos, através de uma *experiência* de leitura da epopeia *Os Lusíadas*, é outra das motivações deste estudo, onde procuraremos demonstrar que a leitura, uma atividade aparentemente silenciosa e passiva, pode ter ecos profundos nos sentidos do leitor.

Obra máxima de Camões e da língua portuguesa, a epopeia *Os Lusíadas* é o poema mais abrangente e expressivo do humanismo renascentista, em que a expansão marítima de Portugal se transformou em monumento de imaginação e de arte literária. O motivo inspirador é a viagem de Vasco da Gama em busca do caminho para as Índias pelo Ocidente, sendo contudo o tema central desta poesia poderosamente épica o canto dirigido a uma coletividade, ao “peito ilustre lusitano” (Camões 2000:1.3) em movimento, na descoberta do mundo. A leitura de *Os Lusíadas* é uma experiência que amplia a mente e perturba o espírito, levando o leitor a uma vertiginosa viagem de personificação de outro ser, uma viagem de entendimento.

A obra literária tradicionalmente analisada em função da sua projeção e do seu contexto histórico-cultural cede lugar, neste estudo, a uma análise voltada para a relação de leitura ou interação semiótica do texto com o seu recetor final, o leitor.

Apesar das tendências bastante recentes que apontam de novo no sentido de uma revalorização da entidade autoral na comunicação literária, neste percurso que ainda divide tendências entre teóricos, o que os estudiosos presenciaram, a partir dos anos sessenta do século XX, foi a valorização do papel do leitor. A dimensão da multiplicidade e os variados modos de sentir o ato de ler são identificados poética e criticamente pelo ensaísta e escritor argentino Alberto Manguel e pelo escritor italiano Ítalo Calvino, numa histórica e cronológica viagem pelo mundo da leitura. De igual modo, os níveis de percepção da leitura são explorados por Maria Helena Martins (2005), Marisa Lajolo (1982, 1999) e Regina Zilberman (1989, 1999), entre outros autores, que se detiveram a estudar a relação intersemiótica do texto com o leitor ou a questão da leitura.

O modo como se lê um texto e o conteúdo daquilo que se escolhe como objeto de leitura são estudados na obra *A Leitura*, do linguista francês Vincent

Jouve (2002), que estuda o fenômeno da leitura, tendo como base a diversidade das teorias da recepção. O autor entende a leitura como processo múltiplo, que envolve aspectos neurofisiológicos, cognitivos, afetivos, argumentativos e simbólicos, valorizando o leitor no seu papel de recetor.

Essa comunhão já concretizada entre leitor e livro mereceu a atenção dos teóricos a partir da Universidade de Konstanz, na Alemanha. Deveu-se a esta escola a inovação que consistiu no desvio da abordagem das obras literárias como objeto de estudo, ao deslocar a análise da relação texto-autor para a relação texto-leitor, representada pelos seus dois mais expressivos representantes, que, no entanto, analisam o tema com abordagens distintas: Hans Robert Jaus (1979) e Wolfgang Iser (1979).

Jaus apresenta a “estética da recepção”, no intuito de repensar a história literária (Soares 2005^a:125-134) e, como anuncia Jouve, constata que “a obra literária – e a obra de arte, em geral – só se impõe e sobrevive por meio de um público” (Jouve 2002: 14). Assim sendo, a literatura, atividade de comunicação, deve ser analisada pelo seu impacto sobre as normas sociais.

Wolfgang Iser, na sua teoria do “leitor implícito”, focaliza-se no efeito que o texto exerce sobre o leitor particular. Para ele, o leitor é o pressuposto de existência do texto e a ele reage cognitivamente. Cada leitor, nesse entendimento, reage pessoal e diversamente a cada leitura.

Numa linha semelhante de pensamento, Umberto Eco afirma que “um texto é emitido para que alguém o atualize, embora não se espere (ou não se queira) que esse alguém exista concreta e empiricamente” (Eco 2004: 37). Para Eco, “um texto quer alguém que o ajude a funcionar” (Idem, *ibidem*).

Roland Barthes, além de nos fazer ter a dimensão do “monumento literário” (Barthes s/d:19) assente em três forças “*Matesis, Mimesis, Semiosis*” (Idem, *ibidem*), ajuda-nos a sentir a relação do sujeito-leitor com o texto e a consequente “transmigração” do universo textual para a vida do indivíduo.

Posteriormente, Michel Picard, em dois dos seus ensaios, inicia um processo de análise da experiência de leitura, considerando como a única e verdadeira leitura aquela realizada pelo “leitor real”, aqui entendido como o “indivíduo de carne e osso que segura o livro nas mãos” (Picard 1986 *apud* Jouve 2002: 49), aquele que “apreende o texto com sua inteligência, seus desejos, sua cultura, suas determinações sócio-históricas e seu consciente” (Idem, 15).

Na certeza da complexidade e riqueza presentes na experiência literária, não apresentamos definição irrefutável. Ao invés, recorrendo à característica inerente à literatura, abrimos espaço para sugestões e críticas que a nossa reflexão possa suscitar.

2. A arte de ler e o (ser) leitor

A leitura é uma experiência, um ato, um processo de transformação que parece não se esgotar no significado direto das palavras, recorrendo-se intimamente à linguagem metafórica, na tentativa de decifrar-lhe os enigmas.

Ler um livro. Ler o mundo. Mergulhar na leitura. Emergir das páginas de um livro. Devorar com sofreguidão as palavras. A analogia da vida com um livro aberto. O livro como um passaporte, um “bilhete de partida” para uma fascinante viagem, como tão inspiradamente o define o poeta e escritor mineiro Bartolomeu Queirós, no seu artigo “O livro é passaporte, é bilhete de partida” (Queirós 1999: 23).

A metáfora da leitura solicita, por sua vez, outra metáfora. Leva-nos a buscar explicações em imagens que transcendem a biblioteca do leitor e, contudo, estão no seu interior, fazem parte de seu corpo, de tal forma que a função de ler é associada a outras funções corporais essenciais.

Saboreia-se, devora-se um livro com os olhos como em verdadeira nutrição espiritual; mergulha-se entre as suas páginas. A metáfora do mergulho, tão associada à leitura, representa bem esse sentido. A leitura como mergulho é algo que é difícil de traduzir com precisão, tantas são as imagens e muitos os lugares onde a literatura nos leva. Todas essas metáforas associadas ao ato de ler evidenciam uma intimidade, uma necessidade de interiorização, uma comunhão entre o livro e aquele que o lê, pois, por mais que um leitor pense apropriar-se de um livro, no final, livro e leitor tornam-se uma só coisa, espelham-se e confundem-se um ao outro no ato da leitura.

O escritor e ensaísta argentino Alberto Manguel faz uma viagem histórica e cronológica através da arte de ler e apresenta ao leitor perspectivas e modos diversos de sentir o ato da leitura. Manguel delinea com clareza essas construções metafóricas:

Os seres humanos, feitos à imagem de Deus, também são os livros a serem lidos. Aqui, o ato de ler serve como metáfora para nos ajudar a entender nossa relação hesitante com nosso próprio corpo, o encontro, o toque e a decifração de signos em outra pessoa. Lemos expressões no rosto, seguimos os gestos de um ser amado como num livro aberto (Manguel 1997:197).

Viagem, mergulho e tantas outras imagens podem ser a representação da relação que se estabelece com as páginas de um livro. Ouvir os grandes mestres, ver as mais belas imagens, sentir os mais refinados aromas. Todas as artes, todas as ciências estão presentes no *monumento literário*, como o professou Barthes na sua *Lição* inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França:

A literatura ocupa-se de muitos saberes [...]. Se por um qualquer excesso do socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceptuando uma, a literatura deveria ser a disciplina salvaguardada, porque todas as ciências se encontram disseminadas no monumento literário (Barthes s/d: 19).

Eis o que a literatura nos permite, pois, ler é ampliar horizontes, é somar-se ao mundo. A literatura é vivida quotidianamente pelo homem contemporâneo

como uma experiência que não se assemelha a nenhuma outra como constata Ítalo Calvino.

Não me sinto tentado a aventurar-me nesse tipo de previsões. Minha confiança no futuro da literatura consiste em saber que há coisas que só a literatura com seus meios específicos nos pode dar. Quero, pois dedicar estas conferências a alguns valores ou qualidades ou especificidades que me são particularmente caros, buscando situá-los na perspectiva do novo milênio (Calvino 1990: 11).

A leitura, essa inesgotável fonte de prazer e sabedoria, faz-nos desbravadores dos mais profundos enigmas. A cada leitura, fazemos uma nova descoberta. A cada livro, sofremos uma metamorfose. Assim, o leitor é situado em tempo e espaço diversos, vivencia valores e ideias de outros universos, vive o sonho e, ao mesmo tempo, garante a sua realidade, nessa relação de complementaridade que é a leitura, onde o que somos dita o modo como lemos e a riqueza ou pobreza de nossas experiências de vida altera um texto.

Lemo-nos a nós mesmos e ao mundo à nossa volta para vislumbrarmos o que *somos* e *onde estamos*. O homem lê como em geral vive, num processo permanente de interação de sensações, emoções e pensamentos. *Somos o que lemos*, pois a leitura tem esse poder de transformar e, ao mesmo tempo, *lemos o que somos*, já que a escolha de um livro é um reflexo de nós mesmos. O processo pelo qual esse círculo se completa não é apenas intelectual e não se esgota na descodificação de símbolos e sinais.

Lemos para ser e viver. Lemos para compreender, ou para começar a compreender o mundo, o nosso próprio mundo interior e o que nos rodeia, como tão realisticamente preceitua Paulo Freire: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (Freire 2000: 11).

Ler, portanto, é um processo que não se encerra na descodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo, pois constitui a leitura uma atividade essencial a qualquer área do conhecimento humano, sendo imprescindível à própria vida do *Ser* humano. Ler não é só um veículo para uma tomada de consciência, mas também um modo de existir no qual o indivíduo, compreendendo e interpretando a expressão registrada pela escrita, passa a compreender-se no mundo. Ezequiel Theodoro da Silva acentua claramente essa dimensão da leitura:

Compreender a mensagem compreender-se na mensagem, compreender-se pela mensagem – eis aí os três propósitos fundamentais da leitura, que em muito ultrapassam quaisquer aspectos utilitaristas, ou meramente “livrescos” de comunicação leitor-texto (Silva 2002: 45).

O encontro com o texto apenas inicia esse fenômeno e alcança múltiplas dimensões de significado, já que é o leitor, sujeito, considerado na sua historicidade, no seu imaginário e nas suas circunstâncias quem irá dar

significado ao texto. Essa ideia de um prolongamento da leitura na vida do indivíduo, essa “transmigração” do texto para a vida desse *ser-leitor* é validada por Barthes:

Às vezes, o prazer do texto cumpre-se de forma mais profunda (e é nesse momento que se pode dizer realmente que há texto) quando o texto “literário (o livro) transmigra para nossa vida, quando outra escrita (a escrita do outro) consegue escrever fragmentos de nossa própria quotidianidade, enfim, quando se produz uma co-existência (Barthes 1971 apud Jouve 2002: 128).

A obra literária é, na verdade, um objeto social (Ricciardi 1971: 103-106)² e, como tal, precisa que alguém a escreva e outro a leia. Ela só existe em função desse intercâmbio social. Uma vez que o objeto do ato de escrever é que sejam decifrados e traduzidos signos e sinais e que o texto seja lido, surge o *leitor*, um papel que nasceu antes mesmo do primeiro leitor adquirir presença física.

É o leitor que confere a um objeto, lugar ou acontecimento certa legibilidade possível, ou que a reconhece neles. É o leitor que deve atribuir significado a um sistema de signos e depois decifrá-los. Para Sócrates, um texto lido não passava de um conjunto de palavras, nas quais *signo* e *significado* se sobrepujam com precisão desconcertante (*apud* Manguel 1997:77). Segundo o autor, a interpretação, as associações advindas do ato de ler, o sentido alegórico e o simbolismo, tudo advinha não do texto em si, mas do leitor. O texto escrito de um livro dizia apenas “a lua de Atenas”. Era o leitor quem lhe atribuía “uma face de marfim cheia, um céu escuro profundo, uma paisagem de ruínas antigas ao longo das quais Sócrates outrora caminhava” (Idem, *ibidem*).

Anterior, assim, a qualquer importância que a literatura possa ter na evolução de uma sociedade, na formação do pensamento e na transformação de expectativas, tem ela impacto primeiro e imediato na pessoa do leitor particular. É no contacto com o texto e na sua ação sobre o indivíduo que se encontra inaugurado o processo da leitura. O que acontece durante esse processo e as sensações e emoções por ele solicitadas têm sido analisados minuciosamente por Jouve, que afirma o seguinte:

Ler é, anteriormente a qualquer análise do conteúdo, uma operação de percepção, de identificação e de memorização de signos. Depois que o leitor perceber e decifrar os signos, ele tenta entender do que se trata. A conversão das palavras e grupos de palavras em elementos de significação supõe um importante esforço de abstração (Jouve 2002: 17).

É o leitor que *lê* e *é lido*, buscando um sentido, partindo das suas especificidades físicas e intelectuais. Um texto tem uma existência silenciosa até ao momento em que alguém o lê e lhe confere significação, como defendiam os pós-estruturalistas franceses. Nesta linha de pensamento, a obra literária, o texto

² No dizer do autor, “o facto literário é um facto sociológico” (Ricciardi 1971: 104).

em si, nada diz. Ele precisa da cumplicidade de um leitor que decifre os seus enigmas. Somente a partir desse encontro é que se inicia a experiência literária. Como tão bem exemplifica Eco, “um texto quer alguém que o ajude a funcionar” (Eco 2004: 37).

O texto ganha vida ativa no momento em que chega às mãos do leitor, quando ele o possui, o que reafirma a ideia da leitura como processo interativo, que extingue a suposta passividade que lhe é atribuída, e confirma o seu caráter de experiência.

Toda leitura se apresenta como uma estrutura possível, aberta às inúmeras possibilidades de atribuição de sentidos, o que evidencia a complexidade do ato de ler, distanciando-o de caracterizações reducionistas. Por isso, um texto só ganha sentido quando for lido por um leitor e passar pelos circuitos mentais desse leitor, como o clarifica Alberto Manguel:

As letras se metamorfosearam, passando de linhas pretas e espaços brancos a uma realidade sólida, sonora, significante. Eu tinha feito tudo aquilo sozinho. Ninguém realizara a mágica para mim. Eu e as formas estávamos sozinhos, juntos, revelando-nos em um diálogo silenciosamente respeitoso. Como conseguira transformar meras linhas em realidade viva, eu era todo poderoso. Eu podia ler (Manguel 1997: 18).

Para extrair uma mensagem de uma leitura é preciso inicialmente compreendê-la, o que envolve diversos mecanismos cognitivos para alcançar uma constituição de sentidos diversos, de acordo com a natureza do texto lido. Por sua vez, essa constituição de sentidos impregna o texto com algo – emoção, sensibilidade física, intuição, conhecimento, alma – que depende do sujeito leitor.

Quando o envolvimento com o texto faz sobressair sentimentos, fantasias, lembranças, o nível de percepção do texto deixa o aspeto meramente *sensorial* da leitura, e progredimos para um nível *emocional* de leitura. Nesse nível, o “texto é algo que acontece ao leitor” (Martins 2005: 53). Na leitura emocional, o caráter de experiência da leitura tem o seu apogeu, pois é o momento em que as trocas e as interações com o texto são mais evidentes. Nesse momento, *forma* e *conteúdo* do texto passam a ter papel secundário, pois importa somente o que ele suscita no leitor e o modo como este reage.

No seu artigo “A Função Educativa da Literatura Literária”, o escritor Moacyr Scliar, ao descrever as primeiras impressões que sua escrita causou, exemplifica bem a leitura emocional:

A aproximação que essas pessoas tinham com o que eu escrevia não era uma aproximação informada, de pessoas que conheciam a literatura. Era a emoção pura e simples, de ler e ficar com os olhos úmidos. O fato de estes adultos corresponderem tanto em termos emocionais ao que eu escrevia era o que me fazia escrever cada vez mais (Scliar 1995: 166-167).

A experiência literária só encontra a sua manifestação, quando esses níveis de apreensão interagem, acrescentando-se e alternando-se. Cada nível de leitura não é mais ou menos verdadeiro que outro. A leitura é constituída por todos eles e essas três concepções estão incorporadas num texto, fazendo parte da sua história. Encontramos, deste modo, uma condição de leitura natural, inocente, primitiva, realizada por um “leitor real”.

Tendo em conta esta concepção de leitura como experiência, Ítalo Calvino diz ser possível assistir à transformação da leitura num processo orgânico, no qual uma corrente conduz as frases para a atenção do leitor, como para um filtro, no qual se detêm por um instante, absorvidas pelos circuitos de sua mente, para depois desaparecerem, “transformando-se nos fantasmas interiores do leitor, no que ele tem de mais pessoal e incomunicável” (Calvino 1999: 174).

A partir do momento de compreensão, ou de interação do texto e do leitor (Soares 2005^a: 132), do pacto de leitura, em que o texto propõe ao seu leitor um certo número de convenções, é criado outro mundo para o leitor, intransponível para o mundo exterior. O leitor passa a ser detentor dos mistérios e das descobertas nele contidos, ficando diante de uma história *ainda por vir*, uma história de verdade que se mistura ao seu destino, uma história que ganha sentido à medida que se vive, algo que ainda não tem nome nem forma. Esse outro mundo criado a partir desse encontro do leitor com o texto é metonimicamente exemplificado por Lajolo:

É a literatura porta de um mundo autónomo que, nascendo com ela, não se desfaz na última página de um livro, no último verso do poema, na última fala da representação. Permanece ricocheteando no leitor, incorporado como vivência, erigindo-se do percurso de leitura de cada um (Lajolo 1982: 42).

Sentado diante de um livro, um leitor percebe não apenas as letras e os espaços em branco entre as palavras, embora essas palavras impressas tenham um poder mágico de descerrar mundos e impulsionar todas as coisas. Para compreender um texto, não é preciso apenas lê-lo no sentido estrito da palavra, mas construir-lhe um significado, e é isso que faz o sujeito-leitor. Para empreender essa experiência, o sujeito-leitor passa, pelo menos, por duas fases, que consistem em *ver a palavra* e *levá-la em consideração*, de acordo com informações conhecidas. No dizer de Alberto Manguel,

Os leitores cuidam do texto. Criam-se imagens e transformações verbais para representar seu significado. Ler, então, não é um processo automático de capturar um texto como um papel fotossensível captura a luz, mas um processo de reconstrução desconcertante, labiríntico, comum e, contudo, pessoal (Manguel 1997: 154).

Ao seguir um texto, esse sujeito-leitor pronuncia o seu sentido por meio de significações apreendidas, convenções sociais, leituras anteriores, experiências individuais e gosto pessoal. Essa receção do texto e seus efeitos concretos em

relação ao leitor poderão acontecer de modos diferentes, dependendo do ângulo de observação e do modo de abordagem.

O impacto da leitura na existência desse sujeito-leitor, a partir da transmigração da realidade do texto para a sua realidade, é uma experiência concreta, real, podendo assumir dimensões menores, como uma lembrança de leitura (que poderá impulsionar em determinado momento a agir de determinada forma) ou, ao invés, poderá assumir dimensões extremadas, como a modificação de comportamentos.

O modo como o leitor se vê implicado no universo do texto pode acontecer de diferentes formas, sendo a distância histórica que o separa da obra um facto de grande relevância. Se o leitor for contemporâneo da obra, a leitura permite-lhe renovar a sua percepção das coisas. Esse fenómeno é explicado pela deformação que o texto provoca sobre os dados do mundo e é classificado por Iser como uma postura *participativa* do leitor diante do texto.

Quando o leitor está separado da obra por uma grande distância de tempo é obrigado a fazer, na sua imaginação, uma reconstituição da situação histórica do texto, sendo esse tipo de postura classificado por Iser como *contemplativa*.

Deste modo, podemos observar que, diante do texto, o leitor é um ser *participativo*, a partir do momento em que sai de uma posição definida da sua vida quotidiana, para vivenciar o universo do texto. E poderá ser *contemplativo*, quando, levado pelas circunstâncias do texto, se depara com situações que não pertencem ao seu mundo quotidiano.

A maior ou menor participação do leitor num texto é determinada pela identificação. Através do grau de identificação com uma obra é que o leitor estará em condições de apreendê-la, o que poderá gerar uma receção positiva ou negativa em relação ao texto. Sobre isso, afirma Jouve que:

A identificação não é um fenómeno psicanalítico entre outros: é o fundamento da constituição imaginária do sujeito e o modelo dos processos ulteriores graças aos quais ele continua se diferenciando. Parece que por meio da identificação, é de fato a verdade de sua própria vida que o leitor está em condição de apreender; a leitura, ao fazê-lo atingir uma percepção mais clara de sua condição, permite-lhe entender-se melhor (Jouve 2002: 35).

Ressaltamos aqui a existência de situações particulares em que o universo apresentado no texto é de tal modo estranho ao leitor que a identificação não acontece, levando o leitor a abandonar a leitura³. Mesmo em tais situações, a leitura - se for levada a cabo - é um processo de enriquecimento, pois o

³ Tal facto acontece muito no fenómeno das vanguardas literárias - em que se verifica uma revolução que envolve signos, regras, alfabeto e código do sistema - que se faz acompanhar da falta de acolhimento por parte do público leitor contemporâneo da obra e pelo ostracismo da mesma e do seu autor. Em Portugal, lembramos, a título de exemplo, o Modernismo de *Orpheu* (Soares 2005:132).

confronto com a diferença permite ao leitor arriscar-se em territórios secretos e diversos, tendo a possibilidade de descobrir-se sob outro olhar, adquirindo, assim, maior autonomia para enfrentar situações futuras.

O significado de um texto é ampliado pelas capacidades e desejos desse leitor, na tentativa de tentar interpretá-lo. Diante de um texto, o leitor pode transformar as palavras numa mensagem que lhe decifra uma questão historicamente não relacionada ao próprio texto ou ao seu autor, como também esclarece Iser:

Assim o texto é composto por um mundo que ainda há-de ser identificado e que é esboçado de modo a incitar o leitor a imaginá-lo e, por fim, a interpretá-lo. Essa dupla operação de imaginar e interpretar faz com que o leitor se empenhe na tarefa de visualizar as muitas formas possíveis do mundo identificável, de modo que, inevitavelmente, o mundo repetido no texto começa a sofrer modificações (Iser 1979: 107).

Um texto é sempre impregnado pelas circunstâncias do leitor que, por meio das suas crenças, experiências de vida, percepções e valores o reescreve com as mesmas palavras do original, mas sob outro título, recriando-o, por assim dizer, no próprio ato de trazê-lo à existência.

É na relação dialógica com o texto que o leitor encontra o que Iser chama os “vazios” programados pelo texto e age para completá-lo com as suas significações, escrevendo um livro em separado, não ligado ao resto, mas criado e escrito por ele, a partir desse vivido emocional. O papel do leitor consiste em tornar visível aquilo que a escrita apenas sugere em alusões e mistérios.

Diante de um texto escrito, o leitor empresta voz às letras silenciosas. Nesse momento, o leitor é também um escritor, um inventor, que tem a sua vez, após o apagamento do autor, e que faz surgir esse livro que se escreve no vazio, mas que tem as suas latências no pulsar de cada página.

Essa construção de um texto elaborado pelo leitor, paralelo ao escrito nas páginas do livro é exemplificada por Ítalo Calvino que levanta a hipótese de outro livro lido simultaneamente pelo leitor, além daquele que ele tem nas mãos e segura diante dos olhos, um livro ainda não existente, mas que, dado o desejo e as implicações do leitor, não poderá deixar de existir, pois ler é uma atividade incompleta e o leitor necessita desse texto inacabado (Calvino 1999). Na verdade, é essa particularidade que dá espaço para o trabalho do leitor de completá-lo com as suas vivências.

A experiência da leitura evoca de modo sucessivo a relação íntima que une o leitor às personagens ou ao texto, a riqueza do vivido emocional, e a força das representações imaginárias que remetem para a história afetiva do sujeito. Para além do sentido literal e do significado literário, o texto que lemos adquire a projeção da nossa experiência, de quem somos. Entra aqui a questão do *como* e *porquê* determinados leitores preservam e consolidam uma leitura de determinado livro que, para muitos, está relegado ao passado.

No processo de leitura não temos uma unidade, na qual apenas um significado está correto, mas sim uma tentativa disciplinada por parte do leitor de construir um ou mais sentidos dentro das regras da linguagem, pois é a leitura um processo em que o potencial de sentido nunca pode ser plenamente elucidado, como preceitua Iser (Iser 1996: 54). Desde que leitor e texto compartilhem uma linguagem comum, qualquer leitor poderá descobrir algum sentido em qualquer texto. Outra demonstração da multiplicidade da literatura consiste na certeza de que ela não encerra a sua totalidade na linguagem, deixando algo que fica de fora e ao mesmo tempo abriga o leitor, convidando-o a entrar para atribuir sentido ao *não-dito*, aquilo que poderá formar-se apenas na imaginação, não se concretizando nas páginas do livro.

Barthes ocupa-se dessa relação do texto com um universo invisível ao leitor. Para o autor, o melhor *prazer do texto* é conseguido quando ele se faz ouvir indiretamente, quando, ao lê-lo, o leitor procura algo vindo de um lugar indefinido:

Estar com quem se ama e pensar em outra coisa: é assim que tenho os meus melhores pensamentos, que invento melhor o que é necessário ao meu trabalho. O mesmo sucede com o texto: ele produz em mim o melhor prazer se consegue fazer-se ouvir indiretamente; se, lendo-o, sou arrastado a levantar muitas vezes a cabeça, a ouvir outra coisa. Não sou necessariamente cativado pelo texto de prazer; pode ser um ato ligeiro, complexo, tênuo, quase aturdido: movimento brusco da cabeça, como o de um pássaro que não ouve nada daquilo que nós escutamos, que escuta aquilo que nós não ouvimos (Barthes 2004:32)

O texto tem assim, muitas vezes, a sua representação mais simbólica, não só pelo que exprime mas, sobretudo, pelo que oculta, pelas suas subtrações e retraimentos. Pode-se captar o que está escrito, mas o leitor também se depara com algo que pode apenas sentir, que está ao redor do texto, algo que não sabe exatamente o que é, algo que não está escrito no livro, mas que se move e flui entre as suas linhas. É algo que não é ele, mas ao mesmo tempo tem a sua origem nele, como o explicita Ítalo Calvino:

Há sempre alguma coisa essencial que permanece fora da frase escrita, aliás, as coisas que o romance não diz são necessariamente mais numerosas que as que ele diz, e só um revérbero específico daquilo que está escrito pode dar a ilusão de que se lê também o que não está escrito (Calvino 1999: 207).

Ler, como podemos constatar, é vivência. A própria leitura do texto escrito não se restringe apenas ao conhecimento da língua, mas sim a todo um sistema de relações entre as várias áreas de conhecimento e de expressão do homem, e a todas as suas circunstâncias de vida, o que reforça a importância da presença da literatura na vida do homem. É dessa importância que o crítico literário italiano Roberto Cotroneo nos tenta consciencializar, quando afirma:

Espero que você venha a ter essa mesma sorte, pois somente pessoas assim poderão fazer-lhe entender que a literatura, o sonho do qual iremos falar neste livro, não é apenas uma brincadeira intelectual, mas sim a única maneira de compreender o mundo, a única maneira de se levar aos olhos as lentes da ambiguidade que já ninguém usa (Cotroneo 2004: 19).

O leitor, como participante de uma sociedade, não é um indivíduo isolado no espaço social, logo, a experiência transmitida pela leitura desenvolve um papel na evolução global da sociedade. A obra literária, dada sua função transformadora, tem importância relevante na evolução das mentalidades, podendo, em certos casos, pré-formar comportamentos e transformar as expectativas tradicionais. Ler, nessa perspectiva, enriquece o presente e atualiza o passado. Esse é o pensamento que norteia a “estética da recepção”, teoria jaussiana que acentua a importância do terceiro componente do facto literário, o público/leitor. Segundo Jauss:

La fonction sociale de la littérature ne se manifeste que dans sa possibilité réelle là où le joueur entre dans l'expérience littéraire comme un horizon d'attente de la pratique de la vie (Jauss 1978: 74-75)

No seu artigo “Análise geral da estética da recepção: o modelo de Hans Robert Jauss”, Luísa Soares afirma que a teoria de Jauss consiste no envolvimento da totalidade das “*personae dramatis* do processo comunicativo” (Soares 2005^a: 128)⁴. Na verdade, para Jauss, “o que interessa no processo comunicativo não são somente o autor, o texto e o leitor em si mesmos nos seus papéis e horizontes próprios, mas a lógica da questão e da resposta, que visa diretamente o problema da recepção literária” (Idem, *ibidem*).

A literatura interfere indubitavelmente nas consciências, no sentido de humanizar o próprio homem. A ação da literatura atua internamente na consciência do leitor. A literatura é um meio convincente de ação, pois o recetor-leitor fica mais tempo diante da mensagem artística do que o recetor de outras artes. A mensagem tem, assim, tempo para explicar-se.

Sendo o ato de ler um processo cumulativo, cada leitura nova baseia-se no que o leitor leu antes, traz toda a historicidade das vivências e de leituras anteriores. A cada releitura, estamos diante de um livro novo, pois a leitura é uma construção que ganha forma reunindo um número de variáveis e não

⁴ A comprovar a importância de todos os intervenientes do processo comunicativo, pronuncia-se Jean Starobinski, o autor do prefácio da obra de Jauss, *Pour une esthétique de la réception*: “L’ erreur ou l’ inadéquation commune aux attitudes intellectuelles que Jauss reproche c’ est la méconnaissance de la pluralité des termes, l’ ignorance du rapport complexe qui s’ établi entre eux, la volonté de privilégier un seul facteur entre plusieurs; d’ où résulte l’ étroitesse du champ d’ exploration; on n’ a pas su reconnaître toutes les “personae dramatis”, tous les acteurs dont l’ action réciproque est nécessaire pour qu’ il y ait création et transformation dans le domaine littéraire, ou invention de nouvelles normes dans la pratique sociale” (Jauss 1978: 11).

consegue repetir-se duas vezes obedecendo à mesma configuração. Jamais voltamos ao mesmo livro, posto que, na nossa evolução e circunstâncias históricas e sociais, nós mudamos e o livro também.

Analogicamente, reportamo-nos ao filósofo grego Heraclito que dizia não ser possível alguém banhar-se duas vezes nas águas de um mesmo rio. Tal fenômeno ocorre por consistir a leitura numa operação sem objeto, já que a literatura é arte e, como tal, o seu objeto encerra-se em si mesmo, sendo o livro um veículo de expressão dessa arte. Por isso, cada leitura não acaba enquanto processo fechado de significação. Lê-se e relê-se sempre em busca, procurando a confirmação de uma nova descoberta.

A possibilidade de um número infinito de leituras, todas somadas reciprocamente, é exemplificada por Calvino, ao relatar as suas experiências literárias:

Cada novo livro que leio passa a fazer parte daquele livro abrangente e unitário que é a soma de minhas leituras. Isso não acontece sem esforço. Para compor esse livro geral, cada livro particular deve transformar-se, relacionar-se com os livros que li anteriormente, tornar-se o corolário ou o desenvolvimento ou a refutação ou a glosa ou o texto de referência (Calvino 1999: 258).

Certas leituras que realizamos permanecem, no dizer de Marisa Lajolo, “ricocheteando” na vida do leitor, tornando-se parte da sua vida, acompanhando-o e às vezes determinando as suas vivências. Quando o leitor é uma comunidade de indivíduos e se observa o fenômeno de permanência de uma obra, cujo valor foi posto à prova do tempo e do espaço, o livro torna-se um *clássico*, adjetivo que define a obra ou o autor que, pela originalidade, pureza de língua e forma perfeita, se tornou um modelo digno de imitação. Assim ocorre com

Os Lusíadas de Luís de Camões.

A essas leituras de *formação* e à sua essência e importância, dedicou Ítalo Calvino o ensaio *Porquê ler os Clássicos?* (Calvino 1991). Curioso é notar como o autor é já considerado um clássico futuro, exatamente pelos seus livros exercerem “uma influência especial, tanto quando se impõem como inesquecíveis, como quando se ocultam nas pregas da memória, mimetizando-se de inconsciente coletivo ou individual” (Calvino 1991: 8).

Ítalo Calvino situa a dimensão de um clássico e o poder da literatura de propagar-se indefinidamente, quando afirma ser “um clássico um livro que nunca acabou de dizer o que tem a dizer” (Idem, 9). A teoria de Calvino pode aplicar-se com justeza, quando analisamos os versos de Camões, que irradiou o seu estro além dos limites de Portugal e se vê reinterpretado em Patativa do Assaré, poeta que, através da sua obra, também canta o “peito ilustre” (Camões 2000: 1.3) do seu povo e se autoconcebe como um *Camonje* no Brasil, sem se cansar do elogio ao poeta Português:

Eu sou poeta selvagem,
Não recebi instruções,
É rude minha linguagem
E fracas as expressões
Para render homenagem
Ao grande poeta Camões,
Que com o seu pensamento
Deu à Pátria um Monumento (Assaré 2008: 250).

Ouçamo-lo, em passos do mesmo poema a “Luís de Camões”, em que Patativa homenageia o “poeta imortal [que]/ que é orgulho de Portugal” (Idem, 251) e afirma a sua humildade, mas onde, simultaneamente, a ele se compara:

E eu que das coisas terrestres
Tenho bem poucas noções,
Porque não tive dos mestres
As preciosas lições,
Só tenho flores silvestres
Pra coroa de Camões.
Vejo a minha pequenez,
Ante o bardo português (Idem, ibidem).

Patativa do Assaré, pseudónimo de António Gonçalves da Silva (1009-2002), é um grande poeta popular Brasileiro, que usa o dialeto caboclo, quando quer, para identificar-se com as classes oprimidas, mas revela conhecer igualmente as estruturas e a métrica clássicas, pela utilização da oitava ou do soneto em decassílabos. Atentemos no soneto “Desilusão”, mais próximo das vozes clássicas do que das tradicionais redondilhas e do falar sertanejo:

Como a folha no vento pelo espaço
Eu sinto o coração aqui no peito,
De ilusão e de sonho já desfeito,
A bater e a pulsar com embaraço.

Se é de dia, vou indo passo a passo
Se é de noite, me estendo sobre o leito,
Para o mal incurável não há jeito,
É sem cura que eu vejo o meu fracasso.

Do parnaso não vejo o belo monte,
Minha estrela brilhante no horizonte
Me negou o seu raio de esperança,

Tudo triste em meu ser se manifesta,
Nesta vida cansada só me resta
As saudades do tempo de criança (Assaré 2005: 196).

Patativa do Assaré sintetiza, na sua obra, os saberes populares e eruditos. É um homem que lê sobre o que acontece no mundo, pois acredita que é preciso transformá-lo. Mesmo jovem e ainda violeiro, já estudava o *Tratado de Versificação*, de Olavo Bilac e Guimarães Passos e lia *Os Lusíadas* de Camões (Júnior 2002: 6).

A leitura da epopeia, por exemplo, inspirou as oitavas de sabor camoniano “O Inferno, o Purgatório e o Paraíso” de Patativa, onde estão presentes duas dimensões - uma religiosa e outra social – que se entrelaçam na formação de um poema de crítica, um “quadro triste” em que vive não somente o homem do sertão, mas ainda o “homem nobre” da cidade. O *inferno*, o *purgatório* e o *paraíso* são imagens que representam três classes sociais, num exercício de transposição do mundo não material para uma esfera social. Assume-se, aqui, o autor como porta-voz do povo.

O poeta do sertão nordestino, filho de um casal de agricultores, perdeu a visão do olho direito aos quatro anos de idade, conforme o relata em verso, não já como *voz do povo* mas como *poeta popular*. Em verso tradicional de redondilha maior, numa poesia de feição circunstancial, compara-se a Camões. O *Camonje* nordestino é a expressão da recepção (influência do nome, da obra e da fisionomia) do poeta português além fronteiras:

Perdi meu ôio direito
Ficando mesmo imperfeito
Sem vê perto nem longe
Mas logo me conformei
Por saber que assim fiquei
Parecido com Camonje
(Apud Sérgio 2010:1).

3. Os *Lusíadas*: uma Experiência de Leitura

Não há como refutar a presença de Camões no ideário de variados poetas de diversas literaturas mundiais, de Itália, a Espanha, ao Brasil (Aguiar e Silva 2011), fundindo-se como elemento da cultura dos povos. A obra do poeta e a sua biografia, bem como a mitificação que as envolve, transformaram Camões num dos maiores e mais conhecidos símbolos de Portugal, o que o coloca muitas vezes, ao longo da história, na condição de paradigma. Esse processo de revisitação camoniana é perceptível nos registos de recepção criativa desde o século XVI até à atualidade, mostrando que o interesse, não apenas literário, por Camões jamais cessou.

Com referência à criação literária nas mais diferentes abordagens e teorias literárias, desde o comparativismo estruturalista de Barthes e Derrida até aos dias de hoje, pretendemos revelar o modo como a obra camoniana foi concebida ao longo do tempo. Para isso, contamos com o apoio da “estética da recepção” de Jaus e dos estudiosos da Universidade de Konstanz.

Como este trabalho tem por suporte teórico a *estética da recepção e do efeito*, é forçoso apresentar um breve apanhado a respeito das principais ideias nascidas dos pensadores alemães.

Em 1967, com a primeira edição de *O leitor e a literatura*, Jaus dá ao mundo as teorizações que levariam a uma rutura definitiva com o estruturalismo e a abordagem imanentista do texto. Partidário de uma conceção interdisciplinar na crítica textual e tendo como eco a voz de colegas de estudos como

Wolfgang Iser, Jauss propõe nesse livro aquilo que já deixara claro no discurso da sua aula inaugural na Universidade de Konstanz:

Qualquer obra de arte literária só será efetiva, só será re-criada ou “considerada”, quando o leitor a legitimar como tal, relegando para plano secundário o trabalho do autor e o próprio texto criado. Para isso, é necessário descobrir qual o “horizonte de expectativas” nos textos que lêem em virtude de estarem condicionados por outras leituras já realizadas, sobretudo se pertencerem ao mesmo género literário (*Apud* Lima 2002: 15).

É nesse sentido que a “estética da receção” forma seguidores, de entre os quais, Hans Ulrich Gumbrecht, segundo Costa Lima, um dos mais brilhantes alunos de Jauss e um dos responsáveis pelo desenvolvimento desse novo modelo de crítica literária. Para o pensador alemão, é complexo o sistema de constituição do sentido e resulta de uma dinâmica de interações entre autor e leitor, assimétrica pelo natural distanciamento espaço-temporal entre interlocutores e, por isso, estuda a questão sob dois prismas. O primeiro leva em consideração a premissa de que, num processo de comunicação, existe a intenção de se modificar o pensamento de pelo menos um dos parceiros. Essa intencionalidade proveniente do autor é chamada função intencionada. O outro lado do prisma sugere que, em todo o processo de comunicação, os parceiros devem compartilhar de um acervo comum mínimo para que a comunicação seja efetiva. No entanto, esse acervo comum nem sempre é suficiente para que a função intencionada pelo autor seja concretizada. Assim sendo, a função realizada não corresponde à primeira motivação do autor.

Sabendo nós que Camões constrói *Os Lusíadas* sob a perspectiva do humanista que foi, o nosso ponto de partida será marcado por uma muito breve revisão da literatura referente à epopeia, em quatro séculos de receção crítica e criativa, para que seja estabelecida uma linha de análise validadora da reabilitação e revisitação que sempre se deu, no tempo e no espaço, ao texto camoniano⁵.

A receção da obra camoniana e a formação de uma mitificação a envolver o poeta e os seus escritos têm início antes de 1572, data da primeira edição de *Os Lusíadas*. Sabe-se que por aquela época era comum a circulação de cópias manuscritas, devido à dificuldade de se ter em mãos um livro impresso. Luis Franco Correia foi o primeiro a reunir, em 1557, poemas esparsos, inclusive os de Camões, e a produzir um cancioneiro impresso quinze anos depois⁶. A fama do poeta formou-se à medida que tais textos circularam desde o oriente até a corte, através dos cancioneiros, avulsos e cartas. E dessa forma surgem os

⁵ Para uma visão mais aprofundada da receção de Camões, vide Soares (2005^a: 571-585).

⁶ Este *Cancioneiro de Luís Franco Correa: 1557-1589* foi reeditado em Lisboa, pela Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, em 1972, com apresentação de Maria de Lurdes Belchior.

admiradores e os de opinião contrária a respeito do poeta: há os que o denigrem e os que o enaltecem, como fica claro em a *Lusitânia Transformada* (1607), de Fernão Álvares do Oriente, um exemplo de receção, quando o autor mostra dois pastores que, após uma peregrinação, chegam ao Templo da Poesia, que encontram inteiramente destruído. A única estátua no Templo que se encontra intocada é a estátua de Camões e “o espectáculo que se lhes deparou diante dos olhos não podia ser mais doloroso” (Cirurgião 1976: 313).

Este é apenas um exemplo que faz transparecer nos textos literários indícios da receção dos poemas de Camões, num primeiro momento, no debate acerca da legitimação do épico como tal, ao longo de todo o século XVII. De um lado, ficam os que defendem a posição do poeta como paradigma, ao verem n’*Os Lusíadas* a epopeia que resgata, através da forma clássica perfeita, a identidade portuguesa num período de indefinições, por consequência da era castelhana. Do outro lado, ficam aqueles que, indiferentes ao destino português, passam a atacar o épico e o lírico, acusando-o de plágio e de outros defeitos de composição⁷. Mesmo assim, institui-se o mito de Camões e d’*Os Lusíadas* como resgatadores de todo passado heroico português, seja pela biografia do poeta, seja pela interpretação dos seus versos (Soares^a: 571-585).

A amplificar essa mitificação, surgem as vozes, como a do “supra-Camões”, que pretendem resgatar o que há de mais humano (o império da cultura) e menos político (o império territorial) nos versos do poeta quinhentista. É disso exemplo o poema *Mensagem* de Fernando Pessoa, de que transcrevemos “Mar Português”:

Ó mar salgado, quando do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar! (Pessoa s/d: 114)

As novas leituras de Camões, com o decorrer do tempo, recebem uma urdidura muito peculiar, adaptada às circunstâncias, aos padrões estéticos, políticos e ideológicos dos seus leitores. Através da elevação do *povo* (português) à categoria dos deuses, Camões torna-se referência, mesmo em algumas obras literárias contemporâneas de tendências democráticas e socialistas, de que ressaltam, no âmbito popular, as de Patativa do Assaré. Partindo das leituras que colheu ecleticamente, mas também no mestre clássico Português, o poeta Brasileiro faz uma apologia da liberdade, na crítica às desigualdades, aos profundos problemas sociais do seu povo e a sua obra

⁷ São conhecidos, mais tarde, os ataques de José Agostinho de Macedo (1761-1831) que considerava *Os Lusíadas* uma obra menor e se enfurece contar a “seita camoniana”, tentando superar o mestre clássico em *O novo Argonauta*.

torna-se expressão duma realidade vista como politicamente complexa ou mesmo confusa.

Menino iletrado, mas assíduo ouvinte de leituras de cordéis, logo começa a ver-sejar. Frequenta a escola apenas para aprender a leitura e nela se vicia. Por volta dos vinte anos, depois de uma peregrinação pela Amazónia, Antônio adota o pseudónimo *Patativa*, inspirado num artigo de jornal em que um crítico comparava a sua poesia espontânea à pureza do canto da pequena ave do Sertão.

A partir do seu segundo livro *Cante lá que eu canto cá* (1978), a obra de Patativa passa a interessar a intelectuais e estudiosos da academia. É interessante lembrar que Patativa do Assaré transitava com grande desembaraço entre a linguagem popular (a que estava afeiçoado) e a culta, conforme os objetivos que tinha em mente ou o público que desejava atingir.

A leitura d' *Os Lusíadas*, por exemplo, inspirou belíssimas oitavas de feição camoniana “O Inferno, O Purgatório e o Paraíso”, onde Patativa reivindica, mesmo para aqueles que vivem no *Inferno*, “o sagrado direito de pensar” (Assaré 2008: 44):

Como é triste viver sem possuir
Uma faixa de terra para morar
E um casebre, no qual possa dormir
E dizer satisfeito: “Este é o meu lar”.
Ninguém pode, por certo, resistir
Tal desgraça na vida sem chorar
Se é que existe inferno no outro mundo
Com certeza, o de lá é o segundo! (Assaré 2008: 45)

Mais do que pela inspiração clássica é, porém, através da sua poesia popular, social, satírica que Patativa do Assaré dá voz ao humilde camponês, ao homem do sertão, às súplicas do seu povo:

Neste estilo popular
Nos meus singelos versinhos
O leitor vai encontrar
Em vez de rosa, espinhos
Na minha penosa lida
Conheço do mar da vida
As temerosas tormentas
Eu sou o poeta da roça
Tenho mão calosa e grossa
Do cabo das ferramentas (Assaré 2002: 147)

Os esquemas estróficos singelos e a métrica de redondilha são populares e marcam uma certa liberdade de criação e simplicidade. Patativa usa ainda as sextilhas, as oitavas e as décimas, sendo que, às vezes, alterna os dois últimos tipos de estrofes, com uma sextilha⁸ a abrir e fechar o poema. Toda esta

⁸ Estrutura característica do folheto de cordel e do Romanceiro Popular no Brasil.

versatilidade e afastamento de moldes estróficos rígidos, bem como a fuga do verso clássico - seja o decassílabo ou o alexandrino – configura, apesar disso, alguma intertextualidade com sonetos de Camões.

Dicotomias como *riqueza e pobreza; felicidade e infortúnio; bem e mal*; aspetos sociais e políticos; a ética, a honestidade, a grandeza de alma, a crítica mordaz à ambição e à valorização do *metal luzente e louro*, a fé em Deus e na religião, bem como a necessidade de justiça social, a dimensão do sofrimento e do heroísmo são alguns dos temas recorrentes na poética de Patativa do Assaré, que também verificamos em Camões. Ambos são indubitavelmente poetas identitários. É possível aproximar, por exemplo, a temática do heroísmo em Camões, que invoca a “gente ousada” (Camões 2000:5.41), do mesmo ideário em Patativa, que exalta “esta gente boa e forte sertaneja” (Assaré 2008: 236) e, em outro poema dirigido à mulher, “Cabôca da minha terra”, celebra o heroísmo dos filhos do Brasil:

Cabôca de minha terra,
Tu devia sê feliz
Em recompensa dos fio
De tanto valô e brio
Que tu tem dado ao país
(Assaré 2008: 113)

A poesia social, comprometida, reivindicativa, com a denúncia da exploração patronal e política, o descaso do governo com os pobres, o drama dos agricultores sem terra, a manipulação das políticas de combate às secas, os deslocamentos, as migrações vergonhosas a serviço dos privilégios de poderosos e latifundiários, a fazer do povo “gado de currais eleitorais” ou reserva de mão-de-obra de um capitalismo voraz, beneficiário das desigualdades sociais resume muito do poeta de Assaré. Este representa e defende, com a sua poética, a existência do pão, da moradia, da saúde, da educação, da segurança, sendo esta o mesmo que a *constância*, a evitar o êxodo, o sofrimento da partida, a humilhação e outras desgraças a combater.

Muito mais próximo nas intenções de escrita dos neorrealistas portugueses e, no estilo, do poeta popular António Aleixo é, porém, com Camões que Patativa do Assaré se compara. Eco mais ou menos desfigurado, pelas razões do tempo, do espaço, da cultura e da mundividência, o *Patativa-Camonje*, tal como Camões, não ignorou a dimensão cívica do poeta-vate e a função social da literatura como forma de morigerar os costumes. Em outro contexto social, histórico e cultural, Patativa é, em relação a Camões, um poeta de outra ordem, com idêntica função. Na verdade, a qualidade e a força criativa de Camões e Patativa são significativas *per se* e, ainda, por serem, numa visão conjunta, a representação da *fortuna* ou recepção de Camões no tempo e além do espaço pátrio. No âmbito desta trajetória, o leitor experimenta uma leitura de ecos textuais d’*Os Lusíadas*, nesse novo texto ou *releitura* do *original* (Cerdeira 2000: 229), que perturba ou abala o subtexto, mas igualmente o amplia numa

outra realidade feita de paragramatismo e originalidade. Camões projeta-se nos intertextos de Patativa, essa voz que o primeiro foi capaz de originar e *não é sua*, mas é certo que *a sua* (sub)está presente no processo de humanização do próprio ser humano que a lê.

A experiência de leitura traduz uma relação íntima que une o leitor ao universo textual pois, além do sentido literal e do significado literário a não descurar, o texto que lemos adquire a projeção de quem somos, numa relação de diálogo *in absentia* com um autor textual, sendo que “o acto criativo se prolonga com o acto de ler” (Soares 2005^a:133).

Em suma: O efeito da leitura no sujeito leitor precede e condiciona o seu efeito sobre a sociedade. A tomar como referencial essa premissa, defendemos a importância e a interferência da literatura na formação de consciências, sendo fundamental para o processo de humanização do homem.

Através do respeitoso diálogo com o texto⁹, com a leitura da palavra escrita, o homem vê-se diante da possibilidade de vivenciar uma experiência de libertação da sua quotidianidade, ao ser lançado por um momento circunscrito num universo ao qual não pertence, mas do qual, de alguma maneira faz parte, e com o qual se vê preenchido por identificação projetiva.

Norteados pelas suas crenças, experiências de vida, percepções e valores, esse leitor reescreve e dá existência a uma realidade nova, transformando-se neste momento em criador. Somente a partir daí, o leitor, nutrido da experiência literária, poderá ter a possibilidade de vislumbrar novos horizontes e participar da evolução e transformação da sociedade.

A escolha da obra *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, permitiu que procurássemos situar a ideia de leitura como experiência de comunicação de dois mundos, experiência de uma realidade e de libertação da mesma, para a construção de uma nova realidade, criada a partir do subtexto. Tomámos assim por objeto a conceção de leitura como experiência de receção. Assim, sendo a arte e a vida entrelaçadas de forma peculiar, enquanto existir alguém que escreva e outro que tenha o desejo, a disposição e o prazer de ler, a literatura prosseguirá com o seu poder de fazer existir o que não existe, sem encerrar sentidos, sem fechar questionamentos, mas sim continuando a abrir portas, a ampliar horizontes e a iluminar a nossa visão de mundo, pronta para nos ensinar a perguntar, fazendo-nos ir além dos livros que julgamos ler.

⁹ Obviamente, defendemos as *múltiplas*, mas *não desencontradas* leituras, pois que isso seria a anarquia dos estudos literários. O texto pela sua estrutura sintática, semântica e pragmática também implica um certo modo de ler.

Referências bibliográficas

- Aguiar e Silva, Vítor (coord.) (2011): *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Caminho.
- Assaré, Patativa de (2002): *Cordéis*. Fortaleza: Ed. UFC.
- (2005): *Ispinho e fulo*. São Paulo: Ed. Hedra.
- (2008): *Cante lá que eu canto cá*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. Patativa do Assaré
- Andrade, Cláudio Henrique Sales (2004): *Patativa do Assaré. As Razões da Emoção (Capítulos de uma Poética Sertaneja)*. Fortaleza/São Paulo: Ed. UFC.
- Barthes, Roland (s./d.): *Lição*. Lisboa: Edições 70.
- (2004): *O Prazer do Texto*. 4. ed. Tradução de J. Gunsburg. São Paulo: Perspectiva.
- Calvino, Ítalo (1990): *Seis propostas para o novo milênio: lições americanas*. 3ª ed. (Trad. Ivo Barroso). São Paulo: Companhia das Letras.
- (1991): *Porquê ler os clássicos?* Lisboa: ed. Teorema.
- (1999): *Se um viajante numa noite de inverno*. 2.ed. (Trad. Nilson Moulin). São Paulo: Companhia das Letras.
- Camões, Luís Vaz de (2000): *Os Lusíadas (1572)*. Com leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão e apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Instituto Camões
- 1973): *Rimas*, (Texto estabelecido e prefaciado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão e apresentação de Aníbal Pinto de Castro). Coimbra, Atlântida.
- Cândido, Antonio (2004): *Vários escritos*. 4.ed. São Paulo: Duas Cidades.
- (1999): “A literatura e a formação do homem”. In: *Revista Remate dos Males*. Campinas: Departamento de teoria literária IEL/UNICAMP.
- Cerdeira, Teresa Cristina (2000): *O Averso do Bordado*. Lisboa: Editorial Caminho. C
- Cirurgião, António (1976): *Fernão Álvares do Oriente: o homem e a obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Cotroneo, Roberto (2004): *Se uma criança, numa manhã de verão... Carta a meu filho sobre o amor pelos livros* (Trad. Port. Mario Fondelli). Rio de Janeiro: Ed. Rocco.
- Eco, Umberto (1997): *A obra aberta*. 8.ed. (Trad. Giovanni Cutolo). São Paulo: Perspectiva.
- (2004): *Lector in fábula*. 2.ed. (Trad. Atílio Cancin). São Paulo: Perspectiva.
- Freire, Paulo (2000): *A importância do ato de ler*. 21.ed. São Paulo: Cortez.
- Iser, Wolfgang (1979): “A interação do texto com o leitor”. In: Lima, Luiz Costa (Org.). *A Literatura e o Leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1996): *O ato da leitura*. Vol.I (Trad. Jihannes Krestshmer). São Paulo: Ed.34.
- Jauss, Hans Robert (1979): “A estética da recepção: Colocações gerais”. In: Lima, Luiz Costa (Org.). *A Literatura e o Leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1978): *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard.

- Jouve, Vicent (2002): *A Leitura*. (Trad. Brigitte Hervor). São Paulo: UNESP.
- Júnior, Luís Tavares (2002): "Patativa: um cordelista revisitado. In *Cordéis*. Fortaleza: Ed. UFC: 5-11.
- Kleiman, Ângela (2000): *Texto e Leitor*. 7.ed., Campinas: Pontes.
- Lajolo, Marisa (1982): *O que é Literatura*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense.
- (1999): *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 4.ed. São Paulo: Ática.
- Lima, Luiz Costa (Org.) (1979): *A Literatura e o Leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (Coord.) (2002): *A literatura e o leitor: Textos de estética da recepção*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Manguel, Alberto (1997): *Uma história da leitura*. 2.ed. (Trad. Pedro Maia Soares). São Paulo: Companhia das Letras.
- Martins, Maria Helena (2005): *O que é leitura*. 19.ed. São Paulo: Brasiliense.
- Morin, Edgar (2005): *A cabeça bem feita: repensar a reforma, repensar o ensino*. 11.ed. (Trad. Eloá Jacobina). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Pessoa, Fernando (2006): *Poesia 1931-1935. E não datada* (ed. Manuela Parreira da Silva, Ana Maria Freitas, Madalena Dine). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Pessoa, Fernando (s/d): *Obra Poética de Fernando Pessoa. Mensagem e Outros Poemas Afins* (org. António Quadros). Mem Martins: Europa-América
- Queirós, Bartolomeu Campos de (1999): "O livro é passaporte, é bilhete de partida". In: Prado, Jason; Condini, Paulo (orgs.) (1999): *A formação do leitor: pontos de vista*. Rio de Janeiro: Argus: 23-24.
- Ricciardi, Giovanni (1971): *Sociologia da Literatura*. Lisboa: Europa-América.
- Scliar, Moacyr (1995): "A função educativa da Literatura Literária" In: Abreu, Márcia. (Org.) *Leituras no Brasil: antologia comemorativa pelo 10º Cole*. Campinas: Mercado de Letras: 166-167.
- Silva, Ezequiel Teodoro da (2002): *O ato de ler*. 9.ed. São Paulo. Cortez.
- Sérgio, Ricardo (2010): "Patativa do Assaré. O Camões do Nordeste". Consultado em 25.11.2011. In <http://www.recantodasletras.com.br/biografias/1230699>.
- Soares, Maria Luísa de Castro (2005^a): "Análise Geral da Estética da Recepção. O modelo de Hans Robert Jauss". In *Revista de Letras*. Vila Real: UTAD: 125-134.
- (2005^b): "Dos mitos em Camões a Camões como mito", in *Gramática e humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, vol. II. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa: 571-585.
- Teles, Gilberto Mendonça (1973): *Camões e a Poesia Brasileira*. Rio de Janeiro. UFF-FCRB.
- Vargas, Suzana (1997): *Leitura: uma aprendizagem de prazer*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Zilberman, Regina (1989): *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática.
- (1999): "Leitura Literária e Outras Leituras". In: Batista, Antônio Augusto Gomes; Galvão, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

O Fantástico n' *A Inaudita Guerra* de Mário de Carvalho

Maria Cecília de Sousa Vieira
Universidade Aberta
ceciliasousavieira@hotmail.com

Abstract

Since fantasy is the structuring element of the six stories that make up the work, *A Inaudita Guerra na Avenida Gago Coutinho*, they maintain operational a combination of strategies and technical discourse procedures in order to provide a moral that doesn't correspond to the expectations of the reader. Subversive and provocative, the short stories have in common the fact that they display clashes, where the Good is crushed by the Evil, thus working as vehicles of expression and / or contesting ideologies.

Resumo

Sendo o insólito o elemento estruturador dos seis contos que integram a obra, *A Inaudita Guerra na Avenida Gago Coutinho*, estes mantêm operativa uma combinatória de estratégias e de procedimentos técnico-discursivos, de forma a veicular uma moral que não se realiza dentro das expectativas do leitor. Subversivos e provocatórios, os contos têm em comum o facto de encenarem confrontos, onde o Bem é esmagado pelo Mal, funcionando, assim, como veículos de expressão e/ou contestação de ideologias.

1. O Fantástico na produção de Mário de Carvalho

Mário de Carvalho é autor de uma *opus* prolixa, constituída por cerca de duas dezenas de livros publicados que se inserem em dois modos literários, no Drama (dois livros) e na Narrativa (os restantes). No modo narrativo, o autor cultiva o conto, a novela, o romance e a crónica.

Sobre a sua obra, embora seja difícil filiá-la num determinado gosto estético, pela diversidade genológica e temática do autor, há uma certa convergência de opiniões quanto à sua bipartição temática.

Óscar Lopes, partindo do binómio relacional “eu e mundo”, refere que, na sua obra, se pode observar uma certa duplicidade de linhas temáticas que oscila entre “o insólito absurdo e o insólito real” (Lopes 1987: 9).

Rosa Maria Sequeira, por seu turno, afirma:

Se pensarmos nas duas principais linhas de desenvolvimento que a crítica nota na ficção de Mário de Carvalho, a saber, uma linha que privilegia o fantástico, o insólito absurdo ou o encontro de diferentes temporalidades históricas e míticas e outra linha mais ligada ao insólito real (...). (Sequeira 2003: 290)

Tendo em conta estas duas vertentes, Osvaldo Silvestre estabelece uma conexão entre as temáticas e as opções genológicas:

Poderíamos talvez, para efeitos de clareza heurística, assinalar-lhe duas grandes linhas de desenvolvimento: uma que privilegiará o fantástico, o fabulário, o absurdo quotidiano, a conciliação e cruzamento de temporalidades históricas e míticas, e que optará preferencialmente pela forma curta, do conto ao texto epigramático, por vezes com feições gnómicas: é o que sucede em livros como *Contos da Sétima Esfera*, *Casos do Beco das Sardinheiras*, *Fabulário*, *A Inaudita Guerra na Avenida Gago Coutinho*, ou num ponto culminante, noutro, inclassificável, vazadouro de mundos, utopias, histórias e tempos que é *O Livro de Tebas*, *Navio e Mariana*; outra, bastante mais “realista”, tendendo a recorrer a formas mais extensas, da novela ao romance (...) é o caso de *A Paixão do Conde de Fróis*, *Quatrocentos Mil Sestércios* e *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, *Era Bom que Trocássemos umas Ideias sobre o Assunto* ou numa posição de charneira *Quatrocentos Mil Sestércios* seguido de *O Conde Jano*. (Silvestre 1998: 213-214)

Assim, tendo em conta esta vertente – o fantástico – analisaremos *A Inaudita Guerra na Avenida Gago Coutinho*, evidenciando o seu cunho subversivo e provocatório relativamente aos valores morais instalados. Com efeito, as narrativas inseridas na coletânea, marcadas por um jogo ambíguo entre o Bem e o Mal, entre o inexplicável e o verosímil, potencializam uma leitura poética e/ou alegórica.

1.1. Marcas do Fantástico

A perceção das ocorrências insólitas depende dos períodos históricos vividos pelo Homem, de acordo com as crenças e valores de uma dada época. Nesse sentido, refletir sobre o insólito é ter consciência de que os códigos simbólico-culturais estão sempre num processo de metamorfose e que, conseqüentemente, a sua receção também muda, quer pelo narrador e pelas personagens, quer pelo leitor.

Muitas têm sido as abordagens feitas ao género fantástico, no entanto, como refere Filipe Furtado, todas elas são unânimes em afirmar que este tipo de narrativa encena sempre “fenómenos ou seres inexplicáveis e na aparência sobrenaturais” (Furtado 1980: 19), e irrompem num contexto e num espaço conforme aos normais.

Por conseguinte, o autor de uma obra fantástica direciona o leitor a considerar que o mundo representado é um mundo real, habitado por personagens que poderiam ser elementos do mundo empírico. O leitor, ao deparar-se com um mundo igual ao seu, quando lhe aparece um facto que transgride as leis naturais, cria incertezas sobre a possibilidade desse facto ser real ou não.

Segundo Todorov, a hesitação é a principal característica do género (cf. Todorov 1992: 3). Tal hesitação, reveladora do Homem como ser partilhado,

dividido entre a razão e o mistério, o *logos* e o insólito “está no discurso narrativo [e] contamina o leitor que permanecerá, entretanto, com a sensação do fantástico predominante sobre explicações objetivas” (Rodrigues 1998: 11). No dizer de Selma Rodrigues, neste caso, a literatura “nutre[-se] desse frágil equilíbrio que balança a favor do inverosímil e acentua-lhe a ambiguidade” (Rodrigues 1998: 11).

O fantástico, perante a dualidade empírica/meta-empírico, procura questionar este último aspeto, mantendo a hesitação, na medida em que perante um acontecimento insólito há duas possibilidades: ou é resultado de uma ilusão dos sentidos ou de um sonho, ou, então, o acontecimento ocorreu e faz parte da realidade regida por leis por nós desconhecidas.

Assim, as duas hipóteses de interpretação sobre o mesmo fenómeno, uma meta-empírica e outra racional, aparentemente incompatíveis, provocam no leitor reações de angústia e de dúvida que se acentuam se, no texto, surgir a ambiguidade.

Para Filipe Furtado, a ambiguidade não “constitui uma categoria pré-existente a que a narrativa recorre, mas apenas uma construção do género” (Furtado 1980: 37). São, portanto, as técnicas de construção da narrativa que expressam a ambiguidade e não o sentimento das personagens ou do leitor.

Se os acontecimentos devem irromper num mundo que, à primeira vista, é conforme com a realidade comumente conhecida, a narrativa deve servir-se de estratégias eficazes, de modo a conferir, à realidade que encena, plausibilidade suficiente para criar a ilusão de real aos recetores do texto. Assim, todos os elementos da narrativa devem estar em conformidade com a mentalidade dos prováveis recetores do texto e em consonância com o que consideram ser indubitavelmente o real.

Deste modo, na nossa análise, seremos sensíveis às diferentes particularidades de irrupção do insólito e do fantástico, às estratégias próprias da narrativa na sua construção (narrador, personagens, tempo, espaço, marcas discursivas...) e, ainda, aos possíveis efeitos nos leitores no ato da leitura, como resultantes de uma determinada intenção autoral.

1.2. O Fantástico enquanto elemento estruturador d'*A Inaudita Guerra*.

O elemento estruturador dos seis contos da coletânea é o insólito. Por isso, faz todo o sentido analisar como encara e lida o Homem – representado intratextualmente pelo narrador e pelas personagens – com os eventos insólitos que lhe surgem. Também, cremos nós, é pertinente analisarmos o insólito, tendo em conta os efeitos de receção e sua função.

No primeiro conto da coletânea, “**In Excelsum**”, o insólito irrompe, alterando completamente a rotina de João Mendes, um escriturário da firma “Rainbow Sunshine, Jacob Benohel, SARL”.

Um dia, como acontecia habitualmente, o escriturário chegou ao local de trabalho muito cedo, tomou o elevador para o terceiro andar, mas este continuou

em ascensão, ultrapassando mesmo o último andar, numa velocidade cada vez mais vertiginosa. Tomado de medo e terror, já que receoso do impacte, acionou o botão vermelho, mas em vão. Extremamente incomodado com as variações térmicas acentuadas sentidas dentro do elevador, perdeu a “compostura” e “desatou aos pontapés e aos murros nos painéis e espelhos do elevador” (Carvalho 1992: 14).

No entanto, o elevador prosseguia a sua marcha, *in excelsum*, e João Mendes experienciou outro fenómeno insólito: ele próprio foi iluminado por todas as cores do arco-íris, ora com alta, ora com baixa intensidade e, em seguida, ouviu uma série de ruídos “ou em zumbido, muito leve, sibilante, ou em roncar pesado de turbina” (Carvalho 1992: 15).

Muito tempo permaneceu o escriturário no elevador, “anos ou séculos” até que este finalmente parou. A parede da frente desapareceu e tudo ficou “mergulhado numa luz opalina, brilhante, quase compacta” (Carvalho 1992: 15). É o fim da “aventura”. Mas João Mendes ainda ouviu uma voz que dizia: “– São imprevisíveis os caminhos que a Mim conduzem” (Carvalho 1992: 15).

Como se pode verificar, o insólito irrompe na narrativa, alterando completamente o percurso normal de um dia de trabalho do funcionário. A única preocupação de João Mendes é o incómodo e o mal-estar que ora o frio, ora o calor lhe provocam. A questão da dualidade empírico/meta-empírico relativamente à origem dos fenómenos não existe no discurso narrativo. O leitor, no entanto, pode hesitar entre uma explicação racional (tudo pode não passar de um sonho, por exemplo, até porque, no final, João Mendes ouve a voz, supostamente, de Deus) e uma meta-empírica, sendo esta ambiguidade uma característica do género fantástico.

Este conto constitui uma espécie de paródia velada ao cristianismo. João Mendes é elevado à categoria de santo, apenas porque é dedicado, cumpridor e madrugador. Através do elevador, atualização da simbologia da escada, e efetuando uma viagem dolorosa, acede à esfera divina. O postulado cristão de que só pelo sofrimento se ganha o céu é alvo da ironia e paródia do narrador.

“**Ignotus Deus**” abre com um relato de um acontecimento insólito ocorrido num mosteiro. Os dois únicos sobreviventes, frei Abel e frei Domingos, aceitaram, sem quaisquer dúvidas, as mortes como naturais e, portanto, resultantes da vontade divina.

Após o enterramento dos corpos, os frades retomam a sua rotina diária – oração, trabalho no campo e limpezas -, de acordo com as regras do mosteiro.

Mas a vida rotineira e tranquila do mosteiro sofrerá uma alteração profunda pelos factos inusitados que se seguirão. Um dia, numa madrugada, quando frei Domingos tentava entreabrir o portão como fazia habitualmente, apesar de todos os seus esforços, este não abriu. Enquanto isto se passava com frei Domingos, frei Abel, na torre, apesar de aplicar toda a sua força a puxar a corda do sino, mas não consegue tocar.

Perante tais ocorrências, os frades não duvidam da sua natureza sobrenatural, a única dúvida que subsiste é se “seriam desígnios da Providência ou malas-artes do demónio” (Carvalho 1992: 20).

Nesse mesmo dia, sucedem-se outros acontecimentos insólitos, do domínio do fantástico. Estando os dois frades sentados a almoçar, frei Domingos levanta-se repentinamente e frei Abel segue-o em direção ao último patamar. Aí, olham em redor e deparam-se com o “nada”, pois tudo havia desaparecido. Frei Domingos, cheio de curiosidade, sobe umas escadas para ver melhor. Frei Abel vê-o desaparecer no ar, soltando-se-lhe um dos tamancos que vem cair a seus pés.

O frade sobrevivente, frei Abel, fica no mosteiro entregue à sua rotina diária, mas rapidamente esta é interrompida por mais um fenómeno inusitado. Um dia, na capela, enquanto orava, viu que “um clarão de luz colorida que o vitral projetava junto de si tomava uma intensidade forte e parecia deflagrar em pequenas chamas fosforescentes. E antes de se erguer, num arrepio sobressaltado, uma ciência íntima dizia-lhe que a capela estava cheia de presenças” (Carvalho 1992: 22). Não se enganava. Na capela havia “um ror de criaturas disformes e díspares que o olhavam em sossego” (Carvalho 1992: 22). Para frei Abel, tratava-se da sexta legião de demónios e, por isso, apesar do medo que o dominava, trata logo de os exorcizar. É interrompido por um ser que estava mesmo perto de si, disforme, de aspeto horrível, mas de uma sedução irresistível. No final, frei Abel ainda tem a oportunidade de ver Deus, um ser bondoso mas passivo, a ser completamente subjugado pelo Diabo¹, sem livre arbítrio mesmo no que concerne à salvação das almas².

Ao longo da narrativa, em momento algum, os frades questionam a origem dos acontecimentos insólitos, embora reconhecendo-os como tais. De forma passiva e alienada, aceitam tudo o que lhes acontece, completamente subjugados aos ditames e às crenças da sua religião. No final, os eventos estranhos, atribuídos à entidade divina, perdem significado, quando a onnipotência do próprio Deus acaba por ser desmascarada. E é este o deus que todos desconhecem, o deus sem livre arbítrio, sem onnipotência e sem omnipresença para evitar o mal. O deus banalizado.

Neste conto, são problematizados os princípios que orientam a doutrina cristã e que orientam a conduta humana. Deus, afinal, é subjugado pelo Demónio e a salvação das almas, *post mortem*, nada tem a ver com a recompensa por merecimento. A contramoral está, portanto, patente: a última decisão pertence ao Diabo.

¹ “– Eh, lá, tu, aí em baixo, chega-te cá!” (Carvalho 1992: 23).

² “E após, designando o frade com um ligeiro aceno: – Bom, leva lá este para o teu céu, ou lá como se chama, e procura-me depois, que temos contas a ajustar...” (Carvalho 1992: 23).

“**A Inaudita Guerra na Avenida Gago Coutinho**” surge em terceiro lugar na coletânea e é este conto que lhe dá o nome.

É pertinente, parece-nos, antes de avançarmos na nossa análise, a descodificação do título, pois o insólito emerge já aí. Ao decompor a palavra *inaudita* nos seus elementos constitutivos, verificamos que é composta pelo prefixo *in-*, um prefixo de negação, e por *audita*, com função de adjetivo, particípio passado do verbo *audio* que significa “ouvir”. Assim, de acordo com a sua etimologia, *inaudita* significa “não ouvida”, “nunca ouvida”. Levanta-se, então, de imediato a seguinte questão: Como pode ter ocorrido uma guerra sem nunca se ter ouvido falar dela?

Insolitamente, a “inaudita guerra” tem como palco de ação um espaço concreto – a avenida Gago Coutinho – que perpetua o nome de uma personagem histórica, autor de uma proeza extraordinária e, para a época, inacreditável. Chega-se, a partir do título, à seguinte conclusão: ocorreu uma guerra, mas, estranhamente, nunca se ouviu falar dela, apesar de extraordinária.

O título dá-nos o mote para a trama, pois toda ela se desenvolve a partir de um acontecimento meta-empírico – o amalgamento de duas datas distantes no tempo – 4 de junho de 1148 e 29 de setembro de 1984. A causa de tal fenómeno é transcendental, como explica o narrador: tudo se deve a um descuido da deusa Clio que, enquanto fazia a sua imensa tapeçaria, adormeceu por breves instantes e, assim:

Logo se enlearam dois fios e no desenho se empolou um nó, destoante da lisura do tecido. Amalgamaram-se então as datas de 4 de junho de 1148 e de 29 de setembro de 1984. (Carvalho 1992: 27)

A distração de Clio não deve causar muito espanto, pois, como refere o narrador, Horácio³, poeta latino de grande credibilidade, atesta que até o grande Homero se dava a uma sesta:

O grande Homero às vezes dormitava, garante Horácio⁴. Outros poetas dão-se a uma sesta, de vez em quando, com prejuízo da toada e da eloquência do discurso. Mas, infelizmente não são apenas os poetas que se deixam dormir. Os deuses também. (Carvalho 1992: 27)

Se, como refere o narrador, o grande Homero teve os seus “deslizes”, pois *errare humanum est*, no mundo mítico também são naturais tais fraquezas. O que causa estranheza é a relação de semelhança entre deuses e homens aqui

³ Horácio – Quintus Horatius Flaccus – nascido em 65 a. C., em Venússia, foi um dos poetas mais notáveis da literatura romana.

⁴ Esta afirmação é a tradução do verso *Quandoque bonus dormitat Homerus* da *Epistola ad Pisones*, v. 359, epístola mais conhecida como *Arte Poética*, designação atribuída por Quintiliano. Cf. Horácio, *Arte Poética* (1984) (Introdução, Tradução e Comentários de R. M. Rosado Fernandes), Lisboa, Editorial Inquérito.

estabelecida que está invertida. O que seria pois de esperar era um exemplo como: se os deuses falham, é natural que os homens também errem.

O desenrolar da ação, com pequenas situações insólitas é, portanto, consequência do descuido de Clio. Assim, na manhã de 29 de setembro de 1984, os automobilistas que iam em direção ao Areeiro, entrando pela avenida Gago Coutinho, deparam-se com o aparatoso exército de Ibn-el-Muftar que tinha voltado a Lisboa para a conquistar, pois um ano antes havia sido tomada por Ibn-Arrik. O insólito da situação causa a todos estranheza e Ibn-el-Muftar dá voz à perplexidade dos árabes.

O agente da PSP, Manuel Reis Tobias, que estava ao serviço nesse dia à entrada da avenida Gago Coutinho, apercebe-se do insólito devido a todo aquele aparato, pois a mensagem que ele manda pelo intercomunicador evidencia a sua estranheza.

Os automobilistas, por sua vez, estão tão concentrados com as implicações que todo aquele ajuntamento lhes está a provocar na sua rotina diária que a única coisa que lhes ocorre é de que se trata de filmagens para um reclame. Mas o confronto era inevitável. Trava-se um pequeno confronto entre árabes e portugueses originado por um gesto incauto de Manuel da Silva Lopes, um camionista, que atirou uma pequena pedra e que, casualmente, foi bater no broquel do árabe Mamud Beshewer. Os confrontos duraram muito pouco tempo, mas o suficiente para provocar o caos na avenida e levar ao desespero as autoridades, que não sabiam nem tinham meios para agir naquela situação.

Entretanto, a deusa Clio acorda e trata logo de remediar o seu erro⁵ e assim tudo volta ao que era.

O confronto ocorrido na avenida foi votado ao esquecimento por dois motivos. Por um lado, não se tratou propriamente de uma guerra; por outro, porque não tendo a deusa Clio poderes para que os acontecimentos que se verificaram voltassem à estaca zero, pelo menos, conseguiu, em poucos segundos, com borrifos de água do rio Letes, apagá-los da memória dos homens. Daí nunca ninguém ter ouvido falar desta guerra, à exceção do narrador que é omnisciente e que até conhece as limitações não só dos homens, mas também dos deuses. O insólito acaba, assim, por ser banalizado.

O facto de este conto surgir precisamente em terceiro lugar na coletânea não é casual. Segundo o *Dicionário dos Símbolos*, o três é um número universal, um número fundamental. Exprime uma ordem intelectual e espiritual, em Deus, no cosmos ou no Homem. Resulta da união do céu e da terra. É um número perfeito, é a expressão da totalidade: nada lhe pode ser acrescentado (Chevalier; Cheerbrant 1982: 654). Com efeito, de forma perfeita, o conto estabelece uma relação de equilíbrio entre o mundo empírico e o mundo mítico/místico. O conto

⁵ “Num credo, desfez a troca de fios e reconduziu cada personagem a seu tempo próprio” (Carvalho 1992: 34).

não cruza apenas dois tempos diferentes, mas também o mundo empírico e o meta-empírico, o humano e o místico/mítico.

Em “**Dies Irae**”, são contados pelo narrador-personagem, Teles, os acontecimentos insólitos ocorridos num só dia da sua vida.

Logo pela manhã, num dia de trabalho, Teles depara-se com um animal estranho. Apesar da desagradável e estranha presença do “animalejo”, Teles não questiona o porquê daquele animal estar ali, a sua preocupação centra-se apenas na possibilidade de este riscar o esmalte da banheira. Como a sua presença o incomoda, assim que acaba de fazer a barba, decide fechá-lo na casa de banho, “num recrudescer de gritaria” (Carvalho 1992: 40).

Já no seu quarto, ao vestir-se para sair, surpreende-se com um falcão que rapidamente é posto fora, de forma simples e pacífica: com um guarda-chuva aberto, condu-lo em direção à janela e ele sai.

Ao dirigir-se ao seu local de trabalho, depara-se com vários indivíduos armados que dispararam sobre um avião. Teles, apesar de ficar intrigado, retira-se do local sem questionar tal ação, porque o seu autocarro se aproximava.

Ao chegar ao trabalho, assiste a uma conversa sobre um facto insólito no mundo do futebol entre os seus colegas de trabalho, o Nunes e o Marques: o melhor marcador de golos no campeonato era um jogador com apenas uma perna. Tal situação não causa admiração, pois a maioria dos golos tinham sido marcados de cabeça e o jogador “tinha um bom jogo de ombros” (Carvalho 1992: 42).

O patrão de Teles também é vítima de um acontecimento insólito: ao dirigir-se para o trabalho, o seu casaco fica coberto de escamas de lagartixas. Mas rapidamente o problema é ultrapassado, porque o Marques assegura que já não há vestígios de lagartixas no casaco.

Teles e os colegas almoçam num restaurante onde acontecem fenómenos inusitados: sentados à mesa, estranham o facto de a luz ora ser mais clara ora mais escura, “o que alterava curiosamente o ritmo das refeições dos circunstantes” (Carvalho 1992: 45) e o ritmo de marcha do empregado que os servia. Tais eventos são encarados pelos presentes com curiosidade, mas sem questionação, estando apenas preocupados com o incómodo que a alteração da luz lhes provocava.

Mais tarde, Nunes convida Teles a jantar em sua casa. Mas ao chegarem ao local, deparam-se com um fenómeno fantástico: a porta que dá para o céu. O Nunes reage com assombro: “E esta hã!? – exclamou o Nunes lívido, apoiado à ombreira”. Todavia, mais uma vez, rapidamente se soluciona o problema, sem ao menos questionarem a causa de tal fenómeno: vão jantar a uma cervejaria.

Uma vez na cervejaria, Teles, Nunes e o dono são testemunhas de mais um evento meta-empírico: assistem a uma conversa entre dois anjos, sentados em

cima de uma máquina de “flippers”, mostrando desagrado com o desdém de um homem em relação a Deus⁶.

Mais uma vez, apesar de estranharem o fenómeno pois é “com algum alívio” (Carvalho 1992: 48) que se vão embora não se interrogam nem sobre a sua natureza nem sobre o aspeto dos anjos, apesar de não corresponderem aos modelos do imaginário, quer das personagens, quer do leitor

À noite, Teles leva Nunes para dormir em sua casa e, após uma investigação cuidada à casa, verificam que já não se encontra lá nenhum bicho. No entanto, a sala, cuja configuração era quadrangular, agora, é triangular e a janela passa a dar para o rio. Além disso, lá fora, “um relâmpago despedido das nuvens, eternizava-se, fixo, e criando uma vasta zona de luminosidade que encadeava” (Carvalho 1992: 49).

No final, o narrador-personagem, Teles, revela que todos aqueles eventos inusitados não o afetaram, que não são alvo das suas inquietações e dos seus questionamentos. A dúvida sobre a sua origem, característica do género fantástico, não ocorre em nenhum momento da narrativa. A verificar-se, será apenas junto do leitor. Para Teles, tais acontecimentos só são importantes, porque perturbaram a sua rotina. O olhar do narrador relativamente ao comportamento do Homem moderno está bem patente no conto. Este, absorvido pelos afazeres do seu dia-a-dia, aceita, passivamente, tudo, mesmo as coisas mais insólitas.

Em “**Nó Estatístico**”, os eventos insólitos protagonizados por um macaco, Golo, sucedem-se em catadupa.

O conto tem como paratexto um fragmento de *Ensaios* de Montaigne, Lv. II, XIII, que reflete acerca das virtualidades do acaso e que antecipa a aura insólita que se instaurará no universo narrativo:

Se os átomos, por efeito do acaso, produziram tantas coisas de formas diversas, nunca ocorreu que construíssem uma casa ou fizessem um sapato? E, ainda, por que não admitir que as letras gregas, espalhadas ao acaso, em número infinito, chegassem a formar o texto da *Ilíada*? (Carvalho 1992: 53)⁷

A narrativa começa com a indicação precisa do tempo da ação, ancorada em referências próprias da história de Portugal: ao colonialismo.

⁶ “– E sabes o que ele disse, quando o conduziram junto ao Senhor? Pois bem, disse: Lá por ter a cara resplandecente não pense que me impressiona (...)” (Carvalho 1992: 48).

⁷ Montaigne levanta a seguinte hipótese: tal como a casa e o sapato podem ser fruto da combinação casual de átomos, assim “as letras gregas espalhadas ao acaso, em número infinito” podem formar a *Ilíada*. Esta hipótese aventada pelo autor prepara o leitor para a narração, ou seja, há probabilidades de as passagens de *Menina e Moça* serem fruto do acaso. Assim, instaura-se a ambiguidade e consequente hesitação do leitor, que fica na dúvida entre uma explicação racional e uma explicação meta-empírica do que se seguirá.

A razão apresentada pelo narrador para o regresso do tio Clemente a África – “saturado de Civilização” – à primeira vista, não parece estranha, não fosse o facto de ter deixado, em sua casa, em Lisboa, o seu macaco de estimação ainda criança, Golo, com os seus sobrinhos. Portanto, para além de se ter separado do seu animal, priva-o, estranhamente, do seu habitat natural, em África.

Se, no início, Golo tem alguma dificuldade em adaptar-se a Catarina e a Daniel, rapidamente “recobra a meigura de símio doméstico e prodigalizou-a aos novos donos” (Carvalho 1992: 56). O jovem casal, por sua vez, também se habituou à sua presença, desistindo mesmo da ideia de o oferecer ao Jardim Zoológico.

O primeiro evento insólito surge uma noite quando Daniel, em vez de meter Golo na cozinha, como fazia habitualmente quando recebiam amigos, o fechou no escritório. Golo, depois de “garatujar” uma página “com sinais sem nexos: hífenes, números, cifrões, letras ao acaso” (Carvalho 1992: 57), escreveu “um texto, impecável, de escoreita ortografia: Menina e Moça me levaram de casa de minha mãe para muito longe” (Carvalho 1992: 57).

Catarina, perante a reação de perplexidade do marido, rapidamente desvaloriza a ocorrência e apresenta uma explicação racional, com base em pressupostos de natureza psicológica.

Daniel, no entanto, não se conforma com o ceticismo racionalista da mulher, até porque, pouco depois, Golo escreveria mais um excerto da obra de Bernardim Ribeiro. Desta vez, Catarina faz o seguinte diagnóstico: “uma síndrome hipnótica de cansaço típico” (Carvalho 1992: 60).

Mas, quando mais tarde Catarina experiencia o insólito, vendo Golo a escrever mais um trecho de *Menina e Moça*, não lhe resta outra coisa senão “dar o braço a torcer” (Carvalho 1992: 61).

Na tentativa de encontrar uma explicação lógica para o fenómeno, Daniel propõe levá-lo à Faculdade de Ciências para ser examinado, mas, temendo o vexame a que se exporiam, Catarina convence-o a levá-lo antes a um psiquiatra, com quem anos antes tivera um namoro.

A explicação que o médico dá é lógica e racional, todavia, inverosímil, no plano narrativo.

Apesar das tentativas de Catarina para contra-argumentar, alegando ter sido testemunha ocular do facto insólito, o médico sentencia:

– Mas minha querida, vejamos que é isso ver, presenciar? Lembre-se daquele índio Zuni que garantiu a Ruth Benedict ter visto o seu feiticeiro transformar-se em urso, durante uma encantação. E aqueles negros de... coiso... enfim, lá de África que não ouvem, positivamente... não... ouvem a cachoeira, quer dizer uma certa cachoeira que lá há, por ser tabu? É que nestas coisas de ver, de sentir, vê-se e sente-se aquilo que se quer, ou que se pode... (Carvalho 1992: 64)

O médico, voz de autoridade do meio científico, ao apresentar tal explicação lógica e racional, rejeita, portanto, uma fundamentação sobrenatural para o fenómeno considerado insólito pelo casal. A dúvida permanece no casal e, conseqüentemente, no leitor.

Chegado a casa, o casal depara-se com outro evento insólito: Golo tinha escrito mais um extrato da obra de Bernardim. Desta vez, é a um professor de matemática, frequentador da casa, que pedem ajuda. Este ouve, “atónito”, os relatos e “concordou que, de facto, se tratava de um problema sério” (Carvalho 1992: 65). Por isso, a explicação não é imediata, surge mais tarde, após uma análise ponderada.

O casal, entretanto, consulta um veterinário “um velhote sorumbático”, mas a justificação que este lhes apresenta para o comportamento de Golo é das mais corriqueiras e populares, a do “choque climático” (Carvalho 1992: 60), a qual é rapidamente rejeitada pelo casal.

Surge, finalmente, a explicação do professor: “Tratava-se de estatística” (Carvalho 1992: 67), sendo “o único caso, num universo de quadrilhões de macacos, desde os tempos mais remotos” (Carvalho 1992: 67). A justificação do professor, com dados concretos e analogias, faz com que as personagens se sintam aliviadas, porque “Afim não havia nada de especial com o Golo. Tratava-se, *grosso modo*, de uma extraordinária e raríssima coincidência, de um capricho dos números. Do tal ‘nó estatístico’” (Carvalho 1992: 68).

Neste conto, verifica-se, portanto, que o insólito é sempre reconhecido pelo casal (primeiro por Daniel e, posteriormente, por Catarina), que indaga constantemente a sua origem, mas, depois de uma explicação plausível, pois tal fenómeno é raríssimo mas pode ocorrer, aparentemente é aceite. O leitor, por sua vez, depois de ver frustradas uma série de explicações científicas pode hesitar entre a explicação do “nó estatístico” ou uma explicação meta-empírica.

Em “**Pede Poena Claudio...**”, temos duas narrativas encaixadas uma na outra e em relação.

A primeira é contada por um narrador em primeira pessoa, que dá conta de um fenómeno insólito ocorrido há muito, em Poelsberry, testemunhado por si próprio e pelo gaivoteiro O’Malley: observam uma alteração da natureza e do tempo atmosférico à passagem do padre da aldeia.

Abre a segunda narrativa, cujo narrador é o velho gaivoteiro e cujo destinatário imediato é o primeiro narrador, sendo este, portanto, o intermediário entre O’Malley e o leitor. Se por um lado O’Malley é apresentado como uma personagem digna de crédito, não só pela sua maneira de ser (pouco falador e “muito cético”), como pela sabedoria conferida pela sua larga experiência de vida, por outro, é um “pouco filosófico” o que torna esta personagem ambígua.

Ainda com o intuito de conferir plausibilidade ao narrado, o primeiro narrador mune-se de outras estratégias que garantem a verosimilhança. Primeiro,

deixa-nos a garantia de que o que conta corresponde *ipsis verbis* ao que ouviu⁸, de que os eventos insólitos foram testemunhados por O'Malley, quando jovem, e pela população da aldeia; de seguida, conta que ele próprio tinha tido acesso, através de um amigo, o capitão-tenente Laurely Malone, a um documento que não só comprovava a veracidade da história de O'Malley, como até ajudava a explicar alguns factos ocorridos.

O' Malley começa por referir-se à paz existente na sua aldeia no tempo em que havia uma convivência harmoniosa entre o pároco e um dos seus moradores, um profeta que era “curandeiro, cirurgião, adivinho de coisas miúdas, dador de bons conselhos, grande contador de histórias” (Carvalho 1992: 77). Os papéis estavam invertidos, pois o padre passava o tempo a tocar violino na sacristia, até altas horas da noite, e o profeta ocupava-se da vida espiritual dos paroquianos, até mesmo da do padre. Esta situação, apesar de insólita, nunca foi questionada nem posta em causa, quer pelos aldeãos, quer pelo episcopado.

Morto o padre, só passado muito tempo chega um substituto à aldeia, que não cativa a simpatia dos paroquianos, não só pelos seus modos, como também pelas homilias, eivadas de ameaças de castigos para os infratores da lei divina. O seu discurso coaduna-se com o veiculado pelos ministros da Igreja e, por isso, não levanta quaisquer suspeitas sobre a sua identidade. Os aldeãos, no entanto, continuavam a consultar o profeta, pois o que lhes interessava era encontrar uma ajuda para a resolução dos seus problemas quotidianos.

Pela festa da Degola, festa de natureza pagã, contra a vontade do padre, os aldeãos juntam-se para os festejos e para ouvir, como acontecia habitualmente nesta ocasião, as previsões feitas pelo profeta para o ano que decorria. Dá-se, então, um fenómeno fantástico visível, mas a que ninguém prestou atenção. Simultaneamente, o padre de cima de uma falésia, anuncia, aos gritos, um navio naufragado que se aproximava da costa e todas as atenções se centram no mar. Rapidamente a população trata de recolher o espólio, ficando o padre, curiosamente, apenas com “uma bandeira amarela, em farrapos, que escondeu num velho sacrário e dois cadernos muitos desfiados e passados de água” (Carvalho 1992: 81). A multidão de ratos que saiu, aos guinchos, durante o desmantelamento, provocou grande admiração e susto na multidão, mas rapidamente o episódio é esquecido.

O profeta é posto à margem e o padre, pelo contrário, “desenvolveu uma atividade frenética, rara, promoveu vigílias, visitou as famílias da aldeia, cada qual beneficiada com o espólio do navio, colhendo os méritos daquele parco enriquecimento” (Carvalho 1992: 81).

Mas, inesperadamente, os habitantes, pouco depois, são surpreendidos com uma série de mortes na aldeia. Não encontrando uma explicação para tal desgraça, fazem uma análise retrospectiva aos acontecimentos e concluem que o

⁸“E aqui chegado, considero que não faço mais falta. Peço licença para me retirar e deixo ficar a história do gaivoteiro, como ele me contou e eu soube contar” (Ibidem: 76).

profeta é o responsável por tais desgraças. Além disso, as palavras do padre confirmam as suas suspeitas. Por isso, de forma alienada, aceitam as suas explicações: Deus castigava-os merecidamente, pois tinham-se deixado seduzir pelo maligno, pelo profeta. Deveriam, por isso, participar em atos religiosos para acalmar a ira divina. Como lembra o narrador, a explicação mais natural, a utilização de objetos e roupas usados do navio naufragado nem foi sequer lembrada. Todas as atenções se centram, assim, no profeta e a população nem repara no comportamento estranho do padre durante a procissão⁹.

Durante o ato religioso, o profeta é vítima da fúria do povo e o padre aproveita a oportunidade para levar a cabo a sua ação diabólica: incendeia uma casa e a multidão, alienadamente, segue-lhe o exemplo, incendiando quase toda a aldeia.

No final, o padre vem a saltitar para a Igreja e O'Malley vê-o a incendiar os restos da bandeira amarela e a igreja e observa o seu comportamento diabólico e a sua pata de pato¹⁰.

A história contada por O'Malley, recheada de acontecimentos insólitos e fantásticos, a maior parte dos quais testemunhada por grande parte da população da aldeia¹¹, só é questionada quando transtorna diretamente o devir natural das suas vidas. Acerca dos poderes divinatórios do profeta ou da origem da língua de fogo ninguém indaga. E, mais curioso ainda, ninguém reconhece o diabo na figura do padre.

No final da narrativa, a entidade narradora, para manter a ambiguidade, não estabelece uma relação direta entre as mortes em série e o naufrágio, sendo a conexão entre os acontecimentos apenas sugerida.

Em "Pede Poena Claudio...", Mário de Carvalho apresenta uma outra interpretação do papel do cristianismo perante as forças ocultas que simbolizam o Mal e o Demónio: não há uma vitória do cristianismo; pelo contrário, no conto de Mário de Carvalho, o narrador, com um olhar irónico, concede a vitória aos poderes demoníacos que se sobrepõem à própria igreja, destruindo-a. Aliás, o título dado ao conto, retirado do verso dos *Carmina* de Horácio, *Livro III*, Ode 2, 31, veiculando uma sábia máxima, *o castigo tarda, mas vem*, conduz a uma

⁹ "O padre manquejava à frente, paramentado a rigor, e ia entoando uma ladainha com voz sonora, que ressoava por toda a aldeia em contraste com o *misere* surdo e espalhado do responso. O ritmo da litania parecia marcado pelas passadas claudicantes do padre de que a sombra adunca ia e vinha, perto e longe nas paredes" (Carvalho 1992: 87).

¹⁰ "A figura do padre movia-se com uma agilidade tosca, quebrando freneticamente objetos de culto, atizando mais fogos em todas as direções, derrubando armários, bancos, candeeiros, imagens. Do sítio em que eu estava distinguia-lhe o resfolegar tenso, quase gritado. (...) Então vi a sua perna doente, hirta, grossa, terminada por uma excrescência amarelenta, rugosa, achatada, disforme, assentando pesada e ruidosamente no tabuado. (...) O padre tinha uma pata de pato" (Carvalho 1992: 89).

¹¹ O'Malley é a única testemunha a tomar conhecimento da natureza maléfica do padre.

interpretação semelhante, pois quem assume o papel de castigador e, portanto, moralizador é o Diabo.

Como se pode notar, os seis contos d'A *Inaudita Guerra* entrecruzam, de forma hábil, as manifestações insólitas e fantásticas com o mundo empírico. Elas emergem das narrativas, segundo as mais variadas combinações e formas (figuras disformes e celestes, animalejos, manifestações próximas de fenómenos naturais...), em situações diversas, sendo experienciadas por pessoas de diferentes idades, sozinhas ou em grupo. Em qualquer dos casos, a irrupção de tais fenómenos, apesar de alterar as rotinas diárias das personagens, em momento algum, as faz posicionar-se criticamente perante tais fenómenos. Pelo contrário, estes são banalizados. Esta nova forma de encarar o insólito é, muito provavelmente, uma característica do homem pós-moderno.

O autor constrói relatos que, em termos arquitetónicos obedecem às propriedades do texto fantástico, mantendo operativas a hesitação e a ambiguidade, resultantes de um conjunto de estratégias e procedimentos técnico-discursivos. Porém, as suas narrativas plasmam também a cosmovisão do autor enquanto escritor e enquanto homem e, por isso, estas constituem um poderoso instrumento de análise e de denúncia de uma sociedade alienada.

1.3. Opção genológica pelo conto

Mário de Carvalho, consciente de que o conto é a realização genológica que melhor enforma as narrativas de orientação modal fantástica e, consequentemente, serve eficazmente os seus propósitos ideológicos no sentido de veicular uma moral, opta por este género.

Apesar da "idade" do conto e de todas as mudanças temáticas, estilísticas e culturais sofridas ao longo dos tempos, observa-se que há características que persistem e que individualizam este modo narrativo.

Grosso modo, o conto caracteriza-se por ser uma narrativa breve, simples, linear, gravitando em torno do mesmo elemento estrutural. Condicionado por fatores ideológico-pragmáticos, esta forma narrativa tem como propriedade fundamental a veiculação de uma moral.

O conto concentra, portanto, todos os eventos numa única peripécia, desprezando tudo o que é acessório. A unidade de ação condiciona as restantes categorias da narrativa. As personagens que intervêm são em número reduzido, parcamente caracterizadas e estereotipadas, muitas vezes identificando-se com a personagem tipo. O espaço é circunscrito, caracterizado a traços largos e, muitas vezes, indeterminado. Quanto ao tempo diegético, não é obrigatório que seja reduzido. Neste caso, o narrador recorre a técnicas de estruturação narrativa (elipse, sumário), de forma a condensar os acontecimentos narrados.

A opção genológica pelo conto é, portanto, intencional, sendo este género, pelas suas propriedades, o género ideal para a construção do fantástico. A concentração de eventos e a curta extensão sintagmática surgem como meios eficazes de garantir a ambiguidade e a hesitação.

Porém, no conto de orientação fantástica, a preponderância do meta-empírico compromete a moralização, tal como ela é entendida pelo relato contista. A moralidade é construída de forma marginal à norma tradicional, caindo por terra os padrões normativos e emergindo uma moral-outra, que subverte a moral vigente. As expectativas do leitor, que espera retirar desta particular realização textual uma moral são, portanto, frustradas.

Nos contos objeto da nossa análise, o fenômeno meta-empírico é banalizado, o Mal é vencedor e o Bem não tem expressão. O protagonismo dos relatos, ao invés de serem atribuídos a seres superiores nos planos ético, moral, psicológico e físico, surgindo como *exemplum*, como encarnação modelar de valores, é desempenhado sobretudo por anti-heróis. Massaud Moisés apresenta o anti-herói nos antípodas dos seres notáveis e, portanto, despido das marcas de excecionalidade:

O anti-herói não se define como personagem que carrega defeitos ou taras, ou comete delitos ou crimes, mas que possui debilidade ou indiferenciação de caráter a ponto de assemelhar-se a toda a gente. E que apenas ostenta relevo porque selecionada pelo escritor da massa humana onde se inscreve. (Moisés 1999: 29)

O anti-herói tem, tal como o herói de qualquer narrativa, um papel central, mas o seu protagonismo não é imanente, advém de uma atitude opcional do narrador. Anti-herói é, *ad exemplum*, o senhor Teles do conto “Dies Irae” por nós analisado.

O herói fantástico caracteriza-se, pois, como um ser vacilante, abatido, passivo e derrotado pelo meta-empírico.

Analisando as repercussões da atuação do anti-herói, Filipe Furtado afirma:

Assim, para além da crítica, mais subentendida do que explícita, a alguma peculiaridade da ética dominante, nenhuma subversão importante é de esperar de qualquer dos comedidos protagonistas da ficção fantástica, a não ser uma ilusória transfiguração do real. (...) De resto, as características destes arremedos de anti-herói adequam-se inteiramente aos objetivos visados pelo género. Nele, com efeito, a personagem deve promover a identificação do leitor com a ambiguidade da sua situação perante o sobrenatural, mas, ao mesmo tempo, evitar apontar-lhe possíveis interpretações heterodoxas dessa situação, o que naturalmente aconteceria se a sua relação com o todo social fosse menos acomodatória e mais interveniente ou crítica. (Furtado 1980: 101)

Não concordamos inteiramente com Filipe Furtado, pois, pela análise efetuada aos contos inseridos na coletânea *A Inaudita Guerra na Avenida Gago Coutinho*, verificámos que a contra-moral ilustrada por alguns heróis abalam valores que regem a sociedade. *Ad exemplum*, no conto “Ignotus Dei” é posto em causa o postulado cristão de que as almas, *post mortem*, se salvam por recompensa de uma vida exemplar. Como vimos, o frade ascende à esfera divina

não por merecimento, mas porque o Diabo assim decidiu. Deus, afinal, não é um ser onipotente, mas submisso à vontade do Diabo. Em “In Excelsum”, através da personagem João Mendes, é problematizada a crença veiculada pela igreja de que o sofrimento é garantia para a salvação das almas. Em “Pede Poena Claudio”, vencem as forças maléficas corporizadas no herói, o padre com perna de pato.

Como se vê nos exemplos apresentados, é intencional, por parte do autor, a veiculação de sentidos ideológicos que se colocam nos antípodas da doutrina da igreja cristã. No relato fantástico, o papel moralizador do gênero está, portanto, subvertido.

Pelo exposto, se confirma que a opção de Mário de Carvalho pelo conto não é casual. Todos os elementos estruturantes do conto se conjugam e se potencializam para acentuar a veiculação de uma moral “às avessas”.

Referências Bibliográficas

- Arán, Pampa Olga (1999): *El fantástico literário: aportes teóricos*. Córdoba: Naravaja Editor.
- Arnaut, Ana Paula (2002): *Post-modernism no romance português contemporâneo – fios de Ariadne – máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina.
- Bauman, Zigmunt (1998): *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Carvalho, Mário de (1992): *A inaudita guerra da avenida Gago Coutinho*. Lisboa: Caminho, 9.ª edição (1.ª edição: 1983).
- Chevalier, Jean et Gheerbrant, Alain (1982): *Dicionário dos símbolos* (tradução de Cristina Rodrigues e Artur Guerra). Lisboa: Editorial Teorema.
- Cicero, Marcus Tullius: *De oratore*. Internet. Disponível em: <http://books.google.pt> (consultado em 31/07/09).
- Couto, Rosa Maria Soares (2003): “Subsídios para uma leitura orientada do conto *A inaudita guerra da avenida Gago Coutinho* de Mário de Carvalho” in *Máthesis*: 313-325.
- Furtado, Filipe (1980): *A construção do fantástico na narrativa*. Lisboa: Livros Horizonte, Coleção Horizonte Universitário.
- García, Flavio (2007): “O insólito na narrativa ficcional: a questão e os conceitos na teoria dos gêneros literários”. In: García, Flavio (org.): *A Banalização do insólito: questões de género literário – mecanismos de construção narrativa*. Rio de Janeiro: Dialogarts: 11-22. Internet. Disponível em: http://www.dialogarts.uerj.br/avulsos/livro_insolito.pdf (consultado em 12/02/09).
- Gomes, Manuel João (1986): “Fantástico e tradição”. In: *Jornal de Letras, Artes e ideias*, ano V. Lisboa (190), 25 de fevereiro a 3 de março de 1986: 2.

- Gonçalves, Maria Henriqueta (1995^a): *O fantástico em contos fantásticos de Teófilo Braga*. Vila Real: UTAD.
- (1995^b): “Conto”. In: *Biblos, Enciclopédia das literaturas de expressão portuguesa*. Lisboa/São Paulo: Ed. Verbo, março: 1267-1274.
- (1998): “Tópicos sobre o universo do fantástico em Eça de Queirós”. In: *Revista de Letras 2*, Volume 8, n.º 1, dezembro. Vila Real: UTAD: 137-143.
- Gonçalves, Maria Henriqueta *et al.* (2006): *Tendências da literatura: olhares sobre o fantástico na literatura – I*. Centro de Estudos em Letras da UTAD. Vila Real: Publicações Pena Perfeita.
- Gouveia, Teresa Isabel Gonçalves (2001): *O fantástico na produção contista de Mário de Carvalho*. Dissertação de mestrado de Ensino da Língua e Literatura Portuguesa. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Horácio (1984): *Arte poética*, Introdução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Inquérito.
- Jolles, André (1972): *Formes simples*. Paris: Ed. du Seuil, 173-195.
- Lopes, Óscar (1987): “A Questão mais dramática foi Levantada por A Jangada de Pedra”. In: *JL – Jornal de Letras*, n.º 252, 4 de maio de 1987: 9.
- Moisés, Massaud (1973): *A Criação literária. Introdução à problemática da literatura*. S. Paulo: Edições Melhoramentos, 6.ª edição.
- (1999): *Dicionário de termos literários*. S. Paulo: Editora Cultrix, 14.ª edição.
- Monteiro, Maria do Rosário (2005): “A literatura fantástica portuguesa: a afirmação do impossível”. In: *Jornal de Letras, Arte e Ideias*, n.º 911: 6-12.
- Pires, Maria João (1999): “Descontinuidades do tempo e da história na pós-modernidade: breve abordagem”. In: *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas XVI*. Porto: 81-90.
- Relvão, Madalena M. Marques (1999): *Estratégias de subversão em Mário de Carvalho*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses. Universidade de Aveiro.
- Rodrigues, Selma Calasans (1998): *O Fantástico*. S. Paulo: Ática.
- Sequeira, Maria Goreti Rosas (1996): *Aproximação a uma leitura do risível em A PAIXÃO do Conde de Fróis*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sequeira, Rosa Maria (2003): “‘O Conde Jano’ de Mário de Carvalho: uma história de desejo no desejo da História”. In: *Literatura e História, Actas do Colóquio*, Lisboa, Universidade Aberta: 285-296. Internet. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/320> (consultado em 18/04/09).
- Silva, J. G. S. (2008): “O absurdo banalizado: o insólito incorporado ao cotidiano de Mário de Carvalho”. In: García, Flavio (org.): *Narrativas do insólito: passagens e paragens*. Rio de Janeiro: Dialogarts: 101-111. Internet. Disponível em <http://www.dialogarts.uerj.br/avulsos/insolito/narrativasdoinsolito.pdf> (consultado em 12/02/09).
- Silvestre, Osvaldo (1998): “Revolução e contra-revolução ou um passo atrás e dois à frente”. In: *Colóquio/Letras* 147/148: 209-229.
- Simões, Maria João (2006): *Diafaneidades e fronteiras: o fantástico em António Vieira, Maria Gabriela Llansol e Mário de Carvalho*. Vila Real: Pena Perfeita.
- Todorov, Tzvetan (1992): *Introdução à literatura fantástica*. S. Paulo: Ed. Perspectiva.

CULTURA

Letras e Portugalidade: destinos cruzados

Carla Sofia Gomes Xavier Luís
Universidade da Beira Interior e CEL (UTAD)
cxavier@ubi.pt

Alexandre António da Costa Luís
Universidade da Beira Interior e CHSC da Univ. de Coimbra
aluis@ubi.pt

Resumo

O presente artigo traduz um conjunto de observações e considerações em torno do papel das Letras na sociedade moderna lusa, particularmente no que concerne ao seu crucial contributo para a compreensão e sobrevivência da Portugalidade, que tivemos a oportunidade de proferir aquando da nossa participação nos *XV Encontros Internacionais de Reflexão e Investigação* que tiveram lugar na UTAD, nos dias 27 e 28 de maio de 2011. De facto, conforme foi então explicitado, menosprezar a validade da missão das Letras no âmbito da descrição, explicação e salvaguarda da nossa identidade coletiva pode muito bem provocar a redução dos fundamentos que justificam e argumentam, interna e externamente, a nossa permanência como País soberano de pleno direito. Enfim, trata-se de uma questão complexa e, no fundo, até de soberania.

As palavras que se seguem, da autoria do ensaísta Eduardo Lourenço, servem de mote inaugural à presente reflexão em torno do papel e valor das Letras na sociedade moderna lusa, particularmente no que diz respeito à problemática do conhecimento e transmissão de certos elementos constitutivos e representativos da Portugalidade. Ajudam, especialmente, a denunciar, com veemência, refira-se, a cegueira e a irresponsabilidade que teimosamente prosperam em alguns círculos, em abono da verdade não exclusivamente políticos, e que se traduzem na recusa em validar ou em investir com a devida justeza nos estudos humanísticos como ferramenta imprescindível ao processo de abordagem, caracterização e afirmação da identidade de um povo. Como facilmente se compreende, não se trata de uma questão menor, até porque o ato de minorar a relevância das Letras pode lesar gravemente o esforço de manutenção da soberania exercido por qualquer Estado-Nação, mesmo que este último apresente uma dimensão existencial já multissecular. Assim, Eduardo Lourenço, reconhecido “missionário” e “apóstolo” da cultura portuguesa, em *Rostos da Portugalidade*, exclama o seguinte:

[...] inscrevi-me em Histórico-Filosóficas, porque se generalizou que toda a gente que não sabia o que havia de fazer ia para Filósoficas. Dizia-se no meu tempo esta coisa espantosa, porque em França, para onde irei mais tarde, é o curso dos cursos, o curso de referência. *Être philosophe* é o máximo. Mas aqui em Portugal ninguém se atreve a dizer que é filósofo, com alguma razão, provavelmente. Já as Letras, naquela altura, eram muito pouco consideradas; dizia-se: «Letras são tretas». (Machado 2010: 93)

Realmente, os anos passam, mas em diversos “palcos” do País persiste ainda uma atitude sociocultural que tende a colocar as Letras num patamar inferior à de outros domínios científicos ou curriculares. É certo que num cenário de crise como o atual se torna, mais do que nunca, imperioso promover uma eficiente política de gestão e de racionalização dos recursos, logo de redobrada fiscalização aos níveis de qualidade das ofertas formativas disponibilizadas pelo Ensino Superior; não obstante, é inaceitável o lançamento sobre os cursos de Letras do chavão da improdutividade ou da imagem perniciososa de que pouco contribuem para a criação efetiva de riqueza. Refira-se também que o campo de formação em causa é vulgarmente associado ao estigma do desemprego, como se este drama ou pecado fosse seu monopólio. Assim, para muitos dos adeptos desta linha de pensamento, que, no mínimo, rotulamos de preconceituosa, embora bastante mediática, posto que reúne vários discípulos junto dos meios de comunicação, um país verdadeiramente moderno deve acolher um paradigma de Ensino Superior estruturalmente direcionado para as áreas científicas da Gestão, das Engenharias e das Ciências da Saúde. Os últimos anos têm sido particularmente férteis na consumação de tamanho desiderato, de tal modo que, hoje em dia, segundo um artigo publicado no jornal o *Público*, datado de 22 de Maio de 2011 e envolto, por certo, em alguma dose de exagero, Portugal é já “um país de gestores e engenheiros” (D’ Espiney 2011), à luz das conclusões retiradas da *Caracterização do sistema de ensino superior 2009/2010*, o primeiro grande estudo elaborado pela Agência de Avaliação do Ensino Superior (A3ES) sobre a matéria, abrangendo os vários setores e subsectores e tipo de ensino. Porém, não deixa de ser curioso que nem assim a capacidade produtiva e competitiva de Portugal no mercado internacional tem registado o salto almejado.

Ora, sem rejeitarmos, de forma alguma, os valiosos e imprescindíveis serviços que estes campos do saber prestam ao bem-estar da sociedade, entendemos que toda e qualquer postura sociocultural e política que menospreze o potencial e mesmo a credibilidade das Letras acarreta graves riscos. O arrastamento da atitude negativa face ao labor intelectual produzido por estas últimas leva a descuidar, por exemplo, a formação de quadros humanísticos em qualquer setor de atividade que se quer, necessariamente, mais humanizado. E, como já foi sublinhado, pode até prejudicar a consistência da soberania nacional. Com efeito, o mais certo é que qualquer prática de subvalorização dos resultados obtidos pelo papel das Letras na descrição, explicação e salvaguarda

da nossa identidade coletiva venha, porventura, a culminar na redução dos fundamentos que justificam e argumentam, interna e externamente, a nossa sobrevivência como País independente e soberano de pleno direito. Assim, os ataques de uma sociedade cada vez mais “materialista, desmemorizada e tecnológica” (Carvalho 2007: 58) às Humanidades conduzem ao perigo da perda de um importante acervo cultural, de um nuclear pacote de conteúdos identitários que nos aproximam e nos identificam como individualidade nacional. A questão é, por conseguinte, da máxima relevância.

Conforme explica Eric Hobsbawm, reportando-se, neste caso, ao desconhecimento da História universal, “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenómenos mais característicos e lúgubres do final do século XX [inícios do novo milénio]. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (Hobsbawm 2008: 15). Atente-se no caricato mas profundo exemplo que Hobsbawm partilha connosco e que, na realidade, é sintomático dos reveses da mencionada desmemorização, mormente junto das camadas mais jovens:

Em 28 de Junho de 1992, o presidente Mitterrand, da França, apareceu de forma súbita, não anunciada e inesperada em Sarajevo, já então o centro de uma guerra balcânica que iria custar cerca de 150 mil vidas no decorrer daquele ano. O seu objectivo era lembrar à opinião pública mundial a gravidade da crise bósnia. E, de facto, foi muito observada e admirada a presença de um conhecido estadista, idoso e visivelmente frágil, sob o fogo das armas portáteis e da artilharia. Um aspecto da visita de Mitterrand, contudo, embora claramente fundamental, passou despercebido: a data. Porque escolhera o presidente da França aquele dia específico para ir a Sarajevo? Porque 28 de Junho era o aniversário do assassinio, em Sarajevo, em 1914, do arquiduque Francisco Fernando da Áustria-Hungria, acto que em poucas semanas levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Para qualquer europeu culto da geração de Mitterrand, saltava aos olhos a ligação entre a data, o lugar e a evocação de uma catástrofe histórica precipitada por um erro político e de cálculo. Que melhor maneira de dramatizar as implicações potenciais da crise bósnia que escolhendo uma data tão simbólica? Mas quase ninguém captou a alusão, excepto uns poucos historiadores profissionais e cidadãos muito idosos. A memória histórica já não estava viva. (Hobsbawm 2008: 14-15)

Numa era marcada por profundas e rápidas transformações nos variados quadrantes da sociedade, com óbvias repercussões nos terrenos político, económico, cultural, entre outros, que atingem inevitavelmente o tecido empresarial e laboral, colocam-se novos desafios às instituições e organizações de todo o tipo, onde também figuram as Universidades e, naturalmente, as Faculdades de Letras. A este respeito, vale a pena reconhecer que “a Crise da Universidade, extensiva às Faculdades de Letras, decorre, sobretudo, da incapacidade de consultar o passado, também ele instável, para desmistificar o

presente e agir sobre ele” (Henriques 2006: 543-544). Por outro lado, em Portugal os diversos estabelecimentos de Ensino Superior têm visto sucessivamente o seu campo de ação abalado por sérios constrangimentos (que a crise atual só veio agravar) no âmbito dos recursos humanos, financeiros e materiais postos à sua disposição, bem como pelos efeitos nocivos do abandono escolar prematuro, de uma deficitária taxa de natalidade e da cultura do facilitismo e da permissividade, sobretudo em prol das estatísticas. A massificação do ensino, a exigência de novas competências e qualificações para a integração no mercado de trabalho, a crescente necessidade de serviços a prestar à comunidade, a secundarização ou mesmo a extinção de certas atividades profissionais, assim como a emergência de outras, requerem medidas adequadas e, conseqüentemente, a adoção de novas estratégias. No fundo, vivemos num tempo de mínguas a todos os níveis, onde impera uma espécie de máxima que nos pressiona a fazer mais e melhor com menos recursos. Claro está que a condução do processo, de modo a satisfazer todas as partes envolvidas e a alcançar os seus fins mais nobres, tais como a elevação do nível educativo, cultural, científico e tecnológico das comunidades, a promoção do desenvolvimento e do bem-estar das populações, atenuando ou eliminando as assimetrias e as desigualdades, torna-se, incontornavelmente, uma tarefa árdua e difícil de cumprir na íntegra.

Não obstante, cremos que as Letras não devem fatalmente temer as lógicas de mercado e as óbvias necessidades de crescimento económico e tecnológico das sociedades atuais, na medida em que a área de saberes em apreço beneficia de uma apreciável capacidade de maleabilidade e de adaptação a diferenciados contextos e desafios, de aptidão para a inovação e o empreendedorismo (palavra cada vez mais enraizada na linguagem dos nossos dias), para a criatividade e a gestão de equipas pluridisciplinares. Destacamos, a título exemplificativo, os novos cursos criados nas Faculdades/Departamentos de Letras estrategicamente orientados para o fomento da nossa principal indústria, o turismo, ou aqueles que estão mais direcionados para o desenvolvimento da comunicação social e das relações empresariais. Contudo, não é menos verdade que larga fatia da importância do domínio das Letras, mesmo do ponto de vista económico, deriva do lugar que ocupam na análise/divulgação de muitos dos valores e representações da Portugalidade, entendendo que esta última ilustra o melhor de Portugal e dos seus cidadãos (Ellis 2009). Cremos que daqui pode até resultar a sólida fixação da marca “Portugal”, com reflexos positivos na imagem do País no exterior e conseqüente valorização comercial dos seus produtos e serviços.

Ao longo do trajeto histórico de Portugal, vários são os cientistas, escritores, artistas, políticos, entre muitos outros agentes, naturalmente nem todos com o mesmo grau de visibilidade e de reputação intelectual, que têm, direta ou indiretamente, conduzido uma parte assinalável do seu pensamento para a velha questão do “ser português”, ou melhor, para a relevante temática da identidade nacional. Nessa sua abordagem, é conveniente apontar-se que a utilização do

vocábulo “Portugalidade” tem vindo a conquistar crescente espaço e eco. E a julgar pelo variado número de respostas descortinadas junto dos seus devotos “apóstolos”, não é despiciendo proclamar que o tema da Portugalidade está longe de constituir um assunto encerrado e com os contornos definitivamente circunscritos. Afinal, são tantos os nomes que, em distintos momentos, teceram comentários sobre esta superior matéria, indagando as suas dimensões ou implicações, que fica imediatamente justificada a sua atemporalidade e pertinência. Veja-se o recém-editado livro *Representações da Portugalidade*, que contou com a nossa colaboração e que teve por ambição

apreciar a pluralidade e eventual singularidade dos elementos da portugalidade, num diálogo multidisciplinar, cultural e aberto, entre o material e o simbólico, a representação e a produção, o passado e o futuro. Porque a identidade não tem apenas a ver com o que somos e de onde vivimos, mas também com o que queremos fazer com aquilo de que dispomos. (Barata et al. 2011: 7)

Descobre-se, facilmente, que as perspetivas em redor do conceito de Portugalidade, além de múltiplas, comportam, efetivamente, facetas distintas, tornando, portanto, ainda mais curioso o cenário de ausência desta palavra em alguns dicionários de português.

No que nos diz respeito, sem sermos originais, professamos a opinião de que o termo “Portugalidade” traduz o florescimento de um conceito de Portugal eminentemente dirigido para a revelação, desenvoltura e respetiva perpetuação da fibra dos Portugueses, alicerçada num arsenal de qualidades, valores, sentimentos e obras geradas. De entre uma vasta lista, sublinhe-se o espírito de sacrifício, o imprevisto, a hospitalidade, a solidariedade, a ternura, o orgulho no percurso histórico-nacional, requerendo este último aspeto a cuidadosa conservação da memória coletiva, o bom trato da língua, o respeito pelos autores clássicos da nossa literatura, por sinal bastante próspera em consagrados poetas, o engenho criativo, bem expresso no Fado, e a vontade genuína de ligar-se aos *outros*, incluindo participando e até mesmo liderando soluções para os desafios que se abateram ou que vão assolando a comunidade europeia e internacional. Isto é, em considerável medida, este complexo conceito não só evoca como também impulsiona o protagonismo lusíada no Mundo, mas, à luz do que já foi atrás realçado, somente aquele que, em rigor, detém crédito, reconhecida validade. Por conseguinte, do nosso ponto de vista, o vocábulo “Portugalidade” corresponde amplamente a uma postura humana saudável, a um estado de espírito enriquecedor e construtivo, contribuindo para a profunda valorização do nosso ser e da nossa imagem, dentro e fora de Portugal (Malpique 1972: 5). Constitui, por assim dizer, o oposto daquilo que podemos designar por “Portuguesismo” (Ellis 2009), espécie de negação da Portugalidade e, portanto, manifestação da outra cara do País, da outra face da mesma moeda, compreensivelmente muito menos desejável, uma vez que está ligada a atitudes

de desconfiança, de parca tolerância, de inveja, de apatia, bem evidente no sobejamente conhecido “não vale a pena, nada muda”, ou até mesmo de taciturna resignação à clausura na sua própria dimensão caseira, logo pouco permeável à inovação, ao dissemelhante.

A respeito desta distinção, anotemos o interessante raciocínio tecido por Alexander Ellis, o qual, no caso particular, assenta nos diferentes níveis de performance registados pela seleção lusitana de futebol em competições internacionais, elucidando a pior e a melhor cara do País: “Os dois conceitos, ou pelo menos as duas palavras, são novos para mim. O meu resumo provisório é que a selecção nacional do Mundial do futebol de 2002 representa o Portuguesismo, e a do Euro-2004 a Portugalidade” (Ellis 2009).

Na verdade, as qualidades e realizações extremamente positivas veiculadas pela Portugalidade ajudam a explicar a capacidade demonstrada pelo País em sobreviver como unidade política independente, ultrapassando crises, guerras, revoluções, terramotos, invasões, entre outros pesados desafios ou fardos, incluindo, como é natural, os riscos inventariados para a sua soberania provenientes de um sempre possível cerco espanhol. Mas também ajudam a justificar, pelo magnetismo que originam, que noutras partes do Planeta os emigrantes lusos e seus respetivos descendentes, mesmo que compondo distintas gerações, permaneçam amiudadamente vinculados ao País, emocionando-se, desde logo, com as proezas com ressonância mundial que, pontualmente, são concretizadas por Portugal e que proclamam a sua grandeza no concerto das nações. Tudo isto permite esboçar uma mensagem de esperança e confiança em relação ao nosso futuro, independentemente do quadro de crise em que estamos presentemente mergulhados.

Citando palavras já emitidas noutra ocasião,

o hino à Portugalidade não se esgota, como facilmente se percebe, nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, ritual este que todos os anos é, a 10 de Junho, religiosamente reactivado pelo Estado. No entanto, é indubitável que a designação do referido evento ajuda a assinalar o conceito alargado de Portugal, na medida em que celebra não só uma terra específica, mas também uma determinada cultura, dotada de espessura temporal plurissecular e de uma vertente universalista, um escritor épico, verdadeiro ícone nacional com notória fama planetária, e um povo que se estende muito para além das fronteiras domésticas peninsulares, sendo mesmo suportado por múltiplas comunidades que prosperam nos diversos continentes. (Luís e Luís 2011: 63)

Paralelamente, percebe-se que, ao assumir uma forma abrangente de identidade, exposta através de variados atributos, fórmulas e vias de representação, o fenómeno da Portugalidade só poderá ser legitimamente lido ou interpretado à luz de diferentes e complementares áreas do saber, que vão desde a Antropologia Cultural, passando pela História, Filosofia, Sociologia, Ciências

da Comunicação, Literatura, Linguística, Cinema, entre outros domínios. Com efeito, importa adiantar que, em nome de uma visão global e corretamente inteligível, o recurso ao diálogo multidisciplinar constitui a receita mais adequada, para não dizermos mesmo a única verdadeiramente aceitável.

Assim, compreende-se a necessidade que nos assaltou de, ainda que muito sumariamente, procedermos à exposição de certos considerandos em redor da importância de cimentar a conexão entre o Ensino (incluindo a Investigação) das Letras e a Portugalidade, porquanto cabe ao primeiro exercer um papel-chave em todo o processo de formação de novos fazedores, actores e espectadores conscientes da Portugalidade, logo com capacidade para apreciar a pluralidade e possível singularidade de alguns dos seus elementos. Ou seja, apesar do País surgir assiduamente, sobretudo no quadro da hoje designada União Europeia, na cauda de numerosas estatísticas, que dão conta do atraso português em termos de desenvolvimento, produto interno bruto e outros indicadores de sucesso e progresso específicos, as Letras devem, através, por exemplo, do incremento da familiarização dos alunos com muitos dos pilares da Portugalidade, onde reina especialmente a nossa língua, mercadoria espiritual com valiosos pergaminhos no campo da criação e propagação de cultura, contribuir para o afastamento das ondas de ceticismo não construtivo acerca dos tempos vindouros da Nação. Não olvidemos que a língua portuguesa, disseminada por vários continentes e mares (embora com primazia do Atlântico Sul),

abrilhantou como nenhum outro elemento a influência portuguesa no Mundo, em larga medida fruto da sua difusão através dos Descobrimentos e da Expansão Ultramarina, fenómenos que elevaram Portugal a país pioneiro da globalização. A língua de Camões, auxiliando a feitura e consolidação de uma verdadeira comunidade internacional, contribuiu profundamente para o significativo aumento das relações entre diferentes povos, culturas e civilizações do orbe terráqueo, papel que ainda hoje conserva, na qualidade de uma das poucas línguas mundiais existentes (Luís e Luís 2010: 211).

Como é evidente, devem ser concedidas aos vários escalões de ensino condições objetivas que permitam a plena viabilização do seu estatuto, claramente fulcral, de construtores estratégicos e decisivos de mentes esclarecidas, imbuídas do selo da Portugalidade e, por conseguinte, da postura humana e do estado de espírito que nos engrandecem e nos dão sentido. Urge, por isso, debelar os empobrecedores cenários de degradação do ambiente escolar, resultantes, em abono da verdade, da ação de fatores como o ataque recorrente à dignidade da carreira docente, a inabilidade revelada pelas tutelas educativas na definição de uma solução para o problema da indisciplina e violência nas instituições de ensino, a resignação, infelizmente cada vez mais institucionalizada, à cultura do facilitismo e da permissividade, muito por culpa da subserviência às estatísticas, e o alastramento da atitude negativa face ao labor intelectual movido pelas Letras.

Enfim, apenas com uma aposta devidamente estruturada, concertada e sem intermitências no vetor “Ensino/Educação”, investindo prioritariamente na cultura da qualidade, da exigência e do mérito, na seleção criteriosa das matérias a abordar, onde a área das Letras desempenha um papel crucial, será possível impedir qualquer risco da Portugalidade se transformar num simples rótulo, sem verdadeira substância ou eficiência. E visto que o saber não ocupa lugar, o cidadão nacional é tanto mais útil à sociedade quanto melhor formado estiver, desde logo nos galões da Portugalidade, diluindo, em benefício deste último, a nossa pior face, a do Portuguesismo. Assim, os jovens, que são inequivocamente o nosso futuro, têm a vital missão de contribuir, cada vez mais, para o aperfeiçoamento e a continuidade da Portugalidade, potenciando-a como força viva e regeneradora, mediante a qual, mais do que nunca, se evite o declinar dos parâmetros da qualidade e da séria construtividade.

Posto isto, sem pretendermos fazer da presente reflexão um manifesto em defesa do vasto campo das Letras, parece-nos, no entanto, que toda e qualquer avaliação do seu desempenho centrada apenas no capítulo dos resultados de ordem material adultera, forçosamente, a verdadeira dimensão e riqueza do labor firmado. De facto, as Humanidades são também, como refere Joaquim Ramos de Carvalho, “a base de outras formas de valor mais imaterial, que se ligam à Identidade, à Cidadania e à Tolerância” (Carvalho 2007: 58). Importa antes incentivar a sua dinâmica, já que, na verdade, é imprescindível à expansão e desenvoltura de uma massa crítica responsável, entre outros domínios, pela relevante missão de pensar Portugal. E aí do País que não tenha quem o sinta, quem o pense, quem o aperfeiçoe na sua vertente mais espiritual e cultural, pois fica malgradadamente amputado de algumas das suas principais razões de ser, de existir. Por conseguinte, descurar as Letras ou relegá-las para um plano menor acarreta consequências nefastas em variados domínios, inclusive no que diz respeito aos tão preocupantes destinos/rumos da Portugalidade e vice-versa.

Referências Bibliográficas

- Barata, André, Pereira, António Santos, Carvalheiro, José Ricardo (orgs.) (2010): *Representações da Portugalidade*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Carvalho, Joaquim Ramos de (2007): “As Humanidades na Universidade: Crise ou Mutação?”. In: *Biblos. Universidade: um passado com futuro*. vol. V. 2.^a série. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 43-58.
- D’ Espiney, João (2011): “Estudo conclui que Portugal é um país de gestores e engenheiros”. Internet. Disponível em http://publico.pt/Educa%C3%A7%C3%A3o/estudo-conclui-que-portugal-e-um-pais-de-gestores-e-engenheiros_1495333 (22-05-2011). [acedido a 10-02-2012]
- Ellis, Alexander - embaixador britânico - (2009): “10 de Junho, Portugalidade e Portuguesismo”. In: *Expresso*, edição “online” de 9 de Junho, coluna “Um Bife Mal Passado. Crónicas de um Embaixador”. Internet. Disponível em <http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?sid=ex.sections/24971&num=10&page=6&npages> [acedido a 05-04-2011]
- Henriques, Marisa das Neves (2006): “A Cultura Literária na Universidade: factos e afectos”. In: *Biblos. Cidade(s) e Cidadania*. vol. IV. 2.^a série. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 517-549.
- Hobsbawm, Eric (2008): *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX (1914-1991)*. 4.^a ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Luís, Alexandre António da Costa & Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2011): “Escola e Portugalidade”. In: *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*, n.º 29. Guarda: Núcleo de Animação Cultural/Câmara Municipal da Guarda: 61-69.
- (2010): “Património Cultural, Língua Portuguesa e Relações Internacionais”. In: *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*, n.º 28. Guarda: Núcleo de Animação Cultural/Câmara Municipal da Guarda: 210-224.
- Machado, Luís (2010): *Rostos da Portugalidade*. Lisboa: Editora Vega.
- Malpique, Cruz (1972): *Para um Conceito Construtivo de Portugalidade*. In: sep. de *Revista Gil Vicente*, n.º 9-10. Guimarães: [Gil Vicente].

Século XVII – A atração pela Europa Central

Miguel Real

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Europeias e Lusófonas
miguel.real@iol.pt

1. A mudança de paradigma cultural: a atração pela Europa Central

1.1. O estatuto histórico do século XVII

No horizonte da totalidade da história de Portugal, o século XVII estatui-se, segundo António Sérgio, como o período de consolidação e cristalização da decadência política e cultural, iniciada na segunda metade do século anterior e prosseguida ao longo do reinado de D. João V (1705 – 1750)¹. Por via do sentimento de Decadência, expresso objetivamente pelo atraso científico, económico, social e científico de Portugal face aos países da Europa Central, o século XVII estatui-se, assim, como símbolo do “reino cadaveroso” face à evolução da cultura europeia com a emergência do classicismo em França (Racine, Corneille, Molière) e na Inglaterra (Ben Jonson, W. Shakespeare), do ensaísmo renascentista francês (Montaigne) e da revolução científica europeia dos séculos XVI e XVII (Bacon, Copérnico, Galileu, Descartes, Gassendi, Pascal, Harvey, Kepler, Newton, Leibniz). Do ponto de vista económico, a II Expansão Ultramarina tinha superado Portugal em proventos e riqueza, ameaçando as possessões de São Paulo de Luanda, a ilha de São Tomé e os territórios brasílicos do Maranhão, do Pernambuco e da Bahia, bem como algumas das feitorias da costa do Malabar, na Índia. Após 1580, sob o domínio de Madrid, centrado na prata de Potosi (Peru), o Império português desmembrava-se, da América à Ásia, abandonado tanto à cupidez de mercadores particulares (como se narra em *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, e *Diálogo do Soldado Prático*, de Diogo do Couto) quanto à ambição das potências europeias, nomeadamente a Inglaterra e a Holanda. Em Portugal, até 1640, as instituições sociais e políticas (ordens religiosas [cf. Marques 1989] e alguma nobreza) manifestavam-se subterraneamente pela independência, gerando uma fortíssima literatura autonomista (cf. Hernâni Cidade s/d), desenvolvendo, pós-1640, uma linha fortemente nacionalista e providencialista (o sebastianismo), exterior ao movimento europeu de ideias, que assentava na

¹ Cf. António Sérgio, “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal” (Sérgio 1957²).

progressiva laicização das instituições reitoras da sociedade e na separação entre a Igreja e o Estado. Assim, para Sérgio, o século XVII não só assiste à derrocada da mentalidade portuguesa arrojada e inovadora de Quinhentos como a um verdadeiro retorno, ao nível cultural, a uma mentalidade fechada, medieval. A posição de António Sérgio é, de certo modo, continuadora da de Oliveira Martins (cf. Martins 1988: 16), que destaca ser o Portugal restaurado um país radicalmente diferente do existente até 1580. Desdramatizando a questão identitária, Jorge Borges de Macedo recorda que, face à Espanha imperial do século XVII, interessava à Europa Central, acolhedora das nossas exportações de açúcar, vinho, tabaco e especiarias, dialogar com um Portugal independente, igualmente imperial, situado na retaguarda do território espanhol, tanto furtando a estes grandes domínios ultramarinos quanto forçando a dividir o esforço e os recursos de guerra espanhóis por diversas frentes (cf. Macedo 1988: 72-73).

Do mesmo modo, Alexandre Herculano, na *História de Portugal*, aponta três causas como explicação da rápida passagem (menos de cinquenta anos) do estatuto de Portugal de cabeça para cauda da Europa: fidalguia empobrecida, absolutismo régio (monopólios da Coroa) e ferocidade inquisitorial. Antero de Quental, em *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Três Últimos Séculos*, diagnostica igualmente três causas maiores da nossa decadência: a revolução mental europeia operada no cristianismo pela Reforma, a que reagimos assumindo-nos como vanguarda na luta contra qualquer alteração na ordem religiosa medieval; o estabelecimento da máxima centralização régia, abafando, senão asfixiando, as iniciativas locais, municipais e individuais – o rei gozava de quase total monopólio dos negócios do Império – e a grandeza espacialmente monstruosa do Império face a um país de dimensão demográfica reduzida (Antero de Quental 1985: 21).

Operando o cômputo das diversas perspectivas histórico-culturais, constata-se que:

1. Oliveira Martins e António Sérgio têm razão – de facto, o Portugal ante e pós-1640 é, culturalmente falando, um “outro” país face ao Portugal imperial anterior a 1580, lutando militarmente pela sobrevivência política (a Guerra da Restauração prolonga-se até 1668 e o reconhecimento papal da restauração da independência é pronunciado apenas em 1669, 29 anos após o dia 1 de Dezembro de 1640), acolhendo uma visão messiânica e providencialista de Portugal, reafirmando um nacionalismo extremado que se afasta duradouramente de Castela, considerada, não concorrente civilizacional, mas, mesmo inimiga (Guerra da Restauração ou da “Independência”);

2. Alexandre Herculano e Antero de Quental têm igualmente razão – a mentalidade histórica portuguesa do século XVII é indubitavelmente atravessada por um explícito sentimento de decadência, húmus de teses sebastianistas e joanistas de nova e futura glorificação do papel de Portugal no mundo;

3. no campo da diplomacia internacional, Borges de Macedo tem igualmente razão – a Restauração é produto da conjuntura bélica europeia e nasce sob o forte impulso da França (o cardeal Richelieu enceta contactos com um neto do Prior do Crato, em Paris [cf. Hermann e Marcadé 2002: 199], e incentiva a rebelião dos Conjurados de 1640 com promessas de auxílio financeiro e militar).

Englobando as anteriores perspetivas, António Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva remetem para o século XVII o início da questão da interrogação sobre o sentimento da identidade nacional de Portugal (cf. Silva e Hespanha 1993: 19-24), evidenciado como problema histórico².

Neste sentido, no século XVII, por necessidade de sobrevivência independente³, Portugal tanto se envolve diretamente no jogo europeu de forças políticas e militares, privilegiando o auxílio e a amizade da França e da Inglaterra, afastando-se da Espanha, seu antigo modelo cultural e concorrente civilizacional na Expansão, quanto se nacionaliza fortemente, constatando o grau de decadência atingido face aos momentos históricos gloriosos de Quinhentos. Momento dramático da consciência coletiva portuguesa, o nacionalismo evidencia-se, neste século, como um sentimento compungido, fortemente expresso na obra de padre António Vieira, que estabelece o fio de continuidade histórica entre o passado da comunidade, excelso, e o seu futuro, de novo glorioso (a visão messiânica de Portugal), após o momento de decadência entre 1580 e 1640. De facto, caso não tivesse existido o sentimento de nacionalismo (patente nas alterações de Évora de 1637 [cf. Melo 1967]), os esforços de Richelieu não teriam encontrado uma forte receção entre a elite clerical e fortes sectores da nobreza portuguesa.

Neste sentido, a visão global das relações entre Portugal e a Europa no século XVII sintetiza-se em três conceitos:

1. – *nacionalismo*, alimentador da luta pela independência;
2. – *decadência*, acerado contraste no desenvolvimento cultural, social e económico face aos países da Europa Central;
3. – *providencialismo*, nascido do cruzamento dos dois conceitos anteriores, criando o sentimento de superação do atraso português por via da assunção de uma filosofia messiânica.

Assim, ao nacionalismo (da língua, Rodrigues Lobo; do território pátrio, frei Bernardo de Brito e Braz Garcia Mascarenhas; do Império, Padre António Vieira), como fator de continuidade da comunidade, acresce a decadência (António Sérgio), efeito negativo de 60 anos de subjugação a Madrid e de

² Para enquadramento histórico e filosófico, cf. Calafate (2006^b) (org.).

³ Para a história do esforço de manutenção da independência de Portugal, cf. Valladares (2006).

desmembramento do Império, consciencializado pelo estatuto de Portugal na Europa, não como igual ou superior face à França e à Espanha, como o fora no século anterior, mas como peão de recurso tanto na guerra entre estas duas potências iniciada em 1635, terminada em 1659 pelo Tratado dos Pirenéus, quanto nas negociações do Tratado de Vestefália, assinado em 1648 (cf. Macedo 2006²: 197-234). De “cabeça da Europa” no século anterior, Portugal constata ser e estar, menos de um século depois, na “cauda da Europa” (cf. Franco 2009). A prova do estatuto europeu de Portugal como um mero peão de recurso da França reside, com efeito, no clausulado dos termos da assinatura do Tratado dos Pirenéus, pelo qual a França, assinada as tréguas com a Espanha, abandona Portugal à sua sorte. O exército espanhol, liberto do constrangimento militar com a França, desaba sobre Portugal, em 1663, no Ameixial, e em 1665, em Montes Claros, perto de Montemor, perdendo ambas as batalhas, firmando a paz em 1668. Prova de cumplicidade com a Espanha, no ano seguinte o Papa reconhece a independência de Portugal (sobre pormenores militares, cf. AA. VV. 1992).

Do cruzamento entre o nacionalismo anticastelhano e o sentimento de decadência face à França, à Inglaterra e à Holanda resulta o providencialismo messiânico como uma das mais fortes características culturais do século XVII (cf. Marques 2007 e Capelo 2003). Face ao esgotamento do modelo cultural ibérico-castelhano, matriz do nascimento de Portugal, por efeito de 60 anos de monarquia dual e 28 anos de guerra, assiste-se, a partir do reinado de D. João IV, à sua crescente substituição, por uma evidente atração pelo complexo cultural Paris-França (cf. Braga 2001: 550-ss). De facto, no século XVIII, a França possui já uma absoluta influência sobre os costumes sociais e a cultura portuguesa ao longo do reinado de D. João V. Neste sentido, no que se refere à relação entre Portugal e a Europa, a intervenção de Richelieu nos assuntos políticos portugueses ante e pós-1640 representa o ponto de não retorno na lenta mas incisiva substituição de atração dos modelos culturais espanhóis pelos franceses ao longo da totalidade do século XVII, prosseguida no século seguinte.

Porém, a opção pela França não constituiu uma opção voluntária das instituições régias portuguesas. Decorreu, antes, por um efeito de necessidade, motivada pelo aproveitamento circunstancial dos auxílios financeiros e militares das potências europeias antiespanholas e, verdadeiramente, até ao final do século, sofreu de forte concorrência com os modelos sociais e culturais ingleses.

2. A atração pela Europa Central

Portugal, no século XVII, oscila entre três visões do mundo supremamente conflituosas:

1. – a do legado do *pensamento racionalista* e da *visão práctico-empirista do mundo* dos dois séculos anteriores, que tinham realizado os Descobrimentos e tinham elevado a cultura portuguesa a um superior patamar estético com a obra

épica e lírica de Camões, o lirismo de Sá de Miranda e Bernardim Ribeiro, o drama satírico de Gil Vicente, a tragédia de António Ferreira, a escola cronística de Fernão Lopes, Gomes Enes de Zurara, Rui Pina, Castanheda e João de Barros, a teoria da saudade de D. Duarte e a emergência e desbravamento do espírito científico presente nas obras de Abraão Zacuto, Pedro Nunes, Duarte Pacheco Pereira e Garcia de Orta;

2. – a pressão do *novo racionalismo e empirismo europeus*, gerador da revolução científica europeia deste século (Bacon, Copérnico, Galileu, Descartes, Gassendi, Pascal, Newton...) e causador do princípio da separação entre o Estado e a Igreja e da emergência de um espírito cosmopolita universalista (Montaigne);

3. – finalmente, o providencialismo messiânico da Igreja e do Estado, a pureza de costumes vigiada pelo Tribunal do Santo Ofício, a ortodoxia doutrinária da Ordem de Jesus, a irrupção popular do sebastianismo, com forte expressão no messianismo épico da obra de padre António Vieira.

Em síntese, nas relações entre Portugal e a Europa, o século XVII assiste a um agudo conflito entre, por um lado, o racionalismo português moderno (séculos XV e XVI), nascido da experiência concreta dos Descobrimentos (prova da passada capacidade de excelência de Portugal), e o novo racionalismo europeu (séculos XVI e XVII), profundamente teórico e abstrato, fundado nas ciências físicas e matemáticas, e, por outro, à emergência de um providencialismo especificamente português, favorecido pela perda da independência, entre 1580 e 1640. Neste sentido, por motivos substancialmente políticos, o século XVII português, no que se relaciona com a Europa, consolida de um modo definitivo a rutura cultural entre a atração de Lisboa por Madrid/Espanha, findando com a matriz hispânica como legado medieval da unidade e identidade da Ibéria, erigindo pela primeira vez o eixo Paris/Londres como bússola orientadora do viver coletivo português⁴. A atração pelo complexo Paris/França é eminentemente de ordem política e cultural. A atração pelo complexo Londres/Inglaterra, por sua vez, é sobretudo de ordem económica, como o comprova a assinatura do Tratado de Methuen, em 1703 (cf. Macedo 1966). Com efeito, a Espanha, antiga matriz e horizonte cultural, companheira e

⁴ “Portugal volta as costas definitivamente ao património cultural ibérico, que é o seu. Desde cedo, “progresso” equivale a “europeização”. Porém, esta desafetação peninsular de Portugal é acompanhada por idêntica desafetação espanhola, que igualmente corta com as suas raízes e procura, ela também, uma Europa sob o ideal de “civilização” e “progresso”: de facto, tanto em Espanha como em Portugal, o movimento da europeização é obra de uma aristocracia intelectual e reformadora que tem de lutar contra hábitos e instituições tradicionais e pretende fazer tábua rasa de um património enraizado, inclusive na literatura (...), que era afinal idêntico em ambos os países da zona ocidental da Península Ibérica; mas cada um o fez por conta própria, indo directamente à fonte da renovação. Do lado português, o corte com a tradição é sentido como uma autonomização cultural em relação a Espanha” (Saraiva 1994: 145).

concorrente da Expansão Ultramarina, tinha-se tornado um verdadeiro obstáculo à continuidade da independência de Portugal.

No final do século XVII, as exportações brasílicas de Portugal para a Europa em termos de réditos financeiros, tinham-se tornado desesperantes face ao embaratamento do açúcar no mercado internacional por introdução maciça da espécie originária das Antilhas a preço muito inferior ao praticado por Portugal, ao ponto de um comerciante francês instalado em Portugal garantir que “le commerce du Brezil n’est pas fort utile” (Azevedo 1950: 10-11) ao estado da economia portuguesa. É no sentido de suprir as economicamente abafantes importações de França e da Inglaterra que Duarte Ribeiro de Macedo, colbertista, embaixador de Portugal em Paris, defende a ideia da criação de manufaturas nacionais, orientadas por mestres estrangeiros, que substituíssem os produtos importados da Europa Central, política incentivada pelo Conde da Ericeira e pelo Marquês da Fronteira. Porém, o abundante afluxo de ouro do Brasil para a Corte de Lisboa (as primeiras minas são descobertas em 1690) aborta a política de autonomia económica portuguesa, retomada sintomaticamente, cerca de oitenta anos depois, no consulado do Marquês de Pombal, logo que decai o afluxo de ouro e pedras preciosas entrado no erário régio.

Perdida a independência, criara-se na mente cultural coletiva dos portugueses uma fortíssima imagem de decadência causada pela representação contrastiva entre o Portugal de 1385 a 1580 e o Portugal do século XVII. Num primeiro momento, dominado pelos castelhanos, Portugal sobrevive economicamente em permanente bancarrota, com perda de domínios coloniais e com a consciência muito nítida de que, simbólica e realmente, integrando a grande Espanha, pouco contava no tablado geoestratégico internacional – o seu valor estratégico residia mais na posse dos territórios do Império e menos na sua específica importância no tablado europeu. Do ponto de vista da Europa, o valor de Portugal residia tanto como elemento estratégico de pressão política e militar na retaguarda de Espanha quanto como detentor de um Império cobiçado pelas potências europeias. Num segundo momento, após a Restauração, no seguimento do despertar nacional e da renovação da dignidade patriótica, motivados pelo orgulho de recuperação da independência, assiste-se ao esforço coletivo de tentativa de restabelecimento do antigo estatuto político-económico perdido, fundamentalmente através de uma política de alianças matrimoniais (D. Teodósio prometido para a princesa de Orleães e D. Catarina para D. Carlos II de Inglaterra, com sucessos diferentes: o casamento de D. Teodósio fracassa por morte deste; o de D. Catarina realiza-se com elevadíssimo dote, facilidades prestadas à armada inglesa na costa do Malabar e a passagem da cidade de Bombaim para a soberania inglesa) propiciadora da inserção diplomática de Portugal nos jogos de força políticos europeus centrados em torno de e contra a Espanha.

Assim, se se cruzar estas duas imagens culturais pertinentes ao século XVII, a primeira como veículo consciente e real de humilhação patriótica, a segunda como consciência rigorosa da distância económica e social entre o estado de coisas nacional e o prestígio e riqueza de, por exemplo, um pequeno povo como o holandês, que nos saqueava a costa brasileira e nos arrebatava S. Tomé e São Paulo de Luanda, compreende-se como se tinham criado na consciência colectiva portuguesa as condições propiciatórias para a emergência de forças e correntes extremistas de purificação social, característica pertinente ao século XVII português, totalmente diferenciada tanto da mentalidade europeia coeva (racionalista) quanto do legado histórico nacional dos dois séculos anteriores (os Descobrimentos). Com efeito, ao longo do século XVII, primeiro por motivos políticos (integração na Espanha), e, segundo, devido a um efetivo empobrecimento económico, Portugal afasta-se, pela primeira vez, dos níveis de riqueza dos restantes países da Europa Central, fator que marcará negativamente a sua identidade cultural até aos tempos atuais.

3. O nacionalismo, a decadência e o providencialismo messiânico

Com efeito, a vastíssima literatura autonomista evidencia como dominantes as posições ideológicas de carácter imperativo e intolerante, vinculadas a hipostasiarem maximamente a imagem de Portugal, ultrapassando a sua fase de decadência e prognosticando uma nova fase de glória e êxtase. Neste sentido, as correntes culturais providencialistas prevalecem intelectualmente nas duas dezenas de anos anteriores e posteriores à Restauração (o coração do século), fundando-se num mesmo quadro imagético e desenhando os mesmos vínculos mentais, testemunhando a exacerbação de um nacionalismo glorioso, seja enquanto reduto último europeu de uma ortodoxia de pensamento católico contrarreformista (Inquisição), seja enquanto restabelecimento de uma nova nação próspera e abundante prometida para o tempo de regresso de D. Sebastião [o sebastianismo: D. João de Castro (neto), *Paráfrase e Concordância de algumas Profecias do Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, de 1603, e de frei Sebastião de Paiva, *Tratado da Quinta Monarquia* (cf. Paiva 2006), seja enquanto projeção no futuro do lugar de Portugal como condutor do mundo (o Quinto Império de Pe. António Vieira, mas também de inúmeros sacerdotes e frades pregadores, listados por João Francisco Marques no livro acima citado: António Bandeira, António de Spínola, António de Sá, Cristóvão de Almeida, Cristóvão de Lisboa, Diogo de Areda, Francisco Escobar, João da Conceição, João de Deus, José do Espírito Santo, Lopo Soares e Luís de Sá). Nos três casos, evidencia-se a imagem de Portugal como sustentada na conceção do estatuto de nação superior, eleita por Deus, fundamento do providencialismo português – porque fidelíssima às Escrituras, aos Comentários bíblicos e às prescrições conciliares e papais, emanadas a partir do Concílio de Trento, e porque nação provida de um rei Encoberto, futuro generalizador de justiça e riqueza

Assim, a mentalidade nacionalista e providencialista portuguesa do século XVII coexiste com uma evidente frágil real situação política nacional (de novo ameaçada de perda de independência por parte de Espanha e de mutilação de partes do território ultramarino pela Holanda), sublimada por uma forte consciência patriótica, semente do providencialismo. Desta contradição nascerá o quadro mental fundado nos *três absolutismos* que estatuem, culturalmente, cada um a seu modo, no século XVII, a conceção do estatuto de Portugal como nação superior, distinguindo-se e singularizando-se de um modo radical do quadro mental racionalista europeu:

- *Proselitismo Ortodoxo*: purificação de Portugal pela fé católica (a Inquisição);
- *Sebastianismo/Joanismo*: purificação de Portugal pelo nacionalismo;
- *Quinto Imperialismo*: purificação de Portugal pela assunção do seu papel messiânico no advento da nova sociedade justa e santa do Quinto Império.

Estes três absolutismos constitutivos da mentalidade cultural do século XVII estatuem-se como expressão direta da crise dinástica levantada pela morte de D. Sebastião em 1578 e pela perda da independência de Portugal em 1580; da crise económica que desde os princípios do século afetava Portugal; da consciência da impossibilidade financeira e administrativa de manter um tão extenso império, do isolamento internacional a que Portugal estava votado desde 1640 e da vontade nacionalista de restaurar o orgulho patriótico português.

Com efeito, quando na Europa Central se afirmara a instauração do racionalismo pertinente à Revolução Científica do século XVII, em Portugal, entre os finais século XVI e a tomada de posse de D. João V, em 1705, assiste-se, contrastivamente, à hegemonia esmagadora do vetor social religioso na mentalidade coletiva portuguesa, gerando e hipostasiando as vertentes culturais messiânica, fatalista e providencialista e apostrofando, mas não anulando, as restantes vertentes, nomeadamente a tradição historiográfica e a vertente científica, forçando a mentalidade coletiva portuguesa a assumir-se como eminentemente religiosa. Verdadeiramente, entre as obras de Pedro Nunes e Garcia de Orta, em meados do século XVI, e a obra “inventiva” de padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão (a “Passarola), nos princípios do século XVIII, o espírito científico-racional na cultura portuguesa foi praticamente perdido, recalçado tanto pela nova escolástica jesuítica, que, sedada em Coimbra e Évora, abominava Descartes e exaltava Aristóteles, quanto pela literatura messiânica e providencialista, de que a obra Pe. António Vieira se constitui como superior expressão.

De facto, contraditando o movimento religioso reformista europeu, assiste-se em Portugal, em essência, a uma *crystalização religiosa* adveniente da implantação da Inquisição, da instauração do *Index Censorum*, da entrega do

Colégio das Artes de Coimbra à Ordem de Jesus, da especialização dos intelectuais portugueses e dos professores na filosofia de Aristóteles (Frei Manuel de Góis, Sebastião do Couto, Baltazar Álvares... do “Curso Conimbricense” [cf. Gomes 1992 e Calafate 2006^a]), bem como da transformação da rede de feitorias e fortalezas do Império em empório comercial. Por efeito da monarquia dual, o Império é, de certo modo, abandonado à sua sorte, transfigurando-se na grande fonte de receitas da coroa, que, esquecidas as almas, entregues exclusivamente às ordens missionárias, deste apenas ambiciona ouro, pedras preciosas e especiarias. Deste modo, no século XVII, século da máxima humilhação nacional, acentuando e consolidando as características do espiritualismo religioso e do messianismo-providencialista, emergem justamente, de um modo concreto e vivo, duas categorias mentais específicas da cultura portuguesa: o Nacionalismo e o Decadentismo (ou a ideia de Decadência). O primeiro, por motivos endógenos, tanto por real contraste com o estado do país nos dois séculos anteriores quanto por contraste vivo com a situação europeia; o segundo, por motivos exógenos, pela permanência do esforço de guerra da luta contra os castelhanos. Assim, no século XVII, germinam os alvares do mito da Europa como lugar central do Progresso, que a política de Pombal cristalizará no século seguinte.

Com efeito, se a visão nacionalista ou autonomista é, indubitavelmente, superior em quantidade em termos de obras literárias e culturais, a constatação da “excelência” de Espanha face a Portugal também se verificou. Reconheça-se como exemplo a escrita de *Fastigimia*, de Tomé Pinheiro da Veiga, de 1605, durante a viagem do autor entre Valadolid e Lisboa, no qual o autor dá conta da consciência da inferioridade nacional face a Espanha (cf. Veiga 1988). Numa posição de equilíbrio de “excelências” entre os dois países ibéricos, António de Sousa Macedo publica, em 1631, *Flores de Espanha, Excelências de Portugal*, no qual defende ser a Espanha a melhor “parte” da Europa e Portugal a melhor “parte” da Espanha⁵.

De facto, o tornado ideológico que consistiu na derrota de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, em 1578, a consequente perda da independência de Portugal, em 1580, e a aclamação de Filipe II de Espanha como Filipe I de Portugal nas Cortes de Tomar, em 1581, possuiu fortíssimas repercussões na cultura portuguesa, nomeadamente na literatura, e, dentro desta, na representação dos mitos pátrios, acentuando-lhes a imagética histórico-mítica nacionalista, como, por exemplo, na figuração de Viriato.

Com efeito, enquanto nas obras de Sá de Miranda e de Luís de Camões, no século XVI, se postulava uma genealogia moral, militar e territorial entre os Lusitanos e os Portugueses, no século XVII, sob o efeito da perda de independência de Portugal (frei Bernardo de Brito) e sob o efeito da Guerra da

⁵ Cf. António de Sousa Macedo, *Flores de Espanha, Excelências de Portugal* (apud Albuquerque 1974: 309).

Restauração (Braz Garcia Mascarenhas), a genealogia e a identificação propostas no século XVI são de tal modo absolutizadas e extremadas que, verdadeiramente, a identificação entre “Lusitanos” e “Portugueses” deixa de ser apenas moral e militar, de natureza genealógica e mítica, e passa a ser total: os Lusitanos são os Portugueses de antigamente e os Portugueses coevos (século XVII) os Lusitanos de antigamente. Assim, em frei Bernardo de Brito e em Braz Garcia Mascarenhas, nos livros *Monarquia Lusitana* (Brito 1973) e *Viriato Trágico* (Mascarenhas 1996), os lusitanos que combatem os romanos são amiúde designados por “Portugueses”, estabelecendo-se deste modo uma continuidade histórica real e factual que não só não estava contida em Sá de Miranda e em Luís de Camões, como igualmente nenhum fonte documental objetiva podia então (como hoje) comprovar.

De facto, as profundas alterações motivadas pela ocupação castelhana de Portugal, no caso de frei Bernardo de Brito (1568 – 1617), e pela Restauração, no caso de Braz Garcia Mascarenhas (1596 – 1656), provocaram uma igual alteração na imagem literária de Viriato. Por isso, se em *Os Lusíadas* (1572), Luís de Camões apenas usa uma vez o qualificativo de “liberdade” para caracterizar a acção dos Lusitanos (I, 6), em 1597, frei Bernardo de Brito usa abundantemente expressões como “livre” e “liberdade” para qualificar a acção dos Lusitanos. A repercussão das alterações do poder político nacional na construção semântica da narrativa histórico-literária de frei Bernardo de Brito torna-se, por vezes, tão manifesta que, intercalados na descrição das façanhas dos Lusitanos, ditos “portugueses”, este autor não se coíbe de evidenciar intenções político-ideológicas totalmente exteriores ao fio narrativo, como a seguinte, por exemplo: “Não me detenho em culpar os três fementidos [que mataram à traição Viriato e não pertenciam à “tribo” lusitana] porque se forão portugueses, então merecião toda infamia, mas sendo doutra nação, o nome estrangeiros lhe[s] basta” (Parte I, Livro III, Cap. X, p. 236 v). A identificação do epíteto de “estrangeiros” para designar os que mataram Viriato não pode ter outro sentido, em 1597, que a de evidenciar tanto uma ligação de continuidade histórica entre Viriato e os Portugueses dos finais do século XVI e princípios do XVII, como a de operar uma ligação de continuidade histórica entre os invasores romanos, os “de outra nação”, e os castelhanos.

O poema *Viriato Trágico*, de Braz Garcia Mascarenhas, publicado em 1699, em edição póstuma, foi indubitavelmente escrito segundo uma mentalidade nacionalista fortemente anticastelhana. Participando em diversas batalhas contra Castela no Alentejo e nas Beiras e, posteriormente, nomeado por D. João IV como comandante da praça de Alfaiates, a criação deste longuíssimo poema épico nos Invernos de Avô, sua terra natal, repousando entre as batalhas, posteriormente continuado e acabado nos seus últimos anos de vida nesta mesma terra beirã, reflete quase diretamente as situações de guerra vividas por Braz Garcia Mascarenhas.

Existe, de facto, uma total identificação neste poema entre Lusitanos e Portugueses. António de Vasconcelos, biógrafo de Braz Garcia Mascarenhas confirma: “Esta aproximação vai tão longe, o poeta identifica tão completamente os generais e capitães de Viriato com os de el-rei D. João IV, que, olvidando o facto de ainda não haver Portugal no tempo em que decorre a acção do seu poema, dá àqueles o nome de *portugueses*. O inimigo castelhano confunde-se a cada passo com os romanos, inimigos de Viriato. Dispondo de um pouco de observação e cuidado, chega-se à identificação deste ou daquele general ou capitão do exército de Castela com estoutro ou aqueloutro cônsul, pretor ou centurião do exército romano, e semelhantemente de alguns oficiais portugueses com comandantes do exército viriatino” (Vasconcelos 1996: 297).

Enquanto “mais importante poema heróico da Restauração nacional”, no dizer do professor Pina Martins, a permutação entre os termos “Portugueses” e “Lusitanos” é permitida pelo mesmo vínculo semântico-ideológico de natureza patriótico, como se a extensão e a compreensão das duas palavras fossem as mesmas, apenas diferindo na sua aplicação temporal. No Canto IV, por exemplo, para descrever o exército lusitano, Braz Garcia Mascarenhas usa a expressão, logo no título do canto, de “Milícia Portuguesa”.

O mesmo espírito nacionalista e decadentista é patente na obra de Rodrigues Lobos (c. 1579 – 1621), evidenciando um Portugal com saudades de si, isto é, com saudade da grandeza presente nos dois séculos anteriores. Culturalmente, a obra *A Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (1619), dezasseis diálogos sobre os preceitos de vida na corte, dedicada a D. Duarte, irmão do Duque de Bragança, e a D. Teodósio, pai de D. João IV, intenta lembrar ficcionalmente, entre a pequena nobreza de província, o antigo fausto da corte portuguesa, inserindo-se, assim, na literatura autonomista. Escreve Rodrigues Lobo, na introdução, que “depois que faltou a Portugal a corte dos Sereníssimos Reis, ascendentes de V. Excelência [o irmão do Duque de Bragança] (da qual as nações estrangeiras tinham tão grande satisfação e os vizinhos tão igual inveja), retirados os títulos [de nobreza] pelas vilas e lugares do reino, e os fidalgos e cortesãos por suas quintãs e casais, vieram a fazer cortes nas aldeias, renovando as saudades do passado, como lembranças devidas àquela dourada idade dos Portugueses”.

De ambiente bucólico e atmosfera triste, os diálogos, sintomaticamente não tematizam nem a política nem a religião e distribuem-se pelo preceituário de maneiras estabelecido na corte, defendendo uma ética de cariz nobre e uma moral cavalheiresca de honra no trato entre iguais, desprezando o arrivismo de fortuna e o oportunismo de situação, subentendendo-se igual desprezo pelos modos cortesãos provindos de Madrid. *A Corte na Aldeia*, reavivando o código português de cortesia, concretiza literariamente um sentimento nacionalista, que pulsa culturalmente sob a aparente neutralidade dos temas abordados e das personagens dos diálogos. Do mesmo modo, o forte elogio ao uso da Língua Portuguesa (“branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver e acomodada às matérias mais

importantes da prática e escritura...” e a admoestação a quem a troca pela língua castelhana não deixam dúvidas do intento nacionalista presente em Rodrigues Lobo.

A carta de 1659 de Pe. António Vieira (1608 – 1697) ao Bispo Eleito do Japão, o jesuíta André Fernandes, intitulada *Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo* (cf. Vieira 1953^a), pela autoria da qual foi chamado a depor à Inquisição em 1663, constitui a mais completa síntese da visão da história de Portugal fundada no providencialismo.

No seu primeiro retorno a Portugal, em 1641, Pe. A. Vieira descobrira, num país recém-liberto de Castela, cujo fervor patriótico inundava todos os discursos, um providencialismo que, a partir de 1603, com a interpretação das *Trovas* do Bandarra por D. João de Castro (neto), tinha sido fundido com o sebastianismo. Como a de um santo, a efígie de Bandarra encontrava-se exposta na Sé de Lisboa e neste mesmo ano de 1641 D. Álvaro de Abranches, governador da Beira, mandara levantar novo e solene sepulcro para o corpo de Bandarra na igreja de S. Pedro da vila de Trancoso. D. Vasco Luís da Gama, V Conde da Vidigueira e I Marquês de Nisa, embaixador de D. João IV em Paris, e, posteriormente, amigo de Pe. A. Vieira, prepara de França a edição das *Trovas* do Bandarra, publicada em Nantes, em 1644. Esta edição é cuidadosamente preparada de modo que um conjunto de versos profetizasse a identificação do novo rei por aclamação D. João IV com o Príncipe Encoberto. Nasce assim o joanismo como substituto do sebastianismo, que Pe. A. Vieira comungará fortemente, utilizando os mesmos argumentos inscritos nesta edição das *Trovas*.

Em “Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se representava o miserável estado do reino” (cf. Vieira 1953^b), de 1643, face à situação de penúria financeira em que o reino se encontra, à situação de prolongada demora da guerra contra Espanha, à perda de possessões no Brasil para os holandeses e mesmo face à perda de Angola e S. Tomé (territórios exportadores de escravos) também para os holandeses, e face ao isolamento internacional da nova dinastia de Bragança, Pe. A. Vieira propõe que o comércio marítimo internacional e o comércio interno do reino sejam abertos aos judeus sefarditas da Europa, principalmente aos de origem portuguesa. Trata-se, justamente, do primeiro momento de aproximação das teses messiânicas do autor com as propostas providencialistas milenárias do judaísmo.

Será, porém, o encontro, entre 1646 e 1648, de Pe. A. Vieira com Menasseh Ben Israel, em Amesterdão, que solidificará definitivamente a teoria do Quinto Império no seu pensamento. Neste sentido, Pe. A. Vieira escreve no Brasil *Esperanças de Portugal* refletindo sobre o livro de Menasseh *Esperança de Israel*. Na carta que constitui o texto do livro de Pe. A. Vieira concentra-se o sentido total da história e do mundo num único ano, 1666, e numa única teoria global e universal, o Quinto Império Consumado. E tão forte era a convicção de Pe. A. Vieira na posse do mistério da humanidade que não hesitará, posteriormente, em defender publicamente que o rei D. João IV, tal como Cristo,

teria de ressuscitar para que o Reino de Cristo Completo e Consumado ou Quinto Império se cumprisse integralmente e se generalizasse por toda a Terra.

Assim, o espírito profético em Pe. A. Vieira emerge de uma confluência fusional entre duas correntes messiânicas existentes em Portugal na primeira metade do século XVII: 1. - o sebastianismo/joanismo, com base nas *Trovas* de Bandarra, primeiro difundidas em manuscrito e, depois em livro impresso, a partir de 1603, com a edição de D. João de Castro (neto), de tendência claramente sebastianista, e a partir de 1644, com a edição de Nantes de D. Vasco Luís da Gama, edição em que o Encoberto é identificado com D. João IV; 2. - o messianismo judaico, de forte expressão nas comunidades sefarditas do Mediterrâneo e da Europa Central e com reflexos entre nós através do criptojudáísmo.

Desde os sermões de juventude, existe uma unidade profunda no pensamento de António Vieira. Antes de mais, a sua funda religiosidade católica. Padre António Vieira não é o “político” e o “vidente”, enquanto aspetos distintos da sua doutrina, mas o “político religioso” e o “vidente religioso”, já que a sua visão de pregador ou de participante empenhado nos negócios profanos do Brasil ou da Europa, a sua visão do escravo negro (a “teoria do resgate”) a sua visão da conversão do índio, a sua visão da história e do Império de Portugal e da Europa possuem o selo bem distintivo da sua religiosidade católica. Todas as imagens presentes nos seus sermões possuem o distintivo do sagrado e manam desse âmago sem fundo que é a *Bíblia*. Todo o elemento e todo o alimento e toda a finalidade da sua vida residem no sagrado. Como teólogo, o anúncio e a interpretação da palavra de Deus constituem o sentido filosófico da sua vida e como sacerdote toda a sua existência foi uma plena entrega à mensagem de Cristo. Outra característica fundamentadora da sua vida e obra reside no seu estremo nacionalismo ou portuguesismo, apenas amaciado nos últimos anos de vida na Bahia, tempo de amadurecimento da escrita de *Clavis Prohetarum*. Vieira estatui a história de Portugal como o novo instrumento divino redentor dos vícios, defeitos e perversões da humanidade, anunciador de uma nova idade de paz, concórdia, justiça, abundância (o suficiente para todos) e amor, ou seja, o Quinto Império do Mundo. Assim, o seu nacionalismo, unido à sua vincada religiosidade, presta consciência e consistência ao seu providencialismo messiânico. Independentemente e superiormente ao contributo retórico e estilístico dado à cultura portuguesa pelos sermões de Vieira; independentemente e superiormente à teoria de Vieira sobre a escravatura e sobre a liberdade dos índios; independentemente e superiormente ao empenhamento de Vieira na libertação dos judeus da vigilância do Tribunal do Santo Ofício, no que se refere à cultura portuguesa, o cerne do discurso vieirino, até cerca dos últimos anos de vida do autor, reside na confluência entre o fervor religioso do sacerdote e missionário jesuíta e a elevação de Portugal a nação eleita por Deus, estatuindo os portugueses como segundo povo eleito da História Universal.

4. Conclusão

Providencialismo e nacionalismo à flor da pele contribuem para estatuir este século como o mais espiritualista dos séculos portugueses. Num jogo de espelhos reflexos, o espírito nacionalista português consolida-se por via da profunda humilhação nacional (o decadentismo) sofrida com a perda da independência e o providencialismo como visão grandiloquentemente superadora da mesma. Ambos retratam um Portugal pela primeira vez culturalmente divergente com Espanha. Nasce neste século um Portugal paralelo à Espanha, que olha para mais longe, a França, a Inglaterra e a Holanda, considerando tanto o vasto território espanhol como a política de Madrid como obstáculos ao seu sucesso europeu.

Azenhas do Mar, Sintra, 26 de Dezembro de 2010.

Referências Bibliográficas

- AA. VV. (1992): *Portugal e a Europa – Séculos XVII a XX*. Lisboa: ed. Comissão Portuguesa da História Militar.
- Albuquerque, Martim de (1974): *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*. Vol. I. Lisboa: ed. de autor [dissertação de doutoramento].
- Azevedo, Julião Soares de (1950): “Uma Memória francesa sobre o comércio de Portugal no final do século XVII”. In: *Revista da Faculdade de Letras*, IIª série, tomo XVI, n.º 3, pp. 5-19.
- Braga, Isabel Drumond (2001): *Nova História de Portugal* [Coord. Joel Serrão e Oliveira Marques]. Vol. VII. Lisboa: Ed. Presença.
- Brito, Frei Bernardo de (1973): *Monarquia Lusitana* [Introd. A. da Silva Rego, notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves]. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Calafate, Pedro (2006^a) (org.): *História do Pensamento Filosófico Português*. 2 vols. Lisboa: Ed. Caminho.
- Calafate, Pedro (2006^b) (org.): *Portugal como Problema*. 4 vols. Lisboa: Público/Fundação Luso-Americana.
- Capelo, Rui Grilo (2003): *Profetismo e Esoterismo – A Arte do Prognóstico em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Minerva.
- Cidade, Hernâni (s/d): *A Literatura Autonomista sob os Filipês*. Lisboa: Sá da Costa.
- Franco, José Eduardo (2009): “A ideia de Europa na cultura portuguesa do século XVI: A afirmação da «Europa» como secularização da ideia de Cristandade”. In: *Bro-téria. Cristianismo e Cultura*, vol. 169, n.º 6, Dezembro de 2009, pp. 771-792.
- Gomes, Pinharanda (1992): *Os Conimbricenses*. Lisboa: ICALP.

- Hermann, C. e Marcadé, J. (2002): *A Península Ibérica no Século XVII*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Macedo, Jorge Borges de (1966): *Tratado de Methuen*. Lisboa: ed. de autor.
- Macedo, Jorge Borges de (1988): *Portugal – Europa. Para Além da Circunstância*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 72-73.
- Macedo, Jorge Borges de (2006²): *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: Tribuna, pp. 197-234.
- Marques, João Francisco (1989): *A Parenética Portuguesa e a Restauração. 1640 – 1668, A Revolta e a Mentalidade*. 2 vols. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto.
- Marques, João Francisco (2007): *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*. Póvoa do Varzim: Quasi Editores.
- Martins, Oliveira (1988): *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Guimarães Editores.
- Mascarenhas, Brás Garcia (1996): *Viriato Trágico. Um Poema Heróico* [Reedição fac-similada com apresentação de José V. de Pina Martins]. Lisboa, Calouste Gulbenkian.
- Melo, Francisco Manuel de (1967): *Alterações de Évora*. Lisboa: Portugália Editora.
- Paiva, Frei Sebastião de (2006): *Tratado da Quinta Monarquia* [Introd. José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis, revisão científica de Arnaldo do Espírito Santo]. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Quental, Antero de (1985): *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Três Últimos Séculos*. Lisboa: Ulmeiro.
- Saraiva, António José (1994): “As Épocas da Cultura Portuguesa”. In: Saraiva, A. J.: *A Cultura em Portugal. Livro I. Teoria e História, Introdução Geral à Cultura Portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- Sérgio, António (1957²): “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”. In: *Ensaios*. Vol II. Lisboa: Ed. Sá da Costa, pp. 43-44.
- Silva, Ana Cristina Nogueira da e Hespanha, António Manuel (1993): “A Identidade Portuguesa”. In: *História de Portugal* [Dir. José Mattoso]. Vol. IV. Lisboa: Ed. Estampa, pp. 19-24.
- Valladares, Rafael (2006): *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração. 1640 – 1680* [Pref. de Romero de Magalhães]. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Vasconcelos, António de (1966): *Braz Garcia Mascarenhas, Estudo de Investigação Histórica* [Reedição fac-similada com apresentação de José V. de Pina Martins]. Lisboa: Ed. Calouste Gulbenkian.
- Veiga, Tomé Pinheiro da (1988): *Fastigimia* [Introd. Maria de Lourdes Belchior. Reprodução da 1ª edição de 1605]. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Vieira, Padre António (1953^a): “Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo”. In: *Obras Escolhidas*, ed. de António Sérgio e Hernâni Cidade. Vol. VI. Lisboa: Sá da Costa.
- (1953^b): “Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se representava o miserável estado do reino”. In: *Obras Escolhidas*, ed. de António Sérgio e Hernâni Cidade. Vol. IV. Lisboa: Sá da Costa.

Zora Neale Hurston's Recurring Formula: "The Eatonville Anthology" and "Characteristics of Negro Expression"

Orquídea Ribeiro

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
oribeiro@utad.pt

Abstract

"The Eatonville Anthology" (1926) and "Characteristics of Negro Expression" (1934) were written by Zora Neale Hurston before she published any major work. The two texts are the roots of all her future works, namely novels, short stories, plays and even her non-fictional works.

Keywords: Hurston, folklore, Eatonville, African Americans.

Resumo

Zora Neale Hurston escreveu "The Eatonville Anthology" (1926) and "Characteristics of Negro Expression" (1934) antes de publicar qualquer dos seus principais trabalhos. Estes dois textos apresentam características, temas e personagens recorrentes em toda a obra da autora.

Palavras-chave Hurston, folclore, Eatonville, Afro-Americanos.

Folklore is the boiled-down juice of human living. It does not belong to any special time, place, nor people. No country is so primitive that it has no lore, and no country has yet become so civilized that no folklore is being made within its boundaries.

Zora Neale Hurston

"The Eatonville Anthology" (1926) and "Characteristics of Negro Expression" (1934) can be considered key texts to understanding all of Zora Neale Hurston's writings. In the two texts, Hurston conveys authentic episodes of Southern black folk culture and transcribes the nuances of black folk speech. These texts are valuable resources regarding the verbal art, the folktales, the customs and the history of African Americans as well as the social relations in African American communities of the 1920s and 1930s. Hurston used the same material repeatedly in her work, as can be seen from a comparison of "The Eatonville Anthology" with her later works. Her childhood in Eatonville and the

research she undertook in the South between 1927 and 1932 in Eatonville, her hometown in Florida, but also in Polk County, in Tallahassee, in Mobile, Alabama, in turpentine camps, in lumber camps, in phosphate mines, and the “Hoodoo” material she collected in New Orleans, provided material that was expanded, reused and retold throughout her life, but especially in the twenties, thirties and forties.

Hurston published “The Eatonville Anthology” in *The Messenger* (September, October and November issues) in 1926.¹ The “Anthology” does not conform to the narrative pattern that one would expect from a work of short fiction. It is comprised of fourteen sketches – folktales, jokes, anecdotes and childhood memories – which offer humorous commentary on the lives of residents in Eatonville, among which are Joe Clarke, the owner of the general store, Eatonville’s mayor and postmaster, Elijah Moseley and the incorrigible dog, Tippy.

The setting of most of the early short stories is almost inevitably the South, with her hometown, Eatonville in Florida, as the preferred microcosm. Eatonville was used as a setting in several of her works – novels, autobiography, *Mules and Men*, *Mule Bone: A Comedy of Negro Life*, short stories and essays. The idea that is projected throughout Hurston’s work is that Eatonville is not exposed to change or development and that the life of the Eatonville residents is not changed by outside influence or hindered by white interference. Eatonville near Orlando in Florida is a recurrent setting in Hurston’s work – it was her favorite research ground because she was part of that community. Hurston focused on the day-to-day life of African Americans in the all-black town of Eatonville, but also in other all-black social spaces, as well as on “the Negro farthest down” in various labor camps in the South of the United States. Although she returned to New York intermittently during the late 1920s, 1930s and early 1940s, she wrote and lived most of her life in her native state, Florida.

For Hurston, collecting folklore meant “diving” into all sorts of cultural activities of the community of black people of the South, mainly in her former hometown, Eatonville, in Florida, but also in the neighboring cities and in Louisiana. Three of Hurston’s long works relate to Eatonville. *Jonah’s Gourd Vine* is a fictional reconstruction of Hurston’s parents’ lives in the black community of Eatonville, Florida. *Their Eyes Were Watching God*, a masterpiece of vibrant folk culture, also takes us to Eatonville, where the “tongueless, earless, eyeless conveniences” who sit on the porch of Joe Clarke’s store, watch life around them (Hurston 1995a: 175). Janie Stark tells the story of her childhood, her life and her loves to her best friend, Phoebe, and through Phoebe, to the community to which she has just returned. *Dust Tracks on a Road*

¹ Heiner Bus points out that there is a “kinship” between Hurston’s anthology and Edgar Lee Master’s “Spoon River Anthology” (1915), regarding “the combination of place name and “anthology”” and their view of small-town life as a feature of the past” (Bus 1988: 67).

(1942), Hurston's autobiography, where she presents African American culture as rural and oral, needing to be recorded before it disappeared, also mentions Eatonville and the importance of the town to Hurston's life and career.

"The Eatonville Anthology" presents forms of traditional oral narration and dialect illustrating her artistic use of cultural experience. Each brief (some only two paragraphs long), dialect-filled story is a separate tale; the narrator is a member of the community and blends authentic folklore and fiction to portray Eatonville, the small African-American community near Orlando in Florida. Eatonville is what links the different stories: "back in the good old days before the World War, things were very simple in Eatonville" (Hurston 1995b: 818). The narrator identifies with Eatonville and its values – "The town winked and talked [...] The town smiled in anticipation [...] So the town waited." (Hurston, 1995b: 822-823) – and uses plain vocabulary and irony. When the characters speak, Southern black dialect is used; the exception is at the end of the last sketch when the narrator ends by saying: "Stepped on a tin, mah story ends" (Hurston 1995b: 825).

The tales include glimpses of a woman beggar, an incorrigible dog, a backwoods farmer, the greatest liar in the village, and a cheating husband. Most of the fourteen sketches open with a statement regarding a defining characteristic of the character: "Mrs. Tony Roberts is the pleading woman"; "Sewell is a man who lives all to himself"; "Sister Cal'line Potts was a silent woman" (Hurston 1995b: 813, 817, 822). There is no deep probing into the character's life, history or psyche – only enough to make the reader feel amused and entertained while moving from one sketch to the next, as if part of an authentic storytelling session on Joe Clarke's porch.

Some characters and situations recur in her work, like Joe Clarke (*Mules and Men*, *Their Eyes Were Watching God*, *Mule Bone*, "The Eatonville Anthology"), Daisy Taylor (*Mule Bone*, "The Eatonville Anthology"), Mrs. Roberts ("The Eatonville Anthology", *Mule Bone* and as Mrs. Robbins in *Their Eyes Were Watching God*), Sykes Jones ("The Eatonville Anthology", "Sweat") and the Brer Dog and Brer Rabbit tale (*Mules and Men*, "The Eatonville Anthology"), for example. The Eatonville folk are not only good, superstitious, humorous storytellers, but are also the source of folklore and local fiction for Hurston, the anthropologist, who identifies with the folk, the setting and the situations. The first sketch "The Pleading Woman" depicts Mrs. Roberts, a wife who begs the store owner for food, pretending that her husband does not provide enough food or money for her. Mrs. Roberts reappears in the play *Mule Bone* where she also begs the store owner Joe Clarke for food for her children and herself. Sketch V, "The Way of a Man with a Train" is about Old Man Anderson who is scared of the train and the sound it makes. This sketch is later partially reused in *Jonah's Gourd Vine* when John's amazement at seeing a train for the first time is described.

Sketch IX focuses on Mrs. Clarke, Joe Clarke's wife. She works in the store sometimes and her husband yells at her "every time she makes a mistake" (Hurston 1995b: 817) and beats her. This sketch, describing Mrs. Joe Clarke, was developed years later in *Their Eyes Were Watching God*, published in 1937. The couple reappears as Janie and Jody, the Eatonville Mayor and his wife. Mrs. Clarke is also a character in *Mule Bone*. Joe Clarke is the most recurrent character in Hurston's fiction, as most of the action takes place on his porch, if by "action" one refers to the "lyin'" and "storytelling". Sketch X focuses on Mrs. McDuffy's behavior in church – the church was almost as important as the porch, a place where the Negro's cultural expression could be celebrated. She shouts in church and her husband beats and insults her because "there's no sense in her shouting, as big a devil as she is". And he cannot be convinced to stop beating her as "his fist was just as hard as her head" (Hurston 1995b: 818).

Sketch XI "Double-Shuffle" celebrates Black musical folk traditions (parse-me-la) as does Hurston's play "Color Struck: A Play in Four Scenes" (Parse-me-la and the cakewalk). The line "You lak chicken? Well, then, take a wing", the baskets with fried chicken and pies and the happy groups laughing and talking until the dance restarts, link the sketch to the play. In this sketch Hurston refers to the dancing in Eatonville, which used to take place without music before the World War. The dancers would make the music by dragging their feet, shouting, and clapping their hands to the tune of "old, old double shuffle songs" (Hurston 1995b: 819). In "The Head of the Nail", the twelfth piece, Eatonville, the "town", is the members of the community that have "collected" on the porch of the "store-post office as is customary on Saturday nights. The town has had its bath and with its week's pay in pocket fares forth to be merry" (Hurston 1995b: 821). The love triangle theme used here will later be reused in other fiction works: in "Sweat", Delia and her husband Sykes and Bertha reflect Daisy, Crooms and Mrs. Crooms, characters in the twelfth sketch. The thirteenth piece "Pants and Cal'line" appears to be unfinished and since it was not reprinted during Hurston's lifetime, there is no corrected text and the story remains incomplete.² However, the whole story is retold in *Dust Tracks on the Road* in a version about Hurston's Aunt Caroline and Uncle Jim: "Aunt Caroline emerged [...] the axe was still over her shoulder, but now it was draped with Uncle Jim's pants, shirt and coat" (Hurston 1995b: 574-5). "Pants and Cal'line" is also a source for Lucy and John Pearson in *Jonah's Gourd Vine*, as John was also fond of betraying Lucy with other women.

"The Eatonville Anthology" closes with a Brer Rabbit tale, explaining why the dog and the rabbit hate each other, a tale that is also told in *Mules and Men* (Part I, Chapter VII). Asking whether someone prefers to be a "lark flyin' or a

² Robert Hemenway explains in his Hurston biography that "a printing mishap caused the last segment, "Pants and Cal'line", to go incomplete, the printer or editor apparently losing part of the story." (Hemenway 1977: 69).

dove a settin'" (Hurston 1995b: 824) is a question which will also be asked in *Mule Bone* when the two main characters, Jim and Dave, meet each other and Daisy outside town (Hurston and Hughes 1991: 146). Elements of fiction, folklore and humor merge in these amusing and colourful sketches with no central narrative line, except the fact that they are all set in Eatonville, Hurston's hometown.

In "The Eatonville Anthology," the Eatonville residents "signify on" each other, telling exaggerated tales about their fellow citizens. The different elements of storytelling – story, exaggeration and "lying" – are combined in a complex process in which the storyteller manipulates the tale and the audience by using different levels of meaning, "signifying on" them. "Signifying on", "playing the dozens", "specifying on" are expressions for situations in which African American people try to get an upper hand in a conversation or in storytelling through the use of words, showing their verbal skills in out-talking each other.

The sketches in "The Eatonville Anthology" reflect Hurston's knowledge of the powerful sense of community found among small rural communities in the South of the United States. Storytelling plays an important role in these communities because it is the means by which a community and its customs and culture can be preserved through the telling of stories from generation to generation. Hurston was aware of the treasure that could be found in these communities and she worried that her/their culture could be lost forever. She was "weighed down by the thought that practically nothing had been done in Negro folklore when the greatest cultural wealth on the continent was disappearing without the world ever realizing that it had been there".³

Her concern with the preservation of African American culture is also present in *Mules and Men* (1935), the collection of folklore organized after her research trips to collect folklore:

"Ah come to collect some old stories and tales and Ah know y'all know a plenty of 'em and that's why Ah headed straight for home." [...]
 "Who you reckon want to read all them old-time tales about Brer Rabbit and Brer Bear?"
 "Plenty of people, George. They are a lot more valuable than you might think. We want to set them down before it's too late".
 (Hurston 1995b: 3-4)

According to Robert Hemenway "The Eatonville Anthology" [...] is pure Zora Neale Hurston: part fiction, part folklore, part biography, all told with great economy, an eye for authentic detail, and a perfect ear for dialect" (Hemenway 1977: 70). "The Eatonville Anthology" reflects all of Hurston's future concerns and interests, combining a study of African American folklore, the preservation

³ Hurston to Thomas E. Jones, October 12, 1934 (Kaplan 2002: 315).

of history and culture, and a study of social relations and folk characters. Written in 1926, before Hurston's folklore research trips to the South of the United States, the "Anthology" was put together from her childhood memories, giving a glimpse of the potential she would have years later as a collector and recorder of folklore.

"Characteristics of Negro Expression" first appeared in Nancy Cunard's anthology, *Negro. An Anthology* published in 1934. Nancy Cunard asked Hurston to contribute some folklore essays to be included in *Negro: An Anthology — 1931-1933* (1934), an anthology of African-American literature and art.⁴ Hurston complied with six essays: "Characteristics of Negro Expression", "Conversions and Visions", "The Sermon", "Mother Catherine", "Uncle Monday", and "Spirituals and Neo-Spirituals". All six were subsequently published in the anthology.

"Characteristics of Negro Expression" is the only text among Hurston's oeuvre where she truly interprets ethnographic material, since in *Mules and Men*, Hurston's first collection of folklore, she presents the tales as they are, not analyzing or interpreting them. The central argument of "Characteristics of Negro Expression" concerns imitation and mimicry among African Americans, but Hurston also presents a strange compendium of characteristics that explain why Negro verbal art and dialect differ from white people's language (Hurston 1995b: 831), why Negro dancing is difficult for whites to learn (Hurston 1995b: 835) and she also describes the jook (Hurston 1995b: 841-5). She explains that the "jook is the word for a Negro pleasure house [...] where the men and women dance, drink and gamble" (Hurston 1995b: 841). The importance of the "jook" in the development of Negro music derives from the fact that it is linked to the origins of the blues since "in its smelly, shoddy confines has been born the secular music known as blues, and on blues has been founded jazz" (Hurston 1995b: 841). Song, dance and theatre are all found in the jook. She even sends a message "to those who want to institute the Negro theatre [saying] it is already established" as "the real Negro theatre is in the Jooks and the cabarets" (Hurston 1995b: 845). Hurston also criticizes "the use of Negro material by white performers" calling it "unrealistic". "The spirituals that have been sung around the world" are "no genuine presentation of Negro songs to white audiences" (Hurston 1995b: 845). "Musically speaking" the jook is the real source and "not one concert singer in the world is singing the songs as the Negro songmakers sing them" (Hurston 1995b: 845).

At the beginning of the text, Hurston mentions that "every phase of Negro life is highly dramatized [...] as everything is acted out. Unconsciously for the most part of course" (Hurston 1995b: 830). "Originality" Hurston describes how the nature of the black folk Negro's contribution to American society and culture

⁴ Nancy Cunard (1896-1965) was an English writer, editor and publisher, political activist, and poet. The bohemian and traveller was heir to the Cunard shipping lines.

debunks myths about the Negro as the relentless mimic since "everything that he touches is re-interpreted for his own use" (Hurston, 1995b: 838). "The Negro's universal mimicry [...] permeates his entire self" (Hurston 1995b: 830). Other "characteristics" focused on the text are "Angularity", "Asymmetry", the "Will to Adorn", "Negro Folklore", "Culture Heroes", "Imitation" and "Absence of the Concept of Privacy". According to Deborah G. Plant, this is the text where Hurston "traced Black people's inclination toward dramatic oral expression to African oral tradition and communal life" (Plant 1995: 77).

In "Characteristics of Negro Expression", Hurston describes Negro dancing as "dynamic [...] [and] realistic suggestion" with "every posture giv[ing] the impression that the dancer will do much more" (Hurston 1995b: 835-6). The importance of "Asymmetry" is also emphasized as "a definite feature of Negro art" (Hurston 1995b: 834). "It is the lack of symmetry which makes Negro dancing so difficult for white dancers to learn. The abrupt and unexpected changes" (Hurston 1995b: 835). Dancing was an important activity for the African American community: *Mules and Men* mentions that at the "jooks", on "pay-day"; dances were held by the fires to the sound of guitar music (Hurston, 1995b: 63-4). It was also an occasion for "standing around and woofing and occasionally telling stories" (Hurston 1995b: 64).

The "dance" motif is a common and recurring element in Hurston's plays. The play "Color Struck" presents black dance in a southern folk context - the Cakewalk contest is at the center of the play and is the reason for the characters' trip to St Augustine. Another of her plays, "The First One" presents Ham's dancing as a source of jealousy by his brothers and their wives. In *Mule Bone*, the play Hurston wrote with Langston Hughes, two of the main characters - Daisy's suitors - are a male song-and-dance team who perform for white people. Hurston seems to have agreed with Langston Hughes's statement that the "low-down folks" can "furnish a black artist with a lifetime of creative work" as they would be at the basis of all her fictional and non-fictional work.⁵

In *Mules and Men*, Hurston expands the material she presents in "The Eatonville Anthology" and in "Characteristics of Negro Expression", but rather than just presenting an anthology of the folktales she collected, Hurston integrates the tales into a narrative featuring herself and her travels in the South of the United States. The stories are contextualized in the daily events of the communities: the socializing in the storefront "lying" sessions in Eatonville, the church sermons, the storytelling in the turpentine camps of Florida and the entertainment in the "jooks".⁶ The tales and "lies" are told in dialect; the in-between description and narration by Hurston is in Standard English. Hurston's

⁵ In "The Negro Artist and the Racial Mountain", (Hughes 1996: 408-41).

⁶ "The material presented is valuable not only by giving the Negro's reaction to every day events, to his emotional life, his humour and passions". Franz Boas, Forward to *Mules and Men*. (Hurston 1995b: 3).

ability as a transcriber of southern Negro folk dialect was acknowledged by her contemporary writers, such as Sterling Brown who pointed out that “Miss Hurston’s forte is the recording and the creation of folk speech”.⁷ The jook scenes of *Mules and Men* are full of dramatic actions that occur between the dancing, singing, piano music, card playing and talking. Non-verbal communication, such as the use of body language (hand movements and expressive eyes) to express one’s self in the midst of the noise and the dancing, complements the use of the verbal language of intimidation, referred by Big Sweet as “bulldozin”, especially by the women against other women (Hurston 1995b: 145-150): “Ella *wrung her hips* to the Florida-flip game” and “Lucy came in the door with a *bright gloat in her eyes*” (Hurston 1995b: 145).

As has been referred, Hurston embeds the tales in a social context: “the between-story conversation and business” were required to make the book less “monotonous” and readable to the general public, yet also “have value as a reference book”.⁸ “The between-story conversation and business”, allowed Hurston to contextualize the tales, showing the social reality of the men and women who became her informants.

Early critics viewed *Mules and Men* simply as a collection of folklore of rural black southerners, which allowed readers to see how African Americans acted when they were on their own. The tales were also valued as entertainment. Since Hurston’s work was discovered by Alice Walker, Robert Hemenway and Mary Helen Washington, *Mules and Men* has come to be valued as a work that celebrates Southern rural black life and culture and presents the reader with African American creativity and spontaneity, even in adverse conditions. Hurston’s ethnographic and literary work focused mostly on the daily life in all black social and cultural settings of the American South, as can be seen in many of her works and mainly her stories, such as in *Jonah’s Gourd Vine*, in *Their Eyes Were Watching God* and in her plays.

By documenting the cultural work of Negroes, Hurston shows that the stories she narrates and presents are not mere works of mimicry, but effectively show how folk Negroes express life and create codes of social and cultural behavior. Whether in Eatonville, in the Everglades, Polk County, the phosphate mines or in labor camps, Hurston renders her characters faithfully, describing them as active human subjects, always respecting their values and attitudes. Hurston’s corpus of work transmits black folk authenticity proving that “negro folklore is not a thing of the past” but something “still in the making” (Hurston 1995b: 836).

⁷ Sterling Brown, Review of *Their Eyes Were Watching God* in *The Nation*, October 16, 1937. Reprinted in Gates and Appiah 1993: 20-21. Nathan Irvin Huggins also praises Hurston’s “clear, uncluttered style and a keen ear for voice sounds and rhythms” (Huggins 1971: 74).

⁸ Hurston to Franz Boas, August 20, 1934 (Kaplan 2002: 308).

References

- Bus, Heiner (1988): "The Establishment of Community in Zora Neale Hurston's "The Eatonville Anthology"" (1926) and Rolando Hinojosa's "Estampas del valle"" (1973). *European Perspectives on Hispanic Literature of the United States*. Ed. Genevieve Fabre. Houston: Arte Publico Press.
- Gates, Henry Louis Jr. and K. A. Appiah (eds.) (1993): *Zora Neale Hurston. Critical Perspectives Past and Present*. New York: Amistad.
- Hemenway, Robert E. (1972): "Zora Neale Hurston and the Eatonville Anthropology". *The Harlem Renaissance Remembered*. Ed. Arna Bontemps. New York: Dodd, Mead & Company. 190-214.
- (1976): "Folklore Field Notes from Zora Neale Hurston". *The Black Scholar*, April: 39-46.
- (1977): *Zora Neale Hurston: A Literary Biography*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press,
- Hughes, Langston (1996): "The Negro Artist and the Racial Mountain" in *Lost Plays of the Harlem Renaissance. 1920-1940*. Eds. James V. Hatch and Leo Harmalian. Detroit: Wayne State University Press. 408-412.
- Huggins, Nathan Irvin (1971): *Harlem Renaissance*. Oxford: Oxford University Press.
- Hurston, Zora Neale (1995^a): *Zora Neale Hurston. Novels and Stories*. New York: Library of America.
- (1995^b): *Zora Neale Hurston. Folklore, Memoirs and Other Writings*. New York: Library of America.
- Hurston, Zora Neale and Langston Hughes (1991): *Mule Bone. A Comedy of Negro Life by Langston Hughes and Zora Neale Hurston*. Eds. George Houston Bass and Henry Louis Gates, Jr. New York: Harper Collins Publishers.
- Kaplan, Carla (ed.) (2002): *Zora Neale Hurston. A Life in Letters*. Ed. New York: Doubleday.
- Plant, Deborah G. (1995): *Every Tub Must Sit on its own Bottom. The Philosophy and Politics of Zora Neale Hurston*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.

A dignidade humana no contexto da cultura ocidental

António Francisco de Sousa
Universidade do Porto, Faculdade de Direito
afsousa@direito.up.pt

Em termos gerais, a dignidade da pessoa humana pode ser definida como a qualidade intrínseca do ser humano, o que o distingue dos outros seres humanos e o que o torna credor do respeito e consideração por parte dos outros seres humanos, do Estado e da comunidade em geral. Da dignidade humana resulta para os cidadãos um direito fundamental e para o Estado de direito uma função permanente de assegurar o respeito pela dignidade humana¹. Mais precisamente, a dignidade² da pessoa humana implica o reconhecimento a favor do ser humano de um complexo de direitos e de deveres fundamentais que lhe asseguram uma existência condigna, com condições mínimas materiais e de liberdade para a sua realização enquanto pessoa e enquanto membro da sociedade. A dignidade humana é também uma garantia intangível do ser humano, que lhe assegura igualdade com os outros seres humanos e que lhe confere o direito a uma liberdade e justiça efetivas.

A dignidade humana pode ser apreciada segundo diferentes pontos de vista, como jurídico, teológico, filosófico, sociológico, ético, biológico, psicológico. Nas perspetivas filosófica e jurídica, a dignidade humana tem a sua raiz na cultura ocidental.

A preocupação com a dignidade humana é já visível nos sofistas gregos, para quem o indivíduo é, antes de mais, um ser humano que é membro da sociedade. Enquanto Protágoras (480 a. C. - Sicília, 410 a. C) viu o ser humano como a medida de todas as coisas, Antífonte (ca. 480 a. C. - 411 a. C) defendeu a igualdade dos seres humanos, independentemente da sua origem, e Platão e Aristóteles reconheceram a qualidade superior e específica do ser humano³.

¹ Todas as Constituições ocidentais reconhecem a dignidade humana como direito fundamental e conferem-lhe um lugar de especial destaque. O exemplo mais acabado encontra-se na Lei Fundamental de Bona, que declara que a ordem fundamental livre e democrática respeita a dignidade humana de cada indivíduo. Nesta ordem jurídica, a dignidade humana é elevada a princípio constitucional intocável e irreversível (cf. artigos 1.º, 18.º, 20.º, 21.º, 79.º, al.ª 3 da Lei Fundamental).

² Etimologicamente, *dignidade* derivou de *dignitas*, que significa respeitabilidade, consideração.

³ Aristóteles, baseando-se em Sófocles, defendeu a inferioridade da mulher, relegando-a para segundo plano na *polis*. Na sua obra *Política*, Aristóteles defendeu que a mulher não possui uma alma plena, faltando-lhe a parte racional, o *logos*. Por isso, a mulher deveria permanecer

Na Roma Antiga, Marco Túlio Cícero (106 a. C. - 43 a. C.) apontou a dignidade humana como característica própria do ser humano, em condições de plena igualdade, o que deu origem ao universalismo de uma comunidade em que todos participam por igual.

Já no séc. XIII S. Tomás de Aquino (1225-1274) defendeu a natureza divina da “dignitas” humana, enquanto no séc. XV o italiano Giovanni Picco della Mirandola (1463-1494), no seu Discurso sobre a Dignidade do Homem (*De hominis dignitate oratio*- 1480) proclamou que o ser humano, livre e independente na programação do seu destino, é dono e responsável pela sua própria identidade.

No séc. XVI, em plena época de Descobrimentos e de escravatura, Francisco de Vitoria (1483-1512) defendeu o dever de se respeitar a liberdade e a dignidade dos povos indígenas, uma vez que são dotados de um direito original resultante da sua natureza humana.

No séc. XVII, o Padre António Vieira (1608-1697) pediu o fim de práticas de tortura dos tribunais da Inquisição, protegendo assim a vida e a dignidade humanas, que eram iguais para todos. O Padre António Vieira foi não só uma figura incontornável da cultura portuguesa e da sua história, como também um dos mais notáveis precursores dos direitos humanos, do diálogo multicultural e inter-religioso, bem como um dos mais acérrimos defensores do fim da escravatura⁴. Para ele, os direitos humanos são, em geral, as garantias fundamentais próprias da dignidade humana e que, por conseguinte, têm validade universal. A condição humana desaparece se não forem respeitados os direitos humanos.

O iluminismo, enquanto movimento cultural inspirado nas novas ideias, terá dado um contributo determinante nos acontecimentos da Independência Norte-Americana e da Revolução Francesa. Foram figuras marcantes do novo modelo de sociedade e da nova dimensão do ser humano filósofos e juristas do séc. XVIII, como Descartes, Locke, Voltaire, Turgot, Condorcet, Paine, Rousseau e Montesquieu. A nova sociedade deve ser organizada e erigida em liberdade, igualdade e fraternidade, com vista à felicidade humana. Os direitos e liberdades naturais do ser humano, agora cidadão e não súbdito, devem ser respeitados, mesmo pelo detentor do poder político.

em silêncio no debate da comunidade democrática. Isto implicava excluí-la da plena cidadania, já que esta se exercia pelo debate de ideias, no confronto de argumentos e contra-argumentos. Acreditava-se nessa época que a alma humana tem duas partes: uma que comanda e outra que é comandada, sendo que as mulheres apenas tinham a parte que é comandada, tal como toda a fêmea em relação ao macho, o escravo em relação ao homem livre, a criança em relação ao homem. Reconhecia-se, contudo, que a alma da mulher, diferentemente da do escravo, tinha alguma faculdade de deliberar (tomar decisões), enquanto a faculdade de deliberar da criança ainda estava em formação. Enfim, entendia-se que “o silêncio dá graça às mulheres” (Aristóteles, *Política* I, 1260 a-b, pp. 32 e 33).

⁴ O Padre António Vieira destacou-se sobretudo na defesa dos judeus, na condenação da escravatura e da inquisição, e defendeu a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos.

Samuel Pufendorf (1632-1694), reconhecido jusnaturalista alemão, defendeu que a dignidade humana é uma característica própria do ser humano, que lhe proporciona a possibilidade de agir segundo a sua liberdade⁵. A dignidade humana é, pois, para Pufendorf, a base da liberdade humana. Pufendorf empenhou-se também em retirar a liberdade de religião do poder dispositivo do Estado⁶.

Outro importantíssimo humanista e jusnaturalista da mesma época foi John Locke (1632-1704), sem dúvida um dos mais destacados ideólogos do contrato social e do liberalismo e, assim, também ele um importante precursor do Estado de direito democrático. Os homens nascem e mantêm-se iguais na sua dignidade, gozando de direitos naturais, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade⁷. Na pegada de Francisco Suárez, Locke destacou-se na defesa da liberdade e da tolerância (nomeadamente religiosa) e contestou, no *Primeiro Tratado Sobre o Governo Civil*, o direito divino dos reis (negando expressamente o entendimento de Jaime I)⁸, tendo, pelo contrário, sustentado que a vida política é criação (invenção) humana e não divina. No *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*, Locke apresentou a sua teoria do Estado livre, dotado, nomeadamente, de diversos poderes separados (separação de poderes), com a lei, como regra geral e abstrata, a impor-se de forma igual a todos. Para Locke, o poder do Estado é apenas “o poder conjunto de todos os membros da sociedade, ao qual renunciaram a favor da pessoa ou da assembleia, que é o legislador, então, não pode ser maior do que o poder que os indivíduos possuíam por natureza antes de entrarem na sociedade, e ao qual renunciaram a favor da comunidade. Ninguém pode transferir para outrem um poder maior do que aquele que ele próprio possui, ninguém tem um poder absoluto e arbitrário, nem sobre si próprio nem sobre outrem, que lhe permita destruir a sua própria vida ou privar outrem da sua vida e da sua propriedade. Um Homem não se pode ... submeter ao poder arbitrário de outrem. E dado que ele, no estado natural, não possui um poder arbitrário sobre a vida, sobre a liberdade ou sobre a propriedade de outrem, mas apenas tanto poder quanto o direito natural lhe conferiu para a preservação de si próprio e do resto da humanidade, então isto é tudo a que ele renuncia ou pode renunciar a favor do Estado ou, através dele, a favor do poder legislativo, de modo que o poder legislativo não pode ter mais do que esse tudo” (Locke 1698: § 135, 23).

⁵ Na pegada de Pufendorf, outros jusnaturalistas como Grócio, Thomasius e Christian Wolff desenvolveram e apoiaram teorias sobre os direitos e deveres naturais do ser humano. Entre os deveres fundamentais do ser humano destacavam-se os deveres de manter a paz entre si e de obedecer às leis emanadas da autoridade legítima da comunidade.

⁶ In *De habitu religionis christianae ad vitam civilem*, 1687, VI e seg., XLIV e seg..

⁷ No entanto, Locke foi ainda defensor da escravidão, pois aceitava o “contrato de servidão” absoluta e perpétua, do vencido face ao vencedor na guerra.

⁸ Francisco Suárez publicou, em Coimbra, em 1613, um livro, que lhe fora encomendado por Pio V, cujo objetivo foi precisamente o de negar a natureza divina da autoridade do rei.

Christian Wolff (1679-1754) é um dos pioneiros do racionalismo moderno, para quem tudo pode ser provado, incluindo Deus e a imortalidade. Distanciou-se da escolástica clássica aristotélico-tomista, que concebeu a ciência como dedução de elementos e princípios primeiros baseados na experiência. O seu “critério de verdade” reside apenas na coerência de ideias. Entre pensamento e ser não há uma relação. Para Wolff, todos os seres humanos são por natureza iguais (Wolff 1752: § 70) e livres (§ 77), possuindo direitos humanos inatos (§ 74), entre os quais estão a igualdade, a liberdade, a segurança e a legítima defesa (§ 95).

Por sua vez, Immanuel Kant (1724-1804) concebeu o ser humano como um ser racional. Por isso, é inerente ao ser humano ser um fim e não, como os seres irracionais, um meio⁹. O ser humano, enquanto ser racional, possui um valor intrínseco que é próprio da sua essência e que é superior a qualquer preço, pelo que não pode ser vendido ou trocado. Este valor intrínseco do ser humano, que não tem preço e é absoluto, é a dignidade humana, a qual, precisamente por ser um fim e não um meio, não pode ser utilizada e manipulada¹⁰. A qualidade essencial do ser humano está, pois, na sua dignidade de pessoa humana, que tem de ser respeitada por todos e protegida pelo Estado. Com Kant, a dignidade da pessoa humana passou a ser um pilar fundamental da existência humana, da sociedade e do Estado¹¹, tal como se mantém ainda hoje.

O contributo filosófico mais conhecido de Kant foi o seu idealismo transcendental, segundo o qual o ser humano trás consigo para a experiência concreta do mundo, quando nasce, formas e conceitos (*a priori*), por conseguinte, que não recebe da experiência. Aqui reside uma das mais importantes fontes do relativismo moderno, que evidenciou a diversidade de ‘visões do mundo’ possíveis. Frequentemente, as “certezas” teológico-ideológicas acabaram em conflitos, por vezes armados. Hoje tendemos para algum ceticismo face a quaisquer “verdades absolutas”, de qualquer natureza

⁹ Deve-se a Immanuel Kant (1724-1804) uma das contribuições mais importantes para o conceito de dignidade humana, que resulta especialmente das suas obras *Crítica da Razão Pura*, *Crítica da Razão Prática* e *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (*Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, de 1785). Para Kant, no plano dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. Se a coisa tem um preço, pode ser substituída por outra de valor equivalente. Mas se uma coisa está acima de qualquer preço, não pode ser substituída por um equivalente. Esta coisa tem então dignidade. A condição humana condiciona tudo o que posso conhecer, fazer ou esperar. Para Kant, o ser humano tem um valor absoluto. O ser humano, dotado de razão e de autonomia racional, é um fim em si mesmo.

¹⁰ “No mundo dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. Se uma coisa tem um preço, pode ser substituída por outra equivalente; mas se uma coisa está acima de todo o preço, não tendo equivalente, então tem dignidade” (Kant 2004 [1785]: 65).

¹¹ Kant reconhece a dignidade da pessoa humana como um valor moral e espiritual de todo o ser humano. Por isso a dignidade da pessoa humana é o princípio fundamental do Estado de direito democrático.

teológica¹². Por isso, deve competir ao Estado soberano decidir vinculativamente, em última instância, todas as questões de direito. As leis devem ser cumpridas, mais por serem emanção da autoridade do Estado do que por serem verdades. *Auctoritas, non veritas facit legem*. A moderna ideia de tolerância desconfia da própria autoconfiança. O outro é uma instância moral digna, em princípio, de igual consideração¹³.

E as ideias passaram depois para a lei. Nos Estados Unidos, o *Bill of Rights of Virginia*, de 12 de Junho de 1776, consagrou, no seu artigo 1.º: “Todos os Homens são por natureza igualmente livres e independentes e possuem determinados direitos inatos ... a saber, ao gozo da vida e da liberdade, e ainda à possibilidade de adquirir e possuir propriedade, de procurar e obter felicidade e segurança”. E o artigo 10.º do *Bill of Rights of Virginia* estipulou que “todos os seres humanos são por natureza igualmente livres e independentes e possuem certos direitos inatos, dos quais, quando entram para a sociedade, não podem privar ou desapossar os seus descendentes, por meio de qualquer pacto ...”.

Em França, a *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*, de 26 de Agosto de 1789, reconheceu a vigência dos direitos do Homem e do cidadão dentro dos limites lei, a qual representava a *volonté générale* (artigos 4.º e segs.). O art.º 20.º desta *Déclaration des Droits* adoptou uma formulação semelhante ao artigo 10.º do *Bill of Rights of Virginia*¹⁴. Assim, os direitos fundamentais vigoram de acordo com as leis. A *Charte constitutionnelle*, de 4 de Junho de 1814 (promulgada por Luís XVIII) apenas reconheceu direitos de liberdade muito limitados, verificando-se um alargamento com as Constituições francesas de 27 de Outubro de 1946 e de 28 de Setembro de 1958 (em vigor).

Lessing, na sua obra *Duplik*, vota o ser humano ao destino de procurar eternamente a verdade, sem jamais a poder alcançar na sua pureza. E o mesmo autor, recomenda, no seu Nathan, uma tolerância para a questão de saber se a verdadeira visão do mundo é a própria ou a do outro.

Na sua obra *Sobre a Liberdade*, John Stuart Mill (2006) conclui que “se todos os seres humanos, menos um, tivessem uma opinião, e apenas uma pessoa tivesse a opinião contrária, os restantes seres humanos teriam tanta justificação para silenciar essa pessoa como essa pessoa teria justificação para silenciar os restantes seres humanos, se tivesse poder para tal.” (Mill 2006: 51). Este entendimento implica a admissão de todo o sistema de crenças. Assim, “(...) podemos esperar que, se houver uma verdade melhor, será encontrada

¹² Já Hobbes falou em “doutrinas híbridas da filosofia moral” (*De cive*, Prefácio).

¹³ A ideia de que todo o indivíduo é uma instância moral digna de igual respeito foi a ideia base de Kant na sua conceção da “autonomia” do ser humano. Os indivíduos, que têm responsabilidade pessoal participam na decisão política, em que a sua convicção concorre com as dos outros. É a ideia de formação livre e democrática da opinião pessoal e da decisão.

¹⁴ Em termos idênticos, o art.º 1.º, al.ª 2, da Lei Fundamental de Bona reconhece que existem “direitos humanos invioláveis e inalienáveis” anteriores ao Estado, que não são criados pelo poder do Estado, mas que este apenas pode “reconhecer”.

quando a mente humana estiver preparada para a aceitar; e, entretanto, podemos ter a certeza de estarmos tão próximos da verdade quanto possível, na altura presente.” (Mill 2006: 57-ss). A liberdade humana compreende a esfera íntima da consciência, que exige plena liberdade de consciência, liberdade de pensamento e de sentimento, plena liberdade de opinião, plena liberdade de gostos e objetivos, plena liberdade para moldar o plano de vida de forma à sua adequação ao respetivo carácter, enfim liberdade para tudo mas com sujeição a responder pelas consequências resultantes e desde que do exercício da liberdade não resulte dano para outros, sob pena de responsabilidade.

Para Stuart Mill, o único fim em função do qual o poder pode ser corretamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra a sua vontade, é o de prevenir dano a outros (Mill 2006: 41) (princípio do dano). Os grupos de indivíduos gozam de liberdade equivalente, com as devidas adaptações, ao indivíduo (Mill 2006: 43-ss). Sobre as ideologias reinantes, classe dominante, Mill conclui que “sempre que há uma classe dominante, a moralidade do país resulta, em grande parte, dos interesses e do sentimento de superioridade desta classe” (Mill 2006: 35). Neste caso, a aceitação de regras por parte dos indivíduos assenta no hábito e não na procura de fundamentação.

Stuart Mill constata que, nos círculos liberais se considera normalmente como direitos básicos o direito à vida, à liberdade de expressão, à liberdade de associação e à liberdade de movimentos” (Wolff 2004: 16). Ao utilitarismo de Stuart Mill, Jonathan Wolff vai buscar o conceito de felicidade, para com ele delinear um sistema de direitos que compreenda a felicidade geral. Wolff é explícito: “concedemos às pessoas certos direitos, para que se possa obter mais felicidade no seio da estrutura desses direitos do que aquela que seria possível em qualquer outro sistema alternativo” (Wolff 2004: 168). Wolff constata que em Stuart Mill os conceitos de liberdade e de felicidade são correlativos: “A promoção da liberdade contribui muito mais para a felicidade humana do que qualquer outra possível política concorrente.” (Wolff 2004: 27).

Mill defende a liberdade de opinião com base no argumento da verdade. Silenciar a expressão de uma opinião representa um verdadeiro roubo à humanidade, tanto à geração atual, como às gerações vindouras, e tanto àqueles que discordam da opinião, como também àqueles que a sustentam. Se a opinião for correta, ficarão privados da oportunidade de trocar erro por verdade; se for errada, perdem uma impressão mais clara e viva da verdade, produzida pela sua confrontação com o erro – o que constitui um benefício quase da mesma dimensão¹⁵. A democracia é o resultado de uma “nova exigência da existência de governantes eleitos e temporários” (Wolff 2004: 29), pois “as pessoas deixaram de achar ser uma necessidade da natureza que os seus governantes constituíssem

¹⁵ O ser humano é dotado da capacidade de “corrigir os seus erros através da discussão e da experiência... Opiniões e hábitos erróneos cedem progressivamente perante factos e provas; mas os factos e as demonstrações devem ser expostos perante o espírito para poderem influir sobre ele.” (Wolff 2004: 51).

um poder independente, oposto em interesse a eles” (Wolff 2004: 29). O facto de os governantes serem eleitos por maioria dos votos permite que a maioria oprima as minorias. O princípio da maioria significa na prática que a vontade do povo é apenas a vontade de parte do povo, a parte mais numerosa ou a parte mais ativa (no caso de elevada abstenção. Os interesses da maioria podem ser contrários aos da minoria e isso pode levar à opressão da minoria. Por isso, são necessárias precauções contra esta possibilidade de opressão, tal como contra quaisquer outros abusos de poder. O princípio da maioria no governo fragiliza também a sua responsabilidade perante o povo, pois responde perante a maioria do povo, que pode ser a mesma ou outra (Wolff 2004: 31).

Por conseguinte, as nossas convicções, mesmo as mais bem fundamentadas, constituem sempre um convite dirigido aos outros para que provem a sua insustentabilidade. A nossa verdade subsiste provisoriamente, à espera de uma melhor verdade. Não há “verdades absolutas e eternas”. Podemos e devemos substituir soluções piores por soluções melhores, com base na ponderação de argumentos válidos. Este relativismo implica tolerância e é o pressuposto fundamental dos direitos humanos na cultura ocidental.

Com base nestes pressupostos, estavam lançadas as bases do pensamento moderno sobre a dignidade, a liberdade, a autonomia, a autodeterminação humanas. O conceito de dignidade de pessoa humana é um conceito que atravessou dois milénios e meio de história da filosofia, tendo tido diversas configurações. Todo este longo percurso de profunda reflexão e preocupação com a dignidade humana prova que ela não é uma criação dos tempos modernos, embora as Constituições modernas¹⁶ a reconheçam e consagrem como princípio fundamental do Estado de direito democrático.

No plano dos grandes documentos internacionais do pós- II.^a Guerra Mundial, a Carta da ONU declarou como objetivo das Nações Unidas “levar a efeito uma cooperação internacional... para promover e aumentar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos sem distinção de raça, sexo, língua ou religião” (artigo 1.º, n.º 3; artigo 55.º, letra c)). E a Declaração Universal de Direitos do Homem (DUDH), de 10 de Dezembro de 1948, reconheceu formalmente a dignidade humana como uma garantia fundamental de todo o ser humano, a nível planetário. Com a DUDH, a dignidade humana é garantia da humanidade e não de um dado sistema jurídico.

¹⁶ Nas previsões constitucionais modernas ganha particular destaque a previsão da Lei Fundamental de Bona, cujo art.º 1.º consagra a dignidade humana como o principal direito fundamental, sendo este preceito um limite material de revisão constitucional (art.º 79.º, n.º 3). Todas as autoridades públicas alemãs devem respeitar e proteger a dignidade da pessoa humana (art.º 1.º, n.º 1, frase 2). Interpretando a previsão constitucional, o Tribunal Constitucional Federal alemão concluiu que “na democracia livre, a dignidade do ser humano é o valor supremo” (E 5, 85/204) e que o princípio da dignidade humana é um “princípio constitutivo supremo da Lei Fundamental” (E 126/137).

Reforçando o disposto no Preâmbulo da DUDH, o art.º 1º do mesmo diploma estipula que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

Destacam-se ainda a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, todos de 1966. Os Estados signatários destes documentos obrigam-se a garantir os direitos neles previstos. Verificando-se violação da Convenção contra a discriminação racial, os Estados signatários podem apresentar queixa junto de uma Comissão de peritos (artigo 11.º), sendo também possível a apresentação de queixas por particulares (artigo 14.º).

A nível regional existem: a) em relação aos Estados-membros do Conselho da Europa, a “Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais”, de 4 de Novembro de 1950 (em vigor desde 1953), e a “Carta Social Europeia”, de 18 de Outubro de 1961 (em vigor desde 1965); b) em relação aos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), a “Convenção Americana dos Direitos do Homem”, de 22 de Novembro de 1969 (em vigor desde 1978); c) em relação a numerosos Estados africanos, a “Carta dos Direitos dos Homens e dos Povos”, de Banjul, de 26 de Junho de 1981 (em vigor desde 1986).

A nível da Europa, merece especial destaque a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, no âmbito da qual as partes garantem a todas as pessoas sujeitas à sua jurisdição, em geral, os direitos humanos clássicos (artigos 1.º a 14.º). Para assegurar o respeito dos direitos garantidos, foi criado o Tribunal Europeu de Direitos do Homem (artigo 19.º). Os Estados contratantes podem recorrer ao Tribunal por infração da Convenção (“queixa de Estado” – art.º 33.º). Também qualquer pessoa singular que se considere lesada num direito garantido pode recorrer ao tribunal (“queixa individual” – art.º 34.º), sendo que antes têm de estar esgotados os recursos aos tribunais nacionais (art.º 35.º). Há ainda a Carta Social Europeia pela qual os Estados contratantes se comprometeram a garantir certos “direitos fundamentais sociais”, como o direito ao trabalho, o direito a condições de trabalho higiénicas e saudáveis, o direito a um salário justo, o direito à assistência na saúde e à segurança social.

No âmbito da União Europeia destaca-se a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (art.º 6.º, al.ª 2, do Tratado de Lisboa – Tratado da União Europeia), falando-se já num *jus gentium Europaeum*. No ano 2000, os Estados-membros do Conselho Europeu subscreveram a Carta de Direitos Fundamentais (que também foi aprovada pelo Parlamento Europeu e pela Comissão), com igual categoria ao Tratado da União.

Em suma: a dignidade da pessoa humana vincula positiva e negativamente o Estado e a Administração Pública em geral ao dever de se abster e de adotar as

condutas positivas que no caso concreto se revelem necessárias para a efetivação e a proteção do ser humano. O Estado e a Administração Pública em geral devem não só respeitar e proteger, mas também promover as condições indispensáveis para uma vida em dignidade.

Sobre a dignidade da pessoa humana subsistem fundamentalmente duas concepções: a primeira, com as suas raízes na tradição cristã do direito natural e da filosofia de Kant, sustenta que a dignidade da pessoa humana é um valor conferido por Deus ou pela natureza ao ser humano (a dignidade é inerente à natureza humana – teoria do dote); a segunda adota como aspeto decisivo da dignidade da pessoa humana a realização da formação da identidade, isto é, o ser humano tem a sua dignidade em virtude da sua própria conduta (teoria da realização) – cf. Luhmann (1965: 53 e segs). Esta segunda concepção não impõe vinculativamente uma dada tradição filosófica, ao mesmo tempo que permite ao ser humano a formação da sua identidade, sendo pois o indivíduo que determina a sua dignidade. Mas esta concepção revela fragilidade nos casos em que o indivíduo não está em condições de determinar a sua dignidade, por ser incapaz de agir ou querer. Nestas situações, a primeira concepção é mais completa, pois obriga a respeitar como ser humano aquele que não está em condições de agir e querer.

O ser humano é digno quando tem merecimento e respeitabilidade. A dignidade humana é característica intrínseca do ser humano, mas este também deve adotar um comportamento condizente com a sua dignidade. Sendo ser humano, goza da dignidade de ser humano, dos direitos e liberdades inalienáveis da condição humana, mas também dos correspondentes deveres.

Mas embora o ser humano não possa desrespeitar a dignidade do outro, a história da humanidade está repleta de práticas cruéis, degradantes e violadoras da dignidade humana. A dignidade humana nunca chegou a ser de todos os seres humanos como realidade efetiva. O que se escreve com carácter universal não tem sido tornado realidade para todos.

Referências Bibliográficas

- Comparato, Fábio Konder (2005): *A afirmação histórica dos direitos humanos*, 4.^a ed., São Paulo: Saraiva.
- Hobbes, Th. (1642): *De cive*.
- (1651): *Leviathan*.
- Kant, Immanuel (2004 [1785]): *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (original: *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*). Tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret
- Locke, John (1689): *An Essay concerning human Understanding*, 2.^o vol., cap. XX VIII, n.^o 12.
- (1698): *Two Treatises of Government*.

- Luhmann, Niklas (1965): *Grundrechte als Institution*.
- Melo, Nehemias Domingos de (2007): *Dano moral traulo*: Atlas.
- Mill, John Stuart (2006): *Sobre a Liberdade*. Introdução e notas de Pedro Madeira, revisão da tradução de Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70.
- Montoro, André Franco (1999): “Cultura dos direitos humanos”. In: *Direitos Humanos: legislação e jurisprudência* (Série Estudos, n.º 12), Volume I. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado.
- Nunes, Rizzato/Antonio, Rizzato (2004): *Manual de filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva.
- Opitz, P. J. (2002): *Menschenrechte und Internationaler Menschenrechtsschutz im 20. Jahrhundert: Geschichte und Dokumente*. Estugarda: UTB.
- Pieroth/Schlink (2008): *Direitos fundamentais* (trad. da 22.ª ed., de António Francisco de Sousa e António Franco, Univ. Lus. Ed.), Lisboa.
- Piovesan, Flávia (1997): *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 3.ª ed., São Paulo: Max Limonard.
- (2003): “Direitos Humanos e Princípio da Dignidade da Pessoa Humana”. In Leite, George Salomão (Org.): *Dos Princípios Constitucionais: Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. São Paulo, Malheiros.
- Pufendorf, Samuel (1672): *De jure naturae et gentium*.
- Sarlet, Ingo Wolfgang (1998): *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- (2007): *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*, 5.ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Silva, José Afonso da (1998): “A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia”. In: *Revista de Direito Administrativo*, vol. 212, págs. 84 a 94, abr./jun.
- Wolff, Christian (1752): *Institutiones juris naturae et gentium*.
- Wolff, Jonathan (2004): *Introdução à Filosofia Política*. Tradução de Maria de Fátima St. Aubyn, revisão científica de Desidério Murcho. Lisboa: Gradiva.

COMUNICAÇÃO

O Marketing no desempenho da Comunicação e das Novas Tecnologias enquadradas em ambiente organizacional

Álvaro Lima Cairrão

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
cairrao@utad.pt

Daniel Reis Fernandes

daniel.reis.fernandes@gmail.com

Resumo

O presente artigo propõe uma análise na área de planeamento dos projetos de Contact Center com integração de *Customer Relationship Management* (CRM) e de plataformas eletrónicas de negócios. Apresenta uma contextualização teórica sobre o marketing no desempenho da comunicação e das novas tecnologias, enquadradas em ambiente organizacional, e pretende abordar os conceitos de Marketing e Comunicação, Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, *Customer Relationship Management* e Contact Center. No estudo empírico relativo à perceção do CRM nos jovens estudantes finalistas e recém-formados do ensino superior que tenham exercido funções em PME nacionais, concluímos que a população em estudo tem um nível de conhecimento elevado relativamente às potencialidades de um sistema tecnológico de CRM, sendo que estes compreendem as suas características fundamentais e os seus principais objetivos.

Introdução

O presente artigo sobre o marketing no desempenho da comunicação e das novas tecnologias enquadradas em ambiente organizacional assenta nos conceitos de marketing, de comunicação, novas tecnologias de informação e comunicação, de *Customer Relationship Management* e de Contact Center. Esta abordagem pretende apresentar um novo paradigma que integra os conceitos de marketing e as práticas de comunicação, e expor as relações do marketing com as novas tecnologias da comunicação e da informação, ao mesmo tempo que descreve os aspetos do seu envolvimento organizacional. As novas tecnologias são expostas enquanto ferramentas estratégicas usadas pelas organizações para a otimização das suas relações com todos os seus *stakeholders*, através da implicação dos conceitos de *Customer Relationship Management* e de Contact Center.

O objetivo do estudo empírico foi avaliar a perceção da tecnologia de CRM por parte de jovens, estudantes finalistas e recém-formados do ensino superior, que tenham exercido funções em PME nacionais. Nesse sentido percebemos que o nível de conhecimento da população em estudo é elevado relativamente às potencialidades de um sistema tecnológico de CRM, assim como compreendem as suas características fundamentais e os seus principais objetivos.

1. Fundamentação teórica: O Marketing no desempenho da Comunicação e das Novas Tecnologias enquadradas em ambiente organizacional

Acreditamos que a mais-valia deste trabalho reside na integração dos conceitos de Marketing, Comunicação e Novas Tecnologias que permitirá delimitar e assimilar os conceitos de *Customer Relationship Management* (CRM) e de Contact Center, enquanto instrumentos tecnológicos, comunicacionais e de relacionamento.

O Marketing alargou o seu âmbito de atuação e é presentemente considerado pelas organizações como sendo o seu principal ativo. Por seu lado, a Comunicação transformou-se num instrumento fundamental no desempenho com sucesso das atividades de uma organização. Desta forma, a atuação conjunta dos dois conceitos permite o incremento de valor e eficácia no desenvolvimento de uma organização. O desempenho da Comunicação numa organização, juntamente com o Marketing, gerou um paradigma revolucionário que incorpora as teorias de Marketing e os modelos de Comunicação, a Comunicação Integrada. Esta evidência representa um conceito de grande utilidade nas atividades de uma agência de comunicação e de marketing, como à frente demonstraremos.

As novas tecnologias de informação e comunicação no seio das organizações afiguram-se, atualmente, como ativas aliadas do Marketing, integrando-se profundamente nas suas diversas vertentes e práticas. Com o desenvolvimento tecnológico, o Marketing apresenta inúmeras ferramentas capazes de apoiar na definição e aplicação das suas estratégias comerciais ou negociais. Assim, o desempenho das novas tecnologias incrementa potencial às estratégias de Marketing, surgindo como as suas principais ferramentas, essencialmente devido às suas capacidades de interação e de gerar relacionamentos.

Nesse contexto, surgem os conceitos de CRM e de Contact Center, ambos intimamente ligados ao Marketing, mas também à Comunicação. O CRM é uma estratégia de negócio que se encontra relacionada de forma intensa com o Marketing de Relacionamento. O Contact Center, por seu lado, pode ser aliado ao CRM, mas também integrado aos processos de Comunicação e ao Marketing Direto, através das suas ações comunicacionais. Contudo, a integração de estratégias e metodologias de Comunicação na estruturação e gestão de um Contact Center não dispensam da aplicação de práticas de Marketing.

Seguidamente, demonstraremos de forma mais objetiva toda esta teia de relações e sinergias inerentes à utilização das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto do Marketing.

1.1 As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

A sociedade, na qual estamos inseridos, é frequentemente denominada de Sociedade da Informação e do Conhecimento (Marques *et al.* 2005: 4), devido essencialmente à sua forte ligação (e dependência) com as novas tecnologias da informação e da comunicação, doravante designadas por NTIC. A estrutura

económica atual caracteriza-se por uma crescente globalização da economia e dos mercados de bens e serviços, levando a que a inovação venha desempenhar um papel fundamental na “eficiência económica”, através de causas como “as novas ideias em termos de produtos, organização de processos e formas de comercialização, a par dos novos recursos técnicos” (*idem*, 21). Com “(...) a chegada de um mundo informacional intensamente tecnológico”, as organizações, mas também a sociedade, têm-se alterado e adaptado a este novo desafio (Ilharco 2005: 1437), que se depara extremamente dependente das NTIC. Assim, vive-se numa sociedade em que as NTIC estão em constante desenvolvimento e provocaram imensas mudanças, assim como facilidades e conforto no dia a dia, introduzindo inovações quase imprescindíveis no quotidiano das pessoas.

Na era da informação, a globalização é um dos maiores reflexos das modificações introduzidas pelas NTIC na sociedade atual, em que “(...) as comunidades ficaram mais próximas, as distâncias físicas perderam o significado e a globalização de um termo meramente académico passou a ser uma realidade incontornável e irreversível no mundo contemporâneo” (Telles 2008: 4). De acordo com Marques *et al.* (2005: 21), as NTIC possibilitaram uma redução do atrito da distância para os contactos entre as pessoas e as organizações, de uma forma semelhante ao da comunicação baseada na interação presencial, contudo sem a substituir, assim como uma diminuição do fator da complexidade do tratamento e troca de informação. Para Telles (2008: 5), a introdução das NTIC teve um grande impacto na estrutura, no desenho e no funcionamento das organizações, impondo-lhes uma “(...) uma postura mais pró-ativa para acompanhar e se sustentarem no novo mercado”.

A introdução das NTIC nas organizações modernas originou novas implicações organizacionais (Ilharco 2005). Como destaca Correia (2009: 18-19), vive-se numa era em que o mercado se encontra numa transformação constante, lidando com uma competitividade extrema, e onde as empresas devem “(...) adaptar-se de forma a prestarem serviços com eficácia, qualidade, maior rapidez e menor preço”. Assim, existe a necessidade das organizações se dirigirem para uma mudança organizacional e “(...) perante um cenário de globalização e de grande concorrência, as empresas estão cada vez mais a utilizar as TIC como instrumento para aumentar a sua produtividade e eficiência” (*idem*, 18-19). Estas afiguram-se cada vez mais como veículo de comunicação entre os indivíduos, as organizações e as instituições e responsáveis pela dinamização da mudança, possibilitando um aumento das interações entre os indivíduos e as organizações, uma ampliação da circulação da informação, uma assistência no processo de informação e um auxílio nos processos de transparência e de participação cívica (Marques *et al.* 2005: 26). Presentemente, a contribuição das NTIC permite-lhes assumir um papel decisivo no êxito ou fracasso de uma organização, apresentando-se como uma vantagem competitiva na comunicação das organizações.

Baptista (2003: 1-2) explica que a comunicação de uma organização é dependente da sua cultura e do seu clima organizacional. A sua aplicação “(...) pode facilitar a compreensão, nos processos de transmissão e assimilação de novos conceitos e na socialização de conhecimento...”. Assim, a comunicação possui a capacidade de prestar apoio às organizações e ajudá-las no processo de implementação de novas tecnologias, visto que estas “(...) devem ser analisadas como peças fundamentais na gestão da organização”. As NTIC provocaram nas organizações uma transformação da gestão dos recursos humanos, dos equipamentos e dos processos de trabalho que agora “(...) requerem uma conexão estratégica entre pessoas e tecnologias”. De acordo ainda com o autor, a inserção da comunicação nas estratégias derivadas do planeamento da organização, aumenta a probabilidade do sucesso da implementação de novas tecnologias.

As NTIC não cessam de se desenvolver e assim de se tornarem cada vez mais acessíveis. A sua difusão acelerou substancialmente, e agora estão disponíveis em inúmeros mercados, para mais pessoas e sob os mais variados formatos. As possibilidades técnicas das NTIC estão atualmente acessíveis via cabos de fibra óptica, ADSL, IPTV (*Internet Protocol Television*) ou pela rede 3G, permitindo estarem presentes numa maior quantidade de casas e de organizações, através de portáteis, *smartphones*, *tablets* ou ainda de novos serviços televisivos. Apesar da capacidade de uso das NTIC, seja em termos individuais ou por parte das organizações, ser menor em regiões e setores menos desenvolvidos (Marques *et al.* 2005: 22), em Portugal, a crescente “(...) disponibilização de infra-estruturas de telecomunicações e serviços a elas associados...” permitiu que a Internet se tenha tornado num serviço cada vez mais útil, devido ao aumento e à melhoria dos serviços eletrónicos, provocando um aumento da probabilidade do número de utilizadores crescer (*idem*, 121).

As novas implicações organizacionais, acima referidas, provocaram também transformações “(...) no papel desempenhado pelo marketing e na própria gestão dos clientes” (Brito e Ramos 2003: 1). Num estudo efetuado por Marques *et al.* (2005: 121), preconizava-se a utilização das NTIC na promoção de produtos e serviços e de organizações e o reforço da competitividade, assim como a promoção de novas oportunidades de base tecnológica. Hoje, inúmeras vertentes e práticas de marketing estão profundamente integradas com as novas tecnologias, tendo-se tornado indissociáveis das mesmas. Efetivamente, as NTIC constituem-se como um forte aliado do Marketing, que se serve de práticas que permitem a utilização de canais de comunicação e informação pouco dispendiosos e bastante acessíveis do ponto de vista dos clientes e das organizações. Presentemente, é possível saber a eficácia de uma estratégia e de um planeamento graças a ferramentas tecnológicas que possibilitam relacionar os investimentos de marketing diretamente com a participação no mercado, nas vendas, nos lucros e no impacto do cliente. Tendo isso em conta, são muitas as organizações que atualmente recorrem às novas tecnologias, para prever e antecipar os procedimentos individuais de uma base de clientes e dessa forma

implementar estratégias mais incisivas e personificadas, permitindo maximizar os retornos sobre os clientes. Assim, as NTIC proporcionarão um saber mais detalhado sobre as necessidades e oportunidades de mercado. Contudo, é indispensável para as organizações investirem na inovação, só assim poderão investigar novos processos e novas ferramentas que possibilitem aperfeiçoar e aumentar a eficácia dos processos de gestão e das estratégias do Marketing, de forma a melhorar a qualidade e o nível dos seus serviços.

Segundo Cavallini (2008: 151), “(...) todo dia somos bombardeados com milhares de mensagens publicitárias, para ser mais exacto, cinco vezes mais que há duas décadas”, porque hoje a tecnologia permite atingir os consumidores a qualquer momento em qualquer parte. O mesmo autor (2008: 35) refere ainda que “(...) a tecnologia oferece ferramentas, cria possibilidades” que alteram o comportamento do consumidor e em consequência lhe transmite um maior poder. A Internet, por exemplo, permite realizar todo o tipo de tarefas sem sair de casa. As plataformas de e-Commerce oferecem toda a comodidade para efetuar compras a partir de qualquer lugar e ajuda a “(...) conhecer, questionar, comparar e divulgar a sua opinião sobre produtos, serviços, marcas e empresas (...) para achar o melhor preço” (*idem*, 24-25). A Internet transformou as atitudes do consumidor, ao permitir um maior acesso à informação. Como canal de comunicação, quando utilizada eficazmente junto de outras ferramentas, cria valor para uma organização e para os seus clientes, aumentando o número de canais de venda. No entanto, vale a pena referir que existe ainda um receio relativamente à utilização da Internet devido à ligeira ameaça que apresenta para a privacidade dos utilizadores, limitando regularmente a sua utilização. Os utilizadores desconhecem frequentemente a forma como serão usadas as suas informações, no momento de um registo ou de uma compra on-line (*ibidem*, 40-46). No que toca ao seu acesso, a Internet e seus serviços associados não apresenta, atualmente em Portugal, “(...) qualquer limitação à instalação de um negócio numa zona mais remota mesmo que com preços algo empolados face às características do mercado nessas zonas”, devido à existência de todos os meios tecnológicos existentes a preços reduzidos e a disponibilização, num contexto empresarial da possibilidade de transferir dados eletrónicos entre zonas remotas e os grandes centros (Marques *et al.* 2005: 27-28).

A elevada disponibilização atual das NTIC permitiu o acesso e utilização das mesmas em qualquer lugar e por quem o pretender, tendo provocado fortes alterações ao nível das organizações e dos consumidores. Nesse sentido, os consumidores veem, nas NTIC, um instrumento capaz de lhes proporcionar uma ligação mais direta e simplificada com as organizações, através de um nível de interação até agora nunca alcançado. As organizações, que necessitaram de se adaptar às recentes exigências introduzidas pelo mercado e pelas novas tecnologias, procederam a uma reestruturação das suas atividades, procedimentos e mecanismos internos. Tendo-se tornado dependentes dos benefícios das NTIC, as organizações sentiram comodidades na redução dos seus custos, no

aumento da sua acessibilidade aos mercados e na ampliação da interação com os seus públicos, assim como a necessidade de acompanhar a evolução, propagação e multiplicação das novas tecnologias. Ao alterar o comportamento das organizações e dos consumidores, as NTIC provocaram ainda modificações no Marketing, levando à evolução do seu conceito e desempenhando um papel preponderante na sua atuação, ao mesmo tempo que facilitou os processos de comunicação e multiplicou os canais de venda.

1.2 A Comunicação Integrada

1.2.1 O Marketing e a Comunicação

Com as constantes mudanças do mercado e a evolução natural da sociedade, a AMA (American Marketing Association) estabeleceu uma política de revisão e atualização periódica da definição do conceito de Marketing¹. Assim, a última definição determinada pela AMA em outubro de 2007² refere que “Marketing is the activity, set of institutions, and processes for creating, communicating, delivering, and exchanging offerings that have value for customers, clients, partners, and society at large”³. Desde meados do século XX que os mercados se tornaram mais complexos e globais, e em resultado o conceito de Marketing tornou-se também mais complexo e global. Hoje assiste-se à era digital, à era do Marketing Relacional e das novas tecnologias da informação e comunicação, com a Internet na vanguarda. O conceito de Marketing sofreu um processo evolutivo juntamente com os avanços tecnológicos e as necessidades do público, alargando assim o seu âmbito de atuação, desde a conceção até à pós-venda. As organizações, que agora consideram o Marketing como sendo o seu principal ativo, adquiriram a perceção da necessidade de garantir o cliente antes de conceber e produzir o produto ou serviço, percebendo o potencial do significado de um cliente satisfeito, e exploraram serviços que garantem a satisfação e o bem-estar de um cliente a longo prazo, tomando atitudes em função dos seus públicos.

Para Lendrevie (*et al.* 1995), o crescimento dos investimentos na comunicação por parte das organizações, foi em grande parte provocado por fatores referentes: ao desenvolvimento da concorrência; à diminuição da eficácia do investimento na comunicação tradicional; à banalização dos produtos; ao desenvolvimento da inovação; ao poder da grande distribuição; ao aumento dos custos; ao desenvolvimento da oferta nos *media*.

¹ Disponível em <http://www.marketingpower.com/Community/ARC/Pages/Additional/Definition/default.aspx> (Consultado em 24 de novembro de 2010).

² Disponível em <http://www.marketingpower.com/AboutAMA/Pages/DefinitionofMarketing.aspx> (Consultado em 24 de novembro de 2010).

³ “Marketing é a actividade, conjunto de instituições e processos de criação, comunicação, distribuição e troca de ofertas de valor para os consumidores, clientes, parceiros e sociedade em geral” (Tradução livre dos autores).

No marketing das organizações, a Comunicação tornou-se assim uma ferramenta imprescindível no desempenho das atividades organizacionais, tanto internas como externas, para veicular objetivos claros e precisos, de forma a produzir os resultados desejados. Neste contexto, a Comunicação consiste na transmissão de um conjunto de sinais, ideias, conceitos, ordens e diretivas, sentimentos ou valores de uma organização para os seus públicos, sejam eles clientes, prescritores, distribuidores ou líderes de opinião.

1.2.2 Conceito de Comunicação Integrada

A Comunicação Integrada, também conhecida pelos termos Comunicação Integrada de Marketing, Comunicação Convergente, Comunicação de Marketing ou ainda I.M.C (Integrated Marketing Communication) concentra a Publicidade, o Marketing e as Relações Públicas, “(...) de forma a caracterizar o vasto espaço comunicacional” (Sousa 2003: 13) e procura “(...) reavaliar e corrigir a visão da comunicação de marketing” (Brochado 2008: 9). De acordo com Pereira (*et al.*), citado por Brochado (2008: 8), “a *American Association of Advertising Agencies* apresenta, como conceito de IMC [Integrated Marketing Communications], um planeamento comunicacional e de marketing que reconhece o valor agregado de um conjunto de disciplinas de comunicação no sentido de causar o máximo impacto junto dos consumidores”.

Brochado (2008: 9) explica que diversos investigadores, entre os quais Schultz, Tannenbaum, Lauterborn e Ogden, impulsionavam a “utilização das ferramentas do *mix* comunicacional de marketing (publicidade e marketing direto, por exemplo) de maneira conjunta” para que fosse possível através de um “processo funcional coordenado” planear e implementar comunicações de marketing. Como explicou Sousa (2003), tornou-se difícil efetuar a distinção clara entre certas atividades de Publicidade, Comunicação e Marketing e determinar exatamente onde começam os limites de um e acabam os de outro, no entanto, considera a Comunicação Integrada “(...) como sendo o espaço de intercepção das relações públicas, da publicidade, da comunicação de marketing, (...) mas não como um espaço onde essas diferentes componentes se diluam ao ponto de perderem completamente a sua identidade” (*idem*, 4). O papel da comunicação, no apoio à exploração comercial e empresarial, encontra-se fortemente ligado às relações públicas, à publicidade e ao marketing, sendo que estas “(...) são atividades diferentes, embora correlacionadas e integráveis em programas de comunicação, especialmente porque todas podem ter a persuasão por objetivo” (*ibidem*, 13).

Figura 1 - Mix de Comunicação Integrada de Marketing (Fonte: Ogden 2002)



Segundo Bard (2008)⁴, a Comunicação Integrada é a capacidade de conceber comunicações integradas que se desenvolvam a partir de todos os recursos que ligam a organização e as suas marcas ao consumidor. No início do processo de reflexão, a Comunicação Integrada foca-se no estudo das necessidades dos consumidores e na definição das estratégias dos meios. Sintetizando, é um conceito através do qual uma organização assegura, para o conjunto dos seus produtos ou serviços, que todos os pontos de contacto com o consumidor ou *prospect* são pertinentes e coerentes. Dessa forma, a comunicação deve ser repensada para ser global e adaptada às especificidades de todos os pontos de contacto com o consumidor. A definição delineada por Bard, que revela a necessidade de coordenar todas as mensagens veiculadas por uma organização, embora verdadeira, afigura-se pouco esclarecedora e não alcança toda a complexidade e abrangência da Comunicação Integrada. Keegan *et al.* (1992) explicam que existe na Comunicação Integrada a indispensabilidade de coordenar estrategicamente as mensagens usadas pelas organizações com os *media* para possibilitar perceber o seu valor.

Para Ogden (2002), a Comunicação Integrada consiste na interação estabelecida entre a comunicação de marketing, a sua relação com os clientes e os diversos *stakeholders* envolvidos no processo. Esta nova abordagem da comunicação permite, através da aplicação de processos e práticas eficazes de comunicação e marketing, abordar os públicos de uma empresa difundindo uma mensagem coerente e persuasiva acerca do produto ou serviço, preço e distribuição, no sentido de apoiar a execução dos objetivos da organização. Nesse sentido, “(...) trata-se de um método de coordenar cuidadosamente todas as atividades promocionais (...) para produzir uma mensagem consistente e unificada que seja focada no cliente” (Lamb *et al.* 2004: 475).

Brochado (2008: 7) assevera que “(...) todo e qualquer meio ou modo de comunicação com o cliente deve possuir uma unicidade no conteúdo da mensagem”, exequível através da implementação de uma estratégia global. Esta estratégia, que coordena todas as mensagens veiculadas, irá estimular os públicos de uma organização a desenvolverem relações com a mesma, ao mesmo tempo que facultará uma maior proximidade e uma melhor ligação com os seus alvos, posicionando-se nas suas mentes. A força da Comunicação Integrada é a sua capacidade de agir enquanto “(...) um processo estratégico de negócios do que apenas uma integração tática das diversas atividades comunicacionais”, envolvendo diversos agentes no processo (*idem*, 9).

A aplicação de uma Comunicação Integrada no seio de uma organização terá como efeito a geração de uma sinergia (Brochado 2008: 8):

As empresas devem estar conscientes de que todas as suas variáveis de Marketing e Comunicação afectam umas as outras, o consumidor e os

⁴ Disponível em <http://www.marketing-etudiant.fr/actualites/communication-integree-imc.php> (Consultado em 3 de novembro de 2010).

comunicadores. Sendo assim, todas as variáveis de comunicação terão um efeito no marketing. É por esse motivo que todos os esforços de comunicação de uma organização devem ser integrados, resultando numa sinergia.

A autora define o conceito de sinergia em contexto de negócios, explicitando que “(...) os esforços combinados, de todas as unidades de negócios, tem um efeito maior que a soma dos esforços individuais ou departamentais isoladamente” (*idem*, 8). No sentido de transmitir uma mensagem coerente, tornou-se imprescindível que todas as ferramentas de comunicação se encontrem coordenadas e unificadas. A comunicação de uma organização resulta, presentemente, da coerência do trabalho de vários departamentos, tornando-se uma área cada vez mais pluridisciplinar. É importante que exista um permanente intercâmbio de informações e que seja desenvolvido um processo de inter-relações entre os vários setores da organização. Assim, numa empresa é, por exemplo, cada vez mais frequente a realização de reuniões com a participação dos diferentes agentes dos diversos setores da empresa.

A Comunicação Integrada, através da articulação da Comunicação, do Marketing, da Publicidade e das Relações Públicas, apresenta-se como um conceito decisivo para a geração do sucesso de uma organização. Os seus instrumentos permitem transmitir uma determinada mensagem e provocar um certo nível de interesse, conduzindo as organizações à perceção da importância do estabelecimento de uma comunicação mais direcionada aos seus clientes e todos os seus *stakeholders*.

Neste sentido, o *Customer Relationship Management* é um instrumento que introduziu mais-valia ao conceito de Comunicação Integrada através da utilização das novas tecnologias, como a seguir veremos.

1.3 O Customer Relationship Management

1.3.1 O Marketing de Relacionamento

Até aos anos 90, o Marketing era voltado para os produtos e praticado em massa, com um atendimento ao cliente reativo, sendo que os seus esforços eram unicamente orientados para a conquista de novos clientes. Contudo, com a intensificação do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação nos negócios, assistiu-se nos últimos anos a uma mudança no paradigma.

O Marketing-Mix foi, até há bem pouco tempo, a abordagem imprescindível e fundamental do Marketing, devido em grande parte ao seu modelo de simplicidade e facilidade de perceção (Antunes e Rita 2008: 37). O Marketing-Mix consiste na análise do mercado através do Modelo dos 4 P's, que provém das variáveis de análise *Product*, *Price*, *Promotion* e *Place*, que em português se podem traduzir, respetivamente, por produto, preço, comunicação e distribuição.

Contudo, diversas apreciações negativas emergiram relativamente ao Modelo dos 4 P's, como atesta um estudo de Constantinides (2006). Este explica que o Modelo dos 4 P's errava por faltar-lhe interatividade, personalização e

dimensão estratégica e por ignorar o fator humano, assim como pela sua postura ofensiva e a sua fraca orientação interna (Antunes e Rita 2008: 38). As fraquezas deste modelo levaram ao surgimento de diversos estudos e alternativas, entre os quais alguns promoviam um acréscimo de *P's* ao modelo original. Antunes e Rita (2008: 38) referem que as críticas demonstraram que o Modelo dos 4 *P's* não reproduzia “a realidade para algumas extensões do marketing, principalmente no marketing industrial e no marketing de serviços”.

Nesse sentido, Booms e Bitner (1981), por exemplo, de forma a abraçar o Marketing de Serviços e ter em conta a distinção clara entre bens e serviços, sugeriram uma extensão do Marketing-Mix, conhecida como o Modelo dos 7 *P's* ou *Extended Marketing Mix*. Este modelo compreende, para além dos elementos do Modelo dos 4 *P's*, as variáveis *people*, *process* e *physical evidence*, respetivamente pessoas, processo e evidência física.

No meio de todas as desaprovações relativas ao Marketing-Mix e na continuidade do surgimento das extensões do Marketing e das novas exigências por parte da sociedade, emergiu um novo conceito de Marketing, orientado para as relações a longo prazo: o Marketing Relacional.

Devido à cada vez maior semelhança entre os produtos, os clientes procuram valores agregados e novos motivos para comprar. Assim, as empresas centram agora a sua atenção para o cliente, com o marketing orientando os seus esforços para relacionamentos individuais duradouros, na tentativa de reter clientes e aumentar o seu valor nos negócios da empresa. De acordo com Grönroos (1996), o Marketing de Relacionamento consiste na identificação, estabelecimento, manutenção e desenvolvimento de relacionamento com clientes e outros *stakeholders*, de forma lucrativa, para que os objetivos de todos os intervenientes sejam atingidos, através da oferta e execução mútua de compromissos.

Antunes e Rita (2008: 43) defendem uma visão do Marketing Relacional enquanto um novo paradigma e não como uma simples extensão de marketing, reconhecendo “(...) uma realidade orientada para a criação de valor, que se traduz no desenvolvimento de um marketing personalizado que satisfaça as necessidades dos consumidores”. Os autores consideram este paradigma como uma abordagem multidisciplinar e não como uma função isolada. O Marketing Relacional visa as relações a longo prazo, mais individualizadas e interativas e de aprendizagem com cada um dos seus clientes. Desta forma, é possível oferecer um produto ou serviço mais personalizado e ajustado às necessidades específicas de cada cliente. Interação, fidelização e satisfação são os principais conceitos do Marketing Relacional para desenvolver relacionamentos e os elementos fulcrais para o sucesso de uma organização. Os clientes ambicionam realizar as suas aquisições numa entidade fixa e assim se relacionarem com uma organização, porém precisam de sentir atributos de confiança, qualidade, competência, consistência e valores (Hunt *et al.* 2006). Para tal, as organizações criam relações agregadoras de valor entre elas e os seus clientes, objetivando converter potenciais clientes em clientes regulares e tratá-los para se tornarem

cada vez mais importantes. O Marketing Relacional defende sobretudo a necessidade de criar, desenvolver e manter relações a longo prazo com os clientes, através da satisfação, fidelização e retenção dos mesmos. É preciso angariar novos clientes, vender mais para os clientes atuais e reter os clientes de maior valor, mas também estabelecer relações duradouras com todos os seus *stakeholders*.

McKenna (1993) sugere que a comunicação e a partilha de informações entre a organização e cliente devem ocupar um papel mais envolvente na manutenção de um relacionamento com o cliente. Assim, busca-se a interação com os clientes atuais, antigos e potenciais. O desenvolvimento de relações de maior proximidade com os clientes permite a qualquer tipologia de organização uma geração de sucesso. Atualmente, não é mais fundamental ser-se uma empresa com grande experiência ou elevado poder económico para se aproximar dos consumidores e melhorar as suas vendas. O essencial é entender melhor os consumidores, desenvolver laços afetivos e obter um *feedback* sobre a forma como eles percebem a organização e as suas marcas. A interação deve acontecer nos diversos momentos do ciclo de relacionamento do consumidor com a organização. Antunes e Rita (2008: 41) consideram que o processo interativo exige “(...) para a criação e entrega mútua de valor (...) um estreito e intenso processo de comunicação” no relacionamento entre vendedores e clientes.

Castro⁵ (2010^b) explica que existiu uma transformação no consumidor provocada pelas diversas abordagens, inovadoras, diferenciadas e sofisticadas, geradas para fortalecer o universo de cada organização e que este passou a atribuir grande valor à experiência sentida. Assim, hoje em dia, o consumidor faz as suas escolhas com base na relação emocional com a organização em detrimento da análise da relação entre o custo e o benefício do produto ou serviço. Antunes e Rita (2008) afirmam que é necessário um investimento maior na angariação de um novo cliente do que na manutenção do mesmo. A fidelização e a satisfação de um cliente permitem que este transmita uma imagem positiva da organização a potenciais clientes. Castro (2010^a) comenta que a fidelidade do cliente não se compra mas conquista-se ao longo do tempo, sendo necessário que o cliente se envolva emocionalmente com a organização. A satisfação de um cliente não se constrói unicamente após a aquisição de um produto ou serviço, mas através de um relacionamento contínuo após a venda.

O modelo de negócio do Marketing de Relacionamento é constituído através de todos os recursos da organização e baseado no “(...) desenvolvimento tecnológico, na gestão da informação e no serviço ao cliente” (Antunes e Rita 2008: 45). Com a sua capacidade de interação, as NTIC surgem assim como as principais ferramentas do Marketing de Relacionamento, não sendo de estranhar

⁵ Disponível em <http://mestreemmarketing.wordpress.com/tag/marketing-relacional> (Consultado em 15 de novembro de 2010).

a sua frequente associação ao conceito de *Customer Relationship Management*. Para Correia (2009: 42), *Customer Relationship Management* consiste em “(...) desenvolver o conhecimento dos clientes utilizando os seus dados e informações para o compreender, fidelizar e criar valor”. Assim, as estratégias do Marketing de Relacionamento são potencializadas quando aliadas às novas tecnologias

1.3.2 O Conceito de CRM

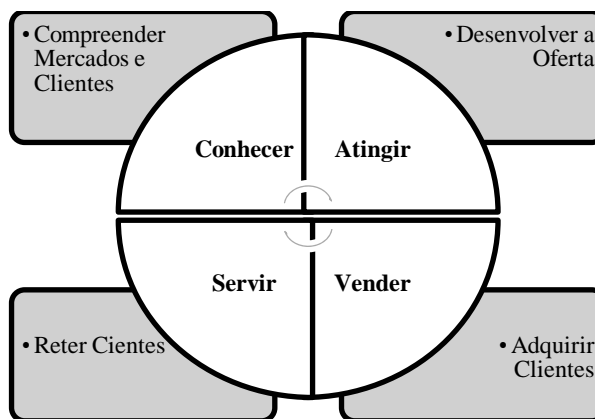
O *Customer Relationship Management* ou gestão do relacionamento com o cliente, mais conhecido pela sua sigla CRM, é uma estratégia de negócio apoiada pelas NTIC, que coloca o cliente em primeiro lugar, de forma a encontrar e atrair novos clientes e satisfazer os atuais, garantindo um relacionamento entre uma organização e os seus clientes.

É possível enquadrar e descrever o CRM a partir de duas abordagens. De acordo com Galbreath (1998: 15):

O CRM integra as funções de marketing, vendas e serviços através da automação do processo negocial, soluções tecnológicas e recursos de informação, por forma a maximizar cada contacto com o cliente. O CRM facilita os relacionamentos entre empresas, clientes, fornecedores de serviços e trabalhadores.

Swift (2001: 12) define-o como “(...) uma abordagem empresarial destinada a atender e influenciar o comportamento dos clientes, por meio de comunicações significativas para melhorar as compras, a retenção, a lealdade e a lucratividade deles”. Esta definição leva a perceção do CRM enquanto estratégia de negócio, correspondendo ao paradigma de Marketing de Relacionamento. Assim, as explicações acima descritas demonstram que o CRM está apto a ser percecionado enquanto estratégia de marketing. Nesse enquadramento, o CRM representa a união do potencial do Marketing de Relacionamento com as NTIC (Correia 2009: 1), baseando-se na qualidade através de uma abordagem diferenciada de cada cliente no longo prazo, tendo na fidelidade o seu fator de desenvolvimento de parcerias duradouras e lucrativas com os clientes (Telles 2008: 10).

A forte analogia do CRM e do Marketing de Relacionamento resulta na assimilação de um modelo de CRM (*Figura 2*) ao ciclo de vida do relacionamento com o cliente. De acordo com Brito e Carla (2003: 4), o CRM desenvolve-se num modelo em quatro fases interdependentes e articuladas com um conjunto de ferramentas tecnológicas que permitem a sua concretização. Cada fase baseia-se, respetivamente: no conhecimento dos clientes através da compreensão dos mercados e dos próprios clientes; na diferenciação com o desenvolvimento da oferta; na venda de produtos adaptados que se traduzem na aquisição de clientes; na prestação de serviços que conduzem à sua fidelização ou retenção.

Figura 2 - Modelo de CRM (Fonte: Brito e Ramos 2000)

Contudo, atualmente, quando o conceito de CRM é referido, este é essencialmente assimilado enquanto sistema tecnológico. Esta abordagem apresenta o CRM enquanto uma ferramenta com funcionalidades de marketing, vendas e suporte, orientada para as organizações que pretendam construir e desenvolver relações eficientes com os clientes na busca pela sua satisfação. A sua tecnologia permite ainda aos diversos departamentos da organização colaborar através da partilha de informação sobre todas as interações com o cliente. Esta ferramenta é um ativo determinante no sucesso de uma organização, no sentido em que possibilita-a obter um melhor relacionamento com os clientes e uma maior compreensão dos mesmos, de forma a se adaptar e personalizar os seus produtos ou serviços para atingir um resultado satisfatório. O CRM oferece informações detalhadas, nomeadamente as campanhas de marketing, o nível de satisfação do cliente ou ainda a previsão de vendas, facilitando o trabalho comercial das organizações, e permite perceber os segmentos de clientes e os planos adequados para conceber produtos e serviços apropriados a cada segmento.

Conhecer os seus públicos é o fator-chave do êxito de uma organização, nesse sentido o CRM tornou-se numa ferramenta de utilização generalizada nas organizações. Para Telles (2008: 16), as funcionalidades do CRM baseiam-se na “(...) visualização de relação com o mercado, fornecendo elementos e informações sobre as suas operações e seu comportamento, percepções e tendências, suportado pela monitorização e interação com o cliente”. De acordo com Brito e Ramos (2000), o CRM permite recolher e registar as informações das interações com os clientes, sendo necessário o desenvolvimento de bases de dados que possibilitem armazenar os dados como o Data Warehouse (DW) e o Data Mining (DM) no que diz respeito à extração da informação.

Greenberg (2002) classifica o CRM sob três tipos de tecnologia: CRM analítico ou *back-office* CRM, CRM operacional ou *front-office* CRM e CRM

colaborativo. Ang e Buttle (2002) consideram que o CRM operacional visa a criação de canais de relacionamento com o cliente, que permitam um rápido acesso à sua informação e uma comunicação simplificada, tais como contact centers, plataformas de e-Commerce, automação da força de vendas (SFA) e automação de canais de marketing (SCA). O CRM analítico propõe-se obter uma visão consistente do cliente, usando os dados recolhidos pelo CRM operacional para obter conhecimento que permita otimizar e gerar negócios, através da utilização de sistemas tecnológicos de base de dados como *Data Warehouse* e *Data Mining*. Relativamente ao CRM colaborativo, este destina-se à obtenção do valor do cliente através de colaboração inteligente baseada em conhecimento, através nomeadamente das pessoas, correio, e-mail, web, telefone, fax, contact center.

O CRM permite a integração de diversos canais de comunicação entre as organizações e os seus públicos, sendo que o Contact Center apresenta-se como o principal meio de interação capaz de gerar relacionamentos a longo prazo. O Contact Center carece de grande importância nas estratégias de CRM, relativamente aos contactos de pré-venda, venda e atendimento aos clientes, gerando bases de dados e utilizando-as para gerar vendas, vendas cruzadas e retenção de clientes. O Contact Center é um instrumento de angariação das informações dos clientes de uma organização (Rabia 2008: 61). Em muitos setores, é o principal meio de interação de um cliente com a organização.

1.4 O Contact Center

1.4.1 O Contact Center enquanto instrumento do Marketing Direto

O Marketing Direto é uma variável de comunicação que pode ser aplicada em âmbitos tão diferenciados como “(...) prospecção de mercado, testes de mercado, conquista de novos clientes, promoção de vendas, pesquisa de mercado, conquista de novos clientes, aceitação de encomendas, distribuição de produtos, rentabilização da força de vendas, acompanhamento pós-venda, sensibilização e informação do público interno” (Brochand *et al.* 1999: 525).

Este define-se como “(...) uma variável de comunicação que compreende um conjunto de técnicas que permitem identificar, conquistar e fidelizar os clientes actuais e potenciais de uma organização, de uma forma directa e personalizada”. Esta variável de comunicação permite dirigir a comunicação a um segmento específico e estabelecer relações directas, personalizadas e continuadas, privilegiando o contacto directo com o público-alvo, sem intermediários (*idem*, 503).

As atividades de Contact Center encontram-se profundamente ligadas às ações do marketing direto. Existe o envolvimento de meios de telecomunicações, através de uma adaptação do uso das novas tecnologias e das tradicionais abordagens de venda, que permite um contacto pessoal e uma adaptação às características de cada cliente (*ibidem*, 521).

1.4.2 O Conceito de *Contact Center*

Um *Contact Center* descreve-se como um conjunto de recursos humanos e tecnológicos, envolvendo pessoas, computadores (*hardware* e *software*) e meios de telecomunicações, que permitem proporcionar serviços por intermédio do telefone ou do computador e onde as chamadas são automaticamente processadas e controladas por um sistema de distribuição (Taylor e Bain 1999; Gans *et al.* 2003; Rabia 2008). De acordo com o Decreto-Lei nº 134/2009 de 2 de junho, considera-se:

Centro telefónico de relacionamento (call center) a estrutura organizada e dotada de tecnologia que permite a gestão de um elevado tráfego telefónico para contacto com consumidores ou utentes, no âmbito de uma atividade económica, destinado, designadamente, a responder às suas solicitações e a contacta-los, com vista à promoção de bens ou serviços ou à prestação de informação e apoio.

O mesmo decreto-lei estabelece ainda as regras gerais aplicáveis em Portugal a um centro telefónico de relacionamento:

- 1 - O serviço do centro telefónico de relacionamento (call center) deve ser prestado através de um ou mais números de telefone exclusivos para acesso dos consumidores ou dos utentes e possuir os meios técnicos e humanos adequados ao cumprimento das suas funções.
- 2 - O acesso ao serviço ou à informação não é condicionado ao prévio fornecimento de quaisquer dados pelo consumidor ou pelo utente, sem prejuízo dos estritamente necessários para o tratamento da sua solicitação, bem como da garantia da confidencialidade da informação a prestar e da verificação da legitimidade do interlocutor para aceder à mesma.
- 3 - O serviço do centro telefónico de relacionamento (call center) deve funcionar, pelo menos, num número de horas pré-estabelecido em período diurno e disponibilizar atendimento personalizado.
- 4 - O atendimento só pode ser exclusivamente processado através de sistema de atendimento automático fora das horas de atendimento personalizado.
- 5 - O número de telefone do serviço e o seu período do seu funcionamento, com destaque para o período de atendimento personalizado, devem constar, de forma bem visível, dos materiais de suporte de todas as comunicações do profissional.

Numa breve introdução histórica ao conceito de *Call Center* / *Contact Center*, Nunes⁶ (2003) explica que foi no final dos anos 20 do século passado que surgiu a primeira alternativa ao contacto *face-to-face* ou por correio, através da colocação por parte das empresas de telefones nas secretárias de colaboradores para que estes pudessem contactar ou serem contactados pelos seus clientes, surgindo assim “(...) os primeiros agentes dedicados ao atendimento telefónico”. Nos finais dos anos 60, emergiram nos Estados Unidos

⁶ Disponível em http://www.pt.capgemini.com/noticias_e_publicacoes/opiniao/2003/opiniao_10022003 (Consultado em 19 de outubro de 2010).

os *call centers*, com a estrutura e a organização como hoje os conhecemos, através de “(...) grandes empresas de venda por catálogo, centrais de reservas de viagens e centros de assistência de equipamentos” (*idem*). Em 1967, a AT&T introduz os números 800, ação capital para a evolução dos *call centers*. Atualmente, estes exercem um papel de grande relevância em muitos setores, nomeadamente da Banca, Seguros, Telecomunicações e *Utilities*, como um eficaz instrumento estratégico de comunicação com os consumidores, de fidelização e de retenção de clientes, assim como na busca de potenciais clientes (*ibidem*).

Nunes (2003) continua declarando que através do surgimento de novas tecnologias de comunicação, a ideia de *Call Center*, que “(...) nos anos 80 (...) era visto apenas como um ponto onde se desenvolvia o negócio da empresa através de telefone e que combinava os sistemas centrais da empresa com um distribuidor automático de chamadas pelos operadores (ACD – Automatic Call Distribution)”, evoluiu hoje para o conceito de *Contact Center*. Este novo conceito, mais complexo e desenvolvido, é composto por mais do que o tradicional canal telefónico, articulando-se com novos canais comunicacionais como a Internet e as redes IP: e-mail, formulários submetidos num site Web, pedidos de *callback*, *webchat*, vídeo, fax, etc. Um *Contact Center* é ainda suportado por “(...) sistemas implementados para o suporte e gestão da sua actividade, enquadradas no contexto das ferramentas de CRM e de outras ferramentas de base tecnológica que facilitem o contacto com o cliente como IVR [Interactive Voice Response] e CTI [Computer Telephony Integration]” (*idem*). Contudo, o conceito continua a progredir e a transformar-se com a evolução dos serviços ao cliente, expandindo-se para a noção de *Customer Interaction Hub*. Este é complementado por mais colaboradores da organização e introduz uma interação mais direta com os colaboradores do negócio, através da criação de um departamento específico no seio da organização (*ibidem*).

Devido à grande proliferação dos meios de comunicação, tornou-se inexacto referir-se ao termo *Call Center*. Como já indicado neste trabalho por Nunes, houve uma expansão do âmbito de atuação dos centros telefónicos de relacionamento e um desenvolvimento acentuado desse sector, em que uma instalação única com baixa tecnologia evoluiu para grandes organizações com serviços amplos e múltiplas instalações, com plataformas de tecnologia sofisticadas. Assim hoje, tornou-se mais correto citar o termo *Contact Center*, que pretende uma maior interação entre as organizações e os seus clientes, facultando às organizações a capacidade de oferecer um maior número de serviços diferenciados e de qualidade e de expandir os seus relacionamentos.

De acordo com Dormann e Zijlstra (2003: 306), os *Contact Centers* são um “(...) típico produto da economia de serviços e intimamente ligado ao desenvolvimento tecnológico”. Atualmente, as telecomunicações constituem-se como um dos fatores mais preponderantes no relacionamento das organizações com os clientes e todos os seus *stakeholders*. Para Rabia (2008), com o

desenvolvimento das NTIC, o atendimento aos consumidores por meios electrónicos afigura-se como o principal canal de comunicação entre muitas organizações e os seus clientes. Nesse sentido, as capacidades de um Contact Center, habilitadas a utilizar todas as potencialidades das NTIC, asseveram a sua extrema importância, visto que é fundamental efetuar a gestão de um número cada vez maior de chamadas e consequentemente de operadores, de forma a responder e atender eficazmente aos pedidos dos clientes, sempre com cuidado à qualidade do serviço proporcionado.

Não esquecendo que a imagem de uma organização está intrinsecamente ligada à qualidade do serviço oferecido, Rabia (2008: 17) explica que a utilização de ferramentas eletrónicas, no relacionamento de um consumidor com uma organização, possibilita ao consumidor expectativas de soluções mais rápidas, desafiando as organizações a responder às mesmas, porque, as novas tecnologias permitem ao cliente redigir um e-mail ou realizar uma chamada com um esforço efetivamente menor do que se deslocar até ao espaço físico da organização. Contudo, o cliente espera que o resultado seja tão satisfatório quanto o contacto presencial, no que se refere à atenção, compreensão e solução do problema.

O grande objetivo na gestão de um Contact Center consiste em atender e realizar um grande número de contactos com o menor custo possível, ao mesmo tempo que o cliente perceciona uma garantia de qualidade no seu tratamento. Este objetivo submete as organizações a tomar um conjunto de decisões no sentido de corresponder às exigências dos clientes mas igualmente aos requisitos internos. Inicialmente, as empresas compreendiam as suas próprias infraestruturas e recursos humanos, sendo as mesmas a prestarem os serviços dos seus centros de contacto. Contudo com a expansão do sector, nomeadamente o crescimento da gama e volume de atividades e da sua qualidade, assim como o aumento da concorrência e das exigências dos consumidores, iniciou-se uma descentralização dos seus serviços para empresas especializadas. Os Contact Centers passaram assim a funcionar essencialmente em regime de *outsourcing*, o que permite em muitos casos reduzir substancialmente os custos de funcionamento. Geralmente, atuam com uma grande variedade de recursos humanos "(...) com formação e competências variadas, dependendo do tipo de serviço prestado", pois certos serviços requerem recursos humanos especializados e orientados para o serviço em causa (Rabia 2008: 18). Com o forte crescimento da oferta de serviços personalizados, a escolha dos recursos humanos é determinante, por isso não é surpreendente a busca de pessoal com qualificações elevadas e variadas para desempenhar determinadas funções num centro de contacto.

Em Portugal, existe na indústria de Contact Center grandes oportunidades de negócio. O sector dos Contact Centers em Portugal aparece com forte potencial de crescimento e de empregabilidade, essencialmente porque inúmeras multinacionais elegem Portugal como destino para estabelecerem os seus centros

de contacto. Esta escolha advém em grande parte devido às competências linguísticas e à formação dos ativos presentes em Portugal. Segundo os últimos dados disponibilizados pela Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC)⁷, que representa Contact Centers de 12 setores da economia, tendo como missão o desenvolvimento sustentado do mercado de *call e contact centers* em Portugal, as atividades de Contact Center em Portugal são representadas por aproximadamente 450 empresas que contribuem com cerca de 1% do PIB do País, apresentando um valor superior a mil e trezentos milhões de euros por ano. No entanto, Pedro Champalimaud (2010)⁸, presidente da APCC, revela que é previsível que “(...) o sector nacional de outsourcing de contact centers (...) cresça a um ritmo de cerca de 10% ao ano, aproximadamente metade do crescimento registado nos cinco anos entre 2003 e 2008”. Este crescimento tem-se afigurado “(...) mais moderado fruto da contração económica (...) mas obrigará no curto prazo a um posicionamento mais alargado dos serviços oferecidos, que garantam mais valor acrescentado e maior flexibilidade” (*idem*).

Tendo em conta a delicada situação económica que Portugal atravessa, a aposta das empresas e dos empreendedores deve residir na inovação e no desenvolvimento de novos projetos e soluções. Assim, já em maio de 2009, a APCC mencionou na 5.^a Conferência Internacional da APCC denominada *The upside of a downturn: strategic responses to the crisis*⁹, a necessidade do sector dos Contact Centers beneficiar dos desafios e das oportunidades de negócio, colocadas pela grave crise financeira que agitou o mundo, apesar das dificuldades inerentes. Esta conferência evidenciou ainda conclusões no sentido de aumentar a estabilidade dos recursos humanos e assim diminuir a sua rotatividade, apresentar serviços de maior qualidade que permitam satisfazer e manter os clientes, e em deslocalizar os centros de contacto através de investimentos em centros urbanos de menor dimensão.

As pequenas e médias empresas (PME) precisam atualmente de encontrar soluções profissionais que as ajudem a melhorar e efetuar a gestão de uma maior número de chamadas, a otimizar a eficiência e a produtividade dos recursos da empresa, e que possam responder às suas necessidades. O Contact Center surge exatamente nesse sentido, oferecer sistemas inovadores de interação para facilitar e tornar mais célere, prático e eficaz o atendimento, assim como o estabelecimento, de contactos, com tempos de espera mais reduzidos. Desta forma, as organizações, tanto PME como multinacionais, podem melhorar de maneira decisiva tanto os seus serviços de atendimento como os restantes serviços, muitos dos quais inovadores.

⁷ Disponível em <http://www.apcontactcenters.com/> (Consultado em janeiro de 2010).

⁸ Disponível em <http://www.callcentermagazine.net/content.aspx?menuid=55&eid=5414> (Consultado em 20 de abril de 2011).

⁹ Informação disponível em <http://www.apcontactcenters.com/destaques.htm> (Consultado em janeiro de 2010).

Os Contact Centers são canais de comunicação e apresentam-se, no mercado atual, como os principais pontos de contacto entre as organizações e os seus públicos, com capacidade para responder às mais variadas exigências (Rabia 2008). Nesse sentido, afiguram-se em muitos setores como o único meio de interação dos clientes com a organização, possibilitando uma orientação do Marketing Relacional, em que o seu papel é o de “(...) contribuir para atender às demandas dos clientes e contribuir para a sua satisfação e permanência na empresa, fidelizando-o” (*idem*, 49). Pode-se assim afirmar que a capacidade de interação de um Contact Center permite aumentar a fidelização dos clientes e a manutenção de clientes numa empresa, pois possibilita ouvir e atender o cliente, sendo o representante do cliente dentro da organização (*ibidem*, 68).

É óbvio o reconhecimento de que sem interação não pode existir relacionamentos. Sendo assim, é necessária a existência de uma interação de maneira a se construir relacionamentos. Integrado ao processo de comunicação, o Contact Center é um instrumento potenciador de interações e consequentemente de relações. Conforme afirma Rabia (2008: 64):

A comunicação pode contribuir para a conquista e desenvolvimento de clientes se o processo de interação mantiver padrões de qualidade para que o diálogo ocorra efetivamente. Assim, ganha relevância o papel dos Contact Centers como canal de comunicação com o cliente e de encaminhamento dos seus pedidos, agregando valor e permitindo à empresa que se diferencie.

Um Contact Center oferece a possibilidade de se envolver em inúmeras atividades de uma organização, através de eficazes processos de interação. A sua capacidade de fidelização e de rentabilização de clientes torna-o num instrumento de suporte capaz, para qualquer organização, de operar uma transformação nos seus processos e uma melhoria da sua eficiência.

1.4.3 Fatores determinantes na gestão de um *Contact Center*

Como comenta Rabia (2008), é importante perceber que, no momento de uma chamada, na perspectiva do cliente quem comunica com ele não é o operador *João* ou a operadora *Joana*. Apesar destes serem unicamente os representantes da organização, para o cliente é a organização que se encontra em contacto com ele. Este ponto é demasiado descurado pelas organizações pelo facto dos serviços de atendimento não serem diretamente visíveis ao consumidor, e mais do que isso, não são cobrados na maioria das vezes.

A administração de um Contact Center é uma prática que exige certos cuidados e encerra assim de uma série de fatores determinantes para a sua correta gestão. Pode-se destacar de entre esses fatores (Brochand *et al.* 1999: 522-524):

- A formação dos operadores: É essencial para uma correta abordagem por parte dos funcionários. A abordagem do operador é o principal veículo de transmissão da imagem da organização, sendo indispensável um enfoque da formação nas

técnicas comunicacionais telefônicas e capacidade comercial, na formação específica e no conhecimento profundo do produto/serviço divulgado.

- A elaboração do script: Permite uma preparação prévia do operador, através de uma definição das principais abordagens comunicacionais que este deverá seguir nos seus contactos com os clientes, sob a forma de um guião passível de ajustes e criatividade.

- O desenvolvimento de técnicas de comunicação pessoal: Técnicas que possibilitam a transmissão correta, agradável e persuasiva da informação, de forma a facilitar a aproximação. Esta componente precisa ser bem percebida pelo *prospect* argumentando sempre com racionalidade, deixando de parte a componente emotiva. As técnicas giram em torno dos três “P” da comunicação, a saber: ser Positivo e transmitir no discurso; ser Persuasivo e respeitar sempre a razão de ser da empresa representada; ser Persistente.

Atualmente, a Comunicação de uma organização envolve tarefas de vários setores organizadas de forma coerente, resultando numa área pluridisciplinar e evidenciando cada vez mais o conceito de Comunicação Integrada, na coordenação e articulação das conceções, práticas e ferramentas de Comunicação, Marketing, Publicidade e Relações Públicas. A Comunicação é hoje percebida como um instrumento essencial no êxito e desempenho de uma organização, capaz de permiti-la atingir os resultados ambicionados, assim como o Marketing é considerado um forte impulsionador das atividades de uma organização e da sua relação com os clientes. Aliados às NTIC, que despertaram fortes modificações nas organizações, estes conceitos potencializaram as relações entre as organizações, os seus clientes e os seus *stakeholders*. Assim, integrados nos processos de Comunicação e de Marketing, os Contact Centers oferecem às organizações sistemas inovadores de interação que permitem melhorar consideravelmente os seus serviços e a sua relação com os clientes. As organizações sentem, dessa forma, a necessidade de se adaptarem às novas tecnologias e às recentes exigências do mercado, sendo imensas as que optam por contratarem, em regime de *outsourcing*, empresas prestadoras de serviços especializadas e aptas a responder aos desafios colocados. Estas empresas devem ser capazes de encontrar e desenvolver soluções que respondam às necessidades das organizações e das exigências do mercado, através de recursos humanos e tecnológicos especializados e de acordo com os objetivos e pretensões dos seus clientes.

2. Estudo Empírico – Perceção do CRM nos Jovens Estudantes Finalistas e Recém-formados do Ensino Superior

Seguidamente apresentamos um estudo empírico no sentido de avaliar a perceção da tecnologia de *Customer Relationship Management* (CRM) por parte de jovens, estudantes finalistas e recém-formados do ensino superior, que exerçam funções em PME nacionais. Pretendemos aferir o nível de conhecimento de jovens funcionários acerca das potencialidades do sistema

tecnológico de CRM, com o objetivo de perceber se estes estão sintonizados com as suas características. Nesse sentido, intenta-se compreender até que ponto o conceito e funcionamento da tecnologia de CRM é dominado cognitivamente pelos inquiridos e se estes o encaram enquanto uma ferramenta de utilização generalizada nas organizações.

2.1 Metodologia e Procedimentos

No sentido de avaliar a perceção da tecnologia de CRM por parte de estudantes, finalistas e recém-formados do ensino superior, que tenham tido contacto com PME nacionais, decidimos utilizar a ferramenta do inquérito.

Os inquéritos efetuados foram enviados por correio eletrónico, tendo-se optado por um inquérito de carácter confidencial de respostas fechadas, como instrumento para a recolha de dados. Assim, numa primeira fase, foi elaborado o inquérito, seguindo-se o envio e a recolha, o tratamento e finalmente a análise dos dados.

Como descrito acima, os inquéritos foram executados mediante o grau de concordância do respondente para vinte questões agrupadas em quatro grupos de afirmações. As questões em causa foram adaptadas às especificidades desta investigação e assim redigidas a partir das principais características compreendidas num sistema de CRM. O nível de concordância dos inquiridos permite aferir o grau de concordância destes com cada uma das afirmações e assim recolher informações sobre as suas perceções relativamente à tecnologia de CRM.

Dessa forma, solicitou-se aos inquiridos que assinalassem o seu grau de concordância, segundo a escala do tipo Likert, em resposta às questões elaboradas. Para cada questão os inquiridos tinham de assinalar, de 1 a 5, o valor que este representava, correspondendo 1 a *Discordo totalmente*, 2 *Discordo parcialmente*, 3 *Sem opinião*, 4 *Concordo parcialmente* e 5 a *Concordo totalmente*, onde os valores inferiores a 3 são considerados como discordantes, superiores a 3 como concordantes e o valor 3 equivalente a indiferente.

Os inquéritos foram distribuídos e recolhidos por correio eletrónico. A distribuição procedeu-se de forma não aleatória, constando no correio eletrónico a apresentação do estudo, a solicitação para a participação dos destinatários, as instruções gerais e o inquérito em anexo. Relativamente à recolha da informação, foi requisitado no correio eletrónico relativo à distribuição dos inquéritos, que os mesmos fossem preenchidos, anexados e reencaminhados para o endereço de correio eletrónico remetente.

Seguidamente, cumpriu-se o tratamento de dados, no sentido de analisar os resultados referentes aos inquéritos realizados. Para tal, procedeu-se a uma abordagem quantitativa dos mesmos, através do cálculo da média do nível das diferentes questões apresentadas, que utilizaram a escala do tipo Likert de 5 pontos para medir o grau de concordância dos inquiridos. No tratamento de dados recorreu-se ao software Microsoft Office Excel 2007, tendo-se criado a partir da folha de cálculo as tabelas e os gráficos apresentados mais à frente.

2.1.1 Amostra

Recorremos a uma amostra de conveniência composta por 32 pessoas, estudantes finalistas e recém-formados do ensino superior, de diferentes áreas profissionais que exerçam ou tenham exercido funções em PME nacionais de diversos setores, sendo 22 de sexo masculino (68,75%) e 10 de sexo feminino (31,25%). As idades variaram entre os 23 e os 26 anos, com uma média de 24 anos de idade.

2.1.2 Apresentação dos Resultados

O questionário aplicado neste estudo apresentou vinte questões adaptadas às especificidades desta investigação e agrupadas em quatro grupos de afirmações. Os resultados gerais relativos à aplicação do inquérito são representados através de duas tabelas e quatro gráficos, que se encontram no final deste artigo (p. 356-359). A primeira tabela (*Tabela 1 - Média e Resultados dos níveis de concordância relativos a cada questão*) indica a média e o número de respondentes em cada nível da escala de Likert, para cada questão aplicada ao questionário. A segunda tabela (*Tabela 2 - Resultados percentuais dos níveis de concordância relativos a cada questão*) demonstra os valores em percentagem em cada nível da escala de Likert, para cada questão aplicada ao questionário.

Seguindo a apresentação das tabelas, procede-se a uma análise descritiva dos resultados obtidos através da escala de Likert.

A partir do *Gráfico 1 - As organizações têm investido em sistemas tecnológicos de Customer Relationship Management no sentido de...*, é possível verificar que a maioria dos inquiridos concorda de forma parcial ou total que as organizações investem em sistemas tecnológicos de CRM no sentido de melhorar o processo de comunicação (87,5%), de integrar um modelo de gestão de negócios com focalização para o cliente (81,25%) e de recolher informação pertinente para a fidelização do cliente (87,5%). Estas afirmações revelam repetidamente um nível de concordância de 4,2 (*Tabela 1*), 4,3 (*Tabela 1*) e 4,2 (*Tabela 1*). Por outro lado, considerando que 31,25% dos respondentes discordam e 31,25% dos mesmos não possuem uma opinião formada no que diz respeito ao investimento para resolver os problemas de venda, esta afirmativa evidencia um nível médio de 3,1 (*Tabela 1*). Apesar de um nível de concordância de 3,6 (*Tabela 1*), para 62,5% dos inquiridos existe uma concordância relativamente à execução de um investimento de forma a proceder a uma adaptação tecnológica para uma maior competitividade.

O *Gráfico 2 - As funcionalidades de um sistema tecnológico de Customer Relationship Management envolvem...* apurou o nível de perceção sobre as funcionalidades de CRM, tendo ficado evidente que 50% dos inquiridos concordam parcialmente e 37,5% concordam totalmente com a disponibilização de informações sobre os clientes nas funcionalidades do CRM, chegando a uma média de 4,1 (*Tabela 1*). Os níveis de perceção acerca das restantes funcionalidades não superaram um nível de concordância de 4 valores. Assim, os inquiridos atribuíram uma média de 3,6 (*Tabela 1*) relativamente ao cálculo de

métricas para cada cliente, tais como o lucro e o nível de satisfação e uma média de 3,5 (*Tabela 1*) na otimização e automatização da gestão de Marketing e de processos de vendas diários. No que diz respeito à medição da relação comercial com os clientes dos diferentes produtos/serviços, assim como à gestão de oportunidades e seguimento de potenciais clientes, repetidamente 43% e 37,5% dos inquiridos concordam parcialmente com o seu envolvimento nas funcionalidades do CRM.

Nas questões analisadas relativas ao terceiro grupo que pretende perceber a opinião dos inquiridos no que é essencial para implementar um sistema tecnológico de CRM, observa-se níveis de concordância que chegam perto de 4 valores, sem no entanto ultrapassar esse número. Assim, os inquiridos apontaram médias de 3,9 (*Tabela 2*), 3,8 (*Tabela 2*), 3,8 (*Tabela 1*), 3,8 (*Tabela 1*) e 3,9 (*Tabela 1*) relativamente às afirmativas desse grupo de questões. Torna-se evidente pela visualização do *Gráfico 3 - Para implementar um sistema tecnológico de Customer Relationship Management é essencial...*, como se pode observar pelas taxas de concordância dos respondentes, que a maioria dos inquiridos consente que é necessário determinar os processos de negócios da organização (81,75%), definir a segmentação de clientes (75%), assim como controlar e conhecer as informações sobre os clientes de maneira integrada (75%) e designar pessoal para o contacto com os clientes e os potenciais clientes (75%) ou ainda implementar um sistema Enterprise Resource Planning (81,25%).

Pelo quarto gráfico (*Gráfico 4 - Os processos e sistemas de Customer Relationship Management permitem...*) percebe-se que os respondentes assentem que os processos e sistemas de CRM permitem desenvolver relações rentáveis com os clientes, melhorar a relação com o cliente através da análise do funcionamento da relação e segmentar os clientes através do conhecimento mais aprofundado dos padrões de comportamento e de compra. Assim, nestas três afirmativas observou-se níveis elevados de concordância, repetidamente 4,1 (*Tabela 1*), 4,2 (*Tabela 1*) e 4,1 (*Tabela 1*), que correspondem a 87,5% dos inquiridos em cada afirmativa. Considerando que apenas 37,5% dos inquiridos concorda com a capacidade do CRM em reduzir a necessidade e os custos na angariação de clientes, esta afirmativa evidenciou uma média de 3,3 (*Tabela 1*) que corresponde a 43,75% de respondentes sem opinião e 18,75% em desacordo. Com uma média de 4,3 (*Tabela 1*), 47,5% dos inquiridos concordam totalmente com capacidade dos processos e sistemas de CRM definirem campanhas de Marketing com base na informação que foi recolhida e tratada.

Após esta análise descritiva dos resultados do estudo, observa-se que os inquiridos apontaram para todas as afirmativas um nível de concordância positivo e mesmo elevado, tendo a média mais baixa um nível de 3,1 e as mais elevadas 4,3. Os resultados expostos nos gráficos permitem perceber que a maioria dos inquiridos concorda com as questões do questionário, excetuando duas.

2.1.3 Discussão dos Resultados

Os resultados mostram que os inquiridos acreditam que muitas empresas efetuaram significativos investimentos nas NTIC, no CRM neste caso em particular, essencialmente para uma maior relação com o cliente e uma melhor comunicação. Tendo em conta que esta solução é capaz de resolver alguns dos problemas das empresas com um custo reduzido, os respondentes não estão, no entanto, muito seguros que as organizações tenham apostado nessa solução para a resolverem os seus problemas de vendas. É correto afirmar que os investimentos realizados nesse sentido traduzem-se na aquisição de uma ferramenta capaz de assegurar a sobrevivência de uma organização e na criação de valor ao nível dos relacionamentos das empresas.

O CRM abrange, na generalidade, três grandes áreas, especificadamente a automatização da gestão de marketing e da gestão comercial, a automatização dos canais e da força de vendas assim como a gestão dos serviços ao cliente. No que diz respeito às funcionalidades da ferramenta de CRM, os inquiridos revelam-se cientes da sua competência de disponibilização de informações sobre os clientes, sem contudo evidenciar possuírem informações aprofundadas acerca das suas capacidades funcionais. Assim, as pessoas revelam menos à vontade acerca dos benefícios do CRM relativos à sua gestão nas fases de relacionamento com os clientes e à utilização da aplicação, tais como o cálculo e medição de diferentes variáveis relacionadas com os clientes ou a gestão e automatização de diversos módulos.

Apesar de uma ligeira falta de conhecimento no tema, é justo confirmar que os inquiridos creem que a implementação de uma solução de CRM envolve um projeto de importante envergadura para uma empresa e sabem que é essencial determinar os processos de negócio da organização. O projeto tem de ser capaz de gerir e integrar as informações recolhidas nas várias ferramentas à disposição das empresas para estabelecer contactos com os clientes. Acreditam que é essencial implementar um sistema ERP, apesar de este não ser uma solução necessária no desenvolvimento de um sistema de CRM, mas não é menos verdade que a integração do CRM a um ERP permite aumentar as suas taxas de sucesso.

Os processos e sistemas de CRM devem integrar todas as informações de forma a possibilitar a circulação, armazenamento e consulta das mesmas. Os resultados indicam que os inquiridos estão conscientes da importância de recolha e do tratamento da informação para definir campanhas de Marketing e na segmentação dos clientes através de diferentes padrões percebidos pelo tratamento da informação, assim como em análises para a melhoria da relação com o cliente. Os jovens profissionais entendem que as empresas necessitam de centrar a sua atenção no cliente assim como de criar, desenvolver e manter relações a longo prazo com os mesmos. Contudo, existe um certo ceticismo em relação à capacidade dos processos e sistemas de CRM reduzirem a necessidade

de alcançarem um maior número de clientes e conseqüentemente em diminuir os custos da sua angariação.

A partir da apresentação dos resultados referentes ao questionário com escala de Likert aplicado aos inquiridos, torna-se interessante verificar que estes compreendem o sistema tecnológico de CRM e acreditam que este instrumento é um potencial criador de valor para as empresas. Os jovens estudantes finalistas e recém-formados do ensino superior percebem a tecnologia de CRM de forma positiva, isto é, têm conhecimentos acerca das suas potencialidades. Estes sabem que o CRM é um sistema integrado de gestão com focalização para o cliente, constituído por um conjunto de procedimentos organizados e integrados num modelo de gestão de negócios. A percepção dos inquiridos acerca do sistema de CRM baseia-se essencialmente na ideia, exata, de que o cliente é o motivo de existência do CRM, uma vez que pretende melhorar o relacionamento com o cliente e gerir essa relação. Percebem que o CRM surgiu uma vez que as empresas sentiram a necessidade de manterem e tratarem da melhor forma possível o seu elemento fundamental. Por outro lado, as funcionalidades analíticas do CRM envolvem uma ligeira dificuldade de percepção. É seguro afirmar que esta situação é normal visto a probabilidade de a grande maioria da amostra não ter tido oportunidade de manipular a ferramenta. A existência de um nível de conhecimento alto acerca do CRM e as suas opiniões relativamente aos investimentos das organizações em soluções de CRM demonstram que os jovens estudantes e profissionais das PME encaram o CRM enquanto uma ferramenta de utilização generalizada nas organizações, sabendo que são cada vez mais as pequenas empresas a adotarem esta solução e que o próprio CRM se encontra cada vez mais adaptado para esse tipo de empresas. Compreendem que a introdução de um sistema tecnológico de CRM em pequenas empresas é altamente vantajosa, uma vez que permite conjugar as tecnologias de informação e comunicação e a gestão de relações com clientes.

Em relação às limitações do estudo, é importante apontar dois fatores evidentes. O primeiro refere-se à possibilidade de diversos inquiridos terem respondido a certas questões em função da sua intuição. Assim, responderam em função do que acreditavam poder ser as diversas características e funções do CRM, e não propriamente no que conheciam e sabiam do sistema. O segundo põe em causa o universo da amostra do estudo, nomeadamente os jovens, estudantes finalistas e recém-formados do ensino superior que tenham exercido funções em PME nacionais, que poderá ser considerado limitado, ou seja, apesar da sua validade interna não consegue ter validade externa, isto é, ser representativo para o universo em estudo. Os resultados do estudo dependem igualmente em grande parte da experiência profissional e da formação curricular de cada inquirido.

Apesar de, nos últimos anos, muitas empresas terem aumentado significativamente os investimentos efetuados em tecnologias de informação, poucos são os estudos que visam analisar os efeitos que essas tecnologias

provocam na natureza dos relacionamentos estabelecidos pelas organizações ao nível das vendas e das compras. Sugere-se que esta questão seja alvo de estudos futuros, uma vez que pode refletir tendências negociais cujo conhecimento e compreensão se tornam quase obrigatórios no sentido de possibilitar uma posição sustentada no mercado.

Conclusão

Através da contextualização teórica do presente trabalho, tornou-se evidente que a Comunicação deveio, no mundo organizacional atual, na área de maior importância para uma organização, desempenhando um papel fundamental para o seu sucesso. Por seu lado, o Marketing atual é encarado como o centro de todas as atividades de uma organização e, enquanto ferramenta de gestão, depende cada vez mais de uma correta gestão da marca e da forma como essa marca é comunicada. Nesse sentido, é importante conciliar as teorias de Marketing e os modelos de Comunicação, incorporando e aplicando novos conceitos e abordagens que acumulem valor e eficácia à Comunicação e ao Marketing. Enquanto área pluridisciplinar, a Comunicação Integrada é uma conceção revolucionária que coordena toda a organização e recorre a todas as suas ferramentas para um relacionamento através de uma comunicação mais direcionada aos seus clientes e todos os seus *stakeholders*. As organizações devem agir tendo em conta que todos os seus produtos, serviços, marcas e ações comunicam algo, e assim transmitem um determinado ponto de vista e provocam um certo nível de interesse. A Comunicação, o Marketing, a Publicidade e as Relações Públicas são instrumentos decisivos para a geração do sucesso de uma organização e em grande parte responsáveis pelo seu êxito.

As novas tecnologias de informação e comunicação encontram-se em constante desenvolvimento e provocaram profundas alterações no funcionamento das organizações. Aliadas ao Marketing, estas representam ferramentas estratégicas capazes de gerar interações e consequentemente relacionamentos entre as organizações, os seus clientes e os seus *stakeholders*. Dessa forma, através da sua capacidade de interação, as NTIC surgem como as principais ferramentas do Marketing. A estratégia de CRM, intimamente ligada ao Marketing de Relacionamento, fundamenta-se em torno do cliente, de forma a encontrar e atrair novos clientes e satisfazer os atuais, garantindo um relacionamento entre uma organização e os seus clientes. Esta estratégia permite a integração de diversos canais de comunicação entre as organizações e os seus públicos, apresentando o Contact Center como o principal meio de interação capaz de gerar relacionamentos a longo prazo.

Um Contact Center é um instrumento de suporte para todo tipo de organizações com grande capacidade de fidelização, capaz de rentabilizar os clientes, melhorar a eficiência de uma organização e operar uma transformação nos seus processos. Pode existir uma envolvimento por parte de um Contact Center em inúmeras atividades de uma organização, desde contactar clientes, identificar novas oportunidades de negócio, prestar suporte nas vendas, assim

como reforçar e manter um bom relacionamento com os clientes, através do seu atendimento, da prestação de informações e do encaminhamento de reclamações e sugestões.

O estudo de caso efetuado evidenciou que os jovens, estudantes finalistas e recém-formados do ensino superior, que exerçam ou tenham exercido funções em PME nacionais, possuem um nível de conhecimento elevado relativamente às potencialidades de um sistema tecnológico de CRM, sendo que estes compreendem as suas características fundamentais e os seus principais objetivos. Assim, os jovens profissionais entendem que o CRM é um sistema focalizado no relacionamento das empresas com os clientes e que cada vez mais se torna numa ferramenta de utilização generalizada nas empresas. Por outro lado, a perceção dos jovens funcionários acerca das especificidades analíticas do CRM, nomeadamente a sua gestão nas fases de relacionamento com os clientes e o uso da aplicação, envolve uma maior dificuldade de entendimento comparativamente ao seu conceito.

Referências Bibliográficas

- Ang, Lawrence; Buttle, Francis A. (2002): *ROI on CRM: a customer-journey approach*. Perth, Austrália: 18th IMP-Conference. Internet. Disponível em http://www.impgroup.org/paper_view.php?viewPaper=4225 (Consultado em 14 de outubro de 2010).
- Antunes, Joaquim; Rita, Paulo (2008): *O Marketing relacional como novo paradigma: Uma análise conceptual*. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão. Internet. Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1548> (Consultado em 15 de novembro de 2010).
- Baptista, Renato Dias (2003): *A comunicação empresarial e a gestão da mudança*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-renato-comunicacao-gestao.pdf> (Consultado em 13 de outubro de 2010).
- Bard, Nicolas (2008): *L'avenir est à l'IMC (communication intégrée)*. Marketing-etudiant.fr. Internet. Disponível em <http://www.marketing-etudiant.fr/actualites/communication-integree-imc.php> (Consultado em 14 de outubro de 2010).
- Booms, Bernard H.; Bitner, Mary J. (1981): "Marketing strategies and organization structures for service firms". In: Donnelly, James H.; George, William R. (Eds.): *Marketing of Services*. Chicago: American Marketing Association: 47-51.
- Brito, Carlos Melo; Ramos, Carla (2000): *Comércio electrónico: relação com parceiros de negócio*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação. Internet. Disponível em http://www.spi.pt/documents/books/ecommerce/ceprn/acesso_ao_conteudo_integral/indice_java_menu/cap_atual.htm (Consultado em 19 de abril de 2011).
- (2003): "O Impacto das Novas Tecnologias de Informação na Gestão das Relações com Clientes". In: Fernández, J. M. Barreiro; Castro, J. A. Díez de; Fernández, B. Barreiro; Sanmartín, E. Ruzo; Pérez, F. Losada (coordenação): *Gestión Científica Empresarial*. Corunã: Netbiblo.
- Brochado, Samara Sanches (2008): *A Comunicação da Marca e a Relação Estabelecida com os Consumidores Através da Internet*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Internet. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1048/3/samarabrochado.pdf> (Consultado em 2 de novembro de 2010).

- Brochand, Bernard; Lendrevie, Jacques; Rodrigues, Joaquim V.; Dionísio, Pedro (1999): *Publicitor*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Castro, Ana (2010^a): *Programas de Fidelização – Reter ou Fidelizar?* Internet. Disponível em <http://mestreemmarketing.wordpress.com/2010/03/14/programas-de-fidelizacao-reter-ou-fidelizar/> (Consultado em 15 de novembro de 2010).
- (2010^b): *Brand sense*. Internet. Disponível em <http://mestreemmarketing.wordpress.com/2010/04/19/brand-sense/> (Consultado em 15 de novembro de 2010).
- Cavallini, Ricardo (2008): *O Marketing depois de amanhã: explorando novas tecnologias para revolucionar a comunicação*. 2ª Edição. São Paulo. Edição do Autor. Internet. Disponível em <http://www.depoisdeamanha.com.br/download.html> (Consultado em 11 de novembro de 2010).
- Constantinides, Efthymios (2006): “The Marketing Mix Revisited: Towards the 21st Century Marketing”. In: *Journal of Marketing Management 2006*, Vol.22. Routledge: 407-438. Disponível em <http://doc.utwente.nl/57834/> (Consultado em 15 de novembro de 2010).
- Correia, Maria Amélia G. M. (2009): *O Papel do Contact Center no Relacionamento com o Cliente: Perspectiva dos Operadores de Télévendas*. Projeto de Mestrado em Marketing. Lisboa: ISCTE. Internet. Disponível em http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1964/1/Disserta%20a7%20a3o_final.pdf (Consultado em 14 de outubro de 2010).
- Dormann, Christian; Zijlstra, Fred R. H. (2003): “Call centres: high on technology-high on emotions”. In: *European Journal of Work and Organizational Psychology*, Vol.12 N°4. Psychology Press: 305-310. Disponível em <http://goo.gl/dzxni> (Consultado em 15 de outubro de 2010).
- Galbreath, Jeremy (1998): “Relationship Management Environments”. In: *Credit World*, Vol.87 N°2. International Credit Association: 14-21.
- Gans, Noah; Koole, Ger; Mandelbaum, Avishai (2003): *Telephone Call Centers: Tutorial, Review, and Research Prospects*. Philadelphia, USA: University of Pennsylvania; Amsterdam, The Netherlands: Vrije Universiteit; Haifa, Israel: Technion. Internet. Disponível em <http://iew3.technion.ac.il/serveng/References/CCRReview.pdf> (Consultado em 15 de outubro de 2010).
- Greenberg, Paul (2002): *CRM at the Speed of Ligh*t. 2ª Edição. California: McGraw-Hill/Osborne.
- Grönroos, Christian. (1996): “Relationship marketing: strategic and tactical implications”. In: *Management Decision*, Vol. 34 N°3. MCB UP Ltd: 114-35.
- Hunt, Shelby D.; Arnett, Dennis B.; Madhavaram, Sreedhar (2006): “The explanatory foundations of relationship marketing theory”. In: *Journal of Business & Industrial Marketing*, Vol.21 N°2. Emerald Group Publishing Limited: 72-87. Internet. Disponível em <http://www.huizenga.nova.edu/5017/ReadingList/HuntMad-2006-RM.pdf> (Consultado em 14 de outubro de 2010).
- Ilharco, Fernando: *As cinco Cabeças do Dragão: Tecnologia como Instrumento, Infra-estrutura, Sector, Contexto e Background*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ilharco-fernando-cinco-cabeças-dragao-tecnologia-instrumento.pdf> (Consultado em 13 de outubro de 2010).
- Keegan, Warren J.; Duncan, Tom; Moriarty, Sandra E. (1992): *Marketing*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Lamb, Charles W.; Hair, Joseph F.; McDaniel, Carl (2004): *Princípios de Marketing*. São Paulo: Thomson Pioneira.
- Lendrevie, Jacques; Lindon, Denis; Dionísio, Pedro; Rodrigues, Vicente (1995): *Mercator – Teoria e Prática do Marketing*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Marques, Teresa Sá; Oliveira, Pedro Guedes de; Castro, Eduardo Anselmo (coordenação) (2005): *As TIC para um País Competente – From the information Society to the Creative Society*. Universidade do Porto – FLUP/GEDES; INESC-Porto; Universidade de Aveiro.
- McKenna, Regis (1993): *Marketing de Relacionamento: Estratégias bem sucedidas para a era do cliente*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Nunes, Jorge (2003): “*Call Centers*” – *Ontem, hoje e amanhã*. Capgemini Portugal. Internet. Disponível em http://www.pt.capgemini.com/noticias_e_publicacoes/opiniao/2003/opiniao_10022003/ (Consultado em 19 de outubro de 2010).
- Ogden, James R. (2002): *Comunicação Integrada de Marketing: modelo prático para um plano criativo e inovador*. São Paulo: Prentice-Hall.
- Oliveira, Luciel Henrique de (2005): “Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert”. In: *Notas de Aula Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração*. Mestrado em Adm. e Desenvolvimento Organizacional. PPGA CNEC/FACECA: Varginha. Internet. Disponível em <http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/ranking-medio-para-escala-de-likert/28/download> (Consultado em 08 de agosto de 2011).
- Rabia, Selim (2008): *Linha Ocupada, Cliente Livre! Um Estudo Sobre Contact Centers e Fidelidade dos Clientes de Operadoras de Telefonia Celular*. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Internet. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/4419> (Consultado em 14 de outubro de 2010).
- Sourcینگest, Lda. (2009): *Apresentação Sourcingest*. Vila Real.
- Sousa, Jorge Pedro (2003): *Planeamento da comunicação (na perspectiva das relações públicas)*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Internet. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-planeamento-comunicacao.pdf> (Consultado em 13 de outubro de 2010).
- Swift, Ronald (2001): *CRM: O Revolucionário Marketing de Relacionamento com o Cliente*. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Taylor, Phil; Bain, Peter (1999): “An assembly line in the head: work and employee relations in the call centre”. In: *Industrial Relations Journal*, Vol.30 N°2. Blackwell Publishers: 101-117. Disponível em http://www.blackwellpublishing.com/content/BPL/Images/Journal_Samples/IRJ0019-8692~30~2~113/113.pdf (Consultado em 15 de outubro de 2010).
- Telles, Maria Eduarda (2008): *CRM – Um conceito e uma ferramenta TI estratégicos de Gestão*. Vila Real: UTAD.

Decretos-Lei:

Decreto-Lei n.º 134/2009 de 2 de junho. Diário da República n.º 106 (Série I). Ministério da Economia e da Inovação.

Entrevista:

Champalimaud, Pedro (23 de fevereiro de 2010): Entrevista de Mafalda Simões Monteiro. Disponível em <http://www.callcentermagazine.net/content.aspx?menuid=55&eid=5414> (Consultado em 20 de abril de 2011).

Tabela 1 - Média e Resultados dos níveis de concordância relativos a cada questão

Questões		Média	Escala				
			Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Sem opinião	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
			1	2	3	4	5
As organizações têm investido em sistemas tecnológicos de Customer Relationship Management no sentido de:	Melhorar o processo de comunicação.	4,2	0	2	2	16	12
	Proceder a uma adaptação tecnológica para uma maior competitividade.	3,6	2	4	6	14	6
	Resolver problemas de vendas.	3,1	0	10	10	10	2
	Integrar um modelo de gestão de negócios com focalização para o cliente.	4,3	0	0	6	12	14
	Recolher informação pertinente para a fidelização do cliente.	4,2	0	0	4	18	10
As funcionalidades de um sistema tecnológico de Customer Relationship Management envolvem:	A disponibilização de informações sobre os clientes.	4,1	0	4	0	16	12
	O cálculo de métricas para cada cliente, tais como o lucro e o nível de satisfação.	3,6	0	4	8	16	4
	A medição da relação comercial com os clientes dos diferentes produtos/serviços.	3,8	0	0	12	14	6
	A gestão de oportunidades e o seguimento de potenciais clientes.	3,8	0	2	10	12	8
	A otimização e automatização da gestão de Marketing e de processos de vendas diários.	3,5	0	6	6	14	4
Para implementar um sistema tecnológico de Customer Relationship Management é essencial:	Determinar os processos de negócio da organização.	3,9	0	4	2	20	6
	Definir a segmentação de clientes.	3,8	0	6	2	18	6
	Controlar e conhecer as informações sobre os clientes de maneira integrada.	3,8	0	6	2	16	8
	Designar pessoal para o contacto com clientes e potenciais clientes.	3,8	0	4	4	18	6
	Implementar um sistema <i>Enterprise Resource Planning</i> (ERP).	3,9	0	4	2	20	6
Os processos e sistemas de Customer Relationship Management permitem:	Desenvolver relações rentáveis com os clientes.	4,1	2	0	2	18	10
	Reduzir a necessidade e os custos na angariação de clientes.	3,3	2	4	14	8	4
	Melhorar a relação com o cliente através da análise do funcionamento da relação.	4,2	0	0	4	18	10
	Segmentar os clientes através do conhecimento mais aprofundado dos padrões de comportamento e de compra.	4,1	0	2	2	18	10
	Definir campanhas de Marketing com base na informação que foi recolhida e tratada.	4,3	0	0	6	12	14

Tabela 2 - Resultados percentuais dos níveis de concordância relativos a cada questão

Questões		Escala				
		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Sem opinião	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
		1	2	3	4	5
As organizações têm investido em sistemas tecnológicos de Customer Relationship Management no sentido de:	Melhorar o processo de comunicação.	0,00%	6,25%	6,25%	50,00%	37,50%
	Proceder a uma adaptação tecnológica para uma maior competitividade.	6,25%	12,50%	18,75%	43,75%	18,75%
	Resolver problemas de vendas.	0,00%	31,25%	31,25%	31,25%	6,25%
	Integrar um modelo de gestão de negócios com focalização para o cliente.	0,00%	0,00%	18,75%	37,50%	43,75%
	Recolher informação pertinente para a fidelização do cliente.	0,00%	0,00%	12,50%	56,25%	31,25%
As funcionalidades de um sistema tecnológico de Customer Relationship Management envolvem:	A disponibilização de informações sobre os clientes.	0,00%	12,50%	0,00%	50,00%	37,50%
	O cálculo de métricas para cada cliente, tais como o lucro e o nível de satisfação.	0,00%	12,50%	25,00%	50,00%	12,50%
	A medição da relação comercial com os clientes dos diferentes produtos/serviços.	0,00%	0,00%	37,50%	43,75%	18,75%
	A gestão de oportunidades e o seguimento de potenciais clientes.	0,00%	6,25%	31,25%	37,50%	25,00%
	A otimização e automatização da gestão de Marketing e de processos de vendas diários.	0,00%	18,75%	18,75%	43,75%	12,50%
Para implementar um sistema tecnológico de Customer Relationship Management é essencial:	Determinar os processos de negócio da organização.	0,00%	12,50%	6,25%	62,50%	18,75%
	Definir a segmentação de clientes.	0,00%	18,75%	6,25%	56,25%	18,75%
	Controlar e conhecer as informações sobre os clientes de maneira integrada.	0,00%	18,75%	6,25%	50,00%	25,00%
	Designar pessoal para o contacto com clientes e potenciais clientes.	0,00%	12,50%	12,50%	56,25%	18,75%
	Implementar um sistema <i>Enterprise Resource Planning</i> (ERP).	0,00%	12,50%	6,25%	62,50%	18,75%
Os processos e sistemas de Customer Relationship Management permitem:	Desenvolver relações rentáveis com os clientes.	6,25%	0,00%	6,25%	56,25%	31,25%
	Reduzir a necessidade e os custos na angariação de clientes.	6,25%	12,50%	43,75%	25,00%	12,50%
	Melhorar a relação com o cliente através da análise do funcionamento da relação.	0,00%	0,00%	12,50%	56,25%	31,25%
	Segmentar os clientes através do conhecimento mais aprofundado dos padrões de comportamento e de compra.	0,00%	6,25%	6,25%	56,25%	31,25%
	Definir campanhas de Marketing com base na informação que foi recolhida e tratada.	0,00%	0,00%	18,75%	37,50%	43,75%

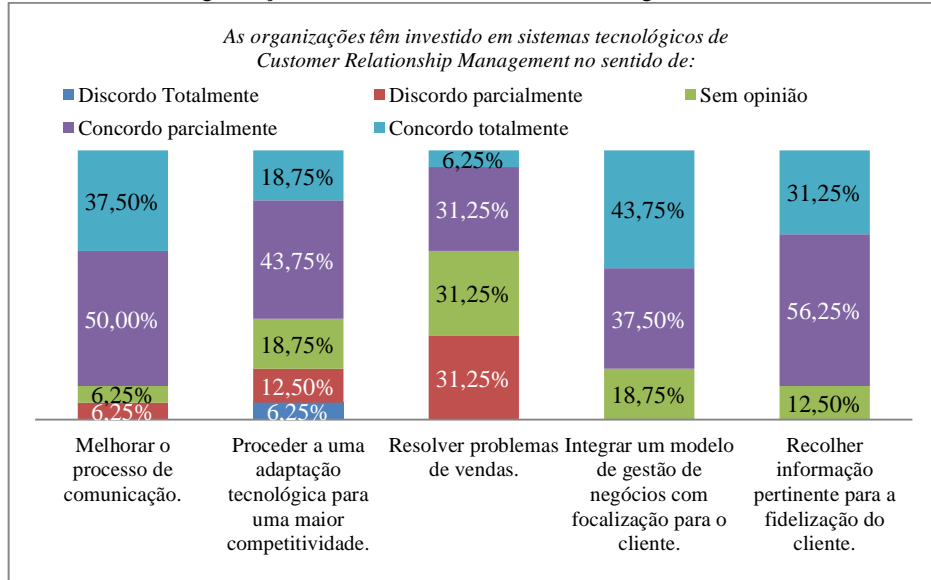
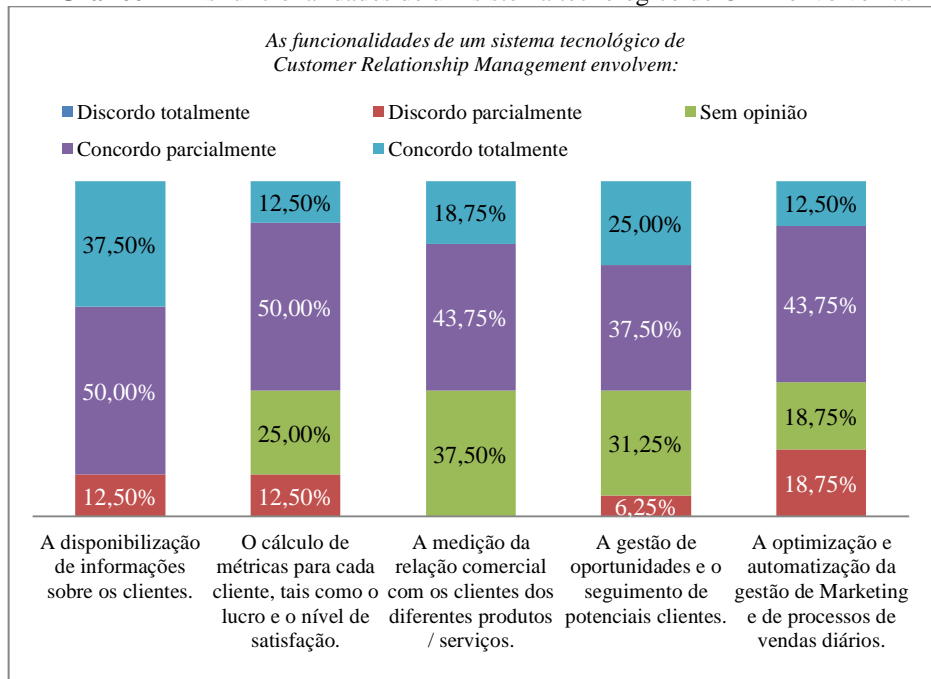
Gráfico 1 - As organizações têm investido em sistemas tecnológicos de CRM no sentido de...**Gráfico 2** - As funcionalidades de um sistema tecnológico de CRM envolvem...

Gráfico 3 - Para implementar um sistema tecnológico de CRM é essencial...

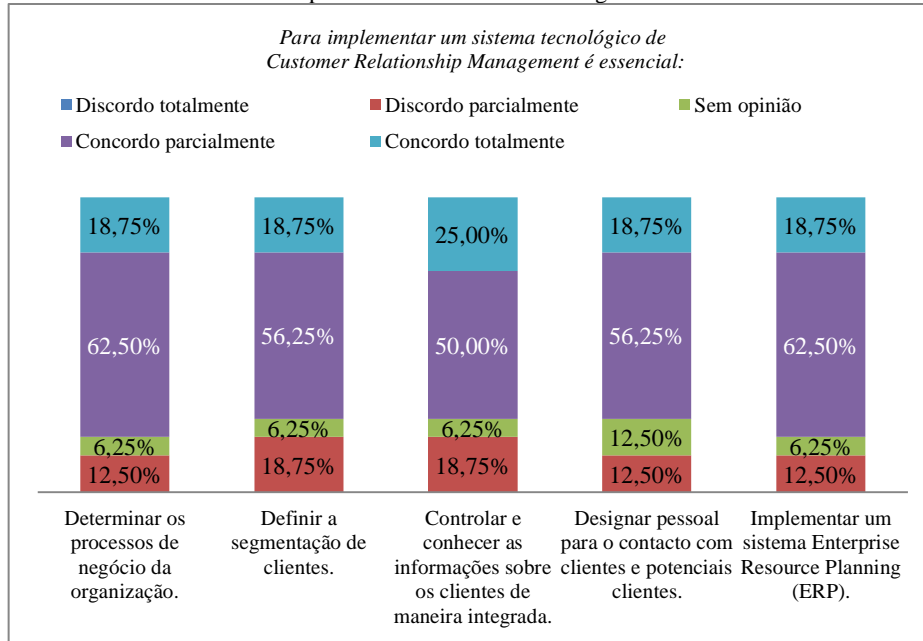
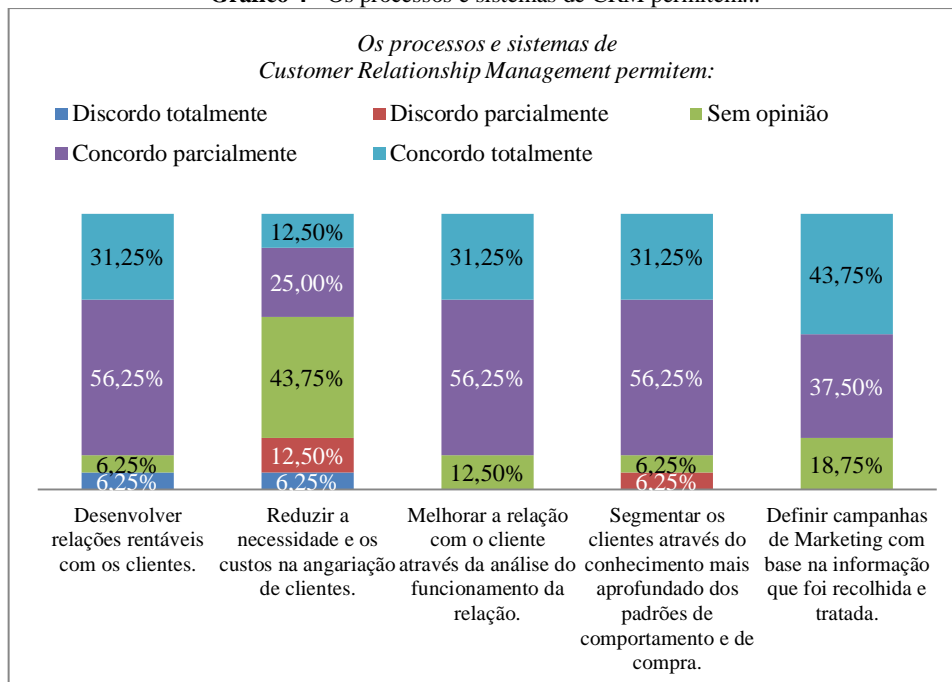


Gráfico 4 - Os processos e sistemas de CRM permitem...



Abreviaturas

AMA – American Marketing Association	IVR – Interactive Voice Response
APCC – Associação Portuguesa de Contact Centers	NTIC – Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação
B2B – Business-to-Business	PME – Pequena(s) e Média(s) Empresa(s)
B2C – Business-to-Customer	SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente
CRM – Customer Relationship Management	SMS – Short Message Service TI – Tecnologias de Informação
CTI – Computer Telephony Integration	TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação
E-Mail – Electronic mail	VoIP – Voice over Internet Protocol
IMC – Integrated Marketing Communications	
IP – Internet Protocol	

Glossário

- B2B (Business-to-Business):** O B2B consiste no conjunto de atividades de uma organização tendo como mercado outras organizações. B2B designa também o estabelecimento de relações comerciais eletrónicas de produtos ou serviços, efetuadas entre organizações.
- B2C (Business-to-Consumer):** O B2C consiste no conjunto de atividades de uma organização tendo como mercado os consumidores. B2C designa também as transações comerciais de produtos ou serviços efetuadas por uma organização com os seus consumidores através da Internet.
- e-Commerce:** Termo inglês que significa comércio eletrónico, ou seja, o comércio de produtos e/ou serviços realizado através da Internet.
- Inbound:** Ações de um Contact Center que envolve a receção por parte dos operadores das chamadas efetuadas pelos públicos.
- Outbound:** Ações de um Contact Center que envolvem a realização de contactos por parte dos operadores.
- Cross-selling:** Técnica de vendas na qual um vendedor tenta vender aos seus clientes já existentes, outros produtos e serviços para lá daquele que foi adquirido inicialmente.
- Up-selling:** Técnica de vendas na qual um vendedor incita o cliente a comprar um produto ou serviço adicional, ou seja, bens extras, complementos ou aperfeiçoamentos, em relação ao produto ou serviço que está a ser adquirido, de forma a produzir uma venda mais rentável.
- Back-office:** Área do Contact Center que controla, gere e analisa os processos do centro de contactos.
- Front-office:** Área do Contact Center que recebe, atende e realiza contactos.
- Lead:** Processo de abertura de oportunidades comerciais, apoiando as ações dos vendedores e estruturando-as coerentemente com a estratégia da organização.
- Prospect:** Consiste num potencial cliente.
- Suspect:** Pessoa ou empresa que se enquadra no perfil ideal do cliente potencial que se quer conquistar.
- SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente):** Área do Contact Center que procede a atividades de atendimento resultantes de contactos de clientes, através de prestação de informações, receção e tratamento de dúvidas e reclamações.
- ACD (Automatic Call Distributor):** Significa Distribuidor Automático de Chamadas e consiste num sistema telefónico especializado capaz de atender e encaminhar diversas chamadas recebidas, através do encaminhamento automático da mesma para um operador livre ou para um sistema IVR, de acordo com as instruções para aquela chamada.
- CTI (Computer Telephony Integration):** É uma tecnologia que faz a integração entre aplicativos informáticos e telefónicos, permitindo por exemplo que um computador funcione da mesmo modo que um interface telefónico.
- IVR (Interactive Voice Response):** Sistema que possibilita um atendimento automático interativo, mediante a deteção de sinais telefónicos ou vocais aquando de uma chamada telefónica.
- PABX (Private Automatic Branch eXchange):** É equipamento para centrais privadas de comutação telefónica e consiste num centro de distribuição telefónica que permite completar as ligações de forma automática, sem intervenção manual.
- VoIP (Voice over Internet Protocol):** Significa Voz sobre IP e consiste numa técnica que permite a transmissão de sinais de voz através do uso do protocolo Internet (IP).

A Personalização dos Conteúdos dos Jornais Online na Reconfiguração das Práticas do *Gatekeeping*

Jorge Figueiredo

Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior de Ciências Empresariais
jfigueiredo@esce.ipvc.pt

António Cardoso

Universidade Fernando Pessoa / CEL
ajcaro@ufp.edu.pt

Laura Cruz

Escola Secundária Rocha Peixoto
laurammcruz@gmail.com

Álvaro Lima Cairrão

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
cairrao@utad.pt

Galvão Meirinhos

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
gsm@utad.pt

Abstract

With the technological development and the proliferation of the digital web, the media assists to the appearance of a new support that assimilates progressively the previous media. When the internet is integrated in the journalistic practices, it makes possible certain idiosyncrasies, that simultaneously direct the communicational politics towards the contents' personalisation of online newspapers. In this sense, this new communication paradigm, based on pro-active receiver will interfere significantly with the reconfiguration of the gatekeeping practices.

Resumo

Com o grande desenvolvimento tecnológico e a proliferação das redes digitais, o sistema mediático vê surgir um novo suporte que progressivamente vai assimilando os anteriores meios. A Internet ao ser integrada nas práticas jornalísticas proporciona determinadas especificidades, que de uma forma concomitante, direcionam a sua política comunicacional para a personalização dos conteúdos dos jornais *online*. Nesse sentido, este novo paradigma da comunicação, com base no recetor pró-ativo vai interferir de forma significativa na reconfiguração das práticas do *gatekeeping*.

Introdução

Atualmente assiste-se a uma evolução tecnológica que permite uma expansão e globalização das redes digitais, construindo-se e disseminando-se pela interligação das mensagens, no contexto das comunidades virtuais em constante mutação, num «ciberespaço» que rompe com as fronteiras espaço-temporais. Existe, desta forma, uma diversificação e simplificação dos «interfaces» articuladas com o fenómeno digital que afluem para uma adesão a larga escala no «ciberespaço» com a interligação mundial dos computadores.

Este avanço da tecnologia também se repercute no campo editorial e jornalístico. Contrariamente aos *media* convencionais que permitem apenas uma veiculação de informação unidirecional, dirigindo-se a grandes audiências, de uma forma indiferenciada e generalista, os novos *media*, com o recurso às novas tecnologias, além de poderem identificar cada elemento da sua audiência, têm a possibilidade de estabelecer uma comunicação interativa, proporcionando uma capacidade de resposta, num processo individualizado, por parte das audiências.

A Internet proporciona uma interatividade personalizada, e cada vez mais multimidiática em virtude da sua possibilidade de incorporar novas combinações de texto, imagens, imagens em movimento e som. Possui também um espaço quase ilimitado para oferecer níveis de profundidade, textura e contexto, impossível noutro meio. O jornal para personalizar a sua informação terá que, ao interagir com cada audiência, adquirir informação pormenorizada e atualizada acerca do leitor para apresentar o seu conteúdo de acordo com os hábitos de cada utilizador, possibilitando a cada um dos seus leitores, um potencial editor pessoal.

A Internet, como o mais importante *medium* interativo, possibilita a difusão imediata de uma informação e seguir as reações do utilizador em simultâneo, reconfigurando as práticas jornalísticas e a sua relação com os leitores. As audiências podem interagir com os jornalistas, quer de uma forma assíncrona, quer em tempo real. O correio dos leitores ganha um novo significado, possibilitando uma resposta rápida e precisa ao conteúdo de determinada notícia ou comentário. Os leitores podem interpelar o jornalista ou acrescentar factos complementares de forma imediata e interativa, impossível nos *media* tradicionais. Por outro lado, estas novas plataformas jornalísticas promovem a formação de grupos de discussão, fortalecendo o processo relacional entre os leitores e o jornal.

Este sistema de troca de experiências entre os intervenientes, de uma forma interativa, permite ao utilizador tomar uma decisão, reagindo de forma ativa e interventiva, retomando a sua função crítica. A transferência de competências, na qual, a audiência em particular passa a escolher a informação segundo as suas pretensões, permite a criação de um órgão de comunicação social à sua imagem.

Este novo fenómeno comunicacional ao atribuir um papel proativo e interativo ao leitor intervencionista na elaboração das próprias notícias, impõe

novas formas nas rotinas jornalísticas, evidenciando a reconfiguração das práticas do *Gatekeeping*.

1. Do jornalismo *on line* ao webjornalismo

Partindo da expressão de Marshall McLuhan, de que o conteúdo de qualquer meio é sempre o anterior médium que foi substituído, constata-se este fenómeno relativamente à Internet, quando numa fase inicial acolhe os diferentes meios de comunicação de massas, sem se verificar qualquer alteração nas suas linguagens.

Bill Gates (1995) refere que a maioria dos conteúdos na Internet foram transferidos da fonte em papel, limitando-se a aparecer sem imagens, tabelas e gráficos, tal como aparecem no suporte original, funcionando, não como um meio, mas como um instrumento de publicação. Mas, para se tirar o melhor partido das capacidades do médium eletrónico, o conteúdo terá de ser criado especificamente para ele.

A distribuição dos conteúdos dos jornais na Internet era algo evidente e fundamental, na medida em que o jornal tradicional, com recurso às novas tecnologias, já possui um texto preparado num computador, onde os artigos, muitas das vezes são enviados pelos repórteres através de correio eletrónico, as imagens digitalizadas são frequentemente transmitidas através de fios e a paginação é feita com sistemas informáticos que preparam os dados para a sua transferência para película ou para a gravação direta em chapas. Quer isto dizer que, toda a conceção e fabricação do jornal é digital em todas as suas etapas, exceto, quando os *bits* se transformam em átomos, ou seja, quando o jornal é impresso em papel¹ (Negroponte 1996: 63-64).

Só posteriormente, a rádio e a televisão aderiram a este novo meio, mas também só se limitaram a disponibilizar na Internet os conteúdos já existentes no seu suporte natural. Foi preciso que se evidenciassem as características do texto, som e imagem em movimento para que se criasse uma linguagem própria, com base nas características do hipertexto, explorando todas as potencialidades da Internet. Observa-se, com a introdução dos diferentes elementos multimédia, uma alteração nos processos de produção noticiosa em torno de alguns dos conteúdos produzidos pelos meios existentes, embutindo novas rotinas e novas linguagens na atividade jornalística, facultando aos utilizadores um produto completamente novo e promovendo uma transformação no processo de receção que lhes fora imposto pelos meios tradicionais, fundamentando a afirmação de Jo Bardoel (1996), de que sempre que emerge uma inovação tecnológica significativa, surgem novas práticas jornalísticas.

¹ Negroponte, em relação a esta fase onde se dá a impressão do jornal em papel, refere com uma certa ironia que: «a tinta é espalhada em cima das árvores mortas» deixando sugerir o desperdício que será materializar as formas digitais e acrescenta que quando os «*bits* são fornecidos em *bits*» existe uma infinidade de vantagens, como a possibilidade de imprimir em casa, em papel reutilizável, só aquilo que tem interesse (Negroponte 1996: 64).

Seguindo esta linha de pensamento, Concha Edo (2000) lembra que a Internet, ainda que com proporções incomparavelmente maiores e com um horizonte mais alargado, é um fenómeno semelhante ao que se produziu com a chegada da imprensa, do telefone, do cinema, da rádio ou da televisão.

Segundo Pavlik (1996), apesar da adesão generalizada e maciça à Internet, poucos *sites* produzidos por empresas jornalísticas tradicionais souberam tirar partido das suas qualidades imediatas, interativas e multimédia. Mas, este novo meio, ao transformar a prática do jornalismo está a criar novas lógicas e estruturas que transformam expressivamente o campo de informação, modificando em profundidade a pesquisa, a produção e a difusão da informação (Agostini 1997).

Este desenvolvimento da Internet como novo meio de comunicação social provoca um impacto no jornalismo, influenciando-o em duas grandes correntes: em primeiro lugar, interfere nas rotinas jornalísticas que passam a depender muito da Internet e, em segundo lugar, leva à criação de edições jornalísticas neste suporte, complementares ou substitutas das edições impressas, radiofónicas ou televisivas (Bastos 2000).

John Pavlik (2001) considera três fases neste processo evolutivo do jornal na Internet: uma primeira fase tem que ver com esta componente do JAC, onde os *media* tradicionais procedem à pesquisa de conteúdos, à recolha de informação e ao contato com as fontes de informação tendo em vista a elaboração de noticiário para suportes ou edições tradicionais, ou à reprodução simples de páginas de versão impressa de um jornal; na segunda, os conteúdos são produzidos unicamente para versões *on-line*, possuindo já hiperligações, aplicações interativas e, nalguns casos, fotos, vídeos ou sons; na terceira fase, os conteúdos são desenvolvidos exclusivamente para a *web*, tirando partido de todas as suas características.

Cabrera Gonzalez (2000) identifica quatro modelos de jornal divulgado na Internet que correspondem às respetivas fases de evolução. A primeira, apelidada de *Fac-simile*, tem que ver com a reprodução simples de páginas da versão impressa de um jornal, tanto através da sua digitalização, como de um PDF; uma segunda fase denominada modelo adaptado refere-se à utilização dos mesmos conteúdos das versões escritas dos jornais tradicionais, mas a informação é apresentada num *layout* próprio, altura onde começam a ser integrados *links* nos textos; a terceira fase diz respeito ao modelo digital, quando os jornais possuem um *layout* pensado e criado para o meio *on-line*, com a disponibilização do hipertexto e a possibilidade de comentar, assim como, aparecem as notícias de última hora, algo inatingível em versão em papel; a quarta fase diz respeito ao modelo multimédia, uma etapa onde as publicações exploram significativamente as potencialidades do meio, fundamentalmente a interatividade e a possibilidade de integrar som, vídeo e animações nas notícias.

João Canavilhas (2006^b) lembra que esta análise proposta por Cabrera Gonzalez parece resultar da observação de publicações *on-line* nascidas em

grupos de comunicação proprietários de jornais em papel, a situação mais vulgar no meio. Além disso, considera que esta sistematização alargada a todos os meios de comunicação pode restringir o processo a duas fases fundamentais: jornalismo *on-line* e *webjornalismo*. No primeiro caso, as publicações mantêm as características essenciais dos meios que lhes deram origem. Na fase a que se chama *webjornalismo*, as notícias passam a ser produzidas com recurso a uma linguagem constituída por palavras, sons, vídeos, infografias e hiperligações, tudo combinado para que o utilizador possa escolher o seu próprio percurso de leitura.

Denise Caruso (1998) considera que os profissionais de comunicação sentiram alguma retração em relação à utilização deste novo meio, no entanto, lentamente entraram num processo de adaptação que contribuiu significativamente para a mudança radical da forma como comunicam uns com os outros e com as fontes, mas também a quantidade e o alcance da pesquisa do seu trabalho, na medida em que é distribuído à escala global.

Do mesmo modo como aconteceu nos meios tradicionais, a expansão do *webjornalismo* também está intimamente ligada aos processos de aperfeiçoamento da sua difusão. Tem havido uma limitação na aplicação de uma linguagem que aproveite as características oferecidas pelo meio, em parte, condicionada pela instabilidade resultante do rápido desenvolvimento das tecnologias de acesso e pelo desequilíbrio geográfico que se verifica no campo de acesso à Internet.

O número de utilizadores a nível mundial atingiu um patamar bastante significativo, no entanto, o ritmo de crescimento da banda larga condiciona o tipo de conteúdos oferecidos pelo jornalismo que se faz na *web*. Naturalmente, as publicações apostaram nas notícias baseadas em texto verbal escrito, já que o *download* das páginas é relativamente rápido mesmo para acessos de baixa velocidade. Por essa razão, o texto continua a ser o elemento mais usado no jornalismo que se faz na *web*, mas também pelo fator económico que, de uma forma bastante acessível, disponibilizava as mesmas notícias da versão impressa. O mesmo aconteceu com a rádio e a televisão que recorreram aos conteúdos já existentes, utilizando o texto como base das notícias, elemento comum aos vários meios (Canavilhas 2006^a).

2. As novas potencialidades desenvolvidas pelo jornal online

Com base nas potencialidades desenvolvidas pela Internet, o jornalismo na *web* vai apresentar determinadas especificidades que o tornam diferente dos outros meios de comunicação social e o conduzem para o fenómeno da personalização. Aspectos como a instantaneidade de acesso/atualização contínua, perenidade/memória, multimedialidade/convergência, hipertextualidade e interatividade apresentam-se de forma concomitante, contribuindo para a afirmação da personalização de conteúdo.

A instantaneidade/atualização contínua tem que ver com a rapidez do acesso, combinada com a facilidade de produção e de disponibilização, propiciadas pela digitalização da informação e pelas tecnologias telemáticas, permitindo uma extrema agilidade de atualização do material nos jornais da *web*. Isso possibilita o acompanhamento contínuo em torno do desenvolvimento dos assuntos jornalísticos de maior interesse² (Palácios 2002).

Este fenómeno de instantaneidade ou rapidez na mediatização é uma característica que, embora exista na rádio e na televisão, assume outra dimensão no *webjornalismo*. É muito rápido, fácil e barato inserir ou modificar notícias em formato binário, mesmo correndo o risco da rapidez deixar escapar alguns erros na escrita. Nas redações dos jornais impressos há limitações de tempo (uma edição a cada dia) e de espaço (número de páginas), situação que o *gatekeeper* irá resolver, selecionando, dentro de uma variedade muito extensa de opções, aqueles assuntos que poderão interessar ao público do jornal.

No *webjornalismo*, essas limitações praticamente não existem, tendo em consideração que uma notícia pode ser transmitida a qualquer hora e num espaço quase ilimitado, contando agora com o correio eletrónico que permite o envio e receção de informação de uma forma instantânea, independentemente da localização geográfica do destinatário.

No jornalismo processado na *web*, considerando que os conteúdos podem ficar disponíveis, as «unidades narrativas» acumulam-se para formar uma única e grande narrativa sobre um determinado facto. O último bloco de textos é somado ao anterior, que ainda poderá estar disponibilizado no *site*. Assim, um conjunto de blocos de textos que foram sendo aglomerados, encontram-se disponíveis e constituem a narrativa acerca de determinado acontecimento. Esta característica implica diretamente o fator memória que possibilita o armazenamento para posterior disponibilização dos arquivos.

A perenidade ou memória refere-se ao material jornalístico produzido *on-line* que pode ser guardado de uma forma indefinida. Possuindo mais baixo custo de armazenamento que os outros *media*, é possível guardar grandes quantidades de informação em pouco espaço, recuperando-a instantaneamente com a busca rápida *full text* (Palácios 2003).

Considerando que o trabalho jornalístico na *web* não tem um espaço limitado na disponibilização de material noticioso reúnem-se as condições para uma acessibilidade *on-line* de toda a informação anteriormente produzida e armazenada, através da criação de arquivos digitais, com sistemas sofisticados de indexação e recuperação de informação.

O *webjornalismo* proporciona a recuperação de informação armazenada, tanto pelo profissional como pelo leitor, por meio de arquivos *on-line* detentores

² As chamadas «últimas notícias» (*Breaking News* ou *Latest News*) tornaram-se uma característica de quase todos os jornais mais importantes na *web*. Por outro lado, alguns jornais, especialmente aqueles localizados em portais, chegam a estabelecer como sua «marca registada» a rapidez da atualização, no estilo *fast-food* (Palácios 2002: 7).

de motores de busca (*search engines*) que permitem múltiplos cruzamentos de palavra-chaves e datas (indexação).

A facilidade com que os consumidores de informação jornalística podem aceder a uma informação armazenada, ocorre muita das vezes em situações onde os leitores participam em fóruns ou inquéritos relacionados com notícias correntes, sendo este material incorporado no universo de informação construído em torno do facto jornalístico e, eventualmente, armazenado nos arquivos *online* do jornal para posterior recuperação e consulta. Os *sites* jornalísticos de tipo P2P (*peer-to-peer*) são outro exemplo de «dupla via de alimentação», já que nesse formato, produtores e utentes da informação realmente se identificam.

A memória propicia também um contexto de continuidade em relação a suportes anteriores. Os jornais tradicionais disponibilizam arquivos físicos das suas edições passadas aos leitores, assim como servem de material de trabalho para os editores e jornalistas. O mesmo se passa com o jornalismo na *web* (quer seja jornal, rádio ou televisão) que com uma facilidade e funcionalidade muito maior, permite uma incursão no arquivo de forma imediata e funcional.

No contexto do jornalismo na *web*, multimedialidade refere-se à convergência³ dos formatos dos *media* tradicionais (imagem, texto e som) na narração do facto jornalístico. A convergência torna-se possível em função do processo de digitalização da informação e sua posterior circulação e/ou disponibilização em múltiplas plataformas e suportes, numa situação de agregação e complementaridade (Palácios 2002).

O fenómeno multimédia vai funcionar como elemento enriquecedor e inovador do *webjornalismo*, e como refere Ignácio Ramonet (*cit. in* Barbosa 2001), pela primeira vez num só meio, junta-se o texto, o som e a imagem. É nesse sentido que Sandoval Martín (2000) afirma que o jornalismo na *web* ao trabalhar textos, fotos, áudio e vídeo, acaba por ser um jornalismo multimédia.

Para Dube (2002), o elemento multimédia aparece de diversas formas nos *sites* noticiosos: os *print plus* consistem na disponibilização de texto, tal qual como é publicado no impresso, juntamente com outros elementos, como a fotografia ou vídeo; os interativos, aplicáveis com base nos tradicionais gráficos de jornais ou televisão, permitem ao utente fazer algumas escolhas; os *slideshow* apresentam de uma forma simples uma sequência de imagens com o objetivo de narrar uma sequência de factos ou, simplesmente, um ensaio fotográfico sobre o assunto; as «estórias» de áudio procuram explorar o som para narrar uma «estória», quando a escrita não é adequada para expressar o conteúdo; o *slideshow* narrado concilia imagens e sons; as «estórias» com recurso à

³ É conveniente salientar que o conceito de convergência, abordado neste trabalho, referente às novas potencialidades desenvolvidas pela Internet, tem que ver com os diferentes sistemas de distribuição anteriormente diferenciados (revistas distribuídas em quiosques, sinais de rádio e televisão transmitidos através do ar até aos aparelhos fotorreceptores) convergem de uma forma mesclada na plataforma comum na Internet. Já o conceito de convergência aqui expresso, refere-se à afluência dos formatos dos *media* tradicionais (imagem, texto e som) na transmissão das notícias.

animação funcionam para narrar um facto, principalmente, quando não há imagens sobre o acontecimento; o *webcasting* interativo tem que ver com o uso de vídeo associado a algumas possibilidades da *web*, tais como, oferecer *links*, *chat*, entre outros, proporcionando uma experiência diferente; a *multimédia interativa* utiliza várias formas, criando uma forma híbrida que integra texto, gráficos «clicáveis», áudio, fotos e vídeo, formando um conjunto compreensível e interativo para narrar factos.

Para este autor, talvez se esteja a caminhar para uma rutura onde a célula informativa, em vez de ser um texto escrito, ou som, ou imagem, é um texto híbrido. Essa facilidade multimédia impõe algo de novo, na forma como se pode ler o jornal impresso, assistir ao noticiário de televisão e ouvir o noticiário da rádio, no mesmo computador, quase em simultâneo. Desta forma, a integração de elementos multimédia na notícia obriga a uma leitura não linear com recurso à hipertextualidade.

Considerando o conceito de «hipertexto», criado por Theodor Nelson, constata-se uma escrita/leitura não linear num sistema informático. Um processo que permite um acesso não sequencial à informação, por meio de ligações de textos entre si, podendo passar-se de um assunto para outro por meio de conexões, assim como, estabelecer referências cruzadas, criar documentos novos, estabelecendo conexões entre todas as partes dos temas consultados e depois selecionados. Mas, o hipertexto quando sofre uma extensão através de elementos sonoros ou audiovisuais, chama-se «hipermédia». As ligações dinâmicas que se estabelecem no hipermédia permitem que imagens e sons se associem de modo linear a textos e a outros sons e imagens de forma a facultar um sistema de circulação fluente nos signos que compõem a gramática áudio-scripto-visual.

A hipertextualidade torna-se fundamental no jornalismo da *web* porque traz a possibilidade de interconectar textos noticiosos através de hiperligações para outros textos complementares (fotos, sons, vídeos ou animação), outros *sites* relacionados com o assunto ou material de arquivo dos jornais. Trata-se de um padrão de organização da informação que até então não tinha sido utilizado na narrativa jornalística.

Os sistemas hipermédia devem ser pensados como uma sucessão de estímulos icónicos, textuais e sonoros, orientados para o usuário, na qual, a qualidade do *design* de um sistema hipermédia se funda na organização visual, na facilidade de navegação, na intuitividade de funcionamento e na uniformidade visual. Impõe-se uma organização e uma uniformidade visual no acesso aos conteúdos que permite uma destreza e uma facilidade no percurso hipermédia. Trata-se de uma ergonomia do sistema hipermédia que se prende com a capacidade de transmissão sincronizada de uma mensagem num meio multimédia e com o grau de economia de tempo do usuário relativamente à assimilação de palavras, imagens e sons (Meirinhos 2000).

Por seu lado, Arlindo Machado (1997) considera que a estrutura hipermédia, pelo facto de se constituir num conjunto de informações (texto, som e imagens) «(...) ligados entre si por elos probabilísticos e móveis, que podem ser configurados pelos receptores de diferentes maneiras, de modo a compor obras instáveis em quantidades infinitas (...)», é considerada interativa.

A interatividade manifesta-se quando existe uma comunicação mediada por tecnologias – Um tipo de relação que faz com que o comportamento de um sistema modifique o comportamento do outro.

Os meios de comunicação social tradicionais sempre tiveram algum tipo de interatividade, como nas secções de cartas de jornais e televisões e nos telefonemas para programas de rádio (*talk* rádio), mas é através do *webjornalismo* que essa interatividade se intensifica. Efetivamente, a interatividade é uma das características mais proeminentes que distingue os *media* digitais dos *media* tradicionais. A tecnologia da Internet permite uma verdadeira comunicação bidirecional, utilizando o correio eletrónico e os fóruns de discussão como meios de interligação na comunicação de massas ou na comunicação relacional em pequena escala.

Existe uma «automatização» na leitura das notícias através dos *hiperlinkes*, com a possibilidade do leitor enviar formulários com comentários sobre uma notícia e ver as suas observações colocadas imediatamente à disposição de outros leitores, assim como, a facilidade de participação em votações sobre temas polémicos (Millison 1999).

Atualmente, os jornalistas, não se resumem só à publicação das notícias. Eles encetam um processo que lhes permite desenvolver um diálogo, em tempo real, entre um jornalista e um leitor ou entre jornalistas e leitores (Pavlik e Shawn 2003).

Segundo Luciano Martins (*cit. in* Mielniczuk 1999), a interatividade funciona como um sinal de que aquele conteúdo alcançou o leitor de uma maneira mais emocional ou até mais profunda, e o *feed-back* processa-se pelo seu *e-mail*, como mensagem de retorno. Esse impulso é transmitido pelos jornais da *web* através dos *emails*, em todas as edições, por meio de uma tela que remete aos *e-mails* das edições e de outras secções do jornal como assinaturas do jornal, clube do assinante, entre outros, e através do fórum, uma secção que disponibiliza mensagens enviadas pelos leitores a respeito de assuntos propostos ao debate pelo jornal.

Será necessário, para que haja interatividade no jornal na *web*, uma atualização constante, uma agilidade para tratar e divulgar informações, uma forma de hipertexto para facilitar a localização da informação, um *design* adequado à Internet, uma diversificação dos assuntos oferecidos pelo jornal, um arquivo e uma possibilidade de pesquisa/modo de busca (Mielniczuk 1999).

De acordo com Bardoel e Deuze (2000), a notícia na *web* consegue colocar o leitor como parte ativa do processo jornalístico, quer na troca de *emails* entre leitores e jornalistas, através da disponibilização da opinião dos leitores, como se

passa em *sites* que albergam fóruns de discussões e através de *chats* com jornalistas.

Arlindo Machado (1997) lembra que a interatividade ocorre também no contexto da própria notícia, considerando que a navegação pelo hipertexto também pode ser classificada como uma situação interativa.

Na perspetiva de Mielniczuk (2003), no *wejournalismo* não se pode falar simplesmente em interatividade, mas sim, numa série de processos interativos. Adota-se o termo «multi-interativo» para designar o conjunto de processos que envolvem a situação do leitor de um *webjournal*.

Esta autora vê na relação que o utilizador estabelece com o computador, com a própria publicação, através do hipertexto, ou com outras pessoas, seja autor ou outros leitores, duas possibilidades de interatividade. A primeira está intimamente relacionada com a exploração do uso da hipertextualidade e da narrativa multissequencial do facto jornalístico e restringe-se ao âmbito da experiência do leitor/usuário, que navega por um texto verdadeiramente fragmentado, caleidoscópico. A segunda situação reporta-se às possibilidades resultantes da interação entre usuários, a qual pode gerar, por exemplo, novos géneros jornalísticos.

3. A personalização de conteúdos

Jo Bardoel e Mark Deuze (2000) referem que as diversas experiências e modelos geraram uma diferenciação de formatos que contemplam a distribuição de conteúdos variados a depender do perfil da publicação, enquanto para Derrick de Kerckhove (1997:123) foram os computadores que introduziram poder sobre o ecrã e permitiram a personalização do tratamento sobre a informação.

Esta possibilidade de disseminação de informação pelos utentes deve-se principalmente à característica arquitetónica da rede e dos seus sistemas de *software* e *hardware*, que permitem tanto o armazenamento sem limites da quantidade de informação, como também, a possibilidade de oferta de conteúdos, seguindo lógicas de justaposição distintas para cada utilizador, segundo as preferências de cada um deles (Silva Jr. *cit in* Luciana Mielniczuk 2002). Aliás, um estudo realizado por Thomas Patterson (2007) demonstra que, quanto mais jovem, mais o norte-americano se distancia do jornal impresso e do telejornal como fontes de informação, preferindo enveredar pela informação através de canais personalizados na Internet.

Este procedimento vai ao encontro do conceito de personalização, ou também conhecida por individualização. Consiste na opção oferecida ao utilizador para configurar os produtos jornalísticos de acordo com os seus interesses individuais. É um processo que conta com *sites* noticiosos que permitem a pré-seleção dos assuntos, bem como, a sua hierarquização e escolha de formato de apresentação visual (diagramação). Assim, quando o *site* é acedido, a página de abertura é carregada na máquina do utilizador, atendendo a padrões previamente estabelecidos, da sua preferência (Mielniczuk 2003).

A personalização pensa a configuração dos produtos de acordo com os interesses individuais dos usuários. Mas, o facto do utilizador percorrer os seus próprios trajetos, optando entre os *links* disponíveis e construindo uma linearidade narrativa particular, também caracteriza uma forma de personalização.

A informação personalizada é uma prática cada vez mais comum no *webjornalismo* porque possibilita o acesso por parte do leitor às notícias dos assuntos da sua preferência. Possuindo uma informação cada vez mais específica e individualizada, tem recebido um reconhecimento e uma procura significativa por parte das audiências deste novo suporte (Guérin 1996).

Alvarez Fernández (*cit. in* Quintero 1996) constata que o mercado se segmentou, sectorizou, sob uma poderosa tendência para o individualismo. Cada pessoa, consumidor de informação e comunicação, sente-se em condições, perante a multiplicidade da oferta e as facilidades de acesso, de organizar a sua própria ementa, de decidir o que lhe interessa e gosta a cada momento. E um dos pontos fulcrais para o futuro, circundará em torno da oferta de serviços «a la carte» e da possibilidade dos jornais se transformarem em pontos de venda de serviços.

Por seu lado, Nicholas Negroponte (1996: 164) sublinha que esta prática dá destaque aos interesses particulares e específicos de cada leitor, permitindo-lhe o acesso apenas aos artigos por si desejados, uma espécie de *Daily me* («diário de Mim»), onde a audiência tem a possibilidade de montar os seus pacotes informativos próprios, de acordo com as suas necessidades, ausentes de limitações espaço-temporais.

Negroponte refere que neste contexto de *Daily Me*, as aplicações mais evoluídas são detentoras de agentes inteligentes, em forma de programas informáticos, com o objetivo de pesquisar todas as notícias de jornal, rádio e televisão, para seleccionar os elementos pretendidos para a construção de uma só edição, com os temas da preferência de cada indivíduo em particular.

Como toda a informação está sendo tratada por computadores, é rápido colher informações sobre usuários/leitores e oferecer os *media* de acordo com os interesses. Esta personalização de conteúdo pode-se realizar de diversas formas:

Muitos *sites* de informação e serviços (portais) permitem que o leitor escolha temas que lhe interessam e receba apenas notícias sobre eles, ao aceder à página. Um bom exemplo é o *News is Free*, *Netvibes*, ou *Google News*. Também é comum que se assine *newsletters* sobre assuntos específicos. O sistema *RSS* tem-se tornado bastante popular como forma de filtrar apenas informações que o leitor acha relevante.

Aliada à multimédia, a personalização de conteúdo permite a programação de servidores de *media*, que podem escolher a informação, conforme as preferências que o utilizador solicita. Por exemplo, um vídeo de qualidade mais alta é escolhido automaticamente pelo servidor *Helix* da *Realmedia* se o

utilizador tem banda larga. Se tiver ligação telefónica, o *medium* enviada tem qualidade baixa.

Para Walter Bender (1996), o fenómeno da personalização obriga a uma inter-relação do jornal com cada audiência em particular, de forma às edições poderem assimilar toda a informação detalhada e atualizada acerca do leitor e dos seus hábitos de leitura. Bender evidencia a capacidade que os jornais terão que ter na seleção de informação adequada, evitando a avultada quantidade de notícias que submerge ao utilizador a cada abordagem que efetua na *web*. Nesse sentido, pretende-se uma informação noticiosa útil e atrativa que, além de informar o leitor, também se torne apetecível para a adesão publicitária.

4. A redefinição das práticas do *gatekeeping*

Nas práticas jornalísticas tradicionais, o *gatekeeper* funciona como um elemento decisivo na filtragem de informação destinada ao consumo de um público passivo – uma triagem de dados brutos, oriundos de diversos canais e diferentes fontes, com vista a apurar notícias mais pertinentes e importantes a serem transmitidas.

Processa-se, além dessa seleção, a referida elaboração da notícia como base numa realidade construída, assente em esquemas de interpretação e de ponderação estabilizada de uma forma consistente, pondo de parte análises subjetivas ou aleatórias. Estes critérios de noticiabilidade ou de valor notícia tem particular influência dos profissionais que as executam, funcionando conjuntamente em todo o processo de elaboração e difusão das notícias, subordinados à forma de agir da organização noticiosa, à sua hierarquia interna e à maneira como ela organiza a sua realidade. Além disso, existem situações que implicam uma envolvimento de mecanismos que atuam em conjunto, sobrepondo-se à particularidade de cada jornalista, como a falta de espaço nos jornais, a sobreposição com «estórias» já selecionadas, ou o rigor imposto pelo tempo disponível.

A Internet vem contrariar todas estas conjeturas, na medida em que, no jornalismo digital não existem limites de tempo, nem de espaço, porque estes tornam-se infinito e, em determinadas circunstâncias, o *gatekeeper* vai perdendo a sua influência, considerando que qualquer utilizador poderá debitar informação instantaneamente através do espaço globo (Shaw 1997).

A pulverização à larga escala de informação de acesso direto por parte dos utilizadores com recurso a motores de busca questiona a exclusividade dos jornalistas em darem uma informação atualizada. Um dos primeiros fenómenos ocorreu com a coluna «Drudge Report» que Matt Drudge publica e edita na *web* a título individual. Drudge tomou conhecimento que um artigo de Michael Isikoff, repórter da revista *Newsweek*, acerca do alegado envolvimento sexual entre o presidente Bill Clinton e a ex-estagiária da Casa Branca, Mónica Lewinsky, havia sido retido e adiada a sua publicação por parte dos editores desta revista, com receio de um impacto muito forte na opinião pública. Drudge,

não sendo jornalista profissional, teve uma grande influência nas audiências com a sua comunicação, demonstrando também junto da opinião pública as condicionantes que uma notícia suporta para ser publicada. Com esta intervenção deu a conhecer que o *gatekeeping* atua muitas das vezes como um elemento que retarda ou encobre determinadas notícias, em função da sua conveniência ou pertinência (Shafer 1998).

Esta situação demonstra o papel de qualquer utilizador que, não sendo jornalista, poderá, sem a interferência de um *gatekeeper*, chegar a um público de âmbito global. Ainda acerca do caso Clinton – Lewinsky, logo que se tomou conhecimento da publicação na rede, do relatório do procurador especial, houve uma ávida corrida à Internet por parte do público em geral, não esperando que os meios de comunicação noticiassem o relatório. Este facto atesta uma nova etapa nos *media* onde a reconversão do papel do jornalista põe em causa a sua função de mediador na gestão do espaço informativo.

A dispensa do *gatekeeper* implica também uma redefinição na noção de fontes produtoras de conteúdos, de forma que, o utilizador da rede transforma-se em agente ativo no processo noticioso, recorrendo às fontes por iniciativa própria, recebendo e produzindo os conteúdos, montando o seu jornal ou serviço noticioso, interagindo através de *email*, *newgroups*, *listervs*, *BBSs*, *usenet*, *MUD*, *Internet Relay Chat*, «*chat rooms*», e *sites* interativos na *Word Wide Web*.

Este procedimento informacional na rede, contextualizado no fenómeno da globalização das comunicações, faz parte do advento de novas rotinas cognitivas e renovadas conexões sociais que se afirma por uma nova ligação com o saber, com base na inteligência coletiva. Naturalmente que, a facilidade de aceder a «diversas» fontes e consequente produção de determinados conteúdos influencia o novo espaço de discussão, num território de ação onde se formam as comunidades virtuais e o fator cultural que emerge da Internet, como resultado das crenças e valores dos seus criadores, assente em esquemas de comportamentos repetitivos, que vão contribuir também para uma identidade própria da cibercultura.

A ideia de um jornalismo sem o papel primordial do *gatekeeper* parece entrosar-se no contexto da *ciberdemocracia* que implementa um cenário baseado na partilha e cooperação cultural, de liberdade de expressão, desprezando o intermediário, inculcando uma responsabilidade acrescida no cidadão. A nova forma de informação proporcionará também diferentes práticas políticas com uma governação eletrónica com vista ao reforço das capacidades de ação das populações administrativas, com recurso ao voto eletrónico, completando o quadro de uma harmonização democrática (Lévy 1997).

No campo editorial e jornalístico, o *webjournal* apresenta os seus conteúdos de forma diferente dos «jornais convencionais», que permitem apenas uma veiculação de informação unidirecional, dirigindo-se a grandes audiências, de uma forma indiferenciada e generalista. Por sua vez, o jornal com apoio das novas tecnologias pode personalizar a informação e direciona-se a cada

indivíduo de uma audiência, proporcionando uma capacidade de resposta e facultando, assim, uma mais eficaz interatividade jornal-leitor, proporcionando uma dinâmica simbólica própria. Além de poderem identificar cada elemento da sua audiência, têm a possibilidade de estabelecer uma comunicação interativa, promovendo uma capacidade de resposta, num processo individualizado, por parte do recetor (Turkle 1997: 15).

Na opinião de Pavlik (1997), a Internet proporciona uma interatividade personalizada, e cada vez mais multimidiática, em virtude da sua possibilidade de incorporar novas combinações de texto, imagens, imagens em movimento e som. Possui também um espaço quase ilimitado para oferecer níveis de profundidade, textura e contexto, impossível noutro meio.

Walter Bender (1996), por seu turno, lembra que o jornal para personalizar a sua informação terá que, ao interagir com cada audiência, adquirir informação detalhada e atualizada acerca do leitor para apresentar o seu conteúdo de acordo com os hábitos de cada utilizador, tornando-se, no limite, cada um dos seus leitores, um potencial editor pessoal.

Finalmente, Edith Nuss (2001: 20), ao abordar a Internet, como o mais importante *médium* interativo, destaca a possibilidade de difundir imediatamente uma informação e seguir as reações do utilizador em direto, reconfigurando tudo quanto hoje se sabe acerca das secções reservadas aos leitores.

Neste momento, em vários *sites* de jornais, o leitor pode relacionar-se com os jornalistas, quer de uma forma assíncrona, quer em tempo real. Nesta interação, o correio dos leitores adquire uma nova relevância, possibilitando uma resposta rápida e precisa ao conteúdo de determinada notícia ou comentário. Os leitores podem interpelar o jornalista ou acrescentar factos complementares com uma velocidade de troca, de interatividade, sem paralelo nos *media* tradicionais. A existência de grupos de discussão promovidos nestes produtos *on-line* permite, por outro lado, reforçar os laços entre os leitores e o jornal. «A função de informação e de pertença a uma comunidade do jornal encontra, através do intermediário da comunicação em linha, uma nova força» (Guérin 1996: 43).

Este processo de troca de experiências entre os intervenientes, de uma forma interativa, permite ao público tomar uma decisão, reagindo de forma ativa e interventiva, retomando a sua função crítica. A transferência de competências, na qual, a audiência em particular passa a escolher a informação segundo as suas pretensões, permite a criação de um órgão de comunicação social à sua imagem. Assim, segundo Nicholas Negroponte (1996: 36), entre outros, emerge uma nova era da comunicação, denominada «pós-informação».

Conclusões

A introdução da Internet nas práticas jornalísticas proporciona uma personalização dos conteúdos dos jornais online. É nesse sentido que o leitor passa a ter um papel mais interventivo e interferindo afirmativamente na seleção de notícias.

Poder-se-á afirmar que o jornalista se ausenta do papel de *Gatekeeper*, abstraindo-se da função de decidir a informação a que o utilizador deverá ou não aceder, mas passa a fornecer-lhe as notícias segundo a sua preferência «*a la carte*», onde cada pessoa, consumidor de informação e comunicação se sente em condições de, perante a multiplicidade de oferta e as facilidades de acesso de organizar a sua própria «ementa», decidir o que lhe interessa a cada momento (Quintero 1996: 641).

A personalização é conseguida através do registo do utilizador numa determinada publicação ou através da instalação de *cookies* no seu *browser*. Nesse caso, trata-se de um processo meramente informático no qual o jornalista não tem intervenção (Canavilhas 2006^a).

Leah Gentry (*cit. in* Harper 1998) apresenta certas regras básicas para quem trabalha como jornalista num meio *on-line*, que fazem sobressair a necessidade de uma verificação rigorosa dos factos: as regras do jornalismo devem ser aplicadas: a pesquisa e a edição devem ser sólidas e os factos têm que ser verificados. Não deve existir publicação instantânea: ninguém deve colocar *on-line* um texto que não tenha passado pelo processo de edição.

O papel do *gatekeeper*, não sendo só de intermediário mas, principalmente, de «ajuizador», filtra o que considera pertinente para noticiar e, conseqüentemente, formar as audiências, obliterando-lhe o poder de escolha. Esta perspetiva parece, de uma forma evidente, colocar em declínio a sua função tradicional de selecionador, uma vez que, as novas tecnologias fragmentam o poder dos jornalistas, produzindo notícias sem a colaboração mediada entre as fontes e as audiências. Os utilizadores passam a ter a facilidade de programar os seus computadores para absorverem as suas próprias notícias personalizadas, a partir de fontes mais diversificadas do que as dos próprios jornalistas, permitindo progressivamente o tratamento e redação automática de textos jornalísticos sem a intervenção de profissionais, precipitando a própria produção noticiosa. Neste sentido, a possibilidade do desaparecimento da função do técnico da comunicação como intermediário no sistema mediático poderá ser posto em causa (Pavlik 1996).

Autores como John Pavlik (1996), nos anos noventa, se pronunciaram sobre o fim do jornalismo, enquanto outros, como Rheingold (1996), auguram um futuro promissor ao jornalismo devido à necessidade de informação credível e profunda num mundo sobreinformado. Partindo deste último pressuposto, poder-se-á afirmar que a introdução da Internet nas rotinas jornalísticas e conseqüente personalização de conteúdos não provoca uma decadência do papel do *Gatekeeper*, mas sim, uma reconfiguração das suas práticas.

Referências bibliográficas

- Agostini, A. (1997): “Le Journalisme au Défi d’Internet”. In: *Le Monde Diplomatique*, 16 de outubro, pp. 26-27.
- Barbosa, E. (2001): “Interatividade: A Grande Promessa do Jornalismo Online”. Internet: Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/barbosa-elisabete-interatividade.html> (Consultado em 25 de abril de 2009).
- Bardoel, J e Deuze, M. (2000): “Network Journalism: Converging Competences Old and New Media Professionals”. Internet: <http://home.pscw.nl/deuze/pub/9.htm> (Consultado em 23 de fevereiro de 2009).
- Bardoel, J (1996): “Journalism Redundant?”. In: *New Media Journalism. EJTA Reports*, Angelo Agostini (ed.), pp.159-174.
- Bardoel, J e Deuze, M. (2000): “Network Journalism: Converging Competences Old and New Media Professionals”. Internet: <http://home.pscw.nl/deuze/pub/9.htm> (Consultado em 23 de fevereiro de 2009).
- Bastos, H. (2000): *Jornalismo Eletrónico – Internet e Reconfiguração de Práticas nas Redacções*. Coimbra: Editora Minerva.
- Bender, W. (1996): “Technology and the News: What We Don’t Know”. Internet: <http://www.computer.org/pubs/multimed/atwork/u30073.htm> (Consultado em 4 de agosto de 2009).
- Cabrera González, M. A. (2000): “Convivência de la prensa escrita y la prensa on line en su transición hacia el modelo de comunicación multimédia”. Internet: http://www.ucm.es/info/periol/Period_I/EMP/Numer_07/7-4-Comu/7-4-01.htm (Consultado em 27 de maio de 2009).
- Canavilhas, J. (2005): “Os Jornalistas Online em Portugal”. Internet: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalistas-online.pdf> (Consultado em 13 de maio de 2010).
- Canavilhas, J. (2006^a): “Webjornalismo: Da Pirâmide Invertida à Pirâmide Deitada”. Internet: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf> (Consultado em 12 de maio de 2010).
- Canavilhas, J. (2006^b): “Do Jornalismo Online ao Webjornalismo: Formação para a Mudança”. Internet: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf> (Consultado em 12 de maio de 2010).
- Caruso, D. (1998): The Law and the Internet: Beware. *Columbia Journalism Review*, maio/junho.
- Dube, J. (2002): “Online Storytelling Forms”. Internet: <http://www.cyberjournalist.net/storyforms.htm> (Consultado em 20 de junho de 2009).
- Edo, C. (2000): “Los Columnistas Y la Interatividade con los Lectores”. Internet: <http://www.saladeprensa.org/art165.htm> (Consultado em 5 de dezembro de 2009).
- Gates, B. (1995): *Rumo ao Futuro*. Lisboa: Mcgraw-hill de Portugal.
- Guérin, S. (1996): *La Cyberpresse*. Paris: Hermes.

- Harper, C. (1998): *What's Next in Mass Communication – Reading on Media and Culture*. New York: St. Martin's Press.
- Kerckhove, D. (1997): *A Pele da Cultura*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Lévy, P. (1997): *A Inteligência Coletiva – Para uma Antropologia do Ciberespaço*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Machado, A. (1997): “Hipermidia: O labirinto como Metáfora”. In: Domingues, Diana. (org.) *A Arte no Século XXI: A Humanização das Tecnologias*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Meirinhos, G. (2000): “Análises Cualitativo de los Sistemas Hipermedia”. *Comunicação Apresentada ao V Congresso Latino-Americano de Ciências da Comunicação*.
- Mielniczuk, L. (2001): “Caraterísticas e Implicações do Jornalismo na Web”. Internet: http://www.facom.ufbr.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_carateristicasimplicacoes.pdf (Consultado em 17 de janeiro de 2009).
- Mielniczuk, L. (2003): *Jornalismo na Web: Uma Contribuição para o Estudo do Formato da Notícia na Escrita Hipertextual*. Salvados: Universidade Federal da Bahia.
- Millison, D. (1999): “Online Journalism FAQ”. Internet: <http://www.online-journalit.com/faq.html> (Consultado em 12 de abril de 2009).
- Negroponete, N. (1996): *Ser Digital*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Nuss, E. (2001): *O Cybermarketing – Modo de Emprego*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Palácios, M. (2002): “Jornalismo On-line Informação e Memória – Apontamentos para debate”. Internet: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_palacios_informacao memoria.pdf (Consultado em 23 de agosto de 2009).
- Palácios, M. (2003): Rutura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: O Lugar da Memória. In: Machado, E. e Palácios, M. (Orgs.) *Modelos do Jornalismo Digital*. Salvador: Editora Calandra.
- Patterson, T (2007): *Young People and News*. Carnegie/Knight Task Force Report on the Future of Journalism Education, Shorenstein Center, Kennedy School of Government.
- Pavlik, J. (1996): *New Media Technologies and the Information Highway*. Allyn & Bacon. Press.
- Pavlik, J. e Shawn, M. (2003): *Converging Media: Introduction to Mass Communication in the Digital Age*. Boston: Allyn & Bacon.
- Quintero, A. (1996): *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora.
- Rheingold, H. (1996): *A Comunidade Virtual*. Lisboa: Gradiva.
- Shafer, J. (1998): “The Web Made Me do It”. Internet: <http://www.nytimes.com>. (Consultado em 21 de outubro de 2009).
- Shaw, D. (1997): “The Media.com – Revolution in Cyberspace”. Internet: <http://www.latimes.com.media> (Consultado em 27 de julho de 2009).
- Turkle, S. (1997): *A Vida no Ecrã – A Identidade na Era da Internet*. Lisboa: Relógio d'Água.

Questões de género em Português Europeu

Marlene Loureiro

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
mloureiro@utad.pt

Resumo

A presente comunicação visa refletir sobre as diferenças linguísticas e comunicacionais entre homens e mulheres em Português Europeu. Apesar do esforço para a eliminação das diferenças de género, essas diferenças prevalecem a nível comunicacional, uma vez que têm por base razões de ordem biológica, psicológica e, principalmente, sociocultural. Deste modo, mesmo nos textos dos *media* portugueses é possível perceber essas diferenças.

Palavras-chave: género, diferenças, *media*, Português Europeu.

1. Introdução

O tema que vamos aqui abordar já não tem o carácter polémico de outros tempos, mas continua a chamar à atenção: a igualdade entre Homem e Mulher. Embora se defenda e se procure demonstrar esta igualdade, nomeadamente no que diz respeito às competências, às atitudes, aos sentimentos e aptidões, a verdade é que se notam diferenças, nomeadamente no que diz respeito à forma e ao modo como comunicam. Será sobre as diferenças comunicativas entre homens e mulheres que nos vamos debruçar. Assim, a presente comunicação poder-se-á então dividir em três partes: numa primeira parte, situamos a nossa investigação no âmbito dos estudos de género; numa segunda parte, exploramos as diferenças comunicativas entre homens e mulheres; finalmente, levantaremos algumas diferenças comunicativas entre homens e mulheres a partir da análise de textos de opinião dos *media* portugueses.

2. Contextualização dos estudos de género

A ideia de que homens e mulheres têm estilos conversacionais diferentes já está bastante difundida, e não é raro encontrar livros de psicologia e antropologia, entre outros, a apresentarem capítulos inteiros sobre como entender o sexo oposto (cf. os livros: *You Just Don't Understand* (1990), de Deborah Tannen; *Men Are from Mars, Women from Venus* (1992), de John Gray; *Porque é que os Homens Mentem e as Mulheres Choram* (2006, 3.^a ed.) e *Porque é que os Homens Nunca Ouvem Nada e as Mulheres não Sabem ler os Mapas de*

Estradas (2000), de Allan e Barbara Pease). Não obstante, o nosso trabalho de investigação centra-se somente em questões de diferenças comunicativas.

O ano de projeção dos estudos de género na linguagem e comunicação foi o ano de 1975. Nesse ano, surgem as publicações *Language and Woman's Place*, de Robin Lakoff; *Male / Female Language*, de Mary Ritchie Key; e *Language and Sex: Difference and Dominance*, de Barrie Thorne e Nancy Henley. Estes livros vieram lançar as bases de investigação sobre as diferenças no modo como homens e mulheres usam a linguagem e interagem. A partir daqui, a relação entre a linguagem e o género tem vindo a ser estudada, resultando numa literatura multidisciplinar.

Neste conjunto de publicações de 1975, destaca-se Robin Lakoff (1975) que, segundo Deborah Tannen, foi “the pioneer in linguistic research on language and gender, she provided a starting point for me, and for a generation of scholars” (Tannen 1990: 11), e, de acordo com Kira Hall e Mary Bucholtz, tem um “foundational text” (Hall e Bucholtz 1995: 1), não havendo outro texto tão influente, mas também tão controverso (Hall e Bucholtz 1995: 1). De facto, *Language and Woman's Place* destaca-se por ter refletido sobre as diferenças comunicativas de género, destacando e diferenciando a “women's language”.

Em Portugal, os estudos sobre as diferenças comunicativas de género são ainda incipientes. Contudo, bem antes de 1975, o nosso país teve um professor e filólogo que se debruçou sobre as diferenças de género ao nível da linguagem. Este professor, escritor e filólogo foi João da Silva Correia, que editou, em 1927, uma obra intitulada *A linguagem da mulher*, à qual acrescentou, em espécie de subtítulo, *em relação à do homem*. Por conseguinte, João da Silva Correia aparece-nos aqui como um vanguardista na investigação das diferenças comunicativas entre homens e mulheres. Nesta obra, João da Silva Correia analisa a linguagem da mulher em relação à do homem no que concerne às:

(...) diferenças no campo dos auxiliares da linguagem, no do léxico, no da gramática e no do estilo, acrescidas de algumas observações no domínio da etimologia dos vocábulos designativos da mulher e no da produtividade literária feminina, - todas acompanhadas de breves comentários psicológicos (Correia 1927).

João da Silva Correia não deixa de sublinhar a “curiosidade” que o tema, “diferenças de linguagem dos dois sexos”, suscita, realçando que poucos estudos se têm debruçado sobre o mesmo, e que esses concernem às diferenças de linguagem entre homens e mulheres em povos ditos selvagens (Correia 1927: 1). Por isso, lança aos interessados o sobreaviso por considerar “lícito lembrar (...) da insegurança ou dessolidez do terreno que vamos pisar, reza inclusivamente a sabedoria popular: ‘O melão e a mulher são maus de conhecer’” (Correia 1927: 1).

3. Diferenças comunicativas entre homens e mulheres

A questão das diferenças comunicativas entre homens e mulheres em interação remonta aos papéis tradicionais que relegam a mulher para o reino doméstico e o homem para os negócios e o mundo exterior. Embora estes papéis estejam a mudar na nossa sociedade, a verdade é que as normas sociais e as normas de interação que lhe estavam associadas ainda se mantêm e impedem a mudança. Kramarae (1981: 118-119) postula mesmo uma divisão entre a esfera pública e a esfera privada ou doméstica, diferenciando as atividades e a linguagem de acordo ao género. Assim, a mulher usa uma linguagem característica do seu género, centrada numa esfera mais íntima; o homem, por sua vez, domina uma linguagem ligada ao mundo exterior, à esfera pública.

A partir de 1975, começaram a surgir várias explicações para as diferenças de género no uso da linguagem:

- 1) Diferenças biológicas entre homens e mulheres, que fazem com que haja diferenças na aquisição da linguagem;
- 2) Diferenças psicológicas, já que homens e mulheres interagem com os outros de forma distinta: as mulheres estão mais preocupadas em estabelecer conexões e relações; os homens, por sua vez, estão mais preocupados em sublinhar a sua autonomia e o seu *status*, procuram a independência e focam-se nas relações hierárquicas;
- 3) Diferenças sociológicas e sociais, uma vez que rapazes e raparigas são socializados como grupos diferentes, conduzindo a que tenham diferentes formas de usar e interpretar a linguagem;
- 4) Diferenças na distribuição do poder na sociedade, onde o homem tem mais poder do que a mulher, tornando-se dominante, nomeadamente na interação social.

Por outro lado, procurou-se também encontrar e expor essas diferenças. Partiram muitos deles do trabalho de Robin Lakoff (1975), que conduziu, segundo Deborah Cameron (1992), a uma série de asserções sobre o perfil do discurso feminino, as quais ainda não tinham qualquer fundamentação científica até então. Entre elas, destacamos:

- 1) A falta de fluência e segurança, isto é, a mulher tem problemas em comunicar na ‘linguagem masculina’, e o resultado são as hesitações e os falsos começos;
- 2) Discurso subjetivo;
- 3) Discurso desordenado de acordo com as regras da lógica;
- 4) Uso frequente de perguntas, incluindo afirmações disfarçadas em perguntas, conotando falta de assertividade;
- 5) Falar menos que o homem em grupos mistos de conversação;
- 6) A mulher é mais conservadora;
- 7) Usar estratégias de cooperação e apoio na conversação, enquanto homem é mais competitivo;

- 8) A mulher usa mais a parataxe e o homem a hipotaxe;
- 9) A mulher fala mais do que o homem;
- 10) Entre outras.

Também João da Silva Correia não hesita em afirmar que embora homem e mulher falem a mesma linguagem e “entre os dois sexos não haja divergências essenciais, o modo de expressão não é no entanto rigorosamente o mesmo” (Correia 1927: 3), uma vez que “a mulher tem ocupações e preocupações diferentes das do homem” (Correia 1927: 3) e também se distingue daquele fisiológica e psicologicamente.

Assim, partindo destes pressupostos, a presente comunicação visa mostrar como essas diferenças linguísticas e comunicacionais entre homens e mulheres se refletem em textos escritos publicados nos *media*, nomeadamente em textos de opinião. Desta forma, vamos analisar textos de opinião publicados nos *media* portugueses por homens e mulheres com o intuito de procurar diferenças comunicativas.

4. Análise de textos de opinião publicados nos *media* portugueses

4.1. *Corpus* e metodologia

Como o nosso trabalho de investigação se insere no âmbito dos estudos das diferenças comunicativas de género, a escolha da metodologia revelou-se difícil, pois, tal como sublinharam Barrie Thorne e Nancy Henley (1975), “diverse disciplines, methods, and frameworks have been used for exploring the sexual differentiation of language” (Thorne e Henley 1975: 9).

Jane Sunderland e Lia Litosseliti (2008) enumeraram sete abordagens ou metodologias para conduzir a investigação na área das diferenças comunicativas de género: “(1) sociolinguistics and ethnography, (2) corpus linguistics, (3) conversation analysis (CA), (4) discursive psychology, (5) critical discourse analysis (CDA), (6) feminist poststructuralist discourse analysis (FPD) and (7) queer theory” (Sunderland e Litosseliti 2008: 5). As mesmas autoras sublinharam que, atualmente, já se combinam abordagens e metodologias para enriquecer e tornar o trabalho de investigação mais produtivo.

Desta forma, o nosso trabalho de investigação foi guiado por uma abordagem de análise de um *corpus* linguístico, a partir do qual se procura fazer uma análise de conteúdo quantitativa e qualitativa dos dados. Esta recolha e análise de dados foi realizada com a ajuda de um programa informático de análise de conteúdo *Tropes Semantic*, *software* distribuído por Cyberlex, ACETIC, 1994-2004.

Tendo em conta que o objetivo do nosso trabalho é verificar se existem diferenças de género na comunicação, analisámos ao todo 150 textos de opinião publicados nos *media* portugueses: 25 de autoria feminina e 25 de autoria masculina, publicados em jornais e revistas nacionais no ano de 2009, igual número com data de publicação de 1999 e outros tantos com data de 1989. O

critério de seleção destes textos foi aleatório, mas a extensão dos mesmos não devia exceder uma página A4.

Aceitando a distinção tripartida dos textos jornalísticos em três géneros, informativo, interpretativo ou de opinião e ameno-literário (Rei 2000^b: 120), podemos inserir este *corpus* textual no género interpretativo ou de opinião, sendo que engloba crónicas, comentários, editoriais, críticas e artigos de opinião¹. Portanto, estes tipos de texto interpretam os acontecimentos da atualidade, valorizando os factos “em função de uma posição pessoal, com o objetivo de fomentar um estado de opinião favorável aos seus juízos e conclusões, quer dizer, orientar a opinião pública” (Rei 2000^b: 121). Assim sendo, embora respeitem a objetividade, característica, regra geral, dos textos jornalísticos, estes textos pautam-se pela subjetividade e pelo estilo próprio de cada autor, não sendo, por isso, textos estandardizados. Por este motivo, estes tipos de texto permitem ver ideias, ideologias, crenças, maneiras de ser do seu autor. Do mesmo modo, permitem aferir as características discursivas dos seus autores tendo em conta o género.

Sendo que estes textos foram publicados em jornais e revistas nacionais, estes textos abordam temas de interesse nacional e, por vezes, internacional, como seja política, problemas ambientais, desporto, desemprego, direito e justiça, economia nacional e europeia, etc. Por isso, têm um público-alvo bastante abrangente, todo o povo português, não se descortinando públicos específicos para determinados textos.

4.2. Análise dos dados

Numa primeira fase da análise dos textos, agrupámos os 25 textos de cada género em um só texto de género e por ano, por forma a obter resultados mais globais. Assim, analisámos seis conjuntos de textos: 3 textos femininos (um de 1989, um de 1999 e um de 2009) e 3 textos masculinos (um de 1989, um de 1999 e um de 2009). Analisando o número de palavras e o número de frases por texto, percebemos que, na generalidade, as frases das mulheres são menos extensas do que as dos homens (*Tabela 1*). Consequentemente, são frases com uma estrutura sintática mais simples, validada pela maior percentagem de uso de verbos por parte das mulheres e pela distribuição do uso dos conectores. Quanto aos conectores, as mulheres, no geral, usam menos conectores do que os homens. Acresce o facto de a mulher usar preferencialmente mais conectores de adição, disjunção e causa do que o homem, revelando uma tendência para uma construção frásica paratática.

¹ Se seguirmos a Escola Francesa, este *corpus* de textos em análise inserir-se-á no género de comentário, que concorre com o género informativo, de fantasia e “nobre” (Martin-Lagardette 1998: 62 e ss.).

	Textos de 2009		Textos de 1999		Textos de 1989	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
N.º de palavras	12.978	13.455	14.686	12.432	12.736	15.618
N.º de frases	1.574	1.694	1.663	1.438	1.523	2.024
Média de palavras por frase	8,25%	7,94%	8,83%	8,65%	8,36%	7,72%

Tabela 1. Distribuição das palavras nos textos de opinião.

No que concerne os assuntos abordados, nota-se que os temas mais abordados, quer por homens, quer por mulheres, surgem agrupados em conceitos gerais e vida humana. Estes desdobram-se em variadíssimos tópicos mais específicos, sendo aí que se nota a diferença. Desde logo, se nota uma maior tendência masculina para tratar de assuntos relacionados com política, geografia, sociedade, desporto e lazer e negócios, realçando o forte pendor do homem para as atividades realizadas fora de casa, no mundo exterior e dos negócios. Por sua vez, a mulher fala mais da sociedade, de sentimentos, da família, de saúde e de emprego, conotando a preocupação das mulheres com o estabelecimento e o bem-estar das suas relações, tal como havia defendido Lakoff (1975). Entre os sentimentos e emoções associados à mulher, destacamos a tristeza, a insatisfação e o medo, revelando uma certa insegurança e instabilidade da mulher, asserção feita também para caracterizar a linguagem da mulher. Por outro lado, também se nota uma forte preocupação com o emprego e o trabalho, revelando que a mulher já não se cinge ao reino doméstico, tendo já conquistado um lugar no mundo do trabalho, dominado anteriormente pelo homem (Spender 2001). Nesta ordem de ideias, aparece também mais preocupada com o direito e a justiça social, pois já tinha sido considerada um grupo minoritário e oprimido por uma sociedade patriarcal (Lakoff 1975; Spender 2001).

Independentemente do estilo geral dos textos, uma vez que estamos perante textos jornalísticos não padronizados, em que o estilo é livre e a subjetividade do seu autor está presente, verificamos uma maior subjetividade no discurso da mulher, que é corroborada pela existência, em vários textos, de um narrador subjetivo e pelo maior recurso ao pronome pessoal “eu”, bem como ao pronome pessoal de segunda pessoa “tu” e ao pronome pessoal de primeira pessoa do plural “nós”, estes últimos usados com intuito de abarcar também o interlocutor no seu discurso. Por seu turno, nos textos masculinos abundam maioritariamente pronomes pessoais de terceira pessoa. Este emprego feminino dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa vai ao encontro da tese de que as mulheres se preocupam com as relações e a empatia que estabelecem enquanto comunicam.

Por outro lado, a subjetividade acima postulada é também reforçada pelo uso dos adjetivos. No atinente a esta classe gramatical, destaca-se o recurso abundante nos textos masculinos de adjetivos numéricos e objetivos, indo ao encontro de Koppel (Koppel *et al.* 2003), que postulou que os textos de autores

masculinos distinguem-se pelo uso de palavras com sentido numérico. Os textos femininos, por seu turno, são ricos em adjetivos subjetivos. Mais uma vez, esta subjetividade vai ao encontro das asserções feitas sobre a “woman’s language”, que se caracteriza por ser subjetiva e sentimental (Lakoff 1975), enquanto o homem aparece como mais objetivo e ativo.

No atinente à modalização, ou seja, ao recurso de advérbios e locuções adverbiais que permitem o locutor implicar-se no discurso ou situar o que diz contextualmente, os textos femininos destacam-se pelo recurso constante em todos os textos à modalização de intensidade e de negação, utilizadas para dramatizar e inflamar o discurso. Também neste conjunto de textos, as mulheres expressam por mais vezes dúvidas (modalização de dúvida) do que os homens, conotando um certa insegurança.

4. Conclusões

Do exposto, podemos concluir que detetámos diferenças entre os discursos masculino e feminino nos textos de opinião analisados. Primeiramente, sobressai uma diferença na escolha dos assuntos a tratar. Enquanto os homens preferem discutir temas relacionados com a política, o desporto, problemas sociais e negócios; a mulher prefere falar da família, de saúde, de sentimentos e de problemas com o emprego e injustiças sociais.

Por outro lado, o discurso feminino revela mais subjetividade do que o masculino. Primeiramente, pelos assuntos abordados, a partir dos quais a mulher expressa mais emoções e sentimentos. Seguidamente, pelas classes de palavras presentes nos textos. É nos textos femininos que abundam os adjetivos, especialmente adjetivos de cariz subjetivo, bem como os pronomes pessoais, principalmente o “eu” e, seguidamente, o “tu” e o “nós”. Por último, destaca-se ainda a tendência feminina para as modalizações de intensidade e de negação, que permitem dramatizar o discurso.

Por conseguinte, contrariamente ao que se acreditava no início dos estudos de género, em que a linguagem da mulher aparecia sempre como inferior, hoje em dia, as mulheres veem as suas competências verbais reconhecidas e ocupam cargos iguais aos dos homens, podendo comunicar em pé de igualdade com eles. Não obstante, tal não quer dizer que as diferenças comunicativas entre homens e mulheres desapareçam. Porém, tal como defendeu Deborah Tannen (1990: 298), compreender que essas diferenças existem e que fazem parte da identidade do género facilitará a comunicação. É partindo deste pressuposto que realizámos este trabalho embrionário sobre as diferenças comunicativas entre homens e mulheres em português europeu.

Referências Bibliográficas

- Bergvall, Victoria L. *et al.* (Eds.) (1996): *Rethinking Language and Gender Research: Theory and Practice*. London / New York: Longman.
- Cameron, D. (1989): "Introduction". In: Coates, Jennifer, e Cameron, Deborah (Eds.): *Women in Their Speech Communities*. London / New York: Longman: 3-12.
- (Ed.) (1990): *A Feminist Critique of Language*. London: Routledge.
- (1992): *Feminism and Linguistic Theory*. 2.^a ed. New York: Palgrave.
- (2009): *Working with Spoken Discourse*. 2.^a ed. London: Sage.
- Coates, Jennifer, e Cameron, Deborah (Eds.) (1989): *Women in Their Speech Communities*. London / New York: Longman.
- Coates, Jennifer (1986): *Women, Men and Language*. London: Longman.
- (1987): *Women, Men and Language: a sociolinguistic account of sex differences in language*. London / New York: Longman.
- (Ed.) (1998): *Language and Gender: A Reader*. Oxford: Blackwell.
- Correia, João da Silva 1927. *A Linguagem da Mulher em Relação à do Homem*. Lisboa: Composto e Impresso na Oficina Tipográfica da Escola Normal Primária de Lisboa.
- Eckert, Penelope, e McConnel-Ginet, Sally (2003): *Language and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hall, Kira, e Bucholtz, Mary (Eds.) (1995): *Gender Articulated: language and the socially constructed self*. London: Routledge.
- Holmes, Janet, e Meyerhoff, Miriam (Eds.) (2003): *The Handbook of Language and Gender*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Hymes, D. (1971): "On communicative competence". In: Bride, J. B., e Holmes, J. (Eds.): *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books: 269-293.
- Jespersen, Otto (1922): *Language: Its Nature, Development and Origin*. London: George Allen and Unwin Lda.
- Key, Marie Ritchie (1996): *Male / Female Language*. 2.^a ed. Lanhan, Maryland / London: Scarecrow Press.
- Koppel, Moshe *et al.* (2003): "Automatically categorizing written texts by author gender". In: *Literary and Linguistic Computing 17*: 401-412. Internet. Disponível em <http://u.cs.biu.ac.il/~koppel/Publications.html> (consultado em 31 de março de 2011).
- Kramarae, Cheris (Ed.) (1980): *The Voices and Words of Women and Men*. Oxford: Pergamon Press.
- (1981): *Women and Men Speaking*. Rowley, MA: Newbury House.
- Lakoff, Robin (1975): *Language and Woman's Place*. New York: Harper and Row.
- Martin-Lagardette, Jean-Luc (1998): *Manual da Escrita Jornalística*. Lisboa: Pergaminho.

- Miller, C., e Swift, K. (1976): *Words and Women*. New York: Anchor Press.
- Pauwels, Anne (2003): “Linguistic sexism and feminist linguistic activism”. In: Holmes, Janet, e Meyerhoff, Miriam (Eds.): *The Handbook of Language and Gender*. Oxford: Blackwell Publishing: 550-570.
- Rei, José Esteves (2000^a): *Curso de Redacção I – A Frase*. Porto: Porto Editora.
- (2000^b): *Curso de Redacção II – O Texto*. Porto: Porto Editora.
- Silva, Manuela (1999): *A Igualdade de Género. Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Sousa, José Pedro (2006): *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Spender, Dale (2001): *Man Made Language*. 3.^a ed. London / New York / Sidney: Pandora.
- Sunderland, Jane (2006): *Language and Gender: an advanced resource book*. New York: Routledge.
- Sunderland, Jane, e Litosseliti, Lia (2008): “Current Research Methodologies in Gender and Language Study: Key Issues”. In: Harrington, Kate *et al.* (Eds): *Gender and Language Research Methodologies*. New York: Palgrave MacMillan: 1-18.
- Talbot, Mary M. (1998): *Language and Gender. An Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- Tannen, Deborah (1990): *You Just Don't Understand: Women and Men in Conversation*. New York: Harper.
- (Ed.) (1993): *Gender and Conversational Interaction*. Oxford: Oxford University Press.
- Thorne, Barrie, e Henley, Nancy (Eds.) (1975): *Language and Sex: Difference and Dominance*. Rowley, MA: Newbury House.
- Thorne, Barrie *et al.* (Eds.) (1983): *Language, Gender and Society*. Rowley, MA: Newbury House.

A crença no *reality show* Ponto de Encontro

Maria Fátima Nunes
Instituto Superior da Maia
CELCC - CEL
mnunes@docentes.ismai.pt

Abstract

In 90 years of the twentieth century, the emergence and subsequent proliferation of reality show on TV screens are indicative of social change, particularly in relations between the private and the public sphere, the use of first person speech of individuals which, won the right to have a voice, to express and share their feelings, problems, beliefs in public space.

The program *Ponto de Encontro* was the first reality show of the Portuguese private television, which gave rise to this research. The belief, built by a social actor, restoring, through this reality show, family ties and social rupture which happened involuntarily for reasons of political and social nature, i.e. due to the process of decolonization, was the object this research in anthropology, which led to the master's thesis on Intercultural Relations, entitled *Da Visibilidade à Visualização das Pessoas Singulares*.

Resumo

Nos anos 90 do século XX, a emergência e a consequente proliferação dos *reality show* nos ecrãs televisivos, são reveladores de mudanças sociais, particularmente a nível das relações entre a esfera privada e a esfera pública, da utilização do discurso na primeira pessoa de pessoas singulares que passaram a ter voz, a exprimir e partilhar os seus sentimentos, problemas, crenças no espaço público.

O programa *Ponto de Encontro* foi um dos primeiros *reality show* da televisão privada portuguesa, que deu origem a este trabalho de investigação. A crença, construída por um ator social, no restabelecimento, através deste *reality show*, dos laços familiares e sociais, cuja rutura aconteceu de forma involuntária por razões de natureza política e social, ou seja, devido ao processo da descolonização, constituiu o objeto de estudo desta pesquisa em antropologia, que deu origem à dissertação de mestrado em Relações Interculturais, intitulada *Da Visibilidade à Visualização das Pessoas Singulares*.

Introdução

Após algum tempo de passagem não por um terreno distante, exótico, mas por um terreno próximo, o Bairro S. João de Deus na cidade do Porto, à procura de encontrar um tópico de pesquisa, surgiu, por acaso, o pedido de escrita de uma carta para um programa televisivo por uma mulher de origem angolana, que foi integrado na pesquisa e se tornou um acontecimento central entre outros centros composto por vários nós, vários *links*. Na origem desse pedido estava subjacente um fenómeno social característico das sociedades pós-tradicionais, a fragilização dos laços familiares e sociais.

Ao contar o “caso, acontecimento fortuito” desta mulher angolana, ou seja, o “ser lançada aí” pelo acaso – um facto inesperado, associado às estratégias (conscientes ou inconscientes) de investigação, que me levaram a estar ali, naquele momento, com uma intenção: a procura de um tema de estudo motivador, o “ser lançada aí” pelo projeto “ferramenta de investigação ao serviço de uma atividade de conceção” (Boutinet 1996: 183) que me levou a escolher o Bairro S. João de Deus como o terreno onde a minha investigação se iria desenvolver, a interagir com esta mulher; o professor José da Silva Ribeiro alertou-me para o facto de estar perante um acontecimento que podia dar origem a um objeto de estudo inovador.

Um acontecimento que remete para um nó que, por sua vez, remete para outros nós, outros *links*. Foi-se tornando explícito e adquirindo sentido com o discurso, palavras ditas pelo professor e palavras inscritas nas referências bibliográficas que me indicou (Sol Worth e Pharabod). Seguí o seu conselho. Parti para uma experiência singular de terreno não por proposta de alguém, nem com uma lista de nomes, mas com dois documentos escritos, duas fontes documentais secundárias¹.

1. Ponto de partida

O artigo de Sol Worth² intitulado “Margaret Mead e a passagem da ‘Antropologia Visual’” referia que Margaret Mead, a propósito da série televisiva “The American Family”, tinha escrito que esta constituía a apresentação de uma nova ferramenta para uso quer na Antropologia quer na Sociologia.

As palavras de Mead, embora neste momento tenham adquirido maior relevância do que em 1996, época em que decorreu esta investigação, tiveram importância na forma como abordei o programa *Ponto de Encontro*. Como uma “ferramenta” reveladora do social, do político. Como um espaço mediático, um

¹ Vide capítulo intitulado “Fontes documentais na investigação em Antropologia” de Ribeiro (2003: 341-369).

² Apresentado no Simpósio em homenagem a Margaret Mead, no encontro anual da American Association for the Advancement of Science (1970) e publicado em *Studies in Visual Communication* 6:I, em 1980.

lugar de (re) construção dos laços sociais. Um lugar de mostraçã³, de visualização e não de visibilidade das pessoas singulares.

“Perdue de vue, ethnographie d’un *reality show*”, foi o outro documento que li antes de conhecer o programa e de começar o trabalho de terreno. Este artigo de Anne-Sylvie Pharabod, que propõe uma abordagem do programa “Perdue de Vue” (uma versão do *Ponto de Encontro*, em França), apenas numa lógica do programa enquanto produto e não como processo, constituiu um ponto de partida importante na medida em que me permitiu, de certa forma, (pre) ver o programa, pensar numa outra perspetiva de análise. Uma análise do ponto de vista sociossemiótico, que tivesse em conta o processo de produção (etnografia dos bastidores onde a equipa preparava e gravava o programa, recolha de documentos, as cartas, que estavam na origem do trabalho de pesquisa dos jornalistas integrados na equipa), de circulação (observação dos indicativos do programa, que passavam durante a semana para o publicitar e para fidelizar os espectadores) e de receção do programa (observação do processo de apropriação junto do ator social, que me pediu para escrever a carta para o *Ponto de Encontro*, das emissões do programa entre o período de 21 de outubro de 1996 a 30 de dezembro de 1996; recolha e interpretação de testemunhos de espectadores do programa, que viviam no Bairro S. João de Deus; análise da audiência média de novembro de 1994 a fevereiro de 1997; recolha das críticas publicadas nos jornais desde o dia em que o programa foi para o ar pela primeira vez, em 1994, até ao momento em que decorreu a investigação, 1997).

Estes dois documentos escritos, primeira bibliografia consultada, emergiram como instrumentos de trabalho. Interrogaram, questionaram, sugeriram pistas para o trabalho de investigação e para outras fontes documentais primárias e secundárias.

2. A crença

O antropólogo deve submeter-se ao que encontra na sociedade que escolheu estudar: à sua organização social, aos seus valores e aos seus sentimentos, etc. Ilustrarei as minhas palavras tomando como exemplo o que me aconteceu. Quando cheguei ao país Zandé, a feitiçaria não me interessava, mas interessava aos Zandé: tinha portanto que me deixar guiar por eles.

Evans-Pritchard

³ Termo empregue por Mehl por oposição ao de “demonstração”, baseado no pensamento de Roger Chartier. Este ao falar do espaço público distingue dois tipos de epistemologia: “a da persuasão, onde o que é manipulado é um conjunto de provas que devem arrastar a convicção e que não têm outra validade a não ser a eficácia a respeito desta convicção, e [...] a da demonstração que é um raciocínio de tipo dedutivo a partir de um certo número de premissas” (ver Chartier 1994).

Quando cheguei ao terreno, o programa televisivo *Ponto de Encontro* não me interessava, mas interessava a um dos atores sociais aí residentes. Deixei-me guiar por ele. Mais tarde compreendi que era mais do que interesse. Interpretei-o como uma crença.

Crença não no sentido em que a Antropologia a entendeu durante muito tempo, isto é, enquanto “um modo de pensamento que depende de um certo estado mental e que caracteriza o modo de funcionamento das sociedades ditas tradicionais” (Kilani 2000: 236). Crença enquanto dogma, ideia recebida, cegueira tranquila (Lenclud 1990). Mas crença no sentido em que Kilani a entendeu, a partir da sua experiência de terreno nos Oásis de Gafsa. Este antropólogo adotou uma perspetiva reflexiva que lhe possibilitou o questionamento da noção de crença do lado do observado e do lado do observador. “O antropólogo crê. Crê entre outras coisas na crença dos outros.” Ao postular a “equivalência entre o observador e o observado, trata-se de mostrar que a crença não é talvez aquilo em que se crê (que a crença não é esta ‘coisa que se nos impõe apenas pela sua força’, que a crença não é necessariamente ‘a utopia da fé ou a credulidade do crente ingénuo’), mas talvez uma construção social” (Kilani 2000: 238). Os terrenos no oásis permitiram a Kilani “compreender não só a natureza da crença enquanto construção social mas também a implicação do antropólogo neste tipo de construção” (2000: 239).

Guiada pela reflexão teórica deste antropólogo em torno da crença, construí a problemática de estudo a dois níveis. Como é que o ator social constrói a crença no programa *Ponto de Encontro* ?, Qual a implicação do antropólogo na construção da crença enquanto construção social?

O ator social constrói essa crença através de algumas estratégias discursivas, tais como: a sua enunciação e o pedido de ajuda para escrever uma carta dirigida ao programa como provas para fazer admitir a sua crença. O antropólogo acede ao conhecimento da crença do outro em relação a esse programa e constrói uma representação dessa crença através de situações de interlocução e de diálogo não apenas com este ator social, mas também com outros atores.

3. A escolha do caminho

No tempo da escrita em que nos deparamos com um emaranhado de vias de acesso ao conhecimento, a escolha do caminho a seguir nem sempre é tarefa fácil. No entanto, antes de iniciar qualquer percurso é necessário saber para onde se vai e como se vai, ou seja, selecionar criteriosamente a metodologia a utilizar em função do objeto de estudo. Assim, desejando caminhar para a interpretação da crença de Emília no *Ponto de Encontro*, o método etnográfico para recolha de informações tanto no Bairro S. João de Deus como nos bastidores do Ponto de Encontro, a observação direta da receção do programa junto da minha interlocutora, a observação diferida de um conjunto de programas gravados durante três meses, o recurso a fontes documentais primárias e secundárias, foram os “instrumentos” de que me muni para esta viagem.

4. Ponto de Encontro

No dia 27 de outubro de 1994 lia-se no jornal *Público*, na página dedicada à programação televisiva, “Estreia. Um programa de Henrique Mendes na mesma linha de *Perdoa-me e All You Need is Love*”. Nesse dia, uma quinta-feira, foi para o ar a primeira emissão do *reality show*⁴, *Ponto de Encontro* no canal privado SIC a partir das 22h15. Desde 1995 passou a ser transmitido às segundas-feiras, continuando a ocupar o “horário nobre” da programação, após a telenovela, durante aproximadamente uma hora. Os seus principais responsáveis eram: Eduarda Batalheiro, produtora; Henrique Mendes, apresentador; Fernanda Alverca, realizadora. A história da sua criação foi-me contada pela produtora: “O programa era uma rubrica de *Casos de Polícia*. Chegou-se à conclusão que não era um caso de polícia e por isso o Dr. Rangel pensou que podíamos fazer uma série de treze programas”, que, neste momento, vai no seu terceiro ano de emissões regulares. Alguns dos casos que foram tratados no final de 1996 pelo *Ponto de Encontro* foram endereçados a esse programa. Veja-se por exemplo um excerto de uma das cartas escrita no dia 16/06/94: “É com imensa tristeza que venho por meio desta carta recorrer aos Casos de Polícia pois gostaria que me ajudassem a encontrar o meu pai (...) que à 20 anos deixou a minha mãe e até hoje nunca o conheci nem nunca soube nada do seu paradeiro (...)”.

Segundo a produtora e a assistente de produção, o facto de ser o programa com mais audiência a nível de produção interna não passou despercebido aos críticos de televisão. Ouçamos as suas vozes: “Mas o sentimentalismo de *Ponto de Encontro*, na SIC, não deixa de ser uma “revelação”: semana a semana, tem vindo a subir, apresentando-se agora no segundo lugar do Top Nacional de Audiências. Acontece” (*Público*, 12/04/1995). “O sucesso de um programa como *Ponto de Encontro* e a avalanche de pedidos que a equipa (...) tem em mãos dá conta da importância de que este problema se reveste na sociedade contemporânea. Só cartas, a equipa do *Ponto de Encontro* tem neste momento por despachar cerca de 10 mil. Há nitidamente um vazio grande a preencher em Portugal no que diz respeito à procura dos desaparecidos”⁵.

Ao longo do tempo de duração do programa, a equipa conseguiu cumprir a finalidade a que se propôs: “o encontro ou o reencontro de familiares e/ou amigos que há muito se perderam de vista⁶, ou, nalguns casos, de familiares que

⁴ Emissão televisiva de baixo custo que põe em cena pessoas singulares face à vida quotidiana e aos seus problemas. Espaço de mostraçã, de exhibiçã do eu, de necessidade de ser reconhecido pelo outro para encontrar o sentimento de existir, ou seja, os concorrentes sentem que só têm existênciã se forem reconhecidos pelo outro, se tiverem voz. Espaço onde as fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada se diluem.

⁵ Vide artigo de Nuno Pereira “O Drama dos Desaparecidos”, *Público*, 24/06/97.

⁶ Em França existe o programa *Perdido de vista* (*Perdu de vue*) que, tal como o *Ponto de Encontro*, visa ajudar as pessoas a restabelecer o elo familiar e social.

nunca se conheceram"⁷. O restabelecimento do elo familiar e/ou social suscitou reações distintas. Para os “atores” (“procuras” e “encontrados”⁸) a alegria, a emoção “Estou muito feliz. O coração não salta para fora porque não é de saltar senão já cá estava fora. Que maravilha, ó Sr. Henrique Mendes!”⁹; “Sinto as lágrimas a caírem-me”¹⁰. Para alguns espectadores¹¹, “a gente fica emocionada”; “às vezes estou a chorar. Eu já cheguei a chorar. Eles choraram e abraçaram, quando dei por mim já tinha lágrima a cair”; “dá-me mágoa, dá-me, quer dizer, vontade de chorar”. Para os seus responsáveis, “é reconfortante saber que muita gente sai daqui com alma nova. Uma coisa que a mim me choca mais é quando têm muita idade. Essas pessoas dizem sempre “antes de morrer gostava de reencontrar...”, é uma coisa que me conforta muito”¹².

4.1 Os bastidores da crença

Nos dias 11 de novembro de 1996 e 24 de fevereiro de 1997, foi-me permitida a entrada nos bastidores onde a crença é encenada. Nesses dois dias de contacto com um mundo desconhecido, observei a azáfama para a preparação do ritual que acontece todas as segundas-feiras à noite.

A secretária de produção lia cartas que se vão amontoando. Ao lê-las ia destacando frases ou segmentos de frases no sentido de ajudar os colegas jornalistas a melhor visualizar os elementos mais importantes (o nome do “procura” e do “procurado”, o grau de parentesco, o possível local onde o “procurado” possa estar). Segundo nos disse Lurdes Gândara, uma das jornalistas, quando as cartas fornecem dados tais como: nome completo do procurado, local e data de nascimento, “têm mais facilidade em que peguemos rapidamente no caso”. Após esta leitura onde os aspetos mais “chamativos” são sublinhados, é feita a triagem por grau de parentesco e por local onde o desaparecimento ou a separação teve lugar. Este segundo item só é tido em consideração quando esses casos se referem a pessoas que viviam nas ex-colónias. Assim, há dossiês onde se encontram cartas arquivadas relativas a Angola, a Moçambique, a Cabo Verde, a São Tomé.

Os jornalistas que tinham casos para serem gravados nessa noite ultimavam a redação dos “pivots”¹³, os outros continuavam “agarrados” ao telefone a tentar encontrar familiares ou amigos desaparecidos ou separados há muito tempo.

⁷ Testemunho de Lurdes Gândara, jornalista do *Ponto de Encontro*.

⁸ Terminologia utilizada pela equipa do *Ponto de Encontro*.

⁹ Palavras de Marinho, um dos “procuras”, após o visionamento da peça do “encontrado”.

¹⁰ Palavras do 2.º convidado da emissão de 25/11/96.

¹¹ As pessoas, cuja voz é audível nesta parte do texto, são imigrantes cabo-verdianas residentes no bairro onde a minha investigação se desenvolveu.

¹² Testemunho de Fernanda Alverca, a realizadora do *Ponto de Encontro*.

¹³ Textos a serem lidos pelo apresentador sobre a história dos convidados (“procuras”, pessoas que demandam alguém e “encontrados”, pessoas que alguém procurava).

Feitas várias tentativas, uma das jornalistas exclamou com entusiasmo “Temos caso!” Esta expressão desencadeou uma conversa entre mim e ela sobre os procedimentos a desenvolver desde que o jornalista localiza o “encontrado” até ao dia da gravação em estúdio. Entre outros telefonemas que ia fazendo e solicitações, da parte de alguns elementos da equipa, a que ia respondendo, disse-me que num primeiro tempo era preciso telefonar ao “procura” para saber se o encontro ainda não tinha tido lugar. Caso a resposta fosse negativa, a assistente de produção (nunca desvelando o segredo que possuía, guardado até ao dia em que o reencontro acontecia no estúdio frente às câmaras e ao público) tentava saber as disponibilidades do “procura” e do “encontrado” para a filmagem das “peças”¹⁴. Cabe ainda a este saber se o “encontrado” deseja deslocar-se aos estúdios da SIC, no dia da gravação da emissão, para poder assegurar a sua vinda (justificação da sua ausência no local de trabalho, viagem, estadia durante uma noite).

A conversa foi interrompida com a chegada do apresentador. Desde esse instante até à gravação havia muito trabalho a fazer. Saímos da sala onde estivemos toda a tarde e dirigimo-nos para um espaço onde o apresentador, os jornalistas e a realizadora visionaram as “peças” montadas para a gravação da emissão desse dia. Este visionamento é importante para que o apresentador, que já conhecia a história de cada um dos três casos a serem gravados nessa noite, tenha mais dados que o ajudem a interagir com cada um dos convidados.

Terminado o visionamento passámos para uma outra sala onde decorreu a reunião de alinhamento em que participaram o apresentador, a produtora, a realizadora, a assistente de realização e os jornalistas. A boa disposição que se fazia sentir antes do seu início continuou ainda que a seriedade e a atenção ao pormenor fossem mais manifestas. O apresentador começou a ler os pivôs. Os elementos da equipa iam fazendo comentários, alterando uma ou outra expressão. A realizadora, à medida que ia sugerindo algumas modificações no texto, definia alguns critérios a ter em conta na construção dos pivôs: apresentação dos convidados em função do grau de parentesco (apelo à emoção, ao sentimento); ligação das deixas; utilização de um estilo coloquial em vez de um estilo literário (atenção ao público a quem o programa se dirige), ligação entre a peça e a pessoa – procura/encontrado; pivô de intervalo curto e apelativo (preocupação em manter a atenção e o interesse do público); preocupação em dar a voz aos convidados manifesta na seguinte frase proferida pela realizadora: “Não dizer nada do que o procura vai dizer”; preocupação em diversificar os casos apresentados (estratégia de marketing).

Após o termo desta reunião, havia um tempo de espera até à gravação do programa no estúdio durante o qual os jornalistas continuaram o seu trabalho de

¹⁴ Pequeno filme apresentado no dia da gravação do programa que obedece a uma estrutura: apresentação (Quem é? Onde vive? Quem procura? – esta última pergunta só é respondida pelo “procura”) e despedida.

pesquisa (telefonemas para tentar descobrir outras pessoas); o assistente de produção entregava os pivôs na redação depois de inserir as alterações feitas na reunião; o apresentador: “Falo um bocadinho antes da gravação com os ‘procuras’, toco-lhes no ombro. Um pequeno gesto, uma pequena palavra surte efeito. Se fosse feito com muito tempo de antecedência perdia o efeito de acalmar as pessoas”.

Na minha perspetiva, este primeiro contacto com os convidados é uma das estratégias de preparação do “espetáculo” que se vai desenrolar em frente às câmaras e ao público, cujos participantes não são atores profissionais, mas atores sociais que se expõem no espaço público em troca da resolução de um problema – a rutura do elo familiar ou social – por parte desta equipa de televisão. Aliás o único profissional presente no estúdio é o apresentador, pessoa com grande experiência profissional e de vida (aspetos importantes num programa desta natureza), o que, segundo a opinião de Márcia Ruas (secretária de produção) faz com que “as pessoas se aproximem mais dele do que de alguém muito jovem”. Os convidados da emissão são pessoas com percursos de vida marcados pelo sofrimento, dor, saudade de um familiar próximo ou de um amigo de quem se separaram por razões diversas.

Este fenómeno de transformação do espectador passivo em “ator”, em herói, que conta a sua própria história não é novo. “Na origem do teatro, e durante séculos, atores não profissionais, cidadãos tentam por trás das máscaras sublimar o quotidiano para fazer falar os deuses através delas” (Plaisance 1994: 28).

Finalmente, por volta das 22 horas, tudo estava preparado para que a gravação se realizasse. No estúdio, o público e os convidados, os “procuras”, encontravam-se sentados nos lugares distribuídos por uma assistente de realização (os familiares dos “procuras” nos lugares da frente, as pessoas selecionadas por meio de uma agência nos restantes lugares), o apresentador estava sentado no seu lugar, munido das fichas que lhe permitiam lembrar o que devia dizer; os operadores de câmara estavam prontos para iniciar a captação de imagens; a assistente de realização estava, por trás das câmaras, preparada para ir comunicando com o apresentador. Na régie, a realizadora, a anotadora e o operador de mistura e efeitos especiais aguardavam o momento em que podiam começar a gravar mais uma emissão deste programa.

O silêncio instalou-se. Na régie, lugar onde assisti à gravação, apenas se ouvia a voz da realizadora, que ia dando indicações quer aos operadores de câmara sobre os ângulos de tomada de vista e os enquadramentos, quer ao operador de mistura e efeitos especiais sobre as imagens que ia selecionando para serem vistas pelo telespectador no seu ecrã. Embora o programa fosse difundido em diferido, a gravação das conversas e das reações no estúdio era feita como se estivéssemos em presença de um programa em direto. A montagem da emissão acontecia à medida que era feita a filmagem.

Nesta última fase de preparação da emissão, há algumas questões de natureza estética que se levantam. A montagem das sequências da emissão é o

resultado da escolha e da sensibilidade do realizador. A transmissão do acontecimento – o reencontro entre familiares ou amigos – “não é nunca um retrato fiel do acontecimento que decorre, mas é sempre (...) uma sua interpretação” (Eco 1989: 204). Para captar este acontecimento, o realizador coloca três câmaras de forma a obter vários pontos de vista complementares. A escolha das imagens a montar “torna-se assim uma composição, uma narração, a unificação discursiva de imagens isoladas analiticamente no contexto de uma mais vasta série de acontecimentos simultâneos e interinfluente” (Eco 1989: 204). O realizador deve ter desenvolvida uma “intuição que lhe permita *crescer* com o acontecimento, *acontecer* com o acontecimento. Ou, pelo menos, saber distinguir instantaneamente uma vez acontecido e captá-lo antes de já ter passado” (*idem*). Na conversa que tive com a realizadora do *Ponto de Encontro*, esta questão foi explicitada do seguinte modo: “A gente ou capta mesmo as coisas como estão a acontecer ou se nos enganarmos não podemos voltar atrás”.

4.2 Desejo e sedução

No tempo de passagem pelos bastidores do *Ponto de Encontro*, apercebi-me de que a porta de acesso a este mundo subterrâneo de luzes, de câmaras, de vultos, nem sempre se abre a todos os que a desejam transpor. Muitos ficam pelo caminho. Outros conseguem realizar o seu desejo. Para que esse desejo se concretize é preciso ter coragem para “voltar a mergulhar em zonas por vezes frágeis da sua memória e da sua sensibilidade” sem “destruir um equilíbrio psicológico que o tempo acabara por recriar” (Rahard 1994: 29) e ser capaz de seduzir os guardiães deste templo.

Noutros tempos, Orfeu valeu-se da sua arte de tocar e de cantar, a que nada nem ninguém resistia, para descer aos Infernos na tentativa de recuperar Eurídice, sua esposa que muito jovem foi mordida por uma víbora e morreu. Ao chegar a esse mundo desconhecido tangeu a lira e cantou:

Ó Deus que dominas o silencioso mundo das trevas!
Para junto de ti todos os filhos das mulheres vêm sem exceção;

(...)
Permite, então, que se urda de novo para a doce Eurídice
O fio da vida, que foi tirado do tear
Cedo de mais. Vê! Peço-te pouco,
Apenas que ma emprestes, não que ma dês...
Será de novo tua, quando tiver a vida até ao fim. (Hamilton 1983: 149)

Ninguém ficou insensível à magia da sua voz. Ninguém resistiu ao seu pedido.

Eurídice foi-lhe confiada mas com a condição de não se voltar para trás para a ver, quando ela o seguisse, até chegarem à superfície terrestre.

Hoje, o mito de Orfeu, já contado através da linguagem cinematográfica pelo cineasta, poeta e pintor Jean Cocteau em 1950, está, no meu entender, a ser recriado todas as semanas por este *reality show*.

A saudade de **x** pelo desaparecimento ou separação de **y** levou **x** a desejar o (re) encontro com **y**. Para isso, teve de fazer um pedido a **z**, isto é, aos guardiães desse templo de forma a seduzi-los¹⁵:

(...) Já vão 35 anos que não sei de certos familiares bem chegados; como seja uma irmã que nesta altura está com 66 anos de idade (...) Ora o motivo deste afastamento eu passo a explicar.

Meu falecido marido era funcionário público (...) e andava sempre a ser enviado para vários pontos do país (...).

Há muito que tinha vontade de dar este passo: se não o fiz há mais tempo, apenas por saber que vou ser vista por uns milhares de pessoas, e não me vou sentir à vontade... mas como não queria deixar esta vida sem ver esses familiares, aqui estou a pedir-lhe o grande favor, o qual não tenho palavras para agradecer-lhe¹⁶.

Uma vez aceite o pedido de **x**, **z** impõe-lhe uma condição – mostrar-se e contar-se no espaço público. Se essa condição não se realizar a possibilidade de encontro ou reencontro deixa de ser viável. Foi o que sucedeu a Orfeu que, no momento em que se aproximava da luz do dia, não resistindo à tentação de olhar para trás para se certificar de que Eurídice o seguia a viu desaparecer e voltar de novo para o mundo subterrâneo. Também neste programa, “quando alguém escreve e diz que não quer vir não tratamos do caso. Não se pode, porque isto leva muito tempo”¹⁷. Segundo a produtora, isto verificava-se mais “no princípio do programa. As pessoas, “os procuras”, não queriam vir à televisão, mas tiveram que se sujeitar a vir e agora já se habituaram à ideia”.

Por vezes, o reencontro não acontece ainda que a condição imposta seja cumprida. Foi-me contado pelos jornalistas da equipa do *Ponto de Encontro* que há pessoas que não querem ser encontradas. Essencialmente alguns homens que cumpriram o serviço militar em África e tiveram filhos de uma relação com uma nativa. Ao regressarem a Portugal constituíram família a quem não revelaram a existência de filhos deixados em África. Em casos destes, os jornalistas têm, por uma questão de natureza ética, de respeitar os desejos das pessoas encontradas: “Se os procurados não querem ser contactados dizem que não querem. Aí telefonamos aos procuras a dizer que não conseguimos encontrar a família”.

¹⁵ O aspeto humano, o número de anos de separação, o interesse da história contada e viabilidade de resolução “Ter pernas para andar” e a sensibilidade do jornalista são, segundo os jornalistas do *Ponto de Encontro*, os critérios utilizados para a seleção dos convidados. No meu entender, a vertente espetáculo e simultaneamente económica deste tipo de programas não é alheia a esta escolha.

¹⁶ Excerto de uma carta enviada ao *Ponto de Encontro*.

¹⁷ Testemunho da secretária de produção, recolhido em 25/02/97.

Segundo Márcia Ruas, são sobretudo pais e filhos que não querem ser encontrados por razões de dinheiro ou de desagregação da nova família. A estes motivos o jornal, *A Capital*, acrescenta outros: “decoro, ressentimento ou manifesta indiferença”¹⁸.

4.3 Processos de sedução do espectador

Como foi referido anteriormente, a crença leva o espectador a agir e a interagir com outras pessoas – os responsáveis pelo programa – no sentido de os persuadir a aceitar o seu pedido, o restabelecimento do elo familiar ou social. Passo a descrever e analisar alguns dos processos utilizados pelo *Ponto de Encontro* para cativar o espectador e instituir a passagem do estado de espectador ao de espectador “crente”.

Encenação do real

Ainda que O *Ponto de Encontro*, como qualquer outro *reality show*, se alimente do real, isso não significa que o real seja mostrado como ele é. Esse real é encenado, construído de múltiplas formas para seduzir o espectador. Analisarei algumas delas:

O genérico anuncia o início e o fim do programa. Permite ao espectador identificar o seu nome, os seus responsáveis. Além disso, atrai os espectadores, cria-lhes o desejo de ver o que se segue.

Ao som de uma canção¹⁹, grafemas de cor azul passando pelo ecrã, em primeiro plano, rostos e mãos de cor vermelha, em segundo plano e ao fundo imagens esbatidas de cor azul e preto contam-nos visualmente a mesma história da canção. Essa história remonta ao tempo em que a alegria era visível naquele rosto, naquele olhar. Certo dia, o elo rompeu-se, as mãos unidas começam a separar-se cada uma para seu lado. O rosto anda, de olhar perdido à procura. Só vê um rosto desfocado que acaba por desaparecer. O olhar continua perscrutando noutros lugares. O reencontro aconteceu. As mãos voltaram a unir-se dentro de um círculo azul (o círculo azul do estúdio). O elo estava restabelecido. Os rostos colaram-se. São recordados os momentos desde a rutura até ao restabelecimento do elo (o ecrã apresenta todas as imagens anteriormente visionadas). Os grafemas também se unem. O nome do programa aparece no ecrã em primeiro plano.

Após o genérico, o apresentador começa por lembrar o dia em que a emissão vai para o ar e a sua finalidade: “Muito boa noite. Como acontece sempre às segundas-feiras sensivelmente a esta hora, aqui estamos para fazer deste lugar o *Ponto de Encontro* de amigos e familiares que desejam pôr fim a

¹⁸ Vide artigo intitulado “Perdidos e achados”, publicado no jornal *A Capital* em 21/10/96.

¹⁹ A letra da canção é a seguinte: Nós enquanto juntos/ Sentimos a forma de amar/ Longe da vida sofremos/ A solidão/ De só recordar/ O tempo que vivemos/ É breve para nos separar/ E é justo conseguir/ O momento do reencontro/ Um abraço neste Ponto de Encontro/ Um abraço neste Ponto de Encontro.

uma longa separação provocada na maioria dos casos por dificuldades da vida.”²⁰ Em seguida, Henrique Mendes faz uma apresentação rápida de cada um dos problemas dos convidados. “Os três casos de que vamos tratar esta noite são: o de um jovem que anseia conhecer a mãe, de amigos de Angola que se perderam um do outro em 1974 e duma sobrinha que não vê a tia há mais de 30 anos.” Esta apresentação atrai e capta a atenção do espectador.

O sumário é o único momento em que Henrique Mendes fala de todos os convidados, o que de certa forma permite conferir semelhanças entre as histórias que cada um deles traz para contar.

O lugar onde os convidados se reencontram é um estúdio de televisão. Não imita nada. Foi necessário construir um cenário. Plateia com cadeiras vermelhas num fundo escuro, de um lado, e uma espécie de biombos, de outro lado, circunda o estúdio. Nesses biombos em tons de azul-escuro, azul-marinho, azul claro, preto e lilás, predominam linhas retas que se unem num ponto formando triângulos, símbolo da “divindade, da harmonia”; sendo também “alquimicamente o símbolo do fogo e do coração” (Chevalier e Gheerbrant 1982: 968). Por trás do apresentador, sob um fundo escuro desenha-se um círculo – símbolo da “perfeição, homogeneidade, ausência de distinção ou de divisão” (*idem*) – em tons de amarelo e cor de laranja, lembrando os raios do sol incidindo sobre o azul do céu, neste caso o círculo azul onde o apresentador e o convidado se encontram.

Quando o apresentador está no centro da imagem, sobressai um fundo luminoso, amarelo, cor de laranja sobre o qual se entrecruzam linhas formando triângulos. Um desses triângulos por trás das costas do apresentador cria uma ilusão ótica. De um momento para outro tem-se a sensação de que o apresentador mudou de lugar e de estatuto. Parece estar sentado num trono. Foi simbolicamente investido de poderes. Do seu trono, fala às pessoas – os convidados que, envoltos quer por rostos de pessoas, quer pelos tons de azul-escuro, desejam que o sonho, recriado pela predominância da cor azul do cenário, se transforme em realidade diante daqueles olhares que são a prova de que o que acontecer é verdade, diz-lhes a “verdade”, ilumina a vida sombria destas, satisfaz os desejos dessas pessoas, seduz os seus súbditos fiéis (os espectadores) com os seus poderes, persuade-os a dirigirem-se a ele para que os seus desejos também se realizem.

Esse fundo luminoso contrasta com o azul das cadeiras e do círculo onde a ação se desenrola. Um espaço sombrio entre este fundo luminoso e uma outra espécie de biombo em tons de lilás, cor-de-rosa onde se destaca um retângulo azul. O contraste das cores cria e prepara uma atmosfera. Este último biombo ocupa o lugar central da cena quando Henrique Mendes convida o “procura” a assistir à “peça”. Os tons rosa e violeta ganham mais vivacidade, talvez um indício de que algo irá acontecer. O retângulo azul torna-se mais nítido. As letras

²⁰ Emissão de 25/11/96.

azuis que formavam o título do programa dão lugar à reportagem feita pela equipa sobre o “procurado”, voltando a ocupar o seu lugar nesse retângulo mal esta termine.

Algum tempo depois, uma luz azul incide sobre o espaço sombrio. O “encontrado” entra no azul. “Entrar no azul é um pouco como Alice no País das maravilhas, passar para o outro lado do espelho” (idem).

O espaço é reconstruído pelo jogo de câmaras. Planos médios alternam com planos de conjunto. Segundo a realizadora, esta escolha deve-se à necessidade de “relacionar as emoções da família que está a assistir com o desenrolar da conversa. Todas as reações são importantes. Tentamos dar a verdade em termos do que aconteceu, mostrar as coisas tal e qual”.

Estes planos mostram um olhar sobre o real. Um olhar dinâmico que salta do apresentador para o convidado, deste para os seus familiares presentes na assistência. Este olhar indicia um ambiente de ansiedade, de expectativa face ao desenlace da ação.

Planos médios deixando ver o busto dos convidados são muito frequentes. “dão ao corpo uma importância considerável, fazem dele um lugar, um espaço onde se passam coisas” (Pharabod 1993: 207). O grande plano de um rosto, de um olhar, de uma mão, num contexto, pode servir como uma prova. Às vezes, ainda que o convidado se esforce por sorrir há um mal-estar que se pressente. Outras vezes, esforça-se por não se emocionar, mas a emoção inscreve-se no rosto, a voz embarga-se. Estes planos “quando as pessoas se emocionam ou fazem um silêncio ou quando começam a ver a peça do encontrado”²¹ permitem constatar a emoção, são uma prova da sinceridade dos convidados e revelam ainda o corpo que ocupa todo o ecrã – residência do imaginário, dos afetos – como o lugar onde a história se desenrola, o restabelecimento do elo acontece.

O dispositivo para contar a história desde a rutura até ao restabelecimento do elo familiar e/ou social é o seguinte. A pessoa que está na origem do pedido é chamada ao painel pelo apresentador. Em frente dela, um posto de televisão com o ecrã desligado onde se vê escrito o nome do programa. Antes do reencontro, o apresentador incita o seu convidado a ver as notícias que a equipa conseguiu para ele. As imagens começam a aparecer no ecrã. No momento do reencontro, Henrique Mendes apresenta o encontrado e a sua história aos espectadores.

A narrativa começa quase sempre com a pergunta seguinte: Como é que o “procura” perdeu de vista a pessoa procurada? O “procura” é designado umas vezes pelo seu nome, outras pelo estatuto familiar decorrente do seu elo com o procurado. Henrique Mendes pergunta: “Anabela, como é que começa a sua história? Você vive com pais adotivos, não é?” O objetivo destas perguntas não é apenas o de fazer compreender os factos aos espectadores, é também o de conduzir a narrativa de uma experiência, a da rutura dos laços familiares. Henrique Mendes interroga ainda o “procura” sobre a maneira como viveu a

²¹ Testemunho da realizadora, 25/02/97.

separação, as razões da sua obstinação em querer encontrar o procurado e sobre a história desta pesquisa desde o seu início até à passagem no *Ponto de Encontro*. O “procura” diz muitas vezes que o *Ponto de Encontro* “é a única solução” para conseguir encontrar o procurado. “Procuro um familiar que já há muito tempo que não encontro. Tentei procurar pelos meus meios próprios. Corri quase Portugal inteiro, perdi muito tempo, dei muita volta e não me foi possível. Como vejo o programa do *Ponto de Encontro* resolvi recorrer-lhe e pedir a sua ajuda”²². Henrique Mendes pergunta-lhe então se tem recordações do procurado, se tem fotografias (serão nesse momento mostradas aos espectadores), como imagina que terá sido a sua vida. Depois, dirigindo-se ao “procura” através de um: “Bom, José, nós não quisemos ficar mal. Depois das suas investigações nós enchemo-nos de brio e realmente vamos lá ver se estamos à altura da situação. E então conseguimos descobrir alguma coisa. É isso que o senhor vai agora saber. Vamos ver os dois.” O ecrã da televisão começa a transmitir as imagens que a equipa captou. No painel, o convidado constata o acontecimento. Henrique Mendes dirige-se novamente a ele: “O que é que terá sido a vida do seu primo? Para sair daqui mais contente, mais feliz ainda eu vou chamar o seu primo.” O reencontro acontece, provocando a emoção. Em seguida, Henrique Mendes pede ao encontrado para contar a sua versão da história. Como viveu essa separação. No final, Henrique Mendes despede-se dos convidados dando a cada um deles uma prenda.

Neste ato de dar uma prenda há, de certo modo, uma reciprocidade. A SIC através do *Ponto de Encontro* dá uma prenda aos convidados e em troca recebeu a sua fidelidade a este canal. Como qualquer prenda, também esta encerra um valor simbólico. Um marco da presença neste programa? Uma forma de perpetuar este programa na memória dos espectadores? Porque é que a prenda é uma pirâmide? Será porque este programa tal como a pirâmide é “lugar de encontro entre dois mundos: um mundo mágico (...); um mundo racional” (Chevalier e Gheerbrant 1982: 791), isto é, um mundo do espetáculo televisivo e o mundo das redes familiares e sociais?

Palavras do vivido

Na sociedade atual, os *media* invadem as nossas casas com imagens e testemunhos de pessoas singulares sobre acontecimentos do quotidiano (um assalto, uma cena de pugilato num bairro degradado, a fuga de casa de um adolescente, a apreensão de droga num acampamento de ciganos, o desaparecimento ou a separação de um familiar ou de um amigo, ...).

Ao trazer a esfera do espaço íntimo para o espaço público, os *media* não pretendem tornar visíveis estes fenómenos sociais (marginalidade, insegurança, delinquência, rutura do elo familiar ou social, ...), não é esse o seu objetivo, mas

²² Vide 3.º caso do programa de 02/12/96.

torná-los visualizáveis, isto é, exibi-los. Cabe aos investigadores das ciências sociais torná-los visíveis através das suas investigações.

No *Ponto de Encontro*, a estratégia de dar a voz às pessoas singulares para se contarem no espaço público confere, de certa forma, uma dimensão autobiográfica ao programa, que normalmente passa despercebida tanto aos críticos quanto à grande maioria dos espectadores. Neste programa, tal como numa autobiografia há uma narrativa do vivido. As palavras contam não só a vida do seu autor como ainda o contexto político e social em que ele está inserido. Daí ser possível ler a sociedade portuguesa, relativa ao período do Estado Novo²³, através das palavras do passado tornado presente neste programa.

O processo de descolonização – um dos motivos que faz muita gente recorrer a este programa – transporta os autores das histórias a outros tempos e a reflexões sobre a relação do eu com o Outro, do colonizador com o colonizado, do branco com o negro. “Em Angola, havia injustiças flagrantes entre brancos e pretos. O branco julgava-se muito superior ao preto, mesmo um analfabeto, aqueles analfabetos originais julgavam-se superiores ao preto. Depois de 61 começaram a alterar-se umas situações muito ao de leve. Nós estávamos, por exemplo, numa reunião, entrava um polícia, um chefe dum posto, prendia-nos, tratava-nos como se fôssemos bandidos, bêbados e as pessoas eram presas, levadas para as cadeias e inclusivamente quando ainda vigorou o contrato para São Tomé são deportadas para São Tomé”²⁴.

O abandono dos filhos, sobretudo ilegítimos, pelas mães – tema recorrente das cartas que chegam ao *Ponto de Encontro*, cujas palavras exprimem a mágoa, a dor, a tristeza do filho ou da filha:

Gostava de conhecer a minha mãe.

Nasci na freguesia de Salto, Montalegre no dia 21-03-72. Tenho atualmente 23 anos (...)

Pelo que me contaram:

O marido de minha mãe trabalhava em França e minha mãe teve um caso amoroso com outro homem do qual resultei eu. Minha mãe já tinha 3 filhos legítimos. Para que o marido não soubesse, minha mãe, que naquela data trabalhava num colégio na Póvoa de Lanhoso pediu aos padres para me darem a uma família que de mim pudesse criar²⁵.

é um fenómeno revelador da forma como a sexualidade da mulher era encarada na sociedade portuguesa durante o Estado Novo. A sexualidade estava associada à ideia de fertilidade e reprodução dentro da instituição família. “A imagem das

²³ A grande maioria das histórias contadas neste programa reporta-se a separações e desaparecimentos ocorridos há mais de 20 anos.

²⁴ Voz de Marcus, um dos “procuras”, natural de Angola, na emissão de 25/11/96.

²⁵ Esta carta deu origem ao terceiro caso apresentado na emissão de 16/12/96.

mulheres como mães, esposas e filhas prevaleceu. As mães eram férteis e cuidavam dos filhos, as esposas eram castas e as filhas eram virgens” (Cole 1994: 98). Na área da sexualidade, as jovens, contrariamente aos rapazes, eram ensinadas a ter vergonha, ou seja, a controlar a sua fertilidade. Se ficassem grávidas eram elas que tinham que assumir a responsabilidade de criar os filhos ou de se tornar um fardo para a casa dos pais. Acresce a isto o facto de o seu nome e o das suas famílias não escapar ao “falatório”, meio de controlo social, sobretudo nas comunidades rurais onde todos se conhecem. Daí o abandono dos filhos recém-nascidos ou a sua entrega a famílias ou a instituições longe do seu local de residência, e o afastamento destas jovens que deixavam os filhos a cargo dos avós.

A circulação dos filhos menores para servirem em casas de famílias (este foi o caso do senhor Marinho e o da minha interlocutora, que nunca viu resolvido o seu caso, foi mais um dos processos arquivados) - outro dos motivos da dissolução dos laços familiares - revela o valor da criança enquanto “capital-investimento” (Bandeira 1996: 130), na sociedade tradicional. Na família moderna, as funções da criança (filhos) alteraram-se. “Restringem-se cada vez mais ao plano afetivo e simbólico” (*idem*: 130).

A emigração clandestina, nos anos 60, (época da guerra colonial) para os países da Europa, nomeadamente França - na origem de algumas situações de rutura dos laços familiares e sociais devido à mobilidade geográfica decorrente da situação de clandestinidade, ao analfabetismo de muitos jovens emigrantes - demonstra por um lado, o mal-estar económico e psicológico que se vivia em Portugal durante o regime ditatorial, por outro, o baixo índice de escolaridade da população portuguesa²⁶.

Estes fenómenos sociais, que se depreendem das palavras vividas pelos seus autores talvez não sejam os que seduzem a maior parte dos espectadores, os que fazem subir ou manter audiências. O espectador, ainda que possa identificar-se e reconhecer-se nas palavras do Outro, liga o televisor para se divertir, para descontraír, para esquecer o trabalho, os problemas. Daí que Henrique Mendes conduza a narrativa não de forma linear, mas alternando episódios picarescos da vida dos convidados com o acontecimento principal que os trouxe ali.

Em resumo, nesta crença como numa crença religiosa, o dispositivo que é criado para que o “espetáculo” aconteça, as palavras do vivido, as canções, os gestos, as emoções exibidas em público, o espaço, as imagens, servem para criar uma atmosfera, um ambiente, uma comunidade de interesses comuns.

5 Reflexões finais

Da observação de Emília no papel de espectadora do *Ponto de Encontro* e pelos comentários que ia fazendo à medida que o ia vendo: “Isto já me toca.

²⁶ Segundo os dados do Censo de 1960 a percentagem da população residente que não sabia ler nem escrever era de 40,3. Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1960.

É uma história idêntica, eu também sou a irmã mais velha”; “O meu pai passou um bocado nas mãos dos brancos” comenta a propósito da seguinte frase dita por um dos convidados deste programa: “(...) havia injustiças flagrantes durante o período do colonialismo entre brancos e pretos”, pude aperceber-me que ela não só se identificava com algumas situações expostas no ecrã pelas pessoas singulares convidadas para se contarem no espaço público, como ainda desejava ver-se nesse espaço: “É fantástico! Só o trabalho que isso dá. A gente diretamente não paga nada. O que é que eu pago? Eu já estou a dizer que pago”; “Se chegasse lá não conseguia falar uma palavra com os nervos”.

No meu entender, as dimensões *identificação* e *desejo* manifestadas por Emília ajudam a compreender por um lado, o porquê da construção desta crença - Não será porque este programa cria um processo de identificação do espectador com os “atores”, levando o “eu” do espectador a confundir-se e a “perder-se no outro” (Maffesoli 1994), e ainda uma relação de desejo com o espectador? - por outro lado, o significado deste conceito para a minha interlocutora - a crença é uma *construção social* alicerçada na relação identificação/desejo.

Hoje, com algum distanciamento em relação a este trabalho de investigação entre 1996 e 1997, interpreto o interesse desta mulher pelo *Ponto de Encontro* também como a manifestação de um desejo de visibilidade criado pela “televisão da intimidade” (Mehl 1992, 1996), que é bem revelador da mudança das relações entre esfera privada e esfera pública. A televisão torna-se um “espelho”²⁷, um espaço de “mostração”.

As pessoas sem rosto e sem voz ao passarem para o outro lado do espelho não acedem à visibilidade mas à visualização. Os seus testemunhos, até esse momento, privados tornam-se públicos. O rosto mostra ou dissimula as suas angústias, as emoções, os afetos. O corpo afirma a sua singularidade, a subjetividade, o vivido diante das câmaras, da assistência, dos telespectadores. A voz conta uma parte da sua história de vida, as expectativas, os desejos. O espectador vê-se na imagem refletida do Outro que podia ser ele próprio, identifica-se com ele, com partes de histórias de vida expostas, porque podia estar no seu lugar.

²⁷ Ideia desenvolvida por Ignacio Ramonet (1992) no artigo “La télévision karaoké” em *Le Monde Diplomatique* e retomada por Dominique Mehl nesse mesmo ano em *La Fenêtre et le Miroir*.

Referências bibliográficas

- Baker, Keith M. e Chartier, Roger (1994): “Dialogue sur l’espace public”. In: *Politix*, vol. 7, 26: 5-22. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polix_0295-2319_1994_num_7_26_1838 (consultado em 02-02-1996).
- Bandeira, Mário Leston (1996): *Demografia e Modernidade, família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Boutinet, Jean-Pierre (1996): *Antropologia do Projeto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Chartier, Roger (1994): “Dialogue sur l’Espace Public”. In: *Politix* n.º 26: 5-22.
- Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain (1982): *Dictionnaire des Symboles*. Paris: Robert Laffont/Jupiter.
- Cole, Sally (1994): *Mulheres da Praia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Eco, Umberto (1989): *Obra Aberta*. Lisboa: Difel.
- Evans-Pritchard, E.E. (1937): *Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande*. Oxford: Oxford University Press.
- Hamilton, Edith (1983): *A Mitologia*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Kilani, Mondher (2000): “Les oasiens croient-ils à leurs généalogies? Sur les notions de croyance et de savoir en anthropologie”. In: *L’Invention de l’Autre, essais sur le discours anthropologique*. Paris: Editions Payot Lausanne: 236-262.
- Lenclud, G. (1990): “Vues de l’esprit, art de l’autre. L’ethnologie des croyances en pays de savoir”. In: *Terrain* n.º 14: 5-19.
- Mehl, Dominique (1992): *La Fenêtre et le Miroir*. Paris: Editions Payot.
- (1994): “La parole thérapeutique et cathartique”. In: *Dossiers de l’Audiovisuel* n.º 55: 31-32.
- (1996): *La Télévision de l’Intimité*. Paris: Editions du Seuil.
- Nunes, Maria Fátima (1997): *Da Visibilidade à Visualização das Pessoas Singulares*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Porto: Universidade Aberta.
- Pharabod, Anne-Sylvie (1993): “Perdue de vue, ethnographie d’un reality show”. In: *Cinéma. Rites et mythes contemporains* n.º 16: 145-297.
- Plaisance, Philip (1994): “Télévision: nous sommes tous des héros”. In: *Dossiers de l’Audiovisuel* n.º 55: 27-28.
- Rahard, Renaud (1994): “Les consignes au super héros”. In: *Dossiers de l’Audiovisuel* n.º 55: 28-29.
- Ribeiro, José da Silva (2003): *Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Worth, Sol (1980): “Margaret Mead e a passagem da ‘antropologia visual’ à ‘antropologia da comunicação visual’”. In: *Studies in Visual Communication* 6:I.

Programa de Televisão

- Ponto de Encontro (1996). Real. Fernanda Alverca. Com Henrique Mendes. Prod. Eduarda Batalheiro. SIC.

DIDÁTICA

A literatura de transmissão oral no ensino: do jardim de infância à universidade

Carlos Nogueira
Universidade Nova de Lisboa
carlosnogueira1@sapo.pt

Abstract

The study and dissemination in school context of Portuguese oral and tradition literary texts, as is universally acknowledged, may contribute to the construction of a more pluralistic, democratic and stimulating social and cultural environment: it not only promotes liberty of being and thinking and an organized and informed knowledge of Portuguese but also deepens citizenship education and the implementation of new cognitive abilities.

We assume such points of view but we also propose a revision. Through a new scientific, pedagogic and didactic approach, it is possible to give more visibility to this contents, already present in the curricula of primary and secondary schools, but not yet fully explored in their communicational, literary and cultural virtualities.

Resumo

O estudo e a divulgação, em contexto escolar, dos textos da tradição oral portuguesa (e não só), como é unanimemente reconhecido, pode contribuir decisivamente para a construção de um ambiente social e cultural mais pluralista, estimulante e democrático: quer porque promove um conhecimento organizado e esclarecido da língua portuguesa (desde logo na sempre atual **questão** da norma e dos desvios), quer porque favorece a liberdade de ser e de pensar, o aprofundamento da educação para a cidadania e a implementação de novas capacidades cognitivas.

Partimos destes pressupostos mas propomos uma revisão. Através de uma nova abordagem científica, pedagógica e didática, é possível dar mais visibilidade a esses conteúdos já há muito presentes nos *curricula* dos ensinos básico e secundário, mas ainda não devidamente explorados nas suas virtualidades comunicacionais, literárias e culturais.

O que está em causa sempre que uma criança utiliza um texto da literatura oral não é uma mera “iniciação no mundo da arte” (Coelho 1883: 86); um poema oral infantil, uma adivinha ou um provérbio fazem parte do mundo do literário, enquanto mundo de autonomia do estético e do belo, e permitem já a leitura e a redefinição dos condicionalismos do real; são lugares de criação, descoberta e exploração de identidades e intersubjetividades.

Por isso, sempre que o professor valoriza o património literário oral da comunidade e, muito em particular, os textos literários orais que um aluno ou os alunos usam, está a reconhecer os seus códigos linguísticos, sociais e culturais. Desse modo, investe na cultura de cada um e de todos, e faz da sala de aula e da escola espaços de acolhimento que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida pessoal e social (do lazer ao trabalho, do exercício da cidadania ao exercício profissional).

Não é por acaso que as chamadas *dedicatórias* (com frequência quadras tradicionais ou de tipo tradicional) circulam intensamente entre os nossos alunos, que às vezes as usam nas capas dos seus cadernos diários. O sucesso da “dedicatória”, de que já recolhemos algumas centenas de exemplares, vem das características do cancionero popular e da lírica em geral: a concisão, a clareza discursiva, o ritmo, a métrica, a rima, a primazia dos motivos líricos e a consequente facilidade de memorização dos seus poemas. Se as quadras tradicionais sobrevivem com a função de dedicatória, muito adaptadas, com pequenas variações ou mesmo reproduzindo totalmente o texto tradicional, é porque correspondem a uma representação simbólica de sentimentos e de situações que fazem parte do tecido sociocultural e idiossincrásico dos seus utilizadores (veja-se esta declaração amorosa: “Tudo o que tenho na vida/ Cabe na minha mão/ O teu retrato cortado/ Em forma de coração”).

Também as lendas exigem hoje uma atenção renovada no processo de ensino-aprendizagem. Em primeiro lugar, porque dispomos de recursos teóricos e críticos cada vez mais penetrantes, a que poderemos adequar processos de operacionalização tanto mais eficazes quanto mais conhecermos esses textos nas suas formas da expressão e nas suas formas do conteúdo; mas também porque há hoje uma especificidade cada vez mais enraizada na nossa cultura da globalização: a chamada lenda urbana, a que os mais jovens dedicam uma atenção muito particular, porque através dela são confrontados com a sua natureza enquanto pessoas, nas suas verdades por vezes mais recônditas e irracionais. Este género permite-lhes interagir com a alteridade às vezes estranha, mas nem por isso destituída de significado para um melhor conhecimento do mundo e do seu devir. O mesmo se aplica a tipologias textuais como a anedota, a adivinha, o provérbio e a banda-desenhada (que cada vez mais reproduz textos consagrados da tradição oral), que existem porque reajustaram a sua funcionalidade às condições sempre diferentes dos universos mental, social, religioso, político e cultural.

Haverá igualmente que notar o diálogo intertextual que autores consagrados, numa tradição que nos chega dos cancioneros trovadorescos, estabelecem com o esquema matricial de uma Língua e de uma Literatura que todos conhecemos e, não raro, usamos.

Fernando Pessoa, por exemplo, legou-nos, nas suas mais de quatrocentas quadras ao jeito popular, o conhecimento, a estetização e a transformação do

mundo que só uma arte singular realiza, não através de formas associadas ou etéreas de arte elitista, mas da aparente singeleza ou puerilidade das construções inscritas nas tradições verbais portuguesas. Veja-se esta quadra do poeta dos heterónimos: “Boca que tens um sorriso/ como se fosse um florir,/ teus olhos cheios de riso/ dão-me um orvalho de rir”; ou esta, de Vitorino Nemésio, que nos diz como uma vida pode cumprir-se na palavra literária oral: “No Brasil há uma alimária/ chamada papa-formigas;/ eu como a vida em palavras,/ chamo-me o papa-cantigas”.

Garantir a estes géneros e subgéneros da tradição literária oral e popular a merecida notoriedade dentro do nosso sistema educativo implica, primeiro, realizar uma revisão científica, à luz das mais modernas teorias e metodologias. Para isso, cada professor de língua portuguesa poderá adotar a seguinte linha de trabalho:

1. Seleção de textos: recolha de campo (em escolas, junto de alunos) e recolha em livros (Almeida Garrett, Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos, Consiglieri Pedroso, Viale Moutinho, etc.).
2. Questões genéricas: circunstâncias da produção, transmissão e receção (e da receção, transmissão, produção); autoria / anonimia; tradicionalidade; oral / escrito; variantes e funções.
3. Formas e conteúdos: dos temas e motivos à poética dos géneros em versos e dos géneros em prosa e à estruturação / funcionamento da língua.
4. Relação culto / popular: do texto oral / popular / tradicional ao texto de autor (de entre os autores que ainda não foram objeto, neste aspeto, de uma investigação séria, notaremos nomes como os de Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa ou Vitorino Nemésio; e, porque tal trânsito não é menos visível nas “Literaturas de Língua Portuguesa” (designação, como se sabe, de uma disciplina do curso de Ciências Humanas e Sociais do Ensino Secundário), de brasileiros como Cecília Meireles e Carlos Drummond de Andrade).
5. Construção de uma bibliografia atualizada e de uma referência a recursos disponíveis em páginas da Internet.

A reputação a que acima nos referíamos implica, numa segunda fase, o desenvolvimento de atividades e estratégias de operacionalização pedagógico-didática. É preciso articular as atividades já em curso no âmbito do currículo (ler / ouvir / falar / escrever) com atividades de intermediação que mobilizem as comunidades em torno das suas escolas; sem esta perspetiva, não é possível fomentar uma cultura de escolaridade alargada, de respeito e apreço pela instituição escolar.

Ora, esse caminho requer o desenvolvimento de projetos de parceria “escola/comunidade”, nos quais se proceda a uma prática dos textos orais, populares e tradicionais mais aptos a contribuir para a resolução das diferenças sociais, culturais e económicas.

Isso exige que se considere como estratégia essencial de todo este processo a recolha de textos literários orais por parte dos alunos: quer os que eles apresentam como *corpus* interiorizado, quer os que circulam nos seus ambientes de socialização interpessoal, quer ainda os que atravessam todas as áreas sociais.

De facto, as especificidades literárias de transmissão oral / popular / tradicional surpreendem-nos hoje com hábeis dispositivos de adaptação a meios supostamente adversos à acomodação-criação de textos ou microtextos da tradição oral. É sabido que os textos e os ambientes clássicos de circulação têm conhecido aceleradas e súbitas mutações que não se compadecem com o apagamento irreversível de uma determinada memória. Mas a literatura que se realiza no suporte fugaz e instável dos canais da oralidade (primária ou secundária) é sempre outra literatura, no movimento diacrónico como nas sincronias socioculturais.

A tradição, categoria virtual e dinâmica, nunca é o que era. Daí que, no caso da literatura oral, tradicional e/ou popular, assistamos à morte de géneros, textos ou de praticamente todo o sistema de várias espécies textuais; neste processo de seleção natural apenas se mantêm as composições que se adaptam a novos registos, formatos e sustentáculos: o livro, sobretudo o de receção infantil e juvenil, a televisão, a rádio, o cinema, a internet, o CD, o CD-Rom, etc.

Examinemos alguns casos, para que se perceba bem a amplitude e a complexidade deste problema.

O texto literário oral que se mantém na memória e nos usos é, antes de mais, um texto persuasivo; se não o é, desaparece assim que nasce. Nos objetos publicitários, a forma tradicional obedece a uma brevidade poético-musical que garante a sua funcionalidade: seja nas vozes que ecoam desde o fundo cultural comunitário, seja nas vozes criadas originalmente para o registo mediático (visual-sonoro ou impresso), de onde podem libertar-se para viver na oralidade.

O slogan “Primeiro estranha-se, depois entranha-se”, criado por Fernando Pessoa para a coca-cola, nos inícios do século XX, ilustra bem esta tendência de renovação da oralidade literária; acontece o mesmo com o sugestivo “Há mar e mar, há ir e voltar”, de Alexandre O’Neill, que é hoje também uma forma breve já clássica.

A cultura popular é, em muitos aspetos, transversal a classes sociais e formas estéticas; pensemos em cantautores como José Afonso, Vitorino, Fausto, Isabel Silvestre ou Sérgio Godinho ou em grupos como os *Gaiteiros de Lisboa*, *Deolinda* ou *Pé na Terra*. Nas suas obras, os sentimentos, os valores e os símbolos ancestrais convivem com os novos valores de cidadania, com as novas ideologias e culturas; o intimismo, a sátira, o cómico, o feio, a religiosidade ou o belo (nas suas diversas formas) aparecem em função das mesmas conceções humanistas essenciais: a justiça, a honestidade, o riso como libertação humana, a luta por valores ético-morais. A ligação faz-se tanto ao nível das estruturas e das formas como ao nível dos conteúdos; os novos gostos ou tendências acolhem o

gosto antigo naquilo que ele tem de expressivo e comunicativo. A clareza da linguagem e das ideias é uma das leis, mas nem por isso o texto surge destituído de ambiguidade e, logo, de poeticidade.

São também paradigmáticas as estilizações e execuções de romances tradicionais, de cantigas líricas ou narrativas (como a “Pastorinha”, uma das mais puras do ponto de vista estético¹) da responsabilidade de cantatores célebres como José Afonso, Vitorino ou Fausto, ou de grupos conceituados, profissionais ou amadores, como a Brigada Victor Jara, a Ronda dos Quatro Caminhos ou os Madredeus (por exemplo: “Quando uma guitarra trina/ Nas mãos de um bom tocador/ A própria guitarra ensina/ A cantar seja quem for// Eu quero que o meu caixão/ Tenha uma forma bizarra/ A forma de um coração/ A forma de uma guitarra// Guitarra, guitarra querida/ Eu venho chorar contigo/ Sinto mais suave a vida/ Quando tu choras comigo”²).

¹ Texto subordinado à temática amorosa, uma das mais abundantes, como se sabe, no romanceiro e no cancionero narrativo tradicional:

Um pai tinha uma filha que andava co gado no monte; ela já era grandinha, o pai queria trazê-la para casa, e ela não queria. Depois, o irmão, que chegara do Brasil, perguntou-le pela irmã, e o pai disse-le que ela não queria vir, e o irmão disse que a traria. E então se passou o seguinte:

— Deus te salve, Rosa, clara tão formosa!
Linda pastorinha, que fazes aqui?
— Por esta montanha a guardar meu gado;
Já nasci, senhor, para este fado.
— Por estas montanhas também corre perigo;
Queira a pastorinha, quer ir comigo?
— Palavras mal dadas dum homem honrado;
Como hei-d’ir consigo e deixá-lo meu gado?
— Você é ingrata, tão impertinente;
Não falo consigo como a outra gente.
— S’eu sou ingrata, passe muito bem;
Qu’eu sou ingrata... assim me convém.
— S’assim le convém, com bem se vá embora,
Vá guardar o gado pela serra fora.
— Pola serra fora isso vou fazendo;
Qu’o amor é tanto, já me vou rendendo.
— Vamos *pera* a sombra qu’aqui faz calor,
E lá experimentaremos o nosso amor.
— Pastorinhos do monte, guardai o meu gado!
Foge a pastorinha co seu namorado!
— É tão namorado, não me digo nada!
Qu’a aposta que eu fiz levo-a ganhada.
E levou-a para casa.

(S. Tomé de Covelas, c. de Baião, 1902. In: Vasconcelos 1960: 385-386.)

² “Guitarra”, in *Ainda* (1995), Original Motion Picture Soundtrack from the Film *Lisbon Story*, Written and Directed by Wim Wenders. Lisboa: EMI – Valentim de Carvalho, Música, Lda.

Essas interpretações modernas, para lá da importância do estilo linguístico, dependem muito de tudo o que torna a voz humana no mais prodigioso dos instrumentos humanos. O tom e o timbre, o sentido do ritmo e os impulsos sensoriais, em comunicação direta com a movimentação corporal, geram um universo que é corpo e poesia, arte e humanismo. Paul Zumthor e Ruth Finnegan, nos seus estudos sobre poesia oral³, têm insistido num aspeto que é essencial para a construção de uma escola mais democrática e saudável: através da voz, o intérprete comunica ao seu corpo e ao dos ouvintes, por contágio rítmico-magnético, um valor expressivo que maximiza a poetização, a emocionalização e a perceção da mensagem. A oralidade mediatizada mecanicamente, portanto diferida, adiada, prolongada, repetida no tempo e no espaço, interioriza a memória coletiva e ao mesmo tempo expressa-a, distende-a e espacializa-a.

É por isso que a voz, mais habitualmente do que a escrita, assume na poesia um discurso explícito de criação e participação, a que modernamente se junta a força da imagem estilizada; e é por isso que este é um recurso por excelência a convocar sem preconceitos nas nossas escolas. De resto, a grande poesia da nossa época é (continua a ser) cantada.

A mudança de forma, por conseguinte, é fundamental na literatura de transmissão oral, que hoje passa de puramente vocal e instrumental a oral mediatizada eletronicamente (e a audiovisual). Isto implica que a imagem, já não a imagem estática mas a imagem em movimento, cumpre com o seu papel de mediação da mensagem entre a fonte (um conjunto de técnicos de publicidade de comunicação bem treinados) e os recetores.

Neste processo, a cultura oral popular liberta-se da conotação de infraliteratura que lhe está associada há demasiado tempo. Notemos apenas dois exemplos muito conhecidos: o anúncio televisivo do azeite *Gallo*, que recupera uma música tradicional⁴, e o slogan radiofónico sobre um tarifário da rede telefónica móvel TMN, que assenta em dois versos de uma conhecida fórmula de seleção infantil: “Um dó li tá/ Cara de amendoá”.

Objetos literários folclóricos, cujo lugar é a memória de certas faixas sociais ou de todo um país, acabam assim por ser absorvidos e devolvidos à sociedade através de um canal que muitos ainda julgam ser incompatível com a palavra literária comunal. E nem se trata aqui de comunicação artificial suspensa entre a

³ Entre as obras mais importantes desses autores, cf., respetivamente, *Introduction à la Poésie Orale*. Paris: Éd. du Seuil (1983), e *Oral Poetry – Its Nature, Significance and Social Context*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press (1992).

⁴ Obedecendo ao princípio da simplificação, o anúncio passou a incluir apenas, em fundo suave, a parte instrumental, sem que se perca a identidade da peça oral tradicional subjacente, uma vez que todos os portugueses reconhecem a canção integral que lhe corresponde: “Ó rama, ó que linda rama,/ ó rama da oliveira,/ o meu par é o mais lindo/ que anda ali na roda inteira.// Que anda ali na roda inteira,/ ali, em qualquer lugar,/ ó rama, ó que linda rama,/ ó rama do olival”.

evolução e o conservadorismo; trata-se de uma purificação que conjuga elementos da cultura popular / oral / tradicional, da cultura de massas e da cultura erudita, numa prova notável de ligação a manifestações tradicionais que, afinal, não estão irremediavelmente perdidas.

É uma literatura, nas suas multiformes manifestações, pronta a renascer do silêncio que pesa sobre muitas das suas práticas e das suas formas; e é assim, antes de mais, porque estes textos são atravessados por uma profunda humanidade.

Sublinhemos, mais uma vez, o caso da dedicatória. Este género do cancionero infanto-juvenil recupera muitas quadras tradicionais, mas não é um simples memorial do cancionero popular português. Entre as crianças e os adolescentes em idade escolar, do 2.º Ciclo do Ensino Básico até ao final do Secundário, há inúmeros intérpretes-autores que entram em diálogo com a quadra tradicional; multiplicam-na em concretizações escritas, que se inscrevem na milenária tradição dos cancioneros manuscritos, e criam novos textos a partir desse modelo.

Os recursos, as temáticas e os valores que no passado justificavam géneros e subgéneros literários, orais ou escritos, mantêm-se fundamentalmente os mesmos: a complexa relação homem / mulher, os enigmas do amor e da morte, o humor, a ironia, o riso, a linguagem lapidar e poética, para apelar aos sentidos e, numa osmose lapidar, combinar emoção com intelectualização, razão com emoção. Recordemos que os valores que regiam os heróis dos folhetos de cordel clássicos são praticamente os mesmos que entram nos filmes de aventuras de Hollywood: o bem e o mal, a riqueza e a pobreza.

Significa isto que o nosso projeto tem em vista um objetivo holístico: não se trata de mudar os elementos, já (bem) presentes na organização curricular, mas de otimizar a interação entre eles.

Há, por conseguinte, primeiro, que conhecer cientificamente estes textos nos seus múltiplos aspetos e na sua complexidade, para que todos os possamos respeitar. Importa admitir a sua exemplaridade artística e a sua profundidade enquanto signos de um labirinto vivencial: signos cuja energia mental e estética é parte de uma medicina e de uma memória da comunidade cujas propriedades terapêuticas e valências não devem ser menosprezadas. Incluímos neste grupo quem se encontra ligado às áreas do conhecimento que dela mais se podem valer, como profissionais da saúde, antropólogos, sociólogos, linguistas, músicos, historiadores de mentalidades, etc., quer todos os agentes do campo cultural (compreenda-se: os da esfera da disponibilização de recursos financeiros, nomeadamente políticos, entidades privadas e mecenas, e os de praticamente todos os universos artísticos).

E já nem se trata propriamente de reclamar a canonização de uma modalidade textual oral conotada apenas com as classes sociais ditas subalternas e marginalizadas; já vimos que estes géneros literários orais se acomodam hoje a

um novo concerto de intervocalidades e intersubjetividades em que participam todos os estratos da sociedade. Trata-se, antes, de reivindicar a originalidade e a profundidade da cultura e literatura de transmissão oral na era da globalização. Isto só é possível com a participação de alunos e professores, desde que se entenda a verdadeira aceção da fórmula “intervenção comunitária”, dependente, em larga medida, da articulação entre as dimensões formais e não-formais do currículo.

Propomos, por isso, desde já, um agrupamento em categorias nas quais esses caminhos poderão adquirir sentido:

1. Atividades de animação cultural: artístico-literárias, patrimoniais e científicas.
2. Atividades de animação cultural: de integração (manifestações religiosas e festivas).
3. Atividades de animação político-social: comemorativas, cívicas.
4. Atividades de animação ecológica: ambientais (com textos sobre a natureza: alusivos à água, aos rios, aos mares, aos animais, etc.).
5. Atividades de animação tecnológica: do texto à imagem e ao som.

A tudo isto acresce a convicção de que importa publicar as conclusões a que chegarmos, de modo a que todos os interessados possam conhecer as novidades e os progressos atingidos, dentro do objetivo que todos perseguimos: a construção de cidadãos plenamente amadurecidos, civilizados, cultos e com aptidões e interesses diversificados.

Conviria que tal divulgação assumisse também a forma de um específico manual de didática da Língua e da Literatura Portuguesa; a realizar-se, a sua vertente científica não poderá desligar-se de uma integração efetiva no processo de ensino-aprendizagem, valorizando tanto as necessidades e especificidades dos educandos como os processos de que o professor deverá ser agente, para que se concretize a diversificação de aprendizagens que esta literatura permite.

Para que todos os interessados possam conhecer, usar e comentar o trabalho produzido, poder-se-á publicar uma parte considerável dessa produção em formato digital: numa plataforma específica, nas revistas digitais dedicadas ao ensino da língua portuguesa ou no sítio da Internet do *Instituto Camões*. Tornar-se-á assim possível verificar como é de exceção este campo literário e linguístico, que abre novas possibilidades de ensino-aprendizagem dentro das unidades didáticas das diversas áreas curriculares.

Exemplifiquemos com o caso da adivinha, que, na sua impressionante condensação, é pluridimensional e desencadeia no sujeito intercâmbios entre a indagação subjetiva e a sistematização objetiva, entre a desordem dos dados da experiência e o seu reagrupamento em conceitos organizados. Ao, nas composições que mais engenhosas e evoluídas, articular narração com descrição, a adivinha interage com a tendência da criança e do jovem para dar mundos ao real empírico; nela, substitui-se o existente pelo real sublime da fantasia e do maravilhoso.

No ápice de admiração e arrebatamento que coincide com a compreensão do texto, após a descoberta ou revelação da resposta, o literário torna sensível e elevado o invisível (por exemplo, para a formiga, diz-se: “Branco foi meu nascimento,/ Mas sou preta de geração,/ Delicada que sou de cinta/ E vivo na escuridão”; para a romã: “Sou verde de nação,/ Coroaram-me em pequenina;/ Do coração me tiraram/ Quantas pedras finas eu tinha”; para os olhos: “Altos palácios,/ Lindas janelas,/ Abre-se e fecha-se,/ Ninguém mora nelas”; e para a azeitona: “Verde foi meu nascimento/ E de luto me vesti;/ Para dar a luz ao mundo/ Mil tormentos padeci”). Razão e arrebatamento conjugam-se num tipo de pensamento que descobre a outra plenitude nas coisas.

Se, na sala de aula, tomarmos a adivinha como motivação para o comentário de um texto ou para a explicação de um conteúdo gramatical, ou se dela partirmos para questões de poética, a solução poderá reservar-se para o fim, como corolário do interesse e do assombro despertados nos alunos. A monumentalização da língua, assim concretizada em cada sujeito falante que com ela institui uma relação integral de conhecimento e prazer mental e físico, é também a monumentalização do espaço humano da língua.

Há ainda muito a aprender e a descobrir tanto no que diz respeito à antropologia e à estética das formas literárias orais como no que tem a ver com a sua didática. Este é um universo de surpreendentes agonias, resistências e metamorfoses, mas regista-se cada vez mais uma certeza que a verificação empírica da prática letiva das literaturas orais, marginais ou marginalizadas, nos distintos níveis de formação, confirma: o entusiasmo dos docentes que ensinam os textos, os cotextos e os contextos, e a adesão apaixonada e ativa dos alunos; o que contrasta com a perene crise do livro e da leitura, que o mesmo é dizer crise no ensino da Literatura (institucionalizada).

Através de métodos e suportes progressivamente mais sofisticados, esses produtos artísticos verbais, que com dificuldade têm adquirido estatuto literário, em Portugal e não só, conquistam atualmente terreno, no processo de ensino-aprendizagem, às formas literárias que os mecanismos de validação institucional procuram introduzir no tecido social.

A adesão dos alunos viabiliza, no professor, o desenvolvimento e a construção de procedimentos e materiais a implementar em ambiente de aula; e o entusiasmo do professor também se reflete, na maioria dos alunos, no aprofundamento da sua participação crítica. Temos aqui motivos suficientes para uma reflexão alentada sobre a legitimidade do ensino da Língua e da Literatura, as metodologias, os materiais de apoio e os textos a privilegiar. Neste processo, pode também verificar-se a otimização de uma prática que é própria da atividade docente: a docência enquanto campo de investigação permanente.

Referências Bibliográficas

Coelho, Francisco Adolfo (1883). *Jogos e Rimas Infantis*. Porto: Magalhães e Moniz Editores, Biblioteca d'Educação Nacional

Vasconcelos, José Leite de (1960). *Romanceiro Português*, II. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

**Um Plano Didático da Literatura:
Os textos literários no ensino e aprendizagem
da Liderança Moral no Mestrado de Finanças e Contabilidade
da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro**

Luciana Cabral Pereira

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; CITCEM
lcabral@utad.pt

Este trabalho resulta de um conjunto de aulas experimentais de literatura, entretanto elaboradas e desenvolvidas ao longo de um conjunto de ações de investigação sob a orientação do Professor José Esteves Rei. Justamente, foram cinco o conjunto de aulas experimentais de literatura levadas a cabo com os alunos de Mestrado em Gestão, nomeadamente de Contabilidade e Finanças, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro ao longo dos anos de 2008 e 2009. Motivado pela promessa de investimento ativo e pedagógico sobre os textos literários, enquanto objetos de estudo e de efetiva aprendizagem sobre temas da ordem da moral e da ética, o presente trabalho apresenta uma proposta didática, a partir da qual se desenvolveram as mencionadas aulas de discussão literária, refletindo, assim, as suas grandes linhas de motivação pedagógica e educativa e correspondentes objetivos de ensino e aprendizagem.

Com efeito, e visando-se muito fundamentalmente dilatar as perspetivas teórico-práticas do ensino e didática da literatura, justamente pela aposta em novos públicos para os textos literários e abordagens que refletissem as suas preocupações e interesses específicos, este trabalho apresenta uma possível nova matriz didática da literatura. Esta revela-se, assim, sensível aos temas e objetivos de ensino e aprendizagem do curso frequentado pelos mencionados alunos de Gestão, pelo que se esforça em iniciativas de carácter interdisciplinar, salvaguardando os textos literários enquanto valiosas ferramentas de elucidação e compreensão de temas humanísticos e interessantes à discussão sobre os perenes tópicos da Liderança Ética e Moral, reforçando, deste modo o carácter verdadeiramente pedagógico da literatura e sua potencialidade formativa humana.

A proposta metodológica ativa desta proposta didática assenta, de uma forma geral, nas experiências de ensino e conjunto de aulas proporcionadas na Faculdade de Gestão e de Negócios de Harvard dos E.U.A. pelos autores e docentes Robert Coles (Coles 1989), Joseph Badaracco (Badaracco 2007) e Sandra Sucher (Sucher 2007), ainda que mais particularmente da última autora,

cujos planos de aula foram adotados e adaptados por este trabalho à realidade de ensino nacional. Para além dessa inspiração de tipo conteudístico e temático, os procedimentos didáticos entretanto aplicados são ainda sensíveis ao conjunto dos intemporais objetivos e normas didáticas gerais tais como foram apresentadas e preconizadas pelo autor E. Nérici (Nérici 1981) e inspira-se no método da “clarificação de valores”, de Raths e coautores e sua respetiva técnica da “folha de valores” (Raths *et al* 1967).

Justamente, uma vez interessado numa experimentação e abordagem literárias semelhantes à experiência de ensino literário de Harvard, este trabalho procedeu à adaptação dos planos de aula da autora e docente Sandra Sucher, desde a integração dos módulos ou unidades didáticas até às obras literárias utilizadas e analisadas e questões colocadas. Através do método ativo de debate e preconizando um ambiente acolhedor e favorável à livre expressão de ideias e comentários sobre os textos literários e demais temas tratados, as aulas socorreram-se de um conjunto de blocos de questões. Estes são enformados por um tema central, de natureza moral e axiológica, e diz respeito aos três grandes módulos ou unidades didáticas da disciplina “The Moral Leader” de Sandra Sucher, nomeadamente as unidades “*Desafio Moral*”, “*Juízo/Raciocínio Moral*” e “*Liderança Moral*” (Sucher 2007). A partir destas são lançadas as atividades animadoras do debate em aula, entretanto pautado pelas diferentes fases metodológicas, compreendendo atividades de *descrição, análise e decisão*, tal como são praticadas sobre os textos literários e como surgem igualmente praticado por Sandra Sucher (Sucher 2007: 21-23). É a partir desta orientação didática e metodológica específicas que o ambicionado debate em grupo ganha vida e valida a sua respetiva praxis. De uma forma objetiva, esta proposta didática prevê no seu desenho estratégico que cada aluno aceda a apresentar respostas às questões que lhe são colocadas, sob a forma de opiniões, ideias e argumentos criticamente elaborados, ao mesmo tempo que progride num maior esclarecimento pessoal sobre a sua conduta ético-moral a níveis pessoal e profissional, tal como lhe é proporcionado ver e compreender por via do debate e análise particulares do universo literário.

De facto, à semelhança dos resultados obtidos por Sandra Sucher com os alunos de Harvard, mais importante do que o tipo de respostas ou seleções realizadas pelos alunos, a experiência com os alunos da UTAD revelaram que estes beneficiam do extraordinário contacto com os textos e grandes clássicos da literatura. Mais concretamente, os alunos mostraram uma maior e assumida “clarificação de valores”, próxima ou coincidente com o conceito apresentado e descrito pelos seus respetivos autores (Raths *et al.* 1967:50). Portanto, os alunos percorrem um interessante trajeto desde abordagens mais primárias e superficiais dos textos literários até ao aproveitamento destes para tomadas de decisão mais críticas e pessoais, à medida que os grandes tópicos de discussão os conduzem nessa leitura e aprofundamento textual.

Os planos de aula levados a cabo no conjunto das cinco aulas experimentais foram elaborados e definidos a partir das aulas lecionadas pela autora e docente Sandra Sucher, ainda que se apresentem sob uma forma um pouco distinta em termos de exposição terminológica das várias fases de cada aula. Com efeito, segue-se um dos cinco planos de aula referidos e inspirados a partir da obra da autora e respetivas recomendações metodológicas (Sucher 2007). Portanto, e participando em aulas dedicadas ao grande tema da *Liderança Moral*, nomeadamente através de uma essencial abordagem literária, aqueles alunos foram orientados segundo o modelo do plano de aula que se apresenta de seguida:

Plano de aula n.º 1

Duração: 1 hora

Objetivos:

- Reconhecer um *Desafio Moral*;
- Definir um *Desafio Moral*;
- Reconhecer estratégias de resposta e resolução a desafios morais;
- Identificar estratégias de resposta e resolução a desafios morais;
- Apresentar uma primeira definição de *Liderança Moral*.

Conteúdos: *Sobrevivência: o desafio do certo versus o errado; O impacto do contexto/situação; O estorvo da liderança; As táticas da liderança; Motivos mistos* (Sucher 2007:39).

Atividades: Realização de atividades de *reação, descrição, análise, julgamento e decisão finais* sobre os conteúdos literários e temas morais abordados.

Recursos: Texto literário: *Shackleton Incredible Voyage*, Alfred Lansing.

Métodos e Técnicas de ensino: Método ativo do debate.

Avaliação:

- Diagnóstica (levantamento de pré-requisitos através de um questionário introdutório);
- Formativa: Participação oral (de acordo com grelha de observação/avaliação de participação oral)

Introdução:

- Apresentação/Respostas a um questionário introdutório sobre os três grandes tópicos ou unidades didáticas a abordar ao longo das cinco aulas de formação: *Desafio Moral, Juízo Moral e Liderança Moral*.
- Resumo da obra com os alunos;

Desenvolvimento:

- Início do debate oral com os alunos através de atividades que exploram as primeiras *reações* dos alunos sobre os factos literários lidos e descrição de elementos significativos quanto ao ambiente e contexto da ação narrativa (Sucher 2007:22). Nesta fase inicial do debate, as atividades são conduzidas pelo bloco de questões atinentes à “**descrição**”, tal como surgem registadas mais à frente.
- Continuação do debate, desta vez dedicado à análise e avaliação da liderança do protagonista literário através do bloco de questões correspondente aos exercícios de “**análise**”, tal como se encontram expostos mais à frente neste trabalho. Estes exercícios visam: determinar os motivos para determinado desenvolvimento dos enredos e das ações das personagens estudadas (Sucher 2007: 22); identificar padrões de comportamento de personagens ou reconhecimento de situações como pertencentes a determinadas categorias morais (Sucher 2007: 22).

- O debate, doravante sustentado pelo bloco de questões relativas às atividades de “**decisão**”, tal como se apresentam de seguida neste trabalho, prossegue com a realização de tarefas dedicadas à tomada de decisões e deliberações finais dos alunos sobre a liderança moral praticada pelo protagonista do texto literário, Shackleton. Deste modo, após uma descrição e análise dos temas destacados, o debate avança para as considerações ponderadas sobre as personagens, ações, ideias, etc, através de argumentos refletidos e sustentados por um ou mais elementos narrativos; segue-se a explicação do percurso percorrido desde as atividades de *descrição* e *análise* até à *deliberação final* e ainda a apresentação de uma *tomada de decisão*, ou seja, a formulação de um primeiro juízo sobre o *desafio moral* e primeira tentativa de definição pessoal de *liderança moral* (Sucher 2007: 23).

Conclusão: Reflexão final em grupo sobre as lições retiradas do texto literário lido e analisado e da abordagem realizada na presente aula, para cujo efeito é colocada a questão registada em seguida, sob o título: “**Definição/descoberta pessoal**”.

De seguida, apresenta-se o bloco de questões propulsoras do debate em aula e enriquecidas e desenvolvidas pelos textos literários, tal como foram elaboradas e lecionadas por Sandra Sucher e ainda experimentadas pelas aulas que animaram este projeto de investigação. Mais especificamente, o seguinte conjunto de questões diz respeito à primeira aula experimental de literatura, sendo, portanto, enformado pelo plano de aula acima exposto:

DESCRIÇÃO

1. O impacto da situação.

Identificação de contextos e situações

- 1.1. Já algum de vocês se viu num ambiente físico semelhante ao enfrentado pela personagem Shackleton e a tripulação do Endurance? Descreve o ambiente: Qual a sensação resultante de estar neste tipo de ambiente? De que modo estas condições te afetam?
- 1.2. Do ponto de vista de qualquer líder (e não exclusivamente de Shackleton), quais são os desafios à liderança num contexto como este? Que impacto este ambiente provoca nos desafios que um líder teria de enfrentar?
- 1.3. Até que ponto devem os líderes serem responsáveis num contexto como este? Devem ser responsáveis pelos efeitos do gelo ou só e apenas pelas decisões e por aquilo que conseguem controlar?
- 1.4. Esta é uma situação fácil ou difícil de liderar?

ANÁLISE

2. Avaliação da liderança de Shackleton

- 2.1. Como avalia a liderança de Shackleton ao enfrentar a situação descrita? O que faz ele bem? Que aspetos da sua liderança mais te impressionaram do ponto de vista da sua eficácia?
- 2.2. Obviamente, Shackleton tem o respeito da tripulação do Endurance. Porquê? O que fez Shackleton para ganhar esse respeito?
- 2.3. A tripulação chamava Shackleton de “Old Cautious” (“Velho cauteloso”), mas claramente ele é um homem que está disposto a assumir riscos extremos. De que modo estas características funcionam em conjunto?

DECISÃO

3. Será Shackleton um líder moral?
- 3.1. Shackleton é um líder moral? De que maneira as suas ações demonstram liderança moral?
Para os que respondem “Sim”:
 - 3.1.1. Estão a responder e a pensar segundo algum conceito pré-concebido? Qual a vossa definição de moralidade?
 - 3.1.2. Qual seria o vosso julgamento se Shackleton tivesse tentado salvar apenas alguns membros do grupo? Aliás, alguém que seja um bom líder decidiria necessariamente salvar todo o grupo? Será que há uma lógica diferente aplicável por outro líder nesta situação?
 - 3.1.3. O que consideras terem sido os motivos para Shackleton não seguir essa lógica?
 - 3.1.4. O que teria acontecido se alguém do grupo tivesse morrido? Ainda julgarias tal como uma demonstração de liderança moral?
 - 3.1.5. A exploração é um motivo moral?
 - 3.1.6. Parece que identificaram atividades de boa liderança, mas de que modo são atividades morais?
- 3.2 Shackleton é um líder moral? Para os que respondem “Não”:
 - 3.2.1 Vamos analisar mais detalhadamente esta posição. Quando afirmam que Shackleton não é um ator moral, o que estão a querer dizer sobre a sua liderança? Ele é amoral (não atua de acordo com propósitos morais)? Ele é imoral (busca apenas fazer mal e evitar responsabilidades)? O que falta? O que faria da sua atuação uma liderança moral?
 - 3.2.2 Será justo caracterizar as ações de Shackleton ao salvar o grupo como um expediente e ato calculado? Mas será que esse tipo de atitudes calculistas é incompatível com a moralidade? Serão dois opostos? Por que razão uma ação não pode ser prática, eficiente e moral em simultâneo?

DEFINIÇÃO/DESCOBERTA PESSOAL

4. Lições de Shackleton sobre liderança.
 - 4.1. Que lições sobre liderança retiram desta obra de Alfred Lansing? (Sucher 2007: 44-55)

A partir do plano de aula preparado e utilizado na primeira das cinco aulas de formação com os alunos de Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, possível é distinguir aquele que se apresenta como o grande tema enformador das mesmas, justamente correspondente ao tópico da *Liderança moral*, entretanto compreendido pelos subtópicos relacionados e neste trabalho apresentados como as unidades ou módulos didáticos do *Desafio moral*, *Juízo moral e Liderança moral* (Sucher 2007). Em concreto, o exposto plano de aula diz respeito ao subtópico do *Desafio moral*, em volta do qual se organizam e definem os objetivos de aprendizagem, seleção do texto literário a analisar e as estratégicas questões, funcionando como atividades de compreensão e confrontação das distintas formas assumidas pelos *desafios morais*. A partir da sua primeira identificação de um desafio moral, o aluno lançar-se-á numa primeira definição pessoal do conceito de *liderança moral*, justamente após cautelosa e primária análise dos elementos textuais trabalhados e consequente

avaliação/julgamento dos mesmos, salientando-se os mais variados aspetos morais, éticos e axiológicos que acompanham o mesmo macro – tema e que se materializam particularmente em cada texto literário. Esta orientação didática (*reações/descrição – análise – decisão*), adoptada a partir da experiência de ensino e obra de Sandra Sucher (Sucher 2007) reflete a ordem das diferentes fases ou momentos da aula, tal como é exposto no plano de aula correspondente e acima apresentado. A seleção dos materiais, portanto, dos textos literários é, pois, sensível à natureza de objetivos de ensino/aprendizagem definidos e afirmam-se como peça fulcral no processo de descoberta e entendimento progressivamente complexo de cada um dos subtópicos enformadores do macro – tema da *Liderança Moral*.

Finalmente, esta prática interdisciplinar entre a literatura e as áreas de saber em Gestão e Negócios apresenta-se, de facto, como uma rica ferramenta didática possibilitando a este tipo de públicos um efetivo e muito pedagógico contacto material com os textos, beneficiando de um inigualável benefício formativo humano. Com efeito, os alunos portugueses, participantes destas aulas experimentais usufruíram de aulas cuja orientação e plano didáticos trabalhados viabilizaram a sensibilização e esclarecimento sobre os seus valores e condutas ético-morais, pelo que experimentados ficaram os papéis entretanto emprestados pela literatura, possibilitando-lhes uma maior consciencialização de questões, dilemas ou desafios do homem no papel de líder.

Referências Bibliográficas

- Badaraco, Joseph L Jr (2007): *Questões de Carácter, Iluminar a essência da liderança através da Literatura*. Trad. Carlos Jerónimo. Lisboa: Actual Editora.
- Coles, Robert (1989): *The Call of Stories, Teaching and the Moral Imagination*. Mass., Boston: Houghton Mifflin.
- Lansing, Alfred (1959): *Endurance: Shackleton's Incredible Voyage*. London: Hodder and Stoughton.
- Nérici, Imídeo G. (1981): *Metodologia do Ensino, uma Introdução*. 2.^a Edição. São Paulo: Atlas.
- Raths, L.; Harmin, Merrill, Simon, Sidney B. (1967): *El Sentido de los Valores y la Enseñanza, Como emplear los valores en el salón de classes*. 1.^a Edição em espanhol. Tradução de Luz Maria Trejo De Hernandez. México: Uteha. Título original: *Values and Teaching, Working with values in the classroom*, Charles E. Merrill Books, Inc., Columbus, Ohio, EE.UU.
- Rei, José Esteves (1998): *As Escolas e o Ensino das Línguas*. Porto: Porto Editora.
- Sucher, J. Sandra (2007): *Teaching the Moral Leader, A literature-based leadership course, a guide for instructors*. New York: Routledge.
- (2008): *Teaching the Moral Leader, Challenges, Insights, and Tools*. New York: Routledge.

Leitura e cultura: as possibilidades dos textos de cultura local. Uma perspectiva didático/pedagógica

Maria da Graça Sardinha
Universidade da Beira Interior
mggds@ubi.pt

João Machado
Instituto Politécnico de Castelo Branco
joao.machado@ipcb.pt

1. A importância das culturas locais

Sendo verdade que leitura é cultura e se o currículo, como referem Paraskeva e Morgado (1998: 113), funciona como um “processo permanente de diagnosticar as tendências e sensibilidades do tecido social, [revelando-se] sociedade, educação [...] em perfeita cumplicidade”, vai sendo tempo de darmos voz às orientações presentes no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (coordenado por Jacques Delors), que preconiza que a educação deve procurar consciencializar os sujeitos para as suas raízes, no sentido de possuírem referências que lhes permitam saber de onde vêm, promovendo, ao mesmo tempo, o respeito pelas outras culturas, pela cultura do próximo.

Ora, como sabemos, vivemos atualmente num mundo multicultural, “sem esconderijos” (Morgado e Pires 2010), um mundo onde, cada vez mais, se pretende a exigência da verdade, em nome do pluralismo, da tolerância e da igualdade. Mas, compreender o mundo exige a compreensão do Outro, sendo que este interagir vai fazer, por sua vez, com que cada um se conheça melhor a si mesmo. Desta dialéctica, tem resultado uma visão errónea, concretizando-se em tensões várias entre o local e o global. Neste enquadramento, o indivíduo, “solicitado por uma modernidade global [...], sente-se confuso perante a complexidade do mundo moderno, que vem alterar as referências a que estava habituado.” (Relatório UNESCO 1996: 41)

É nosso sentir que, desde o início da escolaridade, a escola deve contrariar essas tendências, encaminhando o mundo para os princípios da solidariedade e da responsabilidade, criando verdadeiros ambientes de aprendizagem baseados na tradição e património locais, como seja a recolha de lengalengas, adivinhas, rimas, trava línguas, cantares, jogos, lendas, contos, hábitos e costumes, fazendo, assim, que não tenha expressão a citação de Bernstein, que a seguir se apresenta:

“[...] lorsque l’enfant entre à l’école, il entre dans un système symbolique sans aucun lien avec la vie qu’il mène en dehors de l’école. C’est un principe pédagogique reconnu que de recommander de travailler avec ce que l’enfant peut offrir.” (Bernstein 1975 : 260-261) A denominada cultura local pode constituir-se como um intertexto construído por formas vivas ligadas à arte da memória coletiva e anónima e, em simultâneo, plurissignificativo, porque carregado de simbolismo.

Mais uma vez, pretendemos dar voz ao alerta trazido por Bernstein, cuja mensagem traduz o perigo de uma “fraca socialização”, quando não é imbuída dos saberes culturais e locais e que, em nosso entender, a escola pode tentar ultrapassar. Veja-se o que diz aquele autor:

[...] dans la mesure où l’expérience fondée sur la vie dans la communauté d’appartenance n’a pas de sens dans le cadre pédagogique, les aspects de la personnalité façonnés par cette expérience sont eux aussi exclus du cadre pédagogique. L’instauration de ces zones de secret tend à limiter la profondeur de l’action de socialisation, en permettant au sujet de se soustraire à cette action de socialisation. Cependant, d’un autre côté, la socialisation peut faire une grande violence aux individus, à ceux qui souhaitent se construire une personnalité culturelle mais n’y réussissent pas, ou encore à ceux, les plus nombreux, pour qui, très tôt, il est hors de question d’acquérir une personnalité culturelle définie. (Bernstein 1975: 291)

2. Propostas de leitura

2.1 Justificação da escolha dos textos

O 1º Ciclo do Ensino Básico atravessa, na ótica de Piaget (1975), os estádios das operações concretas e formais. No âmbito da escolha dos textos adequados a estas idades, aqueles devem conter uma estrutura capaz de desenvolver gradualmente o pensamento formal e a personalidade. Assim, desde o maravilhoso ao fantástico, a par das histórias plenas de realismo, com descrições e argumentos claros que vão paulatinamente crescendo, quer em extensão, quer na intensidade da procura das respostas e, concomitantemente, na capacidade de raciocinar, a escolha dos contextos e a estrutura das leituras literárias (orais ou escritas) devem adequar-se à evolução psicológica do sujeito, tendo sempre em conta a realidade onde aquele se insere.¹ Ora, tal perspetiva remete-nos para a posição que inicialmente assumimos neste ensaio e que, a seu tempo, fora tomada em conta por Vigotsky (1994: 115-116), quando diz:

Nuestras investigaciones señalan que, desde los primeros estadios del desarrollo del niño, el factor que guía sus actividades desde un nivel a otro no es ni la repetición ni el descubrimiento. La fuente de desarrollo de estas actividades ha de encontrar-se en el entorno social del niño.

¹ Pedro Cerrillo, Elisa Larrañaga e Santiago Yubero (2002) oferecem-nos, no artigo intitulado “La selección de lecturas por edades”, um conjunto de sugestões, cujos parâmetros de seleção se enquadram nos temas, na estrutura literária e na forma da obra escolhida.

A nossa opção recai nas histórias a seguir apresentadas, uma vez que vivemos na zona da serra da Estrela e, como inicialmente defendemos, os aspetos da cultura local podem servir de iniciação e posterior amplificação dos quadros de referência cultural de qualquer sujeito.

2.1.1 A História da Pequena Estrela

Esta obra, de Rosário Alçada Araújo e de Catarina França, fala-nos de uma pequena estrela que andava sempre muito triste. Porém, quando chega à terra, e ao observar aquilo que a rodeia, vai-se defrontando com a novidade, que, por sua vez, lhe traz curiosidade e ansiedade, despertando nela sentimentos contraditórios, porque, em simultâneo, a fez sair da apatia em que vivia para entrar num mundo repleto de novidade.

2.1.2 A lenda da Serra da Estrela

Era uma vez um jovem pastor que vivia numa longínqua aldeia, que por único amigo tinha um cachorrinho, e que sofria de uma estranha inquietação: cismava alcançar uma Serra enorme que via muito ao longe.

Certa noite em que se julgava acordado, sonhou que uma estrela descia até a si e lhe segredava que o guiaria até ao objeto dos seus desejos.

Uma noite, num ímpeto, decidiu-se. Arrumou tudo o que tinha e que era nada, chamou o cão e partiu. O pastor levava consigo toda a riqueza que tinha: a fé, a vida e uma estrela. Caminhou tantos anos que o cão envelheceu e morreu.

Por fim, já velho, alcançou a muralha escarpada que desde a infância o chamava. Instalou-se o velho pastor e a sua estrela com ele, no céu.

O rei do mundo ouviu falar naquele velho pastor e na sua estrela fantástica. Mandou emissários à serra com riquezas para trocar pela pequena estrela. Mas o pastor rejeitou todos os tesouros da terra, escolhendo a pequenez da sua estrela.

Passaram os anos e o velho morreu. Enterraram-no debaixo de uma fraga e, nessa noite, a estrela brilhou com uma luz mais intensa. Os pastores da serra notaram essa diferença porque a reconheciam também entre as outras, pelo que o velho lhes contava em certas noites.

E desde então a serra passou a chamar-se, para sempre Serra da Estrela.

3. A construção dos textos e o conhecimento das referências intertextuais

Em Cullinan (2003), encontrámos uma referência aos estudos de King e Rentel (1983) que aponta para a necessidade de as crianças recorrerem às histórias que já conhecem, quando, em ensino formal, lhes é pedida qualquer tarefa relacionada com a construção de histórias. Por sua vez, Blackburn (cit. Cullinan 2003) chama “préstimos” a esse processo, ou seja, à capacidade de utilização das histórias já conhecidas.

Evidentemente que, na metodologia e didática das línguas, existem formas eficazes de levar ao contexto de aula a utilização daqueles “préstimos”. A nossa

proposta assenta nas duas histórias que aqui apresentamos, ao pressuporem uma interação entre o leitor e o texto, abarcando os contextos em que acontecem, permitindo ao aluno, não apenas fazer inferências sobre os significados implícitos do texto, como ainda desenvolver uma atitude crítica diferente daquela que caracteriza o *leitor ingénuo* de Eco (2004). De facto, segundo o autor, o texto, ao ser lido, produz o seu próprio leitor-modelo, significando que se preveem, no mínimo, dois tipos: um *leitor ingénuo*, que dá conta de uma interpretação semântica e um *leitor crítico*, que se envolve em percursos de construção de sentido e que, através de sucessivas interpretações, captadas umas de forma mais profunda do que outras, o vão ajudar a construir a riqueza do texto e o conhecimento de si mesmo. O indivíduo que mais lê terá maior capacidade para encontrar e incluir em si os *não ditos* que o texto contém, a sucessividade de leituras levando à construção enciclopédica de cada leitor, ou seja, à construção da sua “narrativa pessoal”. (Pinto 2002)

Em jeito de conclusão, podemos evidenciar três aspetos a serem trabalhados, em nosso entender, transversais a todas as áreas do currículo: a leitura, a escrita e o vocabulário.

Com efeito, pretende-se que os alunos desenvolvam as seguintes competências:

- Formar leitores críticos;
- Fomentar laços com a cultura local;
- Experimentar olhares e sentimentos relativos ao meio ambiente;
- Despertar para a importância da bagagem cultural de cada aluno;
- Promover a escrita;
- Interiorizar códigos culturais;
- Respeitar a diversidade;
- Compreender o outro;
- Promover a competência comunicativa;
- Valorizar aspetos da cultura local;
- Ativar as competências enciclopédicas;
- Promover a interação sociocultural.

3.1 A leitura

No que concerne à leitura, ou seja, à sua aprendizagem, as histórias proporcionam, não apenas a sua reconstituição diegética enquanto conjuntos de estruturas entendidas como entidades que se bastam a si próprias, mas ainda a cooperação interpretativa do texto e dos seus protocolos de leitura, que, no âmbito da plurissignificação, se socorrem de anteriores leituras na construção de significados e, concomitantemente, na construção do conhecimento.

Tarefas a desenvolver:

A tarefa que nos propomos desenvolver (selecionada entre muitas outras) remete para práticas de leitura que proporcionem busca de sentidos e o “saber enciclopédico”: o contacto com os saberes geográficos, históricos, linguísticos,

etc.. Neste âmbito, propomos introduzir os textos, por forma a que, após a leitura destes, se promova a discussão, com base nas experiências e vivências dos alunos.

3.2 A escrita

No que se refere ao desenvolvimento da capacidade de escrever, convocamos Barbeiro (1999), quando afirma que só escreve aquele que tem algo a dizer. Com efeito, o conhecimento de histórias transmite aos sujeitos experiências verbais anteriores. Para Smith (1982), enriquecemos o nosso repertório verbal, lendo e ouvindo coisas que outros já disseram e viveram. Quando as crianças estão envolvidas em ambientes onde as histórias têm lugar, mais desenvolvem esquemas de compreensão e modelos de imagens que incluem na sua expressão.

Tarefas a desenvolver:

A leitura parcial dos textos apresentados pode dar origem a várias atividades de escrita. A título de exemplo, sugerimos o reconto escrito das histórias e a elaboração de diários de leitura baseados na descoberta e na construção de sentidos.

3.3 O vocabulário

Azevedo (1995: 51), socorrendo-se de Umberto Eco (1983), enfatiza a importância do dicionário básico, que permite localizar: as propriedades semânticas e os traços das expressões; o mecanismo das regras de correferência; a competência intertextual, tão necessária ao estabelecimento de relações; a capacidade de fazer inferências...

Tarefas a desenvolver:

O alargamento do vocabulário, nomeadamente de campos semânticos relacionados com a neve, as estrelas, os pastores, as ovelhas, o frio, a fome,...; diálogos sobre o passado e o presente, promovendo-se o pensamento crítico, estabelecendo ligações com experiências anteriores; discussões acerca de diferenças individuais.

Rematando...

A leitura e a cultura podem, no dizer de Steiner (2003), não fazer de nós melhores pessoas. No entanto, estamos em crer que fazem de nós melhores pensadores, enquanto sujeitos mais aptos para a utilização da linguagem, mais interventivos e mais capazes de fazer escolhas, de modo a exercermos, em pleno, a nossa cidadania.

Deve, pois, a escola levar o aluno a fruir de várias linhas de leitura (implícitas e explícitas) que a construção textual sempre sugere. Como diz Azevedo (2006), baseando-se em Eco (1986) e Mendonza Fillola (2003), as construções textuais encontram-se sempre interconectadas, sendo que alguns elementos são atuantes na formação de um hipertexto, responsáveis pelos

possíveis referentes intertextuais que, ao serem contextualizados, aportam novas valências semânticas e pragmáticas, potenciadoras dos quadros mentais dos sujeitos, tão necessárias à proficiência da leitura. É naquele cenário que se deve permitir o alargamento do horizonte de expectativas do aluno, proporcionando-lhe textos, cujos modelos narrativos e poéticos se enquadrem na sua cultura, pois, como refere Zilberman (2003: 132), estes preservam “os seus papéis na prevenção do leitor enquanto dissidente da literatura e arte do seu tempo e/ou mero consumidor passivo de uma cultura despersonalizada.”

É tempo de formar leitores competentes, com conhecimentos metaliterários e autonomia suficiente, capazes de, no(s) texto(s) e com o(s) texto(s) da cultura local, desfrutarem e criarem múltiplos sentidos, que sirvam de trampolim para a sua universalidade.

Bibliografia

- Araújo, Rosário e França, Catarina (2005): *A história da pequena estrela*. Gailivro: Vila Nova de Gaia.
- Azevedo, Fernando (1995): *Teoria da cooperação interpretativa de Umberto Eco*. Porto: Porto Editora.
- (2006): “Literatura infantil, recepção leitora e competência leitora”. In: *Língua materna e literatura infantil - Elementos nucleares para professores do Ensino Básico*. Lousã: Lidel.
- Barbeiro, Luís F. (1999): *Os alunos e a expressão escrita. Consciência metalinguística e expressão escrita*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bernstein, Basil (1975): *Langages et classes sociales*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Cullinan, B. (2003): *La lectura en la aula – ideas y estrategias de enseñanza para la formación de lectores*. México: Trillas.
- Delors, Jacques *et al.* (1996): *Educação um tesouro a descobrir (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI)*. Porto: Edições ASA.
- Eco, Umberto (1983): *Leitura do texto literário – cooperação interpretativa nos textos literários*. Lisboa: Presença [Edição original (1979): *Lector in fabula. La cooperazione interpretativa nei testi narrative*. Milano: Bompiani].
- (2004): *Os Limites da Interpretação*. 2ª Edição. Algés: Difel.
- King, M. e Rentel, V. (1983): *A longitudinal study of coherence in children's written narratives*. Columbus: Research Foundation Ohio State University.
- Mendonza Fillola, Antonio (2003): “Los intertextos: del discurso a la recepción”. In: *Intertextos: aspectos sobre la recepción del discurso artístico*. Mendonza e Cerrillo (coord.). Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla - la Mancha.

- Morgado, Margarida e Pires, M.^a da Natividade (2010): *Educação intercultural e literatura infantil. Vivemos num mundo sem esconderijos*. Lisboa: Colibri.
- Paraskeva, João e Morgado, José (1998): “Autonomia curricular: uma nova ferramenta ideológica”, in *Reflexão e Inovação Curricular*. José Pacheco, João Paraskeva e Ana Silva (org.). Braga: Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho.
- Piaget, Jean (1975): “Como se desarrolla la mente del niño”. In: Jean Piaget et al., *Los años postergados: la primera infancia*. Paris: UNICEF.
- Smith, Frank (1982): *Writing and the writer*. New York: Holt.
- Steiner, George (2003): “O leitor incomum”. In: *Paixão Intacta*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Vygotsky, Lev (1994): *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zilberman, Regina (2003): *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global Editora.

ANEXO

A lenda da Serra da Estrela²

Era uma vez um jovem pastor que vivia numa longínqua aldeia. Por único amigo tinha um cachorrinho, que nas longas noites de solidão se deitava a seus pés sem esperar nenhum gesto, nenhuma palavra. Sofria este pastor de uma estranha inquietação: cismava alcançar uma Serra enorme que via muito ao longe, as terras que existiam para lá da muralha rochosa que constituía o seu horizonte desde que nascera. E muitas noites passava em claro, meditando nesse seu desejo infindável.

Certa noite em que se julgava acordado, sonhou que uma estrela descia até a si e lhe segredava que o guiaria até ao objecto dos seus desejos. Acordou o pastor mais inquieto e angustiado que nunca, e procurou no céu a verdade do que sonhara. Lá estavam todas as estrelas iguais a si mesmas, imutáveis e eternas aparentemente. Mas estava também uma que lhe pareceu diferente, a mais sua. Passavam-se os dias e o desejo do pastor aumentava, fazia doer-lhe o corpo, ardia-lhe febril na cabeça. De noite, todas as noites, procurava no céu a sua estrela diferente. E em sonhos ela aparecia-lhe muitas vezes desafiando-o, desafiando-lhe sempre a vontade. Mas a vontade por vezes é tão difícil!!

² Fonte: http://web.educom.pt/pr1305/inverno_lenda_estrela.htm, acedido em 15 de novembro de 2011.

Uma noite, num ímpeto, decidiu-se. Arrumou tudo o que tinha e que era nada, chamou o cão e partiu. Ao passar pela aldeia, o cão ladrou e os velhos souberam que ele ia partir. Abanaram a cabeça ante a loucura daquele que assim partia à procura da fome, do frio, da morte. Mas, o pastor levava consigo toda a riqueza que tinha: a fé, a vida e uma estrela.

E o pastor caminhou tantos anos que o cão envelheceu e não aguentou a caminhada. Morreu numa noite, nos caminhos, e foi enterrado à beira da estrada que fora de ambos. Só, com a sua estrela, agora, o pastor continuou a caminhar, sempre com a serra adiante, e, à medida que caminhava, a serra ia sempre ali, no mesmo sítio e à mesma distância. Passou todas as fomes e frios que os velhos lhe tinham vaticinado.

Atravessou rios, galgou campos verdes e campos ressequidos, caminhou sobre rochedos escarpados, passou dentro de cidades cheias de muros e gente, mas a montanha dos seus desejos nunca a banuiu do coração. Por fim, já velho alcançou a muralha escarpada que desde a infância o chamava. Subiu até ao mais alto da serra e ali pôde então largar o desejo do seu coração, agora em paz e sem desejo.

O horizonte era vasto, tão vasto e maravilhoso, a impressão de liberdade tão avassaladora que o pastor, sem falar, gritava dentro de si um hino de louvor que mais parecia o vento uivando por entre os penhascos rochosos de silêncio. Instalou-se o velho pastor e a sua estrela com ele, no céu.

O rei do mundo, porém, ouviu falar naquele velho pastor e na sua estrela fantástica. Mandou emissários à serra: todas as riquezas do mundo daria ao pastor em troca da sua pequena estrela. O pastor ouviu com atenção o que lhe mandava dizer o rei. Depois, olhou em volta. Tudo eram pedras e rochedos. Uma côdea de pão negro e uma gamela de leite as suas refeições. A sua distração a paisagem “infinitamente” igual e diferente do mundo lá em cima. A sua única amiga, a estrela.

Suavemente, como quem sabe o segredo das palavras e o valor de todos os bens possíveis, virou-se para os emissários do rei do mundo e rejeitou todos os tesouros da terra, escolhendo a pequenez da sua estrela.

Passaram os anos e o velho morreu. Enterraram-no debaixo de uma fraga e nessa noite, estranhamente, a estrela brilhou com uma luz mais intensa. Os pastores da serra notaram essa diferença porque a reconheciam também entre as outras, pelo que o velho lhes contava em certas noites.

E desde então a serra passou a chamar-se, para sempre Serra da Estrela.

O Ciclo de Escrita e a Reflexão Metalinguística: um Estudo de Caso

Maria Laura Fino
JI / EB 1 A Lã e a Neve, Covilhã
lcabral08@gmail.com

Paulo Osório
Universidade da Beira Interior
paulosorio@hotmail.com

Maria da Graça Sardinha
Universidade da Beira Interior
maggds@ubi.pt

Resumo

Entendemos a escrita como um processo cuja aprendizagem enquadrámos em sucessivos atos de resolução de problemas. Na tentativa de contrariar os modelos tradicionais que privilegiavam a aprendizagem daquela copiando textos considerados modelares, experimentámos o Ciclo de Escrita, em contexto pedagógico, onde os passos vão da planificação, à textualização e à revisão. Para o efeito, seleccionámos uma amostra, composta por dois grupos/turma, pertencentes a uma escola da cidade da Covilhã. Após a interpretação dos resultados, concluímos que alunos diferentes exigem atividades diferenciadas. Contudo, ao validarmos o Ciclo de Escrita, ficámos cientes de que, nesta fase etária, a ativação do conhecimento, no início da tarefa, é de uma importância fundamental.

Résumé

On comprend l'écriture comme un processus, dont l'apprentissage s'encadre en démarches de résolution de problèmes. En effet, on essaie de contredire les modèles traditionnelles, où on faisait des copies des beaux textes. Maintenant, dans la salle de classe, on privilégie l'apprentissage au niveau du Cycle de l'Écriture, dès la planification, à la rédaction, jusqu'à la révision. Pour la recherche pratique, on a choisi deux classes, appartenantes à une école située dans la ville. Au moment de la conclusion, on peut dire que l'activation de la connaissance des jeunes est exigée même pour les groupes différents, pour qu'ils puissent créer des automatismes au niveau de bons écrivains.

Introdução

No que concerne ao ensino-aprendizagem da escrita, sabemos, hoje, existirem modelos de ensino explícito capazes de dar ao sujeito escrevente respostas sobre *o quê, como, quando, de que modo* escrever. O nosso estudo alicerça-se em Scardamalia e Bereiter, mas para além deste modelo, baseia-se, igualmente, no Ciclo de Escrita que faz parte de uma brochura relativa ao ensino da escrita, no âmbito do PNEP (Programa Nacional de Ensino do Português):

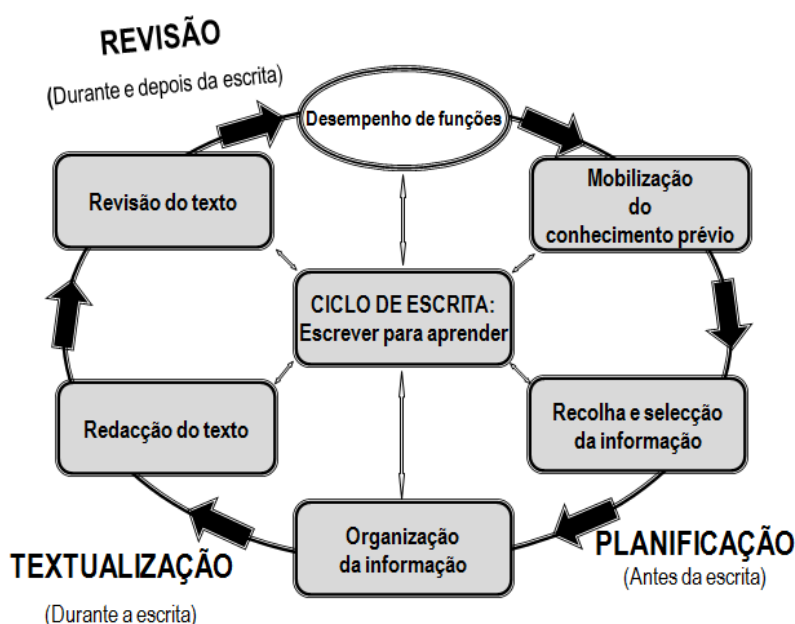


Fig. 1: Ciclo de Escrita. Barbeiro e Pereira (2007).

1. Procedimentos

Num primeiro momento, os investigadores explicaram aos alunos que iriam ler-lhes uma história. Deveriam, por isso, estar com muita atenção, porque, de seguida, escreveriam um texto sobre a história ouvida. Embora não se tratasse aqui da exploração da história, entendemos que em momento algum se deve partir para qualquer atividade, sem se partilhar com os alunos algo sobre o autor, a capa, o título, etc. Tendo como objetivo o reconto da história pelos alunos, tivemos o cuidado de proceder a um diálogo sobre a obra em questão, seguindo-se a leitura, pelos investigadores, da história intitulada *A Princesa da Chuva*, de Luísa Ducla Soares. De seguida, os alunos das duas turmas, A e B, tiveram oportunidade de escrever alguns rascunhos sobre a história ouvida para, posteriormente, poderem escrever o reconto da mesma. Pela importância atribuída à revisão e prosseguindo o Ciclo de Escrita, procedemos a uma sequência didática composta por três módulos distintos, que mais adiante

clarificaremos, cujo objetivo é fazer com que os alunos se possam confrontar com os seus escritos. O facto de não termos a turma enquanto docentes, não nos permitiu proceder a um tipo de planificação do processo de escrita como gostaríamos. Neste âmbito, entendemos que ao privilegiarmos o processo de revisão não coloca de parte a necessidade de um trabalho sistemático e sistematizado em qualquer subprocesso do processo de escrita.

1.2. Amostra

A nossa amostra é constituída por dois grupos/turma do 4º ano de escolaridade, as únicas turmas existentes na escola de um dos investigadores, totalizando 22 alunos. Entendemos que todos os alunos deveriam participar nesta experiência, já que ao desenvolvermos tal procedimento, estamos a validar o Ciclo de Escrita. Por razões óbvias, chamámos turma A e turma B.

1.2.1. Constituição dos Grupos/Turma

A turma A é constituída por 9 alunos, sendo 4 do sexo masculino e 5 do sexo feminino. A turma B é constituída por 13 alunos, sendo 9 do sexo masculino e 4 do sexo feminino.

1.3. Os Textos

O subprocesso de textualização enquadra-se na estrutura do reconto (*retelling*). Não foi nossa intenção trabalhar as técnicas do reconto enquanto processo de compreensão textual. Apenas, tentámos validar o Ciclo de Escrita. Assim sendo, foi pedido aos alunos que escrevessem um texto sobre a história que tinham acabado de ouvir. Todavia, devemos salientar que a nossa opção pelo reconto é entendida como uma estratégia que centra a atenção na reestruturação do texto, tornando o leitor/escrevente mais ativo. Esta estratégia é, igualmente, mais holística, pois incita o ouvinte a escrever sobre excertos textuais de informação mais pessoal. O facto de os alunos terem de recontar o texto, obriga-os à exercitação da compreensão, para, posteriormente, apoiados em elementos do texto inicial, criarem a sua própria história.

1.3.1. Os Erros Ortográficos

A correção dos textos foi por nós elaborada. Estes, devidamente corrigidos, irão servir o subprocesso de revisão, num trabalho posterior. As grelhas utilizadas foram adaptadas de Barbeiro L. e Pereira L., 2007 (anexo). A sua constituição obedece aos seguintes itens: adição, omissão, troca de letras, troca de maiúsculas por minúsculas e vice-versa, grafias homófonas, adições ou omissões de sons mudos, divisão/aglutinação.

1.3.2. Textualização

Com vista à análise da produção escrita, procedemos a uma reflexão detalhada sobre o uso de nomes, adjetivos e conectores. Considerámos conectores, os presentes em Giasson J. (1993: 88), que, por sua vez, recorreu a Irwin (1986) e Blain (1988). A sua utilização ou a falta desta podem fornecer-nos pistas sobre a coesão textual presente nos textos produzidos pelos alunos. Vejamos, então, a classificação presente na autora supracitada:

- conjunção: e, também...
- disjunção: ou...
- exclusão: exceto, com exceção de...
- tempo: antes, logo que...
- lugar: diante de, por cima de...
- causa: porque, por causa de ...
- contraste: contrariamente a...
- oposição: apesar de, embora...
- concessão: se bem que...
- consequência: de maneira a, a tal ponto que...
- fim: para, a fim de...
- condição: se, a menos que...
- modo: como

1.4. Quadros

Tendo em conta o somatório das grelhas, os resultados apresentados encontram-se nos quadros 1 e 3 relativos à turma A e quadros 2 e 4 relativos à turma B:

Alunos/ Tipolo- gia de erros	Adi- ção	Omis- são	Troca de letras	Troca de maiúsculas por minúsculas e vice-versa	Grafias homó- fonas	Adições ou omissões de sons mudos	Divisão / Aglutina- ção	Totais
Aluno 1	1	-	12	3	-	-	-	16
Aluno 2	-	-	1	-	-	-	2	3
Aluno 3	-	-	2	-	1	-	1	4
Aluno 4	-	1	4	-	-	2	2	9
Aluno 5	-	1	1	-	-	-	2	4
Aluno 6	-	4	6	-	-	-	2	12
Aluno 7	-	-	3	-	-	-	1	4
Aluno 8	-	-	-	-	-	-	-	0
Aluno 9	-	2	1	-	-	-	1	4
Totais	1	8	30	3	1	2	11	

Quadro 1: Lapsos - Turma A.

Alunos/ Tipolo- gia de erros	Adi- ção	Omis- são	Troca de letras	Troca de maiúsculas por minúsculas e vice-versa	Grafias homó- fonas	Adições ou omissões de sons mudos	Divisão / Aglutina- ção	Totais
Aluno 1	-	8	10	-	1	-	4	23
Aluno 2	3	4	26	1	4	2	2	42
Aluno 3	-	3	12	1	4	-	2	24
Aluno 4	2	1	3	1	-	-	-	7
Aluno 5	-	-	-	1	-	-	-	1
Aluno 6	-	1	-	3	-	1	3	8
Aluno 7	4	9	13	2	-	-	-	28
Aluno 8	1	3	9	3	1	-	1	18
Aluno 9	1	2	3	2	-	-	-	8
Aluno 10	1	2	3	1	-	-	1	8
Aluno 11	1	-	-	-	-	-	4	5
Aluno 12	1	3	5	3	-	1	1	14
Aluno 13	1	6	11	-	-	-	2	20
Totais	15	42	95	18	10	6	20	

Quadro 1: Lapsos - Turma B.

Alunos	Nomes	Adjetivos	Conectores
Aluno 1	50	6	19
Aluno 2	39	7	6
Aluno 3	64	9	11
Aluno 4	25	3	16
Aluno 5	29	1	8
Aluno 6	18	3	5
Aluno 7	52	6	5
Aluno 8	19	0	4
Aluno 9	14	4	2

Quadro 3: Coesão textual – Turma A.

Alunos	Nomes	Adjetivos	Conectores
Aluno 1	107	7	18
Aluno 2	69	9	32
Aluno 3	72	6	13
Aluno 4	85	4	13
Aluno 5	49	8	21
Aluno 6	58	4	22
Aluno 7	42	4	9
Aluno 8	58	6	12
Aluno 9	55	8	24
Aluno 10	89	3	24
Aluno 11	26	1	14
Aluno 12	73	16	17
Aluno 13	43	3	12

Quadro 4: Coesão textual – Turma B.

1.4.1. Análise, Interpretação e Reflexão

Resultados da turma A

Como podemos observar, o erro mais comum neste grupo remete para a *troca de letra*, com 30 lapsos, seguindo-se o lapso relativo à *divisão / aglutinação*, com o total de 10 lapsos. Os valores mais baixos, ou seja, os lapsos menos comuns são a *adição* e as *grafias homófonas*, com o total de 1, respetivamente. O aluno n.º 1 apresenta o número mais elevado de conectores. O aluno n.º 3 aplicou o número mais elevado de nomes e adjetivos. Quanto aos resultados menos conseguidos, remetem-nos para o aluno n.º 9, com 14 nomes, 4 adjetivos e 2 conectores. Devemos ainda realçar que o aluno n.º 8 não utilizou nenhum adjetivo, embora o número de nomes seja de 19 e o de conectores 4.

É de notar que o conector mais utilizado é a preposição *e*, o que não é de estranhar nesta fase etária e tendo em conta que se trata de um reconto de uma história. Normalmente, a tendência neste tipo de discurso vai sempre no sentido de se acumular informação recorrendo ao *e*, para se articular o discurso. Deve o professor orientar os alunos para um reconto que, tal como a história inicial, apresente introdução, desenvolvimento e conclusão. Quanto ao lapso, em nossa opinião, a troca de letra remete para ausência de consciência fonológica. Com efeito, quando os alunos não conhecem o princípio alfabético, eles não apreenderam as regras de conversão letra-fonema. Deve, assim, o professor desenvolver um ensino explícito, proporcionando ao aluno exercícios de reflexão sobre a oralidade, treinando a capacidade de segmentação da cadeia de fala em frases; das frases em palavras; das palavras em sílabas, das sílabas em sons.

Resultados da Turma B

O erro mais comum neste grupo remete para a *troca de letra*, com 95 lapsos, seguindo-se o lapso relativo à *omissão*, com o total de 42. Os valores mais baixos, ou seja, os lapsos menos comuns são as *adições ou omissões de sons mudos*, com o total de 6. O aluno n.º 1 apresenta melhores resultados quanto à utilização de nomes. Quanto ao aluno n.º 12, foi aquele que apresentou maior número de adjetivos.

No respeitante às sugestões presentes no campo da reflexão, subscrevemos as relativas à turma A, quanto à utilização de conectores, bem como ausência de consciência fonológica.

1.4.1.1. Relação entre os Resultados: Erros/Textualização

Turma A

O aluno n.º1 deu 12 erros, no âmbito da troca de letras. Todavia, conseguiu produzir um texto com 50 nomes, 6 adjetivos e 19 conectores. Assim, embora tivesse um grande número de erros – 16, sendo o que apresentou a maior quantidade, conseguiu elaborar um texto dentro dos parâmetros estabelecidos. Necessita, obviamente, de um trabalho sistemático no campo do subprocesso da revisão. O aluno n.º 9 que apresentou um texto bastante pobre com 14 nomes,

4 adjetivos e 2 conectores tem apenas 4 erros, na sua totalidade. Tal facto deve-se, evidentemente, à ausência de vocábulos. A ausência de adjetivação deve-se, em nosso entender, à falta de exercícios que se prendem com a ativação do conhecimento temático. De facto, no âmbito da planificação, o tipo de tarefas com estímulos à criatividade, podem desencadear processos que levem os alunos ao desenvolvimento do sentido estético.

Turma B

O aluno nº 2 foi quem apresentou mais lapsos no total, sendo 26 relativos à troca de letras. No entanto, utilizou 69 nomes e 32 conectores. O aluno nº 5 apresentou, apenas, 1 erro na categoria de maiúsculas/ minúsculas e escreveu 48 nomes, 8 adjetivos e 21 conectores. Em suma, o conector mais usado foi a preposição *e* dando-nos textos com muitas repetições. Devemos trabalhar com os alunos, por forma a utilizarem outros conectores. Parece-nos poder afirmar que os lapsos, para o nível de 4º ano, são bastante notórios nos dois grupos. Os textos revelam algumas lacunas no que concerne à coesão da produção escrita.

1.5. A Revisão: Sequência Didática

Tendo em conta os resultados obtidos na produção escrita dos alunos, optámos por uma sequência didática, no sentido de procedermos ao confronto dos alunos com as respetivas produções escritas. Entende-se por sequência didática, um conjunto de atividades escolares, organizado de forma sistemática, cujo objetivo é o de ajudar o aluno a dominar um género de texto que o leve a ser capaz de adequar o escrito a uma determinada situação de comunicação. Nesta perspetiva, deve o professor estruturar um conjunto de sessões que promovam as aprendizagens dos alunos. Assim:

Objetivos:

- Apropriar-se de critérios de construção de diferentes géneros textuais.
- Adquirir autonomia na construção de um texto, a partir de um tema.
- Desenvolver uma relação positiva e pessoal com a escrita.

A nossa sequência didática implica que os alunos possam confrontar-se com os seus textos escritos, num processo de contínuo aperfeiçoamento. Deste modo, seleccionámos três módulos que terão lugar em dias diferentes:

Módulo 1- Sessão de 30 minutos

Uma vez concluída a entrega dos textos já corrigidos a cada um dos alunos, estes deverão escrever, no seu caderno diário, todas as palavras previamente corrigidas, para as confrontarem com o texto produzido.

Módulo 2 – 30 minutos

No sentido de se proceder às reformulações necessárias, cada aluno deverá passar o seu texto a limpo, tendo, assim, oportunidade de proceder à releitura silenciosa do mesmo.

Módulo 3 – 30 minutos

Cada aluno terá oportunidade de ler o seu texto em voz alta, procedendo-se, assim, a uma correção final de falhas ortográficas ou outras.

Conclusão

As mudanças provocadas pelo Ciclo de Escrita começam, logo, no início do processo, pois através da aprendizagem, o aluno vai-se transformando. Com efeito, vejamos, então, em que medida o Ciclo de Escrita pôde dar o seu contributo para a construção da aprendizagem, no âmbito do processo de escrita. As atividades desenvolvidas permitiram-nos testar, tal como afirma Barbeiro (2003), o que o aluno sabe; as fronteiras do que sabe; o poder do que sabe; a colocação em texto do que sabe. No que concerne ao primeiro parâmetro - o que sabe - foi permitido aos alunos que ativassem o conhecimento, perante a história lida. Sabemos que as palavras contidas nas histórias comunicam e expressam situações, expõem personagens, desenham espaços, procuram definições em jogos de linguagem, deixando, no entanto, um espaço de liberdade, cujo potencial proporciona uma mais-valia na compreensão do mundo e no acesso aos mundos possíveis. De facto, a apetência das crianças pelas histórias infantis assenta em pressupostos relacionados com a história do Homem, logo, coincidentes com o mundo pessoal de cada um. Notámos, de facto que todos, sem exceção, tiveram algo a dizer, que passaram para o papel. Repetimos, novamente, a importância da ativação do conhecimento prévio dos nossos alunos. Frequentemente, as crianças não se lembram de factos importantes que solidifiquem as suas opiniões. Cabe, assim, ao professor desenvolver estratégias para que cada aluno consiga procurar no seu reportório mental, nas suas memórias, aquilo que, frequentemente, tem tendência a ficar esquecido. Cabe à escola potenciar estes conhecimentos, valorizando-os e ampliando-os. Quanto ao segundo parâmetro – as fronteiras do que sabem – proporcionou aos alunos a consciência da existência, ou não, de elementos suficientes para a construção do texto. Caso não tenham os elementos considerados necessários, deverão criar mecanismos para construir o conhecimento necessário à realização da tarefa. O terceiro parâmetro remete-nos para o poder do que sabem. Tal como afirmou Barbeiro, já citado, a antecipação dos resultados a alcançar permite pôr em prática os efeitos desejados.

Tais aspetos, enquadrados no lugar da planificação do processo de escrita, são seguidos da – colocação em texto do que sabem – por meio da linguagem escrita.

A ativação do conhecimento foi feita a partir da leitura da obra *A princesa da chuva*, de Luísa Ducla Soares. É evidente que a leitura desta obra se encontrava relacionada com objetivos estratégicos a alcançar junto dos alunos, permitindo, ainda, a transformação do conhecimento pela verificação dos resultados conseguidos. Tornou-se óbvio que estes vieram a reforçar a validade

da estratégia, mantendo-se ao longo do Ciclo de Escrita, a organização e reorganização do conhecimento.

Com a nossa atividade de planificação, fomentámos o raciocínio dedutivo, a análise de ações, a previsão de consequências. Todos os alunos identificaram a personagem principal, bem como o acontecimento determinante. Esta estratégia permitiu a identificação do todo do texto, ativando comportamentos de compreensão do mesmo, necessários à produção do texto coeso e coerente. No que concerne à revisão do texto, foi feita a sua correção, pelo professor, utilizando para o efeito a grelha constante no anexo 1. Os quadros número 1 e número 2, já apresentados, mostram-nos o tipo de erro mais frequente. Só procedendo a uma verificação cuidadosa se pode trabalhar o lapso de forma individual ou coletiva.

No final, foi pedido aos alunos que procedessem à reescrita do texto. Cremos que este tipo de exercício funciona como uma possibilidade de aceder a outros mundos, que o conhecimento do vocábulo corretamente escrito frequentemente proporciona. Alguns textos, através desta atividade, adquiriram a coesão e a coerência para serem classificados como tais. O confronto estabeleceu-se entre o conhecimento transmitido no texto e a sua reprodução, pois esta atividade não implicou uma transposição simples. Pelo contrário, realizou-se num processo de sucessivas reformulações.

Cremos poder afirmar que o Ciclo de Escrita, enquadrado no Modelo de Flower e Hayes, teve neste trabalho a sua representatividade, enquanto modelo explicativo do processo, da tarefa e do contexto da produção. Quanto ao modelo de Scardamalia e Bereiter, procedemos, também, à transformação do conhecimento a partir do que os alunos já sabiam. Para que tal acontecesse, conversámos com os alunos sobre o livro que iria ser lido, auscultámos a sua curiosidade, ativámos memórias, captámos a sua atenção, fomentámos sucessivas interações de modo a que aqueles que tinham algum conhecimento sobre a narrativa o partilhassem com os restantes membros da turma. Em suma, tentámos que a história a ser lida se tornasse o mais familiar possível a todos, sem exceção.

A construção do texto, a partir da audição da narrativa, permitiu recontos individuais, onde todos tiveram algo a dizer. Após a construção dos textos e posterior correção feita por nós, testámos a criatividade dos nossos alunos, a capacidade de utilizarem, ou não, conectores para que o texto ganhasse coesão, a frequência do lapso, bem como a sua diferenciação e a capacidade de atributos aos nomes.

Mediante os resultados apresentados, procedeu-se, ainda, ao diagnóstico enquadrado no Ciclo de Escrita. Assim, enquanto alguns alunos necessitam mais de exercícios de planificação, outros, devido ao excessivo número de lapsos, precisam de atividades de revisão.

A sequência didática foi a estratégia mais imediata para dar resposta à exercitação do subprocesso de revisão. Quanto ao subprocesso de planificação, será, obviamente, tido em conta nas atividades letivas.

Referências Bibliográficas

- Barbeiro, L. (1999): *Os Alunos e a Expressão Escrita: Consciência Metalinguística e Expressão Escrita*. Textos de Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2001): “Profundidade do processo de escrita”. In: *Educação & Comunicação 5*. Revista da Escola Superior de Educação de Leiria: pp. 64-76.
- (2003): *Escrita: Construir a Aprendizagem*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Barbeiro, L., Pereira, L. A. et al. (2007): *O Ensino da Escrita : A Dimensão Textual*. PNEP. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Bereiter, C. & Scardamalia, M. (1983): “Does learning to write have to be so difficult?”. In: Freedman, A. Pringle, I. and Yalden, J. (eds.): *Learning to Write: First Language, Second Language*, London: Longman.
- Flower, L. & Hayes, J. (1981): “The Pregnant Pause: An Inquiry Into the Nature of Planning”. In: *Research in the Teaching of English 15*(3): pp. 229-243.

VÁRIA

**“Que a UTAD seja cada vez mais o farol que alumie um
caminho de progresso e felicidade [...]”**

Lição do Neo-Doutor em Vitivinicultura Duriense
(UTAD, 3/6/2011)

*Francisco Olazabal*¹
Doutor Honoris Causa da
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A inesperada mas muito honrosa distinção que me é concedida levou-me naturalmente a refletir sobre as razões que a justificam. E dessa reflexão tirei duas conclusões: por um lado, fui confrontado durante a minha vida com circunstâncias nem sempre favoráveis mas que continham desafios interessantes que era necessário enfrentar; por outro, tive a felicidade de encontrar pessoas de grande valor que, seja pelo seu exemplo, seja pelo seu apoio, me ajudaram a encontrar o bom caminho.

A minha carreira no mundo do vinho e a sua ligação com o Douro resultaram à partida de uma circunstância que é como que uma fatalidade histórica: já nasci rodeado de vinho e ao longo da vida fui metaforicamente mergulhando cada vez mais fundo nesse maravilhoso mundo. Sou trineto de D. Antónia Adelaide Ferreira, cujo bicentenário de nascimento se celebra este ano, neto de Ramon de Olazabal e filho de Jaime de Olazabal, ambos Administradores da Casa Ferreirinha, trineto de José Maria Rebelo Valente, negociante de vinho e proprietário da famosa Quinta do Noval, bisneto de Afonso Cabral, proprietário da Quinta do Cachão e do Paço do Monsul. Como se isso não bastasse, por artes de Cupido, vim a casar há 43 anos com Maria Luísa Nicolau de Almeida, bisneta de António Ramos Pinto e filha de Fernando

¹ Francisco Javier Olazabal Rebelo Valente recebeu o doutoramento “Honoris Causa” pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no dia 3 de junho de 2011. Nascido na freguesia de Miragaia, Porto, assume que a sua ligação ao Douro e ao vinho “é uma espécie de fatalidade histórica”. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, ficou surpreendido e honrado com o título – “Tive uma carreira longa e sempre ligada ao vinho...”.

O Magnífico Reitor da UTAD destacou o objetivo da instituição. “É um acontecimento que marca o papel da Universidade na área da vitivinicultura, há cerca de um mês a nossa cidade viu reconhecida a sua influência na área dos vinhos e na formação de Enólogos”. Além disso, definiu o doutorando como “alguém que, apesar de poder ficar numa grande empresa, decidiu apostar no Douro, que é Património da Humanidade”.

Nicolau de Almeida, grande figura do vinho com quem tive o gosto de trabalhar durante muitos anos.

A segunda conclusão é que beneficiei da felicidade de ter encontrado ao longo da minha vida profissional pessoas de enorme qualidade, que foram fundamentais para dar algum significado à minha carreira, quer na área empresarial quer na área associativa.

Sinto por isso o dever de evocar alguns momentos mais significativos da minha experiência nessas áreas, para poder aqui prestar o meu sentidíssimo agradecimento a quem tanto me ajudou.

Começo pelo Professor Doutor Bianchi de Aguiar, que aceitou a espinhosa tarefa de fazer o meu elogio. Não podia na verdade ter melhor padrinho, dada a sua profícua e longa carreira ao serviço da agricultura, do vinho e do Douro. É quase impossível enumerar exaustivamente as suas múltiplas contribuições para esta causa; mas não queria deixar de assinalar, para além da sua brilhante carreira universitária, algumas das mais importantes responsabilidades que assumiu: Diretor Técnico da Advid, Presidente do Instituto do Vinho do Porto, Coordenador da bem sucedida candidatura do Alto Douro a Património Mundial da UNESCO, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Presidente do Conselho Técnico-científico do CERVIM, Presidente do Office International de la Vigne et du Vin e atualmente Diretor do Desenvolvimento Agronómico da Unidade de Biocombustíveis da Galp.

Mas para além deste apadrinhamento eu ainda devo muito mais ao Prof. Bianchi de Aguiar: inúmeras vezes beneficiei como agricultor do seu precioso e sábio conselho; e durante os meus dois mandatos na Direção da AEVP, que coincidiram com a sua comissão de serviço como Presidente do IVP, encontrei sempre da sua parte um persistente e esclarecido empenhamento em encontrar as melhores soluções para resolver os múltiplos problemas que o sector então enfrentou.

Voltarei em mais detalhe a este ponto no final desta minha intervenção.

Tive a fortuna de começar a minha vida profissional na Casa Ferreirinha numa época – década de 60 – em que se começava a desenhar uma evolução muito favorável das vendas do Vinho do Porto, quer nos mercados externos quer em Portugal.

Superados os efeitos devastadores da segunda grande guerra, a Europa consolidava o seu crescimento económico, e a conseqüente subida do consumo privado favorecia a diversificação da procura. Abriram-se assim novos mercados para o Vinho do Porto, até então demasiado dependente do Reino Unido.

Embora o mercado britânico sofresse uma acentuada queda, isso foi mais que compensado pela expansão dos mercados da Europa continental, nomeadamente da França, da Bélgica e da Holanda. Os volumes da exportação que se situavam na década de 50 na casa dos 23 milhões de litros, atingiram 35 milhões em 1970 e 61 milhões em 1980.

Até ao pós-guerra, a Casa Ferreirinha gozava de excelente reputação nos meios profissionais dentro e fora de fronteiras, mas, com exceção do mercado interno, não tinha qualquer implantação junto dos consumidores, pois quase toda a sua exportação era a granel, e destinada a importadores que comercializavam o produto sob as suas próprias marcas.

Era então Presidente da empresa o meu pai, Jaime de Olazabal. Ele foi para mim, e creio que para todos que com ele trabalharam, um exemplo de honestidade e inteligência, combinadas com uma extrema modéstia. Tinha como colegas de administração os Eng.ºs Mário Flores e Jorge Ferreira, grandes profissionais e amigos, a quem muito devo mas que infelizmente já não estão connosco.

O meu Pai apercebeu-se de que era essencial para assegurar a rentabilidade da empresa substituir a comercialização a granel pelo lançamento da marca Ferreira e empenhou-se em criar uma rede de agentes que pudesse assegurar esse projeto. Fê-lo com tal determinação e sabedoria que conseguiu, numa primeira fase terminada em 1967, limitar a exportação a granel apenas a agentes nossos que engarrafavam com a nossa marca e mais tarde, em 1974, eliminar definitivamente a exportação a granel, sendo a Casa Ferreirinha a primeira empresa do sector a tomar esta medida. Esta decisão implicou difíceis negociações pois na maioria dos mercados os direitos aduaneiros de importação a granel eram substancialmente inferiores aos do engarrafado. Era preciso persuadir o agente de que o selo de garantia do IVP, só aplicado no engarrafamento de origem, era um argumento de venda. Empenhei-me com grande entusiasmo nessa campanha que felizmente foi bem sucedida graças à qualidade dos nossos vinhos, assegurada pelo talento de Fernando Nicolau de Almeida, mas também devido à dedicação e competência das empresas que nos representavam nos diferentes países europeus.

Simultaneamente, a Casa Ferreirinha dedicou particular atenção ao mercado interno, onde as nossas marcas gozavam de grande reputação, mas onde o consumo de Vinho do Porto estava confinado às épocas festivas e a ocasiões de cerimónia.

Desenhava-se, no entanto, uma clara alteração desta situação, resultante de três novos fatores: a melhoria do poder de compra dos portugueses, a afirmação crescente de Portugal como destino turístico e, finalmente, o começo do regresso a Portugal para férias dos emigrantes portugueses.

Foi para nós claro que este conjunto de fatores criava oportunidades de desenvolvimento de mercado que convinha explorar.

A estratégia seguida levou-nos a atuar em três frentes: criação de uma gama de produtos coerente com as necessidades do mercado e idêntica em toda a Europa; estabelecimento de uma rede de distribuição e de condições de comercialização que permitissem interessar todos os canais e, finalmente, lançar uma campanha de publicidade ao consumidor agressiva e sustentada e utilizando – fomos os primeiros – os meios que então despontavam: a televisão e o

outdoor. O *slogan* utilizado para suportar essa campanha – “Foi você que pediu um Porto Ferreira?” – teve um enorme sucesso e ainda hoje é glosado pela imprensa em diversas situações.

A estratégia resultou em pleno; o Porto Ferreira beneficiou do fortíssimo crescimento do mercado nacional que passou de 3,6 milhões de litros em 1967 para 8,6 milhões de litros em 1977 ou seja cresceu 139% e Ferreira reforçou a sua posição de *leader* do mercado com uma quota acima dos 20%.

Entretanto foi preciso ultrapassar um dos períodos mais difíceis da história do Vinho do Porto. À instabilidade resultante da revolução do 25 de Abril de 1974, cujos efeitos no sector foram felizmente atenuados pela existência de boas relações laborais, mas que apesar disso exigiu grandes esforços no sentido de encontrar equilíbrios que não pusessem em causa a viabilidade das empresas, vieram-se juntar dois acontecimentos de graves consequências: a primeira crise do petróleo, iniciada em 1973, mas cujos efeitos, resultantes de subidas do seu custo na ordem dos 300%, perduraram até 1975, e a crise impropriamente denominada do carbono 14, resultante da descoberta pelos laboratórios alemães de que a maior parte das vindimas de 1971, 72 e 73 tinha sido beneficiada com álcool de origem sintética, que se podia identificar por conter níveis muito baixos daquele isótopo do carbono, em violação clara das regras da denominação de origem do Vinho do Porto, que impunham para a sua feitura o álcool de origem vínica.

Coincidiram estes acontecimentos com a extinção do Grémio de Exportadores de Vinho do Porto, organismo integrado na organização corporativa e de inscrição obrigatória para todos os comerciantes do sector. As empresas do sector empenharam-se em constituir uma associação, obviamente de inscrição livre, que pudesse defender os interesses da classe.

A sua primeira direção foi constituída pelo Dr. Joaquim Manuel Calem (presidente), Manuel Poças Pintão (vice-presidente), Michael Symington, Dr. José Carvalho de Gouveia, e eu próprio, como vogais. Foi a minha primeira experiência associativa, num clima de crise profunda que nos levava a temer pela sobrevivência do produto.

O Vinho do Porto, provando a sua secular resistência, sobreviveu felizmente a estas adversidades. Mas isto deve-se também à união dos esforços de todo o sector e em particular ao acerto da atuação da primeira Direção do AEVP, à qual tive a honra de pertencer. Foi uma experiência que me marcou. E lembro aqui os nomes dos meus colegas, muito especialmente o do Presidente, Joaquim Manuel Calem, que infelizmente já nos deixou.

Nos finais da década de 80, a Casa Ferreirinha, gozando de uma sólida situação económica e financeira, atraiu as atenções de grupos nacionais e estrangeiros que procuravam investir no sector do Vinho do Porto. A grande dispersão do seu capital, nas mãos de cerca de 140 descendentes de D. Antónia Adelaide Ferreira, tornava-a particularmente vulnerável a essas investidas. Como Presidente do seu Conselho de Administração entendi que era minha

obrigação procurar uma solução que defendesse os interesses de todos os acionistas. E embora fosse doloroso terminar com o controlo familiar mantido ao longo de várias gerações, pareceu-me claro que era esse o desejo da maioria esmagadora dos acionistas. Tive de conquistar o apoio do nosso Presidente da Assembleia Geral, o meu queridíssimo amigo Dr. Artur Santos Silva. Obrigou-me a considerar todas as possíveis alternativas, mas acabou por concordar comigo não haver melhor solução do que organizar um processo de venda da sociedade. E foi graças aos seus sábios conselhos e à intervenção esclarecida e respeitada do Dr. João Vieira de Castro que em 1987 essa operação se realizou de uma forma exemplar, culminando numa solução feliz no sentido em que, em concorrência com poderosas multinacionais, foi um grupo Português e de carácter familiar – a Sogrape – que apresentou a melhor oferta.

Com alguma surpresa minha, os novos acionistas convidaram-me a permanecer no meu posto, bem como aos meus colegas Guilherme Álvares Ribeiro e Álvaro Ferreira, a cuja colaboração muito devo. E dois anos mais tarde convidaram-me a integrar o Conselho de Administração da empresa-mãe. Não é frequente num processo de *take-over* isto acontecer, mas para além de uma ponta de orgulho que me parece justificado, foi sobretudo um privilégio trabalhar numa empresa de tão grande qualidade e colaborar num processo de integração muito bem sucedida da área de vinho do Porto, mais tarde reforçada com a aquisição da Offley Forrester. Ao Fernando Guedes e aos seus filhos Salvador, Manuel e Fernando, ao Joaquim Cabral Menezes, ao Gastão Lopes, que infelizmente nos deixou, aos meus colegas de administração da Ferreirinha e a todos os que comigo trabalharam na Ferreirinha e no grupo Sogrape queria deixar aqui o meu profundo reconhecimento.

Aconteceu entretanto que tive a oportunidade de realizar um sonho que me tinha perseguido ao longo da minha vida, mas que parecia dificilmente alcançável: adquirir a propriedade plena da Quinta do Vale Meão. Desde criança que essa última grande realização da minha trisavó me fascinava. Tinha herdado do meu Pai 6,25% dela e ao longo dos anos fui comprando partes indivisas aos muitos membros da família. Como resultado desse processo de concentração, em 1994 éramos apenas 7 proprietários, e os meus seis primos propuseram-me a venda. Tal como havia acontecido com a operação de venda da Casa Ferreirinha, conseguimos chegar a um acordo que a todos satisfiz. Ter levado a cabo sem qualquer desavença ou atrito essas duas operações que envolveram muitos parentes é algo que nunca esquecerei, pois no fundo significa uma confiança e amizade por parte da minha vasta família que sempre agradecerei.

Coincidiu essa operação com o começo de atividade do meu filho Francisco no Douro, na área da viticultura e da enologia, nas quintas de Roriz e do Vallado, após ter terminado o curso de Enologia nesta mesma Universidade.

E se me sinto muitíssimo grato à UTAD pela honra que hoje me confere, é chegado o momento de significar a esta Casa a minha ainda maior gratidão por ter sido aqui que o meu filho concretizou a sua vocação de sempre – com poucos

anos de idade, o tema dos seus desenhos eram garrafas, pipas e tonéis – pois foi aqui que, juntamente com uma brilhante geração de colegas adquiriu os conhecimentos que estão na base do enorme salto qualitativo dos vinhos portugueses nos últimos 20 anos, foi aqui que ele se habituou a viver no interior, foi aqui que conheceu a sua mulher, que com ele quis partilhar essa vida.

Foi essa sua vocação que o levou a desafiar-me em 1998 para lançarmos uma empresa com o objeto de criar e comercializar os vinhos da Quinta do Vale Meão, ao mesmo tempo que me garantia estar disposto a viver na Quinta, em Vila Nova de Foz Côa, condição que me parecia indispensável para o êxito do empreendimento. Esse projeto implicava naturalmente a minha saída do grupo Sogrape, decisão difícil não só pelo risco que implicava mas também porque punha termo a uma excelente relação de colaboração com uma empresa onde me sentia acarinhado e realizado.

Mas a proposta era demasiado tentadora para ser recusada, e sentia que completando nesse ano 60 anos não podia adiá-la.

Disse portanto adeus aos meus amigos da Sogrape e lancei-me nessa nova experiência. Graças a Deus, os resultados excederam as minhas melhores expectativas. Completam-se agora 10 anos desde que lancei os meus primeiros vinhos, e desde então nunca deixaram de ter um excelente acolhimento da crítica e dos apreciadores. Este êxito resulta do excelente trabalho do meu filho Francisco, da minha filha Luísa e de uma jovem e excelente equipa que inclui a enóloga Marcela Brites, aqui formada, o Eng. Pedro Barbosa, o Frederico Lobão, na área administrativa, e o Adegueiro Mário Passeira, e de um grupo de trabalhadores que tem dado o seu melhor para realizar os objetivos que lhes foram propostos. Para todos vai a minha profunda gratidão.

Queria no entanto mais uma vez acentuar que nada disto teria sido possível sem a UTAD. E acrescentar que a nossa ligação a esta instituição continua na área tão fundamental da investigação e desenvolvimento. A Quinta do Vale Meão tem tido um relacionamento próximo com a universidade. Nos anos 90, o Professor Nuno Magalhães instalou um campo de seleção clonal de Touriga Nacional do Douro. Entre 2003 e 2006, albergamos um dos campos de ensaio sobre rega da vinha que serviram de base para a tese de doutoramento de Tiago Alves de Sousa, sob orientação superior do Professor Manuel Teles de Oliveira. Em 2010, decidimos ensaiar sistemas de ensombramento artificial em vinhas mal expostas para tentar minimizar os efeitos nefastos da radiação solar no Douro Superior, trabalho que continuaremos a repetir em 2011 e 2012 para termos dados fidedignos. Temos a possibilidade de apresentar no congresso da OIV este ano os primeiros resultados do ensaio. Para este trabalho contamos, mais uma vez, com superior orientação do Professor Manuel Teles de Oliveira

Deixei propositadamente para o fim desta minha quiçá demasiado longa intervenção a minha passagem mais recente por duas importantes instituições do sector: a Confraria do Vinho do Porto e a Associação das Empresas do Vinho do Porto. A Confraria deve a sua existência aos esforços de algumas figuras de

relevo no meio do Vinho do Porto, entre as quais é justo destacar Robin Reid, Manuel Poças Pintão e o meu sogro Fernando Nicolau de Almeida. Só depois do 25 de Abril foi possível ultrapassar os obstáculos mais ou menos burocráticos que impediam a sua constituição, e que hoje nos fazem sorrir, tais como a limitação do uso da designação “confraria” para associações de carácter religioso.

Constituída em 1982, a Confraria logo assumiu um papel importante na promoção do Vinho do Porto e da cultura e tradições a ele associadas. Uma das primeiras iniciativas da primeira Chancelaria, presidida por Fernando Nicolau de Almeida, foi organizar em 1982 a I Regata de Barcos Rabelos. Este acontecimento passou a ser um dos pontos altos das festas da Cidade do Porto e contribuiu decisivamente para evitar o desaparecimento desta tão típica e bela embarcação.

Foi por isso com grande prazer que aceitei suceder ao segundo Chanceler, o meu amigo António Filipe.

Procurei durante o meu mandato reforçar o prestígio da instituição, dando uma nova dimensão à cerimónia anual de entronização, estabelecendo novas regras na declaração do Vintage da Confraria e apoiando a admissão de numerosas personalidades de grande relevo como Confrades honorários. Entendi ao fim de nove anos que era chegada a altura de promover uma renovação das chefias na Confraria e foi com grande satisfação que acolhi a disponibilidade do meu amigo George Sandeman para liderar uma equipa renovada, que estou certo contribuirá grandemente para o reforço do prestígio e expansão do Vinho do Porto.

Depois da minha experiência dos anos setenta, voltei a ter responsabilidades na gestão da AEVP, em 1991, como membro da Direção presidida pelo meu amigo Cristiano van Zeller, a quem sucedi em 1993.

Nesse mesmo ano de 1991, o Professor Bianchi de Aguiar assumiu a Presidência do Instituto do Vinho do Porto.

O sector passava então por um período difícil, pois a Casa do Douro, alegadamente em consequência de um erro informático, havia autorizado a produção ilegal de uma enorme quantidade de vinho do Porto (mais tarde, estimada por baixo em 50.000 pipas). O lançamento desse *stock* no mercado acarretaria inevitavelmente uma derrocada dos preços. Esta situação, que preocupava obviamente o IVP e a AEVP, foi amplamente debatida e daí resultou a obtenção de um acordo da totalidade das empresas representadas pela AEVP e associadas numa ACE – a Gruporto – no sentido de adquirirem a maior parte destes excedentes, impedindo assim o descalabro dos preços. Foi um acordo difícil de conseguir, pois era difícil fazer aceitar pelos exportadores um esforço financeiro considerável para evitar as consequências de uma ilegalidade para a qual nada haviam contribuído. Valeu-nos nessa altura a determinação do IVP e do seu Presidente e também a inteligência, bom senso e capacidade negocial

da Diretora Geral da AEVP, Dr.^a Isabel Marrana, minha grande amiga, que felizmente continua a desempenhar um papel indispensável no sector.

Este lamentável acontecimento produziu-se dois anos depois da Casa do Douro ter adquirido uma participação de 40% do capital de uma das maiores empresas do sector. Esta instituição, que creio ser a única organização do sistema corporativo que sobreviveu ao 25 de Abril, acumulava assim quatro funções obviamente incompatíveis: associação de carácter obrigatório dos vicultores durienses, organismo de fiscalização e controlo do sector da produção, organismo de intervenção no mercado, detentor de *stocks* de regulação, e finalmente acionista de uma empresa exportadora. Esta situação aberrante só podia dar mau resultado. O IVP acertadamente entendeu que se impunha uma alteração do quadro institucional do sector, que veio a ter lugar em 1995, através da criação do Conselho Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD) que assumiu uma boa parte das competências da Casa do Douro. Recordo que o Prof. Bianchi de Aguiar defendia uma solução mais radical no sentido de o Conselho passar a ser um órgão do IVP. Essa solução levantou problemas políticos e foi afastada, mas veio mais tarde a ser adotada, e atualmente todas as competências de controlo, fiscalização e certificação são hoje executadas – e bem! – pelo IVDP.

Resta à Casa do Douro, para além de uma situação financeira desesperada resultante de uma gestão catastrófica, o estatuto de associação de direito público e de inscrição obrigatória para todos os vicultores durienses.

Na prática, há muitos anos que a Casa do Douro deixou de prestar qualquer serviço aos produtores, sendo a sua única atividade procurar soluções para a sua iminente falência, que ainda não ocorreu porque o Estado avalizou a maior parte da sua dívida.

Resulta daqui que o Douro vinhateiro há dezenas de anos não tem tido de facto quem o represente e o defenda. E as possíveis iniciativas de criação de associações representativas dos diferentes interesses do Douro são travadas à nascença, quer pelo monopólio de representação conferido à Casa do Douro, quer pela obrigatoriedade, recentemente posta em causa, de pagamento de quotas a essa instituição.

No meu entender, esta situação tem contribuído fortemente para a deterioração do negócio do Vinho do Porto, revelada claramente pelos números: nos últimos 10 anos os volumes comercializados caíram 10% e o valor, em preços constantes, baixou 22%. Estamos portanto a vender menos e a vender pior.

Esta queda dos preços só foi possível porque o nulo poder negocial dos lavradores do Douro permite que a baixa dos preços de exportação seja no fundo repercutida nos preços pagos à lavoura. Sabendo-se que o volume de produção de Vinho do Porto é fixado em cada vindima por forma a não criar excedentes, e que só as adegas cooperativas representam cerca de 30% da produção, é bem evidente que um mínimo de concertação poderia impedir este descalabro. Mas

para isso era preciso algo que não existe: uma ação coletiva levada a cabo por organizações credíveis e realmente representativas dos interesses em jogo.

Assim a ausência de representação e portanto de capacidade negocial por parte da produção coloca-a na dependência total do comércio, representado por uma associação bem dirigida, eficaz e respeitada, mas a quem não se pode pedir que renuncie a comprar ao menor preço.

As consequências desta situação não são só graves para a rentabilidade das explorações agrícolas durienses. A imagem do Vinho do Porto como produto de qualidade afirmada e divulgada mundialmente ao longo de vários séculos, de produção limitada e sujeito a uma certificação rigorosa tem sido minada pelas sucessivas baixas de preços ao consumidor, que obviamente desconfia de um produto em permanente saldo.

Desde que há doze anos atrás a minha atividade se centrou no Douro, constato com a maior pena o sentimento de impotência que se apoderou das gentes do Douro em relação ao seu destino. E parece-me que o primeiro passo para um despertar da consciência coletiva do Douro deveria ser acabar com a ficção da representação monolítica e obrigatória, o que permitiria a constituição de organizações que assegurassem a efetiva representação dos diferentes interesses em jogo. Interesses que já não se enquadram na visão dicotómica de há 40 anos: de um lado a lavoura, de outro o comércio. Recordo a este propósito que em 1974, e perante a acusação de controlo monopolista do sector, a AEVP realizou um estudo que provou que apenas 4% da área de vinha do Douro pertencia aos exportadores ou aos sócios destas empresas. Atualmente essa parte é de 20%. Mas ao mesmo tempo surgiram numerosos produtores que começaram a vinificar, engarrafar e comercializar a sua produção. Há assim comerciantes que se tornaram produtores e produtores que se tornaram comerciantes. Persiste por outro lado o minifúndio, que representa um volume considerável e indispensável à estabilidade do sector; é bom que todos estes interesses, não forçosamente coincidentes, tenham voz própria e assumam com clareza a sua defesa.

A alteração deste estado de coisas implica a reforma do quadro institucional do sector no que diz respeito à representação dos produtores. É no entanto ainda mais importante que a sociedade civil e sobretudo os mais novos, a camada de jovens enólogos e empresários que estão na base do sucesso que os vinhos DOC Douro começam a ter além-fronteiras, criem um movimento associativo que assegure uma representação eficaz dos interesses do Douro. E que esse movimento não esqueça que o Vinho do Porto, com as suas características únicas afirmadas mundialmente ao longo de quatro séculos, continua a ser um trunfo essencial da afirmação de Portugal no mundo.

Há felizmente exemplos de sucesso na conjugação de esforços: os Lavradores de Feitoria, os Douro Boys e outros mais recentes. Os Douro Boys, dos quais faço parte – a quem devo, entre outros benefícios, o de ter voltado a ser *boy* aos 65 anos! –, tem vindo a dar uma valiosíssima contribuição para o

reconhecimento internacional dos vinhos do Douro. Este sucesso só foi possível graças à capacidade profissional demonstrada por essa nova geração de enólogos, formada em grande parte nesta escola.

Termino assim fazendo votos de que a UTAD seja cada vez mais o farol que alumie um caminho de progresso e felicidade para a nossa tão querida Região.

Para uma Licenciatura em Estudos Gerais em Humanidades

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
jereis@utad.pt

1. Um diagnóstico objetivo e devidamente enquadrado da atual crise económica e social, nacional e internacional, não pode limitar a extensão da sua análise a causas financeiras e a lógicas de mercado nem confinar o seu campo de compreensão a estritas razões de natureza social como se estas estivessem dissociadas de uma crise mais complexa, de incidência ideológica, com imprevisíveis efeitos no processo civilizacional. De entre a complexidade e multiplicidade de factores que devem ser convocados para um entendimento mais esclarecido da atual conjuntura de crise das sociedades “hipermodernas”, a educação, no sentido lato, enquanto sistema de reprodução e criação de conhecimento e de transmissão crítica de valores para a cidadania, ocupa um lugar de destaque.

2. Do ponto de vista histórico e cultural, a universidade é a instituição que no sistema educativo e no conjunto das organizações associadas à produção regulada do conhecimento (científico, filosófico-humanístico, artístico) melhor evidencia e reflete, pelas piores e melhores razões, a complexidade das situações de crise. Pelas piores razões, quando se mostra ancilosada na perpetuação de modelos autolegitimadores dos seus processos de ensino sem valor acrescentado para a evolução do conhecimento, ou, em sentido contrário desta evolução, quando procura adequar-se às conjunturas socioeconómicas e às dominantes ideológicas mediante insustentáveis opções de oferta de ensino sem credibilidade científica, apenas indutoras de ilusórias expectativas de emprego entre os seus potenciais frequentadores. Mas também pelas melhores razões, quando potencia e desenvolve as suas áreas consolidadas de conhecimento, e quando, coerentemente, procura responder ou mesmo antecipar situações de crise a partir dos seus recursos endógenos e da ativação de uma metodologia prospetiva.

3. Essa metodologia prospetiva, atendendo às funções pedagógicas, científicas e culturais da universidade, deverá ser ativada na base de autorizadas propostas de reflexão, em fiáveis dados de informação, em exemplos de boas práticas e, na medida do possível, em antevisões de tendências futuras que decorram quer da evolução e transformação do conhecimento académico, quer das mudanças económicas, sociais e culturais em curso.

4. É neste sentido que se justifica convocar – em jeito de preâmbulo à fundamentação de uma licenciatura em **Estudos Gerais em Humanidades** proposta pelo DLAC da ESHC da UTAD – os contributos de reflexão, de entre outros possíveis autores reconhecidos pela sua notoriedade intelectual, percurso académico e relevância científica, do historiador Vitorino Magalhães Godinho, do filósofo Gilles Lipovetsky e do estudioso de literatura Jean Serroy. Em contextos de reflexão diferenciados sobre o sistema de educação e o papel da universidade, estes autores partilham a ideia de que um sólido ensino universitário deve ser pensado numa perspetiva geral e interdisciplinar.

4.1 Magalhães Godinho, incidindo na conceção de conhecimento subjacente à organização por áreas de conhecimento, escreve: “Não somos partidários da organização das faculdades e escolas superiores em departamentos, mas sim em grandes áreas interdisciplinares. A investigação de qualquer problema exige a convergência de perspetivas diversas e uma utensilagem mental comum a vários ramos de saber”(in: Magalhães Godinho, Vitorino (2010): *Os Problemas de Portugal. Os Problemas da Europa*. Lisboa: Colibri: p. 63).

4.2 Lipovetsky e Serroy, por seu turno, socorrendo-se de um ensaio de Alain Renault, e analisando numa perspetiva sociológica as tendências dominantes culturais da sociedade contemporânea, escrevem: “Na sociedade hipermoderna, caracterizada pela rapidez e pela mudança, cada vez se revela mais inútil pretender centrar as formações superiores apenas na aquisição duma competência profissional, quando a abertura do mercado, a flexibilidade da produção e as transformações do trabalho tornam praticamente impossível «definir qual será o estado das profissões, na maior parte dos ramos de actividade, num prazo de cinco anos»” (in: Lipovetsky, Gilles e Serroy, Jean (2010 [2008]): *A Cultura-Mundo. Resposta a uma Sociedade Desorientada*. Trad. Victor Silva. Lisboa: Edições 70).

5. A questão premente da função, da importância e da utilidade do ensino das Humanidades no contexto da sociedade contemporânea de informação e/ou de conhecimento dominada por um regime de cultura que Lipovetsky e Serroy designam por “cultura-mundo” ou “hipercultura” – “uma constelação planetária onde se cruzam a cultura tecnocientífica, a cultura de mercado, a cultura do indivíduo, a cultura mediática, a cultura das redes e a cultura ecológica” (idem, p.20) – articula-se com a necessidade de promover ou inventar o que os mesmos autores designam por “cultura da criatividade”. Esta não consiste numa “cultura de submissão a uma lei mercantil e financeira desprovida de alma, mas [deve ser orientada] por uma política que faculte a todos a oportunidade de expressar o que melhor sabem fazer e contribuir a seu modo para humanizar a cultura colectiva” (idem, p. 209).

6. Neste sentido, há que atender a exemplos sustentados em boas práticas que demonstrem a relevância do estudo das Humanidades, tais como o projeto pedagógico prosseguido há décadas no St John's College (EUA) <http://www.youtube.com/stjohnscollege/>; <http://learnmore.stjohnscollege.edu/index.html>, ou os modelos curriculares de muitas universidades norte-americanas, ou ainda projetos mais recentes que, apesar de prosseguirem finalidades de estudo diferenciadas, encaram as Humanidades como a plataforma estruturante das suas respetivas práticas de ensino e de fomento de conhecimento interdisciplinar, como o Institute for Advanced study in Humanities <http://www.kulturwissenschaften.de/en/home/index.html>, sediado na Alemanha, ou o Amsterdam University College (www.auc.nl), este último inspirador da filosofia curricular da recém-criada licenciatura em Estudos Gerais da Universidade Clássica de Lisboa. No essencial, estes exemplos demonstram que uma consistente aquisição de competências de leitura, de interpretação, e reflexão, mediadas por via de disciplinas das Humanidades, nomeadamente pelo estudo da literatura, da filosofia e da história, são uma condição para o desenvolvimento de um pensamento crítico, informado e articulado. Mas também demonstram que, enquanto “utensilagem intelectual”, para utilizar a expressão de Magalhães Godinho, podem, pelo seu vasto campo de aplicações, ser potenciadas e orientadas para a investigação de novas problemáticas sociais e culturais, para o estudo das ciências da natureza e das ciências exatas, bem como para o desenvolvimento de uma compreensão mais alargada e culturalmente informada do conhecimento do mundo e dos seus diferentes modos de apreensão.

7. Embora os métodos de trabalho e os objetos de estudo das chamadas “Duas Culturas” (cf. C P Snow (2000 [1959]): *The Two Cultures*. Cambridge: University Press), a humanística e a científica, sejam discretos e não intermutáveis, a sua relativa autonomia disciplinar e académica não é estanque nem refractária entre si. Para dar alguns exemplos: não deve ser um impedimento para um estudante orientado preferencialmente para o estudo das ciências agrárias poder ler as *Geórgicas* e as *Bucólicas* de Virgílio ou se inteirar sobre a teoria literária adstrita aos estudos de paisagem para melhor compreender a representação estética e cultural da história da agricultura ou o ideal de vida pastoril a ela associada; assim como não deve ser impossível um aluno que adquire competências na análise literária da linguagem estética de um soneto de Shakespeare ou de Camões poder avaliar do rigor da estrutura química de uma planta mediante a decomposição dos seus elementos por métodos apreendidos no âmbito prático da química orgânica; a compreensão historicamente informada de qualquer disciplina científica sairá certamente reforçada com o contributo da filosofia da ciência e da leitura de textos teóricos fundamentais que reflitam sobre o problema da natureza e dos limites do conhecimento, sobre questões centrais relativas à estrutura física do mundo e

do universo que, remontando à filosofia grega, são reequacionadas pelos pensadores do Renascimento, discutidos pelos principais cientistas e filósofos da Modernidade e da Contemporaneidade; a neurobiologia contemporânea, como o demonstra António Damásio, sai certamente enriquecida na sua explicação científica sobre a atividade cerebral e os mecanismos psicossensoriais individuais, que estão na base das chamadas emoções sociais, se for perspectivada à luz da teoria do conhecimento do filósofo setecentista Spinoza; o entendimento da atual crise financeira portuguesa, explicada por uma disciplina técnica de finanças públicas, será certamente melhor compreendida por via da comparação histórica de outras crises financeiras ocorridas em conjunturas políticas nacionais nos séculos XIX e XX; o estudo das ocorrências de determinados fenómenos linguísticos poderá ser mais facilmente quantificado por recurso à lógica binária computacional; a compreensão de grandes conflitos bélicos da história europeia do século XX pode ser explicado com o contributo da estética modernista; a aparência aleatória dos fenómenos subatómicos, enunciada pela mecânica quântica, projetando sobre o mundo físico visível o princípio da incerteza, como se este fosse inerente às leis da natureza e, por extensão, ao destino da nossa espécie, pode ser cultural, literária e metafisicamente ilustrada pela leitura bíblica do livro de Job; a compreensão de lógicas políticas relativas ao exercício e à conquista do poder podem ser exemplificadas pelas leituras dramáticas do Júlio César ou do Macbeth de Shakespeare; o conceito físico de entropia, formulado no século XIX por Clausius, pode ser complementado com a leitura do poema do escritor americano do século XX John Updike “ode to entropy”; as formas históricas de socialização e aculturação podem ser discutidas à luz das éticas filosóficas de Aristóteles, Kant, e do utilitarismo de Peter Singer; a reflexão do astrofísico Carl Sagan sobre a estrutura do universo pode ser cotejada com o poema do romântico William Blake “To see the World in a grain of sand”; uma disciplina de planeamento urbano poderá fazer apelo ao simbolismo conceptual dos projetos dos arquitetos italianos do Renascimento e dos seus planos de edificação de cidades ideais; o estudo de textos teóricos do utopismo ou a leitura de textos literários de ficção científica poderão ser úteis para a elucidação de tendências doutrinárias, com repercussões nos planos políticos e sociais, e para antevistas ficcionais de possibilidades tecnocientíficas. Numa palavra, não é descabido, pelo contrário, torna-se urgente repensar o ensino universitário a partir da equação pessoal “O binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo”.

8. Assim, na atual conjuntura de desorientação e incerteza quanto aos desenvolvimentos do processo civilizacional, caracterizada por um acelerado processo de degradação do meio ambiente, de homogeneização e empobrecimento da diversidade cultural, por uma tendente e generalizada rendição à ideologia unidimensional e tecnocrata, por um imprevisível desenvolvimento das estruturas sociais e económicas, afigura-se tão

culturalmente necessário como curricularmente razoável e sustentável, optar-se pela criação de um projeto de formação superior que ofereça a possibilidade a um estudante do primeiro ciclo do ensino universitário poder frequentar uma licenciatura que, tendo como esteio a área das Humanidades possa: (i) ser modelada a partir da articulação de diferentes domínios disciplinares; (ii) promover a aquisição de conhecimentos essenciais sobre questões perenes; (iii) desenvolver, a partir da sua apreensão integrada, capacidades de leitura e análise crítica, composição textual e pensamento quantitativo, abstrato, criativo.

9. Neste sentido, antecipando tendências de desenvolvimento económico, social e cultural dissuasoras de expectativas cada vez mais raras de situações de imobilidade profissional e de hiperespecialização precoce do conhecimento, e seguindo exemplos promissores de projetos educativos interdisciplinares prosseguidos por outras universidades europeias, como as já referidas Amsterdam University College, e nacionais, como a Universidade de Lisboa, o Departamento de Letras, Artes e Comunicação, dada a sua predominante vocação de ensino e investigação no âmbito das Humanidades, é uma das unidades orgânicas da UTAD cuja natureza e funcionalidade lhe autoriza propor a criação de uma licenciatura em **Estudos Gerais em Humanidades** suscetível de congregar saberes de diferentes domínios disciplinares oferecidos pelas diferentes Escolas da UTAD.

10. Como o seu próprio nome indica, este curso ofereceria uma formação geral de base que, combinando áreas teóricas das duas culturas universitárias clássicas (humanas e sociais / naturais e exatas) com práticas instrumentais de incidência tecnológica, permitiria aos alunos adquirirem uma compreensão alargada, informada e multidisciplinar de aspetos e temáticas fundamentais com óbvia relevância para o entendimento do complexo funcionamento das sociedades contemporâneas democráticas.

11. A aquisição destas competências gerais e multidisciplinares permitiria aos licenciados em **Estudos Gerais em Humanidades** da UTAD poderem ingressar no mercado de trabalho com uma formação cultural competente e com um razoável treino de capacidades intelectuais, necessárias quer à sua potencial integração em qualquer ramo profissional, quer, em alternativa, ao prosseguimento dos seus estudos em domínios definidos e especializados dos segundos e terceiros ciclos do ensino universitário.

12. As vantagens de uma licenciatura em **Estudos Gerais em Humanidades** na UTAD, recuperando a importância histórica, cultural, pedagógica da área das Humanidades e operacionalizando-a em dialética relação com outras áreas do conhecimento académico, seriam de vária ordem: (1) do ponto de vista institucional, por (1.1) aproveitar as competências de um corpo

docente qualificado e (1.2) por potenciar as facilidades de circulação dos alunos entre as diversas Escolas que compõem e integram o campus universitário da UTAD; (2) do ponto de vista da organização dos seus planos de estudos, por (2.1) se estruturar a partir da vasta gama de unidades curriculares oferecidas pelas diferentes Escolas da UTAD, sem, portanto, requerer a criação de novas unidades, e por (2.2) oferecer a possibilidade de, seguindo parâmetros elementares e flexíveis de organização de discretos mas inter-relacionáveis domínios disciplinares, se adaptar a várias possíveis modulações curriculares, feitas segundo os interesses dos alunos, e de acordo com regimes de estruturação com maior (major) ou menor (minor) incidência temática (major e minor) (*vide* anexo ao Despacho 10543/2005 da DGES).

13. A estrutura geral do curso adotaria, no essencial, o modelo proposto pela Universidade de Lisboa, mediante o qual se torna possível obter uma variedade de tipologias de graduação (um ou dois majors, um a quatro minors, e sem majors ou minors).

Total de créditos 180
Créditos num tronco comum 60
Créditos necessários a um major 60
Créditos necessários a um minor 30
Créditos em opções 60

14. Os planos de estudo do curso de **Estudos Gerais em Humanidades** seriam, portanto, constituídos pelo curriculum de um tronco comum e pelos curricula dos majors e minors que pudessem vir a ser oferecidos pelas diferentes Escolas da UTAD. As UC optativas poderiam ser feitas em qualquer Escola da UTAD, obedecendo porém a dois condicionalismos: (1º) o de se considerar um limite máximo de 18 ECTS de frequência de unidades curriculares de nível introdutório, e (2º) o de se atender ao regime de precedências de matrícula em UC. A aplicação de um mesmo regime de precedências de matrículas seria válida para os curricula dos majors e minors.

15. O tronco comum dividir-se-ia em quatro secções, cada qual integrando um conjunto listado de UC: 1 Secção – Língua Estrangeira (Inglês, Francês, Alemão, Espanhol, Mandarim), a que correspondem 12 a 18 ECTS; 2ª Secção – Grandes Questões em Humanidades Artes e Ciências a que correspondem 18 ECTS; 3ª Secção – Textos Fundamentais (18 ECTS); 4ª Secção – Recursos Instrumentais (6 a 12 ECTS).

16. O currículo de um major poderia ser modelado pelo aluno a partir de uma lista de UC totalizando 120 ECTS, dos quais 42 ECTS corresponderiam ao limite máximo de UC de nível introdutório. Para obter um major, os alunos deveriam perfazer pelo menos 60 ECTS, enquanto para um minor se requereria um mínimo de 30 ECTS.

17 Tronco Comum (Exemplos a partir da lista de UC disponibilizada pela Universidade de Lisboa para o seu curso de Estudos Gerais)

1ª Secção – Língua Estrangeira:

12-18 ECTS de uma língua estrangeira

Variável, podendo haver requisitos especiais para certos majors

2ª Secção – Grandes Questões:

18 ECTS

Pelo menos 6 ECTS em: Estudos de Humanidades

Cultura Clássica

Cultura Visual

O Estudo das Culturas

O Estudo da Filosofia

O Estudo da História

O Estudo da Linguagem Humana

Ciência e Arte

O Estudo da Literatura

Pelo menos 6 ECTS em: Ciências da Natureza e Ciências Exatas

De Kepler aos fractais

Evolução do pensamento matemático

Evolução das ideias em Física

Sustentabilidade energética

Haverá Limites na Ciência?

Astronomia e astrofísica

Ciência ou ficção?

3ª Secção – Textos Fundamentais das Humanidades:

18 ECTS em :

Textos Fundamentais:

Antiguidade e Idade Média

Textos Fundamentais:

Renascença e Iluminismo

Textos Fundamentais: do

Romantismo ao presente

4ª Secção – Recursos Instrumentais:

6-12 ECTS:

Lógica

Prática de redação e argumentação

Linguagem e Comunicação

Edição de Textos

Geometria Descritiva

Desenho

Introdução às Probabilidades e Estatística

Cálculo I

Introdução à Programação

18. MAJORS E MINORS:

À data, são os seguintes majors e minors oferecidos pela Universidade de Lisboa

MAJORS	MINORS
Artes do Espetáculo	Biologia
Artes e Culturas Comparadas	Bioquímica
Ciências da Terra e do Clima	Culturas Africanas e Diálogos Interculturais
Ciências Matemáticas	Estatística e Investigação Operacional
Ciências da Vida	Estudos Brasileiros
Comunicação e Cultura	Estudos Franceses
Comunicação em Língua Portuguesa	Física
Estudos Literários	Geologia
Estudos Alemães	História de África
Estudos Clássicos	História e Filosofia das Ciências
Estudos Espanhóis	Informática
Estudos Anglo-Americanos	Matemática
Estudos Literários	Tradução
Estudos Portugueses	Português Língua Estrangeira/Língua Segunda
Estudos Românicos	Processamento de Língua Natural
Filosofia	Química
Estudos Linguísticos	Tecnologias de Informação Geográfica
Literaturas e Culturas Africanas	

19. Os alunos do curso de licenciatura em **Estudos Gerais em Humanidades** da UTAD seriam admitidos num único contingente. O curso seria coordenado por uma equipa de direção presidida por um diretor e vice-diretor gerais. Cada major e minor teria os seus diretores específicos, assim como o tronco comum, que seria coadjuvado por quatro coordenadores para cada uma das suas quatro secções. (Língua Estrangeira, Grandes Questões, Textos Fundamentais das Humanidade, Recursos Instrumentais). Dado o largo espectro de oferta curricular do curso de **Estudos Gerais em Humanidades**, estaria prevista a introdução de um regime de orientação dos estudantes com base no aconselhamento tutorial.

20. A boa implementação de uma licenciatura desta natureza implicaria certamente ajustamentos na administração interescolas da UTAD, nomeadamente: (1) a adoção de um calendário escolar comum e idêntico para toda a Universidade; (2) a adoção de um sistema comum de identificação codificada das unidades curriculares; (3) a utilização de processos de monitorização que assegurassem a deteção e melhoria dos seus pontos fracos e a constante melhoria do seu funcionamento global.

21. Cientes de que uma proposta de criação de uma licenciatura com estas características só poderia ser bem sucedida mediante um processo de intenso diálogo com as coordenações dos Departamentos e Presidências das diferentes Escolas da UTAD que se mostrassem interessados em participar na sua

elaboração, a Comissão proponente desta licenciatura teria de manifestar a sua inteira disponibilidade e abertura ao diálogo interdepartamental e interescolas para melhor adequar o modelo acima apresentado às reais possibilidades de oferta curricular da UTAD.

22. Finalmente, e para além das razões de fundo apresentadas na parte preambular desta proposta, consideramos que um projeto de criação de uma licenciatura em **Estudos Gerais em Humanidades**, congregando o potencial pedagógico e científico instalado da UTAD, corresponderia aos sinais presentes, e de incidência futura, da condução política do país – firmemente condicionada por compromissos internacionais de estabilização estrutural das suas finanças públicas e de relançamento da sua economia – que, no essencial, apontam para a necessidade de se criarem sinergias em todos os planos da administração pública do país. É, portanto, atendendo também a fatores de conjuntura externos à UTAD, mas indissociáveis do seu funcionamento orgânico, que consideramos ser da maior oportunidade para a estratégia de consolidação do projeto educativo desta instituição do ensino superior português – substancialmente financiado pelo orçamento geral do estado – atender à criação de uma nova licenciatura cuja implementação estaria em linha com a orientação política nacional de curto e médio prazo – mobilizadora, aliás, de um largo consenso partidário – de promover a reestruturação funcional do aparelho administrativo, de diminuir a sua despesa inútil, de avaliar o desempenho das suas organizações e de racionalizar a oferta dos seus serviços.

TRADUÇÃO

Textos escolhidos de Tomas Tranströmer (Prémio Nobel da Literatura 2011)

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
jereis@utad.pt

*In: 17 poems /17 poemas (1954),
a partir da versão inglesa de Robert Bly*

Tempestade

O homem que passeia de súbito dá com o velho
carvalho gigante, um alce transformado em pedra com
a sua enorme armadura contra o verde escuro da muralha
baixa do oceano.

Tempestade do norte. As sorveiras bravas
estão quase maduras. De noite acordado ele
escuta as constelações muito acima do carvalho
saltando nos seus cadeirais.

*In : Night Vision / Visão da Noite (1970),
a partir da versão inglesa de Robert Bly*

Prelúdios

1

Recuo diante de uma coisa que se arrasta de lado pela
tempestade de neve.
Fragmento do que está para vir.
Uma parede esboroando-se. Uma coisa sem olhos. Rija.
Um rosto de dentes.
Uma parede solitária. Ou é uma casa que ali está
embora a não consiga ver?
O futuro ... um exército de casas vazias
tateando o caminho pela neve que cai.

2

Duas verdades aproximam-se uma da outra. Uma vem de dentro,
outra de fora,
e onde se encontram é possível ter um indício
de nós.

O homem que vê o que está para acontecer grita desvairado
“Alto!
Seja o que for, desde que não tenha de me conhecer a mim mesmo.”

E há um barco que se quer amarrar à terra – insiste mesmo
aqui –
de facto insistirá ainda milhares de vezes.

Da escuridão dos bosques surge um longo arpão,
irrompe pela janela aberta
entre os convidados que aquecem dançando.

3

O apartamento onde vivi metade da minha vida tem de se esvaziar. Já não
tem nada. A âncora tem de subir – apesar do peso da tristeza, é o apartamento
mais leve de toda a cidade. A verdade não precisa de nenhuma mobília. A minha
vida fechou agora um grande círculo e voltou ao ponto de partida: uma sala
vazia. Coisas que nela vivi tornam-se visíveis nas paredes iguais a pinturas
egípcias, murais duma câmara funerária. Imagens esbatendo-se devido a uma luz
excessiva. As janelas mais largas. O apartamento vazio é um grande telescópio
apontado ao céu. É silencioso como um ritual Quaker. Tudo o que podes escutar
são as pombas nas traseiras, o arrulhar delas.

*In: The Wild Market Square / Feira Livre (1983),
a partir da versão inglesa de Robin Fulton*

Memórias que me observam

Manhã de Junho, cedo de mais para acordar,
tarde de mais para adormecer.

Tenho de sair – é densa a folhagem das
memórias, perseguem-me com o seu olhar.

Não se deixam ver, misturam-se todas
com o fundo, verdadeiros camaleões.

Tão perto estão que as ouço respirarem
aqui onde o canto do pássaro ensurdece.

*In: Half-finished heaven / O Céu por Acabar (1962),
a partir da versão inglesa de Robin Fulton*

A viagem

Na estação subterrânea.
Uma multidão entre placares
num pasmo de luz morta.

O comboio parou e recolheu
rostos e portefólios

Depois a escuridão. Sentámo-nos
nas carruagens como estátuas,
arrastados pelas cavernas.
Restrição, sonhos, restrição.

Em estações abaixo do nível do mar
vendiam-se notícias da escuridão.
Pessoas movendo-se tristemente
silenciosas debaixo do mostrador dos relógios.

O comboio carregando
roupas e almas.

Olhares em todas direções
na viagem pela montanha.
Nenhuma mudança.

Junto à superfície começa
um zunido de abelhas – liberdade.
Saímos da terra.

A terra por uma vez bateu
asas e ficou quieta debaixo
de nós, estirada e verde.

Espigas de milho esvoaçavam
por cima das plataformas.

Terminal – eu
prossegui mais além.

Comigo quantos estavam? Quatro,
cinco, não mais.

Casas, estradas, céus,
enseadas azuis, montanhas
abrindo as suas janelas.

*In: Half-finished heaven / O Céu por Acabar (1962),
a partir da versão inglesa de Robert Bly*

Noturno

Conduzo por uma aldeia à noite, casas que saltam
diante das luzes – acordaram agora, querem beber um copo.
Casas, celeiros, placas de indicação, caminhos sem ninguém
regressam à vida. Seres humanos dormem:

alguns podem dormir em paz, outros têm rostos tensos
num treino duro para a eternidade.
Não ousam deixar-se ir mesmo em sono solto.
Como cancelas baixas esperam enquanto o mistério vai desfilando.

A estrada passa uma longa temporada fora da cidade pela
floresta.
Árvores, árvores silentes num pacto entre elas.
Têm uma cor melodramática, como um incêndio.
Como é nítida cada uma das folhas. Seguem-me no caminho para casa.

Deito-me por ali para dormir, vejo imagens desconhecidas
e sinais esboçando-se atrás das pálpebras
no muro da escuridão. Pela ranhura entre a vigília e o sono
uma enorme letra esforça-se por entrar sem grande sucesso.

*In: Night Vision / Visão Nocturna (1970),
a partir da versão inglesa de Robert Bly*

A estante

Foi levada do apartamento após a sua morte. Por alguns dias ficou vazia antes de lhe colocar os livros, todos os de capa dura, os pesados. Sem saber como, deixei que nela se derramasse alguma terra do cemitério. Algo veio debaixo, elevou-se gradualmente, implacavelmente como uma enorme coluna de mercúrio. Um homem não pode virar a cara.

Volumes escuros, rostos fechados. Pareciam os rostos daqueles argelinos que vi na fronteira em Friedrichstrasse à espera que a Polícia do Povo da Alemanha do Leste carimbasse os seus passaportes. O meu passaporte também ficou por muito tempo nos cubículos de vidro. E o ar sombrio que vi naquele dia em Berlim vejo-o de novo na estante. Há ali um desespero antigo, que sabe a Passchendaele e ao Tratado de Paz de Versalhes, talvez até mais antigo. Aqueles massivos tomos negros – a eles voltarei – são à sua maneira passaportes, e tornaram-se densos porque ao longo dos séculos as pessoas tiveram de colecionar muitos carimbos oficiais. É evidente que um homem não pode sobrestimar a quantidade de bagagem que é suposto ter, agora que está para se ir embora, agora que tu finalmente ...

Ali estão os historiadores, podem-se levantar e espreitar a nossa vida em família. Não consegues ouvir nada, mas os lábios movimentam-se constantemente atrás do vidro (“Passchendael” ...). Lembra-me aquela história de um edifício velho de escritórios (uma história verdadeira de fantasmas), um edifício com retratos de cavalheiros há muito falecidos pendurados na parede atrás da vidraça, e uma manhã os empregados do escritório depararam com uma névoa dentro do vidro. Os mortos tinham começado a respirar durante a noite.

A estante ainda resiste. Olha diretamente da secção um para a seguinte. Uma pele vacilante, a pele vacilante num rio escuro onde a sala tem de ver a sua própria cara. E virar a cara é proibido.

RECENSÃO

AAVV *Humanitas* – Revista do Instituto de Estudos Clássicos, n.º 63
Universidade de Coimbra, 2011, 903 p, ISSN: 0871 – 1569

Maria Luísa de Castro Soares
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Isoares@utad.pt

Nesta revista, lançada em Dezembro de 2011, colige-se uma série de artigos em homenagem ao eminente Professor José Ribeiro Ferreira, que dedicou a sua vida ao ensino na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Os *artigos* e as *notícias*, que compõem as 903 páginas do volume, são *per se* significativos do apreço de seus pares e discípulos, que se propõem legar aos vindouros o seu testemunho acerca do amigo e do Mestre, um homem de exceção a todos os níveis, tendo-se distinguido na área dos estudos clássicos (crítica literária, tradução e ensaio) e na poesia.

O volume inicia, pois, com um *curriculum vitae*, que delinea o perfil do homenageado como académico, como crítico literário, como tradutor e como poeta. Para quem acompanha a sua atividade, é sabido que ele dedicou os seus estudos à Antiguidade Clássica nos seus temas, motivos, autores, obras (que traduziu e interpretou) com um olhar voltado para o passado e outro atento ao presente, procurando extrair da cultura clássica lições para o nosso tempo. A sua obra poética *Os olhos no presente* (1982; 1999 2ª ed. aumentada) é disso um exemplo.

Numa segunda parte do volume, é a vez dos seus amigos, colaboradores e discípulos, que dão o seu contributo através de trinta e seis artigos sujeitos a arbitragem científica (*peer review*) e que, tendo primazia de incidência na Antiguidade e seus autores, abarcam contudo alguns domínios que vão desse período à Época Moderna. O volume é assim significativo para o conhecimento da Antiguidade Clássica, sem descurar a sua receção a partir do Renascimento. Também, como seria de esperar em tão elevado número de colaborações, os mesmos artigos, perseguindo objetivos de crítica literária, ou mais especificamente dedicados a uma vertente cultural, distribuem-se pela abordagem de textos de variadas modalidades genológicas e expressivas, abrangendo domínios como a poesia, o teatro, a retórica, a história das ideias ou a filosofia.

Uma terceira parte da *Humanitas* é dedicada às recensões críticas, sobretudo de obras editadas entre 2009 e 2011 e ocupa as páginas 655 a 836, facto revelador da larga atenção que a investigação académica tem dedicado aos mais recentes estudos ou atas de congressos vindos a lume.

A complementar o texto são apresentadas, em secção específica, as *notícias* que incluem, entre outras, a referência feita por Francisco Oliveira à jubilação do homenageado neste volume.

Fica a saber-se que, por iniciativa da área de Estudos Clássicos do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, se realizou a cerimónia formal de jubilação, no dia 06 de Julho de 2011, sob a orientação de Maria de Fátima Silva. A iniciativa constou, num primeiro momento, da última lição que o homenageado pronunciou, subordinada ao título “*A habilidade ou conhecimento técnico e o poder degradam, o sofrimento redime: Édipo*”.

O fecho da última lição coube naturalmente ao Diretor da Faculdade, Carlos Ascenso André, tendo-se seguido um jantar de convívio.

Outras notícias merecem algum destaque: a de Delfim Leão, sobre *Maria Helena da Rocha Pereira homenageada na 81.ª Feira do Livro do Porto* e a de Luísa Nazaré Ferreira e Maria Cristina Pimentel, em *Homenagem ao Prof. Doutor Walter de Medeiros*, a salientarem o magistério científico e intelectual indiscutíveis destes dois Mestres.

Pelo testemunho deixado com a publicação desta revista constrói-se o retrato do Doutor José Ribeiro Ferreira enquanto homem dotado de um raro perfil intelectual e existencial, com uma atitude sóbria e de humildade, não obstante a profundidade e amplitude do seu saber. Sobressai ainda o homem dedicado à investigação e o grande cultor das Musas – enquanto poeta – que também soube atrair postulantes para o seu culto, pelo ao ensino (durante décadas) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Estamos em face de um volume que pode, efetivamente, ser de grande utilidade, pois oferece abundante material de reflexão e trabalhos de crítica textual. Com uma visão caleidoscópica de vários matizes, textos, figuras, temas da Antiguidade Clássica e suas repercussões no tempo, pode servir, nessa diversidade de temas e linguagens, de ponto de partida e quadro referencial para ulteriores investigações em variados domínios.

UTAD, 20 de Dezembro de 2011